

DANILO CYMROT

**Polícia Militante: deputados policiais militares na Assembleia Legislativa
do Estado de São Paulo (1999-2011)**

VOLUME I

Tese de Doutorado

Orientador: Professor Titular Dr. Sérgio Salomão Shecaira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2014

DANILO CYMROT

**Polícia Militar: deputados policiais militares na Assembleia Legislativa
do Estado de São Paulo (1999-2011)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Criminologia, sob a orientação do Professor Titular Dr. Sérgio Salomão Shecaira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2014

Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

C 996p Cymrot, Danilo
Polícia militante: deputados policiais militares na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1999-2011) / Danilo Cymrot . -- São Paulo: USP / Faculdade de Direito, 2014.
534 f.

Orientador: Prof. Titular Sérgio Salomão Shecaira
Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, USP,
Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito Penal,
Medicina Forense e Criminologia, 2014.

1. Polícia militar. 2. Direita (Ideologia política).
3. Comportamento eleitoral. 4. Política. 5. Criminalização.
I. Shecaira, Sérgio Salomão. II. Título.

CDU

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Sérgio Salomão Shecaira, que há tantos anos reincidente na prática da minha formação.

A Rafael Mafei Rabelo Queiroz e Eduardo Saad Diniz, por suas valiosas contribuições na banca de qualificação.

A André Singer e Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, pelas veredas apontadas.

Ao Instituto Carioca de Criminologia, por seu espírito crítico.

A Danilo Santos de Miranda, Andrea Nogueira e toda a equipe do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc em São Paulo, cujo apoio foi imprescindível para a redação desta tese.

A Inês Virgínia Prado Soares e Isaura Botelho pelo incentivo.

À minha família, pelo suporte.

A Gabriel Rocha Zenun, pelos debates instigantes, e a todos os amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste doutorado.

À cidade de Santos, meu refúgio, meu abrigo.

Muito obrigado.

Bateu de frente
Um bandido e um sub-tenente lá do batalhão
Foi tiro de lá e de cá
Balas perdidas no ar
Até que o silêncio gritou
Dois corpos no chão, que azar
Feridos na mesma ambulância
Uma dor de matar
Mesmo mantendo a distância
Não deu pra calar
Polícia e bandido trocaram farpas
Farpas que mais pareciam balas
E o bandido falou assim:
Você levou tanto dinheiro meu
E agora vem querendo me prender
E eu te avisei você não se escondeu
Deu no que deu e a gente tá aqui
Pedindo a Deus pro corpo resistir
Será que ele tá afim de ouvir?
Você tem tanta bazuca
Pistola, fuzil, granada
Me diz pra que tu tem tanta munição?
É que além de vocês
Nós ainda enfrenta
Um outro comando, outra facção
Que só tem alemão sanguinário
Um bando de otário
Marrento, querendo voar
Por isso que eu tô bolado assim
Eu também tô bolado sim
É que o judiciário tá todo comprado
E o legislativo tá financiado
E o pobre operário
Joga seu voto no lixo
Não sei se por raiva
Ou só por capricho
Coloca a culpa de tudo
Nos homens do camburão
Eles colocam a culpa de tudo
Na população
E se eu morrer vem outro em meu lugar
E se eu morrer vão me condecorar
E se eu morrer será que vão lembrar?
E se eu morrer será que vão chorar?
E se eu morrer? E se eu morrer?
Chega de ser subjugado
Subtraído, subnutrido
Um sub-bandido num sublugar
Um subtenente de um subpaís
Subinfeliz, subinfeliz

Numa cidade muito longe daqui – polícia e bandido
(Arlindo Cruz/Franco Lattan/Acyr Marques)

CYMROT, Danilo. Polícia Militante: deputados policiais militares na Assembleia Legislativa de São Paulo (1999-2011). 534 fls. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RESUMO

Utilizada para reprimir movimentos sociais e manter a ordem, a polícia é tradicionalmente identificada com os interesses da direita. No Brasil, a criação da Polícia Militar no contexto político da ditadura civil-militar instaurada no país em 1964 facilita essa associação. No entanto, se por um lado policiais militares tendem a se aliar politicamente a setores da população que se opõem a instrumentos de responsabilização da polícia, encarados como fatores que dificultam o trabalho policial, por outro, são servidores públicos que reivindicam melhores condições de trabalho, o que abre a possibilidade para que se aproximem da esquerda ou pelo menos se distanciem da direita neoliberal. Alguns dos candidatos a deputado estadual mais votados em São Paulo são oriundos da Polícia Militar. O presente trabalho almeja investigar se os deputados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo oriundos da Polícia Militar, das 14^a, 15^a e 16^a legislaturas (1999-2011), são responsivos ao eleitorado de direita; se adotam pontos de vista homogêneos sobre diversos temas (militarização da polícia, corrupção policial, missão da Polícia Militar, policiamento comunitário, ditadura, política criminal, movimentos sociais etc.); e como exercem a defesa dos interesses da Polícia Militar, uma corporação marcada por inúmeros conflitos internos, principalmente entre praças e oficiais. Para tanto, pesquisou-se em que zonas eleitorais esses deputados são proporcionalmente mais votados; problematizou-se a associação entre sensação de insegurança, defesa de bandeiras repressivas, percepção da corrupção e o voto em candidatos e partidos de direita; identificaram-se seus projetos de lei; compararam-se suas votações em plenário na 16^a legislatura (2007-2011); analisaram-se seus discursos na tribuna da ALESP, que foram contrastados com pesquisas de opinião pública, pesquisas de opinião de policiais militares e literatura sobre subculturas policiais. Da mesma forma, o trabalho discute as possíveis razões que levam policiais militares a se candidatarem a uma vaga no Poder Legislativo estadual.

Palavras-chave: Polícia Militar, direita, comportamento eleitoral, criminalização da política, militarização da polícia

CYMROT, Danilo. Militant Police: military policemen deputies of the House of Representatives of the State of São Paulo (1999-2011). 534 fls. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SUMMARY

The police are used to repress social movements and to keep the order, and are traditionally identified with the right wing interests. In Brazil, the Military Police was created within the political context of the civil/military dictatorship established in 1964 and eased such association; however, if on one hand military policemen tend to politically ally themselves with the population sectors contrary to instruments that hold the police liable, faced as factors making police work more difficult, on the other hand, military policemen are public servants claiming for better work conditions, and there is the possibility of they getting nearer to the left wing, or at least distancing themselves from the neoliberal right wing. Some candidates for deputies of the House of São Paulo State Legislative derive from the Military Police. The aim of this work is to investigate whether the deputies of the House of Representatives of the State of São Paulo from the Military Police, in the 14th, 15th and 16th legislatures (1999-2011), are responsive to the right wing electors, if they adopt similar viewpoints on several themes (police militarization, police corruption, Military Police's mission, community policing, dictatorship, criminal policy, social movements, etc.), and how they defend the Military Police's interests, a corporation marked by uncountable internal conflicts, mainly among police force and officers. For such purpose, the following issues were addressed: research about in which electoral zones those deputies are proportionally more voted; where one can see the connection among feeling of insecurity, defense of repressive flags, perception of corruption and voting in right wing candidates and parties; identification of their bills of law; their votes in plenary sessions in the 16th legislature (2007-2011) are compared; their speeches at ALESP's tribune are analyzed and contrasted with public opinion polls, opinion polls with military policemen and the literature on police subcultures. Likewise, the work discusses the possible reasons for military policemen running for an office in the State Legislative.

Key words: Military Police, right wing, electoral behavior, criminalization of politics, police militarization

CYMROT, Danilo. *Polizia Militante: i membri della polizia militare nella Assembleia Legislativa di San Paolo (1999-2011)*. 534 fls. Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIASSUNTO

Utilizzato per reprimere i movimenti sociali e mantenere l'ordine, la polizia sono tradizionalmente identificati con gli interessi della destra. In Brasile, la creazione della Polizia Militare nel contesto politico della dittatura civile-militare stabilita nel paese nel 1964, facilita questa associazione. Tuttavia, se per un lato la polizia militare tendono ad allearsi politicamente con i gruppi della popolazioni che si oppongono verso i strumenti di responsabilità della polizia, visti come fattori che ostacolano il lavoro della polizia, d'altra parte la polizia militare sono funzionari pubblici che sostengono una posizione migliore per lavoro, che apre la possibilità di avvicinarsi della sinistra o almeno allontanandosi dalla destra neoliberista. Alcuni dei candidati a deputati staduali più votati dello Stato di São Paulo provengono dalla polizia militare. Questo studio si propone a indagare se i membri della Assembleia Legislativa di San Paolo derivanti dalle polizia militare, nelle 14 °, 15 ° e 16 ° legislature (1999-2011), sono sensibili all'elettorato della destra; si adottano punti di vista omogenei su vari argomenti (la militarizzazione della polizia, la corruzione della polizia, missione di polizia militare, di polizia comunitaria, dittatura, politica criminale, movimenti sociali, etc.); e come operano gli interessi della polizia militare, una corporazione segnata di molti conflitti interni, in particolare tra i soldati e gli ufficiali. Così, sono stati ricercati in cui zone elettorale i deputati sono proporzionalmente più votati; problematizzata l'associazione tra senso di insicurezza, di difesa dei valori repressivi, la percezione di corruzione e il voto dei candidati e partiti della destra; identificati i loro progetti di legge; sono stata confrontate la votazione in plenaria nella legislatura 16 (2007-2011); analizzati i suoi discorsi nella Tribuna ALESP e contrastati con le ricerche pubblici, ricerche di opinione di poliziotti militare e la letteratura sulla sottoculture di polizia. Allo stesso modo, il lavoro analizza i possibili motivi per cui la polizia militare presenta la propria candidatura per un posto vacante nel Potere Legislativo Staduale.

Parole chiave: polizia militare, di destra, di politica pubblica sicurezza, comportamento di voto, la criminalizzazione della politica, militarizzazione della polizia

ÍNDICE

VOLUME I

INTRODUÇÃO.....	1
1. POLICIAIS MILITARES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1999-2010).....	12
1. Os policiais militares candidatos a deputado estadual em São Paulo.....	12
1.1. Celso Tanai.....	15
1.2. Conte Lopes.....	17
1.3. Edson Ferrarini.....	20
1.4. Olímpio Gomes.....	23
1.5. Otoniel Lima.....	26
1.6. Ubiratan Guimarães.....	27
1.7. Wilson Moraes.....	29
2. Discussão dos resultados.....	31
2.1. Projetos de lei e votações no plenário.....	31
2.2. Os partidos dos policiais militares: uma corporação partida?.....	35
2.3. A base geográfico-eleitoral dos deputados policiais militares.....	37
2. POLÍTICA CRIMINAL E COMPORTAMENTO ELEITORAL.....	43
1. A estruturação ideológica do eleitorado brasileiro.....	43
2. Medo e voto.....	49
3. Maioridade penal e voto.....	57
4. Pena de morte, prisão perpétua e voto.....	59
5. Política de drogas e voto.....	61
6. Desarmamento e voto.....	67
7. As causas da criminalidade.....	75
8. O neoretributivismo.....	81
9. Tolerância zero.....	88
10. <i>ROTA na rua</i>	92

3. POLÍCIA E CONSERVADORISMO.....	101
1. O apego à autoridade e a aliança da polícia com a direita.....	101
2. Subcultura policial e subcultura juvenil.....	115
3. O <i>ethos</i> de virilidade.....	121
4. O moralismo policial.....	126
5. A hipocrisia.....	132
6. O racismo e a xenofobia.....	135
4. POLÍCIA MILITAR E DITADURA.....	145
1. Polícia e a defesa da democracia.....	145
2. A militarização da segurança pública.....	151
3. <i>Bandido bom é bandido morto</i>	164
4. A criminalização dos defensores dos direitos humanos.....	177
5. A nostalgia da ditadura.....	192
6. A aliança dos <i>terroristas</i> de ontem com os <i>terroristas</i> de hoje.....	203
5. MAIS POLÍCIA, MENOS POLÍTICA: A CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA.....	209
1. As bases sociais e ideológicas do janismo e adhemarismo em São Paulo.....	209
2. A criminalização da política.....	213
3. Mais polícia e menos política: a luta contra a corrupção.....	222
6. A (DES)POLITIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR.....	235
1. Libertando a polícia da política partidária.....	235
2. Política de segurança pública sem política.....	240
3. A liderança política da polícia.....	253
7. A DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA E A ALIANÇA COM A ESQUERDA.....	267
1. Desmilitarização e unificação das polícias.....	267
2. O sindicalismo policial.....	281
3. A aliança de policiais militares com movimentos sociais.....	292
4. Esquerda punitiva ou direita popular?.....	300
CONCLUSÃO.....	305

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	313
---------------------------------	-----

VOLUME II (ANEXOS)

ANEXO I: DISCURSOS CITADOS NO CAPÍTULO 1.....	332
---	-----

ANEXO II: DISCURSOS CITADOS NO CAPÍTULO 2.....	343
--	-----

ANEXO III: DISCURSOS CITADOS NO CAPÍTULO 3.....	369
---	-----

ANEXO IV: DISCURSOS CITADOS NO CAPÍTULO 4.....	387
--	-----

ANEXO V: DISCURSOS CITADOS NO CAPÍTULO 5.....	430
---	-----

ANEXO VI: DISCURSOS CITADOS NO CAPÍTULO 6.....	452
--	-----

ANEXO VII: DISCURSOS CITADOS NO CAPÍTULO 7.....	480
---	-----

ANEXO VIII: PROJETOS DE LEI DOS DEPUTADOS POLICIAIS MILITARES.....	520
--	-----

1. Celso Tanauí.....	520
----------------------	-----

1.1. Projetos de lei que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	520
---	-----

1.2. Projetos de lei complementar que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	521
--	-----

2. Conte Lopes.....	522
---------------------	-----

2.1. Projetos de lei que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança Pública.....	522
---	-----

2.2. Projetos de lei que dizem respeito a outros assuntos relativos à segurança pública.....	523
---	-----

2.3. Projetos de lei complementar que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	524
--	-----

2.4. Propostas de emenda à Constituição que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais de segurança pública.....	525
--	-----

3. Edson Ferrarini.....	525
3.1. Projetos de lei que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais de segurança pública.....	525
3.2. Projetos de lei que dizem respeito a drogas e outros assuntos relativos à segurança pública.....	525
3.3. Projetos de lei complementar que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais de segurança pública.....	526
4. Olímpio Gomes.....	526
4.1. Projetos de lei que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	526
4.2. Projetos de lei que dizem respeito a outros assuntos relativos à segurança pública.....	527
4.3. Projetos de lei complementar que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	528
5. Otoniel Lima.....	530
5.1. Projetos de lei que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	530
5.2. Projetos de lei que dizem respeito a outros assuntos relativos à segurança pública.....	530
6. Ubiratan Guimarães.....	530
6.1. Projetos de lei que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	530
6.2. Projetos de lei que dizem respeito a outros assuntos relativos à segurança pública.....	532
6.3. Projetos de lei complementar que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	532
6.4. Propostas de emenda à Constituição que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	533
7. Wilson Moraes.....	533
7.1. Projetos de lei que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	533
7.2. Projetos de lei que dizem respeito a outros assuntos relativos à segurança pública.....	533

7.3. Projetos de lei complementar que dizem respeito à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública.....	534
---	-----

INTRODUÇÃO

Desde a redemocratização do país, policiais e ex-policiais militares têm sido eleitos deputados estaduais em São Paulo, sendo alguns deles muito bem votados. Conte Lopes, por exemplo, capitão reformado da ROTA, foi o segundo candidato a deputado estadual mais votado em São Paulo nas eleições de 1998 e 2002, chegando a assumir interinamente a presidência da Assembleia Legislativa em 2010.¹ Edson Ferrarini, coronel reformado, foi o terceiro candidato a deputado estadual mais votado em São Paulo na eleição de 1998. Em 2014, Coronel Paulo Telhada, ex-comandante da ROTA, foi o segundo candidato a deputado estadual mais votado em São Paulo.

A influência da visão policial na formulação de políticas de segurança pública fica evidente ao constatar-se que em 1999, dos sete membros efetivos da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP, três eram policiais militares, um era Promotor de Justiça e um era repórter policial. Em 2001 e 2002, três eram policiais militares, um era repórter policial e uma era delegada de polícia. Em 2006, dos oito membros efetivos, três eram policiais militares, dois eram delegados de polícia e um era repórter policial. Dos nove suplentes, dois eram policiais militares.

Este trabalho tem por objetivo testar a hipótese de que os deputados policiais militares são responsivos às bandeiras defendidas pelo eleitorado de direita e aos interesses dos policiais militares, refletindo na ALESP um comportamento corporativo e homogêneo e refletindo em seus discursos no plenário da ALESP, sob a legitimidade e a solenidade de um pronunciamento parlamentar, elementos da subcultura policial já sublinhados pela literatura, tais como o pessimismo em relação às instituições sociais; a hostilidade aos políticos, à mídia e aos intelectuais; a valorização da identidade policial e da indispensabilidade de sua função social.

O paradigma etiológico funcionalista da criminologia encarava o crime como uma entidade ontológica, essencializada, e estudava suas causas. A partir da década de 60 do século XX, o paradigma da reação social a ele se contrapôs e assumiu como objeto de estudo, além do crime e do criminoso, também a vítima e, principalmente, o controle social e os processos de criminalização. O controle social é o conjunto de instituições, estratégias

¹ Segundo Olímpio Gomes, o outro policial militar que já exercera a presidência da ALESP foi justamente Rafael Tobias de Aguiar, que nomeia as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar – ROTA (Cf. 8ª Sessão Solene Comemoração do “53º aniversário da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar” (15/03/2010).

e sanções sociais que pretendem submeter o indivíduo aos modelos e normas comunitários. Agentes informais do controle social são a família, a escola, a profissão, a opinião pública etc. Já o controle social formal é identificado com a atuação do aparelho político do Estado: Polícia, Justiça, Exército, Ministério Público, Administração Penitenciária.²

Os policiais, dessa forma, assim como os deputados membros da Comissão de Segurança Pública da ALESP, são agentes do controle social formal. Para se compreender o controle social, é essencial estudar a cultura política de agentes de controle social. A importância de se estudar a atuação parlamentar de policiais militares está no fato de que eles transitaram de uma agência de controle social formal para outra, levando consigo, em princípio, sua subcultura. Transformaram-se, enfim, de meros impositores da norma, segundo a terminologia de Becker, em criadores de normas.³ Se a cultura policial já foi objeto de pesquisa empírica, o mesmo não pode ser dito em relação à forma como essa cultura se reflete ou não no conteúdo dos pronunciamentos e projetos de lei de parlamentares oriundos dos quadros da Polícia Militar.

O populismo penal tem sido recorrentemente criticado pela literatura da dogmática jurídico-penal, que denuncia o apelo eleitoral de uma política criminal repressiva, simbólica e emocional. Todavia, justamente por situar-se no espectro da dogmática jurídico-penal, não raramente essa crítica caracteriza-se pela superficialidade e por um grande déficit empírico, que deve ser suprido pelo método empírico e interdisciplinar da criminologia. Deve-se ter em mente, portanto, que este trabalho se insere dentro da linha de pesquisa *Criminologia e Política Criminal* do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia da Faculdade de Direito da USP.

Não se trata de um estudo supérfluo, na medida em que muitas das avaliações a respeito dos deputados policiais militares são ancoradas no senso comum, em preconceitos ou em premissas que jamais foram empiricamente demonstradas ou sistematizadas. Ainda que se especule sobre o teor do conteúdo dos pronunciamentos dos deputados policiais militares e a temática de seus projetos de lei, a criminologia, ao contrário da dogmática jurídico-penal, adota um método indutivo e não especulativo e se aproxima da realidade sem mediações, procurando obter uma informação direta de seu objeto de estudo.⁴

² GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Criminologia*. 7. ed. São Paulo: RT, 2010. p. 120 et seq.

³ BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 164 et seq.

⁴ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 38.

Não basta tomar como premissa a orientação ideológica dos deputados ou o apelo eleitoral do populismo penal. É preciso especificar qual é, concretamente, o número de votos que obtêm, quais são seus partidos e qual é o conteúdo de seus pronunciamentos. Os pronunciamentos em sessões plenárias constituem um rico material até então inexplorado, que pode levantar outras discussões relevantes. A partir da leitura desse material, é possível respaldar ou não parte da literatura preexistente sobre subcultura policial, sem pretensão de cobrir toda sua extensão ou de esgotá-la, mas de fornecer elementos para que novas pesquisas sejam realizadas.

Ora, a política criminal do Estado de São Paulo é influenciada por esses deputados, que sempre ocuparam cargos na Comissão de Segurança Pública da ALESP. Estudos de Política Criminal interessam diretamente à ciência jurídica brasileira. Afinal, a Política Criminal, segundo Shecaira, consiste em “uma disciplina que oferece aos poderes públicos as opções científicas concretas mais adequadas para controle do crime, de tal forma a servir de ponte eficaz entre o direito penal e a criminologia, facilitando a recepção das investigações empíricas e sua eventual transformação em preceitos normativos”.⁵

A escolha por se estudar a atuação de policiais e ex-policiais militares na Assembleia Legislativa e não na Câmara dos Deputados ou na Câmara de Vereadores se deve ao fato de que a política de policiamento ostensivo é ditada principalmente pelo governo estadual, ao qual a Polícia Militar se subordina, ainda que questões relevantes como a unificação das polícias e o nivelamento do piso salarial de policiais militares sejam objetos de Propostas de Emenda Constitucional na esfera federal e ainda que os deputados policiais militares disputem a competência de legislar sobre alguns assuntos.⁶

As eleições executivas, segundo Campello de Souza, distinguem menos o eleitorado em termos socioeconômicos do que as eleições legislativas, até por causa da obrigatoriedade de mobilizar majorias e, portanto, ter um apelo generalizado.⁷ É provável que os candidatos a governador abordem pautas diversas, a fim de agradar a um eleitorado o mais vasto possível, ainda que certos temas possam vir a ganhar destaque em suas agendas eleitorais. Ademais, os eleitores podem recorrer à votação estratégica (*voto útil*) em eleições majoritárias.

⁵ SHECAIRA, Sérgio Salomão, op. cit., p. 41.

⁶ Cf. o discurso de Olímpio Gomes em 17 de fevereiro de 2009, 2ª Sessão Extraordinária.

⁷ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 148-152.

Já as eleições para deputado estadual são proporcionais. Muitos deputados dirigem-se a bases eleitorais e a interesses de grupos sociais mais restritos, bem como a áreas de atuação mais específicas, como segurança pública. Não necessariamente esses deputados serão responsivos a seu eleitorado. Afinal, geralmente há multiplicidade de filiações e disputa de lealdades. O deputado que compartilha a subcultura do grupo profissional do qual se origina também compartilha a subcultura dos políticos, que impõe a necessidade de ceder e negociar.

A aprovação ou não de leis depende de uma série de fatores, não só políticos, mas também institucionais. A lei orçamentária, por exemplo, é de iniciativa exclusiva do governador. É preciso ter em mente também que a atuação parlamentar não se restringe à apresentação de projetos de lei. Por terem a necessidade de pelo menos parecerem responsivos junto ao seu eleitorado, para serem reeleitos, os deputados podem fazer uso de outros recursos, como pronunciamentos e homenagens em plenário.

Olímpio Gomes, deputado conhecido como Major Olímpio, reconhece a importância dos discursos na tribuna para “prestar contas”, ainda mais porque foi impedido pelo Regimento de pedir verificação de presença e votação⁸ e tinha dificuldade de aprovar projetos em razão de sua postura fortemente oposicionista. Para ele, a tribuna é a “hora de verdade de cada um”, é a “hora onde tem que se dizer de que lado da canoa vai se colocar o pé”⁹, de dizer “as verdades que estão estampadas e que estão caladas”, de dizer “exatamente o que está calado no coração de cada policial militar, de cada filho, de cada cidadão entre os 40 milhões de habitantes desse Estado que quer, espera e merece uma polícia cada vez melhor”.¹⁰ Da mesma forma, Conte Lopes declara que representa o Poder Legislativo e que fala todos os dias da tribuna “sobre as ocorrências e até sobre os problemas da polícia”.¹¹ Para o deputado Celso Tanauí, por sua vez, só da tribuna “é que o parlamentar tem condições de defender esses valorosos policiais de São Paulo”.¹²

A hipótese de que o populismo penal tem um forte apelo eleitoral dificilmente pode ser empiricamente provada, em virtude da quantidade e complexidade de fatores que

⁸ Cf. 29 de novembro de 2007, 45ª Sessão Extraordinária; 12 de dezembro de 2007, 49ª Sessão Extraordinária; 19 de dezembro de 2007, 57ª Sessão Extraordinária.

⁹ 25 de setembro de 2007, 29ª Sessão Extraordinária.

¹⁰ 47ª Sessão Solene Homenagem aos “176 Anos da Polícia Militar do Estado de São Paulo” (10/12/2007).

¹¹ Cf. 67ª Sessão Solene Homenagem aos 174 Anos da Polícia Militar (09/12/2005); 47ª Sessão Solene Homenagem aos “176 Anos da Polícia Militar do Estado de São Paulo” (10/12/2007); 13 de julho de 2006, 103ª Sessão Ordinária.

¹² 18 de maio de 1999, 7ª Sessão Extraordinária.

influenciam a escolha do eleitor. Evidentemente, não é possível demonstrar apenas pelo conteúdo dos pronunciamentos e projetos de lei qual é a base eleitoral desses deputados e, portanto, se são ou não são responsivos aos interesses de seus eleitores. Entretanto, tomando como premissa a detenção do mínimo de informação por parte do eleitor, é plausível que deputados policiais militares que se apresentem nas campanhas como tais representem uma parcela da corporação policial e/ou eleitores que pelo menos valorizem a pauta da segurança pública.

Se o voto em candidatos que pregam abertamente e quase exclusivamente um endurecimento na política de segurança pública tem um componente ideológico bastante acentuado e as eleições são um momento privilegiado para se tentar aferir quais os valores hegemônicos da população, a eleição de policiais militares para a Assembleia Legislativa é simbólica e aponta não só o tipo de político que parte da população deseja, mas quais são as maiores preocupações de parte do eleitorado e qual o tipo de política de segurança pública por ela apoiado.

Para mapear quais foram os deputados estaduais da ALESP nas 14^a, 15^a e 16^a legislaturas que tinham como principal pauta de atuação a segurança pública, construiu-se, com base em uma pesquisa no *site* da ALESP, no campo *Comissões Permanentes*, um banco de dados com a composição da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários da ALESP, de 1999 a 2010.¹³ No campo *Deputados Estaduais* do *site*, foram pesquisados todos os deputados estaduais das 15^a e 16^a legislaturas que informaram ter como área de atuação *Funcionalismo Público, Polícia Militar, Política Antidrogas, Prevenção de drogas, Segurança, Segurança Pública e Violência Intrafamiliar*.¹⁴ As informações referentes aos deputados da 14^a legislatura estão indisponíveis.

Pesquisou-se então o perfil biográfico de todos os deputados que constam nesses dois bancos de dados no *site* da ALESP, no campo *Deputados Estaduais*. As informações foram complementadas por pesquisas no *site* da Fundação SEADE¹⁵, no *site* *Políticos do Brasil*¹⁶ e no *site* dos próprios deputados. A pesquisa localizou sete deputados estaduais policiais militares nas 14^a, 15^a e 16^a legislaturas: Celso Tanai, Conte Lopes, Edson Ferrarini, Olímpio Gomes (Major Olímpio), Otoniel Lima, Ubiratan Guimarães (Coronel

¹³ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/comissoes/comissoes-permanentes/seguranca-publica-e-assuntos-penitenciarios>>.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/deputados/deputados-estaduais>>.

¹⁵ Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol_sel>.

¹⁶ Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>>.

Ubiratan) e Wilson Moraes. Também foram encontrados na pesquisa delegados da Polícia Civil, um militar e promotores de Justiça. No entanto, por não terem integrado o quadro funcional da Polícia Militar, seus pronunciamentos foram excluídos da análise, bem como o de outros deputados que fazem da segurança pública a sua principal bandeira política e tradicionalmente defendem a Polícia Militar, como o repórter policial Afanásio Jazadji. Podem até ser aliados da Polícia Militar, mas não se confundem com esse grupo. Podem se considerar representantes da polícia, mas não se verifica uma autorrepresentação política, nesses casos.

Não se pode ignorar, além disso, que Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério Público são instituições diversas, com culturas profissionais diversas e, apesar de em alguns momentos se aliarem politicamente, podem defender interesses opostos. Pesquisas ulteriores poderão partir dos resultados desta pesquisa para fazer uma análise comparativa que possibilite investigar em que medida o deputado policial militar, o deputado policial civil e o deputado promotor se distinguem no que se refere à ideologia e sua prática parlamentar.

O capítulo 1 analisa a quantidade de policiais militares candidatos a deputado estadual nas eleições de 2002, 2006 e 2010; os partidos pelos quais se candidataram; as votações dos policiais militares eleitos em 1998, 2002, 2006 e 2010; por quais partidos se elegeram; em quais zonas eleitorais foram proporcionalmente mais votados; quais são os seus projetos de lei e projetos de lei complementar; quais foram suas votações nominais de mérito em plenário na 16ª legislatura.

O capítulo 2 aborda a relação entre a sensação de insegurança e o voto em candidatos da direita, por meio de pesquisas que avaliaram a opinião da população sobre uma série de temas relacionados à segurança pública. Os discursos dos deputados policiais militares sobre esses temas são analisados a fim de verificar quão representativos eles são. Os capítulos 3 e 4 abordam as razões pelas quais os policiais tendem a se identificar ou a se aliar com a direita política.

O capítulo 5 aborda o processo de criminalização da política e se ele é incorporado no discurso dos deputados policiais militares. O objeto do capítulo 6 é a relação conflituosa entre policiais militares e políticos, o modo como os policiais tentam se manter independentes do poder civil, como formulam discursos sobre a neutralidade política e como se tornam lideranças políticas na comunidade. Por fim, o capítulo 7 analisa as

tensões profissionais que fazem com que os policiais militares questionem relações de poder e suas relações contraditórias com os movimentos sociais.

Para verificar a hipótese deste trabalho, foi adotada uma abordagem de pesquisa qualitativa, a qual consistiu em analisar o conteúdo dos pronunciamentos em plenário dos deputados policiais militares nas sessões da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.¹⁷ Segundo Bardin, a análise de conteúdo possui duas funções que podem coexistir de maneira complementar: uma função heurística, que visa a enriquecer a pesquisa exploratória, aumentando a propensão à descoberta e proporcionando o surgimento de hipóteses quando se examinam mensagens pouco exploradas anteriormente; e uma função de administração da prova, ou seja, servir de prova para a verificação de hipóteses apresentadas sob a forma de questões ou de afirmações provisórias.¹⁸ Daí a importância de se conhecer previamente a subcultura policial e a ideologia de direita para fazer inferências a partir dos pronunciamentos.

Não foram realizadas entrevistas com os deputados policiais militares, pois é o pronunciamento formal, no plenário da ALESP, que distingue o status de seus discursos do status de discursos de policiais militares que não integram o Poder Legislativo e porque, mais do que investigar o que os deputados policiais militares pensam sobre determinado assunto ou o que declaram pensar para um pesquisador ou jornalista, este trabalho busca investigar como eles se posicionam publicamente, dirigindo-se de forma responsiva ou não especificamente aos seus eleitores e eleitores potenciais, tomando-se como premissa que a relação com o receptor da mensagem pode condicionar significativamente o conteúdo do discurso do emissor.

¹⁷ A análise de discurso preocupa-se em compreender os sentidos que o sujeito manifesta por meio do seu discurso, pressupõe que a linguagem não é transparente, mas opaca, e adota uma abordagem exclusivamente qualitativa. Já a análise de conteúdo busca compreender o pensamento do sujeito por meio do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem, e adota abordagens tanto qualitativas quanto quantitativas. Enquanto na abordagem quantitativa da análise de conteúdo se traça uma frequência das características que se repetem no conteúdo do texto, na abordagem qualitativa se considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo (por exemplo, uma temática) ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem (CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto- enferm.* Florianópolis, 2006, vol. 15, n. 4, p. 682-684).

¹⁸ Apud CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves, MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações rurais & agroindustriais*, vol. 5, nº 1, 2003. p. 5.

Em virtude de o *site* da ALESP disponibilizar os discursos taquigrafados dos deputados em sessões plenárias somente a partir do ano de 1999¹⁹, optou-se por analisar o conteúdo dos pronunciamentos dos deputados policiais e ex-policiais militares nas 14^a, 15^a e 16^a legislaturas, tendo em vista que o prazo final desta pesquisa coincide com o término da 17^a legislatura (2011-2014) e não houve tempo suficiente para analisá-la adequadamente. Foram incluídas as sessões do período adicional de cada legislatura.

Todas as sessões na ALESP são públicas. As sessões ordinárias são realizadas nos dias úteis, exceto aos sábados. No Pequeno Expediente, das 14h30 às 15h30, o parlamentar previamente inscrito dispõe de cinco minutos para falar sobre um tema de livre escolha, não sendo permitidos apartes de outros deputados. No Grande Expediente, das 15h30 às 16h30, cada deputado previamente inscrito tem quinze minutos para expressar-se na tribuna. O tema é de livre escolha, sendo permitidos apartes. Na Ordem do Dia, que começa às 16h30, podendo durar até 21h30, ocorrem as discussões e votações dos temas propostos. Caso a Ordem do Dia termine antes das 19h00, passa-se para a Explicação Pessoal, até as 19h00, em que a palavra é franqueada ao parlamentar para, num prazo de quinze minutos, discorrer sobre assunto de livre escolha, com possibilidades de apartes.

As sessões extraordinárias são realizadas em dias ou horas diversos dos prefixados para as ordinárias. São compostas somente de Ordem do Dia, com duração prevista de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual prazo. Já as sessões solenes são destinadas a grandes comemorações ou homenagens especiais num dia ou hora diversos dos prefixados para as ordinárias.²⁰ No presente trabalho analisaram-se todos os discursos dos deputados policiais militares proferidos em sessões solenes e extraordinárias.

Em virtude do número excessivo de sessões ordinárias em que os sete deputados que compõem a população de interesse se pronunciaram, foi necessário recorrer a uma amostra dos pronunciamentos. A população (pronunciamentos dos deputados em plenário) está naturalmente dividida em estratos, no qual cada estrato é composto pelas sessões plenárias ordinárias das 14^a, 15^a e 16^a legislaturas da ALESP nas quais cada um dos sete deputados policiais militares discursou uma ou mais vezes. Foi construída uma listagem, por deputado, que contém as sessões ordinárias nas quais o mesmo se pronunciou em

¹⁹ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/processo-legislativo/sessoes-plenarias/sessoes-pesquisa?texto=&termoBusca=&baseBusca=sessoes>>.

²⁰ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/alesp/sessoes-plenarias/#sessao>>.

plenário, ordenadas segundo o tempo. Foi estipulada a percentagem de 6,25% para a seleção da amostra das sessões ordinárias nas quais o deputado se pronunciou.

Foram então formados grupos de 16 em 16 sessões e sorteada a posição 1 da sessão para pertencer à amostra, sendo essa posição a mesma para todos os grupos formados. Tal amostragem é denominada amostragem sistemática. A percentagem adotada foi de 6,25%, porque, se for desejo dobrar ou quadruplicar o tamanho da amostra posteriormente, os elementos já sorteados continuarão a pertencer à amostra selecionada. Para deixar o texto mais fluído, os trechos dos discursos selecionados foram agrupados nos anexos I a VII dos capítulos, numerados e indicados no corpo do texto dos capítulos pela letra *D*, entre parênteses. Foram indicadas em notas de rodapé sessões em que discursos de mesmo teor foram proferidos pelos mesmos deputados. Os projetos de lei dos deputados policiais militares foram divididos por autoria, por tema e agrupados no anexo VIII.

A fim de verificar quais são as bases geográfico-eleitorais dos deputados policiais militares, foi adotada uma abordagem quantitativa que consistiu em pesquisar no *site* do Tribunal Superior Eleitoral²¹ as votações que os referidos deputados obtiveram nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010, por zona eleitoral. Ainda que os eleitores não votem necessariamente nos bairros em que morem e ainda que a população de cada bairro não seja homogênea, em termos etários, de renda e escolaridade, a base geográfica de um candidato pode vir a indicar qual a sua base social.

Para analisar quais as preferências partidárias, as maiores preocupações e a cultura política dos eleitores, mais especificamente no que diz respeito à sua percepção em relação à classe política brasileira, à polícia, e seu grau de apoio a pautas repressivas, valeu-se de dados pré-existentes coletados em pesquisas quantitativas de institutos de pesquisa. Da mesma forma, recorreu-se a fontes secundárias, como pesquisas quantitativas realizadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP – do Ministério da Justiça, pelo Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas – CPJA – da Escola de Direito da FGV em São Paulo e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública para ter acesso às opiniões de policiais militares a respeito da política de segurança pública e para investigar quais são suas principais reivindicações no terreno profissional.

De certa forma, o presente trabalho complementa e responde alguns dos pontos levantados por Luiz Eduardo Soares, Marcos Rolim e Silvia Ramos por ocasião da

²¹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores>>.

divulgação, em agosto de 2009, da Pesquisa *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD:

A pesquisa pode vir a alterar o tradicional equilíbrio de forças, no campo da segurança, ao demonstrar que os intérpretes usuais e os mais frequentes porta-vozes dos profissionais da área talvez não estejam traduzindo os sentimentos e as visões de seus pretensos representados – os quais, portanto, talvez não mereçam esta qualificação. Ou seja, talvez não estejam sendo, de fato, representados, no sentido mais exato, preciso e nobre da palavra. Por outro lado, os que vocalizam transformações talvez estejam mais sintonizados com os desejos amplamente majoritários nas categorias de que nos ocupamos. Nesse sentido, a considerarem-se os resultados da pesquisa, as reformas das instituições da segurança pública deixam de ser postulações inconsequentes de intelectuais e militantes dos direitos humanos, para se converterem em bandeiras autênticas das categorias policiais ou de sua ampla maioria. Eis aí uma virada surpreendente: aqueles que se imaginavam, em certa medida, adversários políticos e ideológicos (pesquisadores acadêmicos e ativistas, por um lado, e policiais, por outro), quando não inimigos (em tantos confrontos verbais e enfrentamentos políticos radicalizados), aparecem irmanados em torno de propósitos e expectativas comuns, avaliações consensuais e valores compartilhados. Por sua vez, nesse novo momento, ante o novo quadro de informações, muitos atores que se supunham unidos ou, pelo menos, aliados, emergem apartados, divergindo, quando não em franca contradição – é o caso de lideranças políticas, parlamentares, sindicais ou corporativas, que defendem o *status quo* institucional com pontos de vista estritamente corporativistas e conservadores. Alguns desses agentes – cuja autoridade repousa na pretensão (até aqui não questionada) de representar as categorias que atuam no campo da segurança pública – desqualificam os proponentes de reformas como se postular mudanças significasse desrespeitar as instituições, ofender sua reputação, agredir sua história e hostilizar os profissionais. Surpreendentemente, revela-se ilegítima, artificial e desprovida de conteúdo real, portanto, face aos resultados da pesquisa, a postura defensiva e imobilista dos “porta-vozes”, quando não dogmática, autoritária e sectária, contrária a transformações institucionais profundas. Essa postura negativa e francamente reativa de alguns deputados e representantes das categorias tem servido à estagnação do debate público e à inibição de iniciativas reformistas, assustando políticos, governantes e gestores públicos com a ameaça de estigmas abomináveis (e politicamente destrutivos), do tipo: “inimigos da polícia”, “defensores de bandidos”, “tolerantes com o crime”, “inimigos da Constituição”, “românticos e radicais”, “ignorantes da prática e da crua realidade”. Até aqui, têm sido recorrentes as referências a *lobbies* policiais, a pressões corporativas, a demandas institucionais, a pronunciamentos de lideranças formais das categorias policiais, a declarações oficiais elaboradas em círculos restritos de quadros dirigentes. Com a realização da pesquisa cujos principais resultados ora apresentamos, abrem-se, finalmente, canais de novo tipo e qualidade para a comunicação entre o universo de 637 mil profissionais que atuam na segurança pública e os demais cidadãos brasileiros. Trata-se

também de uma oportunidade para que as legítimas representações corporativas e políticas se fortaleçam, e para que o lapso de representatividade das demais seja corrigido pela mobilização dos próprios profissionais, com o apoio e em diálogo com os organismos da sociedade civil.²²

²² *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. p. 10-12.

1. POLICIAIS MILITARES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1999-2010)

1. Os policiais militares candidatos a deputado estadual em São Paulo

Pesquisando-se no *site* do Tribunal Superior Eleitoral, constatou-se que em 1998 nenhum candidato a deputado estadual em São Paulo se declarou policial militar em seu registro de candidatura. Provavelmente não havia essa opção de profissão, tendo em vista que nas eleições seguintes vários candidatos a fizeram. Ubiratan Guimarães, Edson Ferrarini e Wilson Moraes não informaram suas profissões. Conte Lopes se declarou *militar em geral* e Celso Tanauí *aposentado (exceto funcionário público)*.

No ano de 2002 trinta e oito candidatos aptos em São Paulo declararam-se policiais militares, sendo catorze candidatos a deputado federal e vinte e quatro candidatos a deputado estadual. Curiosamente, apesar de em seus discursos autodenominarem-se representantes e defensores da Polícia Militar, os ex-policiais militares eleitos não constam no site do TSE como policiais militares no campo *profissão*. Edson Ferrarini declarou-se psicólogo, Conte Lopes declarou-se empresário e Ubiratan Guimarães declarou-se militar reformado. Olímpio Gomes, que havia tentado uma vaga de deputado federal e não conseguiu eleger-se, já se declarava policial militar.

O fato de a maioria dos candidatos policiais militares ter optado por concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa e não na Câmara dos Deputados pode revelar a estratégia eleitoral de optar por uma eleição em que o número de votos necessários para se eleger é menor ou o interesse desses candidatos de participar do legislativo estadual, em razão de avaliarem que é na Assembleia Legislativa que os assuntos que julgam mais importantes para a Polícia Militar são discutidos e votados.

Dos vinte e quatro policiais militares candidatos a deputado estadual, três eram do PGT, três eram do PSB, dois eram do PMDB, dois eram do PST, dois eram do PL, dois eram do PPS, dois eram do PPB, um era do PDT, um era do PSC, um era do PAN, um era do PHS, um era do PSD, um era do PV, um era do PRONA e um era do PTdoB. A maior quantidade de policiais militares candidatos a deputado estadual em São Paulo era filiada, pois, ao PGT, um partido criado por dirigentes da Confederação Geral dos Trabalhadores,

e ao PSB, um partido fundado por nomes de esquerda. O PTB, partido da maioria dos policiais militares eleitos, conforme será visto adiante, não aparece na lista.

Em 2006 havia cinquenta e cinco policiais militares candidatos aptos em São Paulo, sendo um candidato a senador, catorze candidatos a deputado federal e quarenta candidatos a deputado estadual. Verificou-se um aumento de 66,67% no número de policiais militares candidatos a deputado estadual em São Paulo em relação à eleição anterior. Dos policiais militares eleitos, apenas Olímpio Gomes declarou-se como policial militar. Conte Lopes e Edson Ferrarini informaram a ocupação *deputado*, apesar de Edson Ferrarini declarar em seus discursos na Assembleia que considera a farda a sua “segunda pele” e que não é deputado, mas “está deputado”, pois antes de tudo é policial militar (D1).

Dos quarenta candidatos a deputado estadual em São Paulo que se declararam policiais militares, oito eram do PV, cinco eram do PSDC, quatro eram do PSC, três eram do PTC, três eram do PMN, dois eram do PTdoB, dois eram do PPS, dois eram do PTB, dois eram do PDT, um era do PSDB, um era do PSB, um era do PMDB, um era do PRTB, um era do PT, um era do PL, um era do PAN, um era do PP e um era do PRONA. Um dos partidos que mais abrigou policiais militares candidatos a deputado estadual nas eleições passadas, o PGT, tinha se fundido com o PL em 2003²³ e o outro, o PSB, diminuiu o número de candidatos a apenas um. Destaca-se a candidatura de um policial militar pelo PT, o partido considerado mais à esquerda entre os listados acima.²⁴

A maioria dos policiais militares candidatos a deputado estadual em São Paulo em 2006 era do PV, um partido identificado com pautas libertárias, como a descriminalização da maconha e do aborto. Era o partido pelo qual Olímpio Gomes conseguiu se eleger. Por outro lado, após o PV, partidos cristãos foram os que mais apresentaram policiais militares candidatos a deputado estadual, como o PSDC, PSC e PTC.

²³ PL se funde com PST e PGT e garante tempo na TV. *Folha Online*, 11 fev. 2003.

²⁴ De acordo com Leôncio Martins Rodrigues, a definição do PPB (atual PP) e o do PFL (atual DEM) como partidos de direita, do PMDB e do PSDB, como partidos de centro e do PDT e do PT, como partidos de esquerda é a que tem sido adotada mais recentemente por quase todos os pesquisadores brasileiros e brasilianistas, pelo menos até 2009. Para Rodrigues, a classificação do PDT como um partido de centro-esquerda talvez fosse a mais apropriada, à luz das diferenças na sua composição social e não apenas de sua orientação política (nacionalista e estatizante), que levou esse partido, no Congresso, a votar de modo muito semelhante ao PT e ao PC do B, entendidos indiscutivelmente como de esquerda. O autor, todavia, prefere evitar caracterizações mais específicas, pois as fronteiras dos campos ideológicos não lhe pareciam tão nítidas e o número de parlamentares do PDT lhe pareceu pequeno demais para possibilitar a criação de uma quarta categoria, a de centro-esquerda (RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais 2009. p. 37-38).

Já em 2010 houve quarenta e três policiais militares candidatos aptos em São Paulo, sendo dez candidatos a deputado federal e trinta e três candidatos a deputado estadual, uma diminuição de 17,5% no número de policiais militares candidatos a deputado estadual em relação às eleições de 2006. Dos policiais militares eleitos, novamente apenas Olímpio Gomes declarou-se *policia militar*, no campo profissão. Edson Ferrarini declarou-se *deputado* e Osvaldo Verginio declarou-se *vereador*. Conte Lopes, que não conseguiu se reeleger, também declarou-se *deputado*.

Dos trinta e três policiais militares candidatos a deputado estadual, sete eram do PSC, cinco eram do PDT, quatro eram do PSL, quatro eram do PSB, quatro eram do PTB, quatro eram do PP, três eram do PV, dois eram do PMDB, dois eram do PT, dois eram do PTC, um era do PSDB, um era do PSDC, um era do PTN, um era do PCdoB, um era do PMN e um era do PPS. Observa-se, pela volatilidade das filiações partidárias de policiais militares candidatos a deputado estadual, que não há um partido que tradicionalmente agregue uma maior quantidade de policiais militares candidatos.

Em 2010 aparece no topo um partido cristão, com posições conservadoras. O PSDC, que tinha cinco candidatos em 2006, apresentou apenas um em 2010. Da mesma forma, o número de candidatos no PV caiu de oito para três. Por outro lado, o número de candidatos no PDT aumentou de dois para cinco, fazendo com que em 2010 fosse o segundo partido com o maior número de policiais militares candidatos a deputado estadual. O PDT foi o partido para o qual migrara Olímpio Gomes, oriundo justamente do PV. Destacam-se duas candidaturas de policiais militares pelo PT e uma pelo PCdoB, o que demonstra que policiais militares também encontram espaço em partidos de esquerda.

Nas próximas páginas verificar-se-ão as votações obtidas pelos policiais militares eleitos deputados nas eleições de 1998, 2002, 2006 e 2010; os partidos e números pelos quais concorreram; a indicação de se foram eleitos ou se obtiveram a suplência e as zonas eleitorais onde foram proporcionalmente mais votados.²⁵ Não foram encontradas as votações por zonas eleitorais das eleições de 2010. Ainda que esses deputados estaduais também tenham concorrido para outros cargos, como os de vereador e deputado federal, só foram registrados nas tabelas os dados relativos às eleições para deputado estadual.

²⁵ Trata-se da porcentagem dos votos das zonas eleitorais que foram para os candidatos e não da porcentagem de votos do candidato que são oriundos daquelas zonas.

1.1. Celso Tanauí

Celso Tanauí é oficial reformado da Polícia Militar e foi diretor da Associação de Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar.²⁶ Foi membro efetivo da Comissão de Segurança Pública da ALESP no ano de 1999, fez pronunciamentos no plenário em setenta e quatro sessões, sendo oito sessões solenes e dezessete sessões extraordinárias. Foi autor de cinquenta e dois projetos de lei na 14ª legislatura (1999-2003), dos quais seis transformados em norma; oito projetos de lei complementar e uma proposta de emenda à Constituição. Em 2004, tentou se eleger vereador pelo município de São Paulo pelo PDT, com o número 12190, e obteve a suplência.

Tabela 1: Número, votações nominais, situação eleitoral e zonas eleitorais onde Celso Tanauí foi proporcionalmente mais votado nas eleições para deputado estadual

ANO	1998	2002
NÚMERO	14190 (PTB)	14190 (PTB)
VOTOS NOMINAIS	42.842	35.771
SITUAÇÃO	Eleito	Suplente
ZONAS ELEITORAIS (%)	São Pedro (4,4)	Guariba (2,3)
	Presidente Venceslau (3,9)	Igarapava (1,7)
	Promissão (3,9)	Monte Aprazível (1,6)
	Penápolis (3,7)	Presidente Venceslau (1,6)
	Santo Anastácio (2,5)	Monte Alto (1,1)

Fonte: TSE

Celso Tanauí declara que a defesa da Polícia Militar não é feita na ALESP apenas pelos deputados policiais militares, mas também por outros deputados aos quais o deputado se refere como “grupo pró-PM” (D2 e D3) – da mesma forma, que, apesar de governista, contraria o governo em nome dos os interesses da tropa (D4). Em discurso no plenário, o deputado expressa a dificuldade de ter seus projetos voltados para a melhoria da Polícia Militar aprovados, como o que obriga o Estado a fazer seguro de todas as viaturas, para que o policial militar não tenha que arcar com os custos de acidentes (D5). Dos cinquenta e dois projetos de lei apresentados, dois referem-se a homenagens, vinte e quatro dizem respeito à Polícia Militar e a outros profissionais da segurança pública e vinte e seis abordam outros assuntos. Dos seis projetos de lei transformados em norma, dois referem-se

²⁶ SIVIERO, Samir. Policiais militares podem fazer greve. *Diário do Grande ABC*, 13 mai. 2001.

a homenagens, um refere-se à Polícia Militar²⁷ e três referem-se a outros assuntos. Os oito projetos de lei complementar referem-se à Polícia Militar. O projeto de emenda à Constituição refere-se à Polícia Militar.²⁸

O projeto que obriga o Estado a fazer seguro de todas as viaturas justifica-se, tendo em vista que, em pesquisa realizada em 2009²⁹, 25,5% dos praças da Polícia Militar e 28,0% dos oficiais declararam já terem sofrido acidente de trânsito em serviço, as maiores vitimizações entre todos os profissionais da segurança pública. São os mais expostos a acidentes de trânsito, pois cumprem extensas jornadas de patrulhamento motorizado, atendem emergências, como ocorrências com crimes em andamento e perseguições. Ademais, são solicitados pela população cotidianamente para prestar todo tipo de ajuda em situações especialmente graves, não necessariamente vinculadas a práticas criminais.³⁰

Em relação ao projeto de Celso Tanai, aprovado, que faz referência à falta de armas e autoriza os policiais civis e militares a utilizarem armas de fogo apreendidas e que estejam à disposição da Justiça, 85,8% dos praças das Polícias Militares e 78,4% dos oficiais apontaram em 2009 a falta de verbas para equipamentos e armas como fatores muito importantes que compunham as dificuldades do trabalho da polícia.³¹ O deputado governista Wilson Moraes (PSDB) sustentava, em dezembro de 1999, que o governo Mário Covas foi o que mais investiu em material, mas que ainda faltava investir no policial (D6). Celso Tanai também reivindicava um novo plano de carreira para policiais militares e

²⁷ Projeto de Lei nº 200/1999: Dispõe sobre o uso de armas de fogo, produtos de crime, apreendidas e à disposição da Justiça, por policiais civis e militares (Lei nº 11.060/2002).

²⁸ Proposta de emenda à Constituição nº 11/2002: Prorroga o prazo para aplicação do artigo 29 do ADCT, que dispõe sobre promoção de Policiais Civis e Militares.

²⁹ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

³⁰ Em pesquisa realizada em 2014, 42,3% dos policiais militares brasileiros declararam já terem sofrido acidente de trânsito em serviço, a maior vitimização entre os profissionais de segurança pública (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. *Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública*).

³¹ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. Em pesquisa realizada em 2014, 76,8% dos policiais brasileiros apontaram como muito importante a falta de verbas para equipamentos e armas (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara, op. cit.). A *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*, divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, revelou que, em 2011, excluindo-se a folha de pagamento, 1,59% dos recursos financeiros do Orçamento da Polícia Militar de São Paulo foram destinados à aquisição de equipamentos de proteção individual (décima maior porcentagem do país); 44,17%, à aquisição de meios de transporte (maior porcentagem do país); 11,54%, à aquisição de armamento e munição (sexta maior do país). Em 2011, com um efetivo de 85.056 homens, a razão entre o total de efetivo da Polícia Militar de São Paulo por colete balístico em uso era 0,98, a quarta menor do país (Alagoas não enviou dados). A razão entre efetivo e armas de fogo em uso era 0,62, a segunda menor do país (Alagoas e Pará não enviaram dados) (*Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013).

propôs projetos de lei visando a aumentar o efetivo da Polícia Militar a fim de adequá-lo ao que recomenda a ONU: um policial para cada 250 habitantes. Segundo o deputado, em São Paulo a proporção era, em julho de 2002, de um policial para mais de mil habitantes, à qual atribuía os elevados índices de criminalidade (D7). Em 2009, 79,7% dos praças das Polícias Militares e 69,0% dos oficiais apontaram o contingente policial insuficiente como fatores muito importantes que compunham as dificuldades do trabalho da polícia.³²

1.2. Conte Lopes

Conte Lopes ingressou em 1967 na Polícia Militar e em 1974 na ROTA. É formado em Direito e radialista. Em 1986 foi eleito deputado estadual pela primeira vez, pelo PDS, obtendo 26.945 votos. Nas eleições seguintes, em 1990, foi reeleito pelo mesmo partido com 43.726 votos. Em 1994, foi o décimo segundo candidato mais votado em São Paulo, obtendo 66.772 votos.³³ Nas eleições de 1998 e 2002 foi o segundo candidato a deputado estadual mais votado em São Paulo. Seu número de candidato sempre incluiu o número 38, o calibre de arma mais famoso.³⁴

Nas legislaturas analisadas, foi membro efetivo da Comissão de Segurança da ALESP nos anos de 1999 a 2008 e suplente no ano de 2009. De 1999 a 2010 fez pronunciamentos em 1.202 sessões, sendo quarenta e sete sessões solenes e cinquenta e seis sessões extraordinárias. Na 14ª legislatura foi autor de treze projetos de lei, dos quais três transformados em norma, e dois projetos de lei complementar. Na 15ª legislatura foi autor de dez projetos de lei, dos quais três transformados em norma; coautor de doze projetos de lei, dos quais cinco transformados em norma; autor de um projeto de lei complementar; coautor de cinco projetos de lei complementar, dos quais dois transformados em norma; e coautor de vinte e três propostas de emenda à Constituição. Na 16ª legislatura foi autor de dezenove projetos de lei, dos quais dois transformados em

³² *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. Em pesquisa realizada em 2014, 81,7% dos policiais brasileiros apontaram como muito importante contingente policial insuficiente (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara, op. cit.). De acordo com a *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*, divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em 2011 a razão entre a população de São Paulo e o efetivo da Polícia Militar era de um policial para cada 489 habitantes, a sétima maior do país (*Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013).

³³ Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/>>.

³⁴ Disponível em: <<http://www.contelopes.com/p/biografia.html>>.

norma; coautor de um projeto de lei; autor de três projetos de lei complementar; coautor de três projetos de lei complementar; e coautor de vinte propostas de emenda à Constituição. Em 2012 se elegeu vereador por São Paulo pelo PTB. Em 2014 foi candidato a deputado federal pelo PTB e não obteve sucesso.

Tabela 2: Número, votações nominais, situação eleitoral e zonas eleitorais onde Conte Lopes foi proporcionalmente mais votado nas eleições para deputado estadual

ANO	1998	2002	2006	2010
NÚMERO	11138 (PPB)	11138 (PPB)	14138 (PTB)	14138 (PTB)
VOTOS NOMINAIS	148.388	207.006	87.191	68.491
SITUAÇÃO	Eleito	Eleito	Eleito	Suplente
ZONAS ELEITORAIS (%)	Tucuruvi (13,70)	Tucuruvi (7,5)	Tucuruvi (4,0)	
	Jaçanã (8,6)	Jaçanã (5,2)	Santana (2,6)	
	São Mateus (7,1)	Santana (5,0)	Jaçanã (2,2)	
	Santana (4,8)	Vila Maria (4,7)	Vila Maria (1,8)	
	Vila Maria (4,4)	Mooca (4,3)	Tatuapé (1,8)	

Fonte: TSE

Dos cinquenta e cinco projetos de lei apresentados, sete referem-se a homenagens, onze referem-se à Polícia Militar e demais profissionais de segurança pública, quinze referem-se a outros assuntos relativos à segurança pública e vinte e dois referem-se a outros assuntos. Dos treze projetos de lei transformados em norma, quatro referem-se a homenagens, dois referem-se à Polícia Militar³⁵, um refere-se a outro assunto relativo à segurança pública³⁶ e seis referem-se a outros assuntos. Dos catorze projetos de lei complementar apresentados, sete referem-se à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública e sete referem-se a outros assuntos. Os dois projetos de lei complementar transformados em norma referem-se a outros assuntos. Dos quarenta e três projetos de emenda à Constituição, dois referem-se à Polícia Militar e outros profissionais

³⁵ Projeto de Lei nº 941/1999: Torna obrigatória a realização de testes toxicológicos quando da admissão do Policial pelas Corporações da Polícia Militar e Polícia Civil (Lei nº 10.859/2001); Projeto de Lei nº 159/2000: Obriga a Secretaria da Segurança Pública a destruir as armas de fogo apreendidas (Lei nº 12.249/2006).

³⁶ Projeto de Lei nº 909/2007: Dispõe sobre o registro policial de estabelecimentos que atuam no comércio ou na fundição de jóias usadas (Lei nº 12.968/2008).

da segurança pública e quarenta e um referem-se a outros assuntos. Nos discursos D8 e D9 Conte Lopes comenta alguns de seus projetos. O deputado também sugere projetos de lei ao presidente Fernando Henrique Cardoso – como o que apenas familiares e amigos que concedam dinheiro aos sequestrados –, até porque o deputado estadual não pode legislar em determinadas matérias, como direito penal (D10).

Conte Lopes afirma sempre defender os interesses da Polícia Militar, embora se oponha abertamente a projetos apoiados por esta, seja porque julga conhecer o que é melhor para a Polícia Militar, seja porque prefere apoiar o que é melhor para o “povo de São Paulo” (D11). O deputado declara defender *as cores da Polícia Militar* na ALESP junto com os outros deputados policiais militares, apesar das divergências de posições expostas nos discursos da amostra (D12 e D13). Ao contrário de Olímpio Gomes, por exemplo, que rejeita projetos do governo que supostamente trazem benefícios para a Polícia Militar considerados insuficientes, Conte Lopes os aprova (D14 e D15).

Das quarenta e nove votações de mérito em plenário da 16ª legislatura (2007-2011), de acordo com os dados do *site* da ALESP³⁷, Conte Lopes votou quarenta e duas vezes com o governo, sete das quais também com o PT, presidiu a sessão três vezes, não votou uma vez e votou contra o governo apenas três vezes, duas das quais com o PT. Das três vezes que votou contra o governo, em duas vezes tratava-se de assuntos relativos à Polícia Militar. Conte Lopes revelou-se, assim, um deputado governista, opondo-se ao governo pouquíssimas vezes nas votações da 16ª legislatura, mas em assuntos que diziam respeito aos interesses da Polícia Militar.³⁸

³⁷ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/alesp/votacoes-no-plenario/>>.

³⁸ Votou, junto com o PT, contra a Emenda Aglutinativa Substitutiva nº 42/2007 ao PLC 30/2005, que criava a São Paulo Previdência – SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos – RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM; e votou, junto com o PT, a favor do Parecer nº 3.665, de 2008, da Comissão de Redação, das Emendas 1 a 28 englobadamente ao PLC 61/2008, que dispunha sobre a reclassificação dos padrões de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar, do Quadro da Secretaria da Segurança Pública. Contra o governo e contra o PT, votou a favor da Proposta de Emenda nº 17/2007 à Constituição, que acrescentava parágrafo único ao artigo 144 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a autonomia dos municípios. Nas outras duas votações sobre normas relativas à Polícia Militar, Conte Lopes votou a favor, com o governo e com todos os outros deputados da ALESP, a favor do Parecer nº 3.556, de 2008, da Comissão de Redação, do Projeto de Lei complementar nº 51 de 2008, que dispõe sobre a extinção e criação de postos e graduações nos Quadros de Oficiais e de Praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo e do Parecer nº 3.665, de 2008, da Comissão de Redação, do PLC 61/2008 salvo Mensagem Aditiva, Emendas e Substitutivo, que dispõe sobre a reclassificação dos padrões de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar, do Quadro da Secretaria da Segurança Pública (Olímpio Gomes foi o único que votou contra, nessa votação). Com o governo, Conte Lopes também votou a favor do Projeto de Lei Complementar nº 80/2007 salvo Emendas, que dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde.

1.3. Edson Ferrarini

Edson Ferrarini é Coronel da Reserva da Polícia Militar, advogado e psicólogo. É deputado estadual desde 1986. Foi o quinto candidato a deputado estadual mais votado em São Paulo nesse ano, obtendo 80.914 votos, pelo PFL. Em 1990, foi reeleito pelo PFL com 36.517 votos. Em 1994, foi o sexto candidato a deputado estadual mais votado em São Paulo, pelo PL, obtendo 81.407 votos.³⁹ Foi o terceiro candidato a deputado estadual em São Paulo mais votado nas eleições de 1998.

Mantém, desde 1979, na Avenida Jabaquara, o Centro de Recuperação *Coronel Edson Ferrarini*, que atende gratuitamente dependentes químicos e seus familiares. É autor de quatro livros sobre o tema *álcool e drogas*, tendo sido um deles implantado pela Secretaria da Educação de São Paulo na rede pública estadual. Em sua palestra *Caminhos do Sucesso*, aborda temas como *diferença entre sucesso e felicidade, como chegar ao sucesso, como escolher os objetivos na vida, a importância do trabalho e da ambição, como os pais podem contribuir ou dificultar o desenvolvimento dos filhos, situações que impedem o sucesso, como o álcool e as drogas impedem o sucesso*.⁴⁰

Nas legislaturas analisadas, foi membro efetivo da Comissão de Segurança da ALESP nos anos de 1999 a 2002 e suplente nos anos de 2005 a 2008. De 1999 a 2010 fez pronunciamentos em 279 sessões, sendo trinta e nove sessões solenes e onze sessões extraordinárias. Na 14ª legislatura (1999-2003) foi autor de doze projetos de lei, dos quais dois transformados em norma. Na 15ª legislatura (2003-2007) foi autor de onze projetos de lei, dos quais quatro transformados em norma; coautor de três projetos de lei; autor de um projeto de lei complementar; e coautor de três projetos de lei complementar. Na 16ª legislatura (2007-2011) foi autor de vinte e dois projetos de lei, dos quais dois transformados em norma; coautor de quatro projetos de lei; autor de um projeto de lei complementar; e coautor de três projetos de lei complementar.

³⁹ Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/>>.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.coroneledsonferrarini.com.br/index.php?pagina=conheca>>.

Tabela 3: Número, votações nominais, situação eleitoral e zonas eleitorais onde Edson Ferrarini foi proporcionalmente mais votado nas eleições para deputado estadual

ANO	1998	2002	2006	2010
NÚMERO	22235 (PL)	14235 (PTB)	14235 (PTB)	14235 (PTB)
VOTOS NOMINAIS	148.388	114.597	98.541	90.466
SITUAÇÃO	Eleito	Eleito	Eleito	Eleito
ZONAS ELEITORAIS (%)	Saúde (7,0)	Saúde (5,4)	Saúde (5,1)	
	Jabaquara (6,4)	Jabaquara (5,3)	Cursino (4,4)	
	Ipiranga (5,5)	Indianópolis (3,7)	Ipiranga (4,0)	
	Piracaia (4,7)	Ipiranga (3,4)	Jabaquara (3,8)	
	Indianópolis (4,2)	Vila Mariana (3,0)	Indianópolis (3,0)	

Fonte: TSE

Dos cinquenta e dois projetos de lei apresentados, catorze referem-se a homenagens, quatro referem-se à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública, oito referem-se a drogas e outros assuntos relativos à segurança pública e vinte e seis referem-se a outros assuntos. Dos oito projetos de lei transformados em norma, três referem-se a homenagens, dois referem-se a drogas e outros assuntos relativos à segurança pública⁴¹ e três referem-se a outros assuntos. Dos oito projetos de lei complementar apresentados, três referem-se à Polícia Militar e outros profissionais de segurança pública e cinco referem-se a outros assuntos.

Edson Ferrarini assinala a diferença de estilos entre ele e os outros deputados policiais militares, mas considera todos bons representantes da Polícia Militar. O deputado declara manter boas relações com Conte Lopes desde o tempo em que ambos estavam na ROTA e ter ingressado na política para cumprir a missão que lhe fora dada por um Comandante de representar na Assembleia a Polícia Militar e estar sempre em consonância com o Comando da Polícia Militar (D16 e D17).

Ferrarini afirma adotar uma política de resultados, buscando o melhor resultado possível, tendo em vista as limitações jurídicas, orçamentárias e políticas, o que implica preparar o terreno para a aprovação de leis por meio de articulações com o Comando Geral da Polícia Militar e o governo, além de fazer uma série de concessões. Nesse ponto,

⁴¹ Projeto de Lei nº 317/2006: Autoriza o Poder Executivo a criar, na sua estrutura organizacional, Centros de Recuperação de Dependentes Químicos (Lei nº 12.729/2007); Projeto de Lei nº 398/2001: Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de cozinha em estabelecimentos penais (Lei nº 10.957/2001).

apresenta um estilo bem diferente do estilo de Olímpio Gomes, muito mais combativo. Um dos episódios a que os deputados fazem referência em muitos discursos é o da criação e transformação do Adicional de Local de Exercício –ALE –, que não era incorporado ao salário dos policiais, não contemplava os inativos e aposentados e variava conforme o número de habitantes da cidade onde o policial militar trabalhava. Apesar das críticas dos deputados policiais militares, ele foi aceito em um primeiro momento para que a verba destinada ao seu pagamento não fosse desviada, conforme ameaça do governo.⁴²

Das quarenta e nove votações de mérito em plenário da 16ª legislatura (2007-2011), de acordo com os dados do *site* da ALESP, Edson Ferrarini votou vinte e quatro vezes com o governo, das quais cinco também com o PT, não votou vinte e quatro vezes e votou contra o governo apenas uma vez, junto com o PT, em um assunto do interesse da Polícia Militar.⁴³ Além de governista, Edson Ferrarini mostrou-se um deputado bastante ausente, uma vez que deixou de votar em 48,98% das votações em plenário na 16ª legislatura. Apesar de votar a favor do orçamento proposto pelo governo, Edson Ferrarini requer mais recursos para a segurança pública em seus discursos (D18) e apesar de ser governista em suas votações, em um conflito de lealdades decorrente dos múltiplos papéis sociais que exerce, o deputado declara explicitamente que seu compromisso maior é com a Polícia Militar, e não com as orientações de seu partido político (D19 e D20).

⁴² Sobre a articulação política realizada por Edson Ferrarini para a transformação do ALE, cf. 11 de maio de 2010, 57ª Sessão Ordinária; 8ª Sessão Solene Comemoração do “53º Aniversário da Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar” (15/03/2010); 51ª Sessão Solene Homenagem aos “179 Anos da Polícia Militar do Estado de São Paulo” (03/12/2010); 15ª Sessão Solene Comemoração do Jubileu de Prata da Associação dos Policiais Militares da Reserva, Reformados da Ativa e Pensionistas da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado De São Paulo – Aipomesp (23/04/2010). Cf. também os discursos de Olímpio Gomes e Otoniel Lima em 25 de maio de 2010, 15ª Sessão Extraordinária.

⁴³ No caso, votou contra a Emenda Aglutinativa Substitutiva nº 42/2007 ao PLC 30/2005, que criava a São Paulo Previdência – SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos – RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM. Em outras duas votações sobre normas relativas à Polícia Militar, Edson Ferrarini votou a favor, com o governo e com todos os outros deputados da ALESP, contra o Parecer nº 3556, de 2008, da Comissão de Redação, do Projeto de Lei complementar nº 51 de 2008, que dispõe sobre a extinção e criação de postos e graduações nos Quadros de Oficiais e de Praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo; e a favor do Parecer nº 3.665, de 2008, da Comissão de Redação, do PLC 61/2008 salvo Mensagem Aditiva, Emendas e Substitutivo, que dispõe sobre a reclassificação dos padrões de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar, do Quadro da Secretaria da Segurança Pública (Olímpio Gomes foi o único que votou contra, nessa votação). Edson Ferrarini deixou de votar o Parecer nº 3.665, de 2008, da Comissão de Redação, das Emendas 1 a 28 englobadamente ao PLC 61/2008, que dispõe sobre a reclassificação dos padrões de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar, do Quadro da Secretaria da Segurança Pública. Com o governo, votou a favor do Projeto de Lei Complementar nº 80/2007 salvo Emendas, que dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde.

1.4. Olímpio Gomes

Olímpio Gomes, conhecido como Major Olímpio, é deputado estadual desde 2006. Foi candidato a deputado federal em 2002 pelo PPB, com o número 1190, e a vereador em 2004 pelo PP, com o número 11190, obtendo a suplência em ambos os casos. Nasceu em Presidente Venceslau e é filho de guarda penitenciário. Formou-se na Academia Militar do Barro Branco em 1982. Serviu em diversas unidades da Polícia Militar, por 29 anos, sendo a última no Batalhão do Município de Bragança Paulista.

Foi presidente da Associação Paulista dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo. É bacharel em ciências jurídicas e sociais, jornalista, professor de educação física, técnico em defesa pessoal, instrutor de tiro e autor de livros voltados para a questão da segurança. Declara em seu *site* pessoal lutar contra “a corrupção e desmandos e descasos dos governos às classes policial e penitenciária, de professores, do transporte público e da saúde, além de sempre se posicionar contra o flagelo da ecologia (*sic*)”.⁴⁴

Na 16ª legislatura (2007-2011) foi membro efetivo da Comissão de Segurança da ALESP nos anos de 2007 a 2010, fez pronunciamentos em 678 sessões, sendo trinta e duas sessões solenes e quarenta e seis sessões extraordinárias. Foi autor de sessenta e dois projetos de lei, sendo cinco transformados em norma; coautor de dois projetos de lei; autor de vinte e oito projetos de lei complementar; coautor de três projetos de lei complementar; e coautor de vinte e seis propostas de emenda à Constituição.

Tabela 4: Número, votações nominais, situação eleitoral e zonas eleitorais onde Olímpio Gomes foi proporcionalmente mais votado nas eleições para deputado estadual

ANO	2006	2010
NÚMERO	43002 (PV)	12181 (PDT)
VOTOS NOMINAIS	52.386	135.409
SITUAÇÃO	Eleito	Eleito
ZONAS ELEITORAIS (%)	Presidente Venceslau (4,6)	
	Tucuruvi (1,6)	
	Mirante do Paranapanema (1,5)	
	Santana (1,3)	
	Marília (1,2)	

Fonte: TSE

⁴⁴ Disponível em: <<http://www.majorOlímpio.com.br/index.php/Olímpio-gomes/biografia/item/330-hist%C3%B3ria-de-vida>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

Dos sessenta e quatro projetos de lei apresentados, vinte e três referem-se a homenagens, dez referem-se à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública, seis referem-se a outros assuntos relativos à segurança pública e vinte e cinco referem-se a outros assuntos. Os cinco projetos de lei transformados em norma referem-se a homenagens. Dos trinta e um projetos de lei complementar, vinte e cinco referem-se à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública, um refere-se a outro assunto relativo à Segurança Pública⁴⁵ e cinco referem-se a outros assuntos. As vinte e seis propostas de emenda à Constituição referem-se a outros assuntos.

De todos os deputados da ALESP, policiais militares ou não, Olímpio Gomes é o mais opositor e, entre os policiais militares, o que está mais próximo de partidos de esquerda, como o PT, o PCdoB e o PSOL. Das quarenta e nove votações de mérito em plenário da 16ª legislatura, de acordo com os dados do *site* da ALESP, Olímpio Gomes votou apenas uma vez com o governo e mesmo assim em uma votação em que nenhum deputado da ALESP votou contra.⁴⁶ Olímpio Gomes deixou de votar oito vezes, se absteve uma vez, votou com o PT trinta e três vezes, votou contra o governo e junto com o PSOL uma vez e foi o único deputado da ALESP a votar contra um projeto em cinco ocasiões, demonstrando uma postura fortemente independente, inclusive de seu próprio partido, primeiro o PV e posteriormente o PDT.⁴⁷ Olímpio Gomes admite usar do recurso da obstrução como forma de protesto contra a suposta prostração da Assembleia Legislativa ao Poder Executivo e demonstra em discursos seu isolamento dentro do partido (D21 a D23).

Apenas três vezes votou como os outros deputados policiais militares e nos três casos o assunto dizia respeito à Polícia Militar.⁴⁸ É importante frisar ainda que Olímpio

⁴⁵ Projeto de Lei Complementar nº 16/2009: Acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 974, de 21 de setembro de 2005, que criou na estrutura básica da Secretaria da Segurança Pública, a Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança.

⁴⁶ No caso, todos votaram a favor do Parecer nº 3.556, de 2008, da Comissão de Redação, do Projeto de Lei complementar 51 de 2008, que dispunha sobre a extinção e criação de postos e graduações nos Quadros de Oficiais e de Praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

⁴⁷ Uma das ocasiões em que votou sozinho foi contra o Parecer nº 3.665, de 2008, da Comissão de Redação, do PLC 61/2008 salvo Mensagem Aditiva, Emendas e Substitutivo, que dispõe sobre a reclassificação dos padrões de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar, do Quadro da Secretaria da Segurança Pública.

⁴⁸ Além de votar, como todos os deputados da ALESP, a favor do Parecer nº 3556, de 2008, da Comissão de Redação, do Projeto de Lei complementar nº 51 de 2008, que dispõe sobre a extinção e criação de postos e graduações nos Quadros de Oficiais e de Praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Olímpio Gomes votou junto com o PT, com Conte Lopes e Edson Ferrarini, mas diferentemente de Otoniel Lima, contra a Emenda Aglutinativa Substitutiva nº 42/2007 ao PLC 30/2005, que cria a São Paulo Previdência – SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos – RPPS e do Regime Próprio de

Gomes foi o único deputado policial militar que votou contra projetos de lei que afetavam interesses dos policiais militares, ainda que os transcendessem, como os projetos de lei que orçaram a receita e fixaram a despesa do Estado para os exercícios de 2008 e 2010. Assim como Edson Ferrarini e Otoniel Lima, deixou de votar o que orçou a receita e fixou a despesa do Estado para o exercício de 2009.

Olímpio Gomes denuncia em diversos discursos a hipocrisia de deputados que prestam homenagens à Polícia Militar em sessões solenes e dizem priorizar a segurança pública em suas campanhas eleitorais, mas aprovam de forma subserviente um orçamento que retira recursos da segurança e não contempla os policiais militares (D24).⁴⁹ Apesar de

Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM. Com o PT e Conte Lopes, mas diferentemente de Otoniel Lima, votou a favor do Parecer nº 3.665, de 2008, da Comissão de Redação, das Emendas 1 a 28 englobadamente ao PLC 61/2008, que dispõe sobre a reclassificação dos padrões de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar, do Quadro da Secretaria da Segurança Pública. Com o PT, votou contra o Projeto de Lei Complementar nº 80/2007 salvo Emendas, que dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde.

⁴⁹ De acordo com a *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*, divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, o orçamento da Polícia Militar de São Paulo no ano de 2011 foi de R\$ 8.453.452.575,90, sendo R\$ 7.588.533.936,98 destinados à folha de pagamento (89,77%). Tratava-se do maior orçamento e da maior folha de pagamento, em termos absolutos, entre os estados da federação (Alagoas, Amapá e Mato Grosso não enviaram dados). A proporção destinada à folha de pagamento foi a décima maior do país e a terceira maior do Sudeste. R\$ 565.879.502,41 foram destinados ao custeio, exceto folha de pagamento, e R\$ 299.039.136,51, a capital (investimentos) (*Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013). Em 2000, 6,0% das despesas do Estado de São Paulo foram realizadas com segurança pública, a décima oitava maior porcentagem do país. A despesa do Estado de São Paulo com segurança pública per capita foi de R\$ 69,50, a nona maior do país. Já em 2010, ano em que termina a análise dos discursos da amostra, foram gastos R\$ 6.002.243.824,23 em policiamento em São Paulo, um decréscimo de 30,42% em relação a 2009; 5,5%, das despesas do governo foram realizadas em segurança pública, a terceira menor porcentagem do país. A despesa com segurança pública per capita foi de R\$ 177,48, a décima menor do país. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2007, em 2000 6,0% das despesas do Estado de São Paulo foram realizadas com segurança pública, a décima oitava maior porcentagem do país. A despesa do Estado de São Paulo com segurança pública per capita foi de R\$ 69,50, a nona maior do país. Em 2004, São Paulo gastou R\$ 3.055.979.791,00 em policiamento. Em 2005, São Paulo gastou R\$ 3.611.860.668,00 em policiamento. Nesse ano, 8,2% das despesas do Estado de São Paulo foram realizadas com segurança pública, a décima quarta maior porcentagem do país. A despesa do Estado de São Paulo com segurança pública per capita foi de R\$ 156,40, a nona maior do país. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2008, em 2006 foram gastos R\$ 4.279.970.148,68 em policiamento em São Paulo; 8,5%, das despesas do governo foram realizadas em segurança pública, a décima terceira maior porcentagem do país; a despesa com segurança pública per capita foi de R\$ 173,33, a nona maior do país. Em 2007, foram gastos R\$ 4.825.264.365,87 em policiamento em São Paulo; 7,9%, das despesas do governo foram realizadas em segurança pública, a décima sétima maior porcentagem do país; a despesa com segurança pública per capita foi de R\$ 182,87, a décima maior do país. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2009, em 2008 foram gastos R\$ 7.584.467.181,07 em policiamento em São Paulo, um crescimento de 57,18% em relação a 2007; 7,4%, das despesas do governo foram realizadas em segurança pública, a décima oitava maior porcentagem do país; a despesa com segurança pública per capita foi de R\$ 218,40, a nona maior do país. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2010, em 2009 foram gastos R\$ 8.626.688.263,48 em policiamento em São Paulo, um crescimento de 13,74% em relação a 2008; 7,7%, das despesas do governo foram realizadas em segurança pública, a décima

reconhecer nos outros deputados policiais militares defensores da Polícia Militar na Assembleia Legislativa, os inclui entre os que aprovam um orçamento prejudicial à categoria (D25). Declara votar contra projetos que supostamente beneficiam a Polícia Militar, correndo o risco de ser responsabilizado pelos policiais militares e perder seu apoio eleitoral, por não reconhecer nesses projetos verdadeiros benefícios, mas apenas “migalhas” (D26).

1.5. Otoniel Lima

Otoniel Lima foi o segundo candidato a vereador mais votado no município de Limeira nas eleições 2000, pelo PPB, e foi reeleito vereador em 2004 pelo PL. Em 2010 foi eleito deputado federal pelo PRB. Na 16ª legislatura da ALESP (2007-2011) foi membro efetivo da Comissão de Segurança da ALESP no ano de 2009, quando era do PTB. Fez pronunciamentos em 64 sessões, sendo uma sessão solene e cinco sessões extraordinárias. Foi autor de noventa e um projetos de lei e coautor de dezessete propostas de emenda à Constituição.

Tabela 5: Número, votações nominais, situação eleitoral e zonas eleitorais onde Otoniel Lima foi proporcionalmente mais votado nas eleições para deputado estadual

ANO	2006
NÚMERO	22222 (PL)
VOTOS NOMINAIS	60.358
SITUAÇÃO	Eleito
ZONAS ELEITORAIS (%)	Limeira (3,6)
	Limeira (3,1)
	Leme (2,3)
	Cordeirópolis (2,2)
	São Bernardo do Campo (2,1)

Fonte: TSE

nona maior porcentagem do país; a despesa com segurança pública per capita foi de R\$ 244,47, a nona maior do país. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2011, em 2010 foram gastos R\$ 6.002.243.824,23 em policiamento em São Paulo, um decréscimo de 30,42% em relação a 2009; 5,5%, das despesas do governo foram realizadas em segurança pública, a terceira menor porcentagem do país; a despesa com segurança pública per capita foi de R\$ 177,48, a décima menor do país (As despesas realizadas com a Função Segurança Pública em 2010 no Estado de São Paulo não incluem as despesas intra-orçamentárias).

Dos noventa e um projetos de lei apresentados, três referem-se a homenagens, três referem-se à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública, dois referem-se a outros assuntos relativos à Segurança Pública e oitenta e três referem-se a outros assuntos. As dezessete propostas de emenda à Constituição referem-se a outros assuntos. Seu Projeto de Lei nº 598/2007, que dispõe sobre a instalação de TAG – dispositivo eletrônico para pagamento de pedágio em malhas rodoviárias – em viaturas da Polícia Militar, Polícia Civil e escolta no Estado de São Paulo, contou com o apoio de Olímpio Gomes em discurso no plenário (D27).

Das quarenta e nove votações de mérito em plenário da 16ª legislatura, de acordo com os dados do *site* da ALESP, Otoniel Lima votou trinta e nove vezes com o governo, das quais seis também com o PT, e deixou de votar dez vezes. De todos os policiais militares deputados, portanto, Otoniel é o mais governista, pois todas as vezes em que votou acompanhou o voto do governo, ainda que supostamente contrariando os interesses da Polícia Militar.⁵⁰

1.6. Ubiratan Guimarães

Ubiratan Guimarães, conhecido como Coronel Ubiratan, trabalhou por trinta e quatro anos na Polícia Militar de São Paulo. Nos anos 70 combateu a guerrilha do Vale do Ribeira.⁵¹ Ganhou notoriedade, no entanto, apenas em 1992, quando liderou a invasão do Pavilhão 9, que acarretou no massacre do Carandiru. Ubiratan ingressou na política por meio do deputado estadual Nabi Abi Chedid (PSD), um dos organizadores de

⁵⁰ Ao contrário de Conte Lopes, Edson Ferrarini e Olímpio Gomes, votou a favor da Emenda Aglutinativa Substitutiva nº 42/2007 ao PLC 30/2005, que criou a São Paulo Previdência – SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos – RPPS – e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM. Deixou de votar o Parecer nº 3556, de 2008, da Comissão de Redação, do Projeto de Lei complementar 51 de 2008, que dispõe sobre a extinção e criação de postos e graduações nos Quadros de Oficiais e de Praças da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Assim como todos os deputados da ALESP, com exceção de Olímpio Gomes, votou a favor do Parecer nº 3.665, de 2008, da Comissão de Redação, do PLC 61/2008 salvo Mensagem Aditiva, Emendas e Substitutivo, que dispõe sobre a reclassificação dos padrões de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar, do Quadro da Secretaria da Segurança Pública. Por outro lado, ao contrário de Conte Lopes e Olímpio Gomes, votou com o governo contra o Parecer nº 3.665, de 2008, da Comissão de Redação, das Emendas 1 a 28 englobadamente ao PLC 61/2008, que dispõe sobre a reclassificação dos padrões de vencimentos dos integrantes da Polícia Militar, do Quadro da Secretaria da Segurança Pública. Por fim, com o governo, votou a favor do Projeto de Lei Complementar nº 80/2007 salvo Emendas, que dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde.

⁵¹ PTB de luto pelo assassinato do deputado Coronel Ubiratan em São Paulo. *Agência Trabalhista de Notícias*.

manifestações a favor da ROTA após o massacre, que se reelegeu deputado estadual em 1994 com o número 41.118. O número 41.111 pertenceu naquele ano a Ubiratan Guimarães, que concorreu a uma vaga na ALESP e obteve a suplência.

Em janeiro de 1997 Ubiratan Guimarães tomou posse como deputado estadual em São Paulo. Já em abril fazia parte de uma CPI sobre a violência policial em Diadema.⁵² No dia 02 de abril de 1998, foi obrigado a deixar o cargo de deputado estadual que havia ocupado como suplente, pois o titular da vaga pediu exoneração do cargo de secretário estadual de Habitação para tentar a reeleição e reassumiu a sua vaga.⁵³ É interessante notar que os melhores resultados eleitorais de Conte Lopes, Afanásio Jazadji, repórter policial, e Ubiratan Guimarães, após o massacre do Carandiru, ocorreram nas eleições do dia 06 de outubro de 2002, quando se recordavam os dez anos do massacre. Em 2001, Ubiratan havia sido condenado a 632 anos de prisão. No ano seguinte, as urnas o *absolveram*. Mais do que o voto em qualquer outro político, o voto no Coronel Ubiratan sugere um apoio à política do *bandido bom é bandido morto*.

Na 15ª legislatura da ALESP (2003-2007), Ubiratan Guimarães foi membro efetivo da Comissão de Segurança da ALESP nos anos de 2005 e 2006; fez pronunciamentos em 139 sessões, sendo vinte e seis sessões solenes e três sessões extraordinárias. Foi autor de cinquenta e seis projetos de lei, sendo oito transformados em norma; coautor de três projetos de lei; autor de quatro projetos de lei complementar; coautor de três projetos de lei complementar e coautor de doze propostas de emenda à Constituição. Quando morreu assassinado, em 2006, era membro do PTB.

⁵² CALDEIRA, Cesar. Caso do Carandiru: um estudo sóciojurídico – (1ª Parte). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 29, 2000. p. 157.

⁵³ Ibid., p. 160.

Tabela 6: Número, votações nominais, situação eleitoral e zonas eleitorais onde Ubiratan Guimarães foi proporcionalmente mais votado nas eleições para deputado estadual

ANO	1998	2002
NÚMERO	41111 (PSD)	11190 (PPB)
VOTOS NOMINAIS	12.630	56.155
SITUAÇÃO	Suplente	Eleito
ZONAS ELEITORAIS (%)	Bragança Paulista (0,7)	Jardim Paulista (1,8)
	Santa Branca (0,5)	Tucuruvi (1,6)
	Butantã (0,5)	Indianópolis (1,6)
	Santana (0,5)	Santana (1,4)
	Pinheiros (0,5)	Pinheiros (1,3)

Fonte: TSE

Dos cinquenta e nove projetos de lei apresentados, onze referem-se a homenagens, dezoito referem-se à Polícia Militar ou outros profissionais da segurança pública, quatro referem-se a outros assuntos relativos à Segurança Pública e vinte e seis referem-se a outros assuntos. Dos oito projetos de lei transformados em norma, sete referem-se a homenagens e um refere-se a outro assunto. Dos sete projetos de lei complementar apresentados, quatro referem-se à Polícia Militar ou outros profissionais da segurança pública e três referem-se a outros assuntos. Das doze propostas de emenda à Constituição, duas referem-se à Polícia Militar ou outros profissionais de segurança pública e dez referem-se a outros assuntos. Em um de seus discursos, assim como Edson Ferrarini, Ubiratan Guimarães demonstra empenho em aprovar projetos elaborados pelo Comando da Polícia Militar (D28).

1.7. Wilson Moraes

Wilson Moraes, conhecido como Cabo Wilson, ingressou na Polícia Militar em 1975 e é, desde 1995, presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar de São Paulo⁵⁴, cujo patrono do Centro Social é Jânio Quadros.⁵⁵ De 2000 a 2004 também foi presidente da Associação Nacional de Cabos e Soldados da Polícia Militar.⁵⁶ Foi membro suplente da Comissão de Segurança Pública da ALESP nos anos de 1999 e 2000 e membro

⁵⁴ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. p. 453-454.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.cabosesoldados.com.br>>.

⁵⁶ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 458.

efetivo nos anos de 2001 e 2002. Na 14ª legislatura (1999-2003) fez pronunciamentos em 109 sessões, sendo onze sessões solenes e onze sessões extraordinárias. Foi autor de vinte e dois projetos de lei, sendo sete transformados em norma, e dois projetos de lei complementar. Em 2010 foi candidato a deputado federal pelo PP, obtendo a suplência.

Tabela 7: Número, votações nominais, situação eleitoral e zonas eleitorais onde Wilson Moraes foi proporcionalmente mais votado nas eleições para deputado estadual

ANO	1998	2002	2006
NÚMERO	45190 (PSDB)	45190 (PSDB)	43122 (PV)
VOTOS NOMINAIS	44.627	40.359	20.850
SITUAÇÃO	Eleito	Suplente	Suplente
ZONAS ELEITORAIS (%)	Itanhaém (2,5)	Araçatuba (3,0)	Araçatuba (1,7)
	Araçatuba (2,3)	Itanhaém (2,3)	Botucatu (1,6)
	Valparaíso (1,7)	Botucatu (1,9)	Bilac (1,2)
	Cafelândia (1,7)	Bananal (1,8)	Itanhaém (1,0)
	Botucatu (1,7)	Promissão (1,6)	Araçatuba (1,0)

Fonte: TSE

Dos vinte e dois projetos de lei apresentados, seis referem-se a homenagens, seis referem-se à Polícia Militar ou outros profissionais da segurança pública, cinco referem-se a outros assuntos relativos à segurança pública e cinco referem-se a outros assuntos. Dos sete projetos de lei transformados em norma, quatro referem-se a homenagens, um refere-se à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública⁵⁷, um refere-se a outro assunto relativo à Segurança Pública⁵⁸ e um refere-se a outro assunto. Os dois projetos de lei complementar referem-se à Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública. Diversos projetos dos deputados policiais militares têm como beneficiários os policiais militares deficientes físicos.⁵⁹ No discurso D29 Wilson Moraes presta conta de sua atividade legislativa sobre o tema. Wilson Moraes, talvez para pressionar os demais

⁵⁷ Projeto de Lei nº 756/1999: Estabelece a obrigatoriedade de divulgação de gabaritos de concursos públicos no Estado de São Paulo (Lei nº 10.870/2001).

⁵⁸ Projeto de Lei nº 67/2002: Autoriza a instalação de caixas bancários eletrônicos em próprios estaduais de serviços de segurança pública (Lei nº 11.400/2003).

⁵⁹ Vale mencionar que, de acordo com a *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*, divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em 2011 a Polícia Militar de São Paulo oferecia assistência por seguro em caso de morte e em caso de acidente de trabalho incapacitante (*Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013). Em pesquisa realizada em 2009 entre profissionais de segurança pública, 61,9% dos praças da Polícia Militar de estados brasileiros e 66,1% dos oficiais declararam que recebiam de suas corporações seguro de vida/invalidez (*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009).

deputados, declara que todos os deputados da ALESP sempre votaram a favor dos projetos de interesse da Polícia Militar, o oposto do que declara Olímpio Gomes (D30).

2. Discussão dos resultados

2.1. Projetos de lei e votações no plenário

A classificação dos projetos de lei realizada acima pode ser problematizada, uma vez que alguns projetos classificados como sendo sobre Polícia Militar ou outros profissionais da segurança pública disciplinam o funcionalismo público estadual como um todo, por exemplo, os que disciplinam concursos públicos. Por outro lado, só entraram nessa categoria projetos que afetam os interesses mais diretos de policiais militares e outros profissionais da segurança pública, e não projetos que os afetam como quaisquer outros cidadãos, como os referentes à tributação e educação. É interessante notar, de qualquer forma, que os deputados policiais militares, principalmente Ubiratan Guimarães, procuraram atender nesses projetos não só aos interesses de policiais militares, mas também aos de policiais civis, guardas municipais e agentes penitenciários.

Os projetos classificados como de temas referentes à segurança pública, por sua vez, não deixam de afetar a vida de policiais militares e outros profissionais da segurança pública. Da mesma forma, alguns projetos, como os relativos a drogas, poderiam também ser classificados como projetos das áreas da saúde e educação. Diante dessas ressalvas, foi elaborada uma tabela contendo a proporção de projetos de lei e de projetos de lei complementar apresentados pelos deputados que versam sobre Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública e sobre outros temas referentes à segurança pública.

Comparar as porcentagens é mais interessante do que comparar os números absolutos de projetos, uma vez que os deputados legislaram em legislaturas diversas e alguns estiveram em mais legislaturas do que outros. Além disso, mais do que medir a produtividade dos deputados, objetiva-se medir o grau de prioridade que cada um conferiu à Polícia Militar e outros profissionais de segurança pública. Não foram incluídas na tabela as propostas de emenda à Constituição, porque alguns deputados não as apresentaram e outros as apresentaram somente na forma de coautoria. Além disso, como a esmagadora

maioria das propostas de emenda à Constituição não versa sobre Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública, incluí-las no cálculo geraria uma distorção.

Conforme se vê na tabela abaixo, Celso Tanauí foi o deputado que mais apresentou projetos de lei e projetos de lei complementar sobre Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública. Abaixo da média ficaram os deputados Edson Ferrarini e principalmente Otoniel Lima. O deputado que proporcionalmente mais apresentou projetos referentes a outros temas de segurança pública foi Conte Lopes, seguido de perto por Wilson Moraes. É indispensável, porém, analisar a taxa de sucesso desses projetos de lei. O processo legislativo é bastante complexo e depende de inúmeros atores políticos (as Comissões, o presidente da Casa Legislativa, o Poder Executivo, o líder do partido etc.). A literatura demonstra que no Brasil o Poder Legislativo encontra muitas dificuldades para legislar, na maioria das vezes sendo pautado pelo Poder Executivo.⁶⁰ As dificuldades aumentam ainda mais quando o deputado não faz parte da base do governo. Esse fenômeno foi objeto de reclamação por parte de Conte Lopes (D31) e Olímpio Gomes (D23 e D32) em seus discursos.

A apresentação dos projetos, ainda que não acarrete sua aprovação, possui uma importante função, qual seja, a de demonstrar que o parlamentar está sendo responsivo à sua base eleitoral. Entre os deputados da amostra, Wilson Moraes, o único deputado do PSDB, o partido do governador, foi o que proporcionalmente mais conseguiu ter seus projetos transformados em normas. De fato, o deputado declarou em entrevista a Juniele Rabêlo de Almeida: “eu achei que eu indo para um partido que era do governo, eu poderia fazer alguma coisa pelo policial, porque se eu fosse para um partido de oposição, não conseguiria fazer nada”.⁶¹ É gritante, todavia, a proporção de projetos transformados em norma que tratam de homenagens.

Isso, de certa forma, já é esperado, uma vez que não há custos políticos nem financeiros maiores na aprovação desses projetos, que, assim como a solicitação da realização de sessões solenes, cumprem a função de estreitar os laços do deputado com sua base. Não é à toa que grande parte das homenagens é feita a policiais militares, seja coletivamente, por meio da consagração de alguma data homenageando uma categoria específica de policial militar, como o policial militar deficiente ou a policial militar

⁶⁰ Cf., por exemplo, SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão*. Curitiba: Appris, 2011.

⁶¹ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 457.

mulher, seja individualmente, por meio da nomeação de algum bem público, como o edifício de um batalhão, com o nome de algum policial militar. Olímpio Gomes possui a segunda menor taxa de aprovação de projetos e 100% de seus projetos aprovados versam sobre homenagens.

O deputado que mais conseguiu aprovar projetos sobre Polícia Militar e outros profissionais da segurança pública foi Celso Tanai, justamente o que mais apresentou projetos com essa temática. Logo em seguida vem o deputado Wilson Moraes. Edson Ferrarini, Olímpio Gomes, Otoniel Lima e Ubiratan Guimarães não conseguiram aprovar um projeto de lei sequer de sua autoria que beneficiasse diretamente policiais militares. Edson Ferrarini, por outro lado, foi o que mais aprovou projetos de lei sobre outros temas relativos à segurança pública.

A produtividade de um deputado, porém, não poder ser medida apenas pelo número de projetos de lei de sua autoria apresentados e aprovados. Os deputados propõem emendas a projetos de lei de autoria de outros deputados e do Executivo, bem como substitutivos. Todos os deputados da amostra foram membros efetivos da Comissão de Segurança da ALESP, que promove audiências públicas, elabora pareceres de mérito sobre projetos de lei, aprova projetos conclusivamente, sem que haja necessidade de votação no plenário, entre outras atividades. Os debates em plenário, por sua vez, são importantes não só para transmitir ao eleitor as posições dos deputados em relação a diversos assuntos, de maneira que possam ser fiscalizados, mas também para influenciar o aprimoramento e a votação de projetos próprios e alheios.

Tabela 8: Projetos de lei e projetos de lei complementar apresentados e aprovados pelos deputados estaduais policiais militares (por temática):

	Legislaturas	% de projetos de lei sobre polícia e outros profissionais da segurança pública	% de projetos de lei sobre outros temas relativos à segurança pública	% de projetos de lei transformados em norma	% de normas sobre homenagens	% de normas sobre polícia e outros profissionais da segurança pública	% de normas sobre outros temas relativos à segurança pública
Celso Tanauí	14 ^a	53,33%	0,00%	10,00%	33,33%	16,67%	0,00%
Conte Lopes	14 ^a , 15 ^a , 16 ^a	26,09%	21,74%	21,74%	26,67%	6,67%	13,33%
Edson Ferrarini	14 ^a , 15 ^a , 16 ^a	11,67%	13,33%	13,33%	37,50%	0,00%	25,00%
Olímpio Gomes	16 ^a	36,84%	7,37%	5,26%	100,00%	0,00%	0,00%
Otoniel Lima	16 ^a	3,30%	2,20%	0,00%	-	-	-
Ubiratan Guimarães	15 ^a	33,33%	6,06%	12,12%	87,50%	0,00%	0,00%
Wilson Moraes	14 ^a	33,33%	20,83%	29,17%	57,14%	14,28%	14,28%

Fonte: *site* da ALESP

Quanto à votação dos deputados policiais militares em plenário na 16^a legislatura, chegou-se a esse quadro: Olímpio Gomes é fortemente opositorista, sendo o único deputado policial militar que votou contra leis orçamentárias propostas pelo Poder Executivo. Em seus discursos, conforme será visto, prega veementemente a independência de um Poder Legislativo forte, que fiscalize e contrarie os interesses do Poder Executivo em benefício da população.

Conte Lopes e Edson Ferrarini são governistas, mas contrariam o governo de acordo com os interesses mais imediatos da Polícia Militar, ocasiões nas quais votam como Olímpio Gomes. Otoniel Lima é o mais governista, a ponto de contrariar o posicionamento dos outros deputados policiais em votações de projetos de lei que dizem respeito aos interesses imediatos da Polícia Militar. Há que se frisar, no entanto, que Otoniel Lima não se autoproclama nem é reconhecido pelos outros deputados policiais militares nos discursos como um representante da Polícia Militar na ALESP.

2.2. Os partidos dos policiais militares: uma corporação partida?

Nota-se que muitos candidatos policiais militares, para explicitar aos eleitores que representam os interesses da polícia ou, pelo menos, os interesses de quem clama por mais polícia na rua, inserem o número 190 nos números de suas candidaturas. Mais simbólico ainda é o fato de adotarem também, de forma desavergonhada, o número 111, associando diretamente suas candidaturas ao número oficial de mortos no massacre do Carandiru. Os 111 podem ser considerados um troféu ou o número pode passar a mensagem de que 111 foi pouco e, votando naquele candidato, o eleitor estará elegendo alguém que apoia o extermínio de *bandidos*.⁶²

Observa-se, pela volatilidade das filiações partidárias dos policiais militares candidatos a deputado estadual, que não há um partido que tradicionalmente agregue uma maior quantidade de policiais militares candidatos, havendo policiais militares candidatos por partidos de direita e de esquerda. Todavia, os dados coletados nos mostram que os candidatos policiais militares eleitos se filiaram principalmente a partidos de direita. Poderíamos dizer que, se há um partido que representa a Polícia Militar na Assembleia Legislativa de São Paulo, esse partido é o PTB. Foram filiados a ele cinco dos sete deputados que compõem a população estudada: Celso Tanauí, Conte Lopes, Edson Ferrarini, Otoniel Lima e Ubiratan Guimarães. Foi pelo mesmo PTB que Jânio Quadros se elegeu prefeito de São Paulo, em 1985. Se antes do golpe civil-militar de 1964 o PTB era um partido trabalhista, nacionalista e progressista, após a redemocratização ele não conservou seu perfil ideológico nem sua base eleitoral, mas apenas o mesmo nome.

O segundo partido ao qual mais deputados estaduais policiais militares foram filiados durante seus mandatos é o PPB, que se originou do PDS, que, por sua vez, se originou da ARENA, o partido de sustentação da ditadura civil-militar. Foi pelo PPB que

⁶² O primeiro turno das eleições municipais de 1992, em São Paulo, das quais Maluf saiu vitorioso, ocorreu apenas um dia após o massacre do Carandiru. Para Antônio Flávio Pierucci e Marcelo Coutinho de Lima, “a direita explícita venceu a eleição de 1992 para a prefeitura da maior metrópole brasileira [...] Se, por exemplo, no início da década de 80 „malufar” era sinônimo de trapacear ou furto no linguajar do dia-a-dia, agora a palavra ganha conotação positiva. Sem autocensura, sem vergonha [...]. Emblematicamente, sai reabilitada das urnas até mesmo a denominação „direita”, que sempre soou repulsiva neste país” (PIERUCCI; LIMA, op. cit., p. 94-95). Na campanha eleitoral estadual de 1994 havia candidatos que fizeram do massacre plataforma eleitoral. Era a chamada “bancada dos 111” (CALDEIRA, Cesar. Caso do Carandiru: um estudo sóciojurídico – (1ª Parte). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 29, 2000. p. 151). Deve-se salientar, porém, que nem todos os candidatos policiais militares inseriram o número 111 em seus números eleitorais e que candidatos não policiais, como Afanásio Jazadji, assim o fizeram.

Paulo Maluf se elegeu prefeito de São Paulo, em 1992. Durante seus mandatos de deputado estadual, foram filiados ao PPB, que passou a se chamar posteriormente PP, Conte Lopes e Ubiratan Guimarães. No entanto, Olímpio Gomes, Otoniel Lima e Wilson Moraes também foram filiados a esse partido, antes ou depois de seus mandatos de deputados estaduais.

Exerceram mandato pelo PL Edson Ferrarini e Otoniel Lima. Pelo PDT exerceu mandato Olímpio Gomes. Celso Tanauí concorreu ao cargo de vereador em 2004 e Wilson Moraes concorreu a deputado estadual em 2014 por esse partido, que, apesar de ter um histórico de esquerda no plano nacional e principalmente no Rio de Janeiro, em virtude da influência do ex-governador Leonel Brizola, sempre apresentou um viés mais conservador no Estado de São Paulo, compondo a base de sustentação dos governos do PSDB.⁶³ Olímpio Gomes foi eleito deputado estadual pela primeira vez pelo PV, partido ao qual Wilson Moraes também foi filiado, um partido com pautas libertárias em termos de comportamento, mas que integrou a base de apoio do governo do PSDB. Por fim, Otoniel Lima se filiou ao PRB, um partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus⁶⁴, Ubiratan Guimarães foi filiado ao extinto PSD, Edson Ferrarini exerceu mandato de deputado estadual pelo PFL e Wilson Moraes exerceu seu mandato de deputado estadual pelo PSDB.

Enquanto Celso Tanauí, Conte Lopes, Edson Ferrarini e Wilson Moraes apresentaram quedas em suas votações, de 1998 a 2010, Otoniel Lima, Ubiratan Guimarães e Olímpio Gomes aumentaram suas votações. Em 2010, outro policial militar assumiu como suplente o mandato de deputado estadual na ALESP após ter sido o candidato a vereador mais votado em Osasco, em 2008. Trata-se de Osvaldo Vergínio, que já foi filiado ao PL, ao PSDC e ao PR.

O fato de policiais militares serem eleitos deputados estaduais em São Paulo por partidos de direita pode se dar por duas razões: há mais policiais militares candidatos por partidos de direita e é possível que policiais militares candidatos por partidos de direita sejam mais competitivos em relação aos policiais militares candidatos por partidos de esquerda, tendo mais visibilidade, apoio do partido, recursos para a campanha e maior base eleitoral. Uma hipótese não exclui a outra, pois o partido que valoriza candidatos policiais militares, destinando vagas em sua chapa, mais recursos financeiros e mais tempo de TV no horário eleitoral gratuito, tende a atrair mais candidatos com essa profissão.

⁶³ NOVO líder do PDT garante que o partido continua na base aliada do governo estadual. *ALESP*, 22 mar. 2005.

⁶⁴ IGREJA Universal “concentra” seus deputados no PRB. *Agência Estado*, 14 nov. 2009.

2.3. A base geográfico-eleitoral dos deputados policiais militares

Celso Tanauí, Otoniel Lima e Wilson Moraes têm bases eleitorais no interior e no litoral do Estado. Coronel Ubiratan aumentou sua votação na capital do Estado, de 1998 a 2002. Em 1998, obteve altas votações, na capital, nas zonas de Santana, bairro da Zona Norte, Butantã e Pinheiros, bairros da Zona Oeste. Já em 2002, obteve altas votações nas zonas eleitorais do Jardim Paulista, bairro da Zona Oeste onde residia quando morreu⁶⁵, Pinheiros, Indianópolis, bairro nobre da Zona Sul, Tucuruvi e Santana, bairros da Zona Norte.

As zonas eleitorais em que Olímpio Gomes foi mais votado em 2006 dividem-se entre o interior e a capital. Seu melhor resultado proporcional foi obtido em Presidente Venceslau, sua cidade natal.⁶⁶ Na cidade de São Paulo, foi proporcionalmente mais votado nas zonas eleitorais de Tucuruvi e Santana. Edson Ferrarini tem sua base eleitoral claramente na Zona Sul da capital, onde mantém seu Centro de Recuperação.

Por fim, Conte Lopes, de todos os deputados, parece ser o que tem a base geográfico-eleitoral mais semelhante à base malufista e janista identificada por Pierucci, que tinham na segurança pública uma de suas principais bandeiras.⁶⁷ Obtém seus melhores resultados em bairros da periferia próxima nas Zonas Norte e Leste da capital: Tucuruvi, Jaçanã, Santana, Vila Maria, São Mateus, Mooca e Tatuapé. Nota-se a força que esses deputados têm, particularmente, em dois bairros de São Paulo, ambos da Zona Norte: Tucuruvi e Santana. Desses bairros é oriundo o grupo conservador *Senhoras de Santana*. Ironicamente, nesse reduto foi perpetrado o massacre do Carandiru.

Uma hipótese a se considerar, e que mereceria ser verificada por pesquisas quantitativas e qualitativas, é a de que muitos policiais militares votam nesses bairros, independentemente de residirem neles. Tanto Conte Lopes (D33) quanto Olímpio Gomes⁶⁸, por exemplo, são residentes na Zona Norte. Além da Academia do Barro Branco, é em Santana que se localizam o Hospital da Polícia Militar e o Canil da Polícia Militar. É

⁶⁵ CORONEL Ubiratan é assassinado em seu apartamento nos Jardins. 11 set. 2006. *Agência Estado*.

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.majorolimpio.com/biografia>>. Acesso em: 15 set. 2014.

⁶⁷ PIERUCCI, Antônio Flávio. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10, vol. 4, junho de 1989.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.majorolimpio.com/noticias/254/major-olimpio-agradece-votos-conquistados-e-pede-uniao-para-que-a-zn-se-fortaleca>>. Acesso em: 25 out. 2014.

preciso lembrar, todavia, que nem todos policiais votam em policiais e que os deputados policiais não recebem apenas votos oriundos de policiais e de seus familiares, o que é reconhecido, inclusive, por Conte Lopes (D34).

Em 2002, os policiais militares eleitos deputados estaduais obtiveram no total 377.758 votos. Não que se considerar ainda os votos obtidos pelos policiais militares que não conseguiram se eleger. De acordo com a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, divulgada em setembro de 2010 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça⁶⁹, em 2003 o efetivo da Polícia Militar de São Paulo era de 79.812 homens, bem menor que o número de votos obtidos pelos policiais militares eleitos.

Em 2006, os deputados policiais militares eleitos obtiveram no total 298.476 votos. De acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2008, em 2006 o efetivo de policiais militares no Estado de São Paulo era 94.512, sendo 88.468 praças e 6.044 oficiais. Por fim, em 2010 os policiais militares eleitos deputados estaduais em São Paulo obtiveram no total 290.117 votos, sendo que, de acordo com o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2011, em 2010, o efetivo da Polícia Militar do Estado de São Paulo era de 83.553 policiais, sendo 67.666 praças e agentes e 15.887 oficiais.

Em pesquisa Datafolha de novembro de 2012⁷⁰, 38% dos moradores de São Paulo declararam ter algum parente ou amigo policial ou ex-policial. Os petistas eram 28% entre as pessoas com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais e 30% entre as pessoas sem. Os tucanos, por sua vez, eram 12% entre as pessoas com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais e 7% entre as pessoas sem, em empate técnico dentro da margem de erro. Ressalta-se, porém, que a quantidade de pessoas com amigos ou parentes policiais ou ex-policiais era proporcionalmente muito maior entre tucanos (53%). Eram 36% entre os que preferiam o PT, 40% entre os que preferiam outro partido e 36% entre os que não tinham preferência partidária.

Assim como os entrevistados em geral, a maioria das pessoas com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais não tinha preferência partidária (51%, ante 54% entre os entrevistados em geral) e morava na zona Leste 2 (23%, ante 21% entre os entrevistados em geral). Não houve diferenças de porcentagens de pessoas com parentes ou amigos

⁶⁹ *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2010.

⁷⁰ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/07/18/sp_onda_violencia_23112012.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

policiais ou ex-policiais, fora da margem de erro, em relação à avaliação do governador Geraldo Alckmin. A porcentagem das pessoas que tinham amigos ou parentes policiais ou ex-policiais entre aqueles que avaliavam o governador como ruim/péssimo era, porém, numericamente maior do que entre aqueles que o avaliavam como ótimo/bom (40% a 35%, respectivamente).

As pessoas com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais foram as que proporcionalmente mais declararam que o governo escondia informações sobre a onda de violência de novembro de 2012 que atingiu a cidade de São Paulo, que mais apontaram os crimes e a corrupção policial como motivo da onda de violência, que mais disseram que foram revistados por policiais, que o comando da Polícia Militar tinha muita responsabilidade pela onda de violência e que grupos de extermínio formados por policiais estavam envolvidos. Por outro lado, proporcionalmente declararam mais do que as pessoas sem amigos ou parentes policiais ou ex-policiais que a maioria das vítimas da polícia durante a onda de violência era culpada.

Para averiguar a hipótese de que os deputados policiais militares são bem votados principalmente nas zonas eleitorais da Zona Norte pelo fato de muitos policiais supostamente residirem naquela região, cabe observar a distribuição de pessoas com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais pela cidade. Na zona Norte os entrevistados com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais eram 20% (ante 19% entre os entrevistados em geral), sendo 10% nas zonas Norte 1 e 2 (9% entre o eleitorado em geral). Na Zona Leste eram 40% (ante 37% entre os entrevistados em geral), sendo 17% na Leste 1 (16% entre os entrevistados em geral) e 23% na Leste 2 (21% entre os entrevistados em geral). Essas diferenças estão dentro da margem de erro. Por outro lado, as menores porcentagens de pessoas com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais foram encontrada na zona Sul 1 (31%, ante 38% entre os entrevistados em geral) e no Centro (28%, ante 38% entre os entrevistados em geral).

Ainda que esses dados não nos digam em quem os policiais militares votam, eles nos dizem que entre os tucanos a proporção dos que têm um parente ou amigo policial ou ex-policia, civil ou militar, é maior e que as menores porcentagens de pessoas com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais foram encontradas na zona Sul 1 da cidade e no Centro. Não é possível apontar uma zona da cidade com opiniões mais favoráveis à Polícia Militar.

Na zona Norte 1, onde Pierucci identificou bases malufistas e janistas⁷¹ e onde Conte Lopes e Major Olímpio obtêm suas maiores votações, havia uma quantidade proporcionalmente maior de pessoas que declararam que o governador tinha muita responsabilidade pela onda de violência de novembro de 2012 (junto com moradores da zona Leste 1), que a Polícia Militar era muito eficiente no combate aos crimes (no limite da margem de erro), que as vítimas da polícia durante a onda de violência eram na maioria culpadas (junto com os moradores do Centro) e que o policial não deveria sofrer punição alguma caso matasse um bandido (junto com os moradores da zona Norte 2). Por outro lado, foi nessa zona que proporcionalmente mais pessoas disseram que ficariam com medo caso fossem revistadas por um policial.

Na zona Norte 2, foi maior a proporção dos que disseram que tinham mais medo da polícia dos que dos bandidos e que o comando da Polícia Militar tinha muita responsabilidade pela onda de violência de novembro de 2012 (junto com os moradores da zona Oeste). Paradoxalmente, nessa zona também foi maior a proporção dos que disseram que ficariam tranquilos caso fossem revistados por um policial (junto com os moradores da zona Oeste) e que o policial não deveria sofrer nenhuma punição caso matasse um bandido (junto com os moradores da zona Norte 1).

A zona Leste 1, outro reduto malufista e janista, segundo Pierucci⁷², foi a que apresentou proporcionalmente mais opiniões críticas à Polícia Militar. Nessa zona foi maior a proporção dos que disseram que o governador tinha muita responsabilidade pela onda de violência de novembro de 2012 (junto com os moradores da zona Norte 1), que a Polícia Militar era nada eficiente no combate ao crime e que a maioria dos policiais era corrupta. Já a zona na Leste 2, junto com o Centro, mais pessoas proporcionalmente disseram que o comando da Polícia Militar tinha um pouco de responsabilidade pela onda de violência de novembro de 2012 e menos pessoas atribuíram muita responsabilidade ao comando da Polícia Militar pela onda de violência.

Na zona Sul 1 foi maior a proporção de pessoas que disseram que o governo não escondia informações sobre a onda de violência de novembro de 2012 (junto com os moradores do Centro), que a polícia era violenta na medida certa, que tinham mais medo dos bandidos do que da polícia (junto com os moradores do Centro), que havia muitos

⁷¹ PIERUCCI, Antônio Flávio. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10, vol. 4, junho de 1989.

⁷² Ibid.

corruptos na polícia, mas não a maioria (junto com os moradores da zona Oeste e do Centro). Foi na zona Sul 2, na periferia da cidade, que mais pessoas proporcionalmente declararam que a corrupção era rara na polícia.

O Centro apresenta um perfil muito semelhante à zona Sul 1. Nessa zona foi maior a proporção dos que declararam que o governo não escondia informações sobre a onda de violência de novembro de 2012 (junto com os moradores da zona Sul 1), que tinham mais medo dos bandidos do que da polícia (junto com os moradores das zonas Sul 1 e Oeste), que ficariam tranquilos caso fossem revistados por um policial, que havia muitos corruptos na polícia, mas não a maioria (junto com os moradores das zonas Sul 1 e Oeste), que a política era mais corrupta do que a polícia. Foi menor a proporção dos que atribuíram muita responsabilidade ao comando da Polícia Militar (junto com os moradores da zona Leste 2).

No entanto, também foi no Centro que proporcionalmente mais pessoas disseram que o comando da Polícia Militar tinha um pouco de responsabilidade pela onda de violência de novembro de 2012 (junto com os moradores da zona Leste 2), que um policial deveria ser preso caso matasse um bandido (junto com os moradores da zona Oeste) e que grupos de extermínio estavam envolvidos na onda de violência de novembro de 2012.

Por fim, na zona Oeste foi maior a proporção dos que declararam que a Polícia Militar era um pouco eficiente no combate ao crime, que tinham mais medo dos bandidos do que da polícia (junto com os moradores da zona Sul 1 e do Centro), que nunca foram revistados por um policial, que ficariam tranquilos caso fossem revistados (junto com os moradores da zona Norte 2), que havia muitos corruptos na polícia, mas não a maioria (junto com os moradores da zona Sul 1 e Centro) e que a cobertura da mídia foi parcial contra a polícia durante a onda de violência de novembro de 2012.

Por outro lado, também foi na zona Oeste que as opiniões críticas à Polícia Militar foram proporcionalmente maiores. Nessa zona foi maior a proporção dos que apontaram a falta de estrutura da polícia como motivo da onda de violência de novembro de 2012, dos que declararam que a polícia era mais violenta do que deveria, que o comando da Polícia Militar tinha responsabilidade e muita responsabilidade pela onda de violência de novembro de 2012 (junto com os moradores da zona Norte 2) e que um policial deveria ser preso caso matasse um bandido (junto com os moradores do Centro).

Em setembro de 2012, Pesquisa Datafolha ⁷³ revelou, por sua vez, que havia um índice acima da média de extremo-conservadores na região Leste (39%, ante 33% na cidade), principalmente na região Leste 1 (21%, ante 15% na cidade), que engloba Penha, Mooca, Tatuapé, Carrão e Vila Matilde, entre outros distritos considerados malufistas e janistas por Pierucci. Ainda com o objetivo de mapear o perfil do possível eleitorado dos deputados policiais militares, no próximo capítulo será analisado, por meio de pesquisas de opinião pública, o grau de apoio do eleitorado a bandeiras repressivas e como os deputados policiais militares se posicionam a respeito dessas bandeiras.

⁷³ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/int_voto_pref_sp_segmentos_18092012.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

2. POLÍTICA CRIMINAL E COMPORTAMENTO ELEITORAL

1. A estruturação ideológica do eleitorado brasileiro

Questionando a ideia de que o voto do brasileiro não é ideológico, André Singer demonstrou que a identificação ideológica foi uma das variáveis preditivas do voto mais fortes nas eleições presidenciais de 1989 e 1994. Estudos sobre os dados das pesquisas nacionais a respeito de cultura política patrocinadas pelo consórcio USP/Cedec/Datafolha, entre 1989 e 1993, e do *survey* Tipologia do Voto Paulista, de 1994, mostram, no entanto, que foi alta a taxa de reconhecimento das categorias esquerda e direita, de autolocalização na escala ideológica e que houve forte correlação entre autoposicionamento e voto na eleição de 1989. A autolocalização na escala esquerda-direita é um elemento dotado de estabilidade em meio ao cambiante quadro partidário brasileiro. Em todos os *surveys* o eleitorado converge para o centro com inclinação para a direita. Grosso modo a tendência à direita supera em duas vezes aquela em direção à esquerda.⁷⁴

Em junho de 2000, 12% dos brasileiros se posicionaram na extrema-direita, 8% na direita, 11% na centro-direita, 16% no centro, 10% na centro-esquerda, 6% na esquerda, 11% na extrema-esquerda, 2% deram outras respostas e 19% não souberam. Em abril de 2003, as percentagens foram, respectivamente, 19%, 9%, 13%, 16%, 10%, 6%, 10%, 0% e 16%. Em agosto de 2006, foram, respectivamente, 16%, 9%, 10%, 17%, 7%, 5%, 10%, 1% e 25%. Em maio de 2010, foram, respectivamente, 14%, 10%, 13%, 17%, 8%, 5%, 7%, 1% e 25%. Se em 2000 a diferença entre as percentagens de esquerdistas e direitistas foi a menor, em 2003 foi o ano com a maior percentagem de pessoas que se declararam de extrema-direita (19%).⁷⁵

Pesquisa Datafolha realizada em setembro de 2012 entre os paulistanos⁷⁶ os posicionou, pela primeira vez, a partir de uma série de questões envolvendo valores sociais, políticos e culturais, em uma escala de conservadorismo e liberalismo. Nesse caso, portanto, os eleitores foram posicionados e não se autoposicionaram. Para chegar aos grupos apresentados nesse estudo, o Datafolha elaborou uma série de perguntas em que,

⁷⁴ SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002. p. 48, 130 et seq.

⁷⁵ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição política*. 2010.

⁷⁶ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012.

diante de duas frases sobre o mesmo tema, mas com conotação diversa, os eleitores optariam por uma delas. No total, os medianos somavam 23% do eleitorado. No lado conservador, 34% eram conservadores e outros 10% extremo-conservadores. No espectro oposto havia 27% considerados liberais e 6% de extremo-liberais.

As preferências partidárias dos extremo-conservadores seguiram as mesmas proporções encontradas entre o eleitorado em geral, dentro da margem de erro, bem como as intenções de voto para prefeito. Curiosamente, o PTB, partido que mais abriga deputados policiais militares, só pontuou como partido de preferência (1%) entre os liberais.⁷⁷ Em abril de 2013, Pesquisa Datafolha⁷⁸ revelou que 20% dos paulistanos se declaravam de direita, o segundo maior grupo ideológico, empatando tecnicamente com os entrevistados que se declaravam de centro. Em 2006, os direitistas eram 20% e em 2003 eram 27%, o maior grupo ideológico em ambos os anos.

Limongi mostrou que, nas eleições de 1989, 1990 e 1994, os eleitores tendiam, de um turno para outro e de uma eleição para outra, a escolher candidatos ideologicamente compatíveis.⁷⁹ De modo geral, o eleitor classifica corretamente os partidos na escala esquerda-direita. Em relação aos partidos dos deputados policiais militares, em 1990 os eleitores localizaram o PDT na esquerda; o PSDB, PL e o PTB no centro e o PDS e PFL à direita. Em 1993 o PDT foi localizado na esquerda, embora com nitidez bem inferior à localização do PT. PDS e PFL foram localizados na direita e o PSDB no centro. O PTB e o PL aparecem muito dispersos ao longo da escala, o que já ocorria em 1990 em relação ao PTB. Em 1994 o PSDB, o PFL, o PPR, o PTB e o PL foram localizados no centro pelos eleitores paulistas. Balbachevsky aponta, no entanto, a tendência de o partido preferido ser situado na mesma faixa ideológica em que o próprio eleitor se coloca.⁸⁰

⁷⁷ 20% dos extremo-conservadores preferiam o PT; 10%, o PSDB; 2%, o PMDB; 1%, o PV; 1%, o PSOL; 1%, o PP; 0%, o PTB; 7%, nomes e referências; 1%, outro partido e 57% não tinham preferência partidária. Seguindo as mesmas proporções verificadas entre o eleitorado em geral, dentro da margem de erro, 35% dos extremo-conservadores pretendiam votar em Celso Russomanno (PRB) nas eleições municipais de 2012; 24%, em José Serra (PSDB); 13%, em Fernando Haddad (PT); 5%, em Gabriel Chalita (PMDB); 2%, em Soninha Francine (PPS); 2%, em Paulinho da Força (PDT); 2%, em Ana Luiza (PSTU); 1%, em Carlos Giannazi (PSOL); 1%, em Anai Caproni (PCO); 9%, branco/nulo/nenhum; e 7% não sabiam. Chama a atenção o fato de Ana Luiza (PSTU) e Anai Caproni (PCO), candidatas consideradas de extremo-esquerda, terem alcançado seus melhores resultados justamente entre o grupo de extremo-conservadores, ainda que dentro da margem de erro.

⁷⁸ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Datafolha 30 anos – medo dos paulistanos*. 2013.

⁷⁹ Apud SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002. p. 134-135.

⁸⁰ A tendência a colocar o PFL e o PPR mais no centro pode corresponder, de um lado, a uma certa confusão decorrente da então recente mudança de nome de PDS para PPR (o que fez com que o número de eleitores

A Escola Psicossociológica do comportamento eleitoral, por outro lado, assinala a dificuldade de eleitores com baixo grau de estruturação cognitiva se autoposicionarem na escala ideológica.⁸¹ Aumentou ao longo dos anos a percentagem de pessoas que não souberam se autoposicionar na escala ideológica (25% em 2010). A maior percentagem de pessoas que não souberam se autoposicionar em 2010 foi da região Sul (36%), mulheres (31%), de 60 anos de idade ou mais (37%), que estudaram até o Ensino Fundamental (32%) e com renda familiar mensal de até 2 salários mínimos (31%). Enquanto 14% dos petistas se declararam de extrema direita e 9% de direita, 11% se declararam de extrema-esquerda e 8%, de esquerda.

Os direitistas e extremo-direitistas foram em maior percentagem entre os que preferiam o PMDB (19% e 16%, respectivamente), o PSDB (14% e 17%, respectivamente) e outro partido (12% e 23%, respectivamente), mas menor entre os que preferiam o PV (11% e 7%, respectivamente). Entre os que pretendiam votar em Dilma Rousseff em 2010, 9% se declararam de direita e 13%, de extrema-direita. Não houve alteração de percentagens de pessoas que se declararam de extrema-direita, fora da margem de erro, entre os que declararam que votariam em José Serra, Marina Silva e branco/nulo.⁸²

Levitin e Miller indicaram, por sua vez, um “uso não-ideológico dos rótulos ideológicos”, observando que foram fracas as correlações entre o autoposicionamento ideológico e o posicionamento perante as questões da agenda nas eleições presidenciais norte-americanas de 1972 e 1976. O voto por item e o voto ideológico não seriam a mesma coisa e uma posição ideológica não seria simplesmente uma súmula de várias posições

que soubessem localizar o partido caísse muito) e, de outro, ao fato de o PFL estar aliado a um candidato de centro naquela conjuntura, Fernando Henrique Cardoso. Apud SINGER, op. cit., p. 140-142

⁸¹ SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002. p. 29 et seq. Cabe salientar que, no Sudeste, 9% dos entrevistados por Pesquisa Datafolha realizada em 2010 classificaram a então candidata Dilma Rousseff como de extrema direita e 27% não souberam classificá-la; 17% dos eleitores de Dilma Rousseff a classificaram como de extrema direita, a maior percentagem, seguida de 14% que a classificaram como de direita; 16% dos eleitores do PT a classificaram como de extrema direita, a maior percentagem, seguida de 14% que a classificaram como de direita e 14% que a classificaram como de extrema esquerda; 13% dos eleitores de Dilma Rousseff e 14% dos que preferiam o PT se classificaram como de extrema direita. A maior percentagem dos que se classificaram como de extrema direita, no entanto, se encontra entre os que declararam preferir outro partido (23%) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição política*. 2010). Não se pode olvidar, contudo, que a partir de 2006 houve um realinhamento eleitoral e a base do PT passou a ser menos escolarizada e mais pobre, um eleitorado mais conservador, de direita (SINGER, André Vitor. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, 85, novembro 2009).

⁸² DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição política*. 2010.

específicas quanto a itens.⁸³ A identidade ideológica, portanto, não necessariamente traduz o posicionamento perante os tópicos particulares da agenda.

Lamounier fala em “estruturação ideológica”, a interdependência existente entre as percepções, atitudes e opiniões que formam um sistema ideológico, para exprimir o que Philip Converse chama de *constraint*: “o sucesso que teríamos ao prever, com base no conhecimento inicial de que um indivíduo tem determinada opinião, que ele manterá também algumas outras opiniões ou atitudes”.⁸⁴

O reconhecimento das categorias *esquerda* e *direita* não implica sua utilização de uma maneira cognitivamente estruturada. Reconhecimento quer dizer apenas que, quando é apresentada ao eleitor uma escala formada a partir dessas categorias, ele sabe, ainda que intuitivamente, do que se trata.⁸⁵ Analisando o cruzamento entre o autoposicionamento na escala ideológica e a coerência de opiniões dos indivíduos diante de questões que costumam caracterizar esquerdismo e direitismo, Castro conclui que apenas a camada com alta sofisticação política é ideologicamente estruturada.⁸⁶

Classicamente, o que distingue esquerda e direita é que a esquerda deseja mudanças em favor de maior igualdade, enquanto a direita prefere brejar essas mudanças em nome da ordem. Com base em pesquisas de opinião, contudo, André Singer chegou à conclusão de que, embora a esquerda seja mais igualitária do que a direita, esta também reivindica a igualdade, haja vista que no Brasil o eleitorado à direita é predominantemente pobre (a renda é mais baixa à direita do que à esquerda e mais baixa nos extremos do que no centro). O apoio à igualdade diminui, no entanto, entre a direita, à medida que as frases tornam-se mais “radicais” e mais “concretas” e quando se apresentam aos entrevistados frases com sentido anti-igualitário.

Como no Brasil “todos” são a favor da igualdade, “todos” são também a favor de mudanças que a propiciem. Portanto, o que divide direita e esquerda no Brasil, segundo Singer, não é exatamente mudar ou conservar, mas sim como mudar: “O público de direita pretende uma mudança por intermédio da autoridade do Estado, e por isso quer reforçá-la,

⁸³ Apud SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002. p. 35.

⁸⁴ Apud *ibid.*, p. 44-45.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 130-133.

⁸⁶ Apud *ibid.*, p. 47. Em 1989 e 1990 mais de 60% dos eleitores não sabiam dizer o que significava esquerda e direita (*ibid.*, p. 142). Além de as pessoas terem concepções vagas, intuitivas, sobre o que é direita e esquerda, algumas delas podem sentir vergonha de se autodeclararem de direita, em razão da associação do termo com a ditadura civil-militar.

ao passo que o público que se coloca à esquerda está ligado à ideia de uma mudança a partir da mobilização social, e por isso contesta a autoridade repressiva do Estado sobre os movimentos sociais”.⁸⁷ A mudança, para a direita, deve se dar sem prejuízo da ordem (e talvez até com exacerbação da ordem), enquanto a esquerda admite o perigo de desestabilização da ordem.⁸⁸

A extrema-esquerda, no entanto, é mais repressora do que a esquerda. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que a escolaridade cresce em direção ao centro, fazendo com que a sofisticação e a coerência sejam maiores na esquerda do que na extrema esquerda. As opiniões mais democráticas crescem em direção ao centro e as menos democráticas em direção aos extremos, porém com a esquerda tendendo a ser mais pró-democracia do que a direita. Uma possível explicação para tal fato estaria na crença dos direitistas de que um Estado forte (ditadura, governo militar etc.) pode realizar com mais facilidade as mudanças igualitárias almejadas.⁸⁹

Apesar de defender que na segunda fase dos protestos de junho de 2013 o centro foi protagonista numérico e cultural, que o “travejamento fundamental da ordem não foi questionado”, que as “relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa”⁹⁰, o próprio André Singer reconhece que nos protestos de junho de 2013 a direita pretendeu desencadear uma “pressão regressiva em relação ao campo popular que está no governo com o lulismo desde 2003”⁹¹ e as manifestações adquiriram um viés oposicionista que originalmente não tinham.

No dia 18 de junho, em São Paulo, um grupo com características que se pareciam com as da extrema-direita destacou-se da multidão e tentou depredar a prefeitura de São Paulo, dirigida por um petista. “Abandonado pela polícia, o centro velho foi saqueado por lumpemproletários naquela noite, lembrando cenas dignas das manobras fascistas do século XX.”⁹² Esse episódio, em conjunto com tantos outros nos quais a direita

⁸⁷ SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002. p. 146 et seq.

⁸⁸ Ibid., p. 19-20.

⁸⁹ Ibid., p. 155.

⁹⁰ SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 97, nov. 2013. p. 24.

⁹¹ Ibid., p. 32. No protesto de 20 de junho de 2013, em São Paulo, ainda que a maioria dos entrevistados pelo Datafolha tenha se declarado de centro e que os que se declararam de esquerda somaram 22%, 10% se declararam de direita (ibid., p. 39).

⁹² Ibid., p. 34.

se organizou para derrubar governos e a ordem democrática, coloca em xeque a ideia de que o traço marcante da direita seria o apoio ao reforço da autoridade estatal para mudar a sociedade e torná-la menos desigual, dentro da ordem, a não ser que se considere que o alvo da direita sejam os governos de esquerda, e não a autoridade estatal, e que a derrubada de governos tenha como pretexto justamente salvar a ordem.

De qualquer forma, não parece plausível que a direita, inclusive a direita popular, apoie o reforço da autoridade estatal para reprimir condutas socialmente danosas como homofobia, abuso de autoridade, tortura, entre outras. Por outro lado, em junho de 2013, manifestantes expuseram em cartazes dizeres do tipo “Ditadura já”.⁹³ Já em 22 de outubro de 2014, a quatro dias do segundo turno das eleições presidenciais, simpatizantes do candidato Aécio Neves (PSDB) gritaram “viva a PM” em uma manifestação.⁹⁴ Quando a direita se organiza em passeatas, assim, é para pedir mais repressão e não menos.

Em dezembro de 2012, o Datafolha pesquisou a posição dos brasileiros em relação a alguns temas, em levantamento em que os entrevistados foram orientados a escolher, entre duas frases, qual delas refletia melhor sua posição.⁹⁵ Entre todos os grupos de entrevistados que apresentaram posições mais repressoras na área da política criminal, a maior percentagem foi de pessoas sem preferência partidária. O PT foi o partido com a maior percentagem de preferência. PMDB e PSDB vieram em seguida, em empate técnico. As percentagens de não preferência e de preferências partidárias entre todos os grupos com posições mais repressoras foram as mesmas encontradas entre os entrevistados em geral, dentro da margem de erro.⁹⁶

Em todos os grupos de entrevistados que apresentaram posições mais repressoras na área da política criminal, a maior percentagem pretendia votar em Dilma Rousseff em 2014, seguida da percentagem que pretendia votar em Marina Silva, Aécio Neves, branco/nulo, que não sabia e que pretendia votar em Eduardo Campos. Essas percentagens de intenção de voto entre todos os grupos com posições mais repressoras foram as mesmas encontradas entre os entrevistados em geral, dentro da margem de erro.

⁹³ SANTOS, Fabiano. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. *Novos Estudos CEBRAP* 96, julho 2013. p. 18 et seq.

⁹⁴ BALZA, Guilherme; NEVES, Márcio. Com Ronaldo e FHC, ato pró-Aécio tem “viva a PM” e “Dilma terrorista”, *UOL*, 22/10/2014.

⁹⁵ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012.

⁹⁶ Dos entrevistados em geral, 27% preferiam o PT; 5%, o PMDB; 4%, o PSDB; 1%, o PDT; 1%, o PV; 1%, o PSB; 1%, o PSOL; 1%, o DEM; 1%, o PP; 2%, outros partidos, 3% citaram nomes ou referências e 54% não tinham preferência partidária.

Em meados da década de 90, André Singer lamentava que não havia trabalhos acadêmicos no Brasil que tivessem procurado relacionar o posicionamento do eleitor na escala esquerda-direita às suas opiniões, com exceção de algumas menções em Mettenheim (1995). Pierucci analisou os conteúdos associados ao eleitorado de direita na cidade de São Paulo, mas não havia nesses estudos indicações sobre a associação entre autolocalização na escala e opiniões. O autor teria buscado saber apenas os conteúdos associados à adesão a líderes de direita: Jânio Quadros e Paulo Maluf.⁹⁷ Nas próximas páginas, será analisada a associação entre o apoio de eleitores a medidas repressivas e seu posicionamento na escala ideológica, assim como a associação entre vitimização, medo e o autoposicionamento do eleitor na escala ideológica.

2. Medo e voto

Zaffaroni prefere a expressão “populismo penal” a “populismo”. O primeiro é definido por ele como uma demagogia que explora o sentimento de vingança das pessoas e seus piores preconceitos, uma nova forma do autoritarismo, politicamente falando.⁹⁸ Já o populismo é uma corrente política que apresenta luzes e sombras, mas que na América Latina possibilitou a incorporação de importantes e amplos setores da população à cidadania. Houve populismos que empregaram técnicas “populistas”, como também as usaram correntes de outros signos políticos com aparência de maior coerência ideológica.⁹⁹ Na América Latina, o populismo foi combatido por forças de direita que o derrotaram e impuseram ditaduras civis-militares.

O discurso tradicional sobre populismo penal sustenta que a mídia, aumentando a sensação de insegurança da população por meio de abordagens sensacionalistas, contribui para que ela apoie medidas repressivas e candidatos de direita.¹⁰⁰ A base eleitoral de

⁹⁷ SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002. p. 143-144.

⁹⁸ LEMGRUBER, Julita. A esquerda tem medo, não tem política de segurança pública: Eugenio Raúl Zaffaroni, entrevistado por Julita Lemgruber. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007. p. 131.

⁹⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Crímenes de masa*. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2010. p. 86.

¹⁰⁰ Cf., por exemplo, BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003; CARVALHO, Salo de. A atual política brasileira de drogas: os efeitos do processo eleitoral de 1998. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 34, 2001. p. 131; CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 51 et seq.

deputados policiais militares seria formada, entre outras, por pessoas inseguras que demandariam por mais polícia. A suposta força eleitoral do discurso de segurança pública nas campanhas é reconhecida, inclusive, por Conte Lopes (D1).¹⁰¹ O objetivo deste capítulo consiste justamente em verificar, por meio de uma série de pesquisas de opinião pública, se há uma relação direta entre vulnerabilidade à violência, sensação de insegurança, apoio a bandeiras repressivas e votação em candidatos ou partidos de direita.

Em março de 2007, Pesquisa Datafolha foi realizada para averiguar qual era o principal problema do país naquele momento para o brasileiro, considerando as áreas que são de responsabilidade do governo federal.¹⁰² As respostas foram espontâneas e únicas. Violência/segurança/polícia foi a primeira colocada (31%), seguida de desemprego (22%), saúde (11%), educação (9%), fome/miséria (7%) e corrupção (3%). Entre os que apontaram violência/segurança/polícia como principal problema, não houve diferença fora da margem de erro entre os que votaram em Lula, em Alckmin e nulo/branco no segundo turno de 2006. Entre as preferências partidárias, a percentagem foi maior entre os que preferiam o PFL (35%), um partido de direita, e menor entre os que preferiam outro partido que não os listados (24%). Não houve diferenças fora da margem de erro entre as demais preferências partidárias.

Pesquisa CNI-IBOPE¹⁰³ realizada em 2011 revelou que 51% da população do Sudeste consideravam a segurança pública no Brasil ruim ou péssima e apenas 14% percebiam melhora na situação da segurança pública nos três anos que antecederam a pesquisa, embora, nos dozes meses que antecederam a pesquisa, 72% dos entrevistados do Sudeste e seus parentes não tivessem sido furtados, assaltados ou agredidos e a grande maioria nem sequer tivesse presenciado em sua cidade alguém sendo vítima de um crime violento.¹⁰⁴

¹⁰¹ Paulo de Mesquita Neto e Fernando Salla asseveram, porém, que, “para os governos, a segurança pública é uma área problemática, de baixo rendimento de dividendos políticos, com a qual não se deseja identificar uma administração. Essa característica enfraquece sob certo aspecto o compromisso político dos governos com as questões sensíveis da área por meio da transferência para as polícias – polícia civil e militar nos Estados e polícia federal na União – da responsabilidade por políticas, programas e ações de segurança pública” (NETO, Paulo de Mesquita; SALLA, Fernando. Uma análise sobre a crise na Segurança Pública de maio de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 68, 2007. p. 334).

¹⁰² DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Principais problemas do país*. 2007.

¹⁰³ Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011.

¹⁰⁴ A maioria não tinha presenciado em sua cidade alguém sendo assaltado (73%), brigas de gangues (84%), alguém recebendo um tiro (93%), alguém sendo assassinado (94%), tiroteios (84%), alguém sendo agredido (60%) e alguém sendo ameaçado com uma faca (85%). A ocorrência mais frequente foi testemunhar alguém

Pesquisa Datafolha de dezembro de 2012¹⁰⁵ mostrou que, dos entrevistados em geral, 40% declararam, em resposta espontânea e única, que a saúde era o principal problema do país, considerando as áreas que são de responsabilidade do governo federal. Em seguida, vieram a violência/segurança/polícia (20%), educação (11%), desemprego (6%), corrupção (4%). A percentagem dos que apontaram a violência/segurança/polícia como o principal problema foi igual, dentro da margem de erro, entre os grupos que adotaram posições repressoras e os grupos que adotaram posições liberais sobre diversos temas sobre os quais os eleitores foram questionados.

Em pesquisa de abrangência nacional, realizada em abril de 2014¹⁰⁶, 20% dos entrevistados relataram terem sido vítimas de algum crime nos doze meses que antecederam a pesquisa, sendo 18% entre os que preferiam o PT; 18%, o PMDB; 26%, o PSDB; 46%, o PV; 20%, outro partido e 19% entre os que não tinham preferência partidária.¹⁰⁷ Os que preferiam o PV foram, assim, de longe, os mais vitimizados, seguidos dos que preferiam o PSDB. No entanto, o PV é um partido conhecido por suas posições liberais, principalmente em relação à descriminalização das drogas, do aborto, da eutanásia e à legalização do casamento civil homossexual.

Em novembro de 2012, em meio a uma crise de segurança pública em São Paulo, os paulistanos foram consultados pelo Datafolha¹⁰⁸ sobre o desempenho do governador Geraldo Alckmin em relação à segurança pública. Apesar de apenas 25% terem avaliado o governo Alckmin como ruim ou péssimo, 63% consideraram a atuação do governo do peessedebista nessa área ruim ou péssima e apenas 12% a avaliaram como ótima ou boa.

usando drogas na rua (75% presenciaram) e a polícia prendendo alguém (49% presenciaram). Embora a proporção de brasileiros com renda familiar mensal acima de dez salários mínimos que presenciaram brigas de gangues e assassinatos tenha ficado abaixo da média nacional (15%, ante 20% e 0%, ante 8%, respectivamente), a proporção dos que presenciaram alguém sendo assaltado ficou acima da média nacional (34%, ante 28%), bem como a proporção dos que declararam que a segurança está ruim (37%, ante 23%).

¹⁰⁵ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012.

¹⁰⁶ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Vitimização*. 2014.

¹⁰⁷ Dos entrevistados em geral, 14% foram vítimas de assalto, roubo ou agressão; 14% entre os que preferiam o PT; 13%, o PMDB; 21%, o PSDB; 29%, o PV; 15%, outro partido e 14% entre os que não tinham preferência partidária. Dos entrevistados em geral, 9% tiveram a casa invadida nos doze meses que antecederam a pesquisa; sendo 8% entre os que preferiam o PT; 10%, o PMDB; 12%, o PSDB; 24%, o PV; 8%, outro partido e 9% entre os que não tinham preferência partidária. Dos entrevistados em geral, 1% tinha sofrido sequestro relâmpago, a mesma percentagem entre os que preferiam PT, PMDB, PSDB e que não tinham preferência partidária. Os que preferiam o PV e outro partido não alcançaram 1%. Perguntados se tiveram algum parente ou amigo assassinado nos 12 meses que antecederam a pesquisa, a resposta foi afirmativa para 21% dos entrevistados em geral; 22% entre os que preferiam o PT; 23%, o PMDB; 21%, o PSDB; 29%, o PV; 24%, outro partido e 20% entre os que não tinham preferência partidária. Apesar de a percentagem ter sido maior entre os que preferiam o PV, as percentagens foram mais equilibradas neste caso.

¹⁰⁸ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

Quanto pior a avaliação do governador, pior a avaliação da segurança pública. Entretanto, entre os que avaliaram o governador como ótimo/bom, 29% avaliaram a segurança pública como ruim/péssima. Quanto melhor a avaliação da segurança pública, melhor a avaliação do governador. Entretanto, 13% dos que avaliavam a segurança como ruim/péssima avaliavam o governador como ótimo/bom.¹⁰⁹

Ainda que a percentagem dos que preferiam o PT fosse maior entre todos os grupos, inclusive entre os que avaliavam a segurança como ótima/boa, a percentagem dos que preferiam o PT sobre quanto pior avaliada a segurança pública e o inverso ocorre com os que preferiam o PSDB, o que era esperado, uma vez que o Estado de São Paulo é governado por esse partido desde 1994.¹¹⁰ Em todos os governos tucanos, porém, a avaliação da segurança foi majoritariamente considerada ruim/péssima pela população (45% em 02/04/1997, 57% em 18/12/1997, 56% em 16/05/2006 e 63% em 22/11/2012). Apesar de Conte Lopes declarar que os ataques do PCC atingiram a candidatura presidencial mal sucedida de Alckmin (D2), a avaliação da segurança parece ser um aspecto secundário na definição do voto majoritário, tendo em vista as sucessivas reeleições de governos do PSDB em São Paulo.¹¹¹

Em novembro de 2012 os petistas eram os que tinham mais medo de que a onda de violência atingisse a si próprio ou a alguém da família e eram os mais críticos à segurança pública. As pessoas de 60 anos de idade ou mais foram as que mais declararam que não tinham medo algum, embora fossem as que mais declararam, em dezembro de 2012, em

¹⁰⁹ Entre os que avaliaram a segurança como ótima/boa, 73% avaliaram o governador como ótimo/bom, 18% como regular e 4% como ruim/péssimo. Entre os que avaliaram a segurança como regular, 47% avaliaram o governador como ótimo/bom, 47% como regular e 4% como ruim/péssimo. Entre os que avaliaram a segurança como ruim/péssima, 13% avaliaram o governador como ótimo/bom, 45% como regular e 38% como ruim/péssimo.

¹¹⁰ Entre os que preferiam o PT, 9% avaliaram a segurança pública como ótima/boa, 19% como regular, 71% como ruim/péssima e 1% não soube responder. Entre os que preferiam o PSDB, 20% avaliaram a segurança pública como ótima/boa, 44% como regular e 36% como ruim/péssima. Entre os que preferiam outro partido, 22% avaliaram a segurança pública como ótima/boa, 23% como regular, 53% como ruim/péssima e 2% não souberam responder. Entre os que não tinham preferência partidária, 11% avaliaram a segurança pública como ótima/boa, 22% como regular, 65% como ruim/péssima e 2% não souberam responder. Entre as pessoas que avaliaram como ótima/boa a segurança pública, 21% preferiam o PT (29% entre eleitorado em geral), 14% preferiam o PSDB (9% entre o eleitorado em geral) e 8% citaram nomes e referências (3% entre o eleitorado em geral). Entre as que a avaliaram como regular, 24% preferiam o PT, 17% preferiam o PSDB (9% entre o eleitorado em geral) e entre as que a avaliaram como ruim/péssima, 32% preferiam o PT e 5% preferiam o PSDB.

¹¹¹ O ex-secretário Nagashi Furukawa atribui os ataques do PCC em 2006 principalmente ao desejo dos líderes do PCC de impedirem a vitória de Geraldo Alckmin na eleição (SALLA, Fernando; MIRAGLIA, Paula. O PCC e a gestão de presídios em São Paulo: entrevista com Nagashi Furukawa. *Novos Estudos CEBRAP* 80, março 2008. p. 33-35).

âmbito nacional, que a segurança era a maior preocupação. Entre o grupo sem parentes ou amigos policiais ou ex-policiais foi numericamente maior a percentagem dos que declararam sentir muito medo de serem atingidos ou terem um familiar atingido, mas dentro da margem de erro (76% a 72%).

Os tucanos eram os que se sentiam mais seguros em andar no bairro onde moravam durante o dia, mas os que mais declararam se sentir um pouco inseguros; 24% dos que avaliavam a segurança pública como ruim/péssima se sentiam muito seguros, talvez por não acreditarem que seriam atingidos diretamente, e 20% entre os que a avaliavam como ótima/boa se sentiam muito inseguros.¹¹² Os tucanos foram novamente os que mais declararam se sentir um pouco inseguros à noite, entre as preferências partidárias. Dos que avaliavam a segurança pública como ruim/péssima, 11% se sentiam muito seguros ao andar pelo bairro onde moravam à noite e 58% dos que a avaliavam como ótima/boa se sentiam muito inseguros.¹¹³

Pessoas que preferiam o PSDB foram, entre as preferências partidárias, as que menos receberam toque de recolher durante a onda de violência de 2012 e que menos foram afetadas em suas rotinas. Entre os que avaliavam a segurança pública como ótima/boa, 42% disseram que receberam notícias de que não poderiam sair de casa. Já os petistas foram os mais afetados em suas rotinas. Das pessoas que avaliavam a segurança pública como ótima/boa, 30% mudaram sua rotina por causa da violência. Em relação às zonas da cidade, os moradores do Centro eram os que mais se sentiam inseguros na rua de dia, em novembro de 2012. No entanto, estavam entre os que menos receberam ordens de toque de recolher durante a onda de violência de novembro de 2012 e foram os que menos tiveram que fazer alterações em suas rotinas.

Em abril de 2013, Pesquisa Datafolha¹¹⁴ aferiu, por meio de respostas estimuladas e únicas, o medo dos paulistanos e sua relação com posições ideológicas e preferências

¹¹² As percentagens dos que se sentiam muito inseguros não variam fora da margem de erro dependendo da avaliação da segurança pública, mas a percentagem dos que se sentiam muito seguros sim: 32% entre os que avaliavam a segurança pública como ótima/boa, 25% entre os que a avaliavam como regular e 24% entre os que a avaliavam como ruim/péssima.

¹¹³ As percentagens dos que se sentiam muito inseguros e muito seguros não variam fora da margem de erro dependendo da avaliação da segurança pública. Em 2008, 58% diziam se sentir seguros ao andar à noite na capital paulista e 43%, inseguros. Na pesquisa finalizada em agosto de 2012, antes das eleições municipais e antes dos ataques do PCC, havia caído para 48% a taxa dos que se sentiam seguros e subido para 52% o índice dos que se sentiam inseguros. No entanto, o vencedor das eleições municipais de 2008 foi Gilberto Kassab, na época no DEM, um partido identificado com a direita, e o vencedor das eleições de 2012 foi Fernando Haddad, do PT.

¹¹⁴ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Datafolha 30 anos – medo dos paulistanos*. 2013.

partidárias.¹¹⁵ A resposta *medo de que os jovens da família se envolvam com tóxicos* foi dada, de forma estimulada e única, por 45% dos paulistanos entrevistados. Foi a resposta prevalecente em todos os grupos ideológicos e partidários. *Medo de ter a casa invadida por assaltantes* foi a segunda resposta mais dada em todos os grupos ideológicos e partidários. Não houve variações de percentagem fora da margem de erro entre os grupos ideológicos. A percentagem foi menor, fora da margem de erro, entre os que preferiam o PMDB do que entre os que preferiam o PSDB e os que não tinham preferência partidária.¹¹⁶ *Medo de ser assaltado na rua* foi a terceira resposta mais dada em todos os grupos ideológicos e partidários. Não houve variações de percentagens fora da margem de erro entre os grupos partidários e ideológicos. Não se verificou, assim, uma correlação entre sentir medo e ser de direita.¹¹⁷

Quando questionados sobre situações concretas e não sobre um medo difuso da violência, variam, conforme as situações, os grupos partidários e ideológicos que apresentam a maior taxa de medo e, mesmo assim, a maioria das variações ocorre dentro da margem de erro. De certa forma, isso já era esperado, uma vez que há situações concretas que afetam grupos sociais específicos, como, por exemplo, ser assaltado no semáforo. Os que preferiam o PSDB tinham menos medo de serem assassinados do que os que preferiam o PT. Não houve variações fora da margem de erro entre os grupos ideológicos.¹¹⁸ Os que preferiam o PSDB tinham menos medo de serem atingidos por bala perdida do que os que preferiam o PT, o PMDB e nenhum partido. Não houve variações fora da margem de erro entre os grupos ideológicos.¹¹⁹ Os que preferiam o PSDB tinham

¹¹⁵ Tanto em abril de 2008 quanto em abril de 2013, o maior medo dos paulistanos era o envolvimento de jovens da família com tóxicos (46% e 45%, respectivamente), seguido do medo de assalto em casa (25% e 26%, respectivamente) e do medo de assalto na rua (15% e 16%, respectivamente).

¹¹⁶ A resposta *medo de ter a casa invadida por assaltantes* foi dada, de forma estimulada e única, por 26% dos entrevistados em geral, 23% dos que preferiam o PT, 29% dos que preferiam o PSDB, 20% dos que preferiam o PMDB, 23% dos que preferiam outro partido, 28% dos que não tinham preferência partidária, 22% dos que se declararam de esquerda, 28% dos que se declararam de centro-esquerda, 27% dos que se declararam de centro, 28% dos que se declararam de centro-direita e 23% dos que se declararam de direita.

¹¹⁷ A resposta *medo de ser assaltado na rua* foi dada, de forma estimulada e única, por 16% dos entrevistados em geral, 12% dos que preferiam o PT, 18% dos que preferiam o PSDB, 18% dos que preferiam o PMDB, 17% dos que preferiam outro partido, 17% dos que não tinham preferência partidária, 15% dos que se declararam de esquerda, 18% dos que se declararam de centro-esquerda, 17% dos que se declararam de centro, 18% dos que se declararam de centro-direita e 13% dos que se declararam de direita.

¹¹⁸ Declararam sentir muito medo de ser assassinado 70% dos entrevistados, sendo 74% dos que preferiam o PT; 65%, o PSDB; 71%, o PMDB; 67%, outro partido; 70%, nenhum partido; 73% dos que se declararam de esquerda; 68%, de centro-esquerda; 67%, de centro; 73%, de centro-direita e 71%, de direita.

¹¹⁹ Declararam sentir muito medo de ser atingido por bala perdida 65% dos entrevistados, sendo 69% dos que preferiam o PT; 57%, o PSDB; 69%, o PMDB; 62%, outro partido; 65%, nenhum partido; 66% dos que se declararam de esquerda; 62%, de centro-esquerda; 62%, de centro; 65%, de centro-direita e 67%, de direita.

menos medo de serem assaltados no caixa eletrônico do que os que preferiam o PT e o PMDB. Os entrevistados de centro tinham menos medo do que os de direita.¹²⁰ Os que preferiam o PSDB e outro partido tinham menos medo de serem assaltados em casa do que os que preferiam o PT e o PMDB. Os que preferiam outro partido tinham menos medo do que os que não tinham preferência partidária. Não houve variações fora da margem de erro entre os grupos ideológicos.¹²¹

Os que preferiam o PSDB e outro partido tinham menos medo de ladrão do que os que preferiam o PT. Os que preferiam outro partido tinham menos medo do que os que preferiam o PMDB. Os que se declararam de centro tinham menos medo do que os de centro-direita e de direita. Os que se declararam de centro-esquerda tinham menos medo do que os de centro-direita.¹²² Os que preferiam outro partido tinham menos medo de serem sequestrados, entre todas as preferências partidárias. Os que eram de esquerda e centro-esquerda tinham menos medo do que os que eram de centro-direita.¹²³ Os que preferiam o PSDB tinham menos medo e os que preferiam o PMDB tinham mais medo de serem assaltados na rua, entre todas as preferências partidárias. Os que preferiam outro partido tinham menos medo do que os que não tinham preferência partidária. Os que se declararam de centro tinham menos medo do que os de centro-esquerda.¹²⁴

Os que preferiam o PSDB tinham menos medo de serem assaltados dentro do banco do que os que preferiam o PT, o PMDB e nenhum partido. Os que preferiam outro partido tinham menos medo do que os que preferiam o PMDB. Os que se declararam de centro-esquerda, centro e centro-direita tinham menos medo do que os de esquerda. Os que se

¹²⁰ Declararam sentir muito medo de ser assaltado no caixa eletrônico 61% dos entrevistados, sendo 64% dos que preferiam o PT; 55%, o PSDB; 62%, o PMDB; 60%, outro partido; 60%, nenhum partido; 61% dos que se declararam de esquerda; 61%, de centro-esquerda; 57%, de centro; 61%, de centro-direita e 65%, de direita.

¹²¹ Declararam sentir muito medo de ser assaltado em casa 59% dos entrevistados, sendo 63% dos que preferiam o PT; 53%, o PSDB; 64%, o PMDB; 52%, outro partido; 59%, nenhum partido; 57% dos que se declararam de esquerda; 61%, de centro-esquerda; 55%, de centro; 58%, de centro-direita e 60%, de direita.

¹²² Declararam sentir muito medo de ladrão 58% dos entrevistados, sendo 61% dos que preferiam o PT; 54%, o PSDB; 60%, o PMDB; 53%, outro partido; 58%, nenhum partido; 58% dos que se declararam de esquerda; 54%, de centro-esquerda; 49%, de centro; 66%, de centro-direita e 60%, de direita.

¹²³ Declararam sentir muito medo de ser sequestrado 58% dos entrevistados, sendo 59% dos que preferiam o PT; 60%, o PSDB; 58%, o PMDB; 51%, outro partido; 60%, nenhum partido; 55% dos que se declararam de esquerda; 54%, de centro-esquerda; 57%, de centro; 63%, de centro-direita e 59%, de direita.

¹²⁴ Declararam sentir muito medo de ser assaltado na rua 57% dos entrevistados, sendo 58% dos que preferiam o PT; 45%, o PSDB; 67%, o PMDB; 52%, outro partido; 59%, nenhum partido; 58% dos que se declararam de esquerda; 62%, de centro-esquerda; 52%, de centro; 56%, de centro-direita e 58%, de direita.

declararam de centro-esquerda e de centro tinham menos medo do que os de direita.¹²⁵ Os que preferiam o PSDB e outro partido tinham menos medo de serem assaltados no semáforo do que os que preferiam o PMDB. Os que se declararam de centro tinham menos medo do que os de centro-esquerda e de direita.¹²⁶ Os que preferiam o PSDB e outro partido tinham menos medo de terem a carteira roubada do que os que preferiam o PMDB. Os que se declararam de esquerda, centro e centro-direita tinham menos medo do que os de centro-esquerda.¹²⁷ Os que preferiam o PMDB tinham mais medo de ter o celular roubado, entre todas as preferências partidárias. Os que se declararam de centro-esquerda tinham mais medo entre todos os grupos ideológicos.¹²⁸

Os que preferiam o PSDB apresentaram, em todas as situações, com uma exceção, uma proporção menor de pessoas com muito medo, comparada com pelo menos uma das outras preferências partidárias. Apenas na situação *medo de ser sequestrado* os tucanos apresentaram uma proporção maior de pessoas com muito medo do que outra preferência partidária. Por sua vez, apenas na situação *medo de ser assaltado em um banco* as pessoas de esquerda apresentaram uma proporção maior de respostas *muito medo* do que outro grupo ideológico.

Em todos os grupos ideológicos e partidários, a percentagem dos que responderam ter muito medo foi superior à percentagem dos que responderam ter um pouco de medo ou não ter medo algum, com exceção do medo de ter o celular roubado, e, ainda assim, nessa situação os que responderam sentir muito medo foram em maior quantidade entre os que preferiam o PMDB e se declararam de centro-esquerda. Quanto à vitimização, em abril de 2013 15% dos entrevistados responderam de forma estimulada e única que tinham sido assaltados nos doze meses que antecederam a pesquisa. Os que preferiam outro partido foram mais vitimizados que os que preferiam o PSDB e o PMDB. As outras variações

¹²⁵ Declararam sentir muito medo de ser assaltado dentro do banco 56% dos entrevistados, sendo 58% dos que preferiam o PT; 49%, o PSDB; 62%, o PMDB; 55%, outro partido; 56%, nenhum partido; 63% dos que se declararam de esquerda; 52%, de centro-esquerda; 50%, de centro; 54%, de centro-direita e 61%, de direita.

¹²⁶ Declararam sentir muito medo de ser assaltado no semáforo 53% dos entrevistados, sendo 52% dos que preferiam o PT; 49%, o PSDB; 58%, o PMDB; 50%, outro partido; 55%, nenhum partido; 50% dos que se declararam de esquerda; 54%, de centro-esquerda; 47%, de centro; 53%, de centro-direita e 55%, de direita.

¹²⁷ Declararam sentir muito medo de ter a carteira roubada 44% dos entrevistados, sendo 46% dos que preferiam o PT; 35%, o PSDB; 64%, o PMDB; 45%, outro partido; 43%, nenhum partido; 45% dos que se declararam de esquerda; 54%, de centro-esquerda; 42%, de centro; 45%, de centro-direita e 48%, de direita.

¹²⁸ Declararam sentir muito medo de ter o celular roubado 24% dos entrevistados, sendo 24% dos que preferiam o PT; 18%, o PSDB; 33%, o PMDB; 24%, outro partido; 23%, nenhum partido; 25% dos que se declararam de esquerda; 34%, de centro-esquerda; 20%, de centro; 20%, de centro-direita e 24%, de direita.

foram dentro da margem de erro. Não houve variações fora da margem de erro entre os grupos ideológicos.¹²⁹

Algumas observações podem ser feitas com base nesses números. Mais uma vez não se verificou uma correlação entre sentir medo, ser mais vitimizado e possuir uma determinada preferência partidária ou ter uma determinada posição ideológica. A sensação de medo e a vitimização variam conforme a situação concreta e podem se explicar mais por fatores como renda ou faixa etária do que pela ideologia ou preferência partidária, razão pela qual não é possível traçar correlações diretas. Não se verificou um *continuum* crescente ou decrescente de sensação de insegurança na escala ideológica.

3. Maioridade penal e voto

Na amostra de discursos dos deputados policiais militares, o único que se manifestou explicitamente a favor da redução da maioridade penal foi Conte Lopes, sob a justificativa que o jovem que tem discernimento para votar tem discernimento para responder criminalmente por seus atos. Conte Lopes teria sido, segundo o próprio, o primeiro a apresentar uma moção, em 1991, nesse sentido (D3).

O deputado se queixa daqueles que não deixam a polícia *socorrer* as crianças de rua, como políticos e o Padre Julio Lancelotti, e defende a criação da Secretaria do Estado da Juventude, para dar condições aos jovens de classe média e da periferia de terem coisas boas (D4). Por outro lado, critica o deslocamento de viaturas da ROTA para a FEBEM, considerando-o uma estratégia de desviá-las do combate ao “crime pesado” (D5). O deputado recorre ao discurso médico, o discurso competente, para sustentar que há adolescentes “irrecuperáveis”, os quais deveriam ser isolados dos “recuperáveis” (D6).

Pesquisa Datafolha realizada em dezembro de 2003¹³⁰ constatou que chegava a 84% o percentual de brasileiros que defendiam a redução da maioridade penal, o mesmo

¹²⁹ Quanto à preferência partidária e posição ideológica, 15% dos que preferiam o PT declararam terem sido assaltados nos últimos doze meses, 12% dos que preferiam o PSDB, 11% dos que preferiam o PMDB, 20% dos que preferiam outro partido, 15% dos que não tinham preferência partidária, 17% dos que se declararam de esquerda, 17% dos que se declararam de centro-esquerda, 15% dos que se declararam de centro, 16% dos que se declararam de centro-direita e 12% dos que se declararam de direita.

¹³⁰ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *84% votariam a favor da redução da maioridade penal*. 2004.

percentual verificado em 2006.¹³¹ Nesse ano, entre os eleitores que tinham intenção de votar em Heloísa Helena, candidata identificada com a esquerda radical, a taxa dos que eram favoráveis à redução da maioria penal chegava a 90%, seis pontos acima da média. Entre os eleitores de Geraldo Alckmin essa taxa era de 88% (quatro pontos acima da média, no limite do empate técnico). Entre os que pretendiam votar em Lula, 83%, eram a favor e 12% contra. Por outro lado, conforme será visto adiante, os eleitores de Heloísa Helena foram os mais favoráveis à descriminalização do uso de maconha.

Em dezembro de 2012¹³² 68% de brasileiros defendiam que adolescentes que cometem crimes deviam ser punidos como adultos, ante 31% que acreditavam que adolescentes que cometem crimes deviam ser reeducados. Dos que declararam que adolescentes que cometem crimes deviam ser punidos como adultos, 47% concordaram que a pena de morte era a melhor punição para indivíduos que cometessem crimes graves (ante 42% dos entrevistados em geral) e 52% concordaram que os sindicatos serviam mais para fazer política do que defender os trabalhadores (ante 46% dos entrevistados em geral). Entre os que defendiam a redução, 64% avaliavam a segurança pública do governo Dilma como ruim/péssima. Entre os que se opunham à redução, essa avaliação era de 58%.

Em outubro de 2013¹³³, 74% dos entrevistados em geral responderam que adolescentes que cometem crimes deviam ser punidos como adultos. Entre as preferências partidárias, o maior apoio à redução da maioria penal foi encontrado entre os simpatizantes do PSB (87%). Conforme esperado, quanto mais direitista, maior a tendência de se concordar com essa frase.¹³⁴ Em pesquisa Datafolha realizada em setembro de 2012 entre os paulistanos¹³⁵, 72% dos entrevistados disseram que adolescentes que cometem crimes deviam ser punidos como adultos (92% dos extremo-conservadores)¹³⁶ e 26% que adolescentes que cometem crimes deviam ser reeducados.

¹³¹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição política, opinião sobre o aborto, pena de morte, descriminalização da maconha e maioria penal: 47% dos eleitores brasileiros se posicionaram à direita*. 2006.

¹³² DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012.

¹³³ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Comportamento político*. 2013.

¹³⁴ Entre as preferências partidárias, deram essa resposta 72% dos que preferiam o PT; 77%, o PSDB; 73%, o PMDB; 87%, o PSB; 73%, outro partido; 73% entre os que não tinham preferência partidária. Apoiaram a redução da maioria penal 90% entre os que foram classificados como de direita, 88% de centro-direita, 77% de centro, 54% de centro-esquerda e 17% de esquerda.

¹³⁵ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012.

¹³⁶ 92% dos extremo-conservadores, 88% dos conservadores, 74% dos medianos, 54% dos liberais, 15% dos extremo-liberais.

Pesquisa Datafolha realizada em 15 de abril de 2013 na cidade de São Paulo¹³⁷, após um latrocínio cometido por um adolescente na capital paulista, às vésperas de completar 18 anos de idade, mostrou que 93% dos paulistanos votariam a favor da diminuição da maioridade penal de 18 para 16 anos se houvesse uma consulta sobre o assunto. Em dezembro de 2003, 83% votariam a favor da redução; em agosto de 2006, pesquisa apontava apoio de 88% à medida. Em abril de 2013, entre a diminuição da maioridade penal de 18 para 16 anos e a criação de políticas públicas mais eficientes para os jovens, 52% apontaram a primeira como medida mais eficaz para reduzir a criminalidade nesse segmento da população. Outros 42% acreditavam que políticas públicas funcionariam melhor, 5% disseram que ambas as medidas seriam eficazes e 2% não souberam responder.

4. Pena de morte, prisão perpétua e voto

Conte Lopes, na amostra de discursos, também foi o único a defender explicitamente a pena de morte e a prisão perpétua (D7). Pesquisa Datafolha realizada em dezembro de 2003¹³⁸ constatou que, se houvesse uma consulta sobre a pena de morte, 50% dos brasileiros votariam a favor. Em agosto de 2006¹³⁹, 51% dos eleitores brasileiros teriam votado a favor da adoção da pena de morte no Brasil.¹⁴⁰ Entre os que tinham intenção de votar pela reeleição do presidente Lula, 49% eram a favor da pena de morte; entre os que preferiam Geraldo Alckmin para presidente, 56%; e entre os que votariam em Heloísa Helena, 55%. Quando se tratava do partido de preferência dos entrevistados, 49% dos petistas votariam a favor. Entre os simpatizantes do PSDB, por outro lado, 57% votariam a favor, mesmo percentual de adesão à pena de morte verificada entre os simpatizantes do PFL. Em 2007, o Datafolha realizou nova pesquisa de abrangência

¹³⁷ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Maioridade penal*. 2013.

¹³⁸ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *84% votariam a favor da redução da maioridade penal*. 2004.

¹³⁹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição política, opinião sobre o aborto, pena de morte, descriminalização da maconha e maioridade penal: 47% dos eleitores brasileiros se posicionaram à direita*. 2006.

¹⁴⁰ Votariam contra 42%. Em maio do mesmo ano, 49% dos entrevistados se posicionavam a favor e 45% contra a adoção da pena capital no país. Declararam-se indiferentes 2% e não souberam responder à indagação 5%. Em São Paulo os resultados ficaram dentro da média: 52% favoráveis e 41% contrários à pena de morte.

nacional sobre a aprovação dos brasileiros à pena de morte.¹⁴¹ Do total dos entrevistados, 55% se declararam favoráveis à adoção da pena de morte. O apoio à pena de morte foi maior entre os que votaram em Geraldo Alckmin no segundo turno das eleições de 2006.¹⁴²

Em março de 2008, uma nova Pesquisa Datafolha foi realizada sobre a pena de morte.¹⁴³ Do total de entrevistados, 47% se declararam a favor da pena de morte.¹⁴⁴ A pesquisa mostrou que não necessariamente o apoio à pena de morte é maior entre os eleitores que preferem partidos classificados mais à direita. Enquanto 58% dos que preferiam o PSB, um partido ainda identificado com o campo da esquerda, apoiavam a pena de morte, essa percentagem caía a 43%, abaixo da média, entre os que preferiam o PTB, justamente o partido que mais abrigou deputados policiais militares na Assembleia Legislativa de São Paulo.¹⁴⁵ Vale ressaltar que o apoio à redução da maioridade penal também foi maior entre os simpatizantes do PSB em outubro de 2013, conforme visto anteriormente. Por outro lado, devem-se levar em conta as baixas percentagens de preferência partidária pelo PSB e pelo PTB e que a maioria das pessoas que votam nos candidatos não necessariamente tem preferência por seus partidos.¹⁴⁶

Em dezembro de 2012¹⁴⁷, 42% dos entrevistados pelo Datafolha declararam que a pena de morte era a melhor medida para indivíduos que cometessem crimes graves. Dos que declararam que a pena de morte era a melhor punição para indivíduos que cometessem crimes graves, 39% concordaram que possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender (ante 30% dos entrevistados em geral), 43% concordaram que boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar (ante 37%

¹⁴¹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Aumenta o apoio de brasileiros à pena de morte*. 2007.

¹⁴² Quanto à preferência partidária, 55% dos que preferiam o PT se declararam favoráveis à pena de morte, 60% dos que preferiam o PMDB, 64% dos que preferiam o PSDB, 62% dos que preferiam o PFL, 56% dos que preferiam outro partido e 52% dos que não tinham preferência partidária; 54% dos que declararam voto em Lula no segundo turno das eleições de 2006 apoiavam a medida, 60% dos que votaram em Geraldo Alckmin e 45% dos que votaram nulo ou em branco.

¹⁴³ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Pena de morte*. 2008.

¹⁴⁴ 46% se declararam contra, 3% indiferentes e 3% não souberam responder. O apoio à medida foi de 48% no Sudeste e de 52% na cidade de São Paulo.

¹⁴⁵ Quanto à preferência partidária, apoiaram a pena de morte 51% dos que preferiam o PT, 49% o PMDB, 56% o PSDB, 48% o DEM, 49% o PDT, 43% o PTB, 48% o PP, 58% o PSB, 38% outro partido e 46% dos que não tinham preferência partidária.

¹⁴⁶ Em 2011, Pesquisa CNI-IBOPE revelou que 34% dos brasileiros eram totalmente contra e 12% eram parcialmente contra a pena de morte. Em relação à prisão perpétua, 51% dos brasileiros eram totalmente a favor, enquanto 18% eram parcialmente a favor (Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011).

¹⁴⁷ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012.

dos entrevistados em geral) e 76% concordaram que adolescentes que cometem crimes deviam ser punidos como adultos (ante 68% dos entrevistados em geral).

Em outubro de 2013¹⁴⁸, 46% dos entrevistados em geral responderam que a pena de morte era a melhor punição para indivíduos que cometessem crimes graves. Os que preferiam o PSDB foram mais favoráveis do que os que preferiam o PMDB, os que preferiam outro partido e os que não tinham preferência partidária. Conforme esperado, quanto mais direitista, maior a tendência de se concordar com essa frase.¹⁴⁹

Em 16 de maio de 2006, em meio aos ataques do PCC na cidade de São Paulo e cinco meses antes das eleições, o Datafolha¹⁵⁰ revelou que 56% dos paulistanos se colocavam a favor da pena de morte. Não houve diferenças de apoio fora da margem de erro entre o grupo de entrevistados com parentes que trabalhavam na polícia e o grupo de entrevistados sem parentes que trabalhavam na polícia. Em setembro de 2012¹⁵¹, 41% dos paulistanos disseram concordar que “a pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves” (74% entre os extremo-conservadores).¹⁵²

5. Política de drogas e voto

Pesquisa realizada de 30 de abril a 28 de maio de 2009, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP do Ministério da Justiça,¹⁵³ mostrou que 65,5% dos praças e 55,0% dos oficiais das Polícias Militares entrevistados apontaram a ênfase desproporcional das políticas de segurança na repressão ao tráfico de drogas como fator muito importante que compunha as dificuldades do trabalho da polícia.¹⁵⁴ No entanto, de uma maneira geral,

¹⁴⁸ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Comportamento político*. 2013.

¹⁴⁹ 49% entre os que preferiam o PT deram essa resposta; 52%, o PSDB; 47%, o PMDB; 50%, o PSB; 45%, outro partido; 44% entre os que não tinham preferência partidária; 77% entre os que foram classificados como de direita; 60%, de centro-direita; 39%, de centro; 25%, de centro-esquerda; e 5%, de esquerda.

¹⁵⁰ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Opinião dos brasileiros sobre o comércio de armas de fogo*. 2006.

¹⁵¹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012.

¹⁵² Concordaram com a pena de morte 74% dos extremo-conservadores, 58% dos conservadores, 37% dos medianos, 20% dos liberais e 4% dos extremo-liberais; 56% dos paulistanos concordaram que “não cabe à Justiça matar uma pessoa, mesmo que ela tenha cometido um crime grave”.

¹⁵³ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

¹⁵⁴ Segundo Fiore, a maior parte dos agentes envolvidos no cotidiano da guerra às drogas nunca vislumbrou uma vitória definitiva. “É uma guerra na qual se costuma comemorar „vitórias” parciais, como a prisão de traficantes e a apreensão de drogas, que seriam capazes de retirar das ruas o „veneno” que o inimigo, cada vez mais perigoso, distribui. Ignorando que há substituição permanente de função e que apenas uma pequena parte do que circula no mercado é apreendida, a polícia exalta mais os procedimentos do que os resultados

os deputados policiais militares demonizam o traficante, não distinguem o uso do abuso de drogas, nem como os tipos distintos de drogas ilícitas, e associam a defesa da descriminalização do uso da maconha à apologia ao crime.

Conte Lopes defende a repressão ao narcotráfico como algo prioritário e criminaliza os defensores da legalização do uso da maconha, incluindo a ex-primeira dama Ruth Cardoso. O deputado defende que a maconha é inevitavelmente a porta de entrada para drogas mais pesadas e atribui ao uso de drogas a práticas de crimes bastante graves, como o estupro e o homicídio (D8). Em um de seus discursos, identifica o traficante como favelado, chegando a dizer que “está na hora de continuar batendo duro realmente nas favelas” (D9), reforçando a hipótese de que a guerra às drogas é, na realidade, uma guerra aos pobres. Em outro discurso, porém, denuncia a figura de empresários, em contraposição ao “trombadinha da Praça da Sé”, como o verdadeiro culpado da entrada de drogas no país (D10).

O deputado policial militar que mais se dedica ao tema das drogas, porém, é Edson Ferrarini, e com uma visão bastante moralista. O deputado reconhece que em nenhum lugar do mundo a polícia consegue enfrentar o problema da droga sozinho. Apela para o auxílio de instâncias do controle social informal, como a família, a religião e a escola, e, indiretamente, valoriza mais ações preventivas do que repressivas. Ao mesmo tempo em que afirma ter uma missão quase religiosa, missionária, busca legitimidade na orientação da ONU e na ciência, ao destacar os seus estudos como psicólogo e advogado, inclusive em viagens internacionais.¹⁵⁵

O traficante não é retratado como uma pessoa violenta e estranha, mas como um amigo próximo do usuário (D11). Ao invés de demonizar apenas as drogas ilícitas, Edson Ferrarini demoniza também as lícitas, problematizando indiretamente o processo de criminalização de condutas, mas em uma perspectiva criminalizadora, uma vez que considera as drogas lícitas a porta de entrada para as drogas ilícitas (D12). O deputado tampouco distingue uso de abuso de drogas, impondo um destino único, inexorável e necessariamente negativo ao usuário: “cadeia, sanatório ou cemitério” (D13).

práticos: os preços da cocaína e de sua versão tragável, o crack, têm permanecido praticamente estáveis em São Paulo há quase duas décadas” (FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos CEBRAP* 92, março 2012. p. 15).

¹⁵⁵ O modelo repressivo de criminalização das drogas no Brasil sempre atuou consoante às tratativas e orientações dos organismos internacionais. A partir da década de 70 do século passado o modelo político-criminal de controle passou da órbita do discurso médico-sanitário e jurídico ao discurso jurídico-político (CARVALHO, Salo de, op. cit., p. 130).

Edson Ferrarini questiona a distinção entre usuário e traficante e se opõe à descriminalização do uso de drogas, mas defende o tratamento do usuário, e não sua prisão. Considera o uso de drogas um problema de saúde pública, e não individual, associa o uso de maconha a danos graves como a cegueira e a aquisição do vírus HIV (D14). Invocando a sua experiência e seus conhecimentos no assunto, sustenta que o vício não tem cura e dá prazer, que o “viciado” fica viciado em “gente viciada”, tem perdas no seu círculo social e no aproveitamento escolar. O deputado desqualifica e criminaliza os defensores da descriminalização do uso de maconha, questionando experiências como a holandesa e a posição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (D15).¹⁵⁶

Olímpio Gomes, quando ainda era do Partido Verde, um partido que historicamente defende a descriminalização da maconha, elogiou a Lei nº 11.343, de 2006, que, ainda que mantenha a criminalização do uso da maconha, excluiu a possibilidade de o usuário sofrer uma pena privativa de liberdade.¹⁵⁷ O deputado parece concordar com o entendimento de que a Marcha da Maconha promove a apologia ao crime, mas se diz feliz pelo fato de supostamente não terem ocorrido confrontos entre os manifestantes e os policiais nesse evento.¹⁵⁸ O traficante é demonizado pelo deputado como o “tipo de criminoso mais vil e

¹⁵⁶ Cf. os seguintes projetos de lei, todos de autoria de Edson Ferrarini: Projeto de Lei nº 698/2008: Cria o “Grupo de Atendimento aos usuários de álcool, drogas e outras dependências” nos estabelecimentos prisionais do Estado; Projeto de Lei nº 333/2009: Fica proibida a venda do cachimbo conhecido como “narguile” aos menores de 21 anos; Projeto de Lei nº 1167/2007: Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Cursos de Formação de educadores para atuação na prevenção e orientação contra os males causados pela dependência química, na rede escolar; Projeto de Lei nº 317/2006: Autoriza o Poder Executivo a criar, na sua estrutura organizacional, Centros de Recuperação de Dependentes Químicos; Projeto de Lei nº 323/2002: Proíbe a fabricação, comercialização e utilização de colas que contenham solvente a base de tolueno.

¹⁵⁷ Os críticos a essa lei denunciam o seu caráter seletivo. Não havendo mais um critério objetivo que defina se a droga é destinada para a venda ou para o consumo, as pessoas de classe média e alta seriam classificadas como usuárias e as de classe baixa, como traficantes. A mesma legislação que aliviou a punição para o usuário, agravou a punição para o traficante. A tendência atual é que os crimes relacionados às drogas respondam por mais encarceramentos, na medida em que seu crescimento entre proporção total de detidos cresceu, entre 2006 e 2010, 62%, contra 8,5% de outros crimes (FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos CEBRAP* 92, março 2012. p. 15-17).

¹⁵⁸ Segundo Maurício Fiore, os crescentes movimentos populares pela mudança da lei de drogas, dos quais se destaca a Marcha da Maconha, têm tido dois papéis fundamentais: desmistificar, por meio da ocupação do espaço público, o caráter marginal associado às drogas e, ao mesmo tempo, reivindicar sua existência política para além da apologia do consumo de drogas, argumento normalmente utilizado para retirar sua legitimidade. Profissionais da saúde ligados à redução de danos, pesquisadores e líderes de movimentos antiproibicionistas são alvo frequente de ataques que os estereotipam como “simpatizantes ou defensores das drogas”. Os questionamentos da premissa de que o Estado deve proibir o consumo de drogas são normalmente interpretados como simpatia interessada ou inconsequente pelo inimigo da guerra às drogas. Quando é o resultado da guerra que é questionado, no entanto, a crítica se torna mais palatável e pode angariar mais apoio (FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos CEBRAP* 92, março 2012. p. 16-17).

perverso”, como um “comerciante da morte” e o usuário é considerado um doente, que precisa de tratamento e orientação, não de punição.

Olímpio Gomes lembra que o tráfico constitui um mercado mundial extremamente rentável e que os megatraficantes supostamente usariam “pessoas de notória projeção na sociedade, jovens, muitas vezes iludidos pelo mais profundo ideal de liberdade”, para defender a descriminalização (D16). O deputado se coloca, assim, no campo político oposto ao do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, que almejavam discutir a descriminalização do comércio de drogas (D17). Já Ubiratan Guimarães, antes da aprovação da Lei nº 11.343, ao contrário de Olímpio Gomes, se opôs à descriminalização do uso de drogas e, assim como Conte Lopes, também atribui o uso de drogas à prática de crimes mais graves (D18).

No Brasil e na cidade de São Paulo, a grande maioria da população é contra a legalização do uso e da venda de drogas. Em 2006¹⁵⁹, 79% dos eleitores brasileiros concordaram que fumar maconha deveria continuar proibido por lei. Eram favoráveis a que fumar maconha deixasse de ser crime 18% e 2% eram indiferentes à questão. Os eleitores de Heloísa Helena eram os mais favoráveis à descriminalização da maconha (24%), mas também eram os mais favoráveis à redução da maioridade penal. Em 2008¹⁶⁰, 76% dos brasileiros entrevistados afirmaram que fumar maconha deveria continuar proibido por lei. Na cidade de São Paulo o apoio à proibição foi de 73%. Os que preferiam o PDT, o partido de Leonel Brizola e de Olímpio Gomes, foram os que mais apoiaram a proibição (81%) e os que preferiam o PSB, os que menos apoiaram (49%).¹⁶¹

Nota-se, assim, que em alguns temas os que preferem um partido podem apoiar posições mais repressivas e em outros não. Os que preferiam o PSB, por exemplo, foram os entrevistados que mais apoiavam a pena de morte, porém os que menos apoiavam a proibição do uso de maconha, no mesmo ano. O apoio à proibição do uso da maconha também foi proporcionalmente mais baixo entre os eleitores do DEM (66%), um partido de direita. Posições mais repressoras estão positivamente associadas ao posicionamento à direita/conservadorismo na escala ideológica (não há dados quanto ao

¹⁵⁹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição política, opinião sobre o aborto, pena de morte, descriminalização da maconha e maioridade penal: 47% dos eleitores brasileiros se posicionaram à direita*. 2006.

¹⁶⁰ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Maconha*. 2008.

¹⁶¹ Quanto à preferência partidária, apoiaram a proibição do uso de maconha 70% dos que preferiam o PT, 77% o PMDB, 79% o PSDB, 66% o DEM, 81% o PDT, 79% o PTB, 77% o PP, 49% o PSB, 71% outro partido e 79% dos que não tinham preferência partidária.

autoposicionamento), mas é um erro, pois, considerar que posições mais repressoras levam prioritariamente ao voto a candidatos ou partidos de direita e que os eleitores adotam posturas homoganeamente repressoras ou liberais em relação a diversos temas.¹⁶²

Conforme visto acima, em abril de 2013¹⁶³, 45% dos paulistanos entrevistados responderam, de forma estimulada e única, sentir *medo de que os jovens da família se envolvam com tóxicos*. Foi a resposta prevalecente em todos os grupos ideológicos e partidários, mas os que preferiam outro partido e os que não tinham preferência partidária tinham menos medo do que os que preferiam o PT. Os que se declararam de centro-esquerda tinham menos medo do que os que se declararam de esquerda, de centro-direita e de direita.¹⁶⁴ Em 1983 apenas 23% dos entrevistados deram essa resposta, em 1993 foram 29% e em 2008 foram 46%, o que demonstra o crescimento da preocupação dos paulistanos com as drogas. Em 1983 o maior medo dos paulistanos era com a alta do custo de vida e em 1993, com assalto em casa.

Em outubro de 2013¹⁶⁵, 83% dos brasileiros responderam que o uso de drogas devia ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências. Conforme esperado, quanto mais direitista, maior a tendência de se concordar com a criminalização do uso de drogas: 91% entre os que foram classificados como de direita; 89%, de centro-direita; 83%, de centro; 78%, de centro-esquerda; e 46%, de esquerda. Chama a atenção o fato de que em 2008 49% dos simpatizantes do PSB apoiavam a criminalização do uso da maconha e em 2013 89% dos pessebistas apoiavam a proibição do uso de drogas, o que pode indicar uma mudança na base social desse partido ou que a tolerância ao uso da maconha é muito maior do que a tolerância ao uso de drogas em geral. A primeira hipótese parece mais forte, pois essa grande variação de percentagens não foi observada entre as

¹⁶² Pesquisa CNI-IBOPE realizada em 2011 revelou, por sua vez, que a segurança pública e a questão das drogas foram apontadas pelos brasileiros como segundo (33%) e terceiro (29%) lugares no *ranking* de principais problemas do País e, pelos residentes no Sudeste, como terceiro (29%) e quarto (26%), respectivamente, atrás de saúde (56%) e educação (30%). O combate ao tráfico de drogas foi apontado por 53% dos residentes no Sudeste e por 58% dos brasileiros em geral como a principal ação para melhorar a situação da segurança pública; 52% dos residentes no Sudeste discordaram totalmente e 14% discordaram em parte que legalizar a venda e o uso de maconha diminuiria a criminalidade; 39% concordaram totalmente e 23% concordaram em parte que a proibição de venda de bebidas alcoólicas após a meia noite contribui para a redução da criminalidade (Pesquisa CNI-IBOPE. *retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011).

¹⁶³ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Datafolha 30 anos – medo dos paulistanos*. 2013.

¹⁶⁴ Tinham medo 51% dos que preferiam o PT, 46% dos que preferiam o PSDB, 47% dos que preferiam o PMDB, 43% dos que preferiam outro partido, 41% dos que não tinham preferência partidária, 46% dos que se declararam de esquerda, 38% dos que se declararam de centro-esquerda, 44% dos que se declararam de centro, 45% dos que se declararam de centro-direita e 50% dos que se declararam de direita.

¹⁶⁵ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Comportamento político*. 2013.

outras preferências partidárias. Há que se considerar, todavia, a baixa preferência partidária pelo PSB.¹⁶⁶

Zaffaroni assinala que a proibição das drogas gera uma renda insólita do serviço de distribuição, pela qual se organiza uma criminalidade nacional e internacional que causa a morte de um número muito alto de pessoas, sendo hora de se perguntar se mata mais a proibição ou a droga. Os mortos na violência gerada pelo tráfico de drogas, no entanto, parecem não interessar aos sistemas penais e aos políticos, que mostram sua preocupação sustentando leis penais com efeito paradoxais.¹⁶⁷

De acordo com Maurício Fiore, julgando pelo histórico de atuação do legislativo sobre o tema, é improvável que alguma mudança além do aprofundamento do modelo repressivo atual possa ocorrer. Desde a promulgação da Lei de Drogas, em 2006, os projetos que ganharam algum destaque e maior apoio no Congresso previam, por exemplo, o endurecimento das penas para traficantes de crack e o retorno da pena restritiva de liberdade para consumidores, dessa vez sob a forma de tratamento compulsório e com a justificativa de que a lei atual havia eliminado as ferramentas da dissuasão do Estado.

A posição dos deputados policiais militares, independentemente de ser defendida por princípio, encontra respaldo popular. Os políticos esperam não só ganhar votos quando defendem o combate sem trégua às drogas, como conseguem tirá-los de adversários que ousem propor o debate sobre qualquer alternativa. Nesse sentido, Denis Burgierman diz que os políticos seriam dependentes das drogas; não da ingestão dessas substâncias, mas do seu uso eleitoral.¹⁶⁸ Dessa forma, talvez seja a despreensão de concorrer novamente a cargos públicos em eleições majoritárias que faça com que Fernando Henrique Cardoso nos últimos anos tenha, com tanta desenvoltura, questionado a guerra às drogas.

¹⁶⁶ Entre as preferências partidárias, 83% dos que preferiam o PT deram essa resposta, 85% o PSDB, 83% o PMDB, 89% o PSB, 79% outro partido, 84% entre os que não tinham preferência partidária. Pesquisa Datafolha realizada em setembro de 2012 entre os paulistanos revelou que 81% disseram concordar que “o uso de drogas deve ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências” (91% dos extremo-conservadores, 87% dos conservadores, 87% dos medianos, 70% dos liberais, 57% dos extremo-liberais) e que 17% concordaram que “o uso de drogas não deve ser proibido, porque é o usuário que sofre com as consequências” (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012).

¹⁶⁷ ZAFFARONI, Eugenio Raúl, op. cit., p. 80.

¹⁶⁸ FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos CEBRAP* 92, março 2012. p. 21.

6. Desarmamento e voto

O Plano Nacional de Segurança Pública apresentado pelo governo federal em 2000 tinha como um de suas metas o desarmamento e controle de armas. Esse compromisso contemplou recadastramento e fiscalização das empresas de segurança privada; proibição de comércio de armas de fogo para civis; cadastro nacional de armas apreendidas; intensificação do processo de implantação do Sistema Nacional de Armas, criado ainda no primeiro mandato do presidente FHC pela Lei nº 9.437/97; campanha de desarmamento e recolhimento de armas ilegais. Esperava-se sancionar a lei de proibição do comércio civil de armas, regulamentar melhor do uso de armas de fogo por policiais, reduzir as armas em mãos de criminosos, além de realizar campanhas para conscientização dos riscos do porte, sobretudo ilegal, de armas.¹⁶⁹

Zaffaroni localiza na eliminação radical das armas de fogo da população a maior contribuição para a queda das mortes violentas. Contra as acusações de que isso não seria possível nem democrático, questiona se é mais democrático “proibir um tóxico” e se é mais perigoso um garoto com um cigarro de maconha ou “um sujeito com uma 9mm”. O professor propõe que o Judiciário imponha penas *shock*, privação da arma, penas curtas e efetivas, multas etc. O Legislativo teria de proibir definitivamente a produção, importação e venda de armas e impor maiores penas para os membros das forças de segurança que tentarem traficá-las, ainda que seja difícil e haja muitos interesses opostos a serem enfrentados.¹⁷⁰

Se os parlamentares que costumam defender bandeiras repressivas no Poder Legislativo federal ou estadual foram apelidados pela mídia de *Bancada da Bala*, é porque, entre outros motivos, supostamente seriam financiados em suas campanhas eleitorais pela indústria armamentista e defenderiam os seus interesses. Consultando as prestações de contas das campanhas de 2002, 2006 e 2010 dos deputados policiais militares no *site* do Tribunal Superior Eleitoral¹⁷¹, observa-se que entre os doadores de campanha há empresas do ramo de segurança privada, mas não especificamente fabricantes de armas.

¹⁶⁹ ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo Social*: Revista de sociologia da USP, n. 2, v. 15, 2003. p. 124.

¹⁷⁰ LEMGRUBER, Julita. A esquerda tem medo, não tem política de segurança pública: Eugenio Raúl Zaffaroni, entrevistado por Julita Lemgruber. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007. p. 134.

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/contas-eleitorais>>.

Conte Lopes, em alguns discursos no plenário da ALESP, antes mesmo do ano de 2005, quando o referendo do desarmamento ainda não era pauta, defendia o direito de o *cidadão de bem* se armar, uma vez que os *bandidos* já estariam fortemente armados. Para o deputado, as pessoas teriam uma arma por necessidade, e não por gostarem de atirar. Conte Lopes dizia que não estava incentivando ninguém a se armar e que “não tem que soltar arma à vontade”, mas que o fato de um cidadão poder se armar representava uma dissuasão para a prática de crimes, uma vez que o *bandido* perderia o medo de assaltar ao saber que a população estaria desarmada.

A proibição do porte de armas por policiais aposentados é especificamente criticada, seja porque o policial conservaria inimigos dos tempos de ativa, seja porque seus vizinhos ainda o tratam como policial e pedem ajuda em alguns casos (D19). Conte Lopes desqualifica a campanha do desarmamento promovida pelo então Ministro da Justiça José Carlos Dias e apoiada pela Rede Globo, sustentando, com base em uma divisão binária, maniqueísta e essencializadora, que quem comete crimes é o *bandido*, que não compra arma legalizada, e não o “cidadão de bem”, em briga de família ou de “bêbado” (D20).

Apesar de demandar uma legislação mais dura para combater a criminalidade, questiona a efetividade da lei não só para proibir o porte de arma como também para proibir o comércio de drogas (D21). No âmbito estadual, critica em abril de 1999 a efetividade da campanha promovida pelo Secretário José Afonso da Silva que trocava armas por brinquedos e menciona um projeto de lei de sua autoria que trocava armas apreendidas por policiais por cestas básicas (D22). Já em fevereiro de 2002 questiona a campanha de ONGs que trocam armas por cestas básicas e menciona outro projeto de sua autoria que obriga a destruição de armas apreendidas não utilizadas pela Polícia (D23).¹⁷²

Ubiratan Guimarães, da mesma forma, às vésperas do referendo do desarmamento de 2005, refutava o argumento de que a disseminação das armas de fogo era responsável por mortes no contexto de brigas entre pessoas conhecidas e, conseqüentemente, pela violência. Assim como Conte Lopes, declarava que não gostaria que todos andassem armados, mas via a necessidade disso, uma vez que os *bandidos* já andavam, e defendia o

¹⁷² Cf. Projeto de Lei nº 159/2000, de autoria de Conte Lopes: Obriga a Secretaria da Segurança Pública a destruir as armas de fogo apreendidas. Cf. também Projeto de Lei nº 447/2008: Concede isenção de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias ICMS, na compra de armas de fogo, munição e colete à prova de bala, efetuada por policial; Projeto de Lei nº 200/1999, de autoria de Celso Tanai: Dispõe sobre o uso de armas de fogo, produtos de crime, apreendidas e à disposição da Justiça, por policiais civis e militares.

direito do cidadão à propriedade e de se defender. O deputado desassociava as armas da violência argumentando que o estado com o maior número de armas registradas, o Rio Grande do Sul, não era o mais violento e citando episódios de homicídios praticados por outros métodos para demonstrar que quem mata é a “maldade humana” e não a arma de fogo (D24).¹⁷³

Ubiratan Guimarães se opôs ao desarmamento das guardas civis municipais pelo Estatuto do Desarmamento (D25), assim como Olímpio Gomes, segundo o qual o Estatuto foi feito por “burocratas que conhecem segurança em joguinhos de computador, que não sabem aliar a necessidade da Segurança a casos concretos, a necessidade de vida, colocando impeditivos maiores ao porte de arma às Guardas Municipais, muitas vezes exigindo a criação de órgãos que demandarão despesas que os municípios não suportam” (D26).¹⁷⁴

Em julho de 2005, o Datafolha, tendo em vista o referendo sobre a comercialização de armas de fogo no Brasil, pesquisou a opinião dos brasileiros sobre o tema.¹⁷⁵ Quanto à preferência partidária, os entrevistados que preferiam o PP, um partido de direita, foram o único grupo cuja percentagem que possuía arma de fogo ficou acima da média (7%, ante 2% entre os entrevistados em geral). Não houve diferenças, fora da margem de erro, em relação à avaliação do governo Lula nem ao voto declarado para presidente no segundo turno de 2002.¹⁷⁶ Em relação à intenção de votos em 2006, 7% dos que pretendiam votar em Roberto Freire (PPS) possuíam arma de fogo.

Quanto à preferência partidária, 24% dos que preferiam o PSDB declararam já ter pensado em comprar uma arma de fogo para se defender da violência, percentagem acima da média (19%). Não houve diferenças, fora da margem de erro, em relação à avaliação do governo Lula nem ao voto declarado para presidente no segundo turno de 2002. Em relação à intenção de votos em 2006, 32% dos que pretendiam votar em Roberto Freire (PPS) declararam que já pensaram em comprar uma arma de fogo para se defender da

¹⁷³ Cf. Projeto de Lei nº 564/2006, de autoria de Ubiratan Guimarães: Institui o Registro Estadual de Propriedade de Arma de Fogo (REPAF) e o Porte Estadual de Arma de Fogo (PEAF) expedidos pela Polícia Civil do Estado de São Paulo.

¹⁷⁴ Cf. Projeto de Lei nº 386/2009, de autoria de Olímpio Gomes: Autoriza o Poder Executivo a instituir o pagamento de bônus pecuniário, por apreensão de armas de fogo, para os integrantes das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica do Estado.

¹⁷⁵ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Opinião dos brasileiros sobre o comércio de armas de fogo*. 2005.

¹⁷⁶ Dos entrevistados em geral, 90% declararam não possuir arma de fogo, 2% declararam possuir; 7% declararam que alguém em sua casa possuía, sendo 12% com renda acima de dez salários mínimos.

violência (ante 19% da média). O PPS é um partido que se originou do antigo Partido Comunista Brasileiro, mas que nos últimos anos tem sido um fiel aliado de partidos neoliberais e de direita, como o PSDB e o DEM.

Dos entrevistados em geral, 80% declararam que o comércio de armas de fogo e munição deveria ser proibido no Brasil; 17%, que não deveria ser proibido e 3% não souberam responder. As maiores percentagens de entrevistados que se opuseram à proibição foram encontradas entre os que preferiam o PSDB (25%), o PP (22%) ou outro partido (22%). Apesar de os potenciais eleitores de Cesar Maia (PFL) em 2006 terem sido os que mais se opuseram à proibição (21%), apenas 14% dos que preferiam o PFL se opuseram. Por outro lado, apesar de os que preferiam o PSDB terem sido os que mais se opuseram à proibição (25%), os que votaram em José Serra no segundo turno de 2002 e se opuseram à proibição correspondiam a 18% e os que pretendiam votar em José Serra em 2006 e se opuseram à proibição correspondiam a 17%.

O resultado do referendo¹⁷⁷ foi vitorioso para o *Não*, ou seja, para a oposição às restrições à comercialização de armas. No Brasil, 36,06% dos votos válidos foram para o *Sim* e 63,94% para o *Não*. No Estado de São Paulo a diferença foi menor: 40,45% dos votos válidos para o *Sim* e 59,55% para o *Não*, o sétimo estado da federação com a menor percentagem de votos para o *Não*. No município de São Paulo foram 42,35% dos votos válidos para o *Sim* e 57,65% para o *Não*. As zonas eleitorais em que as percentagens de votos válidos para o *Não* foram maiores no Estado de São Paulo foram as de Palestina (75,07%), Barretos (72,24%), Mirante do Paranapanema (71,83%), Santo Anastácio (71,15%), Presidente Venceslau (71,06%), Igarapava (70,59%), Juquiá (70,48%), Monte Aprazível (70,41%), Nhandeara (70,28%) e Ribeirão Preto (70,27%).

São todas zonas no interior do Estado, sendo que Mirante do Paranapanema e Presidente Venceslau fazem parte do Pontal do Paranapanema, uma notória zona de conflitos agrários, e Presidente Venceslau possui um presídio. Presidente Venceslau foi a segunda e Santo Anastácio foi a quinta zona eleitoral onde Celso Tanai foi proporcionalmente mais votado em 1998. Igarapava foi a segunda, Monte Aprazível foi a terceira e Presidente Venceslau foi a quarta zona eleitoral onde proporcionalmente foi mais votado em 2002. Presidente Venceslau, cidade natal de Olímpio Gomes, foi a zona eleitoral onde obteve proporcionalmente mais votos em 2006, apenas um ano após o

¹⁷⁷ Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/quadro-geral-referendo-2005>>.

referendo, enquanto Mirante do Paranapanema foi a terceira zona eleitoral onde proporcionalmente foi mais votado.

Na cidade de São Paulo, as zonas eleitorais onde o *Não* obteve proporcionalmente mais votos válidos no referendo foram as do Itaim Bibi (68,34%), Indianópolis (67,02%), Vila Clementino (64,46%), Mooca (64,17%), Água Branca (63,36%), Lapa (63,24%), Penha de França (63,14%), Pinheiros (62,65%), Santo Amaro (62,50%) e Butantã (62,19%). Trata-se de bairros de regiões centrais da cidade ou da periferia próxima. A Mooca foi a quinta zona eleitoral onde Conte Lopes foi proporcionalmente mais votado em 2002. Indianópolis foi a quinta zona eleitoral onde Edson Ferrarini foi proporcionalmente mais votado em 1998 e 2006 e a terceira em 2002. Butantã foi a terceira e Pinheiros foi a quinta zona eleitoral onde Ubiratan Guimarães foi proporcionalmente mais votado em 1998. Indianópolis foi a terceira e Pinheiros foi a quinta zona eleitoral onde Ubiratan Guimarães foi proporcionalmente mais votado em 2002. Parece haver, assim, uma coincidência entre as zonas eleitorais onde o *Não* e os deputados policiais militares obtiveram os seus melhores resultados eleitorais, indicando que o eleitorado dos deputados policiais militares não confia na segurança fornecida pelo Estado e/ou que os deputados policiais militares fizeram campanha pelo *Não* em suas bases eleitorais usando de sua influência e prestígio.

Em dezembro de 2012¹⁷⁸, 30% dos brasileiros entrevistados em uma pesquisa Datafolha defenderam que possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender.¹⁷⁹ Dos que declararam que possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender, 45% concordaram que boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar (ante 37% dos entrevistados em geral) e 53% concordaram que a pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves (ante 42% dos entrevistados em geral). Das pessoas que apoiavam a posse de armas, 65% avaliavam como ruim/péssima a segurança pública do governo Dilma Rousseff. Essa percentagem era de 61% entre os que defendiam a proibição da posse de armas para o cidadão comum, no limite do empate técnico, o que enfraquece a hipótese de que a percepção negativa da segurança é o fator determinante para o apoio à comercialização de armas.

¹⁷⁸ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012.

¹⁷⁹ Entre os que defenderam essa ideia, 59% são homens (ante 49% dos entrevistados) e 47% estudaram até o Ensino Fundamental (ante 43% dos entrevistados).

Em outubro de 2013¹⁸⁰, 29% dos brasileiros entrevistados responderam que possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender. Entre as preferências partidárias, a maior percentagem foi entre os que preferiam o PMDB (36%). Quanto à orientação ideológica, quanto mais direitista, maior a tendência de se concordar com essa frase.¹⁸¹

Na cidade de São Paulo, entre as mudanças de comportamento por causa da violência verificadas por Nancy Cardia em 2003, destaca-se a maior frequência de compra de uma arma justamente pelas pessoas mais vulneráveis, aumentando o risco de serem vitimizadas.¹⁸² No entanto, uma parcela de 84,40% dos paulistanos discordou totalmente que carregar uma arma faz com que a pessoa esteja mais segura (87,80% entre os que tinham exposição leve à violência, 74,40% entre os que tinham a exposição mais grave); 78,40% discordaram totalmente que ter uma arma em casa torna a casa mais segura (81,90% entre os que tinham exposição leve à violência, 68,30% entre os que tinham a exposição mais grave) e, portanto, discordavam totalmente de Conte Lopes e Ubiratan Guimarães.

Pesquisa Datafolha realizada em abril de 2005 na cidade de São Paulo¹⁸³ revelou que 20% dos paulistanos que declararam não ter arma de fogo em casa já haviam pensado em comprar uma para se defender da violência.¹⁸⁴ Considerando as regiões em que a cidade foi dividida para a distribuição da amostra, observa-se que entre os que declararam morar na região Norte 1 (Jaçanã, Mandaqui, Santana, Tremembé, Tucuruvi, Vila Guilherme, Vila Maria e Vila Medeiros) e não tinham arma em casa, 26% já haviam pensado em comprar uma arma de fogo, taxa acima da média.

Na região Leste 1 (Água Rasa, Aricanduva, Arthur Alvim, Belém, Cangaíba, Carrão, Mooca, Penha, Ponte Rasa, São Lucas, Sapopemba, Tatuapé, Vila Formosa, Vila

¹⁸⁰ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Comportamento político*. 2013.

¹⁸¹ Concordaram com a frase 28% dos que preferiam o PT, 27% dos que preferiam o PSDB, 36% dos que preferiam o PMDB, 31% dos que preferiam o PSB, 28% dos que preferiam outro partido, 28% dos que não tinham preferência partidária; 60% entre os que foram classificados como de direita; 36%, de centro-direita; 23%, de centro; 14%, de centro-esquerda e 2%, de esquerda. Em julho de 2005, os eleitores do PSDB foram os que mais se opuseram à proibição (25%).

¹⁸² 13,30% entre os que tinham a exposição mais grave à violência, ante 3,30% entre os que tinham exposição leve (CARDIA, Nancy. Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. *Revista Lusotopie*, vol. X, 2003. p. 317-318).

¹⁸³ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Um em cada cinco paulistanos já pensou em comprar uma arma de fogo para se defender da violência*. 2005.

¹⁸⁴ A maioria (79%) afirmou que essa ideia nunca lhe passara pela cabeça. Declararam ter arma de fogo em casa 6% dos entrevistados; 3% disseram que a arma pertencia a si próprios e idêntico percentual afirmou que alguém possuía arma na casa onde morava.

Matilde Vila Prudente) essa taxa foi de 24%, no limite do empate técnico com a média. Das zonas eleitorais dessas regiões, apenas a Mooca se destacou por ser uma das cinco em que o *Não* obteve as suas maiores votações proporcionais, no referendo de 2005. Contudo, Santana e Tucuruvi são bairros onde Conte Lopes, Olímpio Gomes e Ubiratan Guimarães foram bem votados e Jaçanã, Vila Maria, Mooca e Tatuapé são bairros onde Conte Lopes foi bem votado. A pesquisa também mostrou que 83% dos paulistanos eram contra a venda de armas de fogo a civis.¹⁸⁵

Em setembro de 2012¹⁸⁶, 22% dos eleitores paulistanos disseram que “possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender (57% entre os extremo-conservadores)¹⁸⁷ e 76%, que “a posse de armas deve continuar proibida, pois representa ameaça à vida de outras pessoas”. Apesar da vitória do *Não* no referendo de 2005, portanto, as pesquisas de opinião mostram que a grande maioria dos brasileiros e paulistanos se declarou contrária à venda de armas para civis e não acredita que possuir uma arma de fogo traga mais segurança.

A brusca mudança de intenção de voto no referendo iniciou-se logo após o começo da divulgação da propaganda de televisão. A implementação do Estatuto do Desarmamento em 2003, o sucesso da campanha de coleta de armas e as manifestações de apoio de segmentos da sociedade civil organizada e dos meios de comunicação, com grande participação de artistas, geraram uma predisposição política difusa à proibição das armas. A Frente por um Brasil sem Armas utilizava na campanha do referendo os símbolos que marcaram a campanha do desarmamento, enfatizando valores já vastamente propagados em expressões como “pela vida”, “menos armas, menos mortes”. Ubiratan Guimarães, contestando campanha do *Sim* e mobilizando os membros dos Consegs para a campanha do *Não*, declarou que “não podemos, a pretexto de querer regulamentar armas, tirar o direito do cidadão de bem” exercer a sua defesa, pois “bandido vai continuar armado” e “ele não respeita discurso, não respeita vestir branco, sair e soltar pombas. Bandido só respeita uma coisa: força maior do que a dele” (D27).

¹⁸⁵ Apenas 14% se declararam favoráveis a que civis pudessem comprar armas de fogo; 2% se declararam indiferentes ao assunto. Entre os que declararam ter uma arma de fogo em casa, a posição favorável à venda de armamento para civis chegou a 28%, o dobro do percentual verificado entre o total de entrevistados. Quando se trata do próprio entrevistado que possui arma, 49% foram contra, o que expressa uma postura de certa forma hipócrita, e 41% a favor da venda; já entre aqueles que disseram que outra pessoa da casa é o dono da arma, 81% foram contra e 17% a favor.

¹⁸⁶ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012.

¹⁸⁷ 57% dos extremo-conservadores, 29% dos conservadores, 14% dos medianos, 9% dos liberais, 5% dos extremo-liberais.

Luciana Fernandes Veiga e Sandra Avi dos Santos acreditam que a campanha da Frente pelo Direito da Legítima Defesa foi vitoriosa ao desvincular a campanha pelo Estatuto do Desarmamento do referendo, bem como ao acessar valores que permeiam o imaginário social e que já estão enraizados em nossa cultura: a ameaça da quebra de direitos, no caso o direito à legítima defesa, e a descrença no governo e nas instituições, no caso para garantir a segurança do cidadão frente a *bandidos* que não seriam desarmados.¹⁸⁸

A propaganda negativa da Frente pelo Direito à Legítima Defesa paradoxalmente conduzia à desilusão e à desmotivação em relação ao pleito, mas era capaz de angariar votos. Preocupado com a situação da segurança e ao mesmo tempo sem esperança de que o quadro mudasse para melhor com o resultado do referendo, o eleitor escolheu a opção *menos pior*, sem qualquer entusiasmo por fazê-lo. A paixão que o conduzia não era positiva, mas negativa.¹⁸⁹ Os parlamentares estiveram muito pouco presentes nos programas políticos das duas campanhas e também na cobertura da imprensa. O percentual de engajamento na disputa política refletia, provavelmente, a estratégia de *desresponsabilização* em relação aos resultados do embate.¹⁹⁰ Ubiratan Guimarães, todavia, declarou que vinha “percorrendo todo o Estado nessa campanha do desarmamento” e recebendo “apoio em todos os locais” (D27).

Bernardo Sorj também atribui a vitória do *Não* possivelmente à insatisfação da população com a atuação do governo na segurança pública e o sentimento de desamparo gerado, de maneira que o voto no *Não* teve um componente de voto de protesto. As campanhas oficiais enfatizaram, de um lado, o direito do cidadão a se armar no contexto de um Estado incapaz de assegurar a segurança pública e, de outro, a ineficácia da arma diante de potenciais agressores e seu impacto de destruição de vidas humanas. Há,

¹⁸⁸ O formato predominante da campanha do *Não* foi do telejornal, reafirmando o seu caráter racional e pragmático, em contraposição aos apelos emocionais da campanha do *Sim*. A jornalista âncora tentou passar uma atitude de imparcialidade, como se estivesse esclarecendo o eleitor para que ele pudesse decidir o seu voto e não se arrepender depois, desviando sua imagem de uma garota propaganda ávida pelo voto (VEIGA, Luciana Fernandes; SANTOS, Sandra Avi dos. O referendo das armas no Brasil: estratégias de campanha e comportamento do eleitor. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 66, fevereiro/2008. p. 60 et seq.).

¹⁸⁹ Entre aqueles que não consideravam importante a consulta popular sobre o desarmamento foi possível identificar a descrença no governo e nas demais instituições políticas para prover a segurança, o que deveria ser sua principal preocupação, devendo resolvê-la antes de propor qualquer alteração na lei. Para parte dos eleitores, o referendo era uma invenção para tirar atenção das denúncias de corrupção que estavam surgindo em Brasília. (ibid., p. 71-72).

¹⁹⁰ O presidente da Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa era o deputado Alberto Fraga (PFL-DF), Coronel da reserva da Polícia Militar. Entre os apoiadores da campanha do *Não* estavam Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical eleito deputado federal em 2006 (ibid., p. 67-69).

secundariamente, entre as pessoas que participaram ativamente da campanha um sentimento de que o intercâmbio e a circulação de informações “não-oficiais” pela internet desempenharam um papel importante na derrota do “sim”.¹⁹¹

7. As causas da criminalidade¹⁹²

Há uma corrente com forte apelo junto ao senso comum que enxerga o crime, antes de tudo, como um problema moral, com causas eminentemente individuais. A questão da impunidade ocupa um papel central nesse tipo de pensamento. Apostase em um potencial dissuasório da pena, ou seja, que o indivíduo comete o crime principalmente porque sabe que ficará impune.¹⁹³ De acordo com a teoria retributiva da pena, o criminoso é dotado de razão e livre arbítrio, opta por romper o contrato social e fazer o mal, razão pela qual é legítimo ao Estado retribuir esse mal com a pena. Não haveria outra função para a pena a não ser essa. As teorias relativas da pena, por outro lado, enxergam nela uma função preventiva. A pena teria uma função preventiva individual positiva na medida em que reintegrasse o criminoso, teria uma função preventiva individual negativa na medida em que o neutralizasse, teria uma função preventiva geral positiva na medida em que reafirmasse valores e a validade da norma lesada e teria uma função preventiva geral

¹⁹¹ A campanha do “sim” via correio eletrônico, realizada pelo mesmo grupo que organizou o *site*, era constituída por um e-mail diário que basicamente acompanhava a linguagem do *site*. Dado seu formato institucional, o *Sim-Express* já anunciava seu conteúdo e, portanto, não tinha o atrativo da novidade de *spams* sem filiação óbvia. A lista de e-mails do *Sim-Express* era reduzida e representava um universo de pessoas que já simpatizavam com a causa. Diferentemente dos não-proprietários de armas, os proprietários e comerciantes representaram um grupo de ativistas engajados. Embora minoria (menos de 10%), esse grupo com certeza se empenhou mais que os não-proprietários na campanha do referendo realizada pela internet, divulgando os *spams* produzidos pela campanha do “não”, com e-mails pessoais (“vamos refletir juntos”, “eu mudei de idéia”), que passavam a impressão de ampla circulação entre muitos usuários que achavam as mensagens relevantes e decidiam, portanto, passá-las adiante. Esse tipo de *spam*, por seu caráter (aparentemente) não-institucional, é geralmente muito agressivo, abusando da ofensa pessoal, temas conspiratórios, informações difíceis de checar e da mobilização de temores, e parece ser mais sincero e legítimo, pelo seu tom pessoal e de forte indignação e denúncia. Apenas a propaganda explicitamente institucional, com ao do *Sim*, aparece como propaganda, provocando no receptor uma atitude de desconfiança e tendo um impacto menor (SORJ, Bernardo. Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo moralista. *Novos Estudos CEBRAP* 76, novembro 2006. p. 128 et seq.).

¹⁹² A expressão *causas da criminalidade* insere-se no paradigma etiológico, causal-funcional, da criminologia, ao qual se opõe o paradigma da reação social, que investiga as *causas da criminalização* de condutas, problematizando a ideia de que o crime é uma entidade ontológica e que, portanto, teria *causas*. O presente trabalho é crítico ao primeiro paradigma, mas faz uso da expressão *causas da criminalidade* nas próximas páginas para discutir quais são as *causas da criminalidade* apontadas pelos eleitores em pesquisas de opinião pública e pelos deputados policiais militares.

¹⁹³ Cf. CYMROT, Danilo. A relatividade do poder dissuasório da pena. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 5, outubro de 2009. São Paulo: Habilis, 2009. p. 25 et seq.

negativa na medida em que intimidasse outras pessoas a praticar o crime por meio do exemplo da punição.

A prevenção primária da criminalidade ataca suas causas sociais, por exemplo, a desigualdade social, impedindo que a vontade de praticar o crime, no caso patrimonial, se forme. A prevenção secundária impede que a vontade de praticar o crime, já formada, se exteriorize, por meio, por exemplo, de policiamento e da ameaça de pena ou por meio da prevenção vitimária, ou seja, de uma série de medidas que diminuem a vulnerabilidade das vítimas. Já a prevenção terciária corresponde à função preventiva individual positiva, isto é, previne que o criminoso volte a praticar o crime por meio de sua reintegração social.

A defesa de uma determinada política criminal dependerá, para além de fatores emocionais e políticos, da função que se atribuir à pena e do tipo de prevenção que se desejar alcançar: primária, secundária ou terciária. A defesa de um tipo de prevenção ou de uma teoria da pena muitas vezes vem acompanhada da defesa conjunta de outro tipo de prevenção ou de outra teoria, de maneira que elas se complementem, ainda que possam ser contraditórias. É possível, assim, que se defenda simultaneamente o ataque às causas sociais da criminalidade, a longo prazo, e mais policiamento na rua, a curto prazo. Celso Tanauí reconhece a necessidade de o poder público investir nas áreas sociais como política de segurança pública (D28) e questiona a responsabilização da polícia pelo agravamento da violência, uma vez que as polícias estão na “outra extremidade da corda”, a das consequências do crime (D29). Edson Ferrarini, da mesma forma, sustenta que a Polícia atua na consequência do crime, depois que este foi executado, e que não pode atuar na sua causa social, que o deputado identifica na paternidade irresponsável, na falta de assistência e de escola, no desemprego, na má distribuição de renda, que atribui ao “governo medíocre”, que “promete e não cumpre” (D30).

O discurso de Edson Ferrarini é ambíguo e mistura as causas mediatas e as imediatas da criminalidade. O deputado aponta como causas da criminalidade o Judiciário moroso, que solta os que a polícia prende, e o Sistema Penitenciário “falido e caótico” (D31). Por outro lado, declara que a polícia não pode intervir nas injustiças sociais que levam à criminalidade (D30) e que elas não podem servir como motivo para justificar a prática do crime e absolver o réu, ainda que em uma perspectiva religiosa (D32). O deputado confere um papel especial à educação como forma de combater a violência (D33), assim como Olímpio Gomes, que concorda com a frase “quanto mais escolas,

menos presídios” e cobra mais investimentos na educação, queixando-se de que há cada vez menos escolas e mais presídios em São Paulo (D34).

Apesar de Wilson Morais também achar mais importante, em qualquer sociedade democrática, gerar mais empregos e construir escolas do que construir presídios, sustenta que o policial militar não pode ficar preocupado com a causa social da criminalidade, que ele é “imediatista”, que deve prever e reprimir o criminoso, usando os meios democráticos que tiver ao seu alcance e que “é democracia também dar uma borrachada, quando um bandido não quiser obedecer uma ordem policial”. O deputado defende o governo, dizendo que, ainda que os governos Covas e Alckmin tenham triplicado as vagas nas penitenciárias, elas continuam cheias (D35). Atribuir o aumento da criminalidade constatado também em outros estados brasileiros ao desemprego mundial, por outro lado, é uma maneira que Wilson Morais encontra para tirar a responsabilidade do governo estadual de São Paulo pelo aumento da criminalidade e não tanto uma maneira de relativizar a teoria absoluta da pena (D36).

Conte Lopes, em alguns discursos, reconhece as causas sociais da criminalidade, mas rejeita que a Polícia Militar deva enfrentá-las, mas sim os seus efeitos (D37). O deputado diz que não se pode “tirar a prevenção e ficar somente com a repressão”, mas a prevenção da criminalidade por policiais, comparada à prevenção de doenças por médicos, é reduzida por Conte Lopes em um discurso à prevenção secundária, à vistoria de veículos de pessoas suspeitas para evitar sequestros, ao policiamento e à neutralização do criminoso, e não compreende a prevenção primária nem a terciária (D38 e D39). O deputado, contudo, em outro discurso demonstra ser cético em relação a *blitzes*, pois quem está cometendo crimes não entra na *blitz*, “param a cidade e não prendem ninguém” (D40). Já Celso Tanauí denuncia as condições desgastantes nas quais os policiais realizam as *blitzes* (D41).

Pesquisa realizada em 2009¹⁹⁴ revelou que 83,0% dos praças e 73,0% dos oficiais das Polícias Militares apontaram como fatores muito importantes que compunham as dificuldades de trabalho da polícia leis penais inadequadas; 71,3% dos praças e 79,4% dos oficiais, políticas sociais preventivas insuficientes; 64,4% dos praças e 70,1% dos oficiais, a falta de integração entre as políticas de segurança e outras políticas sociais; 63,0% dos

¹⁹⁴ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

praças e 70,7% dos oficiais, o predomínio das reações a fatos consumados, em vez de estudo e preparação de ações preventivas; 40,6% dos praças e 39,8% dos oficiais, a priorização de prisões, em vez de adoção de policiamento comunitário e ações preventivas.¹⁹⁵ A grande maioria dos policiais militares brasileiros reconhece, assim, a importância de políticas sociais preventivas para o trabalho da polícia, embora uma percentagem maior atribua maior importância a leis penais.

Em 2002, 58% dos brasileiros achavam que o governo deveria priorizar o combate ao desemprego e a melhoria na educação para combater a violência. Em dezembro de 2003 o percentual aumentou para 64%, maior taxa já registrada desde que essa pergunta foi feita pela primeira vez aos brasileiros pelo Datafolha, em junho de 2000. Essa opinião foi verificada acima da média no estado de São Paulo (69%) e na cidade de São Paulo (71%). Para 32%, o governo deveria priorizar o aumento do número de policiais treinados e equipados; 38% em setembro de 2002 tinham essa opinião.¹⁹⁶

Pesquisa CNI-IBOPE de 2011¹⁹⁷ revelou que, para os entrevistados do Sudeste, o combate ao tráfico de drogas era considerado a principal ação para melhorar a situação da segurança pública (53%); seguida de aumentar o policiamento nas ruas (36%); aumentar as penas pelos crimes cometidos (28%); maior combate à venda ilegal de armas (24%); maior presença do Estado com políticas públicas de educação, saneamento etc. nas comunidades carentes (20%); agilizar a atuação do Sistema Judiciário (15%); ampliar as políticas de combate à pobreza (15%) e ampliar os programas de reintegração dos presos à sociedade (7%).

Embora a maioria dos entrevistados do Sudeste tenha concordado que ações sociais, como educação e formação profissional, contribuem mais para diminuir a violência no país do que ações repressivas, como o aumento do policiamento ou maior rigor na punição de criminosos (60% concordaram totalmente e 28% concordaram em parte), a maioria dos

¹⁹⁵ Em pesquisa de 2014 realizada pelo Centro de Pesquisas Jurídicas Aplicadas – CPJA, da Escola de Direito da FGV em São Paulo e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a SENASP, verificou-se que 77,3% dos policiais brasileiros apontaram como fatores muito importantes que compunham as dificuldades de trabalho da polícia políticas sociais preventivas insuficientes; e 65,9%, a falta de integração entre as políticas de segurança e outras políticas sociais (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. *Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública*).

¹⁹⁶ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *84% votariam a favor da redução da maioridade penal*. 2004.

¹⁹⁷ Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011. A margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e o intervalo de confiança estimado é de 95%.

entrevistados do Sudeste também concordou que a certeza da impunidade é uma das principais razões para o aumento da criminalidade (67% concordaram totalmente e 19% concordaram em parte), que penas mais rigorosas reduzem a criminalidade (53% concordaram totalmente e 25% concordaram em parte) e que para reduzir o crime é preciso impor uma política de tolerância zero, em que todo tipo de infração ou ilegalidade sejam punidos (55% concordaram totalmente e 25% concordaram em parte).

Ainda que o reconhecimento das injustiças sociais como causas da criminalidade não seja necessariamente contraditório com a demanda por medidas punitivas, deve-se ponderar até que ponto a defesa vazia de investimentos na educação para combater a criminalidade não constitui um recurso meramente retórico e ideológico, fundado em um consenso politicamente correto, para ocultar a priorização real de políticas repressivas. Afinal, dado que o frutos do investimento em educação e do combate às injustiças sociais seriam algo a se colher a longo prazo, só restaria a curto prazo atuar nos efeitos, nas consequências, ou seja, na extremidade da repressão. A defesa da meritocracia, nesse sentido, seria a outra face das teorias retributivas, em que o sujeito é merecedor de uma pena em razão de sua conduta individual.

No discurso ideológico da direita, a única forma aceitável de ascender socialmente é mediante a meritocracia. Daí a importância de se defender tanto, pelo menos no plano do discurso superficial, a educação. Uma vez que todos tenham uma educação de qualidade, seria garantida a igualdade de oportunidades na competição por melhores condições de vida, de maneira que as desigualdades sociais seriam resultado da diferença de esforços e talentos de cada um e, nessa medida, seriam justas. A repressão ao criminoso estaria mais do que justificada. Por essa razão, o diagnóstico de que a causa da criminalidade é a falta de investimento na educação é tão simplificador quanto o diagnóstico de que a causa da criminalidade é a maldade das pessoas.

Afinal, uma vez que a pessoa tivesse acesso a uma boa educação, nada justificaria a prática de um crime, ainda que a meritocracia real nunca tenha sido de fato efetivada em sociedades liberais; que a educação, ou pelo menos um tipo de educação, mais do que diminuir, possa reproduzir e acentuar as desigualdades sociais; e que criminosos de colarinho branco sejam pessoas educadas e perfeitamente socializadas.¹⁹⁸ Mesmo em

¹⁹⁸ Para uma crítica da meritocracia tal como é difundida na sociedade liberal e uma defesa da meritocracia real, cf. YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença da modernidade recente*. Rio de Janeiro: Revan, 2002, capítulo I. Para uma crítica do sistema educacional e sua relação com a

sociedades nas quais o sistema educacional público é reconhecido como precário, a responsabilidade individual e o fato de existirem pessoas pobres que não cometem crimes é invocado para justificar a repressão, pairando a meritocracia como uma promessa distante.

Em dezembro de 2012, o Datafolha¹⁹⁹ constatou que, para 58% dos brasileiros, a maior causa da criminalidade era a maldade das pessoas; 39% apontaram que a maior causa da criminalidade era a falta de oportunidades iguais para todos. Dos que declararam que a maior causa da criminalidade era a maldade das pessoas, 45% concordaram que boa parte da pobreza estava ligada à preguiça de pessoas que não queriam trabalhar (ante 37% dos entrevistados em geral). Em outubro de 2013²⁰⁰, 61% dos brasileiros entrevistados pelo Datafolha responderam que a maior causa da criminalidade era a maldade das pessoas. Entre as preferências partidárias, houve diferenças significativas: 60% entre os que preferiam o PT deram essa resposta; 53%, o PSDB; 63%, o PMDB; 44%, o PSB; 60%, outro partido e 62% entre os que não tinham preferência partidária. Conforme esperado, quanto mais direitista, maior a tendência de se concordar com essa frase.²⁰¹ Os simpatizantes do PSB foram, assim, os que mais apoiaram em 2008 a pena de morte e em 2013 a redução da maioridade penal, mas os que menos concordaram que a maior causa da criminalidade era a maldade das pessoas.

Em 16 de maio de 2006, em meio aos ataques do PCC na cidade de São Paulo e cinco meses antes das eleições, 47% dos entrevistados por pesquisa Datafolha²⁰² responderam que, para combater a violência, o governo deveria priorizar investimentos no social como, por exemplo, ações de combate ao desemprego e melhorias na educação. Para 47%, os investimentos deveriam ser voltados principalmente para segurança, como, por exemplo, para aumentar o número de policiais treinados e equipados nas ruas; 5% não souberam responder. Não houve diferenças de percentagens fora da margem de erro entre o grupo de entrevistados com parentes que trabalhavam na polícia e o grupo de entrevistados sem parentes na polícia.²⁰³

lógica punitiva, cf. BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 1997, capítulo XIII.

¹⁹⁹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012.

²⁰⁰ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Comportamento político*. 2013.

²⁰¹ 86% entre os que foram classificados como de direita; 75%, de centro-direita; 60%, de centro; 38%, de centro-esquerda e 20%, de esquerda.

²⁰² DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Opinião dos brasileiros sobre o comércio de armas de fogo*. 2006.

²⁰³ Pesquisa Datafolha realizada em setembro de 2012 revelou que, entre os eleitores paulistanos, 60% disseram concordar que “a maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas” e 36% disseram acreditar

8. O neoretributivismo

No Estado de bem-estar social, assistência social e medidas repressivas concorriam para a gestão do excesso de força de trabalho, dividindo, em certa medida, as tarefas.²⁰⁴ Já o Estado neoliberal, sob a justificativa de educar e *livrar* a subclasse da dependência, melhorar a eficiência do Estado e reduzir custos, dilapida todas as garantias sociais. Na medida em que o Estado vai se retirando da economia, deixando à livre iniciativa a regulação da sociedade, observa-se uma intromissão estatal cada vez maior no âmbito punitivo. O Estado neoliberal substitui as medidas sociais de combate ao desemprego por medidas penais e a mão invisível do mercado vem acompanhada por uma *luva de ferro*.²⁰⁵ O direito penal agora cumpre a função de remediar a insegurança material, oriunda da desregulamentação econômica. Observa-se um Estado liberal que não intervém para mitigar as desigualdades sociais, mas está sempre alerta para reprimir as consequências necessárias e naturais do *laissez-faire, laissez-passer*.²⁰⁶

Nesse sentido político, o encarceramento em massa seria uma forma de o Estado reafirmar sua legitimidade e autoridade em face daquela camada da população jovem, ativa, desempregada, teoricamente mais ameaçadora, que demonstra que o sistema capitalista não vai bem.²⁰⁷ Trata-se não mais de uma classe social, mas de uma subclasse, de um lixo social, de uma *social dinamite*, que mostra a realidade que se tenta esconder e ainda perturba.²⁰⁸ Na medida em que há um exército industrial de reserva, a lógica disciplinar que marcou as origens da prisão como instituição subalterna à fábrica perde

que “a maior causa da criminalidade é a falta de oportunidades iguais para todos”. Quanto mais conservadores, maior a proporção de pessoas que concordaram com a primeira frase (90% dos extremo-conservadores, 78% dos conservadores, 58% dos medianos, 38% dos liberais, 8% dos extremo-liberais) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012).

²⁰⁴ DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 51.

²⁰⁵ WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 151.

²⁰⁶ Id. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 21.

²⁰⁷ CHIRICOS, Theodore G.; DELONE, Miriam A. Labor surplus and punishment: a review and assessment of theory and evidence. *Criminology*, vol. 29, 14, 1991. p. 424.

²⁰⁸ CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime*. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 65; DE GIORGI, Alessandro, op. cit., p. 67 et seq.

sentido em relação a essa parcela supérflua da população, sendo substituída por uma lógica de puro controle.²⁰⁹

Em épocas de excesso de mão de obra e desemprego, cresce a oposição ao trabalho carcerário por parte da classe trabalhadora, que se considera injustiçada.²¹⁰ Da mesma forma, Conte Lopes se opôs ao projeto de lei que aumentava de 2 para 3% o número de egressos do sistema penitenciário de São Paulo participantes de um Programa Emergencial de Auxílio ao Desemprego, sob a justificativa de que “quem vai para a cadeia é porque não quer trabalhar”, de que há milhões de desempregados no Brasil desamparados e de que o policial que atira em *bandidos* é afastado e perde o *bico*, seu segundo emprego, o que constitui uma “inversão de valores” (D42).

A prisão na pós-modernidade não avoca nenhuma finalidade reeducativa ou correcional, mas apenas de gerenciamento e supervisão. A reincidência deixa, assim, de ser um sinal de fracasso para se tornar um sinal de eficiência do controle.²¹¹ Por essa razão e para justificar-se ao seu eleitorado, Conte Lopes insiste em dizer que a polícia é eficiente, apesar de *enxugar gelo*, uma vez que prende quem já deveria estar preso e fugiu ou reincidiu (D43 e D44). Mesmo preferindo a construção de escolas a presídios, Olímpio Gomes enxerga na superlotação carcerária a eficiência do trabalho policial (D45). Porém, questiona os critérios para que o governo avalie o desempenho policial, uma vez que o policial mais eficiente pode ser “aquele que fez dez flagrantes porque a criminalidade é incontida na área dele ou aquele que estabeleceu com a comunidade parcerias de tal ordem que inibiram a criminalidade e não aconteceu o delito”, de modo que prisão tenha sido desnecessária (D46). Wilson Moraes também declara preferir a construção de escolas a presídios, mas vê com bons olhos o fato de a polícia prender cada vez mais (D47). Edson

²⁰⁹ DE GIORGI, Alessandro, op. cit., p. 47 et seq.; DELEUZE, Gilles. *Conversações*, 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219 et seq.

²¹⁰ RUSCHE, Georg; KIRSCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2004. p. 156. Ver também MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica*. Rio de Janeiro: Revan/ Instituto Carioca de Criminologia, 2002. pp. 97-98. A eficácia e o sentido dessa oposição, todavia, são duvidosos. No século XIX não havia mais razão para se preocupar com a concorrência que o trabalho no cárcere poderia fazer ao trabalho livre, pois já não era mais necessário para exercer a função de regulador dos salários externos (MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo, op. cit., p. 69). De acordo com Foucault, o trabalho penal era antes de tudo um agente da transformação carcerária, de disciplina, e não pode ser culpado pelo desemprego, pois tinha parca extensão e fraco rendimento (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 28 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 202-204).

²¹¹ FEELEY, Malcolm; SIMON, Jonathan, op. cit., pp. 455-457.

Ferrarini, da mesma forma, se orgulha da quantidade de flagrantes efetuados pela polícia de São Paulo por mês, comparando-a com polícias de outros países (D48).²¹²

Não por acaso, a ideologia da reeducação, legitimadora do cárcere, entra em crise no exato instante em que cai o mito da expansão ilimitada da produtividade e do pleno emprego.²¹³ A prisão se torna mero depósito de uma população supérflua, com a exclusiva função de neutralização e intimidação. Como é a condição do proletariado marginal que determina os rumos da política criminal, segundo o princípio da *less eligibility*, a um *surplus* de força de trabalho e ao consequente agravamento das condições econômicas do proletariado corresponde uma maior rigidez das sanções penais. Sendo assim, a situação dos presídios se deterioraria supostamente para intimidar as populações marginalizadas, pois se deveria mostrar que a situação do preso é pior que a situação do mais miserável assalariado.²¹⁴ Na relação custo-benefício, busca-se elevar o custo da opção de delinquir e ir para cadeia ter acesso a “casa, comida e roupa lavada” em vez de se submeter a um trabalho precário.²¹⁵

Nos EUA, o agravamento das condições carcerárias, estritamente relacionada com as novas condições econômicas do proletariado, é comemorado e legitimado pelo abandono do ideal de reabilitação e a ascensão do neoretributivismo, que, anulando direitos sociais dos prisioneiros como o de voto, acentua a fronteira simbólica que os separa e isola

²¹² Jorge da Silva, acadêmico e coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro aduz: “Conduzida a atividade policial por operadores do direito, prevalece a visão segundo a qual os problemas do crime e da ordem pública se resolvem com a lei penal. Conduzida a atividade por militares, sobretudo do Exército, os problemas se resolveriam com a força”. Enquanto os operadores de direito atribuem, dessa forma, a violência à falta de leis mais duras e a permissividade do Poder Judiciário, os militares a atribuem à insuficiência de efetivos, de armas e de motivação dos policiais. “Curiosamente, a avaliação do desempenho da polícia é feita como se alguém quisesse demonstrar a sua incompetência. Quanto maior o número (e o tamanho) de „cercos“, „incursões“, „operações“, „ocupações“ e *blitze*, tanto melhor. Nem pensar em séries históricas das taxas de criminalidade e de vitimização”. Essa visão penalista-militarista da segurança pública consolidou-se entre nós e não se preocupa com o crime enquanto fenômeno sociopolítico e histórico, com cifra negra, com prevenção e com uma política criminal não pena (apud MEDEIROS, Mateus Afonso. Aspectos institucionais da unificação das polícias no Brasil. *Dados*, vol. 47, nº 2, 2004. p. 285-286).

²¹³ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*: introdução à sociologia do direito penal. pp. 195-196. Ver também SHECAIRA, Sérgio Salomão, op. cit.

²¹⁴ DE GIORGI, Alessandro, op. cit., p. 58.

²¹⁵ CHRISTIE, Nils, op. cit., p. 54 et seq. Por mais que a nova empresa pós-fordista se apóie no fim do trabalho, o desemprego leva à perda da consideração social, da auto-consideração e ao sentimento de vergonha, pois se mantém a regra de que só pode viver quem o mereça, ou seja, quem é útil ao mercado (THOMPSON, Augusto. A era do fim do trabalho e seus efeitos criminógenos. *Discursos sediciosos*: crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1997. p. 243-244).

da sociedade e cria a ideia de que “pagam suas dívidas” com ela.²¹⁶ Para Conte Lopes, “preso tem que tomar cacete e bala, não é votar” (D49).

A teoria retributiva da pena legitima as necessidades financeiras dos administradores de amenizar os enormes gastos carcerários e, principalmente, reafirmar o princípio da *less eligibility* em tempos de crise econômica.²¹⁷ A teoria retributiva é acolhida por Conte Lopes, segundo o qual o criminoso opta por fazer um mal. O deputado, apesar de reconhecer em outros discursos as causas sociais da criminalidade, rejeita a ideia de que “o bandido é um problema social”, diante do fato de que a maioria dos pobres não pratica crimes e “não aceita bandido” e de que quadrilhas organizadas que roubam milhões de bancos, até com a participação de policiais, não estão roubando nem pão nem leite para dar às crianças, como se alimentar crianças com fome fosse a única causa social da criminalidade (D50 a D52). Ironicamente, é motivo de reclamação do deputado, além das visitas íntimas, instituídas pelo secretário José Carlos Dias (D53), o fato de presos serem supostamente bem alimentados pelo Estado, ao contrário dos “trabalhadores”, por serem considerados um “problema social” (D54 e D55).²¹⁸

²¹⁶ Os detentos sofrem uma estigmatização tripla: moral (banimento da cidadania), de classe (pobres) e de casta (negros). São considerados a encarnação do mal absoluto, a antítese do “sonho americano”, que podem ser vilipendiados impunemente com imensos lucros simbólicos (WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. pp. 91-92).

²¹⁷ As condições de vida dos detentos são diminuídas e cobram-se taxas proibitivas para que o detento tenha acesso a serviços e produtos básicos. Gastos com formação e aumento do pessoal penitenciário são cortados e atividades de estudo ou lazer, bem como visitas, distribuição de contraceptivos e programas de assessoria jurídica são cancelados, sob o pretexto de poupar recursos (WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. pp. 89-90). Parte das despesas de encarceramento, agravadas pelo envelhecimento da população carcerária e seu precário estado de saúde (idem, *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. p. 84), é transferida aos detentos ou suas famílias. A participação dos gastos com a Subfunção Custódia e Reintegração de Presos no total de investimentos com Segurança Pública, no estado de São Paulo, foi 0,17% em 2000, 0,78% em 2001, 1,44% em 2002, 0,32% em 2003, 3,06% em 2004, 1,92% em 2005, 1,80% em 2006, 1,71% em 2007, 1,48% em 2008, 3,23% em 2009 (MORAIS FILHO, Osvaldo Martins de; CARIO, Rebeca Dias; NOGUEIRA, Ronaldo Alves. Análise dos investimentos em Segurança Pública no Brasil entre 2000 e 2009. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 5, edição 8, fev./mar. 2011. p. 58). Pesquisa CNI- IBOPE de 2011 revelou que os entrevistados do Sudeste apóiam o monitoramento eletrônico de presos através do uso de bracelete ou tornozeleira com GPS, nos casos de prisões domiciliares, regime semi-aberto ou saídas temporárias dos presídios (58% totalmente a favor e 19% parcialmente a favor) e também apóiam políticas públicas para reinserção dos presos na sociedade (57% totalmente a favor e 22% parcialmente a favor) (Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011).

²¹⁸ A chamada política de humanização dos presídios de José Carlos Dias e Montoro buscou “dar transparência ao sistema e eliminar as práticas rotineiras de arbítrio, violência e tortura que se ocultavam sob a vigência do silêncio imposto pelo regime militar”. Ela almejou estabelecer novas práticas de gestão dos presídios por meio da criação de mecanismos de diálogo entre dirigentes e presos, da renovação dos quadros técnicos que atuavam no interior das penitenciárias, da reorganização dos serviços no sentido de contemplar uma política de reintegração dos presos na sociedade e de respeito aos direitos humanos. Além disso, José Carlos Dias tentou ampliar o número de vagas no sistema, fomentar as comissões de solidariedade, constituídas e eleitas por presos para um diálogo mais direto com os juízes corregedores e com a administração da

Ubiratan Guimarães, condenado pelo massacre do Carandiru, também demonstra incômodo com as “regalias” dos presos, como visitas íntimas e o “jumbo” (comida) que recebem de familiares em dia de visita. Essas “regalias” teriam começado em 1983, quando começaram a “afrouxar o sistema prisional” e o Estado teria perdido autoridade. O deputado defende que o preso deve comer a comida dada pelo Estado, que “já sai muito cara”, e que é preciso acabar com o discurso “de bom mocinho, em que todo o mundo é coitado”. Coitado seria o “cidadão de bem”. O *bandido* deveria ser tratado “dentro da lei” (D56). Olímpio Gomes, por sua vez, denuncia em plenário uma empresa que fornece alimentação estragada para presidiários, mas em razão de fornecê-la também para servidores públicos, pacientes do Hospital do Servidor Público (D57).

No dia 25 de abril de 1984, o dia em que as eleições diretas para presidente foram à votação no Congresso Nacional, Afanásio Jazadji, radialista policial, em um trecho de seu programa na Rádio Capital, fez o seguinte pronunciamento:

Tinha que pegar esses presos irrecuperáveis, colocar todos num paredão e queimar com lança-chamas. Ou jogar uma bomba no meio, pum! [...] Esses vagabundos, eles nos consomem tudo, milhões e milhões por mês, vamos transformar em hospitais, creches, orfanatos, asilos, dar uma condição digna a quem realmente merece ter essa dignidade.²¹⁹

A força eleitoral desse discurso pode ser comprovada pelo fato de Afanásio Jazadji ter sido o candidato mais votado para a Assembleia Legislativa em 1986, pelo PDS, obtendo cerca de 300 mil votos apenas na cidade de São Paulo e 558.138 no total do estado. Nas eleições de 1990, foi novamente o candidato a deputado estadual mais votado

Secretaria, pôr fim à censura na correspondência dos presos, implementar a assistência judiciária, criar comissões de funcionários e organizar as visitas conjugais. Essa política encontrou grandes resistências de diversos segmentos conservadores da sociedade, que tentaram boicotá-la por meio do debate público na imprensa, nas casas legislativas, nas manifestações de representantes do Poder Judiciário, na apresentação de denúncias pouco consistentes de existência de uma organização criminosa, chamada “Serpentes Negras”, que estaria em acordo com a Comissão de Solidariedade dos presos e prestes a tomar o comando das prisões e promover uma fuga em massa. Os funcionários do sistema penitenciário, por sua vez, enfrentaram a administração superior por meio do descumprimento de ordens e, ainda, da participação direta e indireta em ocorrências do cotidiano prisional que redundaram em fugas e rebeliões (SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007. p. 75).

²¹⁹ CALDEIRA, Teresa. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? : desventuras da democratização brasileira. *Novos Estudos*, vol. 30, jul. 1991. p. 167 et seq.

em São Paulo, pelo PST, obtendo 153.334 votos. Em 2002, foi o terceiro mais votado, com 157.602 votos, pelo PFL.²²⁰

Segundo Zaffaroni, o poder punitivo canaliza as pulsões de vingança, o que lhe proporciona uma formidável eficácia política, verificada na atualidade quando a comunicação de massa glorifica o empresário moral da vingança, com a aprovação da população, que reclama mais poder punitivo e é atendida por políticos irresponsáveis e assustados que avançam em um acelerado caminho de destruição do Estado de direito, mediante o renascimento das legislações penais autoritárias e totalitárias. Esta experiência é quase planetária e se mantém inalterada ao longo da história, mas os líderes do fundamentalismo de mercado de fins do século passado, causador de exclusão social e detenção do desenvolvimento, são hoje os principais impulsores da publicidade vindicativa.²²¹

Pesquisa realizada em 2009²²² revelou que 75,4% dos praças e 74,2% dos oficiais das Polícias Militares apontaram o mau funcionamento do Sistema Penitenciário como fator muito importante que compunha as dificuldades de trabalho da polícia; 45,7% dos praças e 58,1% dos oficiais responderam que o sistema penitenciário brasileiro termina produzindo efeitos piores para a segurança pública; 40,0% dos praças e 35,3% dos oficiais, que o sistema penitenciário brasileiro não consegue realizar o trabalho que lhe é destinado.

É preciso, contudo, destacar que os policiais militares podem ter avaliações distintas sobre qual deve ser a função da pena e do sistema penitenciário. Dessa avaliação resultará a avaliação sobre a sua eficácia. Para alguns, por exemplo, pode ter a função de apenas neutralizar o prisioneiro. Para outros, de reintegrá-lo. Nesse sentido, Edson Ferrarini critica artigo de Massimo Pavarini, a quem chama de “palpiteiro”, no qual o professor da Faculdade de Bolonha defende as penas alternativas, que a pena privativa de liberdade é criminógena e que há um *lobby* para manter as prisões cheias nos EUA porque naquele país as prisões são privatizadas e lucrativas. Ferrarini, por sua vez, rejeita o postulado do *labeling approach* de que a pena privativa de liberdade é criminógena. O deputado defende a teoria retributiva de Beccaria, mas é ambíguo quanto a concordar com

²²⁰ Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/>>.

²²¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl, op. cit., p. 40-41. A individualização estatal de um inimigo canaliza mal estar e vingança. Colocar todo o mal na cabeça de um grupo e postular sua destruição para fazê-lo cessar é um fortíssimo recurso político, tremendamente amoral, mas muito eficaz (ibid., p. 49).

²²² *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

a ideia de que é a certeza da punição que dissuade o criminoso, mais do que seu rigor (D58).

Como solução para a superlotação de presídios, o deputado defende a demolição da Casa de Detenção e a construção de presídios de segurança máxima (D59). O mesmo Edson Ferrarini que rejeita a tese de que a pena privativa de liberdade deve ser evitada, a progressão de regime, o sursis e o livramento condicional, reconhece as altas taxas de reincidência. Apesar de declararem defender a lei e a ordem, Ferrarini diz que “as leis tornam a nossa missão quase impossível”, quando beneficiam os presos, demonstrando que o apego cego à lei é relativizado (D60).²²³ O deputado ora afirma que “bandido só entende uma linguagem: cadeia” e que não é lavando as privadas do Hospital do Câncer por uma semana que o preso irá se recuperar, ora defende medidas ressocializadoras, como investimentos em laborterapia para que o “bandido não volte pior pra rua”, e a atuação de psicólogos, médicos e assistentes sociais na prisão para “fazer a recuperação do preso” (D61 e D62). A contradição do discurso de Ferrarini é, contanto, a contradição do próprio sistema penitenciário, que se legitima por meio do discurso da ressocialização, mas que prioriza a neutralização do preso, tendo que lidar com a pressão de diferentes interesses, inclusive da sociedade, que reconhece que a prisão é a “universidade do crime”, mas exige medidas que vão de encontro a qualquer programa de ressocialização.²²⁴

Celso Tanai, retirando da Polícia Militar a responsabilidade por “fazer milagres” para resolver o problema da criminalidade, clama por uma legislação federal mais dura, inclusive para impedir as fugas dos presos que a polícia prende (D63). Ubiratan Guimarães, da mesma forma, atribui às leis e aos indultos o aumento da violência, coisas que “fogem à responsabilidade e à autoridade” da polícia (D64). Olímpio Gomes se opõe à liberdade provisória, pelo menos no caso de *criminosos perigosíssimos* (D65).

Além de apoiar a pena de morte e a prisão perpétua, Conte Lopes se opõe à progressão de regime, às penas alternativas, aos indultos, às saídas temporárias e à suavização da Lei de Crimes Hediondos. Para Conte Lopes, uma vez que as leis

²²³ Paulo Sérgio Pinheiro adverte: “Todas as forças policiais estão preocupadas em manter a ordem simplesmente pondo em vigor a lei. Mas desde que um antagonismo fundamental exista entre a ordem e a legalidade, todas as forças policiais correm o risco de, perseguindo a ordem com exclusão de tudo o mais, avançarem muito além de seu limite legal” (PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e crise política: o caso das polícias militares*. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 68-69).

²²⁴ Cf. THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*: de acordo com a Constituição de 1988. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

beneficiam os criminosos e a Justiça solta os presos, a polícia, injustamente responsabilizada pela população, acaba *enxugando gelo*, prendendo de novo aqueles que já deveriam estar presos e fugiram ou foram soltos e reincidiram (D66 a D69). A função reeducativa da prisão, atacada pelo deputado quando defendida por associações antiviolença universitárias que não convivem com *bandidos* (D70), só é invocada para legitimar o endurecimento do sistema penitenciário, uma vez que o domínio das facções criminosas sobre presos impediriam a sua “recuperação pelo sistema” (D71).²²⁵

9. Tolerância Zero

O discurso da impunidade próprio do neoretributivismo articula-se, com ares de modernidade, com a ideologia da *tolerância zero*, surgida nos Estados Unidos no começo da década de 90 e supostamente amparada na teoria das *janelas quebradas*, divulgada em um artigo de James Q. Wilson e George Kelling, em 1982. Segundo tal teoria, se janelas quebradas em um edifício não são consertadas, as pessoas que gostam de quebrar janelas terão a impressão de que ninguém se importa com seus atos de incivilidade e continuarão a quebrar mais janelas. O crime mais grave seria resultado, portanto, de um *continuum* de pequenas desordens e incivilidades, que, se toleradas, geram a sensação de abandono do espaço público e, conseqüentemente, de anomia.

Para evitar que a sensação de impunidade em relação às infrações menos graves crie um ambiente de desamparo e anomia, as políticas de tolerância zero atribuem ao Poder Público o dever de punir com rigor os distúrbios contra a *qualidade de vida*, pequenas

²²⁵ Em dezembro de 1998 havia 73.615 presos em São Paulo, sendo 31.481 sob a responsabilidade Secretaria de Segurança Pública e 42.134 sob a responsabilidade da Secretaria de Administração Penitenciária. Em dezembro de 2005 havia 138.116 presos, sendo 17.515 sob a responsabilidade da SSP e 120.601 sob responsabilidade da SAP. Salla aponta como o desejo de conter esse vertiginoso aumento da população total encarcerada tem motivado a maior aplicação de penas alternativas e a busca por reformas da legislação a fim de facilitar a obtenção de benefícios ou de encurtar penas privativas de liberdade para determinados crimes. No entanto, esses esforços têm encontrado uma tímida recepção dos legisladores, do Judiciário e do Ministério Público. Em 1995, as pessoas que cumpriam penas alternativas correspondiam a 1,4% da população encarcerada do País. Em 1997 essa porcentagem caiu para 0,8%, e foi apenas em fevereiro de 2002, quando o Governo Federal criou um Programa Nacional de Apoio e Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas, que houve uma elevação do número de beneficiários dessas penas para cerca de 22 mil, correspondendo a 8,7% da população carcerária do País. O aumento expressivo da população encarcerada, por outro lado, vem sendo acompanhado de ações governamentais marcadas por uma preocupação cada vez maior em criar mecanismos severos de controle da massa carcerária, como presídios de segurança máxima, a criação de alas específicas em presídios e a implantação do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) (SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007. p. 83-85).

desordens e incivildades do cotidiano praticadas no espaço público, como atos de vandalismo, brigas entre vizinhos, pichações, violações de leis de trânsito e de toques de recolher etc.²²⁶

As políticas de tolerância zero, assim, reprimem seletivamente aqueles acusados de *privatizar*, degradar o espaço público e gerar a sensação de insegurança que fez com que as camadas médias e altas da população se enclausurassem em seus enclaves fortificados, como condomínios fechados e *shopping centers*.²²⁷ Os principais alvos da tolerância zero são os excluídos da economia capitalista, os não-consumidores, o subproletariado que vive do mercado informal e representa uma ameaça, aqueles que antes eram objeto do assistencialismo ou de políticas reabilitadoras e que hoje são considerados irrecuperáveis e, desse modo, devem ser de alguma forma neutralizados.²²⁸

²²⁶ BELLI, Benoni. *Tolerância Zero e democracia no Brasil: visões da segurança pública na década de 90*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 64; SHECAIRA, Sérgio Salomão. Tolerância Zero. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 5, v. 2, 2009. p. 166 et seq.; BATISTA, Vera Malaguti. Intolerância dez, ou a propaganda é a alma do negócio. *Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1997. p. 219. O primeiro governo FHC apresentou um cenário favorável às demandas por “ordem” e medidas repressivas, pois nele verificou-se um acentuado crescimento da violência em múltiplas direções, muito além da capacidade de resposta por parte das agências encarregadas do controle repressivo da ordem pública, resultando no sentimento de impunidade (ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, nº 11, vol. 2, 1999. p. 140).

²²⁷ Cf. CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000. De acordo com Bayley e Skolnick, pesquisas têm demonstrado que as pessoas ficam apavoradas e inseguras por causa de desordens e incivildades, e não apenas em função de atividades criminosas. De fato, a vitimização criminal é rara; a maior parte do conhecimento que as pessoas têm sobre crime é obtida de segunda mão, através da mídia. A falta de habilidade em coibir as desordens públicas – música alta, vandalismo, bebedeiras, comportamento desagradável – gera mais desordem, mais crimes sérios e difunde um sentimento de insegurança (BAYLEY, David H; SKOLNICK, Jerome H. *Policimento comunitário: questões e práticas através do mundo*. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 98-99).

²²⁸ A luta contra a insegurança e a perturbação da ordem pública, pela restauração do sentimento de ordem, pela aplicação da lei ao pé da letra e pela moralização do comportamento das classes inferiores é um pretexto para uma política de limpeza de classe dos espaços públicos da cidade. Mais do que restabelecer a qualidade de vida dos nova-iorquinos, as políticas de tolerância zero buscam restabelecer a qualidade de vida dos nova-iorquinos de classe média e alta, os que ainda votam, pois estes supostamente sabem se comportar em público. As suspeitas são baseadas no vestuário, no comportamento, no modo de ser e na cor da pele. Muitas detenções são efetuadas sem motivo e as queixas contra abuso policial aumentam consideravelmente entre a população negra, que perde em *qualidade de vida* e segurança, enquanto os nova-iorquinos brancos se consideram beneficiários e louvam essa política repressiva (BELLI, Benoni, op. cit., p. 68; WACQUANT, Loïc. A globalização da “Tolerância Zero”. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*. v. 9/10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000. p. 111-112, 116-117). Os defensores dessa teoria costumam defender que uma maior repressão das incivildades nos denominados *bairros sensíveis*, que estigmatiza e destrutura os guetos, favoreceria em primeiro lugar sua própria população (WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. p. 141) É mais fácil, contudo, atribuir a criminalidade, as desordens, as incivildades e a decadência de *bairros sensíveis* à degeneração moral dos indivíduos, à decadência dos valores tradicionais da família, à *falta de vergonha na cara*, à *vagabundagem* e à ausência do Estado Policial do que ao desemprego, à crise econômica, à ausência do Estado Social ou quaisquer outras razões sociais ou coletivas. Esse diagnóstico nos protege do sentimento de impotência em face de “desafios realmente formidáveis” (BELLI, Benoni, op. cit., p. 66 et seq.; WACQUANT, Loïc. A globalização da “Tolerância Zero”. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*. v. 9/10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000. p. 114).

Apesar de vendido como um grande sucesso, não há comprovação de que o programa de tolerância zero tenha sido o responsável pela queda da criminalidade em Nova York. Métodos opostos à tolerância zero foram tentados em San Diego, com resultados igualmente bons. O declínio da criminalidade ocorreu em dezessete das vinte e cinco maiores cidades dos Estados Unidos no período de 1993 a 1997. A taxa de criminalidade de Nova York começou a cair antes de os novos métodos de policiamento do comissário Bratton serem instituídos. Bratton negou explicitamente que tivesse implementado uma política de tolerância zero em Nova York, mas sim a abordagem *janelas quebradas*, que, segundo ele e George Kelling, não tem qualquer relação com a tolerância zero.

Entre 1993 e 1995, a taxa de criminalidade em doze de dezessete países industriais avançados caiu e várias agências de controle da criminalidade começaram a reivindicá-la para si. No entanto, o Departamento de Polícia de Nova York, onde a taxa de criminalidade desabou 36% de 1993 a 1996, tornou-se o mais visitado e pesquisado do mundo.²²⁹ O intercâmbio de ideias promovido por grupos de pressão, que ganham força com a globalização, é um fator decisivo que incide na mudança da política criminal e penitenciária em diversos países. O programa de tolerância zero foi amplamente divulgado e defendido em congressos por criminólogos de direita, policiais, políticos, industriais do ramo de segurança e presídios, jornalistas e até categorias que antes não tinham voz, como agentes penitenciários²³⁰, sendo exportado como solução para o problema da criminalidade violenta e incorporado como mote de algumas campanhas eleitorais, de diferentes matizes ideológicas.

Paul Maluf, candidato a governador de São Paulo em 1998, e Joaquim Roriz, candidato a governador do Distrito Federal no mesmo ano, viajaram a Nova York para conhecer o programa e, assim como Dante de Oliveira, candidato ao governo de Mato Grosso, e Jorge Viana, candidato ao governo do Acre pelo PT, prometeram trazer o

Da mesma forma, cabe salientar que o conceito de desordem utilizado pela teoria das janelas quebradas é problemático, uma vez que pode ter distintos significados dependendo do contexto e das comunidades em que os atos de incivilidade ocorrem. Certas atitudes, como grafitar e pular roletas de ônibus foram identificadas como condutas desordeiras e de alguma forma vinculadas ao crime em larga medida, em detrimento de outras, como evasão fiscal, corrupção, fraude e brutalidade policial. Assim como o crime é uma construção e não uma entidade ontológica, o conceito de *desordem* não é natural.

²²⁹ YOUNG, Jock, op. cit., p. 181 et seq.

²³⁰ WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 21; WACQUANT, Loïc. A globalização da “Tolerância Zero”. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, v. 9/10, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

programa de Nova York aos seus respectivos estados, ainda que algumas propostas como colocar na rua a ROTA, uma polícia extremamente violenta, fossem de encontro ao programa de Nova York.²³¹ Em 2002, quando foi novamente candidato a governador, Maluf expressou em um de seus *jingles* de campanha essa contradição:

Eu quero decisão, eu quero
Tolerância Zero
Eu sou um cidadão, a ROTA vai pra rua, bandido pra prisão
Tolerância Zero
Eu quero decisão, polícia bem treinada, sem medo de ladrão
Tolerância Zero
Bandido pra prisão
Tolerância Zero
Sem medo de ladrão
Tolerância Zero

O mote *tolerância zero* ganhou o apoio de boa parte da população. Pesquisa CNI-IBOPE de 2011²³² revelou que a maioria dos entrevistados do Sudeste concordava que para reduzir o crime era preciso impor uma política de tolerância zero, em que todo tipo de infração ou ilegalidade fosse punido (55% concordaram totalmente e 25% concordaram em parte). Conte Lopes, utilizando metáforas futebolísticas em tempos de Copa do Mundo, defende que a polícia “tem de pegar todo mundo”, mas deve começar “pegando” vendedores de semáforo, pedintes, flanelinhas e trombadinhas por ser “mais fácil” e um pressuposto para conseguir “pegar” grandes traficantes e combater o crime organizado (D72).

Em um de seus discursos, dirigindo-se à terceira idade, justamente a faixa etária que proporcionalmente tem mais direitistas e que proporcionalmente mais apoia a Polícia Militar, conforme se verá, critica a suposta falta de segurança que existe em andar na rua à noite e que supostamente não existia antes, mas é simultaneamente condescendente com as infrações de trânsito, denunciando uma “indústria da multa” (D73). Apesar do discurso ideológico de combate implacável ao crime, o deputado demonstra que nem todos os crimes, em sua opinião, merecem ser punidos. O aumento do número de prisões, tão

²³¹ OLTRAMARI, Alexandre. Tolerância morena. *Revista Veja*, 23 set. 1998. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/230998/p_044.html>. Acesso em: 08 abr. 2014.

²³² Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011. A margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e o intervalo de confiança estimado é de 95%.

alardeado pela polícia, deveria se dar sobre traficantes e assaltantes de banco, não sobre “trabalhadores” com habilitação vencida ou porte ilegal de arma (D74).

A experiência de Nova York surge nos discursos de Conte Lopes, em que defende a polícia paulista, sustentando que não se podem exigir os resultados obtidos em Nova York se as leis e condições de trabalho do policial em São Paulo são inferiores, tanto em termos de salário quanto em termos de segurança (D75 e D76). Ao mesmo tempo em que Nova York é proclamada pelo deputado como um exemplo a ser seguido (D77), o Secretário de Segurança Pública é criticado por importar soluções para problemas locais de segurança pública, enquanto *encosta* bons policiais envolvidos em mortes de civis (D78).

Wilson Moraes, correligionário do governador, por sua vez, minimiza a responsabilidade do governo paulista pelas mortes de policiais, uma vez que haveria mortes de policiais até na polícia norte-americana (D79), e rechaça a versão meramente repressiva da tolerância zero, sustentando que o programa “não foi só um investimento na polícia”, que “foi também investimento no social”, em polícia comunitária (D80). Embora não cite expressamente o programa de tolerância zero, Olímpio Gomes mostra como ações preventivas que modifiquem o estado de insegurança, equivocadamente classificadas pelo deputado como de prevenção primária, passam pela repressão de pequenos delitos e contravenções como a perturbação do sossego público (D81).

10. ROTA na rua

Conforme visto, colocar a ROTA na rua também parece ter apelo sobre uma parcela do eleitorado. Para outra parcela, porém, mais policiais na rua não só não traria segurança como traria insegurança. Em pesquisa realizada em 2009²³³, 54,6% dos praças e 51,5% dos oficiais das Polícias Militares apontaram a pouca confiança da população nas instituições de segurança pública como um fator muito importante que compunha as dificuldades de trabalho da polícia. Dos policiais militares brasileiros, 66,1% dos praças e 66,8% dos oficiais declararam que já foram discriminados por serem policiais (maiores vitimizações entre os profissionais do sistema de segurança).²³⁴

²³³ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

²³⁴ As maiores vitimizações talvez decorram da natureza do trabalho de policiamento ostensivo, que implica uma abordagem do cidadão muitas vezes hostil, e das inúmeras denúncias de violência e corrupção policial

Em agosto de 2007, 50% dos brasileiros entrevistados pelo IBOPE²³⁵ afirmaram confiar na Polícia Militar de seu estado e 47% não confiar. Apesar de 47% não confiarem na Polícia Militar, 70% dos entrevistados afirmaram preferir a polícia mais próxima e 26%, mais distante.²³⁶ Chama a atenção o fato de que a maior percentagem dos que queriam a polícia distante foi encontrada entre os que se sentiam muito inseguros na cidade (34%), talvez porque eles não acreditassem que a polícia pudesse trazer segurança, talvez porque a polícia fosse parte da causa da insegurança que sentiam: 38% dos que se sentiam muito inseguros tinham medo da polícia, sendo 30% dos que se sentiam inseguros e 17% dos que se sentiam seguros. Por outro lado, foi acima da média a percentagem dos que se sentiam seguros na cidade e queriam a polícia mais próxima (77%).²³⁷ Interessante notar que 16% dos que queriam a polícia próxima tinham medo dela. Talvez ela seja encarada por esse grupo como um mal necessário.²³⁸

Em 2011, apenas 5% dos brasileiros questionados pela Pesquisa CNI-IBOPE²³⁹ avaliaram a eficiência da Polícia Militar como ótima (10% dos brasileiros com renda familiar mensal acima de dez salários mínimos); 28%, como boa; 39%, como regular; 16%, como ruim; e 11%, como péssima.²⁴⁰ Em 2003 Nancy Cardia constatou que a imagem da polícia era muito melhor entre pessoas com exposição leve à violência do que

noticiadas pela mídia. Essa desconfiança do público pode gerar redução da autoestima, sofrimento psicológico e aumentar ainda mais, de forma defensiva, a distância do policial da população.

²³⁵ IBOPE INTELIGÊNCIA. *Pesquisa telefônica nacional sobre insegurança*. 2007.

²³⁶ 33% entre os moradores da periferia e pessoas com renda familiar acima de dez salários mínimos preferiram a polícia mais distante.

²³⁷ Dos entrevistados em geral, 26% tinham medo da polícia (55% dos que queriam a polícia distante, 38% entre os que se sentiam muito inseguros na cidade, 35% entre os moradores da periferia, 39% entre as pessoas com renda familiar acima de dez salários mínimos) e 73% não tinham medo (83% entre os que queriam a polícia próxima, 82% entre os que se sentiam seguros na cidade, 79% entre as pessoas de 50 anos de idade ou mais, 79% entre os moradores de municípios de até 20 mil habitantes).

²³⁸ Os moradores da periferia não só são o grupo, em termos de condição de município, que mais tinha medo da polícia como o que mais a queria distante. Em termos de renda, o grupo que mais tinha medo da polícia e a queria distante correspondia a pessoas com renda familiar acima de dez salários mínimos, embora não seja o grupo mais assediado por ela. Das pessoas que tinham medo da polícia, 42% explicaram que a razão do medo era o receio de ser confundido com *bandido*, algo que dificilmente ocorreria com pessoas com renda familiar acima de dez salários mínimos; 25% apontaram o receio de ser extorquido, percentagem maior entre as pessoas com renda mais alta; 16%, o receio de apanhar; 12%, outro motivo e 5% não souberam ou não opinaram.

²³⁹ Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011.

²⁴⁰ A eficiência da Polícia Militar foi avaliada como boa por 23% das pessoas de 25 a 29 anos de idade, 32% das pessoas de 50 anos de idade ou mais, 32% das pessoas que estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental, 24% das que estudaram até o Ensino Superior. Foi avaliada como ruim por 23% das pessoas de 25 a 29 anos de idade.

entre pessoas com a exposição mais grave, tanto na cidade de São Paulo como um todo quanto nos distritos mais violentos da zona Sul.²⁴¹

Em 16 de maio de 2006²⁴², questionados, em meio aos ataques do PCC, sobre a eficiência da Polícia Militar na prevenção e no combate ao crime, 25% dos paulistanos opinaram que ela era nada eficiente. Não houve diferenças de percentagens fora da margem de erro entre o grupo de entrevistados sem e com parentes que trabalhavam na polícia.²⁴³ Dos entrevistados em geral, 56% responderam que tinham mais medo do que confiança na Polícia Militar.²⁴⁴ Não houve diferenças fora da margem de erro entre as diferentes faixas de renda e entre o grupo de entrevistados sem parentes e com parentes que trabalhavam na polícia. Dos entrevistados em geral, 18% responderam que, durante a crise da segurança pública, nos quatro dias anteriores à pesquisa, tiveram mais medo da polícia do que dos *bandidos*²⁴⁵. Não houve diferenças fora da margem de erro entre o grupo sem e com parentes na polícia.

²⁴¹ Para quem tinha exposição leve à violência na cidade de São Paulo, a polícia sempre atendia prontamente aos chamados da comunidade (59,30%, ante 31,30% entre os que tinham a exposição mais grave), dava assistência às vítimas (ou familiares) de crime (48,20%, ante 32,90% entre os que tinham a exposição mais grave), conseguia manter as ruas do bairro tranquilas (55,60%, ante 13,30% entre os que tinham a exposição mais grave), era educada quando abordava pessoas nas ruas (41,60%, ante 14,80% entre as pessoas que tinham a exposição mais grave). Para as pessoas com exposição leve à violência, a polícia de seus bairros nunca aceitava suborno (55,20%, ante 23,00% entre os que tinham a exposição mais grave), nunca protegia o tráfico de drogas (60,00%, ante 26,60% entre os que tinham a exposição mais grave), nunca usava de força excessiva quando revistava jovens nas ruas (53,00%, ante 13,00% entre os que tinham a exposição mais grave) e nunca tinha medo dos traficantes de drogas (47,20%, ante 16,70% entre os que tinham a exposição mais grave). Entre as pessoas com a exposição mais grave à violência, 56,60% discordaram totalmente que a polícia garantia a segurança de pessoas como elas (32,40% entre pessoas com exposição leve) (CARDIA, Nancy. *Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. Lusotopie 2003*. p. 314-315).

²⁴² DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Opinião dos brasileiros sobre o comércio de armas de fogo*. 2006.

²⁴³ 14% dos entrevistados em geral opinaram que a Polícia Militar era muito eficiente na prevenção dos crimes; 58%, um pouco eficiente (68% entre as pessoas com renda acima de dez salários mínimos); 25%, nada eficiente; 3% não souberam. Para 18%, a Polícia Militar era muito eficiente no combate aos crimes; para 54%, um pouco eficiente; para 25%, nada eficiente e 2% não souberam.

²⁴⁴ 39% responderam que tinham mais confiança do que medo na Polícia Militar e 5% dos entrevistados em geral não souberam responder.

²⁴⁵ Tiveram mais medo da polícia do que dos *bandidos* 27% das pessoas de 16 a 25 anos de idade, 13% das pessoas de 41 anos de idade ou mais, 9% das pessoas com renda familiar mensal acima de dez salários mínimos, 13% dos brancos e 25% dos pretos. Responderam que tiveram mais medo dos *bandidos* do que da polícia 57% dos entrevistados. Surpreendentemente, 22% das pessoas com parentes na polícia tiveram mais medo da polícia do que dos *bandidos*, enquanto 17% das pessoas sem parentes na polícia deram essa resposta. Apesar de essa diferença estar contida dentro da margem de erro, chama a atenção que numericamente pessoas com parentes na polícia temam mais policiais do que pessoas sem. Dos entrevistados, 18% responderam que temeram ambos na mesma proporção (12% entre pessoas de 16 a 25 anos de idade, 24% entre pessoas de 24 a 40 anos de idade); 6% responderam que não temeram nenhum dos dois (3% entre pessoas de 16 a 25 e entre 26 a 40 anos de idade, 11% entre pessoas de 41 anos de idade ou mais, 3% entre pessoas que estudaram até o Ensino Médio, 11% entre pessoas com Ensino Superior, 5% entre pessoas com

Em novembro de 2012²⁴⁶, em meio a outra onda de violência em São Paulo, a Polícia Militar era vista por 56% dos paulistanos como um pouco eficiente na prevenção dos crimes antes que eles acontecessem (65% entre os que preferiam o PSDB)²⁴⁷, enquanto 11% a viam como muito eficiente.²⁴⁸ Para 30%, porém, ela era nada eficiente na prevenção dos crimes.²⁴⁹ A avaliação foi similar em relação ao combate ao crime depois que eles acontecessem: 12% disseram que a Polícia Militar era muito eficiente nessa tarefa (18% entre os que preferiam o PSDB, no limite do empate técnico com a média)²⁵⁰, enquanto 50% consideraram-na um pouco eficiente (66% entre o que preferiam o PSDB)²⁵¹ e 35%, nada eficiente.²⁵² Os petistas foram, portanto, mais críticos à Polícia do que os tucanos.

Se por um lado 16% dos que avaliaram a segurança pública como ótima/boa e 17% dos que avaliaram o governador como ótimo/bom disseram que a Polícia Militar de São Paulo era nada eficiente na prevenção do crime, 9% dos que avaliaram a segurança pública como ruim/péssima e 11% dos que avaliaram o governador como ruim/péssimo disseram que a Polícia era muito eficiente na prevenção do crime, absolvendo-a. Se por um lado 24% dos que avaliaram a segurança pública como ótima/boa e 25% dos que avaliaram o governador como ótimo/bom disseram que a Polícia Militar de São Paulo era nada eficiente no combate ao crime, 8% dos que avaliaram a segurança pública como ruim/péssima e 10% dos que avaliaram o governador como ruim/péssimo disseram que a Polícia era muito eficiente no combate ao crime. Não houve variações de avaliação da atuação da polícia fora da margem de erro entre as pessoas com e sem parentes ou amigos policiais ou ex-policiais.²⁵³

renda familiar mensal de até cinco e de mais de cinco a dez salários mínimos, 14% entre pessoas com renda acima de dez salários mínimos).

²⁴⁶ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

²⁴⁷ 64% entre as pessoas de 16 a 24 anos de idade, 65% entre as pessoas com Ensino Superior, 65% entre os que preferiam o PSDB, 65% entre os que avaliaram o governador como ótimo/bom, 65% entre os que avaliaram a segurança pública como regular, 65% entre os moradores da Zona Oeste.

²⁴⁸ 20% entre as pessoas com 60 anos de idade ou mais, 20% entre os que avaliaram a segurança pública como ótima/boa.

²⁴⁹ 44% entre os que avaliaram o governador como ruim/péssimo.

²⁵⁰ 21% entre os que avaliaram a segurança pública como ótima/boa.

²⁵¹ 61% entre as pessoas com Ensino Superior, 58% entre as pessoas com renda familiar mensal de mais de 5 a 10 salários mínimos, 62% entre as pessoas com renda acima de 10 salários mínimos, 57% entre os que avaliaram a segurança pública como regular.

²⁵² 50% entre os que avaliaram o governador como ruim/péssimo e 42% dos que avaliaram a segurança pública como ruim/péssima, 44% entre os moradores da zona Leste 1, uma das zonas onde Pierucci localizou nas décadas de 80 e 90 do século passado as bases da nova direita paulistana, que elegeram Jânio Quadros e Paulo Maluf.

²⁵³ Com exceção da diferença de percentagens daqueles que julgaram a polícia muito eficiente na prevenção do crime entre os que avaliaram o governador como ótimo/bom, regular e ruim/péssimo, as percentagens dos

Na série histórica do Datafolha sobre o tema, a avaliação em 2012 de que a polícia era nada eficiente na prevenção dos crimes estava cinco pontos acima da verificada em maio de 2006. O maior índice, porém, foi verificado em dezembro de 1999, quando 43% diziam que os policiais militares eram nada eficientes na prevenção de crimes, patamar próximo ao registrado em abril de 1997 (36%), época em que um policial foi filmado assassinando uma pessoa desarmada na favela Naval, em Diadema. A avaliação do combate ao crime pela Polícia Militar seguiu a mesma tendência:

	19/12/1995	02/04/1997	24/07/1997	09/12/1999	06/02/2002	16/05/2006	22/11/2012
Muito eficiente	12%	8%	13%	7%	9%	14%	11%
Um pouco eficiente	63%	53%	58%	46%	54%	58%	56%
Nada eficiente	22%	36%	24%	43%	34%	25%	30%
Não sabe	3%	3%	5%	4%	3%	3%	2%

Grau de eficiência da Polícia Militar na prevenção dos crimes (resposta estimulada e única) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012. p. 26)

que avaliaram a polícia positivamente foram maiores entre os que avaliaram o governador e a segurança pública positivamente e a percentagem dos que avaliaram a polícia negativamente foi maior entre aqueles que avaliam o governador e a segurança pública negativamente. Enquanto 38% das pessoas com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais disseram que a Polícia Militar era nada eficiente no combate aos crimes depois que eles acontecessem, 34% das pessoas sem parentes ou amigos de policiais ou ex-policiais deram essa resposta. As diferenças de avaliação da polícia foram maiores entre o grupo com parentes ou amigos detentos ou ex-detentos e o grupo sem. No primeiro grupo, 37% disseram que a Polícia Militar era nada eficiente na prevenção dos crimes e 41%, no combate aos crimes, enquanto no segundo grupo as percentagens foram de 27% e 33%, respectivamente. Os que preferiam o PSDB foram os que mais atribuíram responsabilidade e muita responsabilidade pela onda de ataques à presidente Dilma Rousseff (89% e 48%, respectivamente) e ao Poder Legislativo (91% e 63%, respectivamente), os que mais atribuíram um pouco de responsabilidade ao governador Geraldo Alckmin (40%) e os que mais atribuíram responsabilidade e um pouco de responsabilidade ao Comando da Polícia Militar (95% e 34%, respectivamente). Foram, porém, os que menos atribuíram muita responsabilidade ao governador Geraldo Alckmin (48%). Os que preferiam o PT, por sua vez, foram os que mais atribuíram muita responsabilidade ao governador Alckmin (61%) e os que menos atribuíram muita responsabilidade à presidente Dilma Rousseff (33%). Os que preferiam outro partido foram os que mais atribuíram muita responsabilidade à presidente Dilma Rousseff, junto com os tucanos (48%). Enquanto 12% dos que avaliavam o governador como ruim/péssimo não atribuíram nenhuma responsabilidade a ele, 48% dos que o avaliavam como ótimo/bom atribuíram muita responsabilidade. Enquanto 9% dos que avaliavam o governador como ruim/péssimo e 8% dos que avaliavam a segurança pública como ruim/péssima atribuíram nenhuma responsabilidade ao Comando da Polícia Militar, 60% dos que avaliavam o governador como ótimo/bom e 55% dos que avaliavam a segurança pública como ótima/boa atribuíram muita responsabilidade ao Comando da Polícia Militar.

	19/12/1995	02/04/1997	24/07/1997	09/12/1999	06/02/2002	16/05/2006	22/11/2012
Muito eficiente	19%	8%	14%	8%	14%	18%	12%
Um pouco eficiente	56%	51%	56%	46%	57%	54%	50%
Nada eficiente	23%	38%	25%	43%	27%	25%	35%
Não sabe	3%	2%	4%	3%	2%	2%	3%

Grau de eficiência da Polícia Militar no combate aos crimes (resposta estimulada e única) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012. p. 27)

Dos moradores de São Paulo, 53% tinham mais medo do que confiança na Polícia Militar²⁵⁴, enquanto 43% tinham mais confiança do que medo na corporação (61% entre as pessoas que preferiam o PSDB).²⁵⁵ Os tucanos, as pessoas com 60 anos de idade ou mais e com Ensino Superior eram as pessoas que mais confiavam na Polícia Militar em 2012. Se por um lado 39% dos que avaliaram a segurança pública como ótima/boa e 49% dos que avaliaram o governador como ótimo/bom tinham mais medo do que confiança na Polícia Militar de São Paulo, 39% dos que avaliaram a segurança pública como ruim/péssima e 36% dos que avaliaram o governador como ruim/péssimo tinham mais confiança do que medo da Polícia Militar. Não houve variações de avaliação da atuação da polícia fora da margem de erro entre as pessoas com e sem parentes ou amigos policiais ou ex-policiais.²⁵⁶ Segue abaixo a tabela com a variação das percentagens dos que tinham mais medo do que confiança na Polícia Militar em São Paulo, ao longo do tempo:

²⁵⁴ 63% entre pessoas de 16 a 24 anos de idade, 61% entre os que avaliaram o governador como ruim/péssimo, 60% entre as pessoas de cor preta.

²⁵⁵ 53% entre pessoas de 60 anos de idade ou mais, 51% entre pessoas com Ensino Superior, 50% entre pessoas com renda familiar mensal de mais de 5 a 10 salários mínimos, 50% entre os que avaliaram o governador como ótimo/bom, 58% entre os que avaliaram a segurança pública como ótima/boa.

²⁵⁶ Conforme o esperado, as percentagens dos que tinham mais confiança do que medo foram maiores entre os que avaliaram o governador e a segurança pública positivamente e a percentagem dos que tinham mais medo do que confiança foi maior entre aqueles que avaliaram o governador e a segurança pública negativamente. No grupo com parentes ou amigos detentos ou ex-detentos, 59% disseram que tinham mais medo que confiança na Polícia Militar e 38%, que tinham mais confiança do que medo, enquanto no grupo sem parentes ou amigos detentos ou ex-detentos as percentagens foram de 51% e 45%, respectivamente.

	19/12/1995	02/04/1997	24/07/1997	18/12/1997	09/12/1999	19/11 a 03/12/2003	16/05/2006	22/11/2012
Mais medo do que confiança	51%	74%	57%	63%	66%	54%	56%	53%
Mais confiança do que medo	46%	24%	40%	32%	30%	41%	39%	43%
Não sabe	2%	2%	3%	5%	4%	5%	5%	4%

Tem mais confiança do que medo ou tem mais medo do que confiança na Polícia Militar? (resposta estimulada e única) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012. p. 44)

Dos moradores da capital paulista, 18% disseram ter mais medo da polícia do que dos *bandidos*²⁵⁷, 29% declararam ter medo da polícia e dos *bandidos* na mesma proporção²⁵⁸, 49% dos paulistanos temiam mais os *bandidos* do que a polícia (77% entre os que preferiam o PSDB, 57% entre os que preferiam outro partido)²⁵⁹ e 2% não tinham medo de nenhum dos dois. Na série histórica sobre o tema, apenas em abril de 1997 – após o episódio da Favela Naval – a taxa dos que tinham mais medo dos *bandidos* do que da polícia havia ficado abaixo de 50% (nesse caso, em 42%).

Os tucanos, brancos, de renda alta, com 60 anos de idade ou mais eram as pessoas que mais tinham mais medo dos *bandidos* do que da polícia em 2012. Curiosamente, 8% dos que avaliaram a segurança pública como ótima/boa e 14% dos que avaliaram o governador como ótimo/bom tinham mais medo da polícia do que dos *bandidos*. Não

²⁵⁷ 27% entre as pessoas de 16 a 24 anos de idade, 25% entre as pessoas que avaliavam o governador como ruim/péssimo, 27% entre as pessoas de cor preta, 25% entre as moradores da zona Norte 2. Vivendo entre a “lei do tráfico” e a arbitrariedade policial, moradores de áreas pobres do Rio de Janeiro chegam a dizer que “preferem os bandidos, pois estes ao menos controlam seus subordinados, não roubam dentro da comunidade e sabem distinguir quem está ou não envolvido com o crime. Já a polícia trata todas as pessoas pobres e negras como suspeitas ou, pior, como não-cidadãos, aos quais não se aplicam as leis do país – atitude muito diferente da que a mesma polícia exhibe nos bairros ricos da cidade ou junto aos segmentos da população que podem ‘contratar advogado’ e fazer valer seus direitos” (LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio et al. *Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 47-48). Sobre a desconfiança da população, principalmente jovem e negra, em relação à polícia, cf. *ibid.*, p. 43 et seq.

²⁵⁸ 35% entre as pessoas de cor preta.

²⁵⁹ 66% entre as pessoas de 60 anos de idade ou mais, 58% entre as pessoas com renda familiar mensal de mais de 5 a 10 salários mínimos, 67% entre as pessoas com renda acima de 10 salários mínimos, 59% entre a população não economicamente ativa, 60% entre os que avaliavam o governador como ótimo/bom, 67% entre os que avaliavam a segurança pública como ótima/boa, 58% entre as pessoas de cor branca, 58% entre os moradores da zona Sul 1, 63% entre os moradores da zona Oeste e do Centro.

houve variações de avaliação da atuação da polícia fora da margem de erro entre as pessoas com e sem parentes ou amigos policiais ou ex-policiais.²⁶⁰

	19/12/1995	02/04/1997	24/07/1997	18/12/1997	19/11 a 03/12/2003	16/05/2006	22/11/2012
Dos <i>bandidos</i>	68%	42%	62%	53%	52%	57%	49%
De ambos na mesma proporção	18%	33%	20%	30%	25%	18%	29%
Da polícia	12%	23%	16%	14%	20%	18%	18%
De nenhum dos dois	1%	1%	1%	1%	2%	6%	2%
Não sabe	1%	1%	0%	1%	1%	1%	1%

Tem mais medo da polícia ou dos *bandidos*? (resposta estimulada e única) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012. p. 50)

Em abril de 2013²⁶¹, 13% dos paulistanos declararam, em respostas estimuladas e únicas, sentir muito medo da polícia, 21% declararam sentir um pouco de medo e 65% declararam não sentir nenhum medo. Em todos os grupos ideológicos e partidários, a percentagem dos que responderam ter muito medo foi inferior à percentagem dos que responderam ter um pouco de medo e a percentagem dos que responderam ter um pouco de medo foi inferior à percentagem do que declararam ter medo algum, com exceção dos que declararam ter preferência pelo PMDB (11% declararam ter muito medo e a mesma percentagem declarou ter um pouco de medo) e dos que declararam ser de esquerda (22% declararam ter muito medo e 20% declararam ter um pouco de medo, em empate técnico).

²⁶⁰ Conforme o esperado, as percentagens dos que temiam mais os *bandidos* do que a polícia foram maiores entre os que avaliam o governador e a segurança pública positivamente e a percentagem dos que temiam mais a polícia dos que os bandidos foi maior entre aqueles que avaliam o governador e a segurança pública negativamente. No grupo com parentes ou amigos detentos ou ex-detentos, 36% disseram que tinham mais medo dos *bandidos* do que da polícia e 30% que tinham mais medo da polícia do que dos *bandidos*, enquanto no grupo sem parentes ou amigos detentos ou ex-detentos as percentagens foram de 55% e 13%, respectivamente.

²⁶¹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Datafolha 30 anos – medo dos paulistanos*. 2013.

As maiores percentagens de respostas *muito medo* foram encontradas justamente entre os que se declararam de esquerda (22%).²⁶²

Para justificar seu pedido para que, de todas as construções efetuadas pela CDHU, seja designado 10% para os policiais militares e policiais civis, Wilson Moraes alega que esses policiais dariam segurança para os moradores daqueles conjuntos habitacionais (D82). A partir do discurso do próprio Conte Lopes, no entanto, em que conta que alguns vizinhos não queriam mais a sua presença na vizinhança após a troca de tiros com *bandidos*, percebe-se que, para parte dos *cidadãos de bem*, ter a ROTA por perto não é uma grande vantagem (D83).

O presente capítulo mostrou que os deputados policiais militares possuem posições conservadoras sobre política criminal, às vezes mais conservadoras do que as expressadas por policiais militares em pesquisas de opinião. De uma forma geral, porém, essas posições têm respaldo na maioria da população brasileira e paulistana, principalmente no eleitorado de direita, o que leva muitos políticos, não só de direita e não só oriundos da Polícia Militar, a defendê-las ou a esconder seu posicionamento real, com medo de perder votos, principalmente em eleições majoritárias. A defesa das posições repressivas por deputados policiais militares, no entanto, transcende o interesse meramente eleitoral. O capítulo seguinte buscará analisar justamente as razões da associação entre a Polícia Militar, que esses deputados dizem representar, e o conservadorismo social.

²⁶² Declararam ter muito medo da polícia 13% dos entrevistados em geral, 12% dos que preferiam o PT; 10%, o PSDB; 11%, o PMDB; 16%, outro partido; 14%, nenhum partido; 22% dos que se declararam de esquerda; 9%, de centro-esquerda; 13%, de centro; 11%, de centro-direita e 11%, de direita. Em abril de 2008, em resposta estimulada e única, 8% dos paulistanos entrevistados haviam declarado sentir muito medo da polícia.

3. POLÍCIA E CONSERVADORISMO

1. O apego à autoridade e a aliança da polícia com a direita

De acordo com Reiner, muitos policiais defendem obstinadamente que policiamento e política não se misturam e chefes de polícia discursam regularmente sobre a neutralidade política do serviço policial²⁶³, discurso que apresenta semelhanças com o de juízes que se declaram *escravos da lei*, fundamentados na ideologia da defesa social, própria da criminologia positivista. A criminologia positivista apresenta uma visão consensual e harmônica da ordem social, que as leis positivas se limitariam a refletir. Não questiona, portanto, as definições legais, porque admite que encarnam os interesses gerais. O noticiante, a polícia e o processo penal são concebidos como meras “correias de transmissão” que aplicam fielmente, com objetividade, a vontade da lei, de acordo com os interesses gerais nela refletidos.²⁶⁴

Assim como o Exército tem a preocupação de se apresentar como o defensor dos interesses nacionais e da pátria, politicamente neutro, a polícia elabora sua ideologia em torno da manutenção da ordem e representa a si mesma como um “corpo sobreposto relativamente às divisões que atravessam o corpo social ou como a derradeira fortaleza

²⁶³ REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2004. p. 28.

²⁶⁴ Tanto a polícia quanto o Poder Judiciário são instâncias do controle formal do delito, “o conjunto de instituições, estratégias e sanções sociais que pretendem promover e garantir referido submetimento do indivíduo aos modelos e normas comunitários” (GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Criminologia*. 7. ed. São Paulo: RT, 2010. p. 119-120). De acordo com Alessandro Baratta, a ideologia da defesa social, baseada na concepção abstrata e a-histórica da sociedade, entendida como uma totalidade de valores e interesses, é estruturada sobre alguns princípios básicos. Segundo o princípio da legitimidade, o Estado, como expressão da sociedade, estaria legitimado para reprimir a criminalidade por meio de instâncias oficiais de controle social, que interpretariam a legítima reação da sociedade dirigida à reprovação e condenação do comportamento desviante individual e à reafirmação dos valores e das normas sociais. O princípio do bem e do mal afirma que o desvio criminal seria um mal e a sociedade constituída, o bem. Já para o princípio da culpabilidade, o delito seria expressão de uma atitude interior reprovável, porque contrária aos valores e às normas presentes na sociedade. O princípio da finalidade ou da prevenção prevê que a sanção abstratamente prevista na lei tem como finalidade criar uma justa e adequada contramotivação ao comportamento criminoso e a sanção concreta a de ressocializar o delinquente. De acordo com o princípio da igualdade, a criminalidade é a violação da lei penal, que seria igual para todos, e a reação penal se aplicaria de modo igual a uma minoria desviante. O princípio do interesse social e do delito natural afirma que os delitos definidos nos códigos constituiriam ofensas de interesses fundamentais, de condições essenciais à existência de toda a sociedade, havendo apenas uma minoria de delitos artificiais, que corresponderiam a violações de determinados arranjos políticos e econômicos (BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 41 et seq.).

diante da ameaça permanente da anarquia”.²⁶⁵ No entanto, para Reiner, a noção de neutralidade política ou de independência da polícia se apoia em uma concepção indefensável e estreita do que é *político* ao restringir essa noção ao conflito partidário.

Em um sentido mais amplo, todos os relacionamentos que têm uma dimensão de poder são políticos. Nesse sentido, a polícia é, inerentemente e sem escapatória, política. Afinal, a polícia está no coração do funcionamento do Estado. Os chefes de polícia alegam que a polícia não está envolvida com a política partidária, mas que aplica a lei de forma imparcial. Porém, numa sociedade dividida em classes, etnias, gênero e outras dimensões de desigualdade, o impacto das leis, mesmo quando formuladas e aplicadas de forma imparcial e universal, reproduz tais divisões e, portanto, será objetivamente político, favorecendo alguns grupos às custas de outros.²⁶⁶

Conforme a criminologia da reação social apontou, a partir da década de 60 do século XX, a criminalidade não tem natureza *ontológica*, senão *definitorial*. O controle social não se limita a *detectar* a criminalidade e a identificar o infrator, mas antes *cria* a criminalidade. Nem a lei é expressão dos interesses gerais nem o processo de sua aplicação à realidade respeita o dogma da igualdade dos cidadãos. Os agentes do controle social formal não são meras correias de transmissão da vontade geral, senão filtros discriminatórios a serviço de uma sociedade desigual.²⁶⁷ A seletividade do sistema se expressa tanto no momento de eleição dos bens jurídicos tutelados penalmente (criminalização primária) quanto na perseguição dos indivíduos estigmatizados

²⁶⁵ MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001. p. 236-237.

²⁶⁶ REINER, Robert, op. cit., p. 28-29. Karam aponta para a ascensão de uma esquerda punitiva, que oferece os mesmos remédios tradicionalmente oferecidos pela direita para graves problemas sociais: mais punição. Contudo, ainda que seu alvo possa ser a criminalidade dos poderosos, a excepcional imposição de pena a um ou outro membro das classes dominantes legitimaria o sistema penal e ocultaria seu papel de instrumento de manutenção e reprodução dos mecanismos de dominação. Quando chega a haver alguma punição relacionada a crimes de colarinho branco, esta acaba recaindo sobre personagens subalternos. Gera satisfação, alívio, a sensação de que o problema já estaria satisfatoriamente resolvido. Identifica o inimigo, desvia as atenções e afasta a busca de outras soluções mais eficazes, “dispensando a investigação das razões ensejadoras daquelas situações negativas”, isto é, deixando encobertos e intocados os desvios estruturais que alimentam os desvios pessoais (KARAM, Maria Lúcia. A esquerda punitiva. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, n. 1, v. 1. Rio de Janeiro: Revan, 1996. p. 80-82). Assim, na visão abolicionista o direito penal serviria para manter o *status quo* e, portanto, é tradicionalmente reivindicado pela direita em sociedades desiguais para lidar com problemas sociais.

²⁶⁷ GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio, op. cit., p. 119-120.

selecionados entre todos os indivíduos que infringem normas penalmente sancionadas (criminalização secundária).²⁶⁸

Se o princípio da tipicidade nos fornece um mínimo de segurança jurídica para avaliar quando uma lei penal foi violada, o conceito de criminalização secundária indica que nem toda lei é aplicada pela autoridade policial, independentemente de o policial ter sido corrompido. É próprio do direito administrativo e de tipos penais abertos, como os que tutelam a *ordem pública* e a *paz pública*, deixar à autoridade policial uma grande margem de arbitrariedade, que neutraliza o princípio da legalidade e acentua ainda mais o caráter seletivo da criminalização secundária. Não se pode esquecer que na essência de todos os sistemas disciplinares funciona um pequeno mecanismo penal com suas leis próprias, delitos especificados, formas particulares de sanção, instâncias de julgamento. As disciplinas estabelecem uma *infrapenalidade*, quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis, tornam penalizáveis as frações mais tênues da conduta e dão uma função punitiva aos elementos aparentemente indiferentes do aparelho disciplinar. É passível de pena todo o campo indefinido do não conforme.²⁶⁹

A reforma penal do século XVIII nasceu justamente no ponto de junção entre a luta contra o superpoder do soberano e a exigência de submeter as ilegalidades populares a um controle mais estrito e mais constante.²⁷⁰ A forma jurídica geral que garantia um sistema de direitos em princípio igualitários e que era defendida pela burguesia como instrumento para limitar o poder da aristocracia era sustentada por todos esses sistemas de micropoder essencialmente inigualitários e assimétricos que constituem as disciplinas e que foram

²⁶⁸ GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio, op. cit., p. 293. O direito é considerado, dessa forma, ideologia, pois mascara as contradições da sociedade e da luta de classes, alegando uma suposta igualdade de tratamento dos indivíduos e forjando um falso consenso quanto aos bens que a sociedade, como um todo homogênea, deseja proteger. A visão marxista é de que o crime contribui para a estabilidade política, pela legitimação do monopólio do Estado sobre a violência e o controle político legal das massas, bem como para a estabilidade econômica temporária em um sistema econômico que é intrinsecamente instável, ocultando situações negativas e sofrimentos reais da classe menos favorecida, encobrindo confrontações violentas entre as classes sociais e orientando a hostilidade do oprimido para longe dos opressores e em direção à sua própria classe (BARATTA, Alessandro, op. cit., p. 333-334). O direito penal, segundo a criminologia crítica, obedece às exigências do capital monopolista: máxima efetividade do controle social das formas de desvio disfuncionais ao sistema de valorização e de acumulação capitalista, máxima imunidade de comportamentos socialmente danosos e ilícitos, mas funcionais ao sistema ou que exprimem só contradições internas aos grupos sociais hegemônicos (ibid., p. 152-153).

²⁶⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 28 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 90, 149-151. O poder policial deve-se exercer sobre tudo o que acontece, coisas de todo instante, coisas à-toa, toda desordem, agitação, desobediência (ibid., p. 176-177). Sobre a relação entre o “poder de polícia” e a corrupção, cf. MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR., Domicio. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. *Estudos Avançados* 21 (61), 2007.

²⁷⁰ Ibid., p. 71-75.

utilizadas pela mesma burguesia para se defender das *classes perigosas*: proletariado, subproletariado e *lumpemproletariado*.²⁷¹

Para Monet, em uma democracia a lei precede à ordem, no sentido de que a atenção dada à garantia dos direitos da minoria deve ter prioridade sobre a defesa dos valores da maioria, tendo em vista a preocupação de manter o pacto social que une maioria e minoria. Por outro lado, em relação à ação policial, os termos se invertem e a ordem passa sempre à frente da lei. A lei legitima a autoridade, mas, no domínio da manutenção da ordem, ela é equívoca. É precisa para determinar as infrações que manifestantes podem cometer, mas flexível quanto aos meios que a polícia deve utilizar e quanto às finalidades exatas que suas intervenções devem perseguir. Ainda segundo Monet, a ambiguidade da lei e

²⁷¹ Segundo Foucault, as Luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas, um contradireito que introduz assimetrias insuperáveis, exclui reciprocidades. Enquanto os sistemas jurídicos qualificam os sujeitos de direito, segundo normas universais, as disciplinas caracterizam, classificam, especializam (ibid., p. 183). Enquanto os juristas procuravam no pacto um modelo primitivo para a construção ou a reconstrução do corpo social, os militares e com eles os técnicos da disciplina elaboravam processos para a coerção individual e coletiva dos corpos (ibid., p. 142). Nas cidades europeias, por exemplo, inúmeros conflitos sociopolíticos, de 1850 a 1914, têm como pano de fundo o reconhecimento do direito de associação dos operários. O direito de associação é concedido desde 1825-1826, mas não os meios de exercê-lo. Os piquetes de greve, assim, são proibidos e dispersos pela polícia (MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 217-218). A polícia moderna não surge, portanto, como resposta a um suposto aumento de criminalidade, mas para colocar ordem nas retaguardas do Exército, acabar com as greves dos trabalhadores e combater a criminalidade que tem realmente importância aos olhos dos governantes: o que eles definem como comportamentos políticos transviados ou criminosos, o que, segundo as épocas, pode ir da greve ilícita até o terrorismo, passando pela homossexualidade, como nas comunas italianas do fim da Idade Média, ou na época hitlerista (MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 70-72. No mesmo sentido, MONKKONEN, Eric. História da polícia urbana. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 582-584). No Brasil, o Código Criminal do Império de 1830 é promulgado na esteira do medo de insurreições, “nas expectativas de que à nação independente de 1822 sobreviessem os direitos plenos de seu povo mestiço, na radicalização do liberalismo e dos sonhos de República”. A polícia intervém para garantir a segurança nos muitos casos em que a situação jurídica não está clara. Muito mais do que a legalidade, ela garante a ordem e disciplina, enfrenta o ambiente das revoltas da primeira metade do século XIX e atua basicamente nas ofensas à ordem pública: vadiagem, mendicância, embriaguez, capoeiras, “incômodos que a ordem burguesa industrial trataria de criminalizar”. Contra as formas de resistência da população recrudescem as detenções por comportamentos ilegais e inaceitáveis. Em 1850 as prisões permaneciam superlotadas de pobres e escravos (65% das detenções eram por ofensas à ordem pública e não por crimes) (BATISTA, Vera Malaguti. A arquitetura do medo. *Discursos Sediciosos*, ano 7, n. 12, 2002. p. 100 et seq.). Os registros policiais de São Paulo, recolhidos por Boris Fausto, mostram que, de 1892 a 1916, com lacunas entre 1899 e 1901, dentre 178.120 pessoas presas na cidade, 149.245 (83,8%) foram detidas pela prática de contravenções ou para averiguações, revelando uma estrita preocupação com a ordem pública, aparentemente ameaçada por infratores das normas do trabalho, do bem-viver ou por *suspeitos* (FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 44). Na prática, é a polícia quem decide colocar o processo penal em funcionamento. A discricionariedade policial serve para isolar a Justiça da investigação criminal, para que os tribunais possam ser “imparciais”. Se o Estado de direito estiver consolidado, espera-se que os abusos cometidos pela Polícia sejam corrigidos pela própria Justiça. (MEDEIROS, Mateus Afonso. Aspectos institucionais da unificação das polícias no Brasil. *Dados*, vol. 47, nº 2, 2004. p. 278). Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 60.

expressões vagas como *perturbação da ordem pública* conferem à polícia uma capacidade de autonomia decisória considerável: “Proibir uma manifestação ou, ao contrário, autorizá-la, modificar ou não seu itinerário, dispersar ou não uma reunião, usar diplomacia ou brutalidade: tantas decisões que dependem em primeiro lugar da maneira como a polícia define a situação, em função de seus interesses e de suas lógicas”.²⁷²

Em um modelo ideal, as classes economicamente dominantes controlam o poder político. Este controla os chefes de polícia, os quais, por sua vez, por estarem em uma posição hierárquica superior, controlam os policiais de rua. Se a cadeia funcionasse de forma automática, portanto, sem resistências, conflitos nem espaço para arbitrariedades e negociações, poderíamos deduzir que os policiais de rua são meros serviçais das classes economicamente dominantes e de seus interesses, mantendo o *status quo*.²⁷³ Essa visão instrumental da polícia foi durante muito tempo defendida por setores da esquerda política, que, portanto, tradicionalmente se colocaram como inimigos das forças policiais.²⁷⁴

Os maiores apoiadores da Polícia Militar em novembro de 2012²⁷⁵, quanto à renda, eram os paulistanos com renda familiar mensal acima de dez salários mínimos. Foram os que mais disseram proporcionalmente que a Polícia Militar era um pouco eficiente no combate ao crime; que era violenta na medida certa; que tinham mais medo dos bandidos

²⁷² MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 239-240. Uma vez que a polícia em todo o mundo tem o poder de regular o comportamento em locais públicos, em nome da segurança e ordem, os encontros políticos, passeatas e demonstrações ficam sob escrutínio policial. Normalmente é exigido que os organizadores notifiquem a polícia e obtenham sua aprovação. Todavia, a regulação policial nem sempre é restritiva. Na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos a polícia tem protegido grupos impopulares, tais como os partidos nazistas, garantindo seu direito de realizar reuniões públicas. Na Índia e demais países eles defendem o direito dos grevistas de fazerem piquetes, colocando-se firmemente contra os interesses de grupos poderosos (BAYLEY, David. *Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001. p. 205).

²⁷³ Toda polícia é instituída como força a serviço de uma ordem, de um poder e de sua lei. Nesse sentido, ela é instrumental por definição e não poderia haver teoria (sociológica ou outra) da polícia. Dessa polícia, sabemos o bastante quando sabemos a que poder ela está subordinada. Em uma democracia o povo se declara soberano e constituinte. A polícia se torna *força pública*, instituída para *garantia dos direitos e vantagem de todos* (MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da Força Pública*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2002. p. 293).

²⁷⁴ Na visão puramente instrumental que a esfera progressista tem da polícia, ela é o instrumento de dominação por excelência do poder, isto é, da classe dominante. Sendo assim, o movimento operário, minorias étnicas, moradores de rua ou grupos marginais são seus alvos preferenciais (ibid., p. 151). Historicamente considerou-se que a polícia serviu aos interesses do *status quo*. A polícia moderna teria sido criada para proteger os interesses do governo e das classes dominantes e poder controlar as *classes perigosas*, isto é, as massas que ameaçavam os centros de poder e os interesses classistas que os representavam (REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 200-201). Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e crise política: o caso das polícias militares*. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 63.

²⁷⁵ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

do que da polícia; que ficaram tranquilos quando foram revistados pela polícia; que havia muitos corruptos na polícia, mas não a maioria; que a política era mais corrupta do que a polícia; que as vítimas da polícia durante a onda de violência de novembro de 2012 eram na maioria culpadas; e que a cobertura da mídia tinha sido parcial contra a polícia.

Ainda que a polícia tenha sido diversas vezes usada pelas elites políticas e econômicas para defender a ordem burguesa, seria ingenuidade, todavia, acreditar que os policiais são meras ferramentas do Estado, executando devotadamente tarefas determinadas pelos estratos hierárquicos superiores. Seja isso visto como legítimo ou não, embora as bases do policiamento sejam a ordem legal e suas regras, os policiais, principalmente os de menor patente, têm imenso poder de arbítrio na aplicação da lei.

Esse poder discricionário é facilitado, acima de tudo, pela natureza básica do trabalho policial, que exige que cada caso concreto seja tratado em sua individualidade, segundo as lógicas de situação, *aqui e agora*. As decisões arbitrárias têm pouca visibilidade para o público, pois, quase sempre, só estão presentes os policiais e aqueles que foram acusados de violar as leis criminais, e para os supervisores e comandantes. Na prática, a determinação do trabalho policial é obtida por uma interação de pressões e processos variados, internamente e no ponto mais próximo da ação.²⁷⁶ Normas informais de resolução de conflitos muitas vezes prevalecem sobre as formais e também entram em conflito. Pressionados por diferentes públicos que exigem o cumprimento de diferentes normas formais, a decisão da polícia de como agir na situação concreta dependerá de múltiplos fatores, que incluem desde seus interesses corporativos até sua relação com o público policiado.

²⁷⁶ Regras legais, como as que protegem os direitos humanos e os regulamentos do departamento, são questões marginais e uma doutrina central da cultura altamente prática do policiamento é a de que “você não pode jogar pelas regras”. A maneira como as coisas são conduzidas no concreto da *esquina da rua* é indissociável da personalidade daquele que age, das motivações e dos valores que o animam. É muito difícil inculcar no jovem policial hábitos opostos aos que lhe recomendam seus colegas antigos quando ele chega a um serviço. Daí a importância de se estudar as regras informais que regem o comportamento policial, ou seja, a cultura policial. Cf. REINER, Robert, op. cit., p. 27, 132; REISS JUNIOR, Albert. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 89-90; ; BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome H, op. cit., p. 80; MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 130, 301. Não há lugar para a supervisão (nem interessa haver) de determinações políticas em um sistema que é permanentemente inundado com pequenas regulamentações militares e burocráticas, ou seja, em que rege a infrapenalidade (BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 160).

A visão de um agente passivo e dócil, instrumentalizado pelo poder ou pela sociedade, foi rompida pelas abordagens interacionistas.²⁷⁷ Becker sustenta, nos marcos teóricos do *labelling approach*, que o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação de regras e sanções a um *infrator*. Se um ato é ou não desviante, portanto, depende de como outras pessoas reagem a ele.²⁷⁸ Em geral, o impositor de regras, como o policial, tem grande poder de ponderação em muitas áreas, ainda que apenas porque seus recursos não são suficientes para fazer face ao volume de transgressões com que deveria lidar. Como não pode atacar tudo ao mesmo tempo e sabe disso, tem de agir com calma, de forma rotineira, profissionalmente, seletivamente, sem o fervor moral ingênuo que caracteriza o criador da regra, contemporizar com o mal, estabelecer prioridades, na suposição de que os problemas com que lida estarão presentes por muito tempo.²⁷⁹

Becker assinala que boa parte da atividade de imposição de regras é dedicada não à imposição efetiva de regras, mas à imposição de respeito às pessoas com quem o impositor lida. Isso significa que uma pessoa pode ser rotulada de desviante não porque realmente infringiu uma regra, mas porque mostrou desrespeito pelo impositor da regra.²⁸⁰ O traço

²⁷⁷ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 152.

²⁷⁸ BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 21 et seq.

²⁷⁹ Como não têm interesse no conteúdo de regras particulares propriamente ditas, os impositores de regras muitas vezes desenvolvem sua própria avaliação privada da importância dos vários tipos de regras e infrações. Esse conjunto de prioridades pode diferir consideravelmente das do público geral. Por exemplo, a polícia, com base em sua experiência, não considera o uso de maconha um problema tão importante ou uma prática tão perigosa quanto o uso de drogas opiáceas, cujo financiamento, acreditam, motiva a prática de outros crimes, como furto ou prostituição. Pesquisa realizada em 2009, por exemplo, apontou que, como fatores que compõem as dificuldades de trabalho da polícia, 65,5% dos praças e 55,0% dos oficiais das Polícias Militares entrevistados apontaram como muito importante a ênfase desproporcional das políticas de segurança na repressão ao tráfico de drogas (*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009). O impositor profissional é censurado pelo criador da regra por ver o mal de maneira leviana demais, por não cumprir seu dever, e responsabilizado pelo fracasso da cruzada moral empreendida (BECKER, Howard, op. cit., p. 164 et seq.; Cf. GOLDSTEIN, Herman, op. cit., p. 198). A polícia faz muitas vezes vista grossa àqueles que, devido à proteção da aglomeração humana nos shows de rock, transformavam esses locais em espaço para o livre consumo de drogas (CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC, 2001. p. 153-154).

²⁸⁰ Como a imposição de certas regras fornece uma justificativa para seu modo de vida, o impositor tem dois interesses que condicionam sua atividade de imposição: primeiro, ele deve justificar a existência de sua posição; segundo, deve ganhar o respeito daqueles com quem lida. Em suas entrevistas com policiais numa pequena cidade industrial, Westley perguntou: “Quando acha que um policial tem razão para bater num sujeito?” Constatou que “pelo menos 37% dos homens acreditavam que era legítimo usar violência para impor respeito” (apud BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 161-164). Desconfirmar a autoridade é muito mais perigoso do que negar a autoridade, porque no segundo caso o infrator da norma oculta o seu comportamento justamente por reconhecer a legitimidade do impositor da regra, enquanto no primeiro caso o sujeito infringe a norma abertamente, obrigando o impositor da norma a agir para a firmar a sua autoridade. Sobre a distinção entre confirmação, negação e

distintivo da polícia está no fato de ser a fonte de especialistas para a monopolização, pelo Estado, da força legitimada em seu território. O perigo, no entanto, é inerente à autoridade. Ao representar a autoridade, tendo por trás o uso potencial da força legitimada, o policial enfrenta o perigo proveniente daqueles que resistem ao exercício de tal autoridade. Sob pressão para serem *eficazes*, os policiais sentem-se impelidos a ampliar seus poderes e a violar os direitos dos suspeitos.²⁸¹ Para Wilson Morais, por exemplo, “é democracia também dar uma borrachada, quando um bandido não quiser obedecer uma ordem policial”.²⁸² A violência policial constitui frequentemente uma reação de desafio à autoridade do policial. A percepção da hostilidade do público e de uma redução de dita autoridade, por sua vez, pode acarretar uma maior solidariedade entre os policiais.²⁸³

Na realidade, a profissão policial é uma profissão vazia. Não há propriamente o domínio de um saber ou de uma técnica profissional. As experiências são muito diversas. Nem todos os policiais colocam-se como últimos baluartes da civilização contra a barbárie. Não há acordo sobre objeto, objetivos, meios a serem empregados e critérios de avaliação do trabalho. A única obrigação que goza de consenso unânime é auxiliar um colega quando em perigo. Entretanto, se não há propriamente uma profissão policial, há uma condição policial comum a todos que vestem o uniforme policial, o qual parece ser justamente o que lhes confere uma identidade.

A condição policial é um destino social imposto, que seu detentor não escolheu. O perigo que enfrenta é diferente do perigo enfrentado por quem trabalha, por exemplo, em uma mina, que pode até ser objetivamente maior, na medida em que o policial tem que enfrentar o risco de ser deliberadamente e subitamente agredido por qualquer pessoa em razão da função pública em que é investido, ou seja, em razão do uniforme que veste, razão pela qual o policial tem como interesse corporativo poderoso arvorar o uniforme o mínimo possível.²⁸⁴ De certa forma, apesar de motivo de orgulho, a farda também seria um fardo. Em maio de 1968, na França, por exemplo, houve agressões a policiais isolados nos

desconfirmação da norma, ver OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006. p. 100 et seq.

²⁸¹ REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2004. p. 26-27, 136.

²⁸² 15 de Maio de 2001, 31ª Sessão Extraordinária.

²⁸³ BUCKNER, Taylor; CHRISTIE, Nils; FATTH, Ezzat. *Polícia y cultura*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 169-170.

²⁸⁴ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 157, 168-169, 190 et seq., 199; REINER, Robert, op. cit., p. 136; BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 155-156; REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 171-172.

transportes coletivos em número suficiente para que os sindicatos policiais obtivessem a suspensão da obrigação de chegar ao serviço de uniforme. Qualquer tentativa de abolir essa *vantagem adquirida* suscitaria uma oposição muito vigorosa.²⁸⁵

Ubiratan Guimarães aponta a farda como algo que torna o policial alvo de criminosos, o que faz com que sua esposa não a estenda depois de lavar para que ele não seja identificado como policial na vizinhança (D1). Da mesma forma, Olímpio Gomes relata um caso em que um policial foi morto simplesmente porque foi identificado como policial militar, por meio da farda guardada no baú de sua motocicleta (D2). Conte Lopes reconhece o desejo de policiais militares esconderem a farda para se protegerem de “assassinatos de policiais no varejo” (D3). Porém, se opõe a que o policial militar ande à paisana dentro de ônibus, pois o “reflexo do policial fardado é reflexo de fardado”, ou seja, de “enfrentar a coisa de peito”. Colocar policiais militares à paisana nos ônibus representaria um perigo não só para o policial, mas para os passageiros, uma vez que o *bandido* saberia reconhecer um policial militar, fardado ou não, e vice versa. O bandido é comparado pelo deputado à “mulher que gosta de nós, e gostamos dela no olhar, bateu o olho e sabemos se foi receptivo ou não” (D4).

Entre os profissionais da segurança pública, os policiais militares foram os que mais declararam em pesquisas realizadas em 2009 e em 2014 terem sido vítimas de violência física, o que era esperado, tendo em vista a natureza ostensiva do policiamento que exercem.²⁸⁶ O interesse profissional de, em toda intervenção, começar por impor a autoridade é compreensível, pois, na falta dessa imposição, o policial corre o risco de dever

²⁸⁵ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 154, 156, 183.

²⁸⁶ Em pesquisa realizada em 2009, 44,7% dos praças e 41,2% dos oficiais das Polícias Militares declararam que foram ameaçados de morte ou de sofrer violência física por pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita (quarta e quinta maiores vitimizações entre profissionais de segurança pública, respectivamente); 22,1% dos praças e 21,3% dos oficiais declararam que foram vítimas de violência física em serviço por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita (maiores vitimizações); 9,6% dos praças e 10,3% dos oficiais declararam que foram vítimas de violência física durante período de folga por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita (maiores vitimizações); 3,2% dos praças e 4,6% dos oficiais declararam que foram baleados em serviço (maiores vitimizações) (*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009). Em pesquisa realizada em 2014, 58,7% dos policiais militares brasileiros declararam que foram ameaçados de morte ou de sofrer violência física por pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita (maior vitimização entre profissionais de segurança pública); 36,9% declararam que foram vítimas de violência física em serviço por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita (maior vitimização); 13,6% declararam que foram vítimas de violência física durante período de folga por parte de pessoa condenada ou suspeita de atividade ilícita (maior vitimização); 4,2% declararam que foram baleados em serviço (maior vitimização); 2,2% declararam que foram baleados durante período de folga (maior vitimização) (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. *Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública*).

recorrer à força e, desse modo, desviar para ele mesmo a violência que deveria fazer cessar.²⁸⁷ Esse interesse do policial em impor sua autoridade pode ajudar a explicar as dificuldades endêmicas entre a polícia e os grupos sociais que, por razões estruturais, menos facilmente que outros se dobram a esta imposição de autoridade, como os jovens e as minorias étnicas²⁸⁸, além da esquerda.

Em abril de 2013²⁸⁹, assim, dos grupos ideológicos, as pessoas que se declararam de esquerda foram as que proporcionalmente mais disseram em pesquisa Datafolha sentir muito medo da polícia (22%, ante 13% da média geral). Não houve diferenças quanto à preferência partidária.²⁹⁰ Não só por motivos ideológicos, portanto, mas também em virtude de seus interesses profissionais mais diretos, a polícia tende a se alinhar politicamente com quem não oferece tanta resistência à sua autoridade, não busca limitá-la por meio de regras de responsabilização e é partidário de políticas de Lei e Ordem, uma vez que a polícia sente-se fisicamente ameaçada por políticas criminais mais liberais. Conforme visto, a direita busca a mudança da sociedade, segundo Singer, sem prejuízo da ordem, por intermédio da autoridade do Estado, e por isso quer reforçá-la.²⁹¹ Isso faz da direita a aliada tradicional da polícia.²⁹²

No final dos anos 60 e começo dos anos 70, houve uma verdadeira revolução cultural, responsável pela ascensão do individualismo e da diversidade, pela contestação

²⁸⁷ Todo motorista sabe, por exemplo, que a sanção efetiva de uma infração de trânsito depende em grande medida de sua própria atitude em relação ao policial que o interpelou (MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 157-158, 194-195).

²⁸⁸ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 158.

²⁸⁹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Datafolha 30 anos – medo dos paulistanos*. 2013.

²⁹⁰ 13% dos entrevistados em geral declararam, em respostas estimuladas e únicas, sentir muito medo da polícia, 21% declararam sentir um pouco de medo e 65% declararam não sentir nenhum medo. Em todos os grupos ideológicos, a percentagem dos que responderam ter muito medo foi inferior à percentagem dos que responderam ter um pouco de medo e a percentagem dos que responderam ter um pouco de medo foi inferior à percentagem do que declararam ter medo algum, com exceção dos que declararam ser de esquerda (22% declararam ter muito medo e 20% declararam ter um pouco de medo). Declararam ter muito medo da polícia 12% dos que preferiam o PT; 10%, o PSDB; 11%, o PMDB; 16%, outro partido; 14%, nenhum partido; 22% dos que se declararam de esquerda; 9%, de centro-esquerda; 13%, de centro; 11%, de centro-direita e 11%, de direita.

²⁹¹ SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002. p. 146-150.

²⁹² Verifica-se um ciclo vicioso no qual a esquerda antipatiza com a polícia por ser historicamente por ela reprimida e a polícia não gosta da esquerda por ser por ela historicamente desafiada. Afinal, é próprio da esquerda questionar a ordem e da polícia, em princípio, defendê-la. Durante a República de Weimar, por exemplo, como a Frente Comunista repetidamente atacava a polícia, enquanto os nazistas não o faziam, os policiais começaram a ver os nazistas como seus amigos. Como resultado, durante o clímax dos eventos do começo da década de 30, eles deixaram que os nazistas acabassem com os comunistas, acreditando que uma vitória nazista seria benéfica à ordem (BAYLEY, David H., op. cit., p. 206).

geral dos valores aceitos, pela desordem, rebelião e ascensão da criminalidade.²⁹³ A nova cultura de altas expectativas, em termos de autorrealização, fez com que as pessoas estivessem muito menos propensas a aceitar imposições de autoridades, tradições ou comunidades.²⁹⁴ Ganham força, por outro lado, os projetos utópicos e protestos coletivos. Nos EUA e na Europa ocidental a polícia perdeu a confiança de parte importante de parte da classe média articulada, escolarizada, *formadora de opinião* e, portanto, influente politicamente. Muitos dos seus filhos envolveram-se diretamente em confrontos com a polícia, em protestos ambientais, anticolonialistas, contra a Guerra do Vietnã, contra o *apartheid*, em movimentos contraculturais de afirmação da liberdade sexual e em defesa de atividades marginais, como o uso de drogas.²⁹⁵

As sociedades nas quais não existe consenso acerca das normas fundamentais parecem apresentar um terreno particularmente fértil para o desenvolvimento de uma subcultura policial. Incapaz de resolver problemas insolúveis, inclusive de ordem moral, com os quais é chamada a lidar, a polícia adota como estratégia aliar-se às normas das pessoas ou grupos mais poderosos e proteger as forças de ordem.²⁹⁶ De acordo com Monet,

à reticência das autoridades políticas em admitir o fundamento do protesto coletivo responde a visão conservadora, dominante no seio da ideologia policial. Visão segundo a qual os procedimentos institucionais no local são sempre os melhores possíveis para satisfazer os interesses de todos os grupos sociais, portanto, para corresponder à definição do que constitui o “interesse geral” em nome do qual a polícia pretende sempre legitimar sua existência e intervenções. Por conseguinte, lógica política e lógica policial podem convergir, desembocar num interesse comum e no que os sociólogos da política chamam de “transações conclusivas”: a polícia defende os interesses do poder local que, em troca, defende sua polícia. Por suas intervenções contra a ação dos protestadores, os policiais legitimam *ipso facto* as autoridades do local; as quais legitimam de volta, por seus discursos, as intervenções da polícia e recompensam, por alocações materiais e simbólicas, a fidelidade desses “leais servidores do Estado”.²⁹⁷

²⁹³ YOUNG, Jock. *A sociedade excludente*: exclusão social, criminalidade e diferença da modernidade recente. p. 16.

²⁹⁴ Ibid., p. 29 et seq.

²⁹⁵ REINER, Robert, op. cit., p. 100, 124 et seq.

²⁹⁶ BUCKNER, Taylor; CHRISTIE, Nils; FATTH, Ezzat, op. cit., p. 183-185.

²⁹⁷ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 241. De acordo com Bayley, é menos provável que a polícia interferira na atividade política se ela se identifica com os adversários do regime. Interesses pessoais, orientações ideológicas e a simpatia dos policiais podem ser importantes durante a confrontação política, a menos que contrabalançados por treinamento e disciplina. Nos Estados Unidos da virada do século, por exemplo, os recrutas da polícia tendiam a ser contra sindicatos e radicais, mesmo tendo vindo da classe trabalhadora. Este não era o caso da Grã-Bretanha. Também é mais provável que a polícia interfira politicamente quando desenvolve instituições para expressar a solidariedade corporativa, quando a população expressa ativamente

Conte Lopes, por exemplo, para justificar o pedido de abono de fim de ano para os policiais militares e civis que trabalham na ALESP, lembrou os deputados de que esses policiais os protegeram em uma tentativa de invasão (D5). Os sindicatos de policiais raramente deixam escapar as oportunidades de fazer avançar suas reivindicações materiais em conjunturas nas quais é convocada pelo governo para reprimir distúrbios sociais.²⁹⁸ Assim, as manifestações de maio de 1968 na França foram sucedidas por aumentos gerais de salários. Já na Grã-Bretanha, as remunerações dos policiais serão quase triplicadas entre 1977 e 1982.²⁹⁹ Esses anos coincidem justamente com o período de implantação do neoliberalismo e de sua política de corte de gastos sociais. Segundo Wacquant, uma das marcas do Estado Penal neoliberal é que, na exata proporção em que os gastos vão sendo retirados da educação, saúde e assistência social, são aumentados no setor de segurança, policiamento e presídios.³⁰⁰

Se as três associações profissionais inglesas de policiais contribuíram, por seu posicionamento apolítico declarado, para criar a imagem de uma polícia apartidária, numerosas tomadas de posição puseram em evidência uma *afinidade* entre as demandas sindicais e as posições do Partido Conservador, principalmente em razão de sua campanha sobre o tema Lei e Ordem.³⁰¹ Quando os trabalhadores ainda possuíam poder de barganha,

sua hostilidade a ela, quando sua autoestima está baixa e quando seus próprios interesses estão ameaçados. A polícia americana, assim, se infiltrou secretamente em grupos organizados para investigar e expor os abusos de poder policial. Além disso, considerando-se que os demais fatores tenham o mesmo peso, a polícia será mais ativa na coleta secreta de inteligência política quando a oposição é violenta e expressa em termos ideológicos e em sociedades que possuem uma tradição de crenças de direita, ou seja, que exigem conformidade de pensamento (BAYLEY, David, op. cit., p. 221-224). Em 1996, em meio ao debate sobre a transferência de competência para a Justiça Comum julgar os crimes de militares praticados por civis, os ministros militares pressionaram o presidente Fernando Henrique Cardoso para que retirasse os militares federais do projeto mantendo apenas os militares estaduais. Alegavam que, se o Presidente sancionasse o projeto, inibiria a participação de tropas federais em operações de combate à violência como a Operação Rio (1994-1995) nos morros do Rio de Janeiro, a repressão de grevistas, como no caso da tomada das refinarias de petróleo em maio de 1995, ou possíveis ações contra os sem-terra. Os comandantes das Polícias Militares também alegaram que o julgamento de policiais militares por tribunais comuns inibiria a ação dos policiais militares no combate à violência (ZAREVUCHA, Jorge. A Justiça Militar no Estado de Pernambuco pós-regime militar: um legado autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 29, 2000. p. 325)

²⁹⁸ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 154, 156, 183.

²⁹⁹ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 241.

³⁰⁰ A opção política dos gastos orçamentários talvez seja o mais claro emblema da nova forma de se gerir a miséria na modernidade recente. Prender os pobres é eleitoralmente e simbolicamente lucrativo para um Estado desacreditado, devido à insegurança material que gerou. Além disso, os enormes custos do encarceramento são pouco conhecidos e nunca submetidos a debate público, quando não são apresentados como ganhos pelo fato de *reduzirem* o custo do crime (WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 82).

³⁰¹ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 149-150, 154-155; REINER, Robert, op. cit., p. 115 et seq.

a polícia foi utilizada para reprimir o movimento sindical.³⁰² Na greve dos mineiros de 1984-1985 a polícia foi insultada pela esquerda e idolatrada pela direita. Políticos trabalhistas fizeram campanha para limitar o poder e a autonomia da polícia, submetendo-a ao controle de um governo local democraticamente eleito.³⁰³ O apoio eleitoral dos policiais ao Partido Conservador só se alterou em 1997, quando os conservadores passaram a submeter os serviços públicos às exigências do mercado e flertar com um programa de privatização, enquanto os trabalhistas adotaram as políticas de *lei e ordem*.³⁰⁴

De acordo com Reiner, atualmente há na Inglaterra um novo consenso entre trabalhistas e conservadores quanto às políticas econômicas e sociais, que agravaram o desemprego e a exclusão, à adoção de políticas de *lei e ordem* e ao papel e significação política da polícia. Apesar de ser criticada e ter perdido legitimidade, a polícia continua essencial, pelo menos simbolicamente, para uma crucial preocupação política do público: o crime. A controvérsia surge principalmente no nível pragmático, quanto às estratégias específicas da polícia e qual partido pode proporcionar os melhores resultados em termos de eficiência no controle do crime. Em outras palavras, disputa-se para saber quem gerenciará o mesmo projeto.³⁰⁵

³⁰² REINER, Robert, op. cit., p. 109-110.

³⁰³ Ibid., p. 13-14, 33.

³⁰⁴ Uma dissertação de 1977 feita por um policial britânico que entrevistou uma amostra de policiais de uma cidade do norte mostrou que 80% deles se descreviam como Conservadores, 18% deles estando à direita do partido. No período de 1974 a 1977, 9% trocaram o partido Trabalhista ou Liberal pelo Conservador, não havendo um movimento na direção oposta. Apesar disso, 64% afirmaram que a polícia deveria permanecer politicamente neutra o tempo todo, 21% desejavam ter o direito de entrar para um partido político sem ter participação ativa, enquanto 12% desejavam ser capazes de ter uma participação ativa na política. Já na década de 90 do século passado Scripture realizou uma pesquisa envolvendo 286 policiais servindo na Polícia Metropolitana. Daqueles que haviam votado nas eleições gerais de 1979, 1983, 1987 e 1992, a esmagadora maioria tinha apoiado os Conservadores (respectivamente 79%, 86%, 74% e 74%). Entretanto, apenas 44% tinham intenção de votar nos Conservadores nas eleições de 1997, apesar de os policiais terem afinidades entre seu papel como mantenedores da ordem e a política e a moralidade conservadoras (ibid., p. 13-14, 33, 118, 147-148). O governo Tony Blair é adepto do que se convencionou chamar de neorrealismo de esquerda, que se contrapõe ao idealismo de correntes mais radicais da teoria crítica, como o abolicionismo, e, supostamente, ao realismo de direita. Os neorrealistas de esquerda defendem o regresso ao estudo da etiologia do delito com prioridade aos estudos vitimológicos, a redução do controle penal em certas esferas, sua extensão a outras e o policiamento comunitário. Criticam os demais pensadores críticos de haverem considerado a polícia como um instrumento de controle social da ordem capitalista em vez de um controle da comunidade (SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 335 et seq.). Para uma crítica do neorrealismo de esquerda do Novo Trabalhismo inglês, cf. WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 39.

³⁰⁵ REINER, Robert, op. cit., p. 15, 32. Apesar de estar permanentemente em crise e não conseguir cumprir as missões que lhe são atribuídas, não se questionam, contudo, a existência da polícia e sua legitimidade, assim como das prisões, talvez porque as funções declaradas da polícia não correspondam às funções que de fato desempenha na sociedade. Sendo assim, no Estado Penal, a polícia permanece como uma força política e cultura poderosa, mais do que qualquer outra instituição estatal em um mundo progressivamente neoliberal e privatizado, em que o Estado *esvaziou-se* (ibid., p. 81).

Zaffaroni aponta que a esquerda tem medo de afirmar um caminho próprio ao tratar da segurança pública e da imputação da direita de que ela é desordeira e caótica. Por essa razão, e para obter o voto da direita, o trabalhismo inglês fez leis mais repressivas do que os conservadores. No final, porém, a esquerda é usada, pois a reclamação por vingança não tem limites e a segurança pública não pode ser absoluta, sairá desprestigiada, pois a direita irá dizer que as leis repressivas não são dela. É o mesmo erro, no plano macro, da social-democracia alemã, que excluiu os candidatos judeus das chapas após a ascensão do nazismo.³⁰⁶

Ruthenbeck sustenta que o discurso punitivo é um campo seguro para políticos tanto republicanos quanto democratas, nos Estados Unidos. Além da Ordem dos Advogados e poucas outras associações de advogados, ninguém mais está interessado em enfocar o problema relacionado aos projetos de lei penais que tramitam no Congresso. Políticos usam projetos de lei contra o crime como material de propaganda eleitoral eficaz na televisão, independentemente da eficácia dos projetos em si, e não precisam se preocupar se estão contrariando interesses de grandes contribuintes de campanha ou de lobistas.³⁰⁷

Nos Estados Unidos há inúmeras evidências do apoio político da polícia à direita e à extrema direita. Em numerosas ocasiões, as associações policiais têm apoiado ativamente em campanhas eleitorais candidatos políticos reacionários e certas políticas de direita.³⁰⁸ No entanto, nesse país tantos candidatos recebem apoio de associações de polícia rivais que o eleitor preocupado em apoiar a lei e a ordem pode ficar confuso na hora de votar. A polícia americana não só detém poder político considerável na escolha de quem vai ser eleito, mas muitas vezes tem sido bem sucedida em exercer influência para destruir políticas liberais.³⁰⁹

Na França, alguns sindicatos policiais são mais de esquerda, outros de direita e dois se dizem de extrema direita, sendo que um deles é, explicitamente, o disfarce sindical da

³⁰⁶ LEMGRUBER, Julita. A esquerda tem medo, não tem política de segurança pública: Eugenio Raúl Zaffaroni, entrevistado por Julita Lemgruber. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007. p. 132.

³⁰⁷ RUTHENBECK, Arthur W. É preciso despolitizar as questões criminais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 19, 1997. p. 32-33. Os detentos são considerados a encarnação do mal absoluto, a antítese do “sonho americano”, e podem ser vilipendiados e humilhados impunemente com imensos lucros simbólicos (WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 91-92).

³⁰⁸ REINER, Robert, op. cit., p. 146-147.

³⁰⁹ Ibid., p. 117.

Frente Nacional. Um estudo realizado em 1991 sobre as relações entre policiais franceses e jovens imigrantes das periferias revelou que as teses extremistas tinham apenas uma fraca influência sobre os policiais. Estes, em compensação, se identificavam majoritariamente com a *direita popular*.³¹⁰

Na amostra de discursos dos deputados policiais militares, encontrou-se o apoio explícito a políticas repressoras.³¹¹ No Brasil, conforme visto no capítulo 1, policiais militares candidatam-se a uma vaga na ALESP por partidos de diferentes vertentes ideológicas, embora a maioria dos policiais eleitos pertença a partidos de direita como o PTB e o PP. Nos discursos da amostra foram encontradas apenas duas referências à filiação ideológica dos deputados policiais militares. Olímpio Gomes, que recorrentemente elogia deputados de esquerda do PT e do PSOL, associa Edson Ferrarini a posições ultradireitistas por criticar Leonel Brizola.³¹² Já Conte Lopes diz que não é nem de esquerda nem de direita (D6).

2. Subcultura policial e subcultura juvenil

De acordo com Reiner, as divisões sociais cruciais para polícia não são entre classes sociais, mas entre pessoas que respeitam e as que não respeitam a polícia, entre as pessoas difíceis e as respeitáveis, as que causam problemas e as que não causam, as que aceitam e as que desafiam os valores de decência da classe média, que muitos policiais respeitam.³¹³ O fator mais importante apontado por Reiner a facilitar a legitimação da

³¹⁰ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 150-151, 154-155, 305-306; MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 181-182.

³¹¹ A título de comparação, na pesquisa realizada por Sadek, delegados de polícia que se localizaram mais à direita foram os mais favoráveis a medidas como a redução da maioria penal e endurecimento da legislação penal os menos favoráveis à interferência do Ministério Público na atividade policial (SADEK, Maria Tereza (Org.). *Delegados de polícia*. São Paulo: Sumaré/Fundação Ford, 2003. p. 10, 30). 2,4% dos delegados brasileiros entrevistados declararam-se de esquerda; 23,5%, de centro-esquerda; 48,5% de centro; 19,9% de centro-direita; 2,9% de direita; e 2,8%, sem opinião (ibid., p. 122, 126, 131, 138). Governos de esquerda foram ainda criticados explicitamente por delegados do Rio Grande do Sul. Na época das entrevistas, o estado era governado pelo Partido dos Trabalhadores. Segue um dos depoimentos: “Como integrante da carreira, ando preocupado com o desprestígio imposto pelos governos de esquerda. [...] A Polícia Civil está sendo alvo de tentativas de desestruturação total. Essa prática é equivocada e trará à população transtornos irreversíveis aqui no Rio Grande do Sul”. Outro depoimento vai no mesmo sentido: “No estado do Rio Grande do Sul, estamos passando por um desmonte da Polícia Civil – política essa empregada por uma ideologia esquerdista exacerbada” (CAVALCANTI, Rosângela Batista. Problemas e desafios da Polícia Civil: as percepções dos delegados. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). *Delegados de polícia*. São Paulo: Sumaré/Fundação Ford, 2003. p. 145).

³¹² 02 de dezembro de 2010, 150ª Sessão Ordinária.

³¹³ REINER, Robert, op. cit., p. 142.

polícia inglesa não foi uma alteração na política da polícia, mas uma mudança mais ampla no contexto social: a incorporação da classe operária nas instituições políticas e econômicas da sociedade britânica, a ampla pacificação das relações sociais e a institucionalização do conflito de classes. Na sociedade da década de 50, rica, de bem-estar, aparentemente consensual, supunha-se que havia chegado a era do *fim da ideologia* e isso incluía a controvérsia sobre a polícia.³¹⁴

Após 1954, a cada ano, as taxas oficiais de criminalidade começaram a subir inexoravelmente na Inglaterra. Muitas ocorrências estavam ligadas à delinquência juvenil. Os estilos novos e extremamente bizarros da cultura juvenil ameaçavam a lei e a ordem e causavam um pânico moral perene. Na década de 50 já havia tumultos raciais e movimentos anticolonialistas, mas foi na década de 60 que os valores culturais e políticos da sociedade seriam mais radicalmente questionados. Os anos 60 politizaram a polícia, no sentido de que a problematizaram. A neutralidade política da polícia estava em uma encruzilhada.³¹⁵

A partir do final da década de 50, as fissuras sociais que estavam camufladas sob um aparente consenso na sociedade de bem-estar social europeia e nos EUA vêm à tona. A estrutura social impedia alguns jovens de estratos inferiores e minorias étnicas de concretizarem, pelo menos de forma lícita, as metas sociais impostas pela disseminada ética do sucesso, característica do *American Dream*. Formaram-se, assim, subculturas criminais como reação ao sentimento de frustração e humilhação. O grupo subcultural possui um padrão de valores próprio e aceita normalmente condutas como jogos de azar, algazarras nas ruas, obscenidades e vandalismo. Por outro lado, em grande parte a subcultura reproduz alguns valores contidos na sociedade tradicional, porém com um sinal invertido. Nisso difere da juventude contracultural, que faz uma “negação mais compreensiva e articulada da sociedade”.³¹⁶

É próprio da subcultura juvenil o gosto por desafiar as autoridades, seja a família, seja a Igreja, seja a polícia. Os grupos subculturais têm como referência os valores da sociedade mais ampla. Atacam justamente o que é valorizado pela sociedade, como a paz, o silêncio, a tranquilidade, a limpeza e a ordem. De acordo com Shecaira,

³¹⁴ REINER, Robert, op. cit., p. 31, 93 et seq.

³¹⁵ Ibid., p. 98-100.

³¹⁶ SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 245 et seq.

as condutas dos delinquentes são corretas, conforme os padrões da subcultura dominante, exatamente por serem contrárias às normas da cultura mais gerais [...] Algumas condutas que significariam degradação e desonra em um grupo convencional servem para engrandecer e elevar o prestígio pessoal e o *status* de um membro de um grupo delinquente. Este negativismo não tem um grande raio de alcance. É apenas um hedonismo com interesse de mostrar o rechaço deliberado dos valores correlativos da classe dominante. Muitos adolescentes transgridem as normas não para burlar a lei, não na esperança de escapar das conseqüências de seus atos, mas, ao contrário, para excitá-la, para que a repressão corra atrás deles e assim os reconheça como pares dos adultos.³¹⁷

Pesquisa Datafolha de novembro de 2012³¹⁸ demonstrou que o grupo com a imagem mais positiva da Polícia Militar e menos assediado por ela é o de pessoas de 60 anos de idade ou mais³¹⁹. As pessoas com as imagens mais negativas da Polícia Militar e mais assediadas por ela, por outro lado, foram as mais jovens.³²⁰ No Brasil, há um histórico

³¹⁷ SHECAIRA, Sérgio Salomão, op. cit., p. 253.

³¹⁸ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

³¹⁹ Em relação à faixa etária, Pesquisa Datafolha de 2012 demonstrou que o grupo com a imagem mais positiva da Polícia Militar e menos assediado por ela é o de pessoas de 60 anos de idade ou mais. Foram as que proporcionalmente menos relacionaram a onda de violência de novembro de 2012 a crimes ou à corrupção de policiais e as que mais a relacionaram à falta de uma legislação penal mais dura. Foram as que mais disseram que a polícia era muito eficiente na prevenção do crime, que a polícia era violenta na medida certa, que tinham mais confiança do que medo da polícia, que tinham mais medo dos bandidos do que da polícia, que menos foram revistados por policiais, que mais ficaram tranquilas quando revistadas, que mais ficariam tranquilas caso fossem revistadas, que menos foram ofendidas verbalmente por policiais, que menos foram agredidas fisicamente por policiais. Foram também as que mais disseram que a corrupção era rara entre a polícia, que a política era mais corrupta do que a polícia, que menos atribuíram responsabilidade e muita responsabilidade ao comando da Polícia Militar pela onda de violência de novembro de 2012, as que mais disseram que o policial não deveria sofrer nenhuma punição caso matasse um inocente (dentro da margem de erro) ou um bandido, as que menos disseram proporcionalmente que a cobertura da mídia da onda de violência de novembro de 2012 foi parcial a favor da polícia e que grupos de extermínio formados por policiais estavam envolvidos.

³²⁰ As pessoas com as imagens mais negativas da Polícia Militar e mais assediadas por ela, por sua vez, foram as mais jovens. As pessoas de 16 a 24 anos de idade foram as que mais disseram proporcionalmente que tinham mais medo do que confiança na polícia, que tinham mais medo da polícia do que dos bandidos, que a maioria da polícia era corrupta, que as vítimas da polícia eram na maioria inocentes, que a cobertura da mídia da onda de violência de 2012 foi parcial a favor da polícia e que grupos de extermínio formados por policiais estavam envolvidos. Por outro lado, foi o grupo que mais disse proporcionalmente que a Polícia Militar era um pouco eficiente na prevenção do crime e que a política era mais corrupta do que a polícia. Em seguida, os grupos etários mais críticos à Polícia Militar são justamente o segundo e terceiro grupos etários mais jovens: o de pessoas de 25 a 34 anos de idade e de 35 a 44 anos de idade. Foram os que proporcionalmente mais disseram que a polícia era mais violenta do que deveria, os que foram mais proporcionalmente revistados por policiais e os que mais disseram proporcionalmente que ficariam com medo caso fossem revistados por policiais. As pessoas de 25 a 34 anos de idade foram as que mais disseram que polícia e política eram corruptas na mesma proporção. Já as pessoas de 35 a 44 anos de idade foram proporcionalmente as mais ofendidas verbalmente por policiais. Em pesquisa CNI-IBOPE realizada em 2011, as pessoas de 16 a 24 anos foram as que menos concordaram totalmente que para reduzir o crime é preciso impor uma política de tolerância zero, em que todo tipo de infração ou ilegalidade sejam punidos (48%, ante 54% da média nacional) e que a certeza da impunidade é uma das principais razões para o aumento da criminalidade (57%, ante 66% da média nacional). Foram os que mais presenciaram nos doze meses que antecederam a pesquisa a

de atritos entre a polícia e a juventude que vem desde a ditadura civil-militar e se prolonga pela redemocratização. Ao desempenhar o papel de mantenedora da ordem pública, a polícia, julgando-se insultada, causava atritos em shows de rock e, após revistas truculentas, prendia jovens, principalmente os mais pobres, sob a acusação de consumo, porte ou incitação ao uso de drogas. Enquanto a população mais idosa e conservadora afirma que “tem polícia de menos”, muitos jovens sentem na pele que “tem polícia demais” e as bandas musicais a elegem como alvo de suas críticas.³²¹

Circular pela cidade, *ser móvel*, sair do próprio bairro em explorações coletivas, contrariando a política segregacionista da imobilidade, constitui uma grande transgressão por parte dos jovens pobres, negros e suburbanos, ao mesmo tempo em que é a concretização de um estado de liberdade. É verdade que constitui um grande risco, pois podem despertar suspeitas e gerar reações violentas por parte da polícia.³²² Todavia, o risco de andar pela cidade, de *dar um rolê*, a pé ou em transporte coletivo, sem destino certo, cantando e gritando, pode ser encarado como uma grande aventura prazerosa por membros de uma determinada subcultura.³²³

polícia prendendo alguém em sua cidade (58%, ante 51% da média nacional) e alguém usando drogas (72%, ante 67% da média nacional). Por outro lado, foram as que mais disseram que a principal ação para melhorar a atuação policial era aumentar o número de policiais (32%, ante 27% da média nacional) e os que menos disseram que era melhorar o salário (33%, ante 42% da média nacional). As pessoas de 25 a 29 anos foram as que mais avaliaram a eficiência da Polícia Militar como ruim (23%, ante 16% da média nacional) e as que menos avaliaram como boa (23%, ante 28% da média nacional). As pessoas de 50 anos ou mais foram as que mais avaliaram como boa (32%) e disseram que a principal ação para melhorar a atuação policial era melhorar o salário (50%) (Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011). O Brasil estava em primeiro lugar, em 1999, no ranking de mortes por homicídios de jovens entre 15 e 24 anos, com taxas de 86,7 e 6,5 por 100 mil habitantes, respectivamente para os sexos masculino e feminino (ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, n. 2, v. 15, 2003. p. 107).

³²¹ CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC, 2001. p. 153-154. A polícia sabe que existem diversas espécies de público. Velhos e jovens costumam fazer a eles demandas opostas (REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 187). Integrantes da banda de rock Titãs já foram presos por porte de drogas, o que, inclusive, motivou a composição de *Polícia* por Tony Bellotto, um ataque à polícia. Nos Estados Unidos, a música *Cop Killer* (matador de *tira*, em inglês), do rapper Ice-T, foi censurada e rendeu até investigação pelo FBI (Cf. MEDEIROS, Janaína. *Funk carioca: crime ou cultura?*: o som dá medo: e prazer. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006. p. 71-72). Alguns MCs parecem compor *proibições*, funks acusados de fazer apologia ao crime, simplesmente por exibicionismo, *criancice*, rebeldia, *farra*, culto à violência, pelo *gostinho do proibido* ou porque a associação com a marginalidade confere *status* dentro daquela subcultura juvenil (HERSCHMANN, Micael, op. cit., p. 169-170).

³²² CUNHA, Olívia M. G., op. cit., p. 107-108.

³²³ HERSCHMANN, Micael, op. cit., p. 227 et seq. Para muitos desses jovens, o envolvimento com grupos juvenis, que carregam a cultura e os valores próprios da idade, confere a possibilidade de uma libertação das pressões, exigências e tensões a que estão submetidos. A “subcultura da diversão” esbarra frequentemente em atos delinquentiais bastante sutis, mas muito barulhentos, que atribuem popularidade ao jovem dentro do grupo (SHECAIRA, Sérgio Salomão, op. cit., p. 257).

O que caracteriza a *zoação* é o fato de ser sempre uma atividade coletiva, na qual o estar junto é mais importante do que a atividade em si ou o local no qual ela é desempenhada³²⁴, o que é importante, tendo em vista que as opções de lazer dos jovens pobres são bastante limitadas em virtude de seu baixo poder aquisitivo. Só dispõem como espaço de lazer dos terrenos baldios, bailes funk, parques públicos, ruas, praças, estações de metrô e praias, onde se expõem e, simultaneamente, tornam-se poderosos e vulneráveis a confrontos com policiais.³²⁵ Ocorre que

a rua é sempre, para a polícia, uma aposta essencial. O espaço público forma o território próprio da polícia, o lugar onde ela pode exibir o máximo de poderes. Todo ajuntamento na rua é, portanto, para a polícia, mais que um distúrbio potencial: uma ameaça contra ela. E todo ajuntamento é um desafio, pois torna ilusória a autoridade de que é investido um agente isolado, sua capacidade de se impor, por injunções, sua própria concepção daquilo que é normal e do que não o é. Além do agente, é a instituição em seu conjunto que está em causa, pois a polícia só pode funcionar na medida em que a autoridade que encarna é reconhecida como tal, sem ter de utilizar a força. Mas, pela importância que atribui ao controle da rua, a polícia transforma num só golpe esse espaço em aposta. Ora, a lei, através das incriminações que contém, dá à polícia um recurso decisivo nesse controle da rua. No ato, a polícia é tentada a pôr em causa toda uma gama de comportamentos que tomam a rua como campo de manobra habitual: não somente os dos mendigos, dos vagabundos ou das prostitutas, mas também os dos operários que fazem manifestações, minorias políticas que desfilam, jovens dos subúrbios ou das *inner-cities* que a exiguidade dos apartamentos, o desconforto dos alojamentos ou o puro prazer de estar juntos e ao ar livre reúnem nas esquinas das ruas. E pelo fato de a rua ser uma aposta maior, todo o movimento de especialização e de profissionalização, que a polícia vive há um século, tende para um único objetivo: dar à polícia os meios de ganhar de seus “*challengers*” (desafiadores). Isso quer dizer que há, com frequência, pouco espaço à ideia de negociação nas representações policiais, em matéria de controle da rua – ainda que, na prática, sejamos forçados a um acordo.³²⁶

No início da década de 1990, as maiores preocupações com a ordem pública na Inglaterra não eram os conflitos industriais ou políticos. Um *pânico moral* desenvolveu-se em relação a desordens que ocorriam em uma variedade de contextos de lazer, como

³²⁴ ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; TRACY, Kátia Maria de Almeida. *Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. p. 125 et seq.

³²⁵ ARCE, José Manuel Valenzuela. *Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 100-101; CARMO, Paulo Sérgio do, op. cit., p. 218; MINAYO, Maria Cecília de Souza et al., op. cit., p. 51-52, 56, 62.

³²⁶ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 240.

estádios de futebol, festas *raves* regadas a drogas e bebida, rachas e outras desordens motorizadas.³²⁷ Assim como o primeiro projeto de lei apresentado por Conte Lopes na Câmara dos Vereadores, em conjunto com o também vereador Coronel Camilo, buscava proibir a realização de bailes funks nas vias públicas (Projeto de Lei nº 02/2003), Olímpio Gomes elogia em um de seus discursos, por “diminuir o ímpeto das drogas”, o projeto de lei elaborado por Fernando Capez, deputado oriundo do Ministério Público e conhecido por atuar contra as torcidas organizadas de futebol, que proíbe as *raves* em São Paulo, acusadas de “levar nossos filhos às tragédias” (D7).

De acordo com Monet, essas formas de violência coletiva ocorridas em contexto de lazer traduzem um *mal-estar* que não consegue encontrar outras formas de expressão social. Não apoiando nenhum programa reivindicativo explícito e negociável, elas não parecem suscetíveis de nenhum tratamento a não ser o policial.³²⁸ Isso não significa, contudo, que não sejam manifestações políticas. Nesse sentido, a atuação da polícia ao reprimir essas manifestações também é política:

quando os aldeões se mobilizam, derrubam árvores, tomam de assalto uma prefeitura, sua ação nada tem de irracional. Ela não utiliza qualquer meio, não visa alvo algum, mas a mensagem que ela transmite não deixa de ter significado: os aldeões assinam, assim, a seu modo, uma constatação do fracasso dos mecanismos institucionais, se levamos em conta suas demandas. O fato de que 72% dos *hooligans* pertencem ao mundo dos jovens pouco qualificados ou sem qualificação, e de que os “distúrbios” urbanos dos anos 80 acontecem em zonas ou bairros degradados, onde o desemprego é elevado e a integração sociocultural fraca, não deixa de ser significativo.³²⁹

As torcidas organizadas de futebol violentas surgiram no Brasil na década de 1970, auge da ditadura militar, seguindo as doutrinas e os padrões de organização do militarismo

³²⁷ REINER, Robert, op. cit., p. 112-113.

³²⁸ MONET, Jean-Claude, loc. cit.

³²⁹ Ibid., p. 214. Os distúrbios ocorridos nas *raves*, na Inglaterra, podem ser comparados às brigas e *arrastões* provocados por galeras, grupos de amigos de uma mesma comunidade, nas saídas de bailes funk no Rio de Janeiro e em São Paulo. Mais do que despolitizada, talvez a juventude dos anos 90 tenha simplesmente encontrado outra forma de fazer política, diferente da juventude dos anos 60, abdicando dos canais políticos tradicionais. A juventude dos anos 90 busca o lazer e a cultura em contraposição a um cotidiano medíocre e insatisfatório. Eles parecem assumir o fato de que não são capazes de produzir grandes projetos de transformação, e que sua ação genuína só pode ser a de se oferecer como espelhos de seu tempo, construindo *espetáculos* que chamem a atenção pública e denunciem a falência dos projetos existentes (HERSCHMANN, Micael, op. cit., p. 51 et seq., 240; NETO, Ana Maria Q. Fausto; QUIROGA, Consuelo. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; RONDELLI, Elizabeth; SCHOLLHAMMER, Karl Erik; HERSCHMANN, Micael. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 221-222; ARCE, José Manuel Valenzuela, op. cit., p. 73-75, 82 et seq.).

então vigente: visão de mundo intolerante, competitividade selvagem, antagonismo repressor, invasão territorial, eliminação das diferenças pelo uso da força. Os confrontos passaram a ser agudos, programados, generalizados e institucionalizados. Essas torcidas se estruturam em *pelotões*, *destacamentos*, *esquadrões*, *tropas-de-choque*, *comandos*, *exércitos*, *facções de gladiadores* e muitas são treinadas em artes marciais. Seus líderes são chamados de *capitães*, *tenentes*, *sargentos*. Seus cantos são cantos de guerra. Seus símbolos, comportamentos grupais e relações de poder hierárquicas são militares. Dividem as grandes cidades em territórios dominados, cujas fronteiras são demarcadas por grupos de ação e força.³³⁰

Contra a violência nos estádios, Conte Lopes propõe em um discurso colocar os envolvidos na cadeia e, apesar de defender a disciplina e a hierarquia em outros discursos, diz já ter até desobedecido a um Coronel do Exército para prender torcedores. Considera o desacato ao policial o crime mais grave e, criticando medidas típicas de um direito penal de emergência, simbólico, sustenta que não é preciso criar nenhuma lei federal para coibir a violência nos estádios, apenas aplicar as já existentes (D8).³³¹ Wilson Moraes, por sua vez, reclama que a imprensa só mostra imagens de policiais revidando os ataques que sofrem nos estádios e defende, ao contrário de Conte Lopes, que a Polícia Militar não aja dentro dos estádios, onde se arrisca a ser agredida (D9).

3. O *ethos* de virilidade

Ao contrário das galeras, grupos de jovens da mesma vizinhança que circulam pela cidade em busca de lazer, os policiais podem desfrutar sem inibições os momentos de adrenalina do confronto, porque a *repressão do mal* é vista como legítima. De acordo com Reiner, muitos policiais veem sua luta com os *vilões* como um jogo ritualístico, um desafio

³³⁰ MURAD, Maurício. Futebol e violência no Brasil. *Discursos Sediciosos*, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1996. p. 110 et seq. O comportamento das galeras, grupos de amigos que circulam juntos pela cidade em busca de lazer, apesar de ser secularizado, lembra de certa maneira a atuação das *sociedades de guerreiros*, para as quais coragem, honra, virilidade e vingança são valores importantes e nas quais a violência tem um alcance limitado (HERSCHMANN, Micael, op. cit., p. 174-175; CUNHA, Olívia M. G., op. cit., p. 137-138; CECCHETTO, Fátima. As galeras funk cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, Hermano (Org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. p. 98). Quando um parente ou amigo do “contexto” sofre uma “judiaria” no baile ou fora dele, aciona-se o circuito de reciprocidade negativa entre esses grupos para retribuir o dano e restituir a “honra”. E assim recomeça o ciclo das rivalidades sem fim (CECCHETTO, Fátima, op. cit., p. 109-111).

³³¹ Cf. Projeto de Lei nº 316/2008, de autoria de Conte Lopes: Dispõe sobre o cadastro de torcedores que participaram de brigas nos estádios de futebol e dá outras providências.

divertido, excitante, com aspectos hedonistas, sendo que *ganhar* é prender e dá mais satisfação pessoal do que qualquer sentido de serviço público. Uma característica central da cultura policial, pelo menos para uma das subculturas policiais, é o sentido de missão, o sentimento de que o policiamento não é apenas um trabalho, mas um meio de vida com um propósito útil: a preservação de um modo de vida válido e a proteção dos fracos contra os predadores. A polícia é viciada em adrenalina e nas emoções da caça, apesar de serem momentos especiais, raros de acontecer no trabalho.³³²

Ir atrás de ladrões com categoria, criminosos profissionais, é visto como importante, desafiador e gratificante, a razão de ser da polícia, ainda mais porque, via de regra, eles não desafiam a legitimidade básica da polícia.³³³ Há uma espécie de respeito mútuo, pois um bom ladrão dá fama a um bom policial e vice-versa. Nesse sentido, pode-se encarar tudo como uma grande brincadeira violenta de *polícia e bandido*. Conte Lopes afirma a superioridade da polícia paulista sobre a fluminense justamente pelo fato de a primeira não ter deixado *bandido criar nome* (D10), mas em seu livro *Matar ou Morrer* narra várias histórias em que enfrentou *bandidos* cuja perversidade é sempre acentuada.³³⁴

Bittner aponta como alguns policiais de rua veem o policiamento como um trabalho policial *real*, enquanto consideram que não deveriam ser obrigados a realizar um trabalho social para a manutenção da paz. Um dos motivos para essa avaliação é a preferência por se envolver, impetuosamente, em atividades que produzem mais excitação, em detrimento daquelas tediosas e corriqueiras.³³⁵ Há interesses profissionais, todavia, por trás da busca

³³² No entanto, essa visão cínica dos policiais pode funcionar como um escudo de autoproteção para reduzir a ansiedade que poderia surgir quando não conseguem pegar os assaltantes. Ela também serve para resolver o dilema de obter o bem por meios ruins. Eis o depoimento de um guarda: “todo trabalho policial é um jogo. Você pega gente que age errado, e as pessoas que tentam fazer errado, e prende. Algumas vezes quem age errado é pego, algumas vezes não. Se eles são pegos e roubaram, se roubaram e foram denunciados, muito bem. Se não, não dá para ficar emocionalmente envolvido”. A essência da visão da polícia é a mescla sutil e complexa dos temas de missão, amor hedonista por ação e cinismo pessimista. Cada um alimenta e reforça o outro. Ao contrário do que sustenta Skolnick, a pressão por *eficiência* não deriva principalmente de fatores externos, mas da própria cultura policial (REINER, Robert, op. cit., p. 136-139). O gosto pela excitação conflita com a avaliação que sustenta que os policiais são solidários para escapar do perigo inerente à sua profissão. O gosto pela excitação, portanto, pode ser característico de apenas algumas subculturas policiais e, ademais, não necessariamente implica o gosto pelo risco, tendo em vista que a polícia muitas vezes conta com uma superioridade bélica considerável em relação a seus adversários.

³³³ REINER, Robert, op. cit., p. 142.

³³⁴ CONTE LOPES, Roberval. *Matar ou morrer*. São Paulo. Reinarte: 1994.

³³⁵ BITTNER, Egon, op. cit., p. 352. Dessa forma, uma das razões para achar que policiais rurais, sempre menos ocupados que os urbanos, envolvem-se proporcionalmente mais com questões criminais, especialmente as de natureza muito menor, é que policiais em inatividade acabam caindo no tédio e frustração e podem querer buscar trabalhos mais desafiantes, tentando, por exemplo, descobrir com mais afinco violações, o que geralmente implica reprimir com mais severidade violações menores, tais como vagabundagem e perturbação da ordem (BAYLEY, David, op. cit., p. 155). Olímpio Gomes relata que em

de aventura. Para assegurar promoções, os policiais se sentem impelidos a se engajar em ações que deem oportunidades à exposição de visível agressividade. Os policiais não apenas cometem transgressões para fazer “boas capturas”, mas fazem “boas capturas” para encobrir suas transgressões.³³⁶

As relações entre policiais motorizados e o público são mais propensas a ficar restritas a situações de conflito do que as relações entre o público e policiais que patrulham a pé. Além de um passo em direção à especialização na função de patrulhamento, de certa forma a reorganização da Unidade de Ronda representou também, segundo Holdaway, “o desenvolvimento de uma perspectiva hedonista de ação e a glorificação das emoções da perseguição com automóveis, do combate e da captura”.³³⁷ Conte Lopes utiliza com frequência em seus discursos a expressão *caçar bandidos*, compara *caçar bandidos* com caçar pombos (D11), faz analogias entre atirar em um *bandido* e fazer um gol, revelando um certo aspecto lúdico do trabalho policial (D12) e diz que responder processo por baleiar *bandido* tira a *graça* de ser policial (D13).

De acordo com a tipologia de policiais proposta por Monjardet, o grupo IV, fechado e reticente à lei, acredita que a polícia deve primeiro “meter medo nos delinquentes”. São os mais numerosos a julgar que a contradição entre a eficácia e o respeito à regra é frequente. Valorizam mais a coragem, a eficácia e os nervos de aço do policial do que sua honestidade. São os mais desiludidos com a carreira, na qual muitos declaram ter ingressado *por acaso* e permanecer pela segurança do emprego. Costumam responsabilizar os imigrantes pela delinquência. Na medida em que tomam posição sobre os valores que a polícia deve ou deveria servir, sobre sua função social, expressam uma escolha de sociedade e carregam, no sentido próprio, uma ideologia policial.³³⁸

Assis, município do interior de São Paulo, os policiais estavam empenhados justamente em reprimir as violações menores (Cf. 16 de novembro de 2009, 162ª Sessão Ordinária).

³³⁶ BITTNER, Egon, op. cit., p. 150.

³³⁷ Apud REINER, Robert, op. cit., p. 121.

³³⁸ A tipologia de Monjardet é proposta com base na relação do policial com a lei e a relação com o outro. O tipo I é pouco legalista, mas *aberto* à comunidade. Apresenta uma vocação inicial fraca e um comportamento de retração: são os policiais que mais definem criticamente seu ofício como o de um *puro executante* desprovido de meios materiais. O uso de uniforme não lhes agrada muito, além da hierarquia pesada. Não são agressivos e são os mais numerosos a aprovar um comportamento discreto para *não ter problemas*. A entrada na polícia é motivada pelo salário e a estabilidade e não os mais numerosos a assumir um trabalho clandestino para aumentar sua renda. Os tipos II e V são intermediários e apresentam as mais altas pontuações de vocação policial. São legalistas, mas mais por razão do que por princípio. Valorizam a patrulha de rua e são os menos numerosos a julgar esse trabalho como o de *puro executante*. O tipo II é *aberto*. São os menos centrados na aplicação da lei como missão prioritária da polícia e os que julgam com menos frequência que a polícia carece de meios legais. Já os do tipo V são *fechados* e são os mais numerosos

O tipo IV da tipologia de Monjardet tem forte presença no imaginário social e corresponde ao tipo *sancionador* da tipologia de Meir. O *sancionador* tem uma visão intelectual *clínica*, que aposta na dicotomia entre *nós* e *eles*, em oposição à visão *trágica*, que enxerga a humanidade a partir de um significado e de um valor moral únicos. Quanto à compreensão moral, ela é *integrada*, ou seja, acomoda o exercício de coerção dentro de um código moral total, e não *conflitual*, que cria a culpa porque tal exercício não está relacionado a princípios morais básicos. Age no calor do conflito e sem compreender a necessidade de controle. Esse tipo de policial *durão* e *justiceiro* pode ser identificado com figuras da ficção como Dirty Harry.³³⁹

Shecaira aponta para os efeitos envolventes e persuasivos que a imprensa, o cinema, o rádio e a televisão têm sobre a delinquência juvenil. Os meios de comunicação não são apenas um espelho da realidade, mas intervêm na realidade, fazem parte do processo de socialização do indivíduo, formam os valores da sociedade, principalmente em um mundo em que a definição da realidade assume um papel maior que a própria realidade e em que ambas se interpenetram o tempo todo.³⁴⁰

Da mesma forma como galeras glamorizam e se inspiram em filmes norte-americanos que mostram brigas de gangues de rua³⁴¹, alguns policiais podem se espelhar

a subscrever a opinião de que o recurso à força *para se fazer respeitar* é legítimo. Os que pertencem ao tipo III encaram a lei como imperativa e são *abertos* à negociação e cooperação com outros setores da sociedade. Para eles, a missão da polícia é socorrer as pessoas em perigo. Sentem orgulho de vestir o uniforme e são os menos numerosos a julgar que haja contradição entre o respeito à lei por parte do policial e a eficácia do trabalho. São os mais numerosos a atribuir o crescimento da delinquência “à deterioração da situação econômica e social” e os menos numerosos a responsabilizar o “afluxo dos imigrados” ou a “tolerância da justiça”. Têm o perfil de polícia comunitária e observa-se neles o respeito escrupuloso ao direito e ao código profissional. Por fim, o tipo VI tem uma acepção imperativa da lei, mas desconfiança em relação ao *outro*, do qual mantém distância. Para esses policiais, a polícia primeiro deve fazer respeitar a lei. A delinquência é atribuída primeiramente à tolerância da justiça. Têm o perfil de uma polícia de ordem e conferem importância ao respeito à lei e às regras de comportamento dos policiais. Os tipos II e V, que representam 45% da população pesquisada por Monjardet, não propõem uma visão da polícia, não tomam partido sobre sua instrumentalidade. Estão mais interessados em valorizar a identidade profissional da polícia do que sua função social. Já as concepções dos tipos III, IV e VI são, no sentido próprio, ideologias policiais (MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 174 et seq.).

³³⁹ Corresponde ao *novo centurião* da tipologia de Wambaugh e Reiner, policial dedicado a uma cruzada contra o crime e a desordem, que considera o *tira* das ruas o repositário de toda a verdade, sabedoria e virtude. Apresentam as mesmas características os *policiais de verdade* da tipologia de Shearing, tiras obstinados, que veem a tarefa de controle da *ralé* como a mais importante e se tornaram os heróis da cultura policial; o policial *sancionador* da tipologia de Broderick; o *caçador de ação* da tipologia de Walsh e o *combatente do crime* da tipologia de Brown (REINER, Robert, op. cit., p. 154-155).

³⁴⁰ SHECAIRA, Sérgio Salomão, op. cit., p. 203 et seq.

³⁴¹ GUIMARÃES, Eloísa. *Escola, Galeras e Narcotráfico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003. p. 106. Robocop, Schwarzenegger, Van Damme, entre outros, são as referências no cultivo do corpo e dos movimentos dos membros das galeras (CUNHA, Olívia M. G. Bonde do mal. In: MAGGIE, Yvonne;

em personagens de filmes que espetacularizam, glamorizam ou até banalizam a violência, como o Rambo ou o Capitão Nascimento.³⁴² Na sociedade do espetáculo, ficção e realidade se confundem. Nas buscas policiais acompanhadas em tempo real pela imprensa, os policiais posam como agentes dos esquadrões da *Swat* e o espectador tem a impressão de que está diante de um cenário criminoso.³⁴³

Com base em relatos de policiais, Caco Barcellos afirma que o trabalho na ROTA, de longe o mais arriscado de toda a corporação, não significa nenhuma vantagem salarial, mas apenas a vantagem de sentir a honra de fazer parte de uma unidade de elite, a mais prestigiada da PM.³⁴⁴ Conte Lopes é descrito por Caco Barcellos como um policial que gostava de comandar operações espetaculares, cinematográficas, para se autopromover. Desde o início da carreira, tinha notória preferência por atuar em casos de assalto com refém, que costumavam causar comoção na cidade e garantir destaque na mídia, com a ajuda dos radialistas responsáveis pelos programas policiais de grande audiência, que sempre deram crédito às versões fantasiosas de supostos tiroteios em que se envolvia.

Sua tática mais comum sempre foi agir de surpresa contra os suspeitos, em geral sem lhes dar qualquer possibilidade de defesa. Como frequentemente escolhia os casos especiais para agir, era comum ter a seu lado policiais militares com um poderio de fogo muito superior ao da vítima, quase sempre acuada e em grande desvantagem. Mesmo quando não estava escalado oficialmente, envolvia-se nesses episódios e fazia de tudo para se tornar o protagonista de cenas cinematográficas.³⁴⁵ Conte Lopes demonstra em discursos

REZENDE, Cláudia B. (Org.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 133).

³⁴² Na análise de Paulo Menezes, o sucesso da personagem Capitão Nascimento é devido à sua ambiguidade. Longe de ser uma personagem estereotipada, como o Rambo, um herói poderoso cuja força é admirada pelo público comum, Nascimento é uma personagem ambígua, complexa, com dilemas morais e fragilidades emocionais, ou seja, uma personagem comum e profundamente humana e, portanto, com a qual o público se identifica e simpatiza (MENEZES, Paulo. *Tropa de elite: perigosas ambigüidades*. *RBCS*, vol. 28 n° 81 fevereiro/2013. p. 72). Nesse sentido, não poderia ser classificado como um policial sancionador, pois tem uma visão trágica e uma compreensão moral conflitual.

³⁴³ TORON, Alberto Zacharias. Notas sobre a mídia nos crimes de colarinho branco e o Judiciário: os novos padrões. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 9, n. 36, out./dez. 2001. p. 270. Um desses programas, que mostram a *realidade* da Polícia Militar em São Paulo é a série *Polícia 24 horas*, exibida pela Rede Bandeirantes. Pesquisa Datafolha realizada em outubro de 2007 na cidade de São Paulo, um dia antes da estréia oficial do filme *Tropa de Elite* nos cinemas, constatou que 19% já lhe tinham assistido. Entre os que tinham assistido, 80% o classificaram como ótimo ou bom, 13% como regular e 6% como ruim ou péssimo e 64% afirmaram que a imagem do BOPE no longa é mais positiva do que negativa (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Tropa de Elite*. 2007).

³⁴⁴ BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Globo, 1993. p. 200.

³⁴⁵ Numa ocasião foi punido com prisão de dois dias no quartel por ter convocado a imprensa para acompanhar uma grande ação policial, que envolvia catorze viaturas e setenta policiais militares. A operação tinha sido organizada por ele mesmo, sem o conhecimento do comando (*ibid.*, p. 215-216).

no plenário da ALESP o fascínio que tem em se imaginar personagem de um roteiro cinematográfico (D14), mas refuta a hipótese de que filmes violentos como *Tropa de Elite* influenciem o comportamento dos policiais (D15).

4. O moralismo policial

Pesquisa de Niederhoffer da década de 1960 descobriu que as duas categorias de pessoas que os policiais de Nova York menos gostavam, depois dos *antipolícia*, eram os homossexuais e os viciados em drogas. Em entrevistas com a polícia britânica, Reiner, por sua vez, também chegou à conclusão de que a polícia tende a manter pontos de vista conservadores sobre questões sociais e morais, inclusive o chefe de polícia, ainda que de forma menos gritante.³⁴⁶ Não que se ter em mente, todavia, os valores dos grupos sociais dos quais são recrutados os policiais. De acordo com Pierucci, o eleitorado janista e malufista das décadas de 80 e 90 do século passado sentia-se ameaçado pelos criminosos, pelas crianças abandonadas, pelos migrantes mais recentes, pelas mulheres mais liberadas, pelos homossexuais, pela droga, pela indústria da pornografia, pelos jovens etc. Sofria uma crise de identidade em um mundo em rápida transformação e voltava-se para a defesa dos valores *do passado, da família, do cidadão de bem*.³⁴⁷

Conte Lopes compara o homossexual ao viciado em drogas, se queixa da tolerância da sociedade e defende a expulsão de um investigador de polícia transexual dos quadros da polícia (D16 e D17).³⁴⁸ Olímpio Gomes, por outro lado, coloca-se contrário à

³⁴⁶ REINER, Robert, op. cit., p. 148. Pesquisa Datafolha de setembro de 2012 mostrou que para 23% dos paulistanos o homossexualismo devia ser desencorajado por toda a sociedade (45% entre os extremo conservadores) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012). Pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE em fevereiro de 2008, de abrangência nacional, revelou que 33% dos entrevistados responderam que, caso vissem um amigo/amiga beijando na boca uma pessoa do mesmo sexo e com isso percebessem que ele/ela era homossexual, ficariam meio constrangidos ou se distanciariam um pouco; 44% responderam que não tinham nenhum amigo homossexual; 10% declararam oposição total ao respeito e naturalidade em relação ao *homossexualismo* e 9% declararam que os brasileiros têm oposição total ao respeito e naturalidade em relação ao *homossexualismo* (IBOPE. *Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos/administrativos*. Fev. 2008).

³⁴⁷ PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, dezembro de 1987. p. 26; YOUNG, Jock, op. cit., p. 34, 46 et seq.

³⁴⁸ De acordo com a *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*, divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, nas ações de prevenção no âmbito da Polícia Militar de São Paulo não foi abordado em 2011 o enfrentamento à homofobia, tema abordado em apenas sete polícias estaduais (*Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013). Em pesquisa realizada em 2009, apenas 1,1% dos profissionais de segurança declararam que foram discriminados por conta de sua orientação sexual (por ser heterossexual ou homossexual ou bissexual). Segundo os relatores da pesquisa, o baixo número de

discriminação de policiais militares em razão de orientação sexual, defendendo que o companheiro homossexual seja considerado como dependente do servidor militar na constância da união homoafetiva (D18).

Segundo Reiner, na cultura policial, a *propriedade da polícia*, alvo constante de revistas policiais, é formada por grupos de baixo status, sem poder, vistos pela maioria dominante como problemáticos e desagradáveis, como gays, hippies, minorias étnicas e organizações políticas radicais. A maioria dominante deixa a polícia lidar com sua *propriedade* e faz vista grossa para a maneira como isso é feito. A preocupação não é tanto a de aplicar a lei, mas a de manter a ordem usando a lei como um dos recursos, entre outros. Um grande problema para a polícia, no entanto, é confundir um membro do grupo de status elevado como sendo *propriedade da polícia*. Os policiais estão atentos às distinções de status que existem.³⁴⁹

Muitos policiais são oriundos da classe média baixa pouco escolarizada. Mais do que esboçar um ideal igualitário, policiais brasileiros entrevistados por Minayo elaboram um discurso ressentido, no qual projetam a concepção de que a única forma de os jovens de classe média e alta aproveitarem os privilégios é a delinquência. A menção aos desmandos dos *filhinhos de papai* aparece fortemente associada às transgressões de comportamento como dirigir em alta velocidade, fumar maconha ou cheirar cocaína, causar brigas e tumultos nos bailes e discotecas. Como esses jovens pertencem a famílias de alto poder aquisitivo e gozam de *influência na sociedade*, ficam imunes ao exercício da lei. Nesse caso, mesmo cumprindo a lei, é o policial que acaba sendo punido.³⁵⁰

vitimização por homofobia pode ser explicado pela resistência dos policiais militares admitirem, ainda que anonimamente, a sua bi ou homossexualidade, tendo em vista o caráter fortemente homofóbico da instituição, ou pela subrepresentação de bi ou homossexuais na polícia militar. Vários estudos internacionais têm demonstrado, em diferentes países, que as instituições policiais frequentemente se recusam a contratar gays e lésbicas e que é comum que os homossexuais sejam vistos pelos policiais como um tipo de “gente desprezível” (*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. p. 60). Em pesquisa realizada em 2014, dos policiais militares brasileiros questionados, 1,5% declararam ter sido discriminados por conta de sua orientação sexual, a segunda maior vitimização entre os profissionais de segurança pública.

³⁴⁹ REINER, Robert, op. cit., p. 142-143.

³⁵⁰ MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. *Fala, galera: juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999. p. 173-174, 179). Esse ressentimento fica bastante evidente na visão que o policial Matias, da classe média baixa, tem de seus colegas universitários, no filme *Tropa de Elite*. Na passeata em memória de Roberta, chama-os de “bando de burguês safado”, como se todo estudante que tivesse preocupações sociais fosse diretamente um burguês maconheiro. Os estudantes do filme são estereotipados, como se todos os estudantes em um curso de Direito também tivessem uma visão negativa da polícia (MENEZES, Paulo, op. cit., p. 67-68, 71).

Monet assinala que, interrogados, os policiais explicam que o objetivo final da ação policial não é tanto realizar uma prestação de serviço em benefício de cidadãos individualizados, mas preservar, em benefício do conjunto da coletividade, a ordem social existente contra predadores que conduzem consigo a anarquia, separar a civilização da barbárie, reconduzir os pecadores transviados ao bom caminho, evitar que pessoas *honestas e respeitáveis* entrem no caminho fácil que conduz ao vício e à perdição. Trata-se de um trabalho sem limites assinaláveis, sem fim, eternamente recomeçado, que dá aos policiais uma visão sombria do mundo social e um discurso moralizador, de missionário, ou cinicamente descrente.³⁵¹

Os policiais, em virtude até de sua experiência cotidiana e de assumirem as expectativas despejadas sobre eles pela população e governantes de que cumpram tarefas impossíveis, mostram-se niilistas, cínicos, desiludidos, pessimistas quanto às evoluções do mundo e céticos sobre a capacidade das autoridades para definir valores que possam basear a ação dos policiais na legitimidade. Se no passado tinham a sensação de agir de acordo com os valores honrados de instituições sociais de controle social sadias, como a família e a Igreja, hoje têm a sensação de que essas instituições estão falidas, que ninguém mais respeita a autoridade e eles são uma minoria sitiada e exposta na linha de frente contra o crime, sofrendo a hostilidade do público.³⁵² Apesar de rechaçar o papel de educadores dos policiais, esse é o discurso de Conte Lopes, segundo o qual a polícia é o único órgão que “ainda tenta ajudar as crianças e os jovens para se livrarem das drogas”, enquanto os políticos tentam “liberar o uso da maconha” (D19).³⁵³

Embora os policiais sejam em sua maioria impositores de regras desapaixonados, alguns ambicionam ser também criadores de regras. O protótipo do criador de regras é o

³⁵¹ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 129.

³⁵² Ibid., p. 275-276; MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 158; REINER, Robert, op. cit., p. 138. De acordo com Becker, pode-se notar que encarregados e agências de imposição, como policiais, tendem a formar uma visão pessimista da natureza humana e gostam de enfatizar as dificuldades que têm para levar as pessoas a cumprir regras, em virtude da natureza humana, que leva as pessoas para o mal. São céticos em relação a tentativas de reformar os infratores. A visão cética e pessimista do impositor de regras é reforçada por sua experiência diária. Ele vê, à medida que realiza seu trabalho, a evidência de que o problema continua presente. Mas uma das razões subjacentes para o pessimismo do impositor é o fato de que, fosse a natureza humana perfeita, e pudessem as pessoas ser reformadas de modo permanente, seu trabalho deixaria de existir (BECKER, Howard, op. cit., p.162).

³⁵³ Cf. Projeto de Lei nº 1151/2009, de autoria de Conte Lopes: Dispõe sobre a criação do “PROERD PAULISTA” – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência “Fase Infância-Juvenil” no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências; e Projeto de Lei nº 242/2009, também de autoria de Conte Lopes: Institui pelos órgãos competentes, semana destinada a instrução e prevenção aos alunos do ensino fundamental e ensino médio, sobre os cuidados e precauções contra a pedofilia na internet e dá outras providências.

reformador cruzado. Ele está interessado no conteúdo das regras e julga que nada pode estar certo no mundo até que se façam regras para corrigi-lo, pois as existentes não o satisfazem. É maniqueísta, opera com uma ética absoluta e acredita que qualquer meio é válido para extirpar o mal. O cruzado não é apenas uma pessoa interessada em impor sua moral às outras. Muitos acreditam que, se fizerem o que é certo, será bom para eles.³⁵⁴

Na Inglaterra a polícia é originária, em sua maior parte, da respeitável classe operária, é receptiva a seus valores morais e despreza aqueles cujo estilo de vida se desvia desses valores ou os desafia.³⁵⁵ Conforme visto no capítulo anterior, a grande maioria da população brasileira é contra a legalização do uso de drogas. Em 2003, a grande maioria dos paulistanos concordava totalmente que as principais causas da violência eram fatores como o uso e a venda de drogas, a maldade das pessoas, provocações decorrentes da bebida e a falta de religião.³⁵⁶

Pesquisa Datafolha de abrangência nacional, realizada em dezembro de 2012³⁵⁷, constatou que 86% dos brasileiros concordavam que acreditar em Deus torna as pessoas melhores. A visão favorável à religiosidade parece tornar as pessoas mais moralistas, fazendo com que atribuam as causas da criminalidade mais à maldade das pessoas e que condenem mais a legalização do uso de drogas. Por outro lado, pessoas que valorizam mais a crença em Deus apresentaram uma visão mais favorável aos sindicatos e uma postura mais tolerante em relação a adolescentes que cometem crimes. Já o apoio à pena de morte e à proibição da posse de armas foi o mesmo, dentro da margem de erro, no grupo das pessoas que concordaram que acreditar em Deus torna as pessoas melhores e no grupo que declarou que acreditar em Deus não torna, necessariamente, as pessoas melhores.³⁵⁸

³⁵⁴ BECKER, Howard, op. cit., p. 153.

³⁵⁵ REINER, Robert, op. cit., p. 124-125.

³⁵⁶ Em 2003, entre as pessoas com exposição leve à violência na cidade de São Paulo, 67,90% concordaram totalmente que o uso de drogas era causa da violência (75,90% entre os do grupo com a exposição mais grave à violência); 66,00%, a venda de drogas (ante 78,30% no segundo grupo); 64,50%, a maldade das pessoas (ante 75,60% no segundo grupo); 59,80%, provocações decorrentes da bebida (68,70% no segundo grupo); 47,70%, a falta de religião (62,70% no segundo grupo). Todas as percentagens foram maiores entre as pessoas com a exposição mais grave à violência. O uso de drogas foi o fator com o qual mais gente concordou que fosse causa da violência nas escolas (71,60% na cidade de São Paulo, 79,00% entre pessoas com a exposição mais grave, 60,20% entre pessoas com exposição leve), seguido da existência de traficantes na porta da escola (70,80%, 73,50% entre os que tinham a exposição mais grave, 58,60% entre os que tinham exposição leve) (CARDIA, Nancy. *Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. Lusotopie 2003*, p. 317-320).

³⁵⁷ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012.

³⁵⁸ 85% dos que disseram que acreditar em Deus torna as pessoas melhores disseram que o uso de drogas devia ser proibido porque toda a sociedade sofre com as consequências, enquanto 74% dos que disseram que acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor tiveram essa opinião em relação às drogas;

Quanto mais conservadores e mais de direita, maior a proporção de entrevistados que concordaram que acreditar em Deus torna as pessoas melhores.³⁵⁹

Em diversos discursos da amostra os deputados policiais militares demonstram seu apreço pela religião. Otoniel Lima é o caso mais extremo, já que também é pastor evangélico e declara estar na ALESP por força dos membros da Igreja, “representando o Evangelho e levando a mensagem do Senhor Jesus a todos” (D20). Diante de uma profissão com tantos riscos, como a de policial militar, a proteção de Deus é invocada por Wilson Moraes (D21). Ubiratan Guimarães faz referências bíblicas para descrever a situação dos policiais militares (D22), assinala a importância das capelanias militares para dar conforto espiritual aos combatentes e se opõe à reversão de vagas da capelania para vagas de combatentes (D23). Olímpio Gomes, homenageando a Maçonaria, uma inimiga histórica do integralismo³⁶⁰, defende princípios iluministas (D24) e o Estado laico. Declara-se, porém, católico, presta homenagens à Igreja Católica e a igrejas evangélicas, destacando o papel da “referência da fé” e dos “valores da família” como agentes do controle social informal, inclusive ajudando, mais do que a pena do confinamento, na “recuperação” de presos. O papel da religião é contraposto à mídia, que “estimula o desapego à fé, a desagregação familiar, o desrespeito à formação e à própria lei” (D25 e D26).

Edson Ferrarini indica, em seus discursos, que é um entusiasta do ecumenismo, prestigiando inclusive religiões de matriz africana (D27), mas anuncia que Jesus “é o caminho, a verdade, a vida” (D28). Assim como Ubiratan Guimarães, também exalta as capelanias militares (D29). Atribui a si uma missão divina, a de ajudar Deus a melhorar o

61% dos que disseram que acreditar em Deus torna as pessoas melhores disseram que a maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas. A percentagem foi de 44% entre os que disseram que acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor. Entre as pessoas que concordaram que acreditar em Deus torna as pessoas melhores, 44% disseram que os sindicatos servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores, enquanto 63% dos que disseram que acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor concordaram com essa avaliação; 67% dos que concordaram que acreditar em Deus torna as pessoas melhores responderam que adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos, enquanto essa percentagem foi de 73% entre os que disseram que acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor.

³⁵⁹ Pesquisa Datafolha de setembro de 2012 mostrou que, para 79% dos entrevistados, acreditar em Deus tornava as pessoas melhores (Opinião de 90% dos extremo-conservadores, 84% dos conservadores, 86% dos medianos, 72% dos liberais e 31% dos extremo liberais) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012). Em outubro de 2013, 85% dos brasileiros entrevistados concordaram que acreditar em Deus tornava as pessoas melhores (92% entre os entrevistados de direita, 93% entre os de centro-direita, 86% entre os de centro, 77% entre os de centro-esquerda e 52% entre os de esquerda no segmento *comportamento*) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Comportamento político*. 2013).

³⁶⁰ CYTRYNOWICZ, Roney. Ao combate. *Revista de História*, 26 out. 2010.

mundo (D30). Na sua visão, como aliados de Deus, os policiais gozariam de sua proteção (D31) e os críticos da corporação estariam destinados ao inferno (D32). As homenagens que o deputado propõe indicam também possíveis alianças políticas, principalmente com a LBV, a qual formaria *soldadinhos de Deus*, uma metáfora emblemática para um militar e um slogan integralista (D33).³⁶¹ Em um dos discursos da amostra, Celso Tanauí também demonstrou ser um homem de fé (D34). Conte Lopes valoriza o cristianismo em um de seus discursos (D35), adotando o bordão “Quando uma autoridade está em dificuldade, pensa em Deus e chama a polícia. Acabou a dificuldade, esquece de Deus e xinga a polícia” (D36), e chega a se comparar a Jesus Cristo, pois tem inimigos e “até Cristo foi crucificado” (D37).

O fator religioso evidencia-se, ainda, no processo de consolidação de lideranças policiais. Um dos líderes da greve de praças de Minas Gerais, em 1997, o Cabo Júlio, por exemplo, era pastor evangélico. A referida greve teve a participação da União de Militares e Policiais Evangélicos de Minas Gerais – UMPEM.³⁶² No movimento reivindicatório de praças do Piauí, no mesmo ano, o presidente da Associação dos Cabos e Soldados, Cabo Santiago, pediu para os policiais virem à manifestação desarmados e sem capuz e não beberem. O Cabo Jarbas pedia para que rezassem o Pai-Nosso quando via que os policiais estavam se alterando. Segundo ele, com a ajuda da religião e do capelão, conseguiram controlar a tropa.³⁶³ Da mesma forma, Sargento Denis, líder do movimento reivindicatório dos praças da Paraíba de 1997, declarou que colocava os policiais para ajoelhar e rezar o Pai-Nosso quando estavam muito agitados. Não gostava de canções militares, de guerra e sangue, nem de palavrões para “esculhambar” o governador. Pregava “pacificação e vitória”. Teria dito ao presidente do tribunal de Justiça que não era “candidato a nada” e que Deus o havia colocado para enfrentar aquela missão.³⁶⁴

³⁶¹ “O integralista é o soldado de Deus e da Pátria, o homem-novo do Brasil que vai construir uma grande nação” (CYTRYNOWICZ, Roney, op. cit.).

³⁶² ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. p. 64-65.

³⁶³ Ibid., p. 143.

³⁶⁴ Ibid., p. 357.

5. A hipocrisia

Segundo Buckner, Christie e Fatth, por definição, pede-se ao policial que aplique leis representando a moral puritana. A reação típica dos cidadãos à imposição da lei consiste em rejeitar sua autoridade, aumentando a obrigação do policial de enfrentar o perigo. O tipo de homem que reage bem frente ao perigo, todavia, é o que não corresponde aos códigos da moral puritana. Dessa forma, o policial possivelmente será acusado de hipocrisia.³⁶⁵ Olímpio Gomes reconhece essa contradição, explicando que a profissão de policial “muitas vezes se apresenta de forma até rude à sociedade pelos momentos em que tem que representar o poder, a lei e a ordem, mas que não perde um segundo sequer em cada um dos seus milicianos a devoção a Deus, em saber que está focada em buscar o bem comum” (D38).

Conte Lopes, por outro lado, é muito enfático ao solucionar essa contradição. O combate terreno ao crime deve prevalecer sobre a religiosidade, até porque a violência exercida contra o criminoso demonizado é vista como um bem. O deputado tranquiliza os policiais religiosos que não matam *bandidos* com medo de irem para o inferno dizendo que quem vai para o inferno são os *bandidos* e os defensores de *bandidos* (D39 e D40). Conte Lopes sustenta que não está na ALESP para agradar a Deus (D41), que “polícia não é pra rezar” (D42), pois o que traz segurança é a arma, tanto que *bandidos* matam pessoas religiosas, incluindo padres (D43 e D44).

Nesse mesmo sentido, pesquisa Datafolha realizada em abril de 2005 na cidade de São Paulo³⁶⁶ revelou que apenas 14% dos paulistanos eram favoráveis a que civis pudessem comprar armas de fogo, mas essa percentagem chegava a 24% entre os que não tinham religião. Não se pode esquecer, ademais, que entre os defensores dos direitos humanos, na década de 80, criminalizados pela direita popular, estavam membros progressistas da Igreja católica, conforme será visto.

Todos os ingredientes de um deputado ideal para o eleitorado conservador parecem ter sido condensados no *jingle* de campanha utilizado por Afanásio Jazadji em 1994 e 1998, intitulado *Um bom deputado*: a nostalgia conservadora de um tempo em que “criança

³⁶⁵ BUCKNER, Taylor; CHRISTIE, Nils; FATTH, Ezzat, op. cit., p. 169. Da mesma forma, Becker sustenta que o cruzado moral é fervoroso e probo, mas muitas vezes hipócrita (BECKER, Howard, op. cit., p.153).

³⁶⁶ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Um em cada cinco paulistanos já pensou em comprar uma arma de fogo para se defender da violência*. 2005.

podia brincar na rua”, a defesa da família, da religião e do *cidadão de bem*, que está aprisionado em casa, quando o *bandido* é que deveria estar na cadeia.³⁶⁷ A contradição entre a religiosidade e a necessidade de ser duro contra o crime é sintetizada no verso “segurança também é amor”:

Um bom deputado

A segurança é nossa, a liberdade é sua
Bandido é na cadeia, gente boa é na rua
Quando é que vamos poder ver nossos filhos na calçada?
Brincadeiras de criança
Roda, dança, amarelinha, segurança
Quando é que vamos poder ver nosso filho indo pra escola?
No olhar uma esperança
A chave da segurança
Todo mundo já sabe
É Afanásio Jazadji
No olhar uma esperança
De um futuro sem temor
Pois segurança também é amor [...]
Quando é que vou poder usar o presente da namorada?
Aquele crucifixo com a imagem de Jesus Cristo pendurada
No meu peito eu levo a esperança de viver e mais nada [...]
Quando é que vamos perceber que estamos sendo aprisionados?
Em nossas casas sem saber o que fazer se a gente tenta
Abrir todas as janelas, portas, trincos, [...] cadeados
Dizer, encadear essa corrente agora eu vou
Pois segurança também é amor [...]³⁶⁸

O moralismo puritano dos policiais, no entanto, contrasta com o *ethos* de masculinidade que vigora no interior da corporação, principalmente nos momentos de descontração. Para descarregar as tensões do trabalho, muitos policiais prezam atividades heterossexuais ilícitas, geralmente machistas, brincadeiras licenciosas, o consumo (muitas vezes abusivo) de bebidas alcoólicas e o uso da força para regradar os conflitos.³⁶⁹ Em 2002,

³⁶⁷ Segundo Jock Young, a diversidade da modernidade recente evoca uma nostalgia do mundo inclusivo e seguro do passado; característico do período, o aumento da criminalidade e da desordem cria uma demanda de solução rápida, de uma panacéia para conjurar a volta das ruas e quintais seguros das memórias de infância (YOUNG, Jock, op. cit., p. 180).

³⁶⁸ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/caca-ao-voto/tag/afanasio-jazadji/>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

³⁶⁹ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 155; REINER, Robert, op. cit., p. 148-149. Os trotes violentos entre policiais e abusos com prisioneiros também podem ser encarados como *brincadeiras* sob a perspectiva da cultura policial, que está longe de ser de fato puritana. Cf. Projeto de Lei nº 21/2011, de autoria de Olímpio Gomes: Obriga as universidades públicas e privadas do Estado de São Paulo a difundirem em seus “campus” alerta sobre o trote.

a segunda maior doação de pessoa física para a campanha de Ubiratan Guimarães, no valor de R\$ 5.000,00, abaixo apenas do valor doado pelo próprio candidato, foi de Oscar Maroni Filho, dono do *Bahamas*, boate apontada como ponto de prostituição.³⁷⁰ Em 2006, novamente a segunda maior doação de pessoa física para sua campanha, abaixo apenas do valor doado pelo próprio deputado, foi de Oscar Maroni Filho, no valor de R\$ 6.000,00.

Conte Lopes, porém, coloca-se contra a regulamentação da prostituição, sob a alegação de que, “quando uma menina de dez, onze ou doze anos ouve na televisão que prostituir-se e vender drogas é profissão, está recebendo um mau exemplo” (D45). O deputado sustenta que as acusações de que policiais usam cocaína no quartel, antes de ir para as ruas, podem ser construídas para desmoralizar a polícia (D46). No entanto, adota uma lógica punitiva em relação ao policial usuário de drogas ilícitas, defendendo, em um projeto de lei vetado pelo governador, a obrigatoriedade da realização de um teste toxicológico para impedir que os usuários ingressem na polícia, uma vez que o policial viciado “vai servir ao traficante” e sua viatura “vai ser um ponto de tráfico de drogas” (D47).³⁷¹

Wilson Moraes, por outro lado, coloca-se frontalmente contra a expulsão de policiais usuários de drogas e a favor de que esses policiais, cada vez mais numerosos, sejam encaminhados a um hospital especializado para depois retornar às suas atividades, adotando um tom acolhedor e não criminalizante (D48). Celso Tanauí é autor do Projeto de Lei nº 344/2000, que dispõe sobre a criação de clínica de recuperação para usuários de drogas, no Hospital da Polícia Militar. Ubiratan Guimarães assinala, em homenagem à Associação dos Policiais Militares Evangélicos do Estado, ou *PMs de Cristo*, a importância da religião para recuperar policiais militares usuários de drogas (D49). Da mesma forma, Edson Ferrarini se opõe à expulsão de policiais militares alcoólatras. Defende uma lógica ressocializadora, uma postura de compreensão e crença na transformação do homem, em detrimento da lógica punitiva defendida por Conte Lopes. Segundo Ferrarini, foi justamente a experiência exitosa de recuperar um policial militar alcoólatra que o fez abrir seu Centro de Recuperação e começar a estudar o tema das drogas (D50).

Em pesquisa realizada em 2009, 31,7% dos policiais militares brasileiros questionados avaliaram que os problemas de saúde como alcoolismo e dependência de

³⁷⁰ PREFEITURA determina fechamento do clube Bahamas. *O Estado de S. Paulo*, 03 ago. 2007.

³⁷¹ Cf. Projeto de Lei nº 941/1999, de autoria de Conte Lopes: Torna obrigatória a realização de testes toxicológicos quando da admissão do Policial pelas Corporações da Polícia Militar e Polícia Civil.

drogas eram mais frequentes entre policiais e profissionais da segurança; 38,1%, que eram igualmente frequentes entre todas as profissões; 16,1%, que eram menos frequentes entre os policiais e profissionais de segurança e 14,1% não souberam avaliar. De acordo com os relatores da pesquisa, a natureza estressante do trabalho policial demanda uma atenção especial à saúde, incluindo a saúde mental, haja vista os elevados números de depressão, alcoolismo e drogadição entre policiais militares.³⁷² A alta taxa de suicídio entre policiais militares é mencionada por Wilson Moraes em dois discursos da amostra (D51 e D52) e por Celso Tanauí em um, em que a falta de recursos para complementar os salários e cumprir com as obrigações é apontado como motivo (D53).

6. O racismo e a xenofobia

Os *conflitos raciais* dos subúrbios europeus, combatidos pelas autoridades responsáveis pela ordem pública, são muitas vezes reações de populações imigradas que protestam contra as importunações que a polícia os faz sofrer cotidianamente. Quase todos os distúrbios acontecem após intervenções policiais, por vezes inábeis ou brutais, mas com frequência também pacíficas. Geralmente, por ocasião de um incidente qualquer, formam-se ajuntamentos em torno dos policiais. Propagam-se de boca em boca rumores que deturpam ou dramatizam a situação. Os policiais são injuriados e empurrados, pedem reforços e surge a violência. O caráter frequentemente menor dos incidentes que inflamam os ânimos e a facilidade com que os rumores são aceitos sem espírito crítico pela multidão atestam a existência de relações deterioradas entre os policiais e a população desses bairros, sobretudo os jovens e, mais particularmente, os jovens negros.³⁷³

³⁷² *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. p. 62. De acordo com a *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*, divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, nas ações de prevenção no âmbito da Polícia Militar de São Paulo foi abordada em 2011 a prevenção ao uso de substâncias psicoativas (*Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013). No filme *Tropa de Elite*, a personagem Capitão Nascimento apresenta sintomas de síndrome do pânico e consulta uma psiquiatra, demonstrando sua fragilidade (Cf. MENEZES, Paulo, op. cit., p. 71).

³⁷³ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 231-233. O grau de satisfação com a polícia varia conforme o grupo étnico. Minorias étnicas costumam não só ser mais perseguidas pela polícia, mas também contar menos com sua proteção, o que as torna vulneráveis a serem vítimas de crimes (ibid., p. 283-284). Um episódio que merece ser mencionado para exemplificar como é a repressão policial que pode gerar o tumulto, fazendo com que a profecia se autorrealize, é o suposto *arrastão* da praia de Carcavelos, em Cascais, Portugal. Em um feriado, verificou-se um aumento anormal do número de jovens negros na areia. Prevendo problemas, o dono de um bar chamou a polícia. O tumulto se instalou sem origem precisa e logo se generalizou, causando

Vários episódios construíram a imagem da polícia nos Estados Unidos como uma força racista ou xenófoba. D. Black, no entanto, demonstrou empiricamente que, nos Estados Unidos, na época de sua pesquisa, um índice de prisões de negros muito superior a de brancos pelos mesmos delitos não testemunhava necessariamente um racismo policial ativo, mas o emprego do interesse de impor autoridade da polícia nas intervenções em público, tanto que, quando os comportamentos dos interpelados (negros ou brancos) eram igualmente respeitosos ou igualmente vindicativos, as taxas de detenção eram idênticas.³⁷⁴

De fato, como a atividade policial é concentrada sobre os pobres e, como a maioria dos membros dos grupos minoritários vive na pobreza, o policiamento proporciona aos racistas oportunidades de expressar seu racismo com palavras e ações. Basta que existam alguns policiais racistas ou xenófobos para se explicar a tensão, o ódio e a desconfiança existentes entre a polícia e as comunidades minoritárias.³⁷⁵ A polícia justifica a sua onipresença nos bairros pobres alegando que é neles que se comete uma parte importante da pequena criminalidade urbana. No entanto, agindo dessa forma, ignora a criminalidade do colarinho branco e reproduz estereótipos do século XIX que vinculavam pobreza à degradação e criminalidade.³⁷⁶

A polícia norte-americana tem se destacado na oposição política ao movimento pelos direitos civis e, assim como a britânica, no apoio a organizações políticas de extrema direita com um caráter racista. Os primeiros documentos que atestam o preconceito racial da polícia são muito anteriores às alegações oficiais da polícia ou a dados estatísticos declarando haver um envolvimento excessivo de negros em crimes, mas há quem defenda que qualquer preconceito anterior que os policiais porventura tenham é encorajado pelo racismo da sociedade, que, de forma desproporcional, coloca as minorias étnicas em situações que as tornam tradicionalmente alvo do policiamento. Geralmente se argumenta

pânico e correria. As imagens a que se conferiu automático *status* de prova mostravam apenas jovens negros correndo. Isso por si só assusta e gera suspeitas de que se trata de ladrões fugindo. Ocorre que esses jovens sabem que, diante da aproximação da polícia, o mais prudente é correr (MORETZSOHN, Sylvia, *De Carcavelos ao Leblon: arrastões do preconceito. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, nº 15-16. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 2007. p. 359-362).

³⁷⁴ Apud MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 152-153. O policial desprovido de uma interpretação alternativa, e mais bem fundada, das dificuldades particulares que os jovens e os imigrados opõem ao emprego de seu interesse profissional se apropria do discurso racista. Um policial interrogado por Wieviorka declarou: “Quando entrei na polícia eu não era racista [...] eu fiquei” (apud ibid., p. 159). Cf. também MONKKONEN, Eric, op. cit., p. 598-599, 606-607.

³⁷⁵ BITTNER, Egon, op. cit., p. 268.

³⁷⁶ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 233-234. Nesse sentido, a cultura policial tanto reflete como perpetua as diferenças de poder dentro da estrutura social que ela policia (REINER, Robert, op. cit., p. 135).

que o preconceito racial da polícia é um reflexo da cultura racista americana geral e, especialmente, dos grupos sociais dos quais se origina a maioria dos policiais: classe média baixa ou classe operária, com grau de instrução limitado ao secundário.³⁷⁷

Segundo Christie, Buckner e Fatth, o conservadorismo político e moral faz parte da cultura policial. A desconfiança e o cinismo necessários para detectar o crime, transpostos ao plano político, fazem com que se considere a conspiração uma fonte do mal. As experiências profissionais dos policiais e as frustrações que resultam das limitações legais de suas atividades, por sua vez, costumam incliná-los a uma atitude autoritária.³⁷⁸ Todavia, para Buckner, Christie e Fatth, é pouco provável que o conservadorismo possa ser considerado uma característica geral da cultura policial. A polícia pode ser mais ou menos conservadora que o público em geral segundo a classe social em que se recrutam seus membros.³⁷⁹

Sob o risco de patologizar os policiais, admitindo que a “força policial atrai personalidades conservadoras e autoritárias”, deve-se ter em mente que os recrutas compartilham os valores dos grupos sociais dos quais se originam. Há evidências, contudo, de que tais atitudes autoritárias e preconceituosas, com efeitos particularmente graves, tratando-se de uma ocupação que exerce um poder considerável sobre minorias, se acentuam com a experiência no trabalho, após um efeito liberalizante temporário durante o treinamento.³⁸⁰ Pesquisas americanas sugerem que o preconceito da polícia não se expressa necessariamente por meio de ações discriminatórias. Ademais, a extensão com que o preconceito policial é expresso virulenta e abertamente tem diminuído. Os fatores que contribuem para isso são o recrutamento de membros de minorias étnicas pela polícia, um

³⁷⁷ REINER, Robert, op. cit., p. 150-153.

³⁷⁸ William H. Parker, antigo diretor de polícia de Los Angeles, afirmou que os agentes americanos são em sua maioria conservadores, ultraconservadores e de extrema direita. Já estudos citados por Lipset demonstram que os policiais outorgam em proporção bastante elevada seu apoio aos organismos americanos de direita (Apud BUCKNER, Taylor; CHRISTIE, Nils; FATTH, Ezzat, op. cit., p. 173).

³⁷⁹ BUCKNER, Taylor; CHRISTIE, Nils; FATTH, Ezzat, op. cit., p. 178-179.

³⁸⁰ REINER, Robert, op. cit., p. 151-152. Com efeito, a subcultura adere parcialmente aos valores da sociedade mais ampla (SHECAIRA, Sérgio Salomão, op. cit., p. 245). Por sua vez, de acordo com a teoria da associação diferencial, o criminoso aprende na cultura profissional não só as técnicas de cometimento do crime, mas também as de neutralização (ibid., p. 195). Uma das medidas de prevenção situacional da criminalidade reside justamente em neutralizar os mecanismos de desinibição, como a violência televisiva e o álcool, que outorgam ao indivíduo técnicas de justificação e alibis para comportamentos delitivos (GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei nº 9.099/95, lei dos Juizados Especiais Criminais*. 7 ed. São Paulo: RT, 2010. p. 356-357). No entanto, ao invés de incrementarem os sentimentos de culpabilidade e reforçarem positivamente o comportamento conforme as normas de conduta, algumas músicas cantadas nos treinamentos dos policiais reforçam o autoritarismo (EM TREINAMENTO, policiais do Bope fazem apologia à violência. *UOL Mais*, 31 mai. 2013).

maior número de policiais com educação superior e uma ênfase maior nos treinamentos, valorizando o multiculturalismo.³⁸¹

Na Europa, a insuficiência do número de policiais descendentes de imigrantes em países de forte imigração é cada vez mais criticada, causa de tensão e passa a impressão de uma polícia colonial, em certos bairros com forte concentração de imigrantes. Os responsáveis alemães justificam tal insuficiência pela dificuldade dos concursos de ingresso na carreira. Na Grã-Bretanha, invoca-se por vezes o fato de as famílias originárias da Índia ou do Paquistão não estimularem seus filhos a ingressarem na polícia, pois naqueles países não é uma carreira prestigiada culturalmente. Deve-se levar em conta ainda a falta de vontade de negros de trabalhar em uma instituição com discursos e práticas racistas.

Na Itália, grande parte dos policiais vem das zonas rurais e a frustração de não trabalhar em suas cidades de origem talvez explique as precárias relações que existem entre a polícia e o público nas grandes cidades. Há ainda uma alta taxa de recrutamento endógeno, ou seja, muitos policiais vêm da mesma família. Não são apenas pais, filhos, sobrinhos, tios e irmãos, mas também cunhados, genros e sogros. Tudo conspira, assim, para dar à Guarda Civil uma grande unidade na base de tradições familiares e, no limite, uma grande autonomia social.³⁸²

Em pesquisa realizada em 2009³⁸³, 64,4% dos praças e 68,7% dos oficiais das Polícias Militares declararam possuir parente policial ou no setor de segurança pública.³⁸⁴

³⁸¹ Entretanto, mais do que a seleção e treinamento dos policiais individualmente, é preciso alterar as pressões geradoras das atitudes culturais tradicionais, como resultado de mudanças mais profundas no contexto estrutural social do trabalho da polícia. O ponto de vista da polícia acerca de minorias étnicas e outros assuntos é melhor explicado pela própria função da polícia e pelas circunstâncias do trabalho policial, e não pelas peculiaridades de personalidades individuais (REINER, Robert, op. cit., p. 151-152).

³⁸² MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 138-140. Pesquisa de Celso Castro mostrou em 1993 que na década de 80 do século passado houve o aumento progressivo do número de filhos de militares entre os cadetes ingressantes na Academia Militar das Agulhas Negras, a ponto de o número de cadetes filhos de militares ter ultrapassado o de filhos de civis, o que caracterizava uma situação de fechamento e isolamento social da instituição inédito na história contemporânea do Brasil e, diante da concentração de muitas esferas da vida dos militares num mesmo círculo de relações sociais, o risco do desenvolvimento ou persistência, dentro do Exército, de valores diferentes daqueles desejados pela sociedade civil. Além disso, na medida em que predominavam os filhos de oficiais subalternos ou praças (cerca de 75%, pelo menos desde a década de 70), o ingresso na Academia representava uma forma de ascensão social dentro do próprio Exército. Ambos os fenômenos não se verificavam, porém, em igual medida, na Marinha e na Aeronáutica (CASTRO, Celso. A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 37, novembro 1993. p. 225 et seq.).

³⁸³ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

³⁸⁴ Questionados sobre que pessoas próximas são ou foram policiais ou outros agentes de segurança, 12,4% dos praças e 23,5% dos oficiais das Polícias Militares estaduais citaram o pai; 0,5% dos praças e 0,8% dos

A convivência desde muito cedo com policiais pode ter sido decisiva na formação dos deputados policiais militares. Ubiratan Guimarães é filho de um investigador de polícia.³⁸⁵ Wilson Moraes tinha um irmão e um primo policiais e “paixão pela farda”.³⁸⁶ O pai de Olímpio Gomes foi guarda de presídio, o sogro foi policial militar, assim como os pais de seus sogros.³⁸⁷ Uma das expressões mais recorrentes do deputado em seus discursos é, inclusive, *família policial*. Corporativismos à parte, essa expressão também faz sentido para ele em seu sentido literal, uma vez que tem “obrigações de berço” com a categoria (D54).

O preconceito contra nordestinos, encontrado na fala de eleitores janistas e malufistas por Pierucci³⁸⁸, não foi encontrado nos discursos dos policiais militares. A origem nordestina da família de Conte Lopes, inclusive, é mencionada em um deles.³⁸⁹ Os irmãos e sobrinhos de Conte Lopes também são policiais militares.³⁹⁰ Vindo de uma família de policiais militares, desde criança frequentava os quartéis e a Escola de Educação Física da Polícia Militar e foi muito incentivado a também seguir essa carreira.³⁹¹ Defender a Polícia Militar equivale a defender suas origens, não só profissionais como familiares (D55).

Edson Ferrarini, em diversos discursos, valoriza o fato de ser filho de um soldado da Força Pública, enterrado no Mausoléu de 1932, no Obelisco do Ibirapuera. Seu tio também era militar. Defender a Polícia Militar é um compromisso que o deputado assumiu

oficiais, a mãe; 4,7% dos praças e 7,7% dos oficiais, o avô ou avó; 20,0% dos praças e 23,6% dos oficiais, irmãos ou irmãs; 5,6% dos praças e 10,0% dos oficiais, o/a cônjuge; 0,6% dos praças e 0,8% dos oficiais, filhos/as; 39,3% dos praças e 40,9% dos oficiais, tios/as ou primos/as; 24,8% dos praças e 24,1% dos oficiais citaram outros. Entre todos os profissionais de segurança pública, as maiores percentagens foram encontradas entre os oficiais da Polícia Militar, com exceção dos que citaram a mãe, o/a cônjuge e outros, provavelmente por causa do baixo número de mulheres entre os oficiais da Polícia Militar. Os policiais militares, depois dos bombeiros, foram os que mais gostariam que um filho ou uma filha entrasse na corporação, mas a maioria não gostaria: 32,2% dos praças e 32,6% dos oficiais gostariam que um filho entrasse na corporação; 53,1% dos praças e 52,1% dos oficiais não gostariam; 14,7% dos praças e 15,3% dos oficiais não souberam responder; 22,2% dos praças e 22,7% dos oficiais gostariam que uma filha entrasse na corporação; 65,4% dos praças e 64,6% dos oficiais não gostariam; 12,4% dos praças e 12,7% dos oficiais não souberam responder.

³⁸⁵ Cf. 12ª Sessão Solene Homenagem ao “Dia da Polícia Civil” (19/04/2004).

³⁸⁶ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 453.

³⁸⁷ Cf. 35ª Sessão Solene Comemoração dos “83 Anos da Fundação Cruz Azul” (08/08/2008).

³⁸⁸ PIERUCCI, Antônio Flávio. Linguagens autoritárias, voto popular. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 137.

³⁸⁹ Cf. 4ª Sessão Solene Comemoração do “Centenário da Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo” (05/03/2010)

³⁹⁰ Cf. 4ª Sessão Solene Comemoração do “Centenário da Escola de Educação Física da Polícia Militar do Estado de São Paulo” (05/03/2010); 49ª Sessão Solene Comemoração do 170º Aniversário da Polícia Militar do Estado (14/12/2001); 41ª Sessão Solene Homenagem ao “74º Aniversário da Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo” (12/11/2007).

³⁹¹ LOPES, Conte, op. cit., p. 29.

com seu pai (D56) e falar mal da polícia equivale a falar mal da sua família (D57). Outros casos de recrutamentos endógenos de oficiais são mencionados por Conte Lopes³⁹² e Edson Ferrarini, inclusive o do então comandante Coronel Camilo, eleito vereador em 2012 e deputado estadual em 2014, cujo pai e avô foram da Polícia Militar (D58).³⁹³

Quanto ao recrutamento de pretos e pardos pela Polícia Militar, de acordo com a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, a maior percentagem de pretos e pardos foi encontrada entre soldados, cabos e aspirantes a oficial. Nas ações de prevenção no âmbito da Polícia Militar de São Paulo foi abordado em 2011 o enfrentamento ao preconceito e à violência racial.³⁹⁴ Os policiais militares também são vítimas de racismo. Em pesquisa realizada em 2009, 5,7% dos praças e 4,7% dos oficiais das Polícias Militares questionados declararam que já foram vítimas de racismo (segunda e quarta maiores vitimizações entre profissionais de segurança pública, respectivamente).³⁹⁵

Alguns deputados policiais militares demonstraram valorizar a cultura negra. Wilson Moraes solicitou a realização de uma sessão solene para comemorar a Abolição da Escravatura (D59), apesar de parte do movimento negro reconhecer no dia 20 de novembro a verdadeira data de comemoração, celebrando a resistência à escravidão por meio da figura de Zumbi. Conforme visto anteriormente, Edson Ferrarini, defensor do ecumenismo,

³⁹² Cf. 44ª Sessão Solene “Homenagem ao Corpo Musical da Polícia Militar do Estado de São Paulo” (24/09/2010).

³⁹³ Apesar de a Polícia Militar ter sido criada apenas em 1970, os deputados policiais militares enxergam uma continuidade de identidade entre essa corporação e corporações que a antecederam, como a Força Pública.

³⁹⁴ De acordo com a *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*, divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, tendo como fonte dos dados as próprias instituições estaduais de segurança pública e que trouxe dados relativos ao ano de 2011, de 42% do efetivo de policiais militares brasileiros que foi informado, havia 199 coronéis brancos, 16 pretos, 120 pardos, 0 amarelos e indígenas; 635 tenentes coronéis brancos, 50 pretos, 257 pardos, 12 amarelos e indígenas; 1.162 maiores brancos, 88 pretos, 495 pardos, 22 amarelos e indígenas; 2.330 capitães brancos, 119 pretos, 1.052 pardos, 49 amarelos e indígenas; 3.685 tenentes brancos, 157 pretos, 1.441 pardos, 69 amarelos e indígenas; 314 aspirantes a oficial brancos, 50 pretos, 226 pardos, 10 amarelos e indígenas; 502 cadetes e alunos-oficiais, 31 pretos, 282 pardos, 21 amarelos e indígenas; 1.787 subtenentes brancos, 158 pretos, 954 pardos, 33 amarelos e indígenas; 17.708 sargentos brancos, 1.600 pretos, 9.481 pardos, 80 amarelos e indígenas; 18.661 cabos brancos, 2.705 pretos, 14.665 pardos, 174 amarelos e indígenas; 49.514 soldados brancos, 6.220 pretos, 37.847 pardos, 733 amarelos e indígenas; 2.979 alunos soldados brancos, 219 pretos, 1.249 pardos, 58 amarelos e indígenas (*Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013).

³⁹⁵ 39,6% dos praças e 51,0% dos oficiais declararam-se brancos; 9,0% dos praças e 7,3% dos oficiais declararam-se pretos; 49,1% dos praças e 39,7% dos oficiais declararam-se pardos; 1,3% dos praças e 1,4% dos oficiais declararam-se amarelos; 0,4% dos praças e 0,3% dos oficiais declararam-se indígenas; 0,6% dos praças e 0,4% dos oficiais não souberam ou não responderam (*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. p. 75-76).

confere espaço na ALESP às religiões de matriz africana, inclusive ao Nafro PM (Núcleo de Religiões de Matriz Africana) (D60)

No Brasil, Códigos de Posturas municipais do século XIX proibiam a aglomeração de negros em determinados espaços da cidade, temida como desencadeadora potencial de revoltas. O Código Penal de 1890, promulgado apenas dois anos após a abolição da escravidão, criminalizou a capoeira e religiões de matriz africana. Apesar das mudanças legislativas, as práticas dos órgãos de segurança pública permanecem discriminatórias. Um grupo de negros, principalmente homens e jovens, é visto como perigoso e suspeito pela polícia, sendo forte candidato a revistas e *blitzes*.³⁹⁶

Pesquisa Datafolha, realizada na capital paulista, em dezembro de 2003³⁹⁷, revelou que homem negro, com idade entre 16 e 25 anos, era o segmento da população de São Paulo que mais foi abordado pela polícia nas ruas da cidade para ser revistado. Nesse estrato, a frequência média das abordagens era quase o dobro da observada em relação ao segmento dos jovens brancos (10,6 contra 7,4). O estudo revelou que 46% da população de São Paulo já foi abordada por um policial para ser revistada. Entre os homens, essa taxa era de 77% e entre as mulheres caía para 17%. Entre os homens que se diziam negros, o índice alcançava 86%, contra 82% entre os que se classificavam como pardos e 71% entre os que afirmavam ser brancos. Entre os jovens negros, a taxa alcançava 91% e entre os jovens brancos, caía para 80%. Para os jovens negros, a experiência se repetia com muito mais frequência: cerca de onze vezes contra sete entre os brancos.³⁹⁸

Pesquisa Datafolha realizada em 16 de maio de 2006³⁹⁹, em meio a ataques do PCC na cidade de São Paulo, revelou que os paulistanos de cor preta tinham a imagem mais

³⁹⁶ Cf. CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 172 et seq.; ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O olhar da elite sobre a multidão nas reformas urbanas da Primeira República. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, v. 9/10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000; ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal brasileiro: primeiro volume-Teoria Geral do Direito Penal*. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 425-426, 442, 458.

³⁹⁷ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *86% dos homens negros de São Paulo já foram parados pela polícia*. 2004.

³⁹⁸ No total da população, 20% diziam que já foram ofendidos verbalmente por um policial e 8%, agredidos fisicamente. Entre os homens, essas taxas correspondiam a 32% e 16%, e entre os homens negros alcançavam 38% e 20%, respectivamente. Entre os jovens negros, a frequência de agressões físicas era o dobro da que se observava entre os jovens brancos (4,4 contra 2,2). Enquanto no total 20% afirmavam temer mais a polícia do que os bandidos e 54% diziam ter mais medo do que confiança na polícia, entre os jovens negros essas taxas chegavam a 45% e 73%, respectivamente.

³⁹⁹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Opinião dos brasileiros sobre o comércio de armas de fogo*. 2006.

negativa da Polícia Militar, comparados com os de cor parda e branca.⁴⁰⁰ Em novembro de 2012⁴⁰¹, em meio a outra onda de violência em São Paulo, paulistanos de cor preta declararam mais do que os de cores branca e parda que foram parados, abordados e agredidos verbalmente por policiais, o que provavelmente explica a imagem mais negativa que têm da Polícia Militar, em comparação à imagem que os brancos e pardos têm.⁴⁰²

A pesquisa de Nancy Cardia constatou que as práticas violentas e arbitrárias de policiais encontravam maior tolerância entre os paulistanos que tinham a exposição mais grave à violência do que entre os que tinham exposição leve, com exceção justamente dos que discordavam de que a polícia tem direito de revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência.⁴⁰³ Conte Lopes, todavia, defende a Polícia Militar da acusação de que é racista, sustentando a noção de “pessoa suspeita”, que apenas o policial sabe identificar (D61)⁴⁰⁴, e fazendo referência a um episódio no qual policiais militares mataram um dentista negro e posteriormente tentaram forjar uma troca de tiros. Para o deputado,

⁴⁰⁰ 14% dos paulistanos afirmaram que a Polícia Militar era muito eficiente na prevenção de crimes, 58% um pouco eficientes (49% entre pretos), 25% nada eficientes (34% entre pretos) e 3% não souberam responder. Dos entrevistados em geral, 39% responderam que tinham mais confiança do que medo na Polícia Militar (43% entre brancos); 56% responderam que tinham mais medo do que confiança na Polícia Militar (69% entre as pessoas com a cor de pele preta); 18% responderam que durante a crise da segurança pública, nos quatro dias anteriores à pesquisa, tiveram mais medo da polícia do que dos bandidos (13% entre os brancos e 25% entre os pretos); 57% responderam que tiveram mais medo dos bandidos do que da polícia (62% entre os brancos e 44% entre os pretos).

⁴⁰¹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

⁴⁰² 41% dos paulistanos acreditavam que Polícia Militar era mais violenta do que deveria em seu trabalho (52% entre as pessoas de cor preta). Dos moradores de São Paulo, 53% tinham mais medo do que confiança na Polícia Militar (60% entre as pessoas de cor preta), 18% disseram ter mais medo da polícia do que dos bandidos (27% entre as pessoas de cor preta), 29% declararam ter medo da polícia e dos bandidos na mesma proporção (35% entre as pessoas de cor preta), 49% temiam mais os bandidos do que a polícia (58% entre as pessoas de cor branca) e 2% não tinham medo de nenhum dos dois. Declararam já ter sido parados ou revistados pela polícia 42% dos moradores adultos de São Paulo (53% entre as pessoas de cor preta). Entre os 42% que foram abordados por policiais, 22% foram três vezes ou mais (33% entre as pessoas de cor preta). Dos entrevistados em geral, 58% não foram parados na rua para serem revistados por algum policial (64% entre pessoas de cor branca). Das pessoas que já foram revistadas na rua por policiais, 62% disseram ter ficado tranquilas durante essa abordagem (68% entre as pessoas de cor branca), enquanto 31% afirmaram ter ficado com medo (37% entre as pessoas de cor preta) e 5%, nem com medo nem com tranquilidade. Os paulistanos que nunca foram parados ou revistados por polícias também foram consultados sobre o assunto e 54% disseram que ficariam tranquilos caso isso acontecesse. Uma fatia de 41%, no entanto, apontou que sentiria medo (52% entre as pessoas de cor preta); 4% responderam que não sentiriam medo nem ficariam tranquilos. Questionados se já foram ofendidos verbalmente por um policial, 15% dos paulistanos responderam positivamente (23% entre as pessoas de cor preta). Aumenta a percentagem dos que foram agredidos verbalmente conforme escurece a pele do entrevistado (11% entre brancos, 19% entre pardos, 23% entre pretos). Pessoas de cor preta conviviam mais com detentos ou ex-detentos do que pardos e estes mais do que os brancos (41%, 31% e 20%, respectivamente).

⁴⁰³ CARDIA, Nancy, op. cit., p. 323-325.

⁴⁰⁴ Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 73 et seq.

não teria havido racismo no episódio, já que o policial que atirou era negro e a vítima que supostamente apontou o dentista como suspeito também era negra. Além disso, o deputado cita episódios em que *bandidos* brancos atiraram em policiais negros (D62).

O presente capítulo almejou analisar as razões pelas quais a Polícia Militar é recorrentemente vinculada ao conservadorismo social. Os valores dos grupos sociais nos quais são recrutados os policiais também foram apontados para compreender a vinculação da polícia com o conservadorismo social. Muitos são religiosos e apresentam uma postura moralista que condena homossexuais e usuários de drogas. Todavia, os deputados policiais militares se posicionam de forma diferente em relação a esses temas. Conte Lopes expressa opiniões homofóbicas e transfóbicas, defende a expulsão de policiais toxicômanos e coloca o combate duro à criminalidade acima da religiosidade. Já Olímpio Gomes critica a discriminação de policiais militares homossexuais. Wilson Moraes, Edson Ferrarini e Celso Tanauí defendem o acolhimento de policiais toxicômanos e alcoólatras. Edson Ferrarini e Ubiratan Guimarães colocam as capelanias no mesmo nível de importância que os combatentes. Não foram encontrados discursos xenófobos. Enquanto Edson Ferrarini e Wilson Moraes valorizam cultos e datas associados à identidade negra, Conte Lopes nega a existência de racismo na Polícia Militar.

Ainda que se reconheça que impor a lei e a ordem em uma sociedade hierarquizada e desigual ou que defender a mudança da sociedade reforçando a autoridade do Estado atende aos interesses da direita, foi apontado que os policiais têm uma margem relativamente grande de arbítrio em sua tarefa de impor a ordem e que, se tradicionalmente enfrentam movimentos sociais de esquerda, jovens e negros, é porque esses grupos sociais resistem mais à autoridade policial. Enquanto é próprio de subculturas juvenis desafiar a autoridade, a estrutura social racista faria com que os negros estejam mais vulneráveis à seletividade penal.

Carregando a bandeira da igualdade e da liberdade individual, a esquerda democrática se coloca contra atitudes racistas e homofóbicas e a guerra às drogas. Enquanto a direita agradaria a polícia por apoiar políticas de Lei e Ordem e recompensá-las material ou simbolicamente por reprimir movimentos sociais, a esquerda buscaria limitar sua ação. No próximo capítulo será analisado outro fator que contribui para que a Polícia Militar seja vinculada à direita: sua relação com a ditadura civil-militar que vigorou no país

de 1964 a 1985, bem como a relação de políticos de esquerda com grupos guerrilheiros e a luta pelos direitos humanos.

4. POLÍCIA MILITAR E DITADURA

1. Polícia e a defesa da democracia

Becker assinala que, embora alguns policiais tenham uma espécie de interesse missionário em reprimir o mal, é provavelmente mais típico que o policial disponha de certa visão neutra e objetiva de seu trabalho. Ele está menos preocupado com o conteúdo da regra particular do que com o fato de que é seu trabalho impor a regra e a existência da regra lhe fornece um emprego. Quando as regras são alteradas, ele pune o que antes era comportamento aceitável, assim como deixa de punir o comportamento que foi legitimado por uma mudança nas regras.⁴⁰⁵

Com efeito, a polícia possui a obrigação legal de fazer respeitar a lei. O papel convencional da polícia nas sociedades democráticas não é o de um agente revolucionário contra o Estado, senão o de um protetor dos interesses do mesmo, independentemente da maneira segundo a qual estes foram determinados. Nesse ponto, a polícia é eminentemente conservadora do *status quo*. No entanto, também é certo que, uma vez mudando o *status quo*, a polícia volta a ter poderio na manutenção da nova ordem e na proteção dos novos interesses, isto é, no novo *status quo*. Por exemplo, nos Estados Unidos, a polícia pode proteger as minorias que escolhem mudar de residência para ir viver em comunidades hostis, garantir a constituição de um piquete de greve legal etc.⁴⁰⁶

Nesse sentido, a linha de raciocínio exposta por Conte Lopes é justamente a de que a Polícia Militar “não defende bandeira alguma”, “não escolhe governador e nem Presidente da República”, não é “filha da ditadura”, que apenas cumpre ordens, enfim, que estava apenas cumprindo ordens durante a ditadura, assim como teria cumprido ordens dos governos democráticos que a sucederam (D1 e D2). A imagem de fiel cumpridor de normas, que executa a ordem por falta de opção contrasta, todavia, com a realidade e com a imagem de policial idealista, construída pelo deputado em outros discursos.

De acordo com Bayley, a neutralidade da polícia é aceitável quando é possível contar com o fato de que os procedimentos da política irão servir à visão dominante da justiça. Entretanto, quando isso não ocorre, uma comunidade pode sentir que a intervenção

⁴⁰⁵ BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 161.

⁴⁰⁶ REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 201-202.

partidária por parte da polícia na política é necessária. Fatores situacionais, como um ataque terrorista, também podem enfraquecer o valor da neutralidade. A neutralidade pode sair extremamente cara, não apenas em termos de resultados políticos, mas também de vidas humanas inocentes.⁴⁰⁷ Por outro lado, ataques preventivos muitas vezes são pretextos para se começar uma guerra ou dar um golpe antidemocrático.

Fora do campo dos enfrentamentos políticos, a democracia tem necessidade da polícia para garantir certo nível de ordem, de previsibilidade nas trocas sociais cotidianas. Em uma perspectiva garantista, o Direito Penal – e isso se aplica à polícia – teria a função não só de proteger populações mais vulneráveis, mas também de evitar a autotutela.⁴⁰⁸ Em outra perspectiva, ainda, protegendo a legalidade e as instituições democráticas e conferindo aos cidadãos, sem desrespeitar direitos civis, segurança, “condição mínima de uma existência social civilizada e estável, da qual todos os grupos se beneficiam, mesmo que diferentemente”, a polícia estaria exercendo um papel eminentemente político, no sentido nobre do termo, protegendo a confiança dos cidadãos no regime democrático.⁴⁰⁹

Segundo a teoria da anomia, o surto de criminalidade é sintoma da perda de referência normativa, do enfraquecimento da consciência coletiva da comunidade, isto é, do conjunto de valores compartilhados pela população, que confere a ela coesão e tem sua origem na solidariedade mecânica, a qual advém da semelhança e identificação entre os indivíduos.⁴¹⁰ Na perspectiva funcionalista, quando as violências civis não são controladas pelo aparelho repressivo, logo “*saturam* o conjunto das instituições, ultrapassando a capacidade integradora da democracia e aniquilando sua capacidade de defesa”, como ocorreu no fracasso final do Estado italiano pré-fascista ou da República de Weimar.⁴¹¹ Por

⁴⁰⁷ “Infelizmente, os limites da neutralidade quase nunca são discutidos com cuidado. E mais raramente ainda são transformados em matéria de diretriz pública. O resultado, em países com os mais diversos cunhos políticos, é que a polícia frequentemente entra em ação sem nenhuma instrução, exceto sua própria crença do que deve ser feito” (BAYLEY, David. *Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001. p. 216-217). Cf. REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José María (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 202.

⁴⁰⁸ Cf. HASSEMER, Winfried. *O direito penal libertário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

⁴⁰⁹ MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001. p. 29; REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2004. p. 30.

⁴¹⁰ DURKHEIM, Émile. *Da divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 39 et seq.

⁴¹¹ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 29. Vicente Garrido, Per Stangeland e Santiago Redondo apontam situações onde, devido a alguma circunstância histórica, o controle formal foi temporariamente derrubado, ainda que a sociedade civil tenha permanecido intacta. A mais conhecida dessas situações, descrita por Trolle e Zimring, é a história dos sete meses em que a Dinamarca, sob ocupação alemã, ficou sem polícia, já que esta se negou a colaborar com as forças alemãs, e os próprios policiais foram presos. Os cidadãos organizaram um sistema de vigilância civil, mas a investigação policial dos delitos desapareceu por

outro lado, as democracias podem também ser subvertidas pelo interior justamente em defesa da liberdade e da democracia, por exemplo, por meio da restrição progressiva dos direitos civis no contexto da guerra contra a subversão ou contra o terrorismo.

De acordo com Bayley,

A polícia está para o governo, assim como a lâmina está para a faca. O caráter do governo e a ação policial são virtualmente indistinguíveis. O governo é reconhecido como autoritário quando sua polícia é repressora e como democrático quando sua polícia é controlada. Não é por coincidência que os regimes autoritários são chamados de *Estados policiais*. A atividade policial é crucial para se definir a extensão prática da liberdade humana. Além disso, a manutenção de um controle social é fundamentalmente uma questão política. Não apenas ela define poderosamente o que a sociedade pode tornar-se, mas é uma questão pela qual os governos têm um grande interesse, porque sabem que sua própria existência depende disso. Por todas essas razões, a polícia entra na política, querendo ou não.⁴¹²

Para Zaffaroni, um Estado de Polícia, sociologicamente falando, é um Estado em que as agências policiais operam sem limitações, seja a Gestapo, a KGB ou o serviço de inteligência de qualquer ditadura. Quando o poder punitivo do Estado se descontrola, desaparece o Estado de direito e seu lugar é ocupado pelo Estado de Polícia. Os crimes de massa são cometidos por esse mesmo poder punitivo descontrolado, ou seja, as próprias agências do poder punitivo cometem os crimes mais graves quando operam sem contenção. Muitos desses crimes são imputados a forças militares, mas também é certo que, além dos casos em que são autênticos crimes de guerra, estas forças os cometem operando funções materialmente policiais e não bélicas.⁴¹³

completo. Durante os primeiros catorze dias não se apreciou nenhum aumento da delinquência comum. Todavia, quando as pessoas se deram conta de que a impunidade era quase total, começaram a aumentar os furtos, os roubos em lojas e os ataques em rua aberta. A delinquência contra a propriedade se multiplicou por dez, enquanto que o aumento de outros tipos de delinquência foi mais moderado (GARRIDO, Vicente; STANGELAND Per e REDONDO, Santiago. Principios de criminologia. 2. ed. Valência: Tirant lo Blanch, 2001. p. 192). A greve de policiais militares da Paraíba de 1997 estimulou fugas em presídios e ações de incendiários de carros (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. p. 115). Na greve de policiais de Goiás a população de Goiânia passou por medo e houve invasão de carros nas vagas estabelecidas pela Área Azul (ibid., p. 153-154).

⁴¹² BAYLEY, David, op. cit., p. 203.

⁴¹³ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Crímenes de masa. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2010. p. 33.

O que a polícia faz reforça ou subverte os valores do sistema político nacional e influencia a legitimidade do governo. Se os policiais normalmente são brutais, a hostilidade é redirecionada contra eles e contra o governo que eles representam. A brutalidade policial ao lidar com manifestantes pode funcionar, assim, a favor dos extremistas e tirar de moderados o controle dos movimentos da classe trabalhadora⁴¹⁴, legitimando mais repressão.

Quando os governos são confrontados por uma violenta oposição organizada, a ação policial pode decidir que lado será o vencedor. Durante o princípio da Revolução Francesa em 1789, os policiais não ofereceram resistência às aglomerações urbanas, simplesmente tiraram seus uniformes e desapareceram. Em 1851, quando Napoleão III causou a queda do governo existente, a polícia desempenhou o papel oposto, engendrando um golpe não-violento. A polícia afeta os processos políticos não apenas pelo que ela pode fazer, mas também pelo que ela deixa de fazer. Quando grupos adversários usam a força uns contra os outros, a polícia pode decidir a questão ficando de lado e deixando que o mais forte vença.⁴¹⁵

Em São Paulo, no episódio em que grevistas da Polícia Civil chegaram às portas do Palácio dos Bandeirantes, em outubro de 2008, a lealdade da Polícia Militar foi posta à

⁴¹⁴ Ibid., p. 213. A especialização dos corpos policiais é positiva, na medida em que profissionais disciplinados e acostumados a lidar com situações tensas supostamente estão mais aptos para gerir os riscos de violências com menos custos sociais (MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 238-239). Porém, a especialização da polícia nem sempre é eficaz e algumas vezes se revela até contraproducente. Independentemente da simpatia que nutriam pelo fascismo, os carabinieri italianos são incapazes de se opor às violências fascistas e não impedem a chegada de Mussolini ao poder. Já a legitimidade da República espanhola é seriamente atingida quando a Guarda Civil devasta literalmente, por bombardeios aéreos, a aldeia de Casas Viejas e executa sumariamente vinte e cinco aldeãos (ibid., p. 68). A violência dos agentes do Estado é, o mais das vezes, contraproducente e a manifestação degenera em motim (ibid., p. 218).

⁴¹⁵ Na República de Weimar, diante do conflito entre os comunistas e os nazistas, a polícia permitiu que a intimidação nazista criasse uma onda que levou Hitler ao poder. Durante a guerra civil espanhola, onde os comandantes locais eram leais, a polícia ficou ao lado da República e onde não eram, ficou ao lado do Exército. “A polícia é a primeira linha de defesa contra as tentativas de se derrubar um regime através da força. A ação policial raramente é dramática; está muito inserida nos processos rotineiros de governo. O clímax em momentos de virada histórica decisiva acontece em parte porque a polícia desempenhou seu papel e falhou. Para usar uma metáfora militar, a polícia possui pouca ligação com os conflitos políticos. Na hora em que a escolha sobre o envolvimento da força pode ser determinante, sua coesão frequentemente tem sido destruída, sua lealdade comprometida e sua eficácia desgastada” (BAYLEY, David, op. cit., p. 205-207). “Quando a polícia não cumpre ou cumpre mal seu papel, a política se encontra na primeira linha” (Cf. MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 219, 237-238). Sobre a ascensão de Luís Bonaparte, que contou com a ajuda de policiais, cf. MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011. Especulou-se que a polícia e o Exército teriam demorado para atender a chamada do Palácio Guanabara, quando o Presidente Vargas foi alvo da Intentona Integralista de 1938, porque, se os integralistas tivessem conseguido matar Getúlio, o Exército e a Marinha teriam tomado conta do poder, aproveitando-se da desarticulação política que reinava no país (NETO, Lira. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo* (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 337-338).

prova para proteger o governo. Conte Lopes, referindo-se a esse episódio, defende a postura legalista das tropas, pois, “queiramos ou não, vivemos numa democracia”. Serra foi eleito democraticamente governador e, “se gostamos dele ou não, é outro problema que cabe a cada um analisar” (D3). Já Olímpio Gomes, um crítico feroz do governo estadual, responsabiliza o próprio governador pela *guerra fratricida* entre policiais e salienta que na “primeira linha” da manifestação no Palácio dos Bandeirantes, junto com os policiais civis, estavam representantes da Associação dos Oficiais da Reserva e da Associação das Esposas de PMs, dezenas de inativos e pensionistas (D4).⁴¹⁶

A Polícia Militar do Estado de São Paulo tem a sua origem nos anos de chumbo da ditadura civil-militar, mas os corpos policiais que a antecederam também tiveram uma atuação importante em momentos políticos decisivos para o país, em que ora defenderam o regime ora o enfrentaram. Louvando a história da Polícia Militar do Estado de São Paulo e do Brasil, Conte Lopes lembra que homens que estiveram na Guerra do Paraguai, na Campanha de Canudos e na Revolução Constitucionalista de 32 partiram do pátio da ROTA para suas jornadas.⁴¹⁷ A repressão a Canudos, um movimento popular, assim, é vista com orgulho pelo deputado.

A Revolução de 1932 é exaltada por Olímpio Gomes como um movimento que lutava pela democracia e pela Constituição (D5). Ubiratan Guimarães, que combateu a guerrilha durante a ditadura civil-militar, também exalta a Revolução de 1932, associada à luta contra a ditadura e a defesa da democracia, e homenageia em sessão solene os brasileiros que “tomaram na Itália na luta contra o nazismo e o comunismo”, durante a 2ª Guerra Mundial. A equiparação entre nazismo e comunismo, que não foi combatido na Itália por soldados brasileiros, parece indicar o posicionamento fortemente anticomunista do deputado (D6).

Edson Ferrarini, por sua vez, enaltece a Revolução de 1924 (D7), a sublevação de oficiais da Força Pública em 1931 e a Revolução Constitucionalista de 1932 (D8). O deputado rechaça as acusações de que em 1932 a “nossa Polícia Militar estaria a serviço de

⁴¹⁶ Já a mobilização dos policiais militares alagoanos, insatisfeitos com salários atrasados, foi decisiva para a queda do governo Suruagy, no dia 17 de julho de 1997, em que manifestantes pressionaram os deputados a votar o *impeachment* do governador. Dos 27 deputados estaduais, 21 estavam do lado do governo. Segundo o Soldado Elias, uma das lideranças policiais, “o sucesso do movimento só foi possível porque teve a participação dos policiais. Caso fossem apenas os outros funcionários públicos, sem os policiais, os manifestantes iriam apanhar, levariam uma surra de cassetete. Mas quando o Exército viu que tinham policiais militares no movimento, ficaram acuados. Aqueles meninos novos do Exército ficaram tremendo de medo da gente” (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 79 et seq.).

⁴¹⁷ CONTE LOPES, Roberval. *Matar ou morrer*. São Paulo. Reinarte: 1994. p. 31.

separatismo de São Paulo”, mencionando que “na bandeira da revolução estava o mapa do Brasil” (D9). A partir de 1934 a nova Constituição declara as forças públicas “forças auxiliares e de reserva do Exército”, impondo algum controle *coercitivo* por parte do próprio Exército Nacional. Já o artigo 144, parágrafo 6º, da Constituição da República de 1988 estabelece que as Polícias Militares são forças auxiliares e reserva do Exército e subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios.⁴¹⁸ A vinculação formal entre Exército e Polícia não resulta, portanto, apenas de ditaduras militares, mas da necessidade do poder central – civil e militar – de controlar corporações que podem atuar, na prática, como exércitos.⁴¹⁹

A desvinculação da Polícia Militar do Exército, contudo, tem apoio majoritário entre Policiais Militares. Em pesquisa realizada em 2009⁴²⁰, 69,3% dos praças e 57,0% dos oficiais das Polícias Militares questionados não concordaram que a atual vinculação da Polícia Militar ao Exército seja adequada.⁴²¹ Em pesquisa realizada em 2014⁴²², 68,1% dos policiais militares de São Paulo não concordaram que as Polícias Militares e os corpos de bombeiros militares devam ser subordinados ao Exército, como forças auxiliares, e se

⁴¹⁸ O Exército é responsável pelo “controle e a coordenação” das polícias militares, enquanto as secretarias de segurança dos estados têm autoridade sobre sua “orientação e planejamento”. A indicação dos comandantes gerais das PMs é prerrogativa do Exército (art. 1º do Decreto-Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983), ao qual se subordinam, pela mediação da Inspeção-Geral das Polícias Militares, as segundas seções (as PM2), dedicadas ao serviço de inteligência, assim como as decisões sobre estruturas organizacionais, efetivos, ensino e instrução, entre outras. As Polícias Militares obrigam-se a obedecer regulamentos disciplinares inspirados no regimento vigente no Exército (art. 18 do Decreto-Lei nº 667/69) e a seguir o regulamento de administração do Exército (art. 47 do Decreto nº 88.777/83), desde que este não colida com normas estaduais. Uma cadeia hierárquica liga o comandante-geral da PM ao secretário de segurança e ao governador e outra cadeia o liga ao comandante do Exército, ao ministro da Defesa e ao presidente da República, o que constitui, potencialmente, riscos ao princípio federativo. Nada impede, por exemplo, que o Exército vete a nomeação de algum comandante-geral (*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. p. 25-26). Zarevucha atribui a criação da Inspeção Geral das Polícias Militares e a adoção do policiamento ostensivo pelas Polícias Militares ao desejo do regime militar de fortalecer o papel dessas corporações como parte do aparato repressivo (ZAREVUCHA, Jorge. A Justiça Militar no Estado de Pernambuco pós-regime militar: um legado autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Criminais* nº 29, 2000. p. 305). No entanto aponta que a Constituição de 1988 consagrou a Polícia Militar como polícia ostensiva e que a única diferença em relação ao regime militar é que o Exército perdeu o controle sobre a instrução das Polícias Militares (ibid., p. 308). Cf. também LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio et al. *Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 51-52.

⁴¹⁹ MEDEIROS, Mateus Afonso, op. cit., p. 281-283, 291-292.

⁴²⁰ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 65-66.

⁴²¹ 26,9% dos praças da Polícia Militar e 41,3% dos oficiais concordaram.

⁴²² LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública.

organizar de modo semelhante ao Exército⁴²³; 48,1% concordaram totalmente em retirar as Polícias Militares e os corpos de bombeiros militares como forças auxiliares do Exército (subordinação e fim da Inspetoria das PMs).⁴²⁴

2. A militarização da segurança pública

A polícia pode ser empregada como Exército, e o Exército como polícia, como no caso das forças de paz das Nações Unidas. Ambas estão permanentemente organizadas para usar a força. A polícia, entretanto, em uma democracia, necessita do assentimento de seu público, que implique o seu desarmamento consentido. Tem que usar a força limitada, necessária, ou até agir sem usá-la, mesmo que isso signifique gastar mais tempo e recursos. As Forças Armadas, ao contrário, não precisam da aceitação de seus destinatários, o inimigo.⁴²⁵ Uma retirada organizada ou a busca de procedimentos para evitar confrontos desnecessários não devem ser consideradas como derrotas para a polícia em uma democracia. Essa postura, todavia, não pode ser colocada em prática por uma força militarizada, em que o confronto é incessantemente buscado porque se trata de uma guerra permanente contra o crime, na qual toda a conciliação com “as forças do mal” é considerada como uma derrota e se desfizeram os limites entre operações policiais e militares.⁴²⁶

A explicação que atribui a má imagem e o descaminho das instituições policiais brasileiras ao regime militar, que teria deixado marcas profundas, ainda não superadas, na

⁴²³ 29,7% concordaram e 2,3% não souberam.

⁴²⁴ 20,5% concordaram em parte, 23,5% discordaram totalmente, 6,2% discordaram em parte.

⁴²⁵ MEDEIROS, Mateus Afonso, op. cit., p. 277. Apesar de sua expressiva desmilitarização nas dimensões do treinamento e do emprego (comparando a situação atual com o passado), as polícias permanecem militarizadas quando se trata de código disciplinar, justiça, poder de veto exercido pelo Exército, e mesmo de seu emprego, como atestam as constantes “invasões” de favelas no Rio de Janeiro e o histórico das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar – ROTA, em São Paulo (ibid., p. 283).

⁴²⁶ Paulo Sérgio Pinheiro aponta como necessário restringir as oportunidades capazes de conduzir a uma intervenção da polícia com danos fatais e cita as seguintes medidas: controle dos armamentos utilizados; desarmar a polícia em algumas situações precisas, como oficiais e soldados fora de serviço; limitar mais estritamente as oportunidades em que os policiais estão autorizados a atirar para matar, limitando o emprego legítimo da violência fatal a configurações muito particulares da situação, devidamente comprovadas. Não seria justificado, assim, abater fatalmente suspeitos em fuga, muitos deles alvejados pelas costas, uma prática da ROTA. As ambigüidades da lei quando se trata de usar a violência contra um criminoso em fuga permitem que a lei “proteja” muito mais o emprego da violência do que a coíba, em nome dos princípios da manutenção da ordem social (PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem controle e militarização da polícia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 1, p. 8-12, abr. 83. p. 9 et seq.). Conte Lopes justifica tiros na nuca e nas costas, característicos de execução, como o resultado de perseguições em que o *bandido* dirige um carro roubado, com ou sem refém, e atira nos policiais (D10).

lógica, na organização e nas suas práticas, contraria evidências históricas que apontam raízes muito mais antigas e profundas para o arbítrio policial no Brasil, tampouco esclarecendo por que, após o fim do regime militar, se conservam praticamente inalteradas, no país, a estrutura e a cultura dos órgãos de segurança legadas por aquele regime.

As polícias sempre foram concebidas como instrumentos para a segurança do Estado e das classes dominantes, sempre teriam funcionado num “regime de exceção paralelo”. Sua função básica seria manter não a ordem pública, mas a ordem hierárquica.⁴²⁷ Todavia, para Paulo Sérgio Pinheiro, esse papel político ganhou uma “definição mais clara” com a ditadura civil-militar. Em razão da incapacidade de as antigas forças militares estaduais darem conta das tarefas de implantação do regime autoritário, elas passaram ao controle e coordenação do Exército, por meio do Decreto-lei nº 667/69. Além de enfrentar as modalidades tradicionais de dissenso, as polícias militares passam a funcionar como força eminentemente militar no enfrentamento da guerrilha urbana, poupando as Forças Armadas da inconveniência de uma presença ostensiva e prolongada nos grandes centros urbanos.⁴²⁸

Paulo Sérgio Pinheiro não nega que as polícias matavam antes da ditadura civil-militar e que nem sempre os soldados, quando matam, estão respondendo a uma grande lógica ou a uma estratégia pré-formulada, ainda que estas possam existir nas decisões do comando. Muitas vezes as mortes são uma resposta individualizada a situações imediatas e peculiares. A ditadura, porém, teria agravado o “desprezo pela economia da violência fatal” e elevado a expectativa da impunidade por essas mortes.⁴²⁹ Os controles sobre a

⁴²⁷ LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio et al. *Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 50-53. Não se deve ignorar, por sua vez, que mesmo países que não viveram ditaduras militares, como é o caso dos EUA, também sustentam discursos e práticas de “guerra ao crime” (BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 140 et seq.). Em todo o mundo, as polícias tornaram-se militarizadas em algum grau. As polícias estadunidenses têm estatuto civil, o que não as impede de adotar a hierarquia militar como modelo (dimensão “organização”), nem de empregar unidades paramilitares (dimensão “emprego”). A tradição brasileira é de maior militarização em todas as dimensões (MEDEIROS, Mateus Afonso. Aspectos institucionais da unificação das polícias no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 47, nº 2, 2004, p. 282-283).

⁴²⁸ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 58-59. As técnicas de confronto militar do dissenso precederam a guerrilha, mas é esta que justificará sua expansão e maior visibilidade. A novidade trazida pela ditadura foi a atribuição de enfrentamento do crime convencional à Polícia Militar, atribuição que confunde a repressão política (a contenção da ordem) e a repressão comum (combate ao crime) (ibid., p. 65).

⁴²⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem controle e militarização da polícia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 1, p. 8-12, abr. 83. p. 11-12. As autoridades públicas toleram o “vigilantismo” acreditando nos efeitos de controle que essas práticas pretensamente têm. Espera-se que esses abusos e arbitrariedades estejam servindo em última instância para preservar as relações de propriedade existentes, apoiar os valores

utilização da violência e os mecanismos de revisão foram relaxados em nome da maior eficiência na “luta contra a subversão”. Essa permissividade teria permanecido no policiamento civil após a luta contra a subversão ter sido desativada.⁴³⁰ De acordo com Caco Barcellos, os maiores matadores da ROTA eram justamente policiais envolvidos na guerra contra a guerrilha. Vencida essa guerra, passaram a usar os mesmos métodos contra os suspeitos da prática de crimes comuns, geralmente jovens da periferia, muitas vezes desarmados⁴³¹:

A narrativa do histórico dos fatos tem geralmente a mesma sequência. O PM desconfia de alguém na escuridão. O suspeito foge disparando a arma. O policial revida e atinge o suspeito. Socorrido, o ferido morre a caminho do hospital. A condição de vítima ou de agressor geralmente é invertida, como aconteceu no caso Rota 66. O morto sempre é o culpado pela morte dele. Naturalmente, a cada novo tiroteio são mudados os nomes das pessoas envolvidas, a data, o local, a hora do crime. Minha investigação mostra que os PMs são alunos que aprenderam o pior dos seus professores do passado. Além de terem copiado o método brutal da repressão – o fuzilamento –, ainda conseguem a proeza de desrespeitar a lei do direito à vida de forma mais insana. Enquanto os policiais da repressão política se baseavam em uma investigação para selecionar o inimigo a ser morto, os matadores da PM agem espontaneamente, sem nenhum critério prévio. Escolhem suas vítimas a partir de uma simples desconfiança.⁴³²

Depois de a guerrilha ter sido dizimada, a Polícia Militar se voltou para o combate à criminalidade comum, ao “inimigo interno”, sem, entretanto, abdicar do estilo e dos métodos que desenvolveram durante a ditadura. O respeito ao direito e à lei continua sendo encarado como uma limitação inadmissível à ação policial, uma vez que tanto o guerrilheiro quanto o criminoso comum são “foras-da-lei”. A ideologia que justificava a

conservadores na política econômica, valores sociais e morais, assegurar uma justiça retaliatória e preservar a lei e a ordem (PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e crise política: o caso das polícias militares*. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 71). Sobre as mortes praticadas pela Polícia Militar, a convivência das autoridades e a impunidade, cf. *ibid.*, p. 81 et seq.

⁴³⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência sem controle e militarização da polícia*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 1, p. 8-12, abr. 83. p. 10.

⁴³¹ BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Globo, 1993. p. 44, 69 et seq., 153.

⁴³² *Ibid.*, p. 74. Antes da criação da PM os índices de assassinatos envolvendo a polícia eram relativamente baixos. Entre 1960 e 1965, por exemplo, foram mortos três pessoas em tiroteios com a polícia. Já no primeiro ano de ação, em 1970, os policiais militares mataram 28 pessoas (*ibid.*, p. 126-127). Segundo Caco Barcellos, outro matador da Polícia Militar que começou a carreira perseguindo guerrilheiros é o cabo Nilton Filó, que participou da caça ao Lamarca no Vale do Ribeira. O chefe militar para as operações no Vale do Ribeira era Erasmo Dias, coronel do Exército, na época comandante da II Região Militar (*ibid.*, p. 71).

ação policial é uma adaptação da ideologia da segurança nacional e considera os criminosos agentes do mal, infiltrados no povo, que naturalmente é pacífico e ordeiro. A única solução para o crime, portanto, seria o enfrentamento armado.⁴³³ Se a guerra nos anos 70 era contra os subversivos, o aparato repressivo encontrou no criminoso comum, principalmente no traficante de drogas ilícitas, o novo inimigo a ser combatido, com o mesmo aparato e léxico bélico. A cruzada contra as drogas oferecia aos EUA, ademais, um pretexto para prolongar e acentuar sua presença militar na América Latina, após o fim da “ameaça comunista”.⁴³⁴

Zaffaroni aponta que, desde que nos séculos XI e XII o poder punitivo reapareceu na Europa, é constante sua tendência de se descontrolar com o pretexto de combater inimigos que supostamente geram iminente perigo para a humanidade, e a tendência de seus agentes cometerem crimes massivos para isso. Entre os inimigos eleitos, a droga, o comunismo internacional e o terrorismo.⁴³⁵ A ideologia da segurança nacional, que vigorou na América Latina há mais de meio século e mina o Estado de direito, renasce agora em plano mundial. Essa ideologia caracteriza-se por inventar “guerras”, com o pretexto de serem “guerras anômalas”, ou seja, “guerras sujas”, e portanto não sujeitas às leis da guerra entre “cavalheiros”, como a Convenção de Genebra e tampouco ao direito penal, por serem

⁴³³ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 60, 65, 67, 70. Cerqueira aponta que a concepção militarista de ordem pública, sob a tutela teórica da doutrina de segurança nacional, foi incorporada e legitimada pela Constituição de 1988 e é reforçada pelas teses da ideologia da defesa social, hegemônica entre os advogados, particularmente entre os que operam com as políticas criminais (CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 45-46, 57, 60 et seq.). Sobre a ideologia da defesa social, cf. nota 241.

⁴³⁴ A Lei nº 6.368/76 já definia a figura do traficante como inimigo a ser eliminado, sob a influência das ideologias maniqueístas da Defesa Social e da Segurança Nacional, porém apenas na atualidade é que, em matéria de política criminal, o Brasil ingressa no universo formal de militarização do controle das drogas ilícitas. Nos cursos realizados pelo Bope (Batalhão de Operações Especiais) à Polícia Militar Fluminense constavam disciplinas como “Sabotagem e Contra-Sabotagem” e “Guerrilha e Contra-Guerrilha”. Entre os alunos inscritos “especiais” havia militares das Forças Armadas (CARVALHO, Salo de. A atual política brasileira de drogas: os efeitos do processo eleitoral de 1998. *Revista Brasileira de Ciências Criminais* nº 34, 2001. p. 131 et seq.). “A militarização da segurança pública transformou o controle da criminalidade comum em problema de segurança interna, estimulando- intencionalmente ou não- uma sorte de confusão entre o controle civil da ordem pública e o controle da segurança nacional”. O inimigo agora é o *bandido*, “esse personagem frequentemente mal definido e mal identificado” (ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, nº 11, vol. 2, 1999. p. 133). Sintoma da militarização da segurança pública é a transferência, não sem conflito, da política de controle do tráfico e consumo de drogas do Ministério da Justiça (com o conseqüente esvaziamento do Conselho Federal de Entorpecentes- Confen) para a Casa Militar da presidência da República, sob o fundamento de que o tráfico internacional corrompe autoridades políticas, viola fronteiras, se relaciona com lavagem de dinheiro e outros crimes contra o sistema financeiro que afetam a soberania do Estado-nação (ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, n. 2, v. 15, 2003. p. 131-133).

⁴³⁵ ZAFFARONI, Eugenio Raúl, op. cit., p. 41-42.

guerras. Ou seja, por serem “guerras” e por serem “sujas” ficam em um espaço oco fora do direito, livre de normas limitadoras.⁴³⁶

O mesmo autor assinala que nos anos 90, de consagração do neoliberalismo, aumentaram as desigualdades sociais. Os “mesmos autores dessa política de polarização da sociedade” são os que hoje pedem mais repressão sobre os setores vulneráveis da população, mais guerra entre infratores e policiais, na medida em que essa é uma guerra entre pobres. Na medida em que os pobres se matem entre si, não terão condições de tomar consciência da sua circunstância social e, menos ainda, política, ou seja, não ameaçarão se juntar e colocar em risco as estruturas de classe. A política dos “popularistas penais”, no fundo, seria a neutralização da incorporação das majorias à democracia e manter um mundo não civilizado marginalizado do mundo civilizado.⁴³⁷

O discurso bélico é incorporado por Conte Lopes, apesar de os policiais serem uma de suas maiores vítimas. O deputado lembra que em 1967 desfilava “com aquela honra, com o peito aguerrido de luta, as músicas de guerra, desfilando fortes, pomposos, os ritos de luta” (D11). Três dias após os ataques às torres gêmeas do *World Trade Center*, que levaria os EUA à Guerra contra o Terror, Conte Lopes alerta para o perigo do terrorismo no Brasil (D12). O deputado sentencia que não será com “discurso político-partidário” nem com o Infocrim, que aponta as áreas onde a criminalidade violenta é maior, que o crime irá cair, mas com “pessoas que tenham pulso”, com “gente de guerra” (D13 e D14), ainda que, em pesquisa realizada em 2009⁴³⁸, 66,1% dos praças e 70,3% dos oficiais das Polícias Militares tenham apontado a má gestão ou inexistência de planejamento apoiado em informações como um fator muito importante que compunha as dificuldades do trabalho policial. Conte Lopes pede ao Secretário de Segurança Pública que libere a polícia “para fazer guerra” contra o terror e lamenta que nessa guerra “só o bandido pode torturar” (D15).

A precaução liberal exige que, com o mesmo movimento com que é instituída uma força pública, seja instituída a vigilância em relação a ela, a fim de que essa força não seja desviada para a utilidade particular do *príncipe* ou em proveito dos próprios policiais.

⁴³⁶ ZAFFARONI, Eugenio Raúl, op. cit., p. 89.

⁴³⁷ LEMGRUBER, Julita. A esquerda tem medo, não tem política de segurança pública: Eugenio Raúl Zaffaroni, entrevistado por Julita Lemgruber. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007. p. 131.

⁴³⁸ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

Entretanto, o desconhecimento das razões e formas legítimas que essa vigilância deve assumir impede que tenha alguma chance de ser reconhecida por eles como condição de legitimidade da força pública. É assim, geralmente, que toda tentativa de enquadrar os meios de ação policial é percebida como a manifestação de uma desconfiança compulsiva e injusta em relação aos policiais, quando não como a escolha deliberada de entravar seu trabalho para proveito apenas da *gentalha*.

Os policiais, que se veem como uma minoria sitiada atacada pela administração, pela imprensa, pelos advogados, pelos liberais etc., unem-se e reagem publicamente, indignados, aos controles democráticos, não tanto porque temem que exponham seus desvios, mas porque sua existência atesta que o próprio servidor da lei pode ser suspeito.⁴³⁹ Responder às pressões de certos segmentos da sociedade é tido como um incentivo aos criadores de problemas e, portanto, um jeito de tornar o trabalho do policiamento mais difícil e mais perigoso.⁴⁴⁰ Esses segmentos da sociedade querem justamente a remoção das condições de liberdade discricionária que tendiam a aumentar a segurança e a eficácia dos policiais em combates perigosos, na sua avaliação. Alguns policiais queixam-se de que se arriscam a tomar um tiro e ainda sofrer alguma punição caso se antecipem e utilizem a violência.

Esse pensamento está mais presente em policiais que têm a suposição de que seu trabalho é lutar contra as forças do mal, deixados na dependência de sua própria força, coragem e intuição, em meio a situações críticas, intercaladas por extensos períodos banais e aborrecidos. Eles entendem que o policiamento só será eficaz se forem livres para fazer, em todos os confrontos, aquilo que seja necessário, de acordo com seus próprios julgamentos das circunstâncias. Enquanto a polícia pressiona por mais poder para ajudar na *guerra contra o crime*, defensores das liberdades civis almejam controlar o poder da polícia por procedimentos legais e denunciam os abusos policiais, razão pela qual são

⁴³⁹ MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da Força Pública*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2002. p. 196-198; REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2004. p. 145.

⁴⁴⁰ BITTNER, Egon, op. cit., p. 348. Na cultura policial, os *provocadores* são aqueles cujo trabalho permite que penetrem na intimidade da polícia, o que lhes dá poder e informação. São, por exemplo, médicos, advogados, jornalistas, assistentes sociais e pesquisadores da polícia. Têm sido feitos esforços para minimizar sua intromissão e são usadas práticas de apresentação para colorir o que eles veem. Já os *benfeitores* são principalmente ativistas antipolícia e grupos de monitoramento da polícia, que criticam a polícia e organizam-se para limitar-lhe a autonomia (REINER, Robert, op. cit., p. 144-145).

acusados pelos policiais de simplesmente não saberem, em absoluto, de que se trata o policiamento.⁴⁴¹

Em outras palavras, os policiais de rua querem carta branca para reprimir a criminalidade do modo como julgarem mais conveniente. Se a carta branca não for dada, podem retribuir entrando em greve branca, para mostrar quão essenciais e indispensáveis são. Nesse sentido, não há matizes entre a completa anarquia e uma polícia com plenos poderes. Seguindo a máxima de que, “quando o estrategista erra, o soldado morre”, Olímpio Gomes responsabiliza o governo estadual e a suposta impunidade pela morte de policiais e denuncia o desamparo ao qual o governo deixaria os policiais mortos ou feridos em razão do serviço e seus familiares, sem seguro de vida e adicionais. Atribui o assassinato de policiais não só à vingança dos criminosos, mas a uma ameaça direcionada à sociedade como um todo (D16 a D18).

Diante da falta de apoio de um “governo frouxo” para impedir a vitimização policial, só restaria ao policial, “que não é frouxo”, se defender sozinho, de maneira que, “se tiver de ficar viúva, que fique a mulher do bandido” (D19). A retirada de fuzis dos helicópteros e da escolta de presos é considerada uma “ordem absurda para não se ter condições de dar uma resposta de igual para igual num confronto com marginais com fuzis” (D20).

Em um discurso da amostra, Conte Lopes considera problemático que um policial, um representante da lei, queira “ser a lei” em ocorrências e acabe se exaltando, “tirando uma casquinha” do preso, quando este deve ser dominado e levado para a delegacia (D21). Na grande maioria dos discursos da amostra, porém, o posicionamento de Conte Lopes é contrário às restrições legais à atuação policial, seja à prisão de policiais que “trocam tiros com bandidos” (D22), seja à exigência de que policiais não atirem em órgãos vitais dos *bandidos* em tiroteios (D23) ou de que só atirem se o *bandido* atirar primeiro (D24).

O deputado critica a suposta declaração do Secretário de Segurança Pública, respaldado pelo governador, de que “a polícia não era feita para caçar bandidos”; afirma

⁴⁴¹ BITTNER, Egon, op. cit., p. 98, 352-354; REINER, Robert, op. cit., p. 105-106. Há um paradoxo fundamental que consiste no fato de que, para preservar a ordem social, é necessário *sujar as mãos* (ibid., p. 16). Cresce, com o passar do tempo, a proporção de recrutas que são de opinião que, no exercício do ofício, corre-se o risco de frequentemente sentir a contradição entre *ser eficaz* e *respeitar o regulamento* (MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 168). Inspirados em decisões da Suprema Corte que zelam pela lei e pela ordem, vários policiais acreditam que *são* a lei e desenvolveram um estilo *Rambo* para fazer valer a lei, em detrimento dos direitos de todos os cidadãos. Vários desses policiais mantêm uma atitude “somos nós contra eles” (RUTHENBECK, Arthur. É preciso despolitizar as questões criminais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 19, 1997. p. 34).

que, se o policial não corre atrás do *bandido*, este certamente correrá atrás do policial e da própria sociedade, e se queixa de que “não se consegue interrogar um bandido”, por causa de advogados, “pessoas dos direitos humanos” e políticos, inclusive da ALESP. Os defensores dos *bandidos* são acusados de hipocrisia, pois supostamente mudariam de postura caso tivessem algum parente vítima de crimes e porque contam com guarda-costas ou policiais fazendo sua segurança (D25).

O maior alvo de Conte Lopes é o Proar, programa criado por Mário Covas que afastava, temporariamente, policiais envolvidos em ocorrências de alto risco, como tiroteios, e os submetia a “meninas, recém-saídas de uma faculdade de Psicologia”, quando, na opinião do deputado, esses policiais deveria ser promovidos por bravura por salvar a vida de reféns (D26).⁴⁴² Celso Tanai também lamenta que o policial não possa mais “enfrentar bandidos como se enfrentava” por causa do Proar e critica o afastamento do policial “só porque acertou o pé do bandido”. O policial ainda teria que ficar “um mês, 45 dias cara a cara com a psicóloga, que não entende nada de polícia” (D27).

Essa não parece ser, contudo, a opinião da maioria dos policiais militares de São Paulo entrevistados em pesquisa realizada em 2014.⁴⁴³ Questionados sobre os procedimentos adequados em caso de um policial ou outro profissional de segurança participar de ocorrência com morte (de colega, de suspeito ou de qualquer outra pessoa), 58,0% dos policiais militares de São Paulo concordaram em retirar esse profissional, durante um determinado período, da escala normal de trabalho para preservá-lo⁴⁴⁴; 98,0% concordaram em garantir-lhe apoio psicológico⁴⁴⁵; 51,5% concordaram em encaminhá-lo para período de capacitação, com cursos sobre temas como o uso legal da força, entre outros⁴⁴⁶; 99,1% concordaram em garantir-lhe apoio jurídico.⁴⁴⁷

⁴⁴² O governo Mário Covas, iniciado em 1995, representou em certo sentido a retomada explícita de vários compromissos com a agenda dos direitos humanos na área da segurança pública, que haviam marcado a gestão de seu correligionário Franco Montoro e que haviam sido abandonados pelas gestões Quéricia e Fleury. Buscando reduzir as mortes provocadas por policiais, foram criados o Programa Estadual de Acompanhamento dos Policiais Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco (Proar) em 1995 e a Ouvidoria de Polícia (SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007. p. 79).

⁴⁴³ LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública.

⁴⁴⁴ 35,8% discordaram e 6,1% não souberam avaliar.

⁴⁴⁵ 1,2% discordaram e 0,8% não souberam avaliar.

⁴⁴⁶ 41,5% discordaram e 7,1% não souberam avaliar.

⁴⁴⁷ 0,5% discordaram e 0,5% não souberam avaliar. Em pesquisa realizada em 2009, 76,2% dos profissionais de segurança pública concordaram em retirar esse profissional, durante um determinado período, da escala normal de trabalho para preservá-lo; 98,1% concordaram em garantir-lhe apoio psicológico; 70,0%

Quanto à vitimização policial, 96,3% dos policiais militares brasileiros concordaram totalmente que familiares de policiais mortos em serviço deveriam receber rapidamente indenização do governo⁴⁴⁸; 96,4% concordaram totalmente que quem mata um policial deveria ter aumento de pena⁴⁴⁹; 69,3% concordaram totalmente que os padrões de atuação das corporações precisam mudar para evitar mortes e proteger os policiais⁴⁵⁰; 51,7% concordaram totalmente que os órgãos de controle interno precisam ser mais atentos à letalidade e à vitimização da ação policial⁴⁵¹; 46,9% concordaram totalmente que os órgãos de controle externo, em especial o Ministério Público, precisam ser mais atentos à letalidade e à vitimização da ação policial.⁴⁵²

Conte Lopes demanda o reconhecimento, para fins de indenização, de que a morte de policiais fora de serviço ocorre em razão do serviço (D28)⁴⁵³, e medidas para proteger a família dos policiais militares, como programas especiais de moradia, uma vez que “um policial geralmente mora na favela ou na periferia” (D29).⁴⁵⁴ Ambas as demandas foram veiculadas por projetos de lei elaborados por deputados policiais militares, além da reserva de cotas em universidades para filhos de policiais incapacitados ou mortos em razão do

concordaram em encaminhá-lo para período de capacitação, com cursos sobre temas como o uso legal da força, entre outros; 97,2% concordaram em garantir-lhe apoio jurídico (*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009).

⁴⁴⁸ 3,1% concordaram em parte, 0,4% discordaram totalmente, 0,1% discordaram em parte e 0,1% não souberam.

⁴⁴⁹ 2,8% concordaram em parte, 0,5% discordaram totalmente, 0,2% discordaram em parte e 0,1% não souberam.

⁴⁵⁰ 23,3% concordaram em parte, 3,6% discordaram totalmente, 3,0% discordaram em parte e 0,8% não souberam.

⁴⁵¹ 34,6% concordaram em parte, 5,5% discordaram totalmente, 5,8% discordaram em parte e 2,4% não souberam.

⁴⁵² 35,0% concordaram em parte, 8,2% discordaram totalmente, 7,6% concordaram em parte e 2,4% não souberam.

⁴⁵³ Projeto de Lei Complementar 31/2000, de autoria de Conte Lopes: Dispõe sobre o pagamento de “Adicional de Periclitção de Vida” aos Policiais Civis e Militares; Projeto de Lei nº 436/2004, de autoria de Ubiratan Guimarães: Dispõe sobre o seguro de policial militar morto no cumprimento do dever, mesmo que em horário de folga; Projeto de Lei nº 279/1999, de autoria de Celso Tanai: Altera a Lei nº 5451, de 1986, que dispõe sobre a concessão de benefícios a policiais militares, julgados inválidos ou falecidos em ato de serviço.

⁴⁵⁴ Projeto de Lei nº 501/2001, de autoria de Celso Tanai: Permite aos servidores públicos civis e militares do Estado quitar os débitos remanescentes dos imóveis adquiridos da Nossa Caixa, Nosso Banco S/A, da CDHU, da Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado de São Paulo e do IPESP, por precatórios; Projeto de Lei nº 329/2000, de autoria de Celso Tanai: Autoriza o Poder Executivo a construir Vilas Militares, com habitações populares, destinadas aos Policiais Civis e Militares; Projeto de Lei nº 1043/1999, de autoria de Celso Tanai: Institui a carta de fiança para locação de imóvel residencial por servidores civis e militares; Projeto de Lei nº 858/2003, de autoria de Edson Ferrarini: Dispõe sobre financiamento para casa própria aos Policiais Militares da ativa, da reserva e pensionistas; Projeto de Lei nº 661/1999, de autoria de Wilson Moraes: Institui carta de fiança para locação de imóvel residencial para servidores civis e militares.

serviço.⁴⁵⁵ Outros projetos preveem, como medida de prevenção, a blindagem de viaturas e postos policiais.⁴⁵⁶

É pela dimensão simbólica poderosa de negar sua própria função e legitimidade que não há crime mais grave para um policial do que o assassinato de outro policial. Todos os policiais são atingidos pelo que acontece a não importa qual deles, ainda que de maneira estatisticamente raríssima. Afinal, ninguém protegerá os policiais da agressão a não ser eles mesmos. Por essa razão, não há outro princípio de identidade policial senão a defesa corporativa.⁴⁵⁷

Segundo Olímpio Gomes, o impacto que a morte de um policial tem sobre todos os outros é tão grande que é sentido na própria carne (D30). Os policiais são considerados “kamikazes dos tempos modernos”, que se sacrificam em “holocausto” em defesa da sociedade, com a qual fazem um “pacto de sangue” e lotam um cemitério próprio (D31). A grande quantidade de mortos, como uma característica própria da profissão, também foi assinalada por Ubiratan Guimarães (D32) e Edson Ferrarini (D33). Por fim, Wilson Moraes lamenta que a *sociedade* enxergue a Polícia Militar de São Paulo apenas como “a mais sanguinária do mundo”, e não como vítima, e que esqueça “que o policial civil e o militar vêm do seio da sociedade e também sente fome, frio e não são de aço” (D34).

De acordo com Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2007 houve 36 policiais mortos em serviço e 401 pessoas mortas em confronto com a polícia. Em 2008 houve 22 policiais mortos em serviço ou fora de serviço, 397 pessoas mortas em confronto com a polícia e ainda 34 pessoas mortas por policiais civis/militares em *outras circunstâncias*. Em 2009 houve 22 policiais civis e militares mortos em serviço ou fora de

⁴⁵⁵ Projeto de Lei nº 712/2008, de autoria de Conte Lopes: Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas nas Universidades e demais Unidades do sistema de ensino superior do Estado, para estudantes filhos de policiais civis e militares mortos ou incapacitados em razão do serviço; Projeto de Lei nº 830/2007, de Edson Ferrarini: Dispõe sobre cotas das Universidades Estaduais para filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

⁴⁵⁶ Cf. Projeto de Lei nº 265/2000, de autoria de Celso Tanauí: Torna obrigatória a instalação de vidros blindados nas viaturas operacionais das Polícias Civil e Militar; Projeto de Lei nº 285/2006, de autoria de Conte Lopes: Obriga a instalação de sistema de blindagem para vidros e portas nas Bases Comunitárias de Segurança da Polícia Militar do Estado; Projeto de Lei nº 639/2007, de autoria de Otoniel Lima: Dispõe sobre a instalação de sistema de blindagem nos vidros das viaturas das Polícias Civil, Militar e Escolta, no Estado de São Paulo; Projeto de Lei nº 145/2000, de autoria de Wilson Moraes: Torna obrigatória a instalação de vidros blindados nas cabines dos postos de policiamento comunitário.

⁴⁵⁷ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 157, 168-169, 190 et seq., 199; REINER, Robert, op. cit., p. 136; BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 155-156; REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 171-172.

serviço, 543 pessoas mortas em confronto com a Polícia Civil/Militar e 6 pessoas mortas por policiais civis/militares em outras circunstâncias. Em 2010 houve 25 policiais civis e militares mortos em serviço ou fora de serviço (14 policiais militares mortos em serviço), 510 pessoas mortas em confronto com a Polícia Civil/Militar (495 pela Polícia Militar) e 7 pessoas mortas por policiais civis em *outras circunstâncias*.⁴⁵⁸

Para Conte Lopes, no entanto, “o dedo de um policial vale mais que a vida de todos os bandidos”. No tempo em que era da ROTA, nenhum policial civil ou militar foi baleado ou morto no seu turno de serviço sem que ele não fosse “caçar o bandido e ele vinha, em pé ou deitado, isso era problema dele”. O deputado conclama os policiais a serem “rápidos no gatilho se necessário for, pois se tiver que ir um lado, que vá o lado de lá” (D35). Defensor da pena de morte, Conte Lopes equipara o assassinato de profissionais da segurança pública à pena capital (D36) e relaciona a baixa vitimização policial em Nova York à existência de “pena de morte para quem mata um policial” (D37). Nos discursos da amostra, o deputado requer liberdade para o policial atirar, como se estivesse sempre amparado pela legítima defesa, a qual estaria sendo negada aos policiais, e tudo fosse uma questão de *matar ou morrer*, o título do livro que escreveu em resposta a *Rota 66*, de Caco Barcellos (D38).

Conte Lopes naturaliza as mortes, considerando-as inevitáveis, consequência da escolha do próprio *bandido* por atirar (D39) e prova da maior produtividade da Polícia Militar, já que, estando nas ruas, a chance de conflitos é maior (D40). Por outro lado, rejeita a acusação de que a Polícia Militar tenha como objetivo matar, e não prender, alegando que o número de presos é maior do que o número de mortos (D41). Em diversos discursos Conte Lopes desumaniza explicitamente as pessoas mortas por policiais militares, recusando que sejam denominadas de *suspeitos*, *civis* ou até de *pessoas* (D38 a D40). A expressão *caçar bandidos*, por sua vez, indica como, além de essencializados, os *bandidos* são animalizados. Se em alguns discursos o deputado justifica essas mortes como inevitáveis, decorrentes da legítima defesa, em outros demonstra comemorá-las, declarando-se feliz com a morte de traficantes (D42), dando “graças a Deus” pela morte de sequestradores (D43) e afirmando gostar quando há tiroteios (D44).

⁴⁵⁸ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 4, 2010; Id. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 4, 2010; Id. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 5, 2011; Id. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 3, 2009; Id. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 2, 2008; Id. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 1, 2007.

Segundo Zaffaroni, apesar de o poder punitivo descontrolado renovar sempre a mesma estrutura discursiva, seu conteúdo varia por inteiro segundo o inimigo eleito. Quebra-se a diferença entre poder punitivo e coerção direta administrativa, pois se enfrentaria um processo lesivo em curso, e toda violência para desbaratar o inimigo se torna legítima por via da necessidade ou da legítima defesa. Este é o discurso legitimante da tortura próprio da ideologia da segurança nacional, que vigora na América do Sul há mais de trinta anos e nos EUA hoje.⁴⁵⁹

Zaffaroni critica os juristas e criminólogos por subestimarem o poder do discurso e se declararem impotentes frente às decisões do poder punitivo, adotando uma postura pragmática, asséptica e uma impossível neutralidade ideológica. Com o discurso se exerce poder. Sem o discurso, as agências executivas do sistema penal ficam deslegitimadas e, ainda que possa causar danos graves antes de cair, o poder não se sustenta muito tempo sem discurso. Se o penalismo lhe tira o discurso, a incitação pública à vingança ficaria reduzida ao que é: pura publicidade midiática, com as limitações da publicidade de qualquer produto.⁴⁶⁰

Caberia à ciência criminal denunciar as ideologias de destruição dos limites do Estado de Direito, de hierarquização de seres humanos, de segurança nacional, e os discursos que racionalizam o sacrifício expiatório de inimigos ampliando as causas de justificação e de exculpação do direito penal de diferentes maneiras, mas sempre com base nas técnicas de neutralização. Se são utilizadas em discursivos simplistas de rebeldes sem causa para minimizar, justificar ou exculpar seu vandalismo, as técnicas de neutralização de homicídios massivos ou de sua preparação mediante discursos vingativos teorizam-se em alto nível político, inclusive pela academia, e glorificam-se pelos meios de comunicação social.⁴⁶¹

No Banco de Dados organizado por Caco Barcellos, o qual compilou todos os casos registrados como tiroteio que resultaram em mortes de civis por policiais, durante o policiamento regular da cidade de São Paulo, de 09 de abril de 1970 a 1992, ano de

⁴⁵⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl, op. cit., p. 44.

⁴⁶⁰ Ibid., p. 86-88.

⁴⁶¹ *Loc. cit.* Uma das técnicas de neutralização do complexo de culpo e de autojustificação da conduta adotada por criminosos consiste em negar a nocividade do comportamento (GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Criminologia*. 7. ed. São Paulo: RT, 2010. p. 303). “As organizações não são passivas; ao contrário, lideranças, associações profissionais estão ativamente engajadas na construção e elaboração dos mitos institucionais. Aqui podemos citar a intervenção de lideranças policiais para justificar socialmente a violência como instrumento de combate ao crime” (MEDEIROS, Mateus Afonso. Aspectos institucionais da unificação das polícias no Brasil. *Dados*, vol. 47, nº 2, 2004. p. 274).

publicação de *Rota 66*, Conte Lopes é o terceiro maior matador da história da Polícia Militar. O próprio capitão costumava afirmar com orgulho, em entrevistas à imprensa, que matou entre 100 e 150 criminosos e costumava se deixar fotografar com seu revólver na mão.

Conte Lopes perseguia o sonho de ser reconhecido como o maior de todos os matadores. Alguns colegas afirmavam que havia uma disputa pelo título, que representava vantagens na carreira. Em 1977, recebeu a primeira promoção por ato de bravura. Passou de primeiro para segundo-tenente, com um aumento de 30% no salário. O reconhecimento do comando também pode ser avaliado pelo número de elogios e troféus recebidos após suas ações mais violentas. Ele conquistou todas as homenagens possíveis dentro da corporação: detém o título máximo de honra ao mérito de quinto grau.

Conte Lopes gostava de alimentar sua fama de matador de *bandidos*. Porém, no Banco de Dados de Caco Barcellos, era um matador de inocentes. Foram identificadas 36 das 42 vítimas de Conte Lopes registradas no Banco de Dados. Em muitos casos a morte poderia ter sido evitada, sem nenhum prejuízo à sociedade ou risco a pessoas inocentes. Uma forte evidência da intenção premeditada do deputado de matar os suspeitos é o grande número de vítimas mortas com tiros na cabeça. A Justiça Civil forneceu informações sobre o passado criminal de vinte e cinco pessoas mortas por Conte Lopes que Caco Barcellos conseguiu identificar. Embora ele costume afirmar que só matou homens perigosos, que estupravam e matavam para roubar, das vinte e cinco vítimas, treze nunca haviam praticado nenhum crime e possuíam ficha limpa na Justiça e doze já tinham estado envolvidas em algum tipo de crime, a maioria furto e roubo. Dessas, apenas duas eram assaltantes que já haviam matado uma pessoa.⁴⁶²

⁴⁶² O deputado gostava de fazer *campana* do suspeito antes de matá-lo, ou seja, de investigar alguém antes ou depois da prática de um crime, tarefa de responsabilidade exclusiva dos policiais civis. Chegou a usar trajes civis e carros particulares para investigar e matar suspeitos a pedido dos moradores do bairro onde morava, em Guarulhos. Contava com a cumplicidade do alto comando da Polícia Militar e alguns, como Ubiratan Guimarães, chegaram a dar seu apoio efetivo. Em 1982, Guimarães, então subcomandante do 1º Batalhão, sede da ROTA, se envolveu numa investigação típica de policiais civis em companhia dos capitães Conte Lopes e Antônio Bezerra da Silva. Localizados os suspeitos, a investigação dos policiais militares culminou na morte de quatro pessoas. Todas foram levadas para o hospital, onde os corpos chegaram com ferimentos típicos de execução (BARCELLOS, caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Globo, 1993. p. 215 et seq.).

3. *Bandido bom é bandido morto*

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, de nada adiantaria unificar as polícias se não for alterada a estrutura de recompensa que premia como heróis aqueles que mais empregam indiscriminadamente a violência fatal.⁴⁶³ Em novembro de 2012, por exemplo, a Polícia Militar de São Paulo mantinha em seus quadros os réus que respondiam criminalmente pelo massacre do Carandiru. Dois deles foram nomeados comandantes da ROTA pelo governador Geraldo Alckmin.⁴⁶⁴ Em pesquisa realizada em 2014⁴⁶⁵, 18,5% dos policiais militares paulistas entrevistados concordaram totalmente que policial que mata criminoso deve ser premiado pela corporação, 28,8% concordaram em parte, 41,1% discordaram totalmente, 10,2% discordaram em parte e 1,5% não souberam responder; 8,7% concordaram totalmente que policial que mata suspeito deve ser inocentado, 40,1% concordaram em parte, 28,1% discordaram totalmente, 19,6% discordaram em parte e 3,5% não souberam responder.

Dos policiais militares paulistas, 68,3% concordaram totalmente que a morte, independentemente de quem seja a vítima, deve ser evitada pelas polícias, 22,0% concordaram em parte, 4,1% discordaram totalmente, 5,1% discordaram em parte e 0,6% não souberam; 42,2% concordaram totalmente que policial que mata suspeito deve ser investigado e julgado pela justiça, 41,1% concordaram em parte, 6,5% discordaram

⁴⁶³ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem controle e militarização da polícia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 1, p. 8-12, abr. 83. p. 11-12. As autoridades públicas toleram o “vigilantismo” acreditando nos efeitos de controle que essas práticas pretensamente têm. Espera-se que esses abusos e arbitrariedades estejam servindo em última instância para preservar as relações de propriedade existentes, apoiar os valores conservadores na política econômica, valores sociais e morais, assegurar uma justiça retaliatória e preservar a lei e a ordem (PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 71). Sobre as mortes praticadas pela Polícia Militar, a convivência das autoridades e a impunidade, cf. *ibid.*, p. 81 et seq. Os “autos de resistência” são tolerados e até incentivados pelos comandos das polícias militares como circunstâncias inevitáveis do trabalho “preventivo” realizado nas ruas e nos locais onde se suspeitavam estarem os delinquentes concentrados ou escondidos – mais propriamente, as habitações populares como favelas (ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, nº 11, vol. 2, 1999. p. 142.

⁴⁶⁴ Salvador Modesto Madia foi nomeado comandante da Rota em setembro de 2011 e, após um ano no cargo, foi substituído por Nivaldo Cesar Restivo. Na ocasião da nomeação de Madia, o então Secretário de Segurança Pública Antônio Ferreira Pinto teria dito que “Carandiru é coisa do passado”. Já o ex-governador Fleury, às vésperas do massacre completar vinte anos, teria dito que “quem não reagiu está vivo” (FERREIRA, Luisa Moraes Abreu; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; MACHADO, Máira Rocha. *Novos Estudos CEBRAP* 94, novembro 2012. p. 5-6).

⁴⁶⁵ LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública.

totalmente, 9,3% discordaram em parte e 0,9% não souberam responder. Portanto, enquanto a grande maioria dos policiais militares paulistas concordava totalmente ou em parte com o julgamento de policiais que matam suspeitos, aproximadamente a metade concorda totalmente ou em parte que seja inocentado.

Com o objetivo de beneficiar a “guerra contra o crime” com as mesmas garantias que gozava no enfrentamento da luta armada, a Emenda Constitucional nº 7, de 1977, inserida no “pacote de abril”, consagrou a atribuição do caráter de crime militar aos delitos cometidos por policiais militares, sem discriminar a natureza militar ou civil desses delitos. Por meio de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os policiais militares de São Paulo passaram a ser julgados pela Justiça Militar estadual, acusada de corporativismo e de servir à impunidade dos policiais.⁴⁶⁶

Em 1996, porém, após anos de luta do promotor e deputado federal pelo PT Hélio Bicudo, foi aprovada a Lei nº 9.299, que transfere para o Tribunal do Júri o julgamento de crimes dolosos contra a vida praticados por policiais militares contra civis. Foi mantido, todavia, o inquérito policial militar, que deve ser encaminhado à Justiça Comum nesses casos.⁴⁶⁷ Em pesquisa realizada em 2014⁴⁶⁸, 63,2% dos policiais militares de São Paulo concordaram que policiais militares deveriam ser julgados pela Justiça Militar⁴⁶⁹ e 45,3% discordaram totalmente do fim da Justiça Militar para as polícias militares⁴⁷⁰; 43,8% dos policiais militares de São Paulo discordaram totalmente da extinção dos inquéritos policiais militares.⁴⁷¹

⁴⁶⁶ Imagine-se, por exemplo, a situação constrangedora de um sargento encarregado de levar uma intimação a um coronel, em uma corporação fortemente hierárquica (ZAREVUCHA, Jorge, op. cit., p. 316). Consta que nos Conselhos de Sentença da Justiça Militar juízes e promotores tinham profunda admiração pelas rondas da Polícia Militar, especialmente a ROTA, e a imprensa comentava que nenhum dos policiais dessa unidade era condenado. Como tanto as condenações quanto as absolvições eram mantidas em sigilo, é impossível averiguar a realidade dessas impressões (PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência sem controle e militarização da polícia. Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 1, p. 8-12, abr. 83. p. 11; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e crise política: o caso das polícias militares*. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 61, 66). Além de incentivar Contê Lopes a matar com promoções, troféus e referências elogiosas em sua ficha disciplinar, os comandantes ainda davam a ele crédito para apurar em Inquéritos Policiais Militares os crimes de seus colegas matadores (BARCELLOS, Caco, op. cit., p. 215 et seq.). O deputado ignorava laudos e distorcia depoimento de testemunhas para protegê-los (ibid., p. 185-186).

⁴⁶⁷ Sobre a aprovação da Lei nº 9.299/96, cf. Sobre a aprovação da Lei Bicudo, cf. ZAREVUCHA, Jorge, op. cit., p. 321 et seq.

⁴⁶⁸ LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. *Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública*.

⁴⁶⁹ 33,2% discordaram e 3,6% não souberam.

⁴⁷⁰ 24,6% concordaram totalmente, 19,7% concordaram em parte, 8,4% discordaram em parte e 2,0% não souberam responder.

⁴⁷¹ 23,5% concordaram totalmente, 21,6% concordaram em parte, 9,3% discordaram em parte.

Olímpio Gomes defende a Justiça Militar das acusações de corporativismo, observando que a partir de 1996 “o número de condenações de policiais militares envolvidos em crimes dolosos contra a vida diminuiu significativamente”, mas critica veementemente os critérios para a escolha dos juízes militares e juízes advogados pelo quinto constitucional, calcados, segundo o deputado, muito mais em critérios políticos do que meritocráticos, propondo critérios em emendas a um projeto de lei. Advogados que militam há anos na Justiça Militar perderiam o lugar para “meninos juniores carimbados” que não teriam, “além da árvore genealógica, a condição de colocar um policial militar até 30 anos confinado numa cela” (D45).

Já Celso Tanauí aponta os riscos de a Justiça Militar transformar-se em um tribunal arbitrário, mais duro do que a Justiça Civil, tendo em vista que o Comando Geral da PM teria o direito de discordar da decisão do Conselho de Justificação ou do Conselho de Disciplina, exonerando ou punindo o policial sem direito a defesa, com o poder de última instância, incorrendo no risco de arbitrariedades. Esse tipo de autoridade não teria sido conferido à Polícia Militar “nem na época da ditadura, ocasião em que tivemos medidas fortíssimas”. Segundo o deputado, que apresentou uma emenda com a proposta de suprimir a expressão “não caberá recurso” do projeto de lei, é falsa a impressão de que os processos de expulsão e exoneração são demorados (D46).⁴⁷²

Edson Ferrarini é elogioso à Justiça Militar, a qual considera “dura em alguns momentos, em algumas situações” (D47). Conte Lopes critica a transferência dos processos dos policiais militares envolvendo vítimas civis para a Justiça Comum, reclama que o policial militar agora é “réu comum” e “pode se ferrar dos dois lados” (D48), afirma que a Justiça Militar “não é da Polícia Militar, e sim do Poder Judiciário”, que ela faz com que o policial militar “trabalhe dentro dos princípios de disciplina e hierarquia” e a desvincula da ditadura militar (D49). O deputado se queixa de que seus adversários, entre os quais Hélio Bicudo, não aceitam que 75% dos promotores, na Justiça Comum “percebem que o policial agiu em legítima defesa própria ou de outrem”, pedem o arquivamento e o juiz concede (D50).

⁴⁷² A legislação penal militar pode ser ora mais rígida que a legislação penal comum ora mais amena e sua aplicação é, muitas vezes, contingente com a atmosfera política reinante em cada Estado. Por exemplo, a Polícia Militar do Rio de Janeiro, durante o governo Brizola, antes da promulgação da Lei nº 9.299/96, financiou para os seus membros a compra de revólveres particulares, com o objetivo de descaracterizar a existência de crime militar fora de serviço (ZAREVUCHA, Jorge, op. cit., p. 315). O presidente do Inquérito Policial Militar, por sua vez, pode decretar a prisão provisória sem justificar e só comunicando ao juiz (ibid. 319).

Por outro lado, apesar de defender a absolvição de Ubiratan Guimarães pelo massacre do Carandiru, apoia a soberania da decisão do júri popular, salientando que “não podemos aceitar a justiça só a nosso favor”, que nunca pediu imunidade parlamentar pelas suas ocorrências policiais e que “não pode ser uma justiça para Ubiratan Guimarães e outra justiça para José Rainha”, o qual foi condenado e posteriormente absolvido em outro julgamento (D51). Já Ubiratan Guimarães, que foi diretamente afetado pela transferência da competência do julgamento de crimes comuns praticados por policiais militares contra civis, rebate as acusações de que os promotores seriam coniventes com os crimes da Polícia Militar (D52).⁴⁷³

Se até o ano de 1996 a suposta impunidade era decorrência do julgamento dos homicídios de civis praticados por policiais militares pela Justiça Militar, hoje, no entanto, é facilitada pela criminalização das vítimas no Tribunal do Júri, seja por meio do discurso jurídico da legítima defesa, apresentada na forma de *autos de resistência*, seja por meio do discurso político de que “bandido bom é bandido morto”, que conta com simpatia de relevante parte da população em geral, de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Cabe ponderar que a decisão do Júri é soberana e não precisa ser juridicamente justificada.

Desqualificar os civis mortos pela Polícia como *bandidos*, como faz Conte Lopes, é, portanto, estratégico. Conforme aponta Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, o Tribunal do Júri constitui um espaço em que não apenas o réu é julgado. Há múltiplos julgamentos ocorrendo, como estratégia de convencimento dos jurados. Se em última análise o Tribunal do Júri controla o poder de matar, estabelecendo se o assassinato julgado foi “legítimo”, a vítima também acaba sendo alvo inevitável do julgamento:

Conforme o perfil sócio-econômico de quem morre e de quem mata, bem como das razões alegadas para a ocorrência das mortes, essas e seus protagonistas são julgados. Portanto, homicídios narrados em plenário levam a julgamento, mais do que a morte, os adjetivos que a

⁴⁷³ Condenar policiais pela morte de civis é ainda um grande desafio. Nos casos de homicídio cometidos por policiais, 94% dos inquéritos civis são concluídos sem indiciamento (SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. *Letalidade policial e prisões em flagrante* – sumário executivo, abr. 2004). A sobreposição do policial militar sobre, principalmente, uma vítima com perfil criminoso justifica a morte, provavelmente a partir da alegação de algum dos excludentes de ilicitude (PEKNY, Ana Carolina; KULLER, Laís Boás Figueiredo; JARDIM, Lucas Bernasconi. Reflexões sobre a Justiça e o Estado Democrático de Direito a partir do julgamento do Carandiru. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n. 1, fev/mar 2014. p. 204).

acompanham e que qualificam os vivos e os mortos em questão – e até mesmo outros vivos e outros mortos por esses representados.⁴⁷⁴

Não se pode olvidar que “a prevalência da concepção „bélica“ de segurança no interior das polícias faz par com a prevalência de uma visão „despótica“ da ordem pública em vastos segmentos da sociedade”, que se traduz em demandas repressivas e na tolerância à ilegalidade da ação policial quando se dirige a reais ou supostos criminosos, fenômeno que dificulta o controle das polícias.⁴⁷⁵ Diante da ameaça da extinção ou de alteração do estatuto da ROTA pelo governo Montoro, em virtude da alta taxa de letalidade policial, a *Folha de S. Paulo* ouviu 1.968 entrevistados em dezembro de 1982 que se destinavam, em pontos de transporte, a bairros onde a ROTA atuava com frequência, como Cidade Ademar, Itaquera, Penha, Lapa, Santo Amaro e outros, e constatou que 81,5% eram favoráveis à manutenção da ROTA, contra apenas 14,9% favoráveis à sua extinção.⁴⁷⁶

Em novembro de 2012⁴⁷⁷, 41% dos paulistanos acreditavam que Polícia Militar era mais violenta do que deveria em seu trabalho, 35% acreditavam que a violência era usada na medida certa pela corporação (58% entre os que preferiam o PSDB, 42% entre os que preferiam outro partido). Havia ainda 19% que diziam que os policiais militares usavam menos violência do que deveriam e 5% que não souberam responder; 19% dos que preferiam o PT declararam que a Polícia Militar era menos violenta do que deveria, o mesmo valor da média geral, e apenas 12% dos que preferiam o PSDB tinham essa

⁴⁷⁴ SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri: ritual lúdico e teatralizado*. São Paulo. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002. p. 115. Pekny, Kuller e Jardim levantam a hipótese de que a demora no julgamento do massacre do Carandiru se deve ao estigma das vítimas. No julgamento da tropa do GATE, o defensor Celso Vendramini, ex-integrante da ROTA, recorreu a vídeos de programas sensacionalistas e chegou a afirmar que quando fez parte da ROTA “matou muito bandido, com orgulho”. Algumas provas técnicas foram questionadas, mas o cerne de sua argumentação foi a existência de uma dicotomia entre o bem, representado pelos policiais, e o mal, representado pelos detentos. Os argumentos legalistas e pró-direitos humanos, aliados as provas irrefutáveis sobre a prática de excessos naquele dia, no entanto, teriam sido capazes de se sobrepor à retórica de forte apelo emocional e condenar os policiais. Isso representou um avanço, pois, embora tenha havido outros casos de condenações de policiais acusados por homicídios, tais como o ocorrido na Favela Naval, em Diadema, no ano de 1997, a vítima, nesse caso, foi identificada como um pai de família, pobre, inocente, e não um *bandido*, como as vítimas do Carandiru (PEKNY, Ana Carolina; KULLER, Laís Boás Figueiredo; JARDIM, Lucas Bernasconi, op. cit., p. 206-209).

⁴⁷⁵ LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio et al. *Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 55.

⁴⁷⁶ De janeiro a setembro de 1982, 432 cidadãos foram mortos, 212 desses pela ROTA, composta por 830 homens, sendo os efetivos da PM paulista de 60.000 homens. Um levantamento pormenorizado de 330 dessas mortes apontou que 128 dessas vítimas eram negros, 48 eram menores de idade, 5 eram mulheres e em muitos casos trabalhadores e sem antecedentes criminais (PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem controle e militarização da polícia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 1, p. 8-12, abr. 83. p. 8-9).

⁴⁷⁷ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

opinião. Logo após o episódio da Favela Naval, em 1997, 73% avaliavam que a Polícia Militar era mais violenta do que deveria.⁴⁷⁸

	19/12/1995	02/04/1997	09/12/1999	22/11/2012
Mais violenta do que deveria	44%	73%	49%	41%
Violenta na medida certa	35%	14%	27%	35%
Menos violenta do que deveria	19%	7%	19%	19%
Não sabe	3%	2%	5%	5%

Opinião sobre a violência nas ações da Polícia Militar (resposta estimulada e única) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012. p. 38)

De forma geral, a população era contra a existência de grupos de extermínio de policiais se eles matassem inocentes, mas não se matassem alguém que tinha cometido um crime. Para 80%, um policial que participasse de um desses grupos, fora do horário de trabalho, e matasse uma pessoa inocente deveria ser preso. Havia ainda 15% que preferiam vê-lo expulso da polícia, mas não preso (26% entre os que preferiam outro partido que não os citados), e 2% que defendiam que esse policial não sofresse nenhuma punição.⁴⁷⁹

Numa situação em que um policial – fora de seu horário de trabalho – fizesse parte de um grupo de extermínio e matasse um criminoso, 43% afirmaram que ele não deveria sofrer nenhuma punição. Um índice similar (40%) defendeu a prisão desse policial⁴⁸⁰, 11% disseram que ele deveria ser expulso da polícia, mas não preso, e 5% não souberam responder. Não houve diferenças de percentagens, fora da margem de erro, em relação às preferências partidárias. Tampouco houve diferenças de percentagens, fora da margem de erro, entre as pessoas com e sem amigos ou parentes policiais ou ex-policiais militares e

⁴⁷⁸ Se por um lado 31% dos que avaliaram a segurança pública como ótima/boa e 37% dos que avaliaram o governador como ótimo/bom disseram que a Polícia Militar de São Paulo era mais violenta do que deveria, 30% dos que avaliaram a segurança pública como ruim/péssima e 25% dos que avaliaram o governador como ruim/péssimo disseram que a Polícia Militar era violenta na medida certa. De qualquer forma, conforme o esperado, as percentagens dos que avaliaram que a Polícia Militar era violenta na medida certa foram maiores entre os que avaliaram o governador e a segurança pública positivamente e a percentagem dos que avaliaram que a Polícia Militar era mais violenta do que deveria foi maior entre aqueles que avaliaram o governador e a segurança pública negativamente. Não houve variações de avaliação da atuação da polícia fora da margem de erro entre as pessoas com e sem parentes ou amigos policiais ou ex-policiais.

⁴⁷⁹ Não houve diferenças fora da margem de erro entre os grupos de pessoas com e sem parentes ou amigos policiais ou ex-policiais.

⁴⁸⁰ 56% entre as pessoas com Ensino Superior 49% entre as pessoas com renda acima de 10 salários mínimos, 49% entre os moradores da zona Oeste, 60% entre os moradores do Centro.

entre as pessoas com e sem parentes ou amigos detentos ou ex-detentos. Isso significa que a taxa dos que aprovavam o assassinato de criminosos era tão alta entre aqueles com parentes ou amigos detentos ou ex-detentos quanto entre aqueles que não tinham parentes ou amigos detentos ou ex-detentos.⁴⁸¹

Apesar das altas votações de Ubiratan Guimarães em bairros nobres da Zona Oeste de São Paulo em 2002, os paulistanos com renda familiar mensal acima de dez salários mínimos foram os que proporcionalmente mais disseram que o policial deveria ser preso se matasse um bandido e que grupos de extermínio formados por policiais estavam envolvidos na onda de violência de novembro de 2012.

A nova direita acredita que a delinquência é um sinal de autoridade fraca no controle sobre o *mal* que tende a se expandir. Desconfia de direitos humanos, devido processo legal ou soluções judiciais. Defende a *polícia que mata*, os *justiceiros*, a ampliação da pena de morte e as execuções sumárias, principalmente se o crime envolve ato de violência. Diz até que a chacina do Carandiru foi uma *faxina*.⁴⁸² Pesquisa Datafolha realizada em abril de 2013 na cidade de São Paulo⁴⁸³ constatou que, na semana que antecedeu o início do julgamento de parte dos policiais acusados de matar 111 presos no Carandiru, 36% da população adulta de São Paulo acreditava que os policiais agiram corretamente (44% dos que preferiam o PMDB e 47% dos que preferiam o PSDB).

Em outubro de 1992, logo após o massacre, 29% dos paulistanos acreditavam que a Polícia Militar havia agido corretamente. Em abril de 2013, para 26%, os acusados deveriam ser absolvidos. O índice de apoio das pessoas de 60 anos de idade ou mais aos policiais ficou acima da média, seja na menor atribuição de culpa aos policiais, seja no apoio à absolvição, seja no diagnóstico de que a Polícia havia agido corretamente. As pessoas com renda familiar mensal de até dois salários mínimos responsabilizaram mais os policiais e eram os que mais achavam que deveriam ser condenados e presos. As pessoas com Ensino Superior acreditaram mais na versão contada pelos policiais de que agiram em

⁴⁸¹ A convivência dos entrevistados com policiais ou ex-policiais e com detentos ou ex-detentos não parecem ser excludentes, muito pelo contrário. A percentagem de pessoas com amigos ou parentes policiais ou ex-policiais, 38% entre os entrevistados em geral, chegava a 57% entre pessoas com parentes ou amigos detentos ou ex-detentos. Já a percentagem de pessoas que tinham amigos ou parentes detentos ou ex-detentos, 28% entre os paulistanos, chegava a 42% entre as pessoas que tinham parentes ou amigos policiais ou ex-policiais.

⁴⁸² CALDEIRA, Cesar. Caso do Carandiru: um estudo sóciojurídico – (1ª Parte). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 29, 2000. p. 139-140. No Rio de Janeiro, a ojeriza aos direitos humanos era semelhante.

⁴⁸³ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Julgamento massacre do Carandiru*. 2013.

legítima defesa. No entanto, quanto maior a escolaridade, maior a percepção de que deveriam ser condenados.

Ficaram acima da média a percentagem dos que preferiam o PSDB e responsabilizaram os policiais pelas mortes (37%) e a percentagem dos que preferiam outro partido e responsabilizaram os próprios presos (40%). Cabe ressaltar, porém, que o fato de uma pessoa reconhecer a responsabilidade dos policiais não significa necessariamente que desaprove sua ação. Ficaram ainda acima da média as percentagens dos que preferiam o PSDB e acreditavam na versão da polícia de que os presos estavam armados e os soldados agiram em legítima defesa (55%) e a dos que preferiam o PMDB e acreditavam totalmente na versão da polícia (32%). Por fim, ficou acima da média a percentagem dos que preferiam o PT e acreditavam que os policiais deveriam ser condenados e presos (48%).⁴⁸⁴

Ubiratan foi condenado em junho de 2001 pelo Tribunal do Júri a 632 anos de prisão por 102 homicídios e cinco tentativas de homicídio, com o direito a apelar em

⁴⁸⁴ Na semana que antecedeu o início do julgamento, 54% dos moradores da capital paulista acreditavam que a Polícia Militar agiu errado ao acabar com a rebelião da forma como fez, resultando nas mortes dos presos, e 10% não souberam responder. Entre os mais velhos, com 60 anos ou mais, 48% disseram que os policiais agiram de forma correta. Em outubro de 1992, logo após o massacre, 53% dos paulistanos acreditavam que a PM havia agido errado no episódio e 18% não souberam responder. Quando questionados sobre quem foram os principais responsáveis diretos pelas mortes, 33% acreditavam em abril de 2013 que os presos foram os responsáveis diretos pela própria morte, outros 30% atribuíram a responsabilidade direta aos policiais, 26% afirmaram que a culpa foi de ambos, 8% não souberam responder e 1% apontou o governo/governador. Em 1992, 38% diziam que os principais responsáveis eram os policiais, 36% atribuíam a culpa aos presos, 11% acreditavam que ambos eram culpados, 13% não sabiam responder e 2% deram outras respostas. Em abril de 2013, os que responsabilizaram os próprios presos apresentaram uma percentagem maior entre as pessoas com 60 anos de idade ou mais (40%). Os que responsabilizaram os policiais apresentaram uma percentagem maior entre as pessoas com renda familiar mensal de até dois salários mínimos (37%). Por outro lado, foi menor entre as pessoas com 60 anos de idade ou mais (23%). A percentagem dos que responsabilizaram ambos foi maior entre as pessoas de 35 a 44 anos de idade (33%). Informados de que a Polícia Militar, na época das mortes no Carandiru, disse que os presos estavam armados e que os soldados agiram em defesa própria, 48% indicaram concordar com essa versão (57% entre as pessoas com 60 anos de idade ou mais, 55% entre as pessoas com Ensino Superior), 20% acreditaram totalmente (30% entre as pessoas com 60 anos de idade ou mais) e 28% acreditaram em parte. No mesmo patamar (46%) estão os que não acreditaram na posição da PM e 6% não souberam responder. Na comparação com levantamento de 1992, aumentou a fatia dos que acreditavam na versão da PM: à época, 39% estavam de acordo com essa posição (17% totalmente e 22% em parte), 52% não acreditavam na polícia e 9% não souberam responder. Em abril de 2013, dois em cada três moradores de São Paulo (65%) acreditavam que os policiais que seriam julgados pelas mortes no Carandiru na semana seguinte deveriam ser condenados (75% entre as pessoas de 16 a 24 anos de idade, 72% entre as pessoas de 25 a 34 anos de idade). Nem todos eles, porém, gostariam de vê-los presos: 24% diziam que os policiais deveriam ser condenados, mas não ir para a prisão (31% entre as pessoas com renda familiar mensal de mais de cinco a dez salários mínimos). Os demais 41% acreditavam que deveriam ser condenados e presos (48% entre as pessoas de 25 a 34 anos de idade, 48% entre as pessoas com renda de até dois salários mínimos). Para 26%, os acusados deveriam ser absolvidos (39% entre as pessoas com 60 anos de idade ou mais) e 9% não souberam responder. Quanto maior a escolaridade, maior a percepção de que os policiais deveriam ser condenados (57%, 68% e 71%, respectivamente).

liberdade. Os jurados responderam que houve dolo por parte do réu, reconheceram a inexigibilidade de conduta diversa e o estrito cumprimento do dever legal, excludentes de culpabilidade e de ilicitude, respectivamente, mas também reconheceram o excesso doloso. A maioria dos desembargadores do Órgão Especial que julgaram a Apelação entendeu que o reconhecimento do excesso era contraditório, mas em vez de anular o Júri, interpretou a decisão dos jurados como sendo, na realidade, absolutória.⁴⁸⁵

O julgamento dos demais policiais, todos de baixa patente, foi dividido em quatro etapas. Em abril e agosto de 2013 foram julgados os policiais da ROTA, que atuaram no primeiro e segundo andar do presídio. Em março e abril de 2014 foram julgados os policiais do GATE (Grupo de Ações Táticas Especiais) e do COE (Comando de Operações Especiais), que atuaram no terceiro e quarto andar, respectivamente. Em todas as etapas, o júri popular condenou os policiais, somando 73 policiais condenados pela morte de 77 detentos. Os réus recorrerão em liberdade.⁴⁸⁶

Luiz Antônio Fleury Filho era o governador na época da chacina. Apesar de ser do PMDB, representava o setor conservador do partido. Ao escolher seu secretário de Segurança Pública, oriundo dos quadros do Ministério Público, para disputar a eleição em 1990, o governador Orestes Quécia já demonstrava que pretendia responder aos anseios da população por mais segurança. Fleury havia ganhado notoriedade ao prender os sequestradores do empresário Abílio Diniz, cujo sequestro havia ocorrido às vésperas do segundo turno da eleição presidencial de 1989.⁴⁸⁷

⁴⁸⁵ FERREIRA, Luisa Moraes Abreu; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; MACHADO, Maíra Rocha. *Novos Estudos CEBRAP* 94, novembro 2012. p. 20-21.

⁴⁸⁶ PEKNY, Ana Carolina; KULLER, Laís Boás Figueiredo; JARDIM, Lucas Bernasconi, op. cit., p. 199.

⁴⁸⁷ CALDEIRA, Cesar. Caso do Carandiru: um estudo sóciojurídico – (1ª Parte). *Revista Brasileira de Ciências Criminais* nº 29, 2000. p. 140-141. Em 1990, o eleitorado do estado de São Paulo podia ser considerado conservador. O partido com maior percentual de identificação era o PT, com 13,1%, seguido pelo PMDB, com 4,2%, PDS, com 3,8% e o PSDB, com 2,4%. Os partidos de direita apresentavam as menores taxas de identificação partidária, mas o mesmo não ocorria na auto-identificação ideológica: 33,% do eleitorado do estado se classificaram como de direita; 15%, de esquerda; 17,5%, de centro e 33,1% não sabiam, não responderam ou não se auto-classificaram ideologicamente. O voto preferido para Presidente da República no primeiro turno em 1989 foi em Collor, 31,4%, (no segundo turno, 56,9%), seguido de Lula (21,5%), Covas (16,3%) e Maluf (14,1%), que também foi apontado como o candidato preferido para governar o estado (com a preferência de 31,5% dos entrevistados). A expressiva intenção de voto em Suplicy ao Senado talvez possa ser um reflexo do voto dado a uma personalidade importante na história da consolidação do PT no estado, ou de uma modalidade de voto de protesto, da mesma forma que ocorreu com o voto dado a Luiza Erundina, prefeita da capital paulista entre 1988 e 1992. Ao serem inquiridos sobre a possibilidade de votar num candidato do PT ao governo, 46% dos entrevistados declararam que não votariam nesta opção (FERREIRA, Marcelo Costa. Participação e comportamento político no Estado de São Paulo, 1990. *Opinião Pública*, Campinas, vol. VI, nº 2, 2000. p. 253, 256).

Franco Montoro e outros quadros mais progressistas do PMDB haviam rompido com o partido e fundado, em 1988, o PSDB. A virada conservadora e eleitoreira do PMDB foi responsabilizada politicamente, na época pelo massacre do Carandiru, por Dyrceu Aguiar Dias Cintra Junior, juiz de direito em São Paulo e membro do Conselho de Administração da Associação Juízes para a Democracia:

Ao histórico desprezo pelas condições objetivas de encarceramento digno, cuja defesa nunca rendeu votos, os dois últimos governos estaduais acrescentaram a manipulação ideológica dos sentimentos de insegurança da população. Retornaram ao discurso autoritário de Maluf, interrompendo os progressos do governo democratizante de Montoro. Não foi por acaso que se chegou à barbárie. Tudo começou quando, candidato ao governo do Estado, Quéricia pressionou o governo a reverter a política de defesa dos direitos humanos, humanização dos presídios e combate à corrupção empreendida pelo então secretário de Justiça José Carlos Dias. Queria se igualar no discurso com o adversário à direita. Foi eleito e escolheu Fleury para a Secretaria de Segurança. Ungiu-o de todo o poder para que reintroduzisse o discurso de guerra permanente contra o crime. Ideologia de segurança nacional reeditada como ideologia de segurança pública, vinculada ao movimento da lei e ordem, que dá ênfase ao aspecto retributivo da pena, à severidade da punição e ao controle administrativo – não-judicial – da execução [...]. Um dos primeiros atos do governador Fleury foi vincular a administração dos presídios à Secretaria de Segurança Pública, contrariando orientação do direito internacional no sentido de que o pessoal penitenciário seja formado sem interferência de polícias e forças armadas. Transformou em caso de polícia o que é, imposta a pena, caso de Justiça.⁴⁸⁸

Conte Lopes relativiza o número de mortos no massacre do Carandiru, comparando-o com o número de pessoas mortas por *bandidos* (D53) e de presos mortos pelos próprios presos, e cobra a responsabilização criminal de agentes estatais por omissão pelas mortes no *Piranhão*, mesmo afirmando que “nunca foi de defender preso e que não está defendendo”. Para o deputado, chegará uma hora em que o governo mandará a Tropa

⁴⁸⁸ CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. Responsabilidade política pelo massacre, *Folha de S. Paulo*, 08/11/1992, p. 4-2. Segundo Fernando Salla, o Massacre do Carandiru “não representou uma intervenção esdrúxula, um intervalo inusitado nas práticas de intervenção policial, mas antes parte de um contínuo”, representou um duro golpe no processo de democratização, “revelando que eram ainda fortes as forças que resistiam às mudanças, que tinham nos aparatos policial e prisional uma trincheira poderosa, e que se dispunham a desafiar a lei e a ordem democrática”. Após a saída de José Carlos Dias da Secretaria de Justiça, foi adotado um posicionamento muito mais agressivo no enfrentamento das revoltas de presos, dentro de um padrão de baixa preocupação com negociações. A transferência da subordinação da Coespe e de outros órgãos da Secretaria da Justiça para a Secretaria da Segurança Pública, com o Decreto nº 33.134, de 15 de março de 1991, seria um sintoma dessa virada conservadora. A Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) seria criada apenas em 1993, como resposta ao massacre do Carandiru (SALLA, Fernando, op. cit., p. 78-79).

de Choque entrar no presídio e ela não irá querer entrar, pois “é melhor ficar preso um ano ou seis meses do que entrar numa detenção e depois ser condenado a quatro mil anos de cadeia como querem fazer com o Coronel Ubiratan Guimarães” (D54).⁴⁸⁹

Da mesma forma, Edson Ferrarini nega ser favorável ao massacre do Carandiru, mas relativiza o número de mortos, comparando-o com o número de *pais de família* assassinados em um fim de semana (D55). O deputado joga o foco do trabalho policial no compromisso com a defesa da vida, da integridade física e da dignidade da pessoa humana, seja acabando com o sequestro de uma menor, seja realizando um parto, seja prendendo um suspeito de ter matado um policial (D56). No mesmo sentido, Ubiratan Guimarães rechaça o rótulo de assassinos atribuído a policiais militares, afirmando que, desde que entram na Polícia Militar, aprendem somente a salvar vidas nas rodovias, nos incêndios, nas radiopatrulhas, em todos os lugares (D57).⁴⁹⁰

Em artigo publicado em 2003⁴⁹¹, Nancy Cardia constatou que a imagem da polícia era pior na cidade de São Paulo entre as pessoas com exposição mais grave à violência.⁴⁹² No entanto, eram as pessoas com a exposição mais grave à violência que conferiam maior

⁴⁸⁹ Mário Covas, retomando uma política penitenciária humanizadora, iniciou, a partir de 1995, um novo estilo de tratar com as rebeliões, em que a negociação seria a forma privilegiada em detrimento da intervenção policial direta e letal. No entanto, nesse mesmo momento a gestão dos presídios passa a ser desafiada pela ação de grupos criminosos organizados no interior das penitenciárias. Na rebelião de Hortolândia, o governo foi duramente criticado por parte de alguns órgãos de imprensa, por ter atendido às exigências de transferência por parte dos presos amotinados. (80). Inaugurado em 1985, ainda na gestão de José Carlos Dias, o Centro de Readaptação Penitenciária (Decreto nº 23.571, de 17 de junho de 1985), o Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, conhecido como “Piranhão”, sempre recebeu presos que tinham problemas disciplinares em outros presídios, que haviam comandado rebeliões ou que eram ameaçados pelos companheiros em função do crime praticado ou de conflitos provocados na massa carcerária. Nesse local, o regime de cumprimento de pena sempre foi muito mais rigoroso, um antecessor do RDD, com restrições às atividades coletivas, às visitas e aos banhos de sol, até pela necessidade de isolar os presos. Embora o governo negasse sistematicamente a existência de grupos criminosos organizados, suas lideranças eram com frequência mandadas para lá e diversas rebeliões ocorriam nas demais unidades prisionais manifestando o descontentamento dos presos com aquele regime (SALLA, Fernando, op. cit., p. 80).

⁴⁹⁰ Cf. Projeto de Lei nº 900/2007, de autoria de Olímpio Gomes: Dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado em manter nas viaturas utilizadas pela Polícia Militar do Estado de São Paulo aparelho desfibrilador externo automático.

⁴⁹¹ CARDIA, Nancy. Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. *Lusotopie* 2003: 299-328.

⁴⁹² Para as pessoas com exposição leve à violência na cidade de São Paulo, a polícia de seus bairros nunca usava de força excessiva quando revistava jovens nas ruas (53,00%, ante 13,00% entre os que tinham a exposição mais grave) e nunca tinha medo dos traficantes de drogas (47,20%, ante 16,70% entre os que tinham a exposição mais grave). Entre as pessoas com a exposição mais grave à violência, 56,60% discordaram totalmente que a polícia garantia a segurança de pessoas como elas (32,40% entre pessoas com exposição leve) (ibid., p. 314-315).

liberdade para a polícia agir.⁴⁹³ É interessante notar que, quando perguntados sobre o uso da tortura, todos os grupos a rejeitavam. Como alguns aceitavam comportamentos que se caracterizam como prática de tortura, pode-se sugerir que talvez rejeitassem a palavra *tortura*, mas não necessariamente todas as ações que se enquadram como tal. Isso sugere que a rejeição à tortura não pode ser interpretada como absoluta e universal. A rejeição da tortura parece depender da natureza do suspeito e do tipo de delito que se suspeita que tenha cometido.⁴⁹⁴

Conte Lopes também rejeita a palavra *tortura*, mas talvez não necessariamente todas as ações que se enquadram como tal. Para ele, o *bandido* “tem de ser interrogado, não é ser torturado, e a polícia sabe interrogar. Mas tem de falar, tem que saber puxar o bandido pela língua” (D58). Conte Lopes se queixa que a Ouvidoria não deixa o policial interrogar o bandido e afirma que “o dia em que deixarem o policial tratar o marginal como marginal, o crime cai” (D59). Apesar de comemorar a morte de criminosos, o deputado diz que “bandido tem direito a ser julgado”, quando se trata de um policial acusado de atirar. O deputado define tortura como “pegar uma pessoa e pendurá-la, dar choque” e exclui “porrada”, que “vai sair sempre, todas as vezes que a polícia tiver que agir num presídio” (D60) e saía nas greves do ABC (D61).

⁴⁹³ 19,50% dos paulistanos aprovariam se alguém matasse uma pessoa que amedrontasse seu bairro (9,30% entre os que tinham exposição leve, 28,90% entre os que tinham a exposição mais grave); 9,90% dos paulistanos aprovariam se um grupo de pessoas, no seu bairro, comesse a matar gente “indesejada” (4,80% entre os que tinham exposição leve e 17,10% entre os que tinham a exposição mais grave) (ibid., p. 322-323).

⁴⁹⁴ Bater no suspeito, espancar, dar choques, deixar sem água e sem comida, ameaçar a família do suspeito são comportamentos que são muito menos rejeitados por aqueles mais expostos à violência que por aqueles menos expostos e é contra os suspeitos de terem praticado estupros que se outorga mais liberdade à polícia para obter informações. Ao menos 39,6 % dos mais expostos à violência na cidade e 36,1 % do mesmo grupo nos bairros da Zona Sul aceitam algum tipo de violência contra um suspeito de estupro. Estes comportamentos se caracterizam como delito de tortura. Traficantes de droga formam outro grupo perigoso e considerado como “torturável”, visto que a eles se atribui a violência dentro da sociedade, quer pela própria natureza do tráfico (envolvendo valores altos, dinheiro em mão e portanto exigindo a presença de armas), quer pelo fato de que colocando drogas ao alcance da população também alimentam a violência pelos efeitos de seu consumo. Por fim os sequestradores formam outro grupo de pessoas “torturáveis” (ibid., p. 322 et seq.). Nancy Cardia concluiu que há fortes indícios de que a exposição continuada à violência gera uma socialização negativa; encoraja as pessoas a buscarem meios individuais de proteção, a se retirarem do espaço público, em um processo que as deixa ainda mais vulneráveis; diminui a crença nas forças encarregadas de aplicar as leis; aumenta o risco de cinismo em relação às leis e paradoxalmente a aceitação do arbítrio e da violência, contanto que aplicados contra suspeitos da prática de delitos percebidos como muito graves e sérios e como devendo sempre ser punidos; aumenta a aceitação de penas mais duras ou percebidas como definitivas, como a pena de morte ou a prisão perpétua. Enfim, o sofrimento que resulta da maior vitimização e a sensação de vulnerabilidade, alimentada possivelmente pelas más imagens das forças policiais que deveriam proteger, aumentam a intolerância e a punitividade (ibid., p. 326-327). Apesar de serem os criminosos mais odiados pela população, os estupradores e assaltantes que matam não chegam a representar 1% das vítimas dos matadores da Polícia Militar de 1970 a 1992, ano de publicação de *Rota 66* (BARCELLOS, Caco, op. cit., p. 250).

Pesquisa de opinião pública realizada pelo IBOPE em fevereiro de 2008⁴⁹⁵ revelou que, depois de mencionado que no filme *Tropa de Elite* aparecem cenas em que os policiais forçam os suspeitos a darem informações por meio de algumas práticas violentas, consideradas tortura, 26% responderam que, se fossem um policial combatendo o crime organizado, mais provavelmente usariam práticas violentas para obter informações importantes de suspeitos, pois esse seria o único método que funciona no país⁴⁹⁶; 68% responderam que nunca usariam práticas violentas contra suspeitos, a não ser para se defenderem, para não desrespeitarem os direitos deles⁴⁹⁷; 5% dos entrevistados não souberam responder.

As pessoas mais escolarizadas e com maior renda familiar foram as mais adeptas de práticas violentas, enquanto as pessoas com menor renda e menor nível de escolaridade foram as menos adeptas. Observou-se uma certa correspondência entre os grupos que mais condenaram as práticas violentas e mais aderiram à valorização dos Direitos Humanos e entre os grupos que menos condenaram as práticas violentas dos policiais e menos aderiram à valorização dos Direitos Humanos. Dos entrevistados em geral, 45% declararam afinidade ou adesão total ao respeito e valorização dos Direitos Humanos.⁴⁹⁸ Apenas 12% dos entrevistados, no entanto, afirmaram que os brasileiros em geral tinham afinidade ou adesão total ao respeito e valorização dos Direitos Humanos.⁴⁹⁹

Por outro lado, em Pesquisa CNI-IBOPE realizada em 2011⁵⁰⁰, as pessoas mais escolarizadas e com maior renda familiar foram as que mais discordaram de que a violência dos criminosos justifica uma ação violenta dos policiais⁵⁰¹ e em Pesquisa

⁴⁹⁵ IBOPE. *Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos/administrativos*. Fev 2008.

⁴⁹⁶ 40% entre as pessoas com Ensino Superior, 39% entre pessoas com renda familiar acima de dez salários mínimos, 42% entre pessoas com renda de mais de 5 a 10 salários mínimos.

⁴⁹⁷ 75% entre as pessoas que estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental, 77% entre pessoas com renda familiar de até um salário mínimo.

⁴⁹⁸ A percentagem foi mais alta entre pessoas que estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental (53%) e tinham renda familiar de até um salário mínimo (55%) e mais baixa entre pessoas que estudaram até o Ensino Médio (37%) e até o Ensino Superior (34%).

⁴⁹⁹ 22% entre as pessoas que estudaram até a 4ª série do Ensino Fundamental, 3% entre as pessoas que estudaram até o Ensino Superior, 20% entre as pessoas com renda familiar de até um salário mínimo.

⁵⁰⁰ Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011. *Tropa de Elite*, por um lado, apresenta a tortura como algo questionável, que mancha a reputação ilibada do Capitão Nascimento e do BOPE em geral. Por outro, o Capitão Nascimento tem o “cuidado” de nunca torturar alguém que não tenha cometido algum crime, ou seja, alguém que não “merecesse”, o que pode legitimar a prática aos olhos do público (MENEZES, Paulo, op. cit., p. 72-73).

⁵⁰¹ 23% dos entrevistados do Sudeste concordaram totalmente e 28% concordaram em parte que a violência dos criminosos justifica uma ação violenta dos policiais. Enquanto 17% dos brasileiros discordaram em parte, essa proporção foi de 26% entre os que estudaram até o Ensino Superior, 24% entre os que tinham renda familiar mensal acima de dez salários mínimos e apenas 11% entre os que tinham renda familiar mensal de

Datafolha realizada em novembro de 2012, conforme visto anteriormente, os paulistanos com renda familiar mensal acima de dez salários mínimos foram os que proporcionalmente mais disseram que o policial deveria ser preso se matasse um bandido.⁵⁰²

4. A criminalização dos defensores dos direitos humanos

Em meados da década de 80 do século passado, pouco após a redemocratização do país, a campanha em defesa dos direitos humanos para prisioneiros comuns, bem como a sua contestação, articularam-se publicamente no momento em que a cidade de São Paulo apresentava seus maiores índices de criminalidade violenta das últimas duas décadas: o período 1983-1985, que corresponde aos anos do governo Montoro (PMDB). Em defesa dos direitos humanos, estavam, basicamente, a igreja católica, sobretudo o arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, os centros e comissões de defesa de direitos humanos, muitos deles ligados à Igreja, os partidos e grupos de centro-esquerda e esquerda e representantes do governo do estado, principalmente o governador Franco Montoro e seu secretário de Justiça, José Carlos Dias.

De acordo com Teresa Caldeira, os principais articuladores contra os direitos humanos foram representantes da polícia (que se tentava reformar naquele momento), políticos de direita, como o Coronel Erasmo Dias, e alguns órgãos dos meios de comunicação de massa, sobretudo os programas de rádio especializados em notícias policiais, como o apresentado por Afanásio Jazadji⁵⁰³ Como seria difícil para os

um salário mínimo. Enquanto 19% dos brasileiros discordaram totalmente, essa proporção foi de 27% entre os que tinham renda familiar mensal acima de dez salários mínimos.

⁵⁰² DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

⁵⁰³ CALDEIRA, Teresa. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? : desventuras da democratização brasileira. *Novos Estudos*, vol. 30, jul. 1991. p. 164. Pesquisa Datafolha revelou que em 1983, no primeiro ano do governo Franco Montoro, o maior medo dos paulistanos dizia respeito à alta do custo de vida (26%), seguido do medo de que os jovens da família se envolvessem com tóxicos (23%), do medo de ter a casa invadida por assaltantes (22%), do medo de perder o emprego (18%) e do medo de assalto na rua (9%). O medo relativo à situação econômica diminuiu ao longo dos anos e o medo relativo às drogas e à segurança urbana aumentou. Em 2013 as percentagens foram, respectivamente, 7%, 45%, 26%, 5%, 16%. Embora a preocupação com o assalto tenha aumentado, em 1983 27% dos entrevistados responderam de forma estimulada e única que tinham sido assaltados nos doze meses anteriores à pesquisa. Em abril de 2013 foram 15% dos entrevistados que deram essa resposta (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Datafolha 30 anos – medo dos paulistanos*. 2013). Cabe salientar que o governo Montoro assumiu em um momento de crise econômica, arrocho salarial, desemprego, saques e greves, medidas contra as quais dificilmente um governo estadual conseguiria agir. Por outro lado, o estigma de “indeciso” e “fraco” que recaía sobre o governador decorria de seu comprometimento com a democracia, o debate e a tolerância em contraposição a um modelo burocrático-empresarial de exercício da autoridade que havia marcado os governos anteriores (GRAEFF, Eduardo. Montoro, dois anos. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo n.º 10, out. 84. p. 9-10).

presidiários conseguir legitimação social para sustentar suas reivindicações, já que não eram presos políticos, foi preciso que outros grupos com legitimidade social emprestassem o seu prestígio e reivindicassem pelos prisioneiros.

Todavia, o resultado foi que, ao invés de os reivindicantes estenderem seu prestígio aos prisioneiros, acabaram eles mesmos sendo desprestigiados e criminalizados ao terem estendida contra si a valorização negativa dos criminosos. O discurso contra os direitos humanos polarizou a sociedade entre os *defensores de bandidos* e os *defensores de cidadãos de bem*, sempre associando a política de humanização e o governo democrático ao aumento da criminalidade.⁵⁰⁴ Em discurso de 2001, por exemplo, Conte Lopes reclama que vereadores da Câmara Municipal de São Paulo estavam apoiando a criação de uma associação de parentes de presos e as reivindicações de que os presos pudessem votar (D62).

Em novembro de 2012, os paulistanos com parentes ou amigos detentos ou ex-detentos eram 32% entre os que preferiam o PT, 12% entre os que preferiam o PSDB, 27% entre os que preferiam outro partido e 28% entre os que não tinham preferência partidária. Os petistas eram 34% entre as pessoas com parentes ou amigos detentos ou ex-detentos e 27% entre as pessoas sem. Os tucanos eram 4% entre as pessoas com parentes ou amigos detentos ou ex-detentos e 11% entre as pessoas sem.⁵⁰⁵ Nas eleições de 2010, tanto Dilma Rousseff (PT) quanto o candidato derrotado ao governo de São Paulo ainda no primeiro turno, Aloizio Mercadante (PT), obtiveram percentagens de votos válidos muito maiores entre os presos provisórios do estado de São Paulo no primeiro turno do que entre a população em geral.⁵⁰⁶

Montoro formou uma equipe de governo com homens e mulheres que haviam participado da resistência à ditadura, na luta sindical, na OAB, na USP e PUC, Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e Comissão Teotônio Vilela. Sobre a influência da democracia cristã sobre a defesa dos direitos humanos e de um modelo participativo de gestão por Montoro, cf. MUYLAERT, Eduardo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Franco Montoro: democrata e estadista. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 56, março 2000. p. 3-6. Polícias militares resistiam a se submeter aos governos civis recém-eleitos após a abertura. Desconfiados dos rumos que tomava a redemocratização da sociedade brasileira, temerosos de eventuais represálias ou apuração de abusos cometidos durante a vigência do regime autoritário, inseguros quanto a possíveis deslocamentos dos tradicionais postos de poder aos quais haviam se apegado com afincos, mobilizaram sentimentos de insegurança por meio sobretudo da reportagem policial e conseguiram reascender o autoritarismo social que caracteriza certos traços da cultura política brasileira (ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, nº 11, vol. 2, 1999. p. 133-135).

⁵⁰⁴ CALDEIRA, Teresa, op. cit., p. 167 et seq.

⁵⁰⁵ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

⁵⁰⁶ Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff (PT) recebeu 63,5% dos votos válidos dos presos provisórios do estado de São Paulo no primeiro turno. Marina Silva, então no PV, recebeu 20,65% dos votos válidos; José Serra (PSDB), 14,38%; e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), 1,07%. O candidato derrotado ao governo

Nagashi Furukawa, Secretário de Administração Penitenciária de Mário Covas e Geraldo Alckmin, atribui as rebeliões e os ataques do PCC de 2006 principalmente ao desejo de suas lideranças de reelegerem Lula presidente da República, elegerem Marta Suplicy governadora de São Paulo e um advogado da cidade de Marília como deputado estadual. A afirmação é sustentada supostamente por mensagens do PCC interceptadas e pelo fato de que não houve nenhuma mudança significativa no sistema penitenciário em 2005, ano em que começaram sistematicamente a ocorrer rebeliões sem nenhuma reivindicação.

A grande rebelião de 2006 estaria programada para agosto, às vésperas da eleição, mas a transferência de presos a teria antecipado para maio. Segundo Furukawa, havia o temor de que, se Alckmin fosse eleito presidente, construiria várias penitenciárias federais no sistema de RDD, para onde as lideranças do PCC seriam transferidas. Apesar de declarar que “o PT não tinha absolutamente nada a ver com isso”, a associação do PT, um partido que tradicionalmente sempre defendeu os direitos humanos dos presos, com o PCC é mais um fator que facilita a sua criminalização.⁵⁰⁷

Conte Lopes identifica justamente na eleição de Franco Montoro, em 1982, o início de um processo de *inversão de valores*, em que o governador, “seguindo a filosofia dos Direitos Humanos”, com o apoio do promotor Michel Temer e advogados criminalistas como José Carlos Dias e Miguel Reale Júnior, depois Ministros da Justiça de Fernando Henrique Cardoso, impediram os policiais de desempenharem sua função essencial: combater o crime, *caçar bandidos*, “trocar tiros”. A desestruturação da ROTA, segundo Conte Lopes, com “salário baixo”, falta de material, de armamento e de alimentação para policiais militares, teria resultado no aumento da criminalidade e o deputado atribui à “intenção de certas pessoas, que sempre estiveram de um lado da vida política, contra

Aloizio Mercadante (PT) obteve 65,71% dos votos válidos; o vitorioso Geraldo Alckmin (PSDB), 21,74%; Fábio Feldmann (PV), 4,52%; Paulo Skaf, então no PSB, 3,96%; e Celso Russomanno, então no PP, 3,57% (URIBE, Gustavo. *Dilma recebe 63,5% dos votos válidos de presos em SP*. Agência Estado. 05 out. 2010). Zaffaroni é favorável ao voto do preso se ele não tiver uma incapacidade política imposta pelo juiz como parte da pena, mas não atribui ao voto do preso um peso na política, pois os presos sempre serão poucos, embora, às vezes, poucos votos possam decidir uma eleição (LEMGRUBER, Julita. A esquerda tem medo, não tem política de segurança pública: Eugenio Raúl Zaffaroni, entrevistado por Julita Lemgruber. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007. p. 138-139).

⁵⁰⁷ Para Furukawa, foi grande equívoco dos líderes do PCC imaginar que Geraldo Alckmin, eleito presidente, faria algo muito diferente daquilo que vinha sendo feito pelo atual governo do PT. O ex-Secretário supõe que os líderes tenham sido induzidos por “pessoas de má-fé, que nem presos eram, que viram nessa bandeira uma plataforma eleitoral e começaram a divulgar isso no meio dos presos” (SALLA, Fernando; MIRAGLIA, Paula. O PCC e a gestão de presídios em São Paulo: entrevista com Nagashi Furukawa. *Novos Estudos CEBRAP* 80, março 2008. p. 33-35).

outras, que sempre seguiram mantendo uma ordem, uma disciplina”. Conte Lopes, na época, foi retirado pelo governador da ROTA e colocado para trabalhar no Hospital da Polícia Militar. Colocando-se como um *outsider*, como alguém que não faz política, Conte Lopes teria se visto obrigado a ingressar na vida política como única forma de responder a essa mudança na política de segurança pública trazida pelo governo democrático do PMDB (D63 a D66).⁵⁰⁸

Outro advogado criminalista alvo de críticas do deputado é Márcio Thomaz Bastos, que se tornou Ministro da Justiça do governo Lula. O deputado criminaliza advogados criminalistas, acusados de se oporem ao endurecimento da legislação penal por defenderem os interesses de criminosos e viverem do dinheiro do crime (D67).⁵⁰⁹ Não é qualquer advogado criminalista, no entanto, que é visto como inimigo da Polícia Militar. Para questionar uma decisão do Poder Judiciário que julgou excessivamente permissiva por não punir um *traficante*, Edson Ferrarini, por exemplo, invocou o argumento de que “descriminalizar é altamente negativo”, dado por seu amigo, aliado e então presidente da OAB/SP, Luiz Flávio Borges D’Urso, que posteriormente se filiou ao seu partido, PTB, e foi candidato a vice-prefeito de São Paulo em 2012 na chapa de Celso Russomanno (D68).

Apesar do discurso recorrente de Conte Lopes de que Montoro desestruturou a ROTA, segundo o Banco de Dados construído por Caco Barcellos com todas as ocorrências que envolveram civis mortos por policiais militares, de 1970 a 1992, a violência policial da Polícia Militar não sofre grande influência e nem pode ser explicada somente por uma circunstância de quem está no comando político do Estado. Durante os anos de regime militar, em que governadores Abreu Sodré, Paulo Egídio Martins e Paulo Maluf sempre apoiaram em público ações enérgicas da Polícia Militar durante o policiamento, os policiais militares chegaram a matar em média uma pessoa a cada trinta horas, aproximadamente trezentas por ano. Quase todos foram absolvidos nos julgamentos da Auditoria Militar.

Essa violência dos tempos de Maluf foi duramente criticada pelos políticos da chamada oposição democrática. Montoro se elegeu governador depois de ter prometido na campanha eleitoral acabar com os fuzilamentos e punir os policiais mais arbitrários.

⁵⁰⁸ Sobre a pressão de Franco Montoro sobre o comando da PM para esclarecer execuções extrajudiciais praticadas por PMs, cf. BARCELLOS, Caco, op. cit., p. 172.

⁵⁰⁹ Sobre a criminalização dos advogados criminalistas, cf. MORAES FILHO, Antônio Evaristo. Advogado criminal, esse desconhecido. *Revista Brasileira de Ciências Criminais* nº 9, 1995.

Durante o seu mandato, de 83 a 86, tomou algumas medidas que, de fato, foram coerentes com seus discursos. As viaturas da ROTA, por exemplo, deixaram de ser totalmente cinzentas, uma cor que praticamente as tornava invisíveis à noite. Todas as portas e o capô foram pintados de branco. Também por ordem de Montoro, alguns matadores da ROTA foram transferidos a outras unidades da Polícia Militar ou passaram a exercer atividades burocráticas, como o próprio Conte Lopes.

O esforço do governador, no entanto, não deu o resultado desejado. Os policiais militares chegaram a matar 580 pessoas no ano de 85, média de uma vítima a cada dezessete horas, quase o dobro em relação ao que se matava nos tempos de Maluf. No governo seguinte, mandato de Orestes Quércia, os números de vítimas permaneceram estáveis, na mesma média alta da gestão de Montoro. A partir de 1990 se observa um grande incentivo aos homens da ROTA, que ganharam equipamentos e carros novos. As viaturas voltaram ao antigo cinza-escuro. O efetivo aumentou de 250 para 679 homens. A violência dos matadores bateu todos os recordes. Em 91, primeiro ano do mandato do promotor e ex-oficial da Polícia Militar de São Paulo Luiz Antonio Fleury Filho, mais de mil suspeitos foram mortos, média de três vítimas por dia. Em 92, nos cinco primeiros meses, passaram a matar quase quatro por dia.⁵¹⁰

Wilson Moraes, então no PSDB, elogiava os governos tucanos, inclusive o de Montoro, mas criticava o de Fleury, que antecedeu o governo de Mário Covas, por supostamente não ter investido em segurança pública (D69). O mesmo Conte Lopes que culpa Franco Montoro por ter desestruturado a polícia, pagando salário baixo, elogia o governador Fleury por supostamente ter sido o último governador que deu aumento para a

⁵¹⁰ BARCELLOS, Caco, op. cit., p. 127-129. Diante do elevado número de mortos pela ROTA em 1982, um dos membros da então assessoria do governador eleito de São Paulo declarou numa entrevista que a ROTA ia “desaparecer”. Na avaliação dessa assessoria, alguns governos anteriores teriam incutido na polícia a idéia de “tropas de ocupação, em plena guerra”, o que a teria levado a desmandos generalizados. Depois dessa constatação surgiria a consciência da necessidade de ser retomada o que seria a verdadeira função das polícias militares: proteger a população e não promover simplesmente caçadas a criminosos pela cidade. A ROTA voltaria aos quartéis e passaria a ter a função de agir, como tropa de choque, nos chamados distúrbios de multidão (PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem controle e militarização da polícia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 1, p. 8-12, abr. 83. p. 8). Apesar de ter sua política penitenciária humanizadora elogiada, a política de segurança pública de Montoro foi criticada pela esquerda petista da época por ter cedido às pressões de setores vinculados aos organismos federais de repressão política, acarretando em retrocessos como a dura repressão da ROTA, a impunidade de justiceiros e a complacência com a direita, atestada nos elogios do governador a Gil Gomes (GARCIA, Marco Aurélio. Dezoito meses de governo Montoro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo nº 10, pp. 2-7, out. 84. p. 6). Desgastado com a política na área da segurança pública, o governo Montoro reconduziu, por exemplo, Omar Cassin, ligado ao governo Maluf, à coordenação dos estabelecimentos penitenciários em 1986, quando tragicamente se deu o desfecho da rebelião na Penitenciária de Wenceslau (SALLA, Fernando, op. cit., p. 76).

polícia (D70). Já Olímpio Gomes, criticando a política salarial dos governos tucanos, elogia o governador Montoro, “grande governador para os servidores públicos”, cujo grupo político deu origem justamente ao PSDB, e em cuja administração as viaturas que circulavam “patrulhavam de verdade”, não havia PCC nem cartões para operações sigilosas da Secretaria de Segurança Pública (D71). Olímpio Gomes também elogia Cláudio Lembo como um “governador sensível à polícia”, que retroagiu o seguro de vida às famílias dos policiais vitimados nos ataques de maio de 2006 (D18), mas elege o governo Fleury como o melhor para os servidores públicos (D72).

Apesar de demonstrar a sua irritação com o discurso de entidades internacionais de direitos humanos que associam o militarismo à falta de compromisso de proximidade com a população (D73), Olímpio Gomes elogia o “saudoso” Montoro por ter sancionado a Lei nº 5.450, que estabeleceu a paridade de vencimento dos policiais deficientes físicos com os policiais ativos, e invoca os direitos humanos para garantir a dignidade de um policial baleado com sua filha pequena no colo, abandonado pelo Estado (D74). Celso Tanaiui associa os direitos humanos à “libertinagem” (D75) e retira a responsabilidade das polícias pelos direitos humanos, uma vez que os “fatos geradores da violência” estariam em uma “extremidade” e as polícias, em outra (D76).

Assim como, segundo Teresa Caldeira, a população brasileira tende a encarar os direitos humanos apenas como direitos sociais e não como direitos civis⁵¹¹, Wilson Moraes se queixa da existência de “muito direito humano para bandido”, mas concorda com a recomendação da ONU de que “precisamos ter um sentido democrático de cidadão para não ultrapassarmos a barreira” e que “esses homens têm o direito de serem ressocializados e, se estiverem engajados numa religião séria, podem até se transformar numa pessoa completamente diferente” (D77). Concorda também com o Partido dos Trabalhadores ao encarar os policiais militares como trabalhadores que têm direito aos direitos humanos, a um melhor salário e a promoções. Nesse ponto, o governador Montoro também seria um aliado da Polícia Militar, já que aprovou a primeira lei que promovia o soldado a terceiro sargento e o cabo a segundo sargento (D78).

Edson Ferrarini critica aqueles que “distorcem a filosofia dos direitos humanos” (D79) e os “políticos demagogos” que só defendem os direitos humanos dos *bandidos* (D80). Conte Lopes criminaliza em seus discursos os defensores dos direitos humanos,

⁵¹¹ CALDEIRA, Teresa, op. cit.

incluindo “uma parte de políticos” e “uma parte de religiosos”, como o Padre Júlio Lancelotti, que se omitiriam diante do assassinato de policiais e de mulheres por *bandidos*. Para o deputado, “político que defende bandido” é *bandido* e “aqueles que defendem bandidos, tomem cuidado, alguns motivos eles têm” (D81 a D84). A associação da esquerda à defesa dos direitos humanos, porém, é por ele ironizada, por meio da referência aos fuzilamentos ocorridos em Cuba (D85).

Apesar de declarar que é favorável aos direitos humanos de todo mundo, inclusive do policial (D86), e que é favorável às entidades de defesa dos direitos humanos, mas que defende, em primeiro lugar, os interesses da “sociedade que nos colocou aqui” (D87). Conte Lopes contrapõe, dessa forma, de maneira radical, os interesses da população à defesa dos direitos humanos e pressiona o governador Alckmin a escolher um dos lados, usando as eleições como pano de fundo. O deputado aponta a contradição de um governo que tenta atender interesses opostos simultaneamente e declara saber que “nossos votos não vêm somente da Polícia Militar, mas da sociedade que procura segurança, uma sociedade que procura ter condições de se defender, de defender a sua própria família” (D88).

Conte Lopes questiona o fato de o governador ter elogiado a ação da polícia em Sorocaba que resultou na morte de doze *bandidos*, na operação Castelinho, enquanto os policiais envolvidos foram afastados pelo Proar (D89). Essa mesma contradição é apontada por Celso Tanai (D90).⁵¹² Não se pode olvidar, todavia, que, disputando eleições majoritárias, o governador Geraldo Alckmin deve contemporizar com diferentes grupos sociais e ideológicos mais do que candidatos a deputado, de modo a não perder votos de eleitores críticos à violência policial. O PSDB, ademais, ainda se reivindica um partido democrata, de centro-esquerda, e discursos radicais a favor da repressão podem vir a manchar essa imagem.

Houve momentos de extrema polarização, contudo, em que discursos radicais contra os direitos humanos prosperaram em eleições majoritárias. Em 1985, contrariando

⁵¹² Os deputados referem-se à execução de doze acusados de integrar a facção criminosa PCC, em operação armada por serviços de inteligência policiais na rodovia Castelo Branco, no pedágio próximo a Sorocaba, episódio conhecido como Castelinho. Tudo indica ter se tratado de uma operação conjunta de policiais militares do Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância (Gradi), do Comando de Policiamento de Choque (CPChq) e do Tático Ostensivo Rodoviário (TOR), do I Batalhão da Polícia Rodoviária de São Bernardo do Campo (BPRv), com a participação de policiais civis do Grupo de Operações Policiais (GOE) e do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra) (ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, n. 2, v. 15, 2003. p. 112).

todas as expectativas, Jânio Quadros venceu Fernando Henrique Cardoso, o candidato do PMDB e de Montoro, na eleição para prefeito de São Paulo. Intrigado com o fato de a direita ter ganhado na maior metrópole brasileira, apenas um ano após o grande movimento pelas Diretas Já, Antônio Flávio Pierucci selecionou os bairros em que pelo menos um terço do eleitorado votara em Jânio e realizou cento e cinquenta entrevistas semidiretivas com ativistas de campanha, ou seja, com eleitores que não chegavam a ser militantes, mas que haviam procurado convencer pelo menos uma pessoa a votar em seu candidato. A pesquisa se estendeu à campanha de 1986 pelo governo do Estado e os eleitores malufistas também foram entrevistados.

Pierucci observou que os redutos janistas na cidade eram praticamente os mesmos redutos malufistas: bairros da Zona Norte e da Zona Leste mais próximos do Centro, isto é, a antiga periferia da cidade: Vila Maria, Vila Guilherme, Tucuruvi, Santana, Carandiru, Brás, Mooca, Belenzinho, Tatuapé, Vila Matilde, Vila Prudente etc. O perfil do eleitorado janista e malufista era de pessoas de classe média baixa, com renda média, mas baixa escolaridade, ostensivo desinteresse pela cultura letrada e pela informação mais intelectualizada. Enfim, uma *classe média sem classe*.⁵¹³

Curiosamente, na década de 80 o eleitorado janista tinha algumas semelhanças com o eleitorado adhemarista da década de 60. Era formado por uma pequena burguesia, que buscava do Estado a proteção contra a decadência e idealizava o passado como um tempo melhor. Não é à toa que Maluf, herdeiro político de Adhemar de Barros, herda também o eleitorado janista, sendo o grande representante do populismo de direita em São Paulo na década de 90. O eleitorado janista da década de 80 tinha aspectos progressistas e modernizadores por vezes tingidos de anticapitalismo e seu moralismo deslizava para a oposição ao *status quo*.⁵¹⁴

⁵¹³ Cf. PIERUCCI, Antônio Flávio. Um toque de classe, média-baixa. *Novos Estudos*, nº 14, fevereiro de 1986. São Paulo, 1986; Id. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10, vol. 4, junho de 1989; Id. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, dezembro de 1987. De acordo com Régis de Castro Andrade, não se pode falar em “redutos janistas”, mas em um descontentamento com o governo Montoro que parece ter considerável importância como razão do voto janista e que vem dos bairros onde a presença do Estado é fraca, insuficiente (ANDRADE, Régis de Castro. Jânio. De novo? *Lua Nova*, vol. 2, nº 3. São Paulo, dez 1985. p. 61).

⁵¹⁴ PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, dezembro de 1987. p. 30. Para J. A. Guilhon Albuquerque, todavia, o malufismo não constitui uma espécie de populismo, na medida em que não está fundado na concessão de direitos permanentes a uma coletividade, mas na troca equivalente entre recursos distribuídos sob a forma de benefícios a um grupo restrito de grandes eleitores e apoio político. A distribuição de recursos é o próprio objeto e razão de ser do consórcio, sendo o apoio político apenas sua condição de manter-se e prosperar. Trata-se, assim, mais de um consórcio neoclientelismo imediatista que só

A principal característica desse eleitorado, porém, era o anti-igualitarismo, que o colocava na direita, dentro do espectro ideológico. Se o eleitorado janista da década de 60 era formado por muitos migrantes nordestinos, na década de 80 o eleitorado janista, formado por muitos paulistanos natos descendentes de imigrantes europeus, exibia sem culpa o preconceito contra os migrantes recentes, principalmente os nordestinos, associados à decadência de uma cidade “que já foi boa de morar”, à saturação, ao sentimento de perda, de invasão.⁵¹⁵

Para André Singer, contudo, conforme visto, “não corresponde à realidade retratar o eleitor brasileiro que se situou à direita como estando numa posição contrária à igualdade (diferentemente do que observou Pierucci em São Paulo, talvez por ter entrevistado indivíduos de classe média)”.⁵¹⁶ Em pesquisa sobre Cultura Política realizada em 1989, assim, os maiores índices de concordância com a frase “a única solução para o Brasil é o socialismo” foram na extrema-esquerda (47%) e na extrema-direita (45%) e a menor taxa de concordância, no centro (22,7%).⁵¹⁷

Os eleitores janistas e malufistas assumem o diagnóstico de que o crime é causado, acima de tudo, por uma crise cultural e clamam por medidas repressivas retributivas, em detrimento de medidas preventivas. Exigem um Estado interveniente, tanto no campo social quanto no campo policial. Querem a ROTA na rua, têm ojeriza aos *direitos humanos*, identificados como *privilégios de bandidos*, e a todos os seus defensores, como a Igreja católica, entidades de direitos humanos e partidos políticos de esquerda. São profundamente anticlericais, apesar de religiosos.

A sensação exagerada de insegurança, de medo da criminalidade, fomentada em grande parte por programas sensacionalistas de rádio e televisão, como os de Afanásio Jazadji, aumenta a atitude intolerante contra os mais fracos. O preconceito social constrói uma cadeia de causalidade simples – e, portanto, sedutora para um público que tem horror ao pensamento abstrato, complexo – que associa a migração de nordestinos ao desemprego

é capaz de sobreviver ocupando a máquina pública e sob uma conjuntura política autoritária. Onde o consórcio não consegue cooptar, por falta de fundos ou de confiança no administrador, Maluf se inclinava para o policialesco. Deve-se ressaltar, porém, que o artigo de Albuquerque foi escrito em 1982, portanto, antes de Maluf ter se tornado um fenômeno eleitoral em São Paulo (ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Pra não dizer que só falei de rosas. Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, 4, nov. 82. p. 30-32).

⁵¹⁵ PIERUCCI, Antônio Flávio. Linguagens autoritárias, voto popular. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 137.

⁵¹⁶ SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002. p. 146.

⁵¹⁷ *Ibid.*, p. 149.

e à delinquência. Clamam por uma nova política migratória, sugerem a pena de repatriação, aplaudem a política violenta de desfavelamento.⁵¹⁸ É interessante transcrever um depoimento de uma eleitora, coletado por Pierucci, em que é utilizada a mesma expressão recorrentemente utilizada por Conte Lopes, *inversão de valores*:

Já te expliquei que o problema de ter um secretariado como o que existe hoje em dia, que é tudo vinculado a padrecos, a dom Evaristo e estes diabos todos, isso daí eu acho que atrapalhou demais [...]. Então, houve assim uma inversão de valores muito grande. Inclusive a palavra de um bandido é muito mais importante que a da polícia. Você verifica que o policial é massacrado quando acontece alguma coisa, entende? Se ele dá um tiro por acaso, ele é massacrado, e o bandido não, ele é exaltado [...]. Essa inversão de valores, eu digo que ela foi introduzida pela igreja: direitos humanos? Direitos humanos dos bandidos! (Geórgia, 40 anos, advogada, residente na Mooca).⁵¹⁹

Enquanto estudos demonstram que a imprensa consagra mais espaço aos altos feitos que aos abusos policiais, os recrutas rapidamente internalizam o antagonismo crônico com ela, responsabilizando-a por dar uma imagem parcial e negativa da polícia e influenciar as suspeitas e as críticas preconceituosas que sofrem por parte do público.⁵²⁰ Os

⁵¹⁸ PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, dezembro de 1987. p. 27 et seq.; CALDEIRA, Teresa, op. cit. Em setembro de 2012, 28% dos paulistanos entrevistados por pesquisa Datafolha concordaram que pessoas pobres de outros países e Estados que vêm trabalhar em São Paulo acabam criando problemas para a cidade. Essa opinião compartilhada por 54% dos extremo conservadores, 40% dos conservadores, 25% dos medianos, 13% dos liberais e 3% dos extremo liberais (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012). Em dezembro de 2012, 33% dos brasileiros tinham essa opinião (40% das pessoas que estudaram até o Ensino Superior) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012). Em outubro de 2013, 25% dos brasileiros. Essa opinião era compartilhada por 23% das pessoas que estudaram até o Ensino Fundamental, 25% das que estudaram até o Ensino Médio, 30% das que estudaram até o Ensino Superior, 32% das que tinham renda familiar mensal acima de dez salários mínimos, 54% das pessoas de direita, 30% das de centro-direita, 20% das de centro, 13% das de centro-esquerda e 3% das de esquerda no segmento *comportamento* (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Comportamento político*. 2013). As pessoas mais intolerantes aos migrantes, tanto em dezembro de 2012 quanto em 2013, foram as que estudaram até o Ensino Superior. Isso pode significar uma mudança no perfil das pessoas que cursaram Ensino Superior, dos anos 80 a 2012, que esse grupo ficou mais intolerante aos migrantes ou que esse grupo já era mais intolerante, mas isso não foi percebido por Pierucci na época, que atribuiu equivocadamente posições conservadoras generalizadas à baixa escolaridade de seus entrevistados janistas/malufistas. Afinal, se o eleitorado janista/malufista era composto majoritariamente por direitistas, nem todos os direitistas votaram em Jânio e Maluf. Deve-se ter em mente ainda que a pergunta do Datafolha também incluiu imigrantes de outros países, o que pode ter aumentado a proporção de respostas intolerantes.

⁵¹⁹ PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, dezembro de 1987. p. 28.

⁵²⁰ MONJARDET, Dominique, op. cit., p.167-168, 197. No entanto, são os próprios policiais que utilizam a imprensa para dar a conhecer determinada carência ou torpeza da administração e, em seguida, denunciam ruidosamente essa imprensa parcial, “que só divulga o que não anda bem na polícia” (ibid., p. 184). Para delegados brasileiros entrevistados, a imagem negativa da polícia junto à população é reforçada pelos meios de comunicação que, segundo eles, é parcial ao expor os problemas e falhas da instituição: “em todas as instituições existem bons e maus profissionais, por que, então, generalizar somente a instituição policial? As

policiais têm a sensação de serem denegridos a priori por observadores externos que ou não sabem do que falam, ou são parte de uma campanha de desmoralização da polícia e, portanto, de desestabilização do Estado e da ordem social.

O discurso da imprensa, no entanto, não é monolítico. A esquerda critica o papel que a imprensa sensacionalista exerce contribuindo para aumentar a sensação de insegurança dos cidadãos, apoiando medidas repressivas e legitimando uma ordem social injusta. Para Monet, no entanto, os relatos de acontecimentos violentos reforçam a convicção de uma ordem política e social estável e segura, da qual se beneficiaria a maioria da população, e não apenas a elite. Ao mesmo tempo, quando denuncia os abusos policiais, impele as autoridades a fazer reformas necessárias na polícia e, portanto, a perenizá-la.⁵²¹

Em certos casos, a imprensa “provoca ou alimenta uma espécie de pânico moral na opinião pública, que empreendedores políticos se esforçam por canalizar em seu proveito”. Em outros, “permite a grupos sociais desprovidos de recursos adquirir a simpatia da opinião pública e amealhar assim um capital simbólico apreciável no momento das negociações”.⁵²² A mídia de massa tem potencial para ser um dos mecanismos de controle mais importantes sobre a polícia, mas sua eficácia depende das características gerais da vida política, especialmente se possuem a liberdade para investigar e divulgar ações oficiais, e da cultura cívica do país.⁵²³

Vários policiais declararam, por exemplo, que o noticiado sucesso do movimento reivindicatório dos praças mineiros de 1997 motivou movimentos reivindicatórios em outros estados.⁵²⁴ No caso do massacre do Carandiru, por sua vez, a intensa cobertura

mazelas da polícia são mais expostas na mídia. Por que dizer que as corregedorias das polícias são corporativas? Será que a do MP ou da Magistratura não são?” “A Imprensa também sabe macular nossa imagem, mas quase não divulga as boas ações ou mesmo a morte de nossos heróis em combate. Qual a divulgação dos casos dos policiais mortos no episódio do helicóptero? Apenas algumas linhas. Porém, se um bandido morre, a matéria é veiculada por vários dias” (CAVALCANTI, Rosângela Batista. Problemas e desafios da Polícia Civil: as percepções dos delegados. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). *Delegados de polícia*. São Paulo: Sumaré/Fundação Ford, 2003. p. 160-161).

⁵²¹ Na Alemanha um grupo da imprensa vê a polícia do ponto de vista da direita conservadora e outro, de forma bastante crítica. Em algumas das críticas a polícia serve de bode expiatório, sem que sejam realmente questionados aqueles que deram as ordens. Essa falta de nuances acentuou o fosso entre a maioria dos policiais e os *liberais*, contribuiu para deslegitimar a polícia aos olhos de certos grupos sociais e para fazê-la perder a autoconfiança (MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001. p. 302-304). Para uma crítica do papel que a mídia sensacionalista exerce legitimando o sistema penal, cf. BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, vol. 12. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

⁵²² MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 214-215.

⁵²³ BAYLEY, David, op. cit., p. 180-181; MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 301-302.

⁵²⁴ Alguns jornais apoiaram o movimento e outros o condenaram ou negaram (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 29-30).

jornalística mostrando imagens como a das mulheres gritando o nome de seus parentes no portão do presídio podem ter sensibilizado o público e ressaltado conflitos sociais que transcendiam o episódio em particular. As fotos de dezenas de corpos nus e mutilados jogados no segundo pavimento do Pavilhão 9 e de detentos mordidos por cães policiais evocavam cenas de campos de concentração, o que colocou a questão da legitimidade das execuções extrajudiciais de presos por policiais da ROTA. A imprensa foi fundamental para que as informações não fossem sonegadas e, nesse sentido, prestou um serviço público relevante, apesar de também exercer o papel de empresa que visa ao lucro.⁵²⁵

Em novembro de 2012, em meio a uma crise de segurança pública em São Paulo, 41% dos paulistanos entrevistados pelo Datafolha⁵²⁶ acreditavam que a cobertura que a imprensa vinha fazendo sobre as mortes violentas que vinham acontecendo era imparcial, ou seja, que buscava apenas informar sem tomar posição. Outros 33% afirmaram que a imprensa era parcial a favor da polícia; 16%, que era parcial contra a polícia e 10% não souberam responder. Não houve diferenças de percentagens, fora da margem de erro, entre as pessoas com e sem amigos ou parentes policiais ou ex-policiais e entre as pessoas com e sem parentes ou amigos detentos ou ex-detentos.

Na maioria dos discursos de Conte Lopes sobre a imprensa, ela é tratada como um órgão que desmoraliza a Polícia Militar, dando espaço para denúncias caluniosas, como a de que policiais militares integram grupos de extermínio (D91)⁵²⁷, noticiando apenas os

⁵²⁵ CALDEIRA, Cesar. Caso do Carandiru: um estudo sóciojurídico – (1ª Parte). *Revista Brasileira de Ciências Criminais* nº 29, 2000. p. 143-144. Caco Barcellos, um jornalista comprometido com a defesa dos direitos humanos, discorre sobre essa dupla face da imprensa: “O programa policial de Afanázio Jazadji é um líder de audiência na década de 80, ouvido diariamente por mais de 2 milhões de pessoas. [...] O modelo de jornalismo polêmico, adotado por radialistas como Afanázio, tem ajudado a criar, na minha opinião, uma imagem negativa do repórter na periferia da cidade. Frequentemente nosso trabalho é confundido com o de policiais. Pior: somos vistos como inimigos, agentes de um poder que incentiva a polícia a matar pobres suspeitos de serem criminosos. Por isso, no velório das vítimas da PM, é comum sermos alvos de represálias”. (BARCELLOS, Caco, op. cit., p. 38). Barcellos relata a história do comerciante Daniel Bispo de Oliveira, uma das vítimas da ROTA, que era fã de Afanázio, a favor da pena de morte e costumava elogiar os policiais que matavam os criminosos do bairro. A notícia da morte de Daniel chegou à família pela voz de seu ídolo, apresentado como um bandido sem identificação, morto depois de ter agredido a tiros os policiais militares no meio de um matagal. Afanázio elogiou a ação dos matadores. O radialista se recusou a ouvir a viúva e corrigir o erro (ibid., p. 148-150).

⁵²⁶ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

⁵²⁷ Para 78% dos paulistanos, grupos de extermínio formados por policiais tinham envolvimento na onda de violência de 2012. Entre os que avaliavam a segurança pública como ótima/boa, 64% acreditavam que grupos de extermínio formados por policiais estavam envolvidos na onda de violência de 2012, o que pode indicar a tolerância de parte da população a essa prática. Essa crença, no entanto aumentava conforme a avaliação da segurança pública piorava (76% entre os que avaliavam como regular e 81% entre os que avaliavam como ruim/péssima). Não houve diferenças fora da margem de erro entre as diferentes preferências partidárias. No grupo de pessoas que tinha algum parente ou amigo policial ou ex-policial, 83%

crimes cometidos por uma minoria, e não os bons atos praticados pela maioria, apenas as mortes praticadas pelos policiais, e não as mortes dos policiais (D92). O deputado denuncia a contradição de uma mídia que pede enrijecimento penal em episódios como o do assassinato do jornalista Tim Lopes, mas ao mesmo tempo denuncia os abusos de policiais (D93).⁵²⁸ Reclama da interferência da mídia em uma função que caberia às agências de controle social formal exercer e recorda que Caco Barcellos omitiu sua absolvição no Tribunal de Justiça pela morte de um cidadão (D94).

Os meios de comunicação são, todavia, estrategicamente utilizados pelo deputado não só para ganhar projeção e se autopromover, inclusive politicamente, mas para defender a Polícia Militar e bandeiras repressivas, seja por seu próprio programa de rádio (D95), seja por programas de outros radialistas, como Afânasio e Gil Gomes (D96), seja em programas populares de televisão, como o do apresentador Ratinho (D97). O deputado se compara a Gil Gomes, ícone do jornalismo policial popular, por todo dia trazer ocorrências policiais à tribuna da ALESP (D98), mas critica o programa de José Luiz Datena, talvez o principal nome do jornalismo policial atualmente, por mostrar pessoas morrendo na rua durante toda a programação, dando audiência (D99).⁵²⁹

Os programas policiais sensacionalistas, acusados de alimentar um caldo de cultura autoritário, não são encarados como aliados por policiais militares. Em pesquisa realizada em 2009⁵³⁰, 46,3% dos praças e 51,0% dos oficiais das Polícias Militares apontaram a subordinação das iniciativas em segurança pública às demandas de setores da mídia como um fator muito importante que compunha a dificuldade de trabalho da polícia; 58,9% dos

afirmaram que havia envolvimento de grupos de extermínio e a porcentagem caía para 75% entre os que não tinham, indicando que quem conhecia pessoalmente policiais desconfiava mais da polícia. Acreditavam que grupos de extermínio formados por policiais tinham envolvimento na onda de violência 88% entre pessoas de 16 a 24 anos de idade, 87% entre pessoas com renda familiar mensal de mais de 5 a 10 salários mínimos, 90% entre pessoas com renda acima de 10 salários mínimos, 84% entre moradores do Centro. A porcentagem dos que diziam que havia envolvimento de grupos de extermínio foi menor entre pessoas de 60 anos de idade ou mais (60%). Um grupo de 8% dizia que não havia envolvimento de grupos de extermínio (16% entre os que avaliavam a segurança pública como ótima/boa) e 14% não souberam responder (30% entre pessoas de 60 anos de idade ou mais, 20% entre pessoas que estudaram até o Ensino Fundamental, 20% entre os que avaliavam a segurança pública como ótima/boa) (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012).

⁵²⁸ Sobre a cobertura da imprensa sobre o caso Tim Lopes, cf. MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da “mídia cidadã”. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, vol. 12. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

⁵²⁹ Projeto de Lei nº 766/1999, de autoria de Conte Lopes: Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de biombos, pela polícia, em local onde ocorrer acidentes de trânsito com vítimas.

⁵³⁰ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

praças e 61,8% dos oficiais apontaram a ação de setores da mídia que transformam a violência em espetáculo.

Assim como militantes de direitos humanos, Edson Ferrarini, que foi jurado no Programa do Bolinha⁵³¹, um apresentador bastante popular, critica o sensacionalismo feito sobre a polícia para “vender jornal” (D100), defende a democratização dos meios de comunicação e, com uma abordagem bastante moralista, a “televisão que pode entrar nos lares”, que alerte o jovem “acerca das armadilhas das drogas”, sem programas que queiram alcançar Ibope apresentando “baixaria”, “mulher com pouca roupa” e “bastante sangue” (D101). Também acusa a imprensa de denegrir a imagem da Polícia Militar, destacando apenas fatos negativos pontuais (D102).

Wilson Moraes é outro deputado que critica o fato de a imprensa só destacar as poucas ocorrências, dentre milhares, que são atendidas pela Polícia “de maneira irregular”⁵³² e mostrar apenas as imagens dos policiais agredindo e não sendo agredidos.⁵³³ Já Celso Tanauí admira radialistas amadores, porque ajudam a Polícia com seu trabalho voluntário⁵³⁴, e jornalistas que têm a “coragem de dizer aquilo que muita gente não fala sobre o que está acontecendo no Brasil” (D103), mas repudia a veiculação de denúncias supostamente caluniosas (D104) e “covardes” (D105) que atingem a *Polícia Bandeirante*.

Os meios de comunicação, portanto, veiculam imagens diversas sobre a polícia e formulam discursos diversos sobre os direitos humanos. No dia em que os oito líderes dos partidos políticos da Assembleia Legislativa entraram em acordo e encaminharam o pedido de instauração da CEI, manifestantes pró-polícia, a maioria parentes de militares, taxistas e representantes de torcidas uniformizadas de futebol, tentaram agredir militantes de direitos humanos presentes na Assembleia. Convocados por Conte Lopes em seu programa policial na rádio Tupi, levaram cartazes e faixas com dizeres como “Abaixo os políticos, que morram os bandidos” e “PM é a reserva moral de São Paulo”. Vaiaram os deputados do PT, que criticaram o massacre, e aplaudiram os deputados da bancada governista que

⁵³¹ Cf. 39ª Sessão Solene Comemoração do Dia do Colunista Social (06/12/1999).

⁵³² Cf. também 49ª Sessão Solene Comemoração do 170º Aniversário da Polícia Militar do Estado (14/12/2001); 38ª Sessão Solene Homenagem ao Dia do Policial Deficiente Físico (09/10/2000).

⁵³³ 29 de Outubro de 2002, 144ª Sessão Ordinária.

⁵³⁴ Cf. 38ª Sessão Solene Comemoração do “Dia Nacional do Radioamador” (05/11/2001).

defenderam a ação da polícia. Afanásio (PFL), na tribuna, repudiou a presença no Brasil de Joanna Weschler, representante da *Americas Watch*, entidade de direitos humanos.⁵³⁵

Dos setenta deputados que estavam presentes na sessão que aprovou a criação da CPI do massacre do Carandiru, apenas Conte Lopes, Afanásio Jazadji e Edson Ferrarini se manifestaram contrários. Aproximadamente trezentos manifestantes favoráveis à ação da Polícia Militar vaiaram, insultaram e ameaçaram agredir fisicamente deputados que criticaram o massacre, entre eles Jamil Murad (PCdoB), Arlindo Chinaglia (PT) e Luiz Carlos da Silva (PT). Os manifestantes eram, em sua maioria, familiares de militares e taxistas, e carregavam faixas e cartazes com frases como *Defensor de bandido é mais um bandido na cidade*, *Eu amo a Rota* e *A população exige os comandantes da PM de volta*.⁵³⁶

Às vésperas do segundo turno das eleições municipais de 1992, vencida por Maluf, e alguns dias após o massacre do Carandiru, entre 27 e 29 de outubro, pesquisa Datafolha constatou que a segurança pública era o problema que mais eleitores paulistanos (22%) queriam ver solucionado pelo prefeito eleito.⁵³⁷ É simbólico que Maluf tenha encerrado sua campanha de rua no dia 12 de novembro com uma carreata de taxistas, prometendo uma cidade sem buracos e com mais segurança, sendo aplaudido em meio a gritos de *PT nunca mais*.⁵³⁸

⁵³⁵ ASSEMBLÉIA aprova CEI em sessão tumultuada. *Folha de S. Paulo*, 09 out. 1992, p. 1-12. No dia 09 de outubro, cerca de cento e cinquenta taxistas e parentes de policiais, novamente convocados por Conte Lopes (PDS) em seu programa rádio, realizaram uma manifestação a favor da ação da PM no Carandiru diante da sede da ROTA, bloqueando a Avenida Tiradentes. A manifestação causou o maior congestionamento da história na região central de São Paulo até então e tumultuou a saída do paulistano no feriado prolongado. A polícia assistiu a tudo sem se mover e alguns policiais da ROTA aplaudiram a manifestação (MANIFESTAÇÃO atrapalha “fuga” de paulistano. *Folha de S. Paulo*, 10 out. 1992, p. 3-3). No dia 13 de novembro, centenas de taxistas pararam o trânsito da cidade, ainda governada pelo PT, durante todo o dia, em protesto contra a violência. O protesto foi motivado pelo assassinato de um policial militar, taxista nas horas vagas e por um assalto que deixou outro motorista ferido, e começou em frente da sede da ROTA (PROTESTO de taxistas pára centro de SP. *Folha de S. Paulo*, 14 nov. 1992, p. 3-2).

⁵³⁶ ASSEMBLÉIA aprova CPI sob vaia do plenário. *Folha de S. Paulo*, 17 out. 1992, p. 1-12.

⁵³⁷ Em segundo lugar, vinha transporte e o preço das passagens (13%). O combate ao desemprego, que atingia 1,2 milhão de pessoas na região metropolitana de São Paulo, vinha em terceiro lugar (10%). Em quarto, os hospitais e postos de saúde (9%). Em quinto, moradia e educação (7%), área para a qual foi destinada maior fatia do orçamento municipal da gestão Erundina. Em sexto, vinha o menor abandonado e os meninos de rua (6%) (SEGURANÇA é a maior preocupação de eleitores. *Folha de S. Paulo*, 06 nov. 1992, p. 3-3).

⁵³⁸ MALUF encerra campanha com taxistas. *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 1992, p. 1-13. O protótipo de eleitor malufista, pelo menos no imaginário social, era o taxista. Neste eleitorado, formado por pequenos proprietários, desorganizados politicamente, tem apelo um candidato que promete principalmente obras viárias e segurança pública.

5. A nostalgia da ditadura

Se para o eleitorado conservador de São Paulo *defensor de bandido bandido é*, políticos comprometidos com os direitos humanos têm a tendência de ser facilmente criminalizados. No Rio de Janeiro, enquanto a memória das modalidades violentas de intervenção da polícia da ditadura entre a população pobre permaneceu viva, Leonel Brizola (PDT) foi considerado inicialmente pela população como “alguém interessado em abrir caminho para uma redefinição das modalidades de interação entre o estado e os excluídos”. Entretanto, a partir do momento em que as taxas de criminalidade do estado aumentaram, assumindo formas cada vez mais espetaculares, Brizola passou a ser visto como responsável pela desordem pública e pelo crescimento do banditismo, pois havia tomado publicamente o partido de proteger as camadas desfavorecidas contra o arbítrio policial.⁵³⁹

Zaffaroni lembra que nos países periféricos latino-americanos as campanhas do movimento de *lei e ordem* são executadas na vigência de governos constitucionais progressistas. Isso

tem o duplo efeito de sitiar o setor público progressista para impedir o enfraquecimento da máquina repressiva que, a curto prazo, será aplicada no próprio setor político e gerar uma sensação de „ordem e segurança” nas ditaduras (mediante a desapareição de notícias) e de „desordem e insegurança” nos regimes mais ou menos democráticos.⁵⁴⁰

⁵³⁹ O discurso brizolista de que a criminalidade é um problema social e só políticas de médio e longo prazo capazes de reduzir as desigualdades poderiam trazer uma solução definitiva para o problema entrou em choque com a sensibilidade predominante no seio do aparelho policial, ao mesmo tempo em que as condições gerais da transição – crise econômica, continuidade autoritária em nível federal – impediam que os governadores progressistas recém-eleitos dispusessem de meios para o exercício de suas políticas. Na incapacidade de empreender uma verdadeira reforma da instituição, a autoridade de Brizola esvaiu-se rapidamente em face de uma polícia que se decompunha e escapava cada vez mais a qualquer controle, fazendo recair ao mesmo tempo sobre a pessoa do governador a responsabilidade pelo crescimento da criminalidade no estado. A acusação de que Brizola estava comprometido com o crime ganhou força durante a campanha de 1986, quando Darcy Ribeiro, candidato de Brizola à sucessão do governo do estado, aceitou participar de jantar oferecido pelos principais banqueiros do jogo do bicho, que pretendiam assim manifestar apoio à sua candidatura (PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 80-81). Sobre a tentativa de Brizola implantar uma proposta democrática de gestão do controle social e penal e as acusações de que era defensor dos direitos humanos dos criminosos e despreocupado com os direitos das vítimas, cf. CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth, op. cit., p. 46 et seq.

⁵⁴⁰ Apud SILVEIRA FILHO, Sylvio Lourenço da. Neoliberalismo, mídia e movimento de lei e ordem: rumo ao Estado de polícia. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, vol. 15 e 16. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2007. p. 350.

A associação de Leonel Brizola com a permissividade aparece em um discurso de Edson Ferrarini, no qual o deputado acusa o governador de “ter compromisso com os morros”, enfraquecer o “atendimento da segurança pública” e o responsabiliza pela “grande degradação do Rio de Janeiro” (D106). Olímpio Gomes, em um raro momento em que dois deputados oriundos da Polícia Militar divergem profundamente e em que a ideologia e a fidelidade partidária claramente falaram mais alto do que qualquer suposto corporativismo policial, repudia as acusações de Edson Ferrarini e defende Brizola, “um dos maiores ícones” do PDT, seu partido.

A vinculação entre Brizola e a entrada do tráfico de drogas nos morros do Rio de Janeiro é tratada por Olímpio Gomes como uma “leviandade” proferida por “pseudoespecialistas da Segurança”, comparada à acusação de que Mário Covas, cujo governo Ferrarini apoiava, “é o pai do PCC”, e a “besteiras que alguns ultradireitistas às vezes querem apregoar, sem a menor fundamentação”, tendo em vista que o tráfico permanece após muitos anos do fim do governo Brizola. Olímpio Gomes exigiu de Ferrarini um pedido de desculpas ao PDT e à memória de Brizola, na tribuna, e cogitou que o PDT o interpelasse judicialmente (D107). Associando Edson Ferrarini a posições ultradireitistas, Olímpio Gomes, se não se coloca necessariamente no campo da esquerda, pelo menos se retira do campo da ultradireita, reconhecendo a existência e as diferenças entre os dois campos.

Os ataques aos governadores progressistas eleitos em 1982 e o autoritarismo social que elegeu Jânio Quadros, de certa forma, são reflexo da democratização da sociedade. No Brasil, o avanço de grupos sociais causa desconforto a outros grupos sociais, que passam a se sentir ameaçados e lamentam os “bons tempos da ditadura militar”, quando o cidadão de bem podia sair tranquilo na rua. A criação, por exemplo, por Brizola, de linhas de ônibus que facilitavam o acesso às praias da Zona Sul foi fortemente rechaçada pelos moradores e comerciantes da região, que viram a frequência do bairro mudar e não aprovaram a tão celebrada integração social, atribuindo a ela a ocorrência de arrastões.⁵⁴¹ No segundo

⁵⁴¹ MENDONÇA, Kleber. A onda do arrastão. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 4, nº 7-8. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1º e 2º semestres de 1999. p. 271-272; CUNHA, Olívia M. G. Bonde do mal. In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Cláudia B. (Org). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 96 et seq. No mesmo ano da implantação das referidas linhas de ônibus, foi iniciada pela polícia a então chamada Operação Verão, que buscava impedir a chegada de arruaceiros nas praias por meio de *blitzes* (CUNHA, Olívia M. G., op. cit., p. 87 et seq.). É interessante perceber como o ano de 1984 marca ao mesmo tempo a intolerância à invasão dos *farofeiros* e o movimento das Diretas Já. Para Teresa Caldeira, entretanto, não se trata de uma contradição,

governo Brizola no Rio de Janeiro (1991/1994), a Constituição Federal era acusada de imobilizar a ação policial devido às novas garantias individuais que ela previu e a saudade do regime autoritário começa a ser trabalhada em diferentes setores da sociedade, preparando um ambiente psicossocial favorável à remilitarização.⁵⁴²

O massacre do Carandiru paradoxalmente ocorreu em um contexto de expansão da participação política e consolidação dos direitos políticos e instituições democráticas no Brasil. Em 02 de outubro de 1992, dia do massacre, Itamar Franco assumia a presidência da República, depois de o presidente Collor ter sido democraticamente, legalmente e de forma institucional afastado pelo Congresso Nacional, após grandes mobilizações populares. O massacre ocorreu às vésperas de uma eleição municipal, na qual foi vitorioso o candidato da direita, Paulo Maluf, o qual substituiu uma prefeita nordestina, solteira e petista, Luiza Erundina.⁵⁴³

No Rio de Janeiro, por sua vez, eram grandes as chances de a candidata negra, petista e *favelada* Benedita da Silva ganhar as eleições municipais de 1992. Porém, no dia 18 de outubro, entre o primeiro e o segundo turno, grupos de amigos rivais de favelas da Zona Norte se encontraram nas areias de Ipanema e Arpoador e começaram a brigar. Alguns banhistas, prevendo problemas, começaram a correr, causando o pânico. O episódio foi amplamente noticiado pela mídia como um grande *arrastão*, provocado por

uma vez que é justamente a democratização do país que possibilita que setores antes excluídos reivindiquem seus direitos de cidadania e ocupem espaços na cidade antes a eles interditados (CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000. p. 327). É esse movimento que pode explicar a busca das classes médias e altas por novas formas de segregação, em resposta aos avanços dos movimentos sociais após a abertura política. Kleber Mendonça observa que a hiperdimensão de arrastões na praia pela mídia, no começo da década de 90 do século passado, permite que se encontre uma causa para muitos dos problemas brasileiros, como a imagem comprometida do país no exterior, a crise no turismo, no mercado imobiliário e na economia. A inserção do tema *arrastão* na seção *Brasil e Política e Economia* dos jornais fez com que o evento *arrastão* fosse apontado como o retrato do Brasil naqueles dias e associou o país à decadência. Há um diagnóstico pessimista de um país que não vai pra frente por causa de um “povo que não presta”, que “não tem cultura”. A ode às praias dos anos 70, por outro lado, pode ser lida como uma exaltação ao milagre econômico da época da ditadura, a uma Cidade Maravilhosa em que os conflitos sociais eram abafados e em que as praias ainda “eram nossas” (MENDONÇA, Kleber, op. cit., p. 277 et seq; VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994. p. 97).

⁵⁴² CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth, op. cit., p. 50.

⁵⁴³ CALDEIRA, Cesar. Caso do Carandiru: um estudo sóciojurídico – (1ª Parte). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 29, 2000. Segundo Pierucci e Lima, a escalada eleitoral do PT na cidade de São Paulo revigorou o malufismo, como reação às forças progressistas. Se não era mais possível associar o PT a *baderna* e o anticomunismo havia perdido sua força mobilizadora, era possível contrapor à alegada incapacidade administrativa petista o *slogan Maluf faz*. Em 1992, a curva de distribuição do voto direitista é reconduzida ao seu padrão pré-abertura, ou seja, os bairros mais ricos voltam a ser majoritariamente de direita. Embora Maluf tenha vencido também na periferia, foi nessa área que a direita encontrou maiores dificuldades de penetração (PIERUCCI, Antônio Flávio; LIMA, Marcelo Coutinho de. São Paulo 92, a vitória da direita. *Novos Estudos*, vol. 35, mar. 1993. p. 96 et seq.).

suburbanos e favelados que teriam invadido as praias da Zona Sul para roubar todos os banhistas que vissem pela frente. Muitos enxergaram intenções eleitorais no hiperdimensionamento do arrastão pela mídia, além do objetivo de enfraquecer politicamente o então governador Leonel Brizola.⁵⁴⁴

Brizola, estranhando o posicionamento estratégico de câmeras da TV Globo no momento do suposto *arrastão*, criticava o racismo e preconceito que permeava o debate e propunha como solução de ordem prática a criação de piscinas olímpicas nos CIEPs para o lazer da *população carente*. Benedita da Silva defendia o direito de ir e vir de todos os moradores da cidade, em especial dos moradores das periferias e favelas. Já o candidato vitorioso César Maia, então no PMDB, defendia a manutenção da ordem, anteviu a necessidade de convocação das Forças Armadas para isso e popularizou, durante a campanha eleitoral, o conceito de *cidade dual*, que, segundo ele, estava dividida entre a ordem e a desordem, sendo que esta era moradora exclusiva do lado pobre, representado pela candidata petista.⁵⁴⁵

Na véspera das eleições municipais de 1992, 42% do eleitorado do Rio de Janeiro acreditavam que a principal atribuição do próximo prefeito devia ser aumentar a segurança, embora a segurança pública seja atribuição principalmente do governo estadual.⁵⁴⁶ De acordo com Vera Malaguti Batista,

Não foi por mera coincidência que naquela eleição municipal a candidata do grupo popular perdeu para as forças da “lei e da ordem”. Foi o “arrastão da Benedita”. No ano seguinte o medo do caos (sempre associado às forças populares) produziu uma vitória eleitoral que o Rio de Janeiro, capital da rebeldia nacional, nunca vira. O campo conservador tomou a prefeitura, o governo do Estado e recebeu uma enxurrada de votos para o Governo Federal. Naquela conjuntura, os cariocas votaram com medo. Votaram com medo porque um espetáculo de horror havia sido artilhosamente construído, cotidianamente medido em centimetragem de manchetes de jornal, em minutos de noticiários televisivos que, a despeito das estatísticas, preparavam o espírito dos consumidores para o ato final, a tomada das favelas pelas Forças Armadas e a vitória eleitoral.⁵⁴⁷

⁵⁴⁴ VIANNA, Hermano. O funk como símbolo da violência carioca. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2000. p. 180-181; MENDONÇA, Kleber, op. cit., p. 277.

⁵⁴⁵ CUNHA, Olívia M. G., op. cit., p. 98-99; VENTURA, Zuenir, op. cit., p. 90. Segundo César Maia, o PT e o PDT buscavam apoio eleitoral entre aqueles que “integram a marginalidade social criminoso, procurando subverter a ordem social” (CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth, op. cit., p. 53).

⁵⁴⁶ Segurança é a maior preocupação de eleitores, *Folha de S. Paulo*, 06/11/92, p. 3-3.

⁵⁴⁷ BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 19-20.

Esse pensamento conservador, representado eleitoralmente em 1992 por Maluf em São Paulo e por César Maia, no Rio, não escapou à crítica de Wanderley Guilherme dos Santos:

Frente ao hobbessianismo social, a classe política comporta-se hobbessianamente: cada um por si e é a guerra de todos contra todos. Daí os discursos da pena de morte, os paternalistas, os de justiça sumária, os de proteção ao mercado informal ninguém sabe de que. Tudo contribuindo para a difusão da descrença nas instituições. Ao final, alguém pedirá, diante do insucesso das instituições civis, a intervenção das Forças Armadas. Aliás, às vezes no começo mesmo. O candidato à Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro César Maia já não declarou que, se eleito, convocará o Exército para reprimir os “arrastões”? Espanta-me que ainda ambicione cargo eletivo, confessando-se de antemão fracassado e abdicando do poder civil que deveria honrar.⁵⁴⁸

A *crise* de segurança pública assolava o Rio de Janeiro há anos. O governador Moreira Franco (1987-1990), do PMDB, já havia prometido acabar com a insegurança em seis meses, combatendo o crime organizado localizado nas favelas e ocupando as favelas com uma polícia forte. Pesquisa Datafolha publicada então mostrou que 57% dos entrevistados afirmavam ser a segurança e violência o principal problema do Rio em 05 de agosto de 1990. No entanto, nesse mesmo ano Leonel Brizola, justamente o candidato identificado com a permissividade, foi eleito governador pela segunda vez, o que relativiza mais uma vez a relação entre a sensação de insegurança e a vitória de candidatos de direita, com um discurso de *lei e ordem*.

Se a temática da criminalidade esteve presente na eleição municipal de 1992 por meio dos *arrastões*, em 1994 a eleição para governador no Rio de Janeiro foi marcada pela reivindicação da Operação Rio, a intervenção do Exército nas favelas cariocas, apoiada pela população e pelo candidato vitorioso, Marcello Alencar (PSDB), mas duramente criticada pelo governador Nilo Batista (PDT) e usada contra o candidato da situação, Anthony Garotinho, então no PDT. Já na eleição municipal de 1996, vencida por Luiz Paulo Conde (PFL), candidato do prefeito César Maia, as balas perdidas foram usadas parcialmente para indicar a ineficácia da política de segurança pública do governador Marcello Alencar. Os resultados eleitorais de 1992, 1994 e 1996 no Rio de Janeiro

⁵⁴⁸ A BARBÁRIE social no Brasil ameaça os avanços obtidos no campo institucional? *Folha de S. Paulo*, 24 out. 1992, p. 1-3.

consagraram discursos políticos privatistas e neoliberais que afirmavam a “reurbanização, a imposição da ordem e segurança pública, o embelezamento da cidade como atributos de uma cidade moderna e competitiva, adequada para atrair investimentos” e derrotaram o discurso brizolista que privilegiava gastos sociais e defendia a função social do urbanismo.

Para superar a crise de segurança pública, o diagnóstico apontava justamente para a necessidade de derrotar o brizolismo e seus aliados, a contenção ou destruição do narcotraficante nas favelas e a reforma modernizadora do aparato de segurança pública. A militarização da segurança pública estava clara na nomeação do general-de-brigada da reserva Nilton de Albuquerque Cerqueira para o cargo de Secretário de Segurança Pública. Deputado federal licenciado pelo PP, que apoiara a candidatura de Marcello Alencar, e eleito com 40 mil votos, em grande parte de policiais, Cerqueira dirigiu a PM/RJ no período 1981-82, época em que instituiu o sistema de promoção por bravura. Chefe do DOI-CODI da Bahia durante a ditadura militar, foi o responsável pela morte do capitão Carlos Lamarca em 1971.⁵⁴⁹ Os intelectuais críticos à polícia foram acusados de proteger o crime por Cerqueira, nestes termos:

A crítica dos intelectuais de polícia, os quais denominamos de “policiólogos”, é outro fator adverso ao trabalho policial no nosso país, em particular, e no mundo, em geral, funcionando como proteção ao

⁵⁴⁹ CALDEIRA, Cesar. Segurança pública e sequestros no Rio de Janeiro: 1995-96. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20, 1997. p. 194 et seq. A nomeação de Cerqueira contou com apoio do Ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso, Nelson Jobim, e das Forças Armadas. Cerqueira indicou o delegado Hélio Luz, conhecido por posições progressistas, para a Divisão Anti-Sequestros da Polícia Civil, em um momento no qual a Divisão estava desmoralizada e o número de sequestros elevado (ibid., p. 206). Para Cerqueira, as forças sociais e políticas que se opunham ao sucesso político de Brizola e à sua obsessão pelos direitos humanos apostaram tudo na crise da segurança pública e a intervenção federal era a forma política mais viável para marcar-lhe o fracasso. Na Câmara dos Vereadores, um oficial da PM candidato a deputado estadual pelo PMDB e, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, dois deputados estaduais, um delegado de polícia e um outro oficial da PM formavam a bancada dos policiais com propostas políticas diferentes das defendidas pelo governo Brizola. O ex-governador Moreira Franco, que prometera acabar com o crime em seis meses, articulava em torno de sua candidatura a deputado federal outros candidatos da área policial anti-brizolistas. O General Newton Cruz, candidato a governador, destacou-se também como ferrenho adversário do brizolismo. Até o candidato governista Anthony Garotinho, então no PDT, tinha um general para apresentar em sua campanha eleitoral, indicando que também apoiava o processo interventivo. As mortes de uma senhora na Tijuca e de um jovem no Leblon acenderam as discussões sobre a intervenção federal. O PDT sugeriu a indicação de um general para a área de segurança como uma manobra política para barrar a intervenção, sugestão não aceita pelo governador Nilo Batista. Logo depois nasce a Operação Rio, por meio de um termo de cooperação entre a União e o Estado, uma solução negociada pelo governador, que entendia que a operação só ganhava significado por articular as ações policiais contra os crimes federais, como contrabando de armas e tráfico de entorpecentes. O governo estadual frustrou-se, porém, pois as Forças Armadas se voltaram preferencialmente para as ações nas favelas (CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth, op. cit., p. 53 et seq.). Sobre a Operação Rio e a militarização ideológica da Segurança, cf. CARVALHO, Salo de, op. cit., p. 134-135.

crime e aumentando os lucros da “indústria do crime”, esquecendo-se do verdadeiro sujeito dos direitos constitucionais, o cidadão.⁵⁵⁰

Em 16 de maio de 2006, em meio aos ataques do PCC na cidade de São Paulo e cinco meses antes das eleições, 73% dos entrevistados pelo Datafolha⁵⁵¹ responderam que o governo do estado de São Paulo devia ter aceitado ajuda do governo Federal e colocado o Exército nas ruas.⁵⁵² O percentual das pessoas com parentes na polícia que responderam que o governo estadual deveria ter aceitado ajuda do governo federal foi maior do que entre as pessoas sem parentes na polícia (80% a 70%, respectivamente). Isso pode indicar tanto que o primeiro grupo estava mais preocupado em parar os ataques o quanto antes para poupar a vida de seus parentes quanto indicar que ele tinha informações qualificadas de que a atuação da Polícia Militar seria insuficiente para parar os ataques.⁵⁵³

Pesquisa CNI IBOPE de 2011⁵⁵⁴ revelou, por sua vez, que a percepção da população residente no Sudeste sobre a eficiência das Forças Armadas em assuntos de segurança pública era a melhor comparada com a de todas as outras instituições citadas.⁵⁵⁵

⁵⁵⁰ CALDEIRA, Cesar. Segurança pública e sequestros no Rio de Janeiro: 1995-96. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20, 1997. p. 20-21.

⁵⁵¹ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Opinião dos brasileiros sobre o comércio de armas de fogo*. 2006.

⁵⁵² 25% dos paulistanos disseram que a ajuda não era necessária. Os ataques do PCC em 2006 ocorreram em ano de disputa eleitoral. Isso fez com que “as relações entre o governo federal e o governo do Estado de São Paulo, durante a crise, fossem marcadas por rugas e acusações, diretas e indiretas, em torno das responsabilidades sobre a sua emergência e gerenciamento. A ação mais significativa adotada pelo governo federal foi liberar para o governo do Estado de São Paulo R\$ 100 milhões. O ministro da Justiça ofereceu também vagas na prisão federal em Catanduvas, no Paraná, para transferência de presos paulistas e o auxílio das forças armadas, propostas recusadas pelo governo estadual” (NETO, Paulo de Mesquita; SALLA, Fernando. Uma análise sobre a crise na Segurança Pública de maio de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 68, 2007. p. 322-323).

⁵⁵³ Em novembro de 2012, em meio a outra crise de segurança pública em São Paulo, independente do grau de conhecimento sobre o assunto, 78% acreditavam que a parceria acertada entre o governo estadual e o governo federal para combater o crime organizado no Estado de São Paulo seria eficiente para acabar com a onda de violência (87% entre os que preferiam o PSDB), sendo que 37% avaliaram que seria muito eficiente (46% entre os que preferiam o PT) e 41%, que seria um pouco eficiente (52% entre os que preferiam o PSDB, 48% entre os que preferiam outro partido); 13% responderam que não seria nada eficiente e 9% não souberam responder. Não houve diferenças de percentagens, fora da margem de erro, entre as pessoas com e sem amigos ou parentes policiais ou ex-policiais (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012).

⁵⁵⁴ Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011.

⁵⁵⁵ A eficiência das Forças Armadas foi reconhecida como ótima ou boa por 61% dos entrevistados residentes no Sudeste; a da Polícia Federal, por 55%; a do Governo Federal, por 35%; a do Governo Estadual, por 33%; a da Polícia Civil, por 33%; a da Guarda Municipal, por 31%; a da Prefeitura, por 29%; a do Poder Judiciário, por 26%; a dos agentes penitenciários, por 24%; a do Congresso Nacional, por 16%. A eficiência da Polícia Militar foi classificada como ótima por 4%; como boa, por 27%; como regular, por 40%; como ruim, por 16%; e como péssima, por 13%. Para Paulo Sérgio Pinheiro, contudo, o poder das Forças Armadas para enfrentar qualquer forma de violência não é uma maneira mais rápida de liquidar o crime. O controle da

O uso das Forças Armadas no combate à criminalidade foi totalmente apoiado por 68% dos brasileiros residentes no Sudeste e, parcialmente, por 17%.⁵⁵⁶ Os deputados policiais militares, por outro lado, são críticos à intervenção das Forças Armadas na segurança pública, provavelmente não só porque a intervenção das Forças Armadas representaria o reconhecimento de que a Polícia Militar não está conseguindo desempenhar sua função com eficiência, o que feriria o orgulho profissional, mas também porque é fundamental para os representantes da Polícia Militar assegurar sua imprescindibilidade, até para que seja mais valorizada, inclusive financeiramente.

No plenário da ALESP, o motivo que Conte Lopes alega para se opor à convocação do Exército é que ela seria desnecessária se o governo conferisse maior liberdade para a Polícia Militar atirar nos *bandidos*. O deputado denuncia o uso eleitoreiro do Exército: enquanto alguns políticos queriam introduzir o Exército em São Paulo para ganhar a eleição, outros políticos falaram: “se entrar o Exército, vou perder a eleição”. A convocação do Exército é encarada como uma humilhação para a Polícia Militar, que “já ajudou muito o Exército” e “nunca precisou dele para combater bandido” (D108).

Além disso, Conte Lopes lembra que, enquanto o presidente convoca mais gente para servir o Exército, “não há nem comida no quartel”, que os soldados do Exército também seriam acusados pelo “pessoal dos direitos humanos” de torturar e roubar moradores das favelas e que “é diferente ser militar e entrar numa guerra condicional, onde tem exército de um lado e de outro” (D109). Não seria função do Exército combater o crime nem teria condições para isso, uma vez que “não se pega bandido nem traficante com tanque de guerra nem com avião”, pois “precisa entrar lá no meio para caçar rato” (D110). A crítica à Polícia Militar do Rio de Janeiro, onde a intervenção do Exército e da

criminalidade é algo demasiado complexo para ser dominado pelo poder absoluto (PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e crise política: o caso das polícias militares*. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 87-88).

⁵⁵⁶ 65% dos brasileiros se posicionaram totalmente a favor; 19%, parcialmente a favor; 7%, nem a favor nem contra (espontânea); 3%, parcialmente contra; e 4%, totalmente contra. Para Cerqueira, foi vendido para a população que a presença do Exército nas ruas, durante a conferência internacional da Rio-92, tinha diminuído a violência no Rio, dando-se a impressão da competência dos militares na área da segurança pública, apesar de as estatísticas não mostrarem tal decréscimo. Outro dado a fazer com que a população apoiasse a intervenção do Exército na segurança pública era o desgaste das polícias estaduais. Cerqueira acreditava que, às vésperas da Operação Rio, os militares aceitavam a possibilidade de intervir nas favelas e se preparavam para tal (CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth, op. cit., p. 54-55).

Guarda Nacional é recorrentemente pedida, vem acompanhada da afirmação da superioridade da polícia paulista (D111).⁵⁵⁷

Em outros discursos, contudo, Conte Lopes defende a intervenção conjunta do Exército e da Polícia Militar, mas especula que talvez o intuito de se colocar o Exército nas ruas é de desmoralizá-lo, porque “combater o crime é difícil, é estar nas ruas, envolvendo-se com traficantes, com sequestradores. E o trabalho do Exército, até o momento, é outro” (D112). Quando o Ministro Miguel Reale Júnior requereu a intervenção federal no Estado do Espírito Santo, por sua vez, Conte Lopes pediu a intervenção federal em São Paulo, em razão do assassinato de policiais pelo *crime organizado* (D113).⁵⁵⁸

Olímpio Gomes também requereu em 2008, ao Ministro Tarso Genro, intervenção federal no Estado de São Paulo para o restabelecimento da ordem pública, inclusive formalmente, por causa do enfrentamento entre policiais civis e policiais militares e da existência de toque de recolher na Baixada Santista (D114). Por outro lado, apontou em outro discurso que a vinculação da Polícia Militar ao Exército pode até prejudicar a segurança pública no estado de São Paulo e os próprios policiais, como os policiais militares paulistas convocados para atuar na Força Nacional de Segurança, no Rio de Janeiro, que perderam seus adicionais e ainda desfalcaram o contingente de São Paulo, tudo “por uma força demagógica, que funciona mais para desfilar e tirar fotos com governadores novos, do que funcionar efetivamente como polícia” (D115).

Já Edson Ferrarini vê com ceticismo e como uma falsa vitória a ocupação do Complexo do Alemão, em 2010, pelo Exército. Contrariando o discurso mais conservador, ele dá grande relevância não só ao aparato bélico, mas também ao serviço de inteligência da polícia, que poderia ter previsto a fuga dos traficantes pelo esgoto; questiona a noção de “crime organizado” nos morros, uma vez que os traficantes estavam “descalços, de bermudas, absolutamente desorganizados”; reconhece que os traficantes não sabiam utilizar seu armamento, que “o morro não planta maconha nem refina cocaína”, que as grandes operações de guerra não acabam com o tráfico, apenas o deslocam de lugar; e

⁵⁵⁷ Na passagem de 2006 para 2007 eclodiu uma crise na área de segurança pública no Rio de Janeiro. Tendo em vista não apenas o controle da crise, mas também a realização dos jogos Pan-americanos em julho, o governo do Estado e o governo federal concordaram com o emprego da força nacional para auxiliar as polícias civil e militar. O governo federal, entretanto, não concordou com o pedido do governador Sérgio Cabral para que as forças armadas auxiliassem o policiamento das áreas próximas aos seus quartéis (NETO, Paulo de Mesquita; SALLA, Fernando, op. cit., p. 323).

⁵⁵⁸ Cf. ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, n. 2, v. 15, 2003. p. 130.

alerta para o risco de o Exército se corromper em razão do contato permanente com traficantes (D116).⁵⁵⁹

A saída para a crise de segurança pública, portanto, não passa pela intervenção do Exército, para os deputados policiais militares que se manifestaram a esse respeito nos discursos da amostra. Conte Lopes iniciou sua carreira na Aeronáutica em 1964⁵⁶⁰, justamente o ano do golpe civil-militar. Em setembro de 1967 se tornou soldado da Força Pública. Na manhã de 1º de fevereiro de 1974, ingressou na ROTA, recém-saído da Escola de Oficiais da Polícia Militar, Academia do Barro Branco, portanto no auge da ditadura civil-militar, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici.⁵⁶¹ Ao mesmo tempo em que apoia em um de seus discursos o Fórum dos ex-Presos Políticos, provavelmente de forma meramente protocolar (D117), e adota um discurso vitimizante que tenta desvincular a imagem da Polícia Militar da ditadura, o deputado criminaliza a resistência ao regime autoritário, conforme será visto adiante.

Conte Lopes elogia abertamente o delegado Sérgio Paranhos Fleury, notório torturador, como um “grande delegado de polícia” que “não corria da raia” e sempre o ajudou (D118), e expressa saudosismo em relação a um tempo em que os policiais “não ficavam dormindo na viatura nem faziam acordo com bandido” (D118), “ninguém voltava para casa sem a viatura ou desarmado” e o delegado não tinha “medo de trabalhar” (D120), enfim, de um tempo em que a polícia era mais respeitada e menos *travada*. O deputado reclama que o policial não consegue trabalhar se ele responde por balar um *bandido* que matou policiais, que agora “não deixam a Polícia Civil e a Polícia Militar trabalhar e chamam o Exército”.

⁵⁵⁹ As medidas de prevenção situacional da criminalidade não combatem suas causas primárias, mas buscam impedi-las de se manifestar em determinados contextos, incrementando o esforço ou dificuldade da prática do delito na percepção individual do infrator (GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Criminologia*: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei nº 9.099/95, lei dos Juizados Especiais Criminais. 7 ed. São Paulo: RT, 2010. p. 356-357). Uma prevenção orientada a critérios rigorosamente espaciais, porém, obstaculiza, adia ou desloca a prática do delito, mas não o evita. O crime ocorrerá em outro espaço físico menos protegido, geralmente áreas e espaços cujos titulares não possam financiar o custo dos dispositivos de proteção. Por sua vez, “os poderes públicos polarizarão os esforços preventivos, entendidos em uma acepção meramente policial, em torno dos subgrupos definidos *ex ante* como populações „conflituosas“, sempre minorias e baixos estratos sociais”. As técnicas e estratégias da prevenção situacional “são muito invasivas, afetam terceiros alheios à gênese do risco ou perigo, possuem uma imanente tendência expansiva propensa a toda sorte de excessos e são infensos a controle e limites externos” (ibid., p. 360-361).

⁵⁶⁰ 21ª Sessão Solene Comemoração da “Cerimônia da Semana do Soldado” (24/08/2001).

⁵⁶¹ CONTE LOPES, Roberval. *Matar ou morrer*. São Paulo. Reinarte: 1994. p. 29-32.

Na sua lógica, “ou se dá estrutura para a polícia ou então voltamos em 64, na Revolução. Manda os militares tomarem conta de tudo de novo e a partir daí vamos ver o que dá, porque do jeito que está não vai funcionar. Falar com carinho e amor com bandido não tem jeito. Bandido só conhece um caminho: cacete e bala” (D121). A prisão supostamente injusta de funcionários da FEBEM acusados de tortura faz com que o deputado sinta que “agora está pior do que naquela época [ditadura militar]”, pois “agora, prende-se em nome da lei; antigamente, prendia-se na porrada” (D122).⁵⁶²

Ubiratan Guimarães combateu nos anos 70 a guerrilha do Vale do Ribeira.⁵⁶³ O deputado também elogiou publicamente o delegado Sérgio Paranhos Fleury, como um brasileiro idealista, polêmico, sério, corajoso, que deu a sua vida à luta contra a guerrilha, e registrou “a falta que faz esse senhor” (D123). O delegado Fleury evidencia como a repressão e a tortura não eram e nunca foram prerrogativas dos militares. No entanto, ainda é forte no imaginário social a associação entre o militarismo e uma maior repressão, vista como algo positivo ou negativo, dependendo do enfoque.⁵⁶⁴

Por outro lado, apesar de Conte Lopes e Ubiratan Guimarães expressarem nostalgia da ditadura, outros deputados policiais militares expressam uma imagem diferente. Edson Ferrarini, apesar de ser um crítico de Brizola, também critica Carvalho Pinto, candidato de Jânio Quadros em 1958, por pagar um “salário ridículo” à Polícia de São Paulo, e Abreu Sodré, governador de São Paulo nomeado pela ditadura, mencionando o temor do AI-5 e um episódio em que foi preso por fazer reivindicações salariais (D124).

Celso Tanauí, um crítico dos direitos humanos, elogia o “saudoso” governador Montoro por ter tido a “coragem de afrontar a Revolução de 64 para resgatar vários benefícios suprimidos por ela” (D125) e por ter determinado o fim de uma medida que objetivamente violava os direitos humanos dos policiais militares, a prisão disciplinar nos xadrezes dos quartéis. O deputado relata que “houve uma luta muito forte que, na época, era proibida pela Revolução de 64” e que “a Associação dos Subtenentes e Sargentos da

⁵⁶² Para Carl Schmitt a política seria a arte de construir o Estado absoluto, e a crítica ao Estado absoluto e a cultura constitucional dela resultante seriam palavreado debilitante do poder estatal, que o faria vulnerável. As democracias seriam estruturas débeis; o verdadeiro Estado forte e consolidado seria o absoluto, único capaz de aniquilar seus inimigos (Apud ZAFFARONI, Eugenio Raúl, op. cit., p. 47-48).

⁵⁶³ PTB de luto pelo assassinato do deputado Coronel Ubiratan em São Paulo. *Agência Trabalhista de Notícias*.

⁵⁶⁴ Sobre a participação de policiais civis no Esquadrão da Morte, cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 70 et seq.

PM procurou desafiar essa revolução que já tinha tirado o direito ao posto imediato em 68”. A ALESP teria “topado a briga” e restabelecido o direito ao posto imediato em 1985, ainda no advento do AI-5.⁵⁶⁵ O projeto de lei que alterava o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar foi encarado por Celso Tanauí como algo positivo, pois removia “resquícios da ditadura” (D126). Tanto no discurso de Edson Ferrarini quanto no discurso de Celso Tanauí há evidências, portanto, de que os policiais militares chegaram a se organizar para desafiar a ditadura civil-militar. Já Olímpio Gomes não critica a democracia, mas sua qualidade, lamentando que “até a ditadura foi mais complacente com o servidor público do que o que assistimos nos governos de hoje”, pois em 68 a pensão do filho do servidor público foi garantida até os 25 anos de idade e agora o governo queria diminuir para 18 anos (D127).

Em outubro de 2002, Wilson Moraes, então no PSDB, parabeniza o presidente eleito Lula por sua eleição, saudando o fato de um metalúrgico assumir “como autoridade máxima do país pela vontade popular através do voto, da democracia”, a luta pela democracia, empreendida por Lula e pela “maioria do povo brasileiro”, e a consolidação da democracia empreendida por Fernando Henrique Cardoso (D128). Por fim, encarnando os papéis simultâneos de soldado e de deputado e fazendo uma analogia entre a luta parlamentar e as batalhas de guerra, Otoniel Lima expressa em um discurso, no início de mais uma legislatura, o que se espera de um *soldado da democracia*, arregimentado “nesse exército por força exclusiva da manifestação popular” e que tem no povo “o mais alto general”. Defende o diálogo nas “batalhas” da Assembleia e “enterrar a velha prática comum no País, de ver nas iniciativas advindas dos opositores políticos alvos de ataque”. Ao mesmo tempo, o deputado elogia o Partido da Reedificação da Ordem Nacional, um partido de extrema-direita, que originou o seu partido na época, o Partido da República (D129).⁵⁶⁶

6. A aliança dos *terroristas* de ontem com os *terroristas* de hoje

A aproximação entre políticos de esquerda e criminosos comuns se acentuou nos tempos da ditadura civil-militar, quando alguns militantes de esquerda aderiram à luta

⁵⁶⁵ O AI-5 vigorou, ao contrário do que diz Celso Tanauí, de 1968 a 1978.

⁵⁶⁶ A mesma analogia entre a luta parlamentar e o combate é feita por Edson Ferrarini (D130).

armada. Foi nesse período, durante a convivência entre presos políticos de esquerda e presos comuns no presídio de Ilha Grande, que nasceu o embrião do Comando Vermelho e muitas de suas regras estritas de conduta, o chamado *proceder*, entre as quais não delatar, não roubar nem estuprar na cadeia, respeitar mulheres, crianças e indefesos e garantir o sustento de companheiros presos e de suas famílias.⁵⁶⁷

A confusão entre bandido e revolucionário é criticada pelos criminólogos críticos. Enquanto o primeiro teria respostas individualistas e aderiria às metas culturais da sociedade capitalista, apenas utilizando meios alternativos ilícitos para alcançá-las, o segundo proporia metas culturais diferentes.⁵⁶⁸ Na década de 60 e 70, porém, parte da esquerda brasileira era simpática à ideia do bandido social como um proto-revolucionário, isto é, um rebelde oriundo das classes populares, cuja carreira de violência encontrava afinidade com a ação revolucionária. Era considerado pré-político, alienado, limitado em sua consciência dos mecanismos de dominação de classe, mas poderia ser cooptado por meio de uma conscientização política para um projeto revolucionário.⁵⁶⁹ Ainda que Brizola, acusado de ser leniente com o Comando Vermelho, não tenha sido guerrilheiro como a presidente Dilma Rousseff e, portanto, *terrorista* aos olhos do eleitorado mais conservador, ele foi um dos maiores adversários da ditadura civil-militar que foi instalada no país em 1964 e de veículos de comunicação que foram apoiados e apoiaram o regime autoritário.

Segundo o próprio Conte Lopes, a ROTA foi criada em 1969 devido à “necessidade da existência de um policiamento enérgico, reforçado e que dispusesse de mobilidade e

⁵⁶⁷ O nome *Comando Vermelho* faz referência à organização de esquerda COLINA, à cor do comunismo e se contrapõe às antigas falanges carcerárias, que tinham conotação fascista. O cenário político internacional naquela conjuntura favorecia interpretações revolucionárias das práticas delinquentes. Muitos relatos levam a crer que os *bandidos* preferiam imaginar suas aventuras como rebeldia contra o sistema do que como delinquência individualista (VIEIRA, Thiago Braga. *Proibição de boca em boca: gritos silenciosos de uma memória subterrânea: O funk proibido como fonte para o estudo da violência armada organizada no Rio de Janeiro (1994-2002)*. 2009. Monografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 32 et seq.). Para uma análise da legitimidade da violência política na década de 70, cf. WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, vol. 9, n. 1. São Paulo, maio de 1997.

⁵⁶⁸ DIAS, Jorge Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: o homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Editora Coimbra, 1992. p. 62. É emblemático, assim, que as oligarquias brasileiras tenham feito do bandido Lampião um Capitão para perseguir o revolucionário Luiz Carlos Prestes e sua Coluna.

⁵⁶⁹ XAVIER Ismail. Da violência justiceira à violência ressentida. *Revista Ilha do Desterro*, nº 51. p. 55 et seq. Florianópolis, jul/dez 2006. p. 57. A verdadeira reeducação do condenado seria transformar uma reação individual e egoísta, que não transforma a estrutura social, em consciência e ação política dentro do movimento de classe (BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 204).

eficácia para conter as ações guerrilheiras, coordenadas pelo ex-capitão do Exército Carlos Lamarca e por Marighella. Por meio de ataques a quartéis e sentinelas, assassinatos de civis e militares, assaltos a bancos e sequestros, eles haviam implantado pânico e terror na população do Estado de São Paulo”.

Há, portanto, uma vinculação umbilical da ROTA com o aparato repressivo da ditadura civil-militar. Conte Lopes se refere aos guerrilheiros não como *resistentes*, mas como *terroristas* quando escreve que, gradativamente, os recursos da ROTA foram aumentando, devido a uma “doutrina de respeito à população e arrojo no combate aos terroristas e criminosos”. De acordo com Conte Lopes, a Companhia de Operações Especiais, uma tropa treinada para ações de contraguerrilha nas matas e para a localização de pessoas desaparecidas, foi criada devido ao malogro de uma expedição de militares que partiu para o Vale do Ribeira em 28 de abril de 1970 para combater a guerrilha comandada por Lamarca.

O Tenente Alberto Mendes Júnior, em 10 de maio daquele ano, juntamente com o seu pelotão, teria caído em uma emboscada dos *terroristas*. Em troca de socorro aos soldados feridos, teria concordado em entregar-se como refém de Lamarca. Cientes de que uma grande operação de busca havia sido feita pela Polícia Militar naquela região e de que a presença do refém dificultava suas ações, os guerrilheiros teriam condenado Alberto Mendes Júnior à morte e, para não alertar os militares com disparos de arma de fogo, o teriam matado a coronhadas. Em sua homenagem, o pátio do Batalhão Tobias de Aguiar passou a chamar-se pátio Alberto Mendes Júnior.⁵⁷⁰ Em diversos discursos, Conte Lopes relembra esse episódio, principalmente para questionar a diferença de tratamento que a família de Lamarca e a do tenente receberam da Assembleia Legislativa, motivo de reclamações também do deputado Olímpio Gomes.

Há diferenças, porém, de enfoque entre Olímpio Gomes e Conte Lopes. O Major Olímpio defende a anistia e a promoção *post mortem* do capitão Alberto Mendes Jr. apelando para a Constituição Federal, reconhecendo que ainda não inventaram nada melhor que a democracia, apesar de dizerem que ela é ruim, e que o bom nela é que todos podem emitir a sua opinião e eleger os seus heróis, ainda que, por motivos históricos e

⁵⁷⁰ CONTE LOPES, Roberval, op. cit., p. 29-32. Sobre a criação da ROTA, cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 59-60. Cf. também CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth, op. cit., p. 46.

ideológicos que o deputado não se propõe a discutir, alguns segmentos da sociedade, incluindo o STF e o governo dirigente, entendessem que Lamarca era um herói, enquanto, para a força policial, o herói era Alberto Mendes Jr. (D131).⁵⁷¹

Já para Conte Lopes, os políticos, tanto do PT quanto do PSDB, “acham que o soldado da Polícia Militar é o Castello Branco” e ignoram que muitos policiais entram na Polícia por falta de opção. Supostamente por um problema pessoal, por terem vivido no exílio, teriam ranço da Polícia Militar, por isso a pagariam mal e não dariam condições para ela trabalhar, afastando os policiais que enfrentam os *bandidos* (D132 a D134).⁵⁷² Alguns desses políticos teriam sido *terroristas* e chegaram à alta cúpula do governo federal, tanto no governo FHC quanto no governo Lula.

Em dezembro de 2001, por exemplo, quando o Ministro da Justiça era Aloysio Nunes, ex-guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional e ex-vice-governador de Fleury, Conte Lopes reclamava que “alguns ministros, que foram até sequestradores, estão aí como ministros”, que não achava coerente uma pessoa que foi sequestradora determinar leis, pois “se eu sou sequestrador, eu vou ser sequestrador” (D133). Já durante o governo Lula, quando Dilma Rousseff, ex-guerrilheira da COLINA e da VAR-PALMARES, mesmo grupo de Lamarca, era Ministra das Minas e Energia, Conte Lopes dizia que “muitos daqueles que mataram estão aí na alta cúpula, todo mundo batendo palma”. Esses políticos teriam transformado outros *terroristas*, como Lamarca, em heróis, concedendo anistias e indenizações a seus familiares, enquanto os mártires da Polícia Militar, como Alberto Mendes Júnior, e do Exército, como Mário Kozel Filho, teriam sido esquecidos, o que constituiria uma grande *inversão de valores* (D135).

O criminoso de ontem ajudaria o criminoso de hoje, seja porque os *terroristas* se elegeram e dificultam o trabalho da Polícia Militar, seja porque têm afinidade com movimentos sociais, comparados a guerrilhas, seja porque as indenizações pagas aos anistiados retiram recursos que poderiam ser investidos na segurança pública, equipando e pagando salários justos aos policiais militares. Na lógica de Conte Lopes, o governo desejava controlar o Judiciário, legalizar as drogas e desarmar os fazendeiros, enquanto o

⁵⁷¹ Cf. Projeto de Lei nº 519/2008, de autoria de Olímpio Gomes: Dispõe sobre promoção de integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que se encontravam no serviço ativo no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979 e dá outras providências.

⁵⁷² Mário Covas não viveu no exílio, ao contrário do que diz Conte Lopes em discurso no dia 10 de novembro de 1999. Por outro lado, podia-se ler em um cartaz da manifestação de praças pernambucanos, em 1997: “Arraes, os praças de hoje não têm culpa do seu passado – represália?” (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p.102).

Movimento Sem-Terra estaria “agindo à vontade”, “cortando a cabeça de todo o mundo com foice”. O deputado lamenta que os “verdadeiros bandidos” se elejam facilmente com milhões de votos, enquanto os do “nosso time”, que “defenderam a nossa bandeira, são repudiados, esquecidos”, como o Coronel Erasmo Dias, que não conseguiu se reeleger vereador em 2004 (D134, D136, D137).⁵⁷³

A associação do PT com a guerrilha foi explorada já nas eleições presidenciais de 1989. Segundo estudo de Diana Paula de Souza, a cobertura da mídia sobre o sequestro de Abílio Diniz foi um dos fatores decisivos para o resultado do segundo turno das eleições, em que concorriam Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT). Abílio Diniz foi sequestrado no dia 11 de dezembro de 1989 por integrantes do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). O empresário foi liberado no dia 16 de dezembro, mas, a partir do dia 17 de dezembro, jornais da época suscitavam a ligação do PT com o MIR, relatando que tinha sido apreendido em poder dos sequestradores material de propaganda política do PT e agendas com telefones de líderes petistas, com base em fontes policiais, inclusive o delegado e político Romeu Tuma, além do próprio Fleury. Após a vitória de Collor, as acusações foram desmentidas.

No dia da eleição, *O Estado de S. Paulo* noticiou na primeira página que “um padre da zona sul, simpatizante do PT, foi avalista da casa alugada pelos sequestradores”. A reportagem informou que Alcides Diniz, irmão do sequestrado, sustentava que o PT participara do sequestro, mas ocultou que ele era amigo de Leopoldo Collor e se engajara na campanha de Collor. A principal manchete do jornal *O Rio Branco*, do Acre, foi “PT sequestra Abílio Diniz”. As investigações posteriores provaram que nenhum militante do PT estava envolvido no sequestro de Abílio Diniz. Os sequestradores disseram em juízo que policiais civis os torturaram e, antes de os apresentarem à imprensa, os forçaram a

⁵⁷³ Quando se ameaçou extinguir a ROTA em 1982, seu comandante saiu em uma defesa indignada, associando a filosofia marxista-leninista ao fortalecimento dos *bandidos*: “Quando se fala em extinção da ROTA está-se dando força aos bandidos. É absurdo pensar em extinção da ROTA, pois haverá uma desproteção muito grande da população e os bandidos vão soltar foguetes”. A quem poderia interessar a desmontagem da ROTA? Somente aos maus brasileiros, ao inimigo interno da ideologia de segurança nacional: “Qualquer estudo dos mais superficiais, de qualquer dos ditames basilares da filosofia marxista-leninista já dá conta do interesse, para a desmoralização social de uma nação, a fim de que nela se implante um novo regime, da destruição de seus valores, o que, é evidente, fica totalmente simplificado com o prévio desaparecimento do que seja o sustentáculo desses valores. A polícia, a melhor polícia, a elite da polícia, é lógico”. (PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência sem controle e militarização da polícia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 1, p. 8-12, abr. 83. p. 8-9).

vestir camisetas do PT. Abílio Diniz protestou contra a tortura sofrida por seus sequestradores.

Em outubro de 1990, o governador Quércia declarou que no sequestro “houve pressões no sentido de que se conduzissem as investigações para envolver o PT”. No dia 20 de dezembro, após as eleições, *O Globo* estampava a manchete “Tuma: sequestro de Abílio não foi político”. O então Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal repudiava qualquer ligação do caso com o PT, admitia que a associação do sequestro com o PT pode ter prejudicado Lula no segundo turno das eleições e dizia que não tinha visto as camisetas. A informação teria partido de Fleury. No mesmo dia, a *Folha de S. Paulo* publicou “Sequestro pode ter prejudicado Lula” e que São Paulo foi o único Estado onde Collor cresceu significativamente entre o sábado e o domingo, segundo pesquisa de boca de urna realizada pelo Datafolha.⁵⁷⁴

No discurso de Conte Lopes, políticos de esquerda são criminalizados por terem aderido à luta armada contra a ditadura civil-militar. Em sua visão nostálgica, a ditadura correspondeu a um tempo em que supostamente a criminalidade era menor, em razão da maior liberdade que a Polícia Militar tinha para agir. No próximo capítulo será analisado outro fator associado à nostalgia da ditadura: a criminalização da política e a crença de que os governos militares eram menos corruptos do que os governos democráticos.

⁵⁷⁴ SOUZA, Diana Paula de. *Jornalismo e narrativa: uma análise discursiva da construção de personagens jornalísticos no seqüestro de Abílio Diniz e suas repercussões políticas*. Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, set. 2009. Mais de dez anos depois do sequestro, Conte Lopes, que declarou ter participado do salvamento de Abílio Diniz em um discurso na ALESP (11 de julho de 2002, 101ª Sessão Ordinária), protestou em outro discurso contra a suposta *benevolência* do sequestrado com os sequestradores (D138). Cf. Projeto de Lei nº 252/2006, de autoria de Conte Lopes: Obriga aos sequestradores o cumprimento da pena em presídio de segurança máxima; Projeto de Lei nº 718/2001, de autoria de Conte Lopes: Dispõe sobre o bloqueio de bens de familiares de pessoas sequestradas; Projeto de Lei nº 948/1999, de autoria de Conte Lopes: Dispõe sobre o pagamento de indenização a pessoas vítimas de roubo, sequestro, estupro e assassinato.

5. MAIS POLÍCIA, MENOS POLÍTICA: A CRIMINALIZAÇÃO DA POLÍTICA

1. As bases sociais e ideológicas do janismo e adhemarismo em São Paulo

Em São Paulo, após o advento da democracia de massas, dois líderes populistas emergiram na década de 40 protagonizando e disputando as eleições mais importantes até o golpe civil-militar de 1964: Adhemar de Barros e Jânio Quadros. Para Francisco Weffort, o fato de o populismo se manifestar sempre como um fenômeno de massas, como relação pessoal entre um líder e um conglomerado multitudinário de indivíduos, relacionados entre si por uma sociabilidade periférica e mecânica, não significa que também não apresente um conteúdo classista. Afinal, determinadas classes sociais se manifestam como massa em dadas circunstâncias históricas, mas o seu conteúdo classista permanece e deve ser revelado.

O autor critica, assim, a caracterização do populismo como um fenômeno não ideológico, apolítico e “sem apoio em qualquer posição social particular”. Trata-se de uma caracterização formalista, independente de qualquer vinculação histórico-social determinada, que realça apenas seus aspectos exteriores: demagogia, apelo emocional, paternalismo, ausência de ideologia, *amorfização* das diferenças sociais e políticas, líder dotado de carisma, *massificação*, perda da representatividade e exemplaridade da classe dirigente.⁵⁷⁵

Weffort aponta que a pequena burguesia é a massa por excelência. Seus membros não apresentam a tendência de organizar racionalmente sua ação política e colocar claramente seus interesses à luz do debate político, pois, apesar de viverem em condições econômicas semelhantes, encontram-se isolados. Sendo incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, em parte por causa da ausência de um partido político de trabalhadores que organizasse a classe, tem que apelar a um líder carismático que os represente. Jogam toda a sua aspiração de mudança política e de transformação social em uma pessoa que julgam dotada de um poder ilimitado. Era essa a situação de

⁵⁷⁵ WEFFORT, Francisco. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, 2, maio de 1965. p. 39 et seq.

marginalidade política que marcava o operariado, subproletariado e setores assalariados paulistas em geral nas décadas de 40, 50 e 60 do século passado.⁵⁷⁶

De acordo com Weffort, tanto o populismo adhemarista quanto o janista tinham um fundo ideológico. Adhemar de Barros tinha um forte apelo entre o eleitorado das pequenas cidades do interior e zonas rurais, entre a pequena burguesia que entrou em decadência com o desenvolvimento capitalista e por isso clamava por um Estado protetor, paternalista, realizador. Mais do que mudanças radicais, esse eleitorado almejava paz, tranquilidade e idealizava o passado como um tempo melhor, principalmente os primeiros tempos do pré-guerra, quando houve um grande desenvolvimento econômico e Adhemar era o governador do Estado. Adhemar, o candidato do *amor*, da *paz*, da *tranquilidade* e da *ordem*, portanto, não fazia apenas demagogia populista, mas respondia às expectativas de uma parte do eleitorado, ditadas por suas condições materiais de existência.

Já o maior apelo de Jânio entre o operariado urbano decorria da imagem de Estado que ele representava aos olhos do eleitorado. Tratava-se de um Estado impessoal, justo, moralizado, o ideal de Estado para um subproletariado que, migrando para a cidade grande, tornou-se um novo proletariado, se integrou à estrutura capitalista, mas encontrava-se em seus níveis mais baixos. Era um eleitorado mais otimista, por um lado, mas mais radicalmente insatisfeito, por outro, que, incapaz de se organizar, jogava suas expectativas de mudança social em um líder carismático com um discurso e ações agressivas.⁵⁷⁷ A mensagem janista estava expressa na letra de seu *jingle* político mais famoso:

Varre, varre, varre, varre vassourinha!
Varre, varre a bandalheira!
Que o povo já tá cansado
De sofrer dessa maneira
Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado!
Jânio Quadros é a certeza de um Brasil moralizado!
Alerta, meu irmão!
Vassoura, conterrâneo!
Vamos vencer com Jânio!

⁵⁷⁶ WEFFORT, Francisco, op. cit., p. 47-48. Jânio de certa forma deixava entrever o modelo de uma sociedade atomizada, sem nenhum tipo de organização, quer partidária, quer de outra natureza, bastando para guiá-la um líder clarividente, forte o bastante para extirpar todo e qualquer mal (SADEK, Maria Tereza. A trajetória política de Jânio Quadros. In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.). 1985: *o voto em São Paulo*. São Paulo: IDESP, 1986. p. 70).

⁵⁷⁷ WEFFORT, Francisco, op. cit., p. 56 et seq.

A *vassoura* simbolizava a luta contra a corrupção e contra a classe política tradicional como um todo, a destruição do *sistema*. Era um símbolo inovador e reformista quando surgiu, portanto, mas “conservador e imobilista pela própria concepção subjacente ao símbolo”.⁵⁷⁸ Torna-se uma reforma a serviço da Ordem, pregando uma mera moralização administrativa e servindo ao lema udenista *mais administração, menos política*.⁵⁷⁹ A dupla face janista, reformadora e conservadora, e a ausência de um partido forte que representasse os interesses da classe trabalhadora embaralham a classificação ideológica de Jânio Quadros na década de 50. Se, por um lado, seu eleitorado era reformista, o voto conservador tende a ser mais individualista/personalista, como era o voto janista.⁵⁸⁰

O discurso moralista janista fazia uma denúncia da política, sempre associada à noção de *politicagem*, e de todos partidos, vistos como camarilhas interessadas tão somente em disputar as benesses do Estado. Jânio dizia-se independente, fiel apenas a seus próprios princípios.⁵⁸¹ Eis o ideal de justiça defendido pelo eleitorado janista:

Ele supõe que o principal problema da sociedade está na corrupção, e que para combatê-la é suficiente um líder que se proponha a „varrê-la“ [...]. Este diagnóstico sobre a sociedade brasileira – existência de uma crise moral – é bastante persuasivo. Sua força deve-se sobretudo à simplificação que ele opera no „mundo político“, dividido entre o bem e o mal, e à aparente eficácia das soluções moralizantes. Responsabilizando os políticos e os „tubarões“ por todos os infortúnios do passado e do presente, Jânio Quadros aparece aos olhos de seus simpatizantes como diferente de todos os modelos conhecidos.⁵⁸²

⁵⁷⁸ FERREIRA, Oliveira S. Comportamento eleitoral em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 8, abril de 1960. p. 198-201; Id., A crise de poder do “sistema” e as eleições paulistas de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16, janeiro de 1964. Belo Horizonte: UMG, 1964. p. 201-202, 205-206; SADEK, Maria Tereza, op. cit., p. 70.

⁵⁷⁹ Cf. FERREIRA, Oliveira S. A crise de poder do “sistema” e as eleições paulistas de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16, janeiro de 1964. Belo Horizonte: UMG, 1964. p. 182-185. Não podemos esquecer também que o PDC, o primeiro partido de Jânio, era um partido dos *homens de mãos limpas*. Isto levou-o aos braços do puritanismo *de classe média*, bem como a alianças com a UDN (também *de mãos limpas* e, muito a seu modo, elitista-democrática). Diferentemente do janismo, contudo, o PDC nunca chegou a ter apoio de massas e também diferentemente da UDN, a classe média que o apoiava era menos tradicionalista e mais profissionalizante e técnica (CARDOSO, Fernando Henrique. Partidos e deputados em São Paulo. In: CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 53).

⁵⁸⁰ Os políticos conservadores são muito mais propensos a mudar de partido do que os de esquerda e os eleitores são levados a segui-los (MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 61).

⁵⁸¹ SADEK, Maria Teresa, op. cit., p. 68-69.

⁵⁸² LIMA, Venício, op. cit., p. 84.

Nas eleições de 1989, embora fosse oriundo de uma família tradicional de políticos, tivesse sido prefeito *biônico* de Maceió e se envolvido com nomeações em massa irregulares, Collor conseguiu de certa forma recuperar o discurso agressivo janista da *vassoura* e firmar a imagem de alguém que *faz política* sem ser *político*, de combatente solitário, contra os políticos e *marajás*.⁵⁸³ Da mesma forma, Edson Ferrarini e Conte Lopes colocavam-se em seus discursos na ALESP como *outsiders* na política, em contraposição aos políticos profissionais, ainda que estivessem na Assembleia Legislativa de São Paulo há várias legislaturas e tenham se declarado *deputados* no campo *profissão*, quando do registro de suas candidaturas em 2006 e 2010.

Se Edson Ferrarini declara “estar deputado” e “ser coronel até a morte” (D1), Conte Lopes declara “nunca ter feito política” na sua vida, antes de ser eleito, e que “até hoje” dificilmente faz política, “apesar de estar há quase 16 anos nesta Casa” (D2). Já Olímpio Gomes declara que se sente “muito mais policial que parlamentar” (D3). Em outros discursos, porém, Conte Lopes se coloca como membro da injustiçada *classe política* (D4) e um deputado comprometido “em vir à tribuna, defender o seu partido e as suas ideias, principalmente sem demonstrar que está com o rabo preso com ninguém” (D5).

A visão simplificadora e maniqueísta da política projeta em um líder salvador a resolução de problemas sociais complexos. Admira-se o homem realizador, um *xerife*, que age mais do que debate e que *faz* mais do que *faz política*, associada à demagogia. O processo democrático de negociação de múltiplos interesses no Poder Legislativo é visto como ineficiente e a criminalidade é atribuída à falta de leis mais rigorosas, ou seja, à omissão do Poder Legislativo. Conte Lopes incorpora o herói protetor que resolve problemas sociais com um enfoque clientelista, com polícia e não com política, com o uso da força e não com negociação e discursos, e chega a comparar o seu gabinete de deputado a uma delegacia de polícia, onde “aparece de tudo, desde briga entre marido e mulher a sequestros, assaltos, tráfico de drogas” (D6).

Assim como Jânio incorporava a figura de um *xerife* e aplicava pessoalmente multas de trânsito quando exercia o cargo de prefeito⁵⁸⁴, Conte Lopes chegou a participar de operações em que matou pessoas que elegera como suspeitas mesmo exercendo o cargo de deputado. Em fevereiro de 1987, ao ser informado de que um bebê de 65 dias era refém

⁵⁸³ LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 231 et seq.

⁵⁸⁴ DAMIANI, Marco. Quem será o novo Jânio?, *Brasil 247*, 30/01/2003.

de dois homens já cercados pela polícia, Conte Lopes, em trajes civis, aproveitou para entrar na casa onde estavam os sequestradores, já ocupada por vários policiais militares, quando o major que comandava a operação precisou se comunicar com o Secretário de Segurança, e matou os sequestradores.

O capitão Roberto Vieira Tosta contou que o deputado voltou a disparar a arma para matar um dos sequestradores, que estava no chão já gravemente ferido. Sem revelar os detalhes do suposto tiroteio, os radialistas dos programas policiais apresentaram Conte Lopes como o herói que havia salvado o bebê das mãos de dois bandidos. Em abril de 92, em dupla com o capitão Antônio Bezerra, chegou a participar, com um carro da Assembleia Legislativa, de uma operação policial irregular no interior do Estado que resultou na morte do civil Marco Antônio da Silva.⁵⁸⁵ Conte Lopes nega que queira “aparecer” e justifica que intervém nesses episódios porque “dentro de nós, existe uma alma de policial, existe um espírito de policial” (D7). O deputado demanda, para garantir a segurança da população, ações de guerra e não discurso (D8), a “figura do secretário, do governador” (D9).

2. A criminalização da política

Para um eleitorado assolado pelo medo da criminalidade, com dificuldades estruturais para se organizar em movimentos sociais e com ojeriza à abstração, a diagnósticos complexos e soluções de longo prazo para problemas sociais, o discurso de demonização da classe política tem um forte apelo. Todos os males da sociedade são imputados à corrupção dos políticos, ainda que a resolução do problema fuja à sua competência legal ou transcenda a sua vontade política. Contribui para esse quadro o enquadramento adverso da mídia em relação aos políticos.⁵⁸⁶ Nesse sentido, Conte Lopes atribui desde as baixas aposentadorias até a crise do sistema penitenciário à corrupção (D10 e D11) e Celso Tanauí associa a corrupção dos políticos a uma crise ética generalizada que acarreta em violência, embora ainda aposte em saídas políticas para contornar a situação (D12).

⁵⁸⁵ BARCELLOS, caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Globo, 1993. p. 218-219.

⁵⁸⁶ Sobre o enquadramento adverso da mídia em relação aos políticos, cf. LIMA, Venício A. de, op. cit. Cf. também ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p. 35-36.

Olímpio Gomes, em seus discursos no plenário da ALESP, denuncia vários casos de corrupção envolvendo o governo estadual do PSDB, como o uso indevido de dinheiro em operações sigilosas da Secretaria de Segurança Pública⁵⁸⁷; a máfia dos caça-níqueis, vinculando-a ao financiamento de campanhas majoritárias⁵⁸⁸; o pagamento de inserções de deputados na TV Assembleia, que não teriam ocorrido⁵⁸⁹; a destinação ilegal de escolta policial a ex-governadores, ex-presidentes da ALESP e deputados⁵⁹⁰ etc. O deputado atribui à corrupção e atos de improbidade administrativa na Secretaria de Segurança Pública a falta de efetivo policial, de recursos para a segurança e, conseqüentemente, a perda de vidas humanas (D13).

Assim como o Capitão Nascimento do filme *Tropa de Elite 2*, o maior sucesso de bilheteria da história do cinema brasileiro, Olímpio Gomes denuncia a *lama* que transborda da Secretaria de Segurança Pública, justamente aquela que tem a responsabilidade de cuidar da segurança da população (D14). Governadores e ex-governadores do PSDB são acusados expressamente por Olímpio Gomes de serem criminosos (D15 e D16). A última cena de *Tropa de Elite 2* consiste em um plano que sobrevoa a cidade de Brasília, sugerindo que os chefes do *sistema*, o grande inimigo abstrato, estão no Congresso Nacional. É claro que o filme pode ter múltiplas interpretações. A concepção progressista de que não há forma de solucionar os problemas fora da política ou de que a origem da violência está nas leis repressivas feitas no Congresso é uma delas.

Em depoimento na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, o Capitão Nascimento defende a extinção da Polícia Militar e afirma categoricamente que a maioria dos deputados ali presentes deveria estar na cadeia, fazendo ressalvas a deputados honestos, incluindo o deputado de esquerda Fraga, defensor dos direitos humanos e inspirado no Deputado Marcelo Freixo (PSOL). No entanto, a cena que causou aplausos em muitas salas de cinema foi aquela em que o Capitão Nascimento espanca o Secretário de Segurança Pública.⁵⁹¹

O neoretributivismo hegemônico no tratamento da criminalidade das massas é incorporado também no que se refere ao combate à corrupção. Sustenta-se que, se é

⁵⁸⁷ 17 de dezembro de 2008, 186ª Sessão Ordinária; 23 de junho de 2009, 29ª Sessão Extraordinária.

⁵⁸⁸ 07 de abril de 2008, 39ª Sessão Ordinária.

⁵⁸⁹ 23 de fevereiro de 2011, 016ª Sessão Ordinária do Período Adicional; 2 de Março de 2011, 6ª Sessão Extraordinária do Período Adicional.

⁵⁹⁰ 17 de maio de 2010, 61ª Sessão Ordinária.

⁵⁹¹ SOUSA, Ana Paula. “Tropa de Elite 2” é recebido com aplausos no Festival de Berlim. *Folha de S. Paulo*, 11 fev. 2011.

inevitável conviver com a corrupção, é inadmissível conviver com a impunidade.⁵⁹² Em 2003, na cidade de São Paulo, políticos corruptos eram percebidos como merecedores de penas muito mais duras do que jovens que matam. Essa expectativa de maior punição para políticos era maior ainda entre o grupo mais exposto à violência. Enquanto 14,20% dos paulistanos defendiam pena de morte para político corrupto (7,90% entre os paulistanos com exposição leve à violência, 22,00% entre os com a exposição mais grave), 11,40% defendiam a pena de morte para jovens que matam (8,10% entre os paulistanos com exposição leve à violência, 9,60% entre os com a exposição mais grave).⁵⁹³

A demonização dos políticos é reatualizada pelo discurso neoliberal, que denuncia os vícios da burocracia estatal como um problema do próprio Estado e não das classes sociais que quase sempre o ocuparam.⁵⁹⁴ De acordo com Nilo Batista,

o paradoxo de que a um Estado social mínimo corresponda um Estado penal máximo conduz às consequências concomitantes de despolitização dos conflitos sociais e politização da questão criminal. Os *faits divers* da antiga página policial migraram para a primeira página, e as páginas políticas recebem um tratamento policialesco. A gigantesca transferência de poder e riqueza do âmbito público para o privado tem no desmerecimento de agentes políticos um poderoso indutor de opinião: serviços públicos são ineficazes, e administrados por *gangsters*. Decisões do Congresso Nacional capazes de afetar milhões de brasileiros obtêm divulgação ínfima se comparada com as atividades inquisitoriais de alguma CPI, ou com investigações sobre a própria conduta de parlamentares. A questão criminal se politiza igualmente como descredenciamento de administrações locais ou forças partidárias que se oponham ao credo criminológico midiático.⁵⁹⁵

⁵⁹² De fato, alguns fatores específicos contribuem para a impunidade dos criminosos de colarinho branco. Grande parte dos crimes de colarinho branco, em virtude de sua própria complexidade, é de difícil tipificação. Os acusados geralmente são pessoas de prestígio na sociedade e dificilmente são encarados como pessoas criminosas. Possuem recursos para contratar excelentes advogados e poder para intimidar eventuais denunciadores, embora em grande parte das vezes nem sequer há uma vítima imediata com interesse em denunciar. Ademais, os meios de execução destes crimes são geralmente sigilosos, aumentando ainda mais sua cifra negra, ou seja, o índice de subnotificação à autoridade policial (SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 198-199). Após a promulgação da Constituição de 1988, apenas em maio de 2010 houve a primeira condenação criminal de um deputado federal pelo STF, José Gerardo (CE) (GALUCCI, Mariângela. Condenação no STF não rende prisão a políticos. *O Estado de S. Paulo*, Brasília, 17 nov. 2012).

⁵⁹³ CARDIA, Nancy. Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. *Revista Lusotopie*, vol. X, 2003. p. 325-326.

⁵⁹⁴ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, vol. 12, Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 274-276.

⁵⁹⁵ *Ibid.*, p. 282.

Não se deve olvidar que o discurso de criminalização dos políticos feito pela mídia, assim como o sistema penal em geral, é extremamente seletivo. Sob a roupagem liberal do jornalismo investigativo, a mídia está não apenas pautando as agências executivas do sistema penal, como também selecionando entre candidatos à criminalização secundária.⁵⁹⁶ Por sua vez, muitos dos políticos que fazem da luta contra a corrupção a sua bandeira principal acabam se demonstrando falsos moralistas, aumentando ainda mais o ceticismo da população e solapando a confiança nas instituições democráticas.⁵⁹⁷ Olímpio Gomes, por exemplo, denuncia o uso irregular de aeronaves da Polícia Militar pelo então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, então no DEM e cobra desse partido o mesmo empenho ético que teve ao denunciar um caso similar ocorrido no âmbito do governo federal, em que era oposição (D17).

Não paira sobre os políticos apenas a suspeita de que não estariam preocupados com a segurança da população, pois andariam com guarda-costas ou sob a escolta de policiais, conforme sugere Conte Lopes (D8). Diante da concepção arraigada de que todos os políticos são corruptos, ou seja, *bandidos*, o raciocínio conservador pode enxergar uma cumplicidade entre políticos e os outros *bandidos*, uma vez que os próprios políticos supostamente se aproveitariam de leis penais menos rigorosas. Essa hipótese, no entanto, foi confirmada apenas parcialmente por pesquisas de opinião pública.

⁵⁹⁶ BATISTA, Nilo, op. cit., p. 281. O Jornal Nacional, da Rede Globo, por exemplo, manteve, durante o governo FHC, seu tradicional enquadramento oficialista no que diz respeito ao Executivo federal, ainda que de forma simulada, principalmente por meio da omissão de fatos políticos. Os governos locais, o Poder Judiciário e, em particular, o Legislativo, por sua vez, têm sido historicamente objeto de um enquadramento *adversário*, por meio da permanente desqualificação da política e dos políticos (LIMA, Venício A. de, op. cit., p. 273).

⁵⁹⁷ Na idade moderna e contemporânea, as duas vias mais frequentemente seguidas na tentativa de destruir a autonomia da política serão aquelas baseadas sobre a argumentação *técnica* e sobre a argumentação *moralista*. A argumentação moralista sustenta que o moralmente justo deve necessariamente prevalecer sobre o politicamente útil; que existe uma só “ética”, dela deve depender e a ela deve responder a política; e que não existe uma ética pública distinta da moral privada. Ocorrem muitos casos, contudo, nos quais o politicamente útil é “moralmente injusto” se medido com base nos parâmetros da moral privada, mas é, por outro lado, “moralmente justo” se medido com base naqueles da ética pública. Por outro lado, enquanto o moralismo tenta neutralizar a política, a política transforma o moralismo em seu instrumento, afogando-o em hipocrisia e *imoralidade*: “Uma vez que se desloca de uma avaliação radicalmente equivocada sobre a política e sobre os seus dilemas morais (aqueles autênticos), o fim inevitável do moralista é tornar-se o instrumento útil, esteja ou não consciente disso, de algum grupo na competição pelo poder com outros grupos. Como as armas, o dinheiro ou tantos outros recursos dos quais a política se serve, também as ‘argumentações morais’ são frequentemente um instrumento a ser utilizado, em combinação com outros, para submeter ou bater um adversário” (PANEBIANCO, Angelo. Evitar a política? *Novos Estudos CEBRAP*, n° 45, julho 1996. p. 52 et seq.).

Em dezembro de 2012⁵⁹⁸, a instituição que gozava da maior percentagem de confiança dos brasileiros entrevistados era a Presidência da República (81%), seguida da imprensa (72%), Supremo Tribunal Federal (70%), Congresso Nacional (43%) e partidos políticos (37%). A confiança nas instituições não se alterava conforme se apoiasse ou não a posse de armas, a pena de morte e a proibição do uso de drogas, apresentando todos os grupos os mesmos percentuais, dentro da margem de erro. No entanto, pessoas com opiniões consideradas mais conservadoras sobre as causas da criminalidade, a redução da maioria penal e os sindicatos desconfiavam mais do Congresso Nacional, dos partidos políticos e do Poder Judiciário do que pessoas com opiniões mais liberais sobre os mesmos temas. Por outro lado, os que concordavam que acreditar em Deus torna as pessoas melhores confiavam mais nas instituições do que os que discordaram dessa frase.⁵⁹⁹

A percepção da corrupção nos governos pós-democratização foi majoritariamente igual, dentro da margem de erro, entre grupos com posturas conservadoras sobre política criminal e grupos com posturas liberais. Surpreendentemente, no grupo que declarou que a maior causa da criminalidade era a maldade das pessoas a percepção da corrupção em todos os governos foi menor do que no grupo que declarou que a maior causa da criminalidade era a falta de oportunidades iguais para todos.⁶⁰⁰ No grupo que declarou que acreditar em Deus torna as pessoas melhores, a percepção da corrupção nos governos pós-democratização também foi menor do que entre o grupo que declarou que acreditar em

⁵⁹⁸ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012.

⁵⁹⁹ Houve diferenças nas percentagens de confiança entre os que acreditavam que a maior causa da criminalidade era a falta de oportunidades iguais para todos (74% confiavam no STF e 60% não confiavam nos partidos políticos) e dos que acreditavam que a maior causa da criminalidade era a maldade das pessoas (68% confiavam no STF, 65% não confiavam nos partidos políticos); entre os que declararam que adolescentes que cometem crimes devem ser reeducados (50% confiavam no Congresso Nacional e 43% confiavam nos partidos políticos) e os que declararam que adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos (39% confiavam no Congresso Nacional e 34% confiavam nos partidos políticos); entre os que declararam que acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor (75% confiavam na Presidência da República, 33% acreditavam no Congresso Nacional) e os que declararam que acreditar em Deus torna as pessoas melhores (83% confiavam na Presidência da República, 44% acreditavam no Congresso Nacional); entre os que declararam que os sindicatos eram importantes para defender os interesses dos trabalhadores (49% confiavam no Congresso Nacional, 41% confiavam nos partidos políticos) e os que declararam que os sindicatos serviam mais para fazer política do que defender os trabalhadores (36% confiavam no Congresso Nacional, 32% confiavam nos partidos políticos).

⁶⁰⁰ No grupo que declarou que a maior causa da criminalidade era a falta de oportunidades iguais para todos, 72% declararam que houve corrupção no governo Sarney; 81%, no governo Collor; 65%, no governo Itamar; 78%, no governo FHC; 82%, no governo Lula e 74%, no governo Dilma. No grupo que declarou que a maior causa da criminalidade era a maldade das pessoas, as percentagens foram 66%, 77%, 56%, 71%, 74% e 67%, respectivamente.

Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor.⁶⁰¹ Por outro lado, a percepção da corrupção foi maior entre os que declararam que os sindicatos servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores do que entre os que declararam que são importantes para defender os interesses dos trabalhadores, principalmente, em relação à percepção da corrupção nos governos Lula e Dilma, do Partido dos Trabalhadores, que teve origem no movimento sindical.⁶⁰²

Uma das vitórias da direita, o resultado do referendo do desarmamento, em 2005, ocorreu no contexto de crise do *Mensalão*. Conforme visto no capítulo 2, houve, na época, análises que apontaram que o discurso conservador que defendia o *Não* foi beneficiado pela descrença dos cidadãos na política como instrumento de solução dos conflitos e correspondeu a um suposto voto de protesto contra a corrupção do governo, que apoiava o *Sim*. Na visão conservadora, um governo de corruptos, de *bandidos*, que não fornecia segurança pública, estava querendo tirar do *cidadão de bem* o direito de se armar.

Em julho de 2005, tendo em vista o referendo sobre a comercialização de armas de fogo no Brasil, o Datafolha pesquisou a opinião dos brasileiros sobre o tema.⁶⁰³ Entre os que acreditavam na existência do *Mensalão*, 18% se opuseram à proibição da comercialização de armas de fogo e, entre os que não acreditavam, 20% se opuseram. Não é possível afirmar, assim, pelo menos por esses dados, que o voto vitorioso contra a proibição tenha alguma relação com um voto de protesto contra o *Mensalão*, haja vista que as percentagens nos dois grupos estão empatadas tecnicamente, sendo a percentagem dos que se opuseram à proibição até numericamente maior entre os que declararam que o PT não pagava mesada a parlamentares.

Se em 2001 Conte Lopes se posicionou favoravelmente ao voto aberto para cassações de parlamentares na ALESP (D18) e em 2004 reclamou que a cobertura da Rede Globo sobre o escândalo Waldomiro Diniz, ex-assessor de José Dirceu, estava sendo leve por se tratar de um caso envolvendo o PT (D19), no auge do escândalo do *Mensalão*, em

⁶⁰¹ No grupo que declarou que acreditar em Deus torna as pessoas melhores, a percepção da corrupção nos governos pós-democratização foi de 67% no governo Sarney; 78%, no governo Collor; 59%, no governo Itamar; 72%, no governo FHC; 75%, no governo Lula e 68%, no governo Lula. Entre o grupo que declarou que acreditar em Deus não necessariamente torna uma pessoa melhor as percentagens foram de, respectivamente, 73%, 83%, 65%, 82%, 90% e 82%.

⁶⁰² No primeiro grupo, 71% das pessoas declararam que houve corrupção no governo Sarney; 83%, no governo Collor; 63%, no governo Itamar; 77%, no governo FHC; 84%, no governo Lula e 76%, no governo Dilma. No segundo grupo, as percentagens foram, respectivamente, 67%, 77%, 58%, 72%, 73% e 65%.

⁶⁰³ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Opinião dos brasileiros sobre o comércio de armas de fogo*. 2005.

2005, criticou os projetos de desarmamento e de reforma política, mas se recusou a criticar os envolvidos nas acusações de corrupção, ponderando que às vezes a pessoa é boa e é “detonada” pela imprensa (D20).⁶⁰⁴

Já em dezembro de 2012⁶⁰⁵, Pesquisa Datafolha mostrou que a avaliação do combate à corrupção no governo Dilma Rousseff como ruim/péssimo não se alterava, fora da margem de erro, conforme o entrevistado apoiasse ou não o direito de possuir armas, a pena de morte e a legalização das drogas⁶⁰⁶, mas foi maior em grupos que se posicionaram de forma conservadora sobre as causas da criminalidade e a redução da maioria penal.⁶⁰⁷

Da mesma forma como os dados desmentem que posições conservadoras a respeito da política criminal levem necessariamente a uma percepção maior da corrupção ou vice versa, dados da pesquisa Datafolha realizada em novembro de 2013⁶⁰⁸ desmentem a hipótese de que a demanda pela punição dos envolvidos no escândalo do *Mensalão* parta somente ou principalmente da direita. Perguntados se o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, agiu bem em determinar a prisão de condenados do *Mensalão*, 86% dos entrevistados concordaram. Era de se esperar que o apoio ao Ministro fosse maior entre a direita, não só porque se esperam medidas mais repressivas dela do que da esquerda, mas porque os mais importantes alvos das prisões foram políticos de um partido identificado com a esquerda. No entanto, no segmento *comportamento* (classificação baseada nos valores do entrevistado) não houve diferenças fora da margem de erro entre as posições ideológicas e no segmento *econômico* (classificação baseada nas posições sobre política social e econômica) os direitistas

⁶⁰⁴ De acordo com Fabiano Santos, os parlamentares sabem que nenhuma reforma política será capaz de preencher a expectativa existente em torno do tema. Assim, eleva-se o risco de no médio prazo, e no suposto da aprovação de uma reforma qualquer, aprofundar o descrédito popular nas instituições democráticas. Em segundo lugar, tendem a se opor à reforma política porque qualquer mudança de sistema produzirá efeitos incertos sobre suas condições de sobrevivência eleitoral, principalmente tratando-se de parlamentares do *baixo clero* (SANTOS, Fabiano. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. *Novos Estudos CEBRAP* 96, julho 2013. p. 22-23).

⁶⁰⁵ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012.

⁶⁰⁶ Entre os que apoiavam a posse de armas, 45% avaliavam o combate à corrupção como ruim/péssimo. Entre os que não apoiavam a posse de armas para o cidadão comum, 43% tinham essa avaliação.

⁶⁰⁷ A má avaliação do combate à corrupção (44% entre os entrevistados em geral) foi maior entre os que acreditavam que a maior causa da criminalidade era a maldade das pessoas (46%) do que entre as que acreditavam que era a falta de oportunidades iguais para todos (41%). Da mesma forma, foi maior entre os que concordaram que adolescentes que cometem crimes devem ser punidos como adultos (47%) do que entre os que concordaram que devem ser reeducados (38%).

⁶⁰⁸ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Comportamento político*. 2013.

concordaram menos com as prisões, talvez porque se trate de crimes de colarinho branco.⁶⁰⁹

Paradoxalmente, a direita popular, ao mesmo tempo em que condena a classe política tradicional e o *sistema*, posiciona-se contra candidatos que ameaçam alterar radicalmente a ordem social, como o Lula de 1989 ou o Jânio de 1962. Brada contra a corrupção dos políticos, mas apresenta muitas vezes um comportamento cínico, coerente com sua visão pessimista da sociedade, que chancela a ideia de que *todos roubam*. Acabam apoiando candidatos notoriamente relacionados a escândalos de corrupção, como Adhemar de Barros⁶¹⁰ ou o próprio Paulo Maluf, seja porque o eleitorado não distingue mais os corruptos dos não corruptos, seja porque a banalização dos escândalos prejudica ainda mais a memória do eleitor, seja porque a ética não é o critério preponderante que guia o comportamento eleitoral, seja porque ainda encontra muito espaço o discurso do *rouba, mas faz*.⁶¹¹

⁶⁰⁹ Apoiaram o Ministro 83% dos que foram classificados como de direita no segmento *comportamento*; 86%, de centro-direita; 86%, de centro; 86%, de centro-esquerda; e 86%, de esquerda. Já em relação à posição ideológica no segmento *econômico*, 80% dos que foram classificados como de direita concordaram; 87%, de centro-direita; 86%, de centro; 88%, de centro-esquerda e 88%, de esquerda.

⁶¹⁰ Nas eleições para governador de São Paulo, em 1962, disputadas entre Adhemar e Jânio e vencidas pelo primeiro, Adhemar conseguiu passar a imagem de um candidato com experiência, cristão, anticomunista (apesar de ter sido apoiado pelo PCB em 1947), que traria estabilidade, prosperidade e ordem, em um contexto de grande agitação política. Tais características foram julgadas mais importantes, naquele momento, pelo eleitorado conservador do que as acusações de corrupção que envolviam Adhemar e o fizeram ser conhecido pelo slogan *rouba mas faz*. Jânio, por sua vez, foi mais ambíguo. Ao tempo que o homem que condecorara Che Guevara, defendia a civilização cristã contra o comunismo, bradava contra os maus patrões, os lucros criminosos, e marcava, em carta dirigida ao fundador da Liga Camponesa de Araraquara, sua posição reformista (FERREIRA, Oliveiros S. A crise de poder do “sistema” e as eleições paulistas de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16, janeiro de 1964. Belo Horizonte: UMG, 1964. p. 204-213). Na Itália, por sua vez, aqueles custos, em termos de desgoverno, corrupção, excesso de pressão fiscal, ausência de alternância nas elites de governo etc., que foram durante tanto tempo aparentemente toleráveis para setores majoritários do eleitorado quando o problema dominante era defender-se do comunismo, deixaram de aparecer dessa forma quando o comunismo, entendido como sistema organizado, morreu (PANEBIANCO, Angelo. Evitar a política? *Novos Estudos CEBRAP*, nº 45, julho 1996. p. 56).

⁶¹¹ Uma parte dos eleitores pode tornar-se desencantada com um político ou com o partido no poder, mas acreditar que outras opções não são melhores. A oferta de políticos ou partidos pode parecer um oligopólio ou quase um monopólio. Essa sensação de que todos os políticos ou partidos são iguais diminui a efetividade das eleições como instrumentos de *accountability*, ou seja, responsabilização. Afinal, se os eleitores não acreditam que a oposição é melhor, eles têm menos probabilidade de punir os malfeitos dos governantes por meio do voto (MAINWARING, Scott. Introduction: Democratic Accountability in Latin America. In: MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher (Org.). *Democratic accountability in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 23-24). Outra hipótese é a de que, apesar de a *accountability* eleitoral incluir tanto julgamentos políticos quanto transgressões legais, a maioria dos cidadãos vota com base em julgamentos políticos e não em critérios legais (ibid., p. 12). Levantamento do *Congresso em Foco* mostrou que, dos trezentos e vinte congressistas que se reelegeram ou garantiram nas urnas o direito de trocar de casa legislativa em 2010, setenta e seis eram, na época, alvos de inquéritos ou ações penais no STF, excluindo, portanto, ações de improbidade administrativa, por exemplo (SARDINHA, Edson. Um quarto dos reeleitos responde a processo no STF. *Congresso em Foco*, Brasília, 08 out. 2010). Com o entendimento de que a Lei

Conte Lopes, por ocasião da prisão de seu então correligionário Paulo Maluf, critica a ação do delegado federal Protógenes Queiroz (D21), o mesmo que seria elogiado pelo deputado Olímpio Gomes anos depois como um herói quixotesco que tenta “mostrar a podridão que assola grandes segmentos da política brasileira” (D22) e que se elegeria em 2010 deputado federal pelo PCdoB. O escândalo de corrupção que atingiu o prefeito Celso Pitta, candidato de Maluf em 1996, respingou em Conte Lopes, na época no mesmo partido dos ex-prefeitos (D23). Acusações de corrupção envolvendo correligionários opuseram o deputado e Wilson Moraes. As diferenças partidárias, neste caso, sobressaíram-se ao suposto corporativismo policial. Apesar de ser crítico à espetacularização das CPIs (D24), Conte Lopes reivindicou em um de seus discursos que o governo estadual do PSDB fosse investigado por uma CPI, assim como o governo municipal, do seu partido, tinha sido, sob o argumento de que é função do Poder Legislativo, e não apenas do Ministério Público, fiscalizar (D25).

Não se pode esquecer que a CPI é o “lado mais policaresco” do trabalho parlamentar e, portanto, pode ter afinidade com deputados policiais. Da mesma forma como a intervenção do Exército e da Guarda Nacional na segurança pública é rechaçada por Conte Lopes, o deputado afirma a competência da Assembleia para investigar fatos objetos de CPIs federais ocorridos em São Paulo (D26). Wilson Moraes, por sua vez, atacou Celso Pitta e Paulo Maluf, então correligionários de Conte Lopes, defendeu Mário Covas, seu correligionário, e lembrou que “se forem criar mais CPIs para apurar fatos [...] os nobres Deputados terão que dedicar-se exclusivamente ao Legislativo; terão que abandonar suas famílias e uma série de atividades” (D27). Celso Tanai, por sua vez, aprova com entusiasmo a eleição da deputada Delegada Rose, então no PMDB, para a Corregedoria da ALESP por ela exercer, há muito tempo, “esse trabalho de investigação policial” e “entender tudo sobre o ramo” (D28).

da Ficha Limpa só valeria a partir das eleições de 2012 e a consequente posse de outros quatro processados no STF, o número de parlamentares reeleitos com pendências criminais subiu para oitenta, ou seja, um quarto (SARDINHA, Edson; COELHO, Mário. Dez casos de políticos que escapam da ficha limpa. *Congresso em Foco*, Brasília, 12 mar. 2012). Sobre a glamorização da *malandragem* de Maluf, cf. BRANT, Vinícius Caldeira. Maluf. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, 4, p. 33-34, nov. 82.

3. Mais polícia e menos política: a luta contra a corrupção

Se, por um lado, Edson Ferrarini associa a corrupção ao enfraquecimento da democracia, na medida em que o corrupto deixa de representar os interesses de quem o elegeu (D29), regimes autoritários, como a ditadura civil-militar brasileira, apoiada por Paulo Maluf, utilizaram a bandeira do combate à corrupção para se legitimar. Além de o discurso autoritário difundir a ideia de que na época da ditadura a criminalidade não era tão alta, por haver mais repressão, difunde-se a ideia de que na época da ditadura não havia tanta corrupção. Isso porque a noção de corrupção assimilada pelas Forças Armadas sempre esteve associada à identificação de uma desonestidade específica: o mau trato e o desvio do dinheiro público, resultado dos vícios produzidos por uma vida política de baixa qualidade moral. A redução do político à moral individual e à alternativa salvacionista definiu o desastre da estratégia de combate à corrupção do regime militar brasileiro, ao mesmo tempo em que determinou o comportamento público de boa parte de suas principais lideranças, preocupadas em valorizar ao extremo sua *decência* pessoal.⁶¹²

A desconfiança em relação aos políticos, que permeia o imaginário social, pode adquirir tons ainda mais críticos para os militares. De acordo com Celso Castro, o curso da Academia Militar pode ser visto como um ritual de passagem que tem por objetivo desenvolver nos indivíduos o “espírito militar” e acaba construindo fronteiras simbólicas

⁶¹² O patrimônio do general Castello Branco, por exemplo, se restringia a um *Aero Willis* preto e um imóvel em Ipanema. O general Médici adiou um aumento do preço da carne para vender na baixa os bois de sua estância e desviou o traçado de uma estrada para que ela não lhe valorizasse as terras. Já o general Geisel recusou-se a comprar um apartamento, embora tivesse economias suficientes, alegando: “estou indo para a Petrobrás, e se eu comprar esse apartamento, vão logo dizer que estou roubando” (STARLING, Heloisa Maria Murgel. Ditadura militar. *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 252-253). A UDN tinha como uma de suas principais bandeiras a denúncia do *mar de lama*, práticas políticas e administrativas corruptas cometidas por políticos do grupo varguista, principalmente trabalhistas. A base aérea de Jacareacanga, situada na selva amazônica, chegou a ser tomada por um pequeno grupo de oficiais da Força Aérea rebeldes, que acusavam Juscelino Kubitschek de ser tolerante com a corrupção e com o comunismo. Há uma linha de interpretação historiográfica que vê na luta contra a subversão e a corrupção a principal motivação dos golpistas de 1964. No entanto, a temática da corrupção adquiriu centralidade no discurso dos líderes do golpe somente após o sucesso do movimento militar, quando ficou evidente que a ameaça comunista havia sido superestimada. A sensação de que o Governo Castello Branco não estava sendo duro o suficiente nos expurgos, inclusive de aliados incômodos, como Adhemar de Barros, inspirou o surgimento da *linha-dura* (MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. *Corrupção no Brasil republicano – 1954-1964. Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243 et seq.). A abertura lenta, gradual e segura trouxe à baila escândalos financeiros e mostrou que a corrupção também se fez presente nos anos de chumbo. A corrupção apresenta taxas de subnotificação altíssimas, de maneira que fatores como liberdade de imprensa e órgãos de controle independentes, ausentes em regimes ditatoriais, são essenciais para que a corrupção subterrânea ganhe visibilidade (MORAES FILHO, Antônio Evaristo de. O círculo vicioso da corrupção. In: LEITE, Celso Barroso (Org). *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.p. 22-23).

entre militares e civis. A mensagem que se transmite é a de que em geral os militares são não apenas diferentes dos “paisanos”, termo depreciativo usado informalmente entre militares quando se referem aos civis, mas também melhores. Enquanto os militares seriam uma *elite*, fundada sobre princípios éticos e morais corretos e sãos, idealmente ativos, disciplinados, respeitosos, altruístas e preocupados com a Pátria, os “paisanos” seriam em geral preguiçosos, indisciplinados, individualistas e ocupados apenas com seus próprios interesses.⁶¹³

Essa visão aparece, de certa forma, no discurso de Olímpio Gomes, que declara ter “muito mais orgulho de ser policial militar do que deputado”, em função do que viu na ALESP (D30). Apesar de ter se reelegido deputado estadual em 2010 e ter se eleito deputado federal em 2014, o deputado rejeitava a carreira política em discursos de 2007, pois, enquanto na Polícia Militar teria aprendido que, “quando mexiam com um de nós, mexiam com todos”, na ALESP teria aprendido que “é cada um por si” e que cada um está preocupado “com os seus votos, com os seus anseios e com a sua condição própria de parlamentar” (D31). Edson Ferrarini, por sua vez, contrapõe a corrupção da administração do prefeito Celso Pitta, “um esgoto a céu aberto”, às mãos limpas e à vida honesta e exemplar de policiais militares (D32). Todavia, vê com ceticismo a ocupação dos morros do Rio de Janeiro pelo Exército, reconhecendo o risco de corrupção pelo contato permanente dos soldados com traficantes (D33).⁶¹⁴

De fato, do moralismo ao cinismo é um passo: é no controle das atividades *imorais*, como jogos, drogas e prostituição, que há maior propensão para corrupção policial.⁶¹⁵ Os policiais cultivam relações próximas com criminosos informantes, têm de pensar como os

⁶¹³ CASTRO, Celso. A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 37, novembro 1993. p. 230.

⁶¹⁴ Sugerindo a cumplicidade de Brizola com a criminalidade, o Secretário de Segurança Pública de Marcello Alencar, o general Nilton Cerqueira, declarou que estratégia principal para combater a criminalidade era “a reativação da ação da polícia em todo o Estado do Rio de Janeiro, não mais se admitindo, como em tempos idos, áreas de exclusão à ação das Forças Públicas”. No entanto, fontes do Comando Militar do Leste informaram que só em 1995 foram descobertos 15 casos de militares e ex-militares envolvidos com traficantes no Rio. Todos são ou foram das forças especiais, com curso de guerrilha (CALDEIRA, Cesar. Segurança pública e sequestros no Rio de Janeiro: 1995-96. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20, 1997. p. 199-200). Um dos maiores bicheiros do Rio de Janeiro, o Capitão Guimarães, é acusado de ter sido torturador durante a ditadura militar (LUNGARETTI, Celso. Ex-torturador é chefe da máfia do bingo. *Carta Maior*, 23 abr. 2007).

⁶¹⁵ MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001. p. 155; REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2004. p. 148-149.

próprios criminosos e algumas vezes acabam cruzando a “fronteira sedutora”⁶¹⁶, conforme se nota em um discurso de Conte Lopes em que menciona um episódio em que policiais civis foram flagrados “extorquindo, traficando drogas e, de acordo com diversas matérias, até estuprando prostitutas na Cracolândia” (D34).

O militarismo é considerado por Conte Lopes um possível antídoto contra a corrupção na direção de presídios, pois um diretor de presídio não tem força para combater a corrupção “se amanhã ele pode ser um porteiro de novo, lá na cadeia, e o cara que ele punir vai ser o diretor do presídio” (D35). Da mesma forma, os policiais militares também facilitariam fugas, “só que a disciplina é mais rígida em cima do policial militar”, que “vai para a cadeia de imediato” (D36). Por outro lado, o deputado admite que “com dinheiro do crime se compram delegados, se compra oficial da Polícia Militar, se compram coronéis da Aeronáutica” (D37) e propõe colocar como diretores de presídios não apenas militares reformados, mas também delegados de polícia aposentados (D38).

Os próprios policiais militares admitem, aliás, a corrupção em suas corporações. Em pesquisa realizada em 2009⁶¹⁷, questionados sobre como agiria a maioria dos colegas em uma situação em que um agente de sua corporação visse um colega recebendo propina, 45,6% dos praças e 30,3% dos oficiais das Polícias Militares responderam que a maioria conversaria com o colega para que ele não fizesse mais; 21,8% dos praças e 23,2% dos oficiais, que a maioria denunciaria o colega à corregedoria/órgão similar; 21,6% dos praças e 37,6% dos oficiais, que a maioria fingiria não ter visto; 2,1% dos praças e 2,8% dos oficiais, que a maioria conversaria com o colega para também receber propina; 8,9% dos praças e 6,0% dos oficiais não souberam avaliar.

Uma percentagem semelhantemente baixa de praças e oficiais respondeu, portanto, que a maioria denunciaria o colega à corregedoria/órgão similar, indicando a força do corporativismo ante os mecanismos de controle internos e externos, a desconfiança em relação a esses mecanismos ou simplesmente uma maior tolerância à corrupção. Cabe salientar que 76,5% dos praças e 78,9% dos oficiais apontaram a corrupção nas polícias como um fator muito importante que dificulta o trabalho da polícia.

⁶¹⁶ REINER, Robert, op. cit., p. 104; REISS JUNIOR, Albert. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 95.

⁶¹⁷ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

É preciso considerar que, ainda que internamente a polícia tenha grandes conflitos e os desvios dos policiais possam ser internamente condenados, externamente ela aparece como um corpo unido, preocupada em preservar a sua honra. A aparente lealdade fraternal da polícia, ademais, tem fundamentos bastante pragmáticos. Nenhum policial sabe nem quando nem onde ele se encontrará um dia em dificuldade ou em perigo e tem de trabalhar com homens em quem ele possa confiar. Assim, cada agente deverá contar com o apoio incondicional de qualquer outro colega e isso inclui nunca testemunhar contra outro policial e, se preciso, mentir, tanto para o tribunal quanto para os superiores hierárquicos.⁶¹⁸

Em pesquisa realizada em 2009, 93,6% dos praças e 88,4% dos oficiais apontaram os baixos salários como fator muito importante que compunha as dificuldades de trabalho da polícia. A maioria dos policiais militares declarou que a maioria de seus colegas exercia com regularidade algum *bico*.⁶¹⁹ Conte Lopes encara o *bico* como uma “satisfação”, uma válvula de escape para a corrupção policial (D39) e uma vantagem que especificamente a carreira de policial militar oferece (D40 e D41). Uma das consequências tidas como negativas do afastamento do policial pelo Proar é justamente perder o *bico* (D42). Em outros discursos, porém, apresenta uma visão não tão positiva do *bico*, encarado como uma atividade arriscada e como um ônus da carreira de policial militar, não um bônus (D43). Essa também é a visão expressa por Wilson Moraes (D44), por Celso Tanaui (D45) e por Edson Ferrarini (D46). Assim como Conte Lopes, Ferrarini contrapõe o policial que vive de *bico* ao policial corrupto, “mau caráter” (D47).

⁶¹⁸ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 157, 168-169, 190 et seq., 199; REINER, Robert, op. cit., p. 136; BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 155-156; REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 171-172. Segundo Monjardet, o policial que enuncia uma crítica em relação à polícia diante dos não-policiais é catalogado como traidor que enfraquece o campo dos a favor em proveito do campo dos contra. As mais vivas críticas internas são negadas com convicção no exterior. É o abandono da condição policial que permite reunificar a linguagem (MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 198-200).

⁶¹⁹ Dos policiais militares brasileiros questionados, 60,1% dos praças e 55,1% dos oficiais declararam que a maioria dos profissionais de sua corporação exercia com regularidade outra ocupação remunerada além da função como profissional de segurança pública (segundo emprego ou *bico*); 18,5% dos praças e 25,9% dos oficiais, mais ou menos a metade; 10,2% dos praças e 12,7% dos oficiais, a minoria; 11,2% dos praças e 6,3% dos oficiais não souberam avaliar. Em pesquisa realizada em 2014, 84,7% dos policiais brasileiros apontaram os baixos salários como fator muito importante que compunha as dificuldades de trabalho da polícia. Dos policiais brasileiros que responderam a pesquisa, 43,5% declararam que a maioria dos profissionais de sua corporação exercia com regularidade outra ocupação remunerada além da função como profissional de segurança pública (segundo emprego ou *bico*); 21,7%, a minoria; 19,3%, mais ou menos a metade e 15,5% não souberam avaliar (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. *Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública*).

A dicotomia entre “viver de corrupção” e “viver de bico”, todavia, parece ser porosa. Em primeiro lugar, ainda que tolerado, incentivado pelos governos e, em boa medida, tratado como uma política salarial informal e velada, um meio decente de “honrar compromissos” sem “cair na bandidagem”, o *bico* é proibido aos policiais no Brasil, por incorrer em um conflito de interesses com a missão pública. A prática, no entanto, está tão institucionalizada que violá-la pode motivar “greves brancas”, “operações-padrão” ou até a revolta dos policiais de ponta, comprometendo a provisão de policiamento público.⁶²⁰

Para conseguir fazer o bico, por mais que não queira se envolver com a “banda podre”, o policial precisa de uma série de favores, seja de seus superiores que acomodam o turno, seja de colegas que ajudam a conseguir o bico, “dobram a folga” ou “tiram plantão” em seu lugar, seja de funcionários que abonam suas faltas ou facilitam uma licença médica. Esses favores deixam o policial na posição de dívida, compelido a fazer vistas grossas diante de “desvios de conduta” mais graves, como a formação de milícias.⁶²¹

Olímpio Gomes expressa uma visão bastante negativa do *bico*, associado à precarização do trabalho policial. O deputado critica a Operação Delegada, criada pelo prefeito Gilberto Kassab. Considera-a um *bico* oficializado, que não resolve os problemas de segurança pública e de baixa remuneração dos policiais e que ainda aumenta o risco à sua saúde (D48 e D49). Apesar da visão negativa que tem do *bico*, Olímpio Gomes, assim como Wilson Moraes, opõe-se à sua criminalização, pela associação com a prática de formação de milícias para extorsão.⁶²² Provavelmente por entender a necessidade que leva

⁶²⁰ Na Virada Cultural de 2013, em São Paulo, frequentadores e jornalistas constataram atitude passiva de alguns policiais militares diante de *arrastões*, o que deu margem a especulações sobre uma *operação padrão*, em suposta represália a mudanças determinadas pela administração municipal que teriam desagradado setores da corporação policial na Operação Delegada, convênio com o governo estadual que dá remuneração extra a policiais militares que prestam serviços à prefeitura (AJUSTES na Virada. *Folha Online*, 21 mai. 2013). Assim como a tortura e o uso excessivo da força são frequentemente justificados em nome da “eficácia” no combate ao crime, o bico é tolerado ou até incentivado a título de “compensação” pelos baixos salários (LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio et al. *Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 41). No sistema de dupla corrupção, o funcionário público trabalha pouco porque ganha mal e o governo nada exige dele ou faz vista grossa, porque sabe que paga pouco (LEITE, Celso Barroso. Desonestidades de pessoas honestas. In: LEITE, Celso Barroso (Org). *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 48).

⁶²¹ MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR., Domício. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. *Estudos Avançados* 21 (61), 2007. p. 164-165.

⁶²² A associação entre o bico e a formação de milícias foi feita no próprio Relatório da CPI das Milícias, realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em 2008: “O recrudescimento da violência, não apenas aquela ligada à comercialização de drogas ilegais, criou em camadas médias uma obsessão por segurança que se traduz hoje nos condomínios fechados e na adesão entusiasmada aos shopping centers, tidos como oásis de segurança. Mais recentemente assistimos à proliferação de ruas fechadas por cancelas e guaritas e de oferecimento a comerciantes e moradores de segurança privada, informal e quase sempre ilegal. A cargo de profissionais de segurança pública, o famoso bico serve para garantir uma renda complementar

os policiais militares a recorrer a ele, não enxerga essa atividade como criminosa, problematizando a criminalização primária (D50).

A CPI das Milícias, realizada em 2008 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, apontou a interferência criminosa de policiais militares na dinâmica eleitoral. O Relatório da CPI propõe conceituar milícias como “grupos armados para prática de diversas extorsões e exploração irregular de serviços públicos, controlados por integrantes das instituições de segurança pública e/ou das Forças Armadas, para fins econômicos escusos, não raro com representação direta de parlamentares ou indiretamente na forma de sustentação dessa atividade criminosa, contando, no mínimo, com a tolerância de autoridades de Poderes Executivos (braço político-eleitoral)”.⁶²³

Nenhum dos candidatos e parlamentares admitiu à CPI ter qualquer relação com milícias ou ter tido apoio de milicianos em suas campanhas. O PM bombeiro Cristiano Girão, indiciado pela Polícia Federal por extorsão, admitiu que agia como um xerife na comunidade onde morava, impedindo a entrada de traficantes e prendendo delinquentes. Quase todos se declararam líderes comunitários e justificaram suas ações como defesa dos interesses das comunidades. Praticamente todos reconheceram ter apoiado candidatos oriundos dos órgãos de Segurança a cargos eletivos em todos os níveis.

A CPI percebeu, particularmente em eleições proporcionais, padrões de concentração de votos acima de 15%, compatíveis com os de um curral eleitoral, constituído por meio de coação e/ou clientelismo, em diversos locais denunciados por fontes variadas como sendo áreas controladas por milícia. Isso, por si só, não significa que tais candidatos sejam necessariamente ligados às milícias das áreas onde obtiveram votação concentrada. No entanto, em vista do cruzamento com outras denúncias feitas por

aos baixíssimos salários pagos pelo Estado. O descontrole da segurança privada ilegal chegou a tal ponto que há registro de situações nas quais policiais chamados formalmente por moradores e comerciantes vítimas freqüentes de assaltos para coibir a violência, terminam contratados informalmente pela comunidade para prestar serviço de segurança. E quanto mais esse serviço cresce, mais práticas de justicamento ocorrem, como o denunciado assassinato de um adolescente infrator que, apanhado no delito, foi assassinado por membro da equipe de apoio” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro*, 2008. p. 257).

⁶²³ No decorrer da CPI, dois parlamentares e uma candidata a vereadora foram presos – o vereador Jerominho, o deputado estadual Natalino Guimarães e a candidata Carminha Jerominho (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro*, 2008. p. 260-261). A postura, de certa forma permissiva, das autoridades cria o caldo de cultura favorável ao surgimento e crescimento das milícias. Foi o próprio prefeito César Maia que, instado a se pronunciar sobre a proliferação de milícias nas comunidades populares, deu a elas o status de “grupos comunitários de autodefesa” (ibid., p. 258).

diversas fontes à CPI, padrões elevados de concentração de votos podem ser considerados um indício significativo.

Nas eleições para vereador em 2004, foram apontados como suspeitos de ligação com milicianos um candidato eleito pelo DEM, um candidato eleito pelo PDT, um candidato eleito pelo PT, um candidato do PPS que obteve a suplência, um candidato do PRONA que obteve a suplência e um candidato do PTB que obteve a suplência. Nas eleições para deputado estadual de 2006, a CPI apontou um candidato eleito pelo PT e um candidato do PHS que obteve a suplência. Nas eleições para deputado federal do mesmo ano, a CPI apontou um candidato eleito pelo PMDB e um candidato do PSC que não se elegeu. O candidato do PMDB eleito, no caso, foi Marcelo Itagiba, que ocupou o cargo de secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro entre 2003 e 2006.⁶²⁴ Nota-se, dessa forma, que os candidatos supostamente relacionados com milícias distribuem-se entre partidos variados, de diferentes tendências ideológicas.

Embora a hipótese de que a impunidade constitui o principal fator facilitador da corrupção seja sedutora por sua simplicidade, há que se ponderar que, se a corrupção tivesse causas eminentemente individuais e não sociais ou estruturais, o afastamento do corrupto de seu cargo e sua punição cessariam o comportamento delituoso dentro do aparelho do Estado, o que nem sempre se verifica.⁶²⁵ Os projetos de lei de Conte Lopes que visam a combater a corrupção policial tratam, no entanto, a corrupção como um problema individual, fruto da maldade de *bandidos* que se infiltraram na polícia. As soluções são todas individuais, como o afastamento ou a prisão do acusado.

O mesmo discurso da impunidade, utilizado para explicar as causas da criminalidade em geral, é empregado para explicar a existência de policiais que cometem crimes. A lei seria fraca para atingir o “mau policial”, corrupto, mas atingiria o “bom”, “porque trabalha certo, ao trocar tiros” (D51). O deputado propõe que se coloquem o

⁶²⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro*. Nov 2008. p. 91 et seq. Dos políticos denunciados ao Disque Milícia como integrantes de milícia, vinte e sete foram candidatos pelo Rio de Janeiro em 2008, sendo dez eleitos (2 do PSC, 3 do PMDB, 1 do PDT, 1 do PPS, 1 do PMN, 1 do PT e 1 do PTdoB). Dos dezessete não eleitos, 1 pertencia ao PMN; 3, ao DEM; 1, ao PR; 1, ao PTC; 1, ao PSB; 1, ao PSDC; 2, ao PSL; 1, ao PRB; 1, ao PTB; 1, ao PPS; 2, ao PRP; 1, ao PMDB; e 1, ao PV. Cinco candidatos foram citados por suposto apoio das milícias, sendo três eleitos (1 do PR, 1 do DEM e 1 do PHS). Os outros dois candidatos eram do DEM e do PTB (ibid., p. 213 et seq.).

⁶²⁵ Uma vez que o problema é posto em termos de “honestidade” versus “desonestidade”, a mensagem implícita e explícita é que a prioridade está em culpar os “desonestos”, mais do que mudar as regras de financiamento da política, diminuindo assim as ocasiões que fazem o homem (público) ladrão (PANEBIANCO, Angelo. Evitar a política? *Novos Estudos CEBRAP*, nº 45, julho 1996. p. 56).

diretor do presídio e o carcereiro que deixarem o *bandido* fugir na cadeia, no seu lugar, e não que se faça inquérito, que “não dá nada” (D52).

Assim como no filme *Tropa de Elite 1*, o policial corrupto é vilanizado no discurso de Conte Lopes como alguém que ajuda o criminoso, em contraposição ao policial herói, que mata o criminoso. Enquanto o primeiro é taxado de *bandido* ou “pior que bandido”, o segundo não é (D53).⁶²⁶ A corrupção é tratada por Conte Lopes como um fator de desmotivação do trabalho policial, pois o policial arriscaria à toa a sua vida para prender um *bandido* que depois acaba tendo a fuga facilitada (D54).

Olímpio Gomes, por sua vez, vincula a corrupção policial à corrupção política e à falta de segurança que vitima os próprios policiais, uma vez que o policial “que muda de lado” “macula a instituição, desmerece o bom policial e ainda dá guarida para aqueles bandidos mais organizados que depois vão dar tiros nas costas dos policiais com fuzis”. Os ataques do PCC de 2006, por exemplo, teriam sido motivados pela extorsão praticada por policiais contra o sobrinho do Marcola (D55).⁶²⁷ O deputado, em outro discurso, menciona um episódio no qual, por revanchismo, um policial teria sido morto possivelmente por policiais “que se tornaram bandidos” (D56).

As principais maneiras que Conte Lopes defende, inclusive por meio de projetos de lei, para combater a corrupção na polícia são obrigar os policiais ingressantes a fazer um exame toxicológico e acabar com a prisão especial para o policial que se envolver em crimes que não tenham relação com sua profissão, pois não se pode “aceitar que o policial que erra na ocorrência, que dá um tiro errado, tenha a mesma punição e vá para o mesmo presídio que um sequestrador”, que fica o “aterrorizando”⁶²⁸ (D57). Esse segundo projeto é

⁶²⁶ A personagem Capitão Nascimento diz, no início do filme, que no Rio de Janeiro, e na polícia em particular, ou a pessoa se corrompe, ou se omite, ou vai para a guerra, o que quer dizer na prática sair da polícia e ir para o BOPE. Na análise de Paulo Menezes, “as mediações que se farão entre os policiais militares são mais entre escalas de corrupção do que entre corruptos e não corruptos. É por isso que o filme apresenta a quase totalidade da polícia como corrupta, só alterando o montante da corrupção entre seus grupos internos, numa hierarquia de corrupção que acompanha ao mesmo tempo a hierarquia das patentes” (MENEZES, Paulo. *Tropa de elite: perigosas ambigüidades*. RBCS, vol. 28 nº 81, fevereiro/2013. p. 69).

⁶²⁷ Segundo o governo do Estado, as rebeliões e ataques teriam sido uma tentativa do PCC de demonstrar força e assegurar o controle de unidades do sistema penitenciário. Outras explicações para a crise apontam para objetivos imediatos, como vingança, publicidade e reconhecimento, concessões específicas do governo, provocar desordem e repressão e desmoralizar o governo, resolver conflitos internos à organização, influenciar processos eleitorais (NETO, Paulo de Mesquita; SALLA, Fernando. Uma análise sobre a crise na Segurança Pública de maio de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 68, 2007. p. 331-332).

⁶²⁸ Cf. 49a Sessão Solene Comemoração do 170º Aniversário da Polícia Militar do Estado (14/12/2001). Cf. Projeto de Lei nº 941/1999: Torna obrigatória a realização de testes toxicológicos quando da admissão do Policial pelas Corporações da Polícia Militar e Polícia Civil; Projeto de Lei nº 347/2000: Dispõe sobre a obrigatoriedade da transferência da atividade de policiamento, de todos os policiais envolvidos em crimes

apoiado por Olímpio Gomes, que também concorda que “o policial que se torna bandido é mais perverso do que o pior dos bandidos” (D58)

Por outro lado, Conte Lopes denuncia a seletividade da Justiça Militar, que manda soldado embora “a toque de caixa, com pontapé no traseiro, sem direito a nada”, mas não consegue mandar embora oficial (D59). Da mesma forma, Wilson Moraes, presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar, critica a *pegadinha* como método de verificar a honestidade dos policiais e combater a corrupção por ser vexatório e ineficaz, denuncia a sua seletividade, na medida em que não seria feita “para os coronéis da Polícia Militar”, mas na rua, para os praças, e defende uma saída preventiva e não punitiva para combater a corrupção na polícia, qual seja, a valorização salarial (D60).

No capitalismo tardio, as imperfeições do sistema penal são vistas como produtos da corrupção humana. A chamada *banda podre* da polícia, assim, não configura uma constante subcultural com raízes estruturais no exercício profissional, e sim uma opção ética, uma questão moral. A mídia lê os conflitos sociais apenas pela chave infracional.⁶²⁹ A Polícia Militar de São Paulo é sempre elogiada por Conte Lopes e a corrupção é apontada justamente como obra de uma minoria, da *banda podre*, que existiria em todas as profissões (D61 e D62). Segundo o deputado, “a Justiça Militar é a que mais condena os policiais por corrupção, não porque há mais corruptos, mas porque não aceita” (D63).

Em um único discurso encontrado na amostra, admite que a criminalidade na polícia possa ser estrutural e assinala que, “na hora em que nós não conseguirmos diferenciar o policial decente e honesto do policial bandido”, então, “tem que fechar a polícia e começar tudo de novo” (D64). Edson Ferrarini, da mesma forma, coloca a corrupção como uma exceção e um problema individual, associado ao *mau-caratismo*, e afirma que, diante de um caso de corrupção, o policial corrupto é rapidamente expulso, de maneira a preservar a corporação perante a sociedade (D65).

hediondos, concussão e tráfico de entorpecentes; Projeto de Lei nº 929/2003: Proíbe recolhimento de policial civil, ex-policial civil e agentes da polícia civil no Presídio Especial da Polícia Civil, quando o fato a que deu origem à condenação não foi praticado no exercício da atividade policial ou a ela relativa; Projeto de Lei nº 545/2003: Proíbe recolhimento de Policial Militar e de ex-Policial Militar no Presídio Militar Romão Gomes, condenado na Justiça Comum, quando o fato a que deu origem à condenação não foi praticado no exercício da atividade Policial Militar ou a ela relativa.

⁶²⁹ BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, vol. 12. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002. p. 274-276.

Em novembro de 2012⁶³⁰, em meio a uma crise de segurança pública em São Paulo, sem distinguir as polícias, 59% dos paulistanos acreditavam que muitos policiais estavam envolvidos em corrupção, mas que a maioria deles não estava (69% entre as pessoas que preferiam o PSDB); 26% acreditavam que a maioria dos policiais estava envolvida com corrupção; 11% diziam que a corrupção era rara e quase não existiam policiais envolvidos com corrupção e 4% não souberam responder. Não foram encontradas diferenças fora da margem de erro entre os grupos com e sem parentes ou amigos policiais ou ex-policiais, embora a percentagem de pessoas que declararam que muitos policiais estavam envolvidos em corrupção, mas a maioria não, e que a maioria dos policiais estava envolvida tenha sido maior numericamente no primeiro grupo (61% a 57% e 27% a 26%, respectivamente).

Sobre os motivos que levaram àquela onda de violência em São Paulo, 18% dos entrevistados citaram motivos relacionados à política e governo, com menções a desleixo do governo, culpa do governo, falta de controle governamental, corrupção no governo etc. Uma fatia de 17% dos paulistanos via ligações entre a onda de violência e crimes cometidos por polícias ou corrupção na polícia; 9% atribuíam a situação a problemas na legislação (não há punição, precisa haver leis mais rigorosas, precisa haver pena de morte etc.). Entre as pessoas com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais, os que apontaram os crimes e a corrupção da polícia foram 21%. Entre as pessoas sem parentes ou amigos policiais ou ex-policiais, foram 15%.⁶³¹ Pessoas que conviviam com policiais admitiam, portanto, mais a corrupção policial.

Apesar de também admitir a corrupção na polícia, a população desconfiava mais dos políticos. Para 58% dos entrevistados, existia mais corrupção na política do que na polícia (66% entre os que preferiam o PSDB, 66% entre os que preferiam outro partido) e apenas 5% diziam que havia mais corrupção na polícia do que na política. Havia ainda 35% que disseram que a corrupção na polícia e na política acontecia na mesma proporção. Não foram encontradas diferenças fora da margem de erro entre os grupos com e sem parentes ou amigos policiais ou ex-policiais.

No conflito com políticos, assim, os policiais podem ganhar o apoio de boa parte da população. Apesar de, conforme visto, pessoas com valores liberais e conservadores terem

⁶³⁰ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

⁶³¹ Em artigo publicado em 2003, Nancy Cardia constatou que, para 55,20% das pessoas com exposição leve à violência na cidade de São Paulo, a polícia de seus bairros nunca aceitava suborno (ante 23,00% entre as que tinham a exposição mais grave) e para 60,00%, a polícia de seus bairros nunca protegia o tráfico de drogas (ante 26,60% entre as que tinham a exposição mais grave) (CARDIA, Nancy, op. cit., p. 314-315).

basicamente a mesma percepção da corrupção, segundo pesquisas Datafolha, e de parcela relevante da população desconfiar da eficiência da polícia e temê-la, para uma determinada parte do eleitorado, tomada pela sensação de insegurança e pela descrença na política, parece ser sedutor o mote *menos política e mais polícia* ou *menos políticos profissionais e mais policiais na política*. Segundo Fabiano Santos, na equação fascista brasileira, simples e primária, que esteve presente nas manifestações de junho de 2013, o voto popular estaria na raiz do grande problema brasileiro. Os políticos seriam todos corruptos e o eleitor seria cúmplice da engrenagem, dado que a esmagadora maioria da população “é pobre e ignorante, beneficiária de rendas e serviços transferidos pelo governo, pela máquina pública, corrupta em sua origem”. Manifestantes expuseram em cartazes dizeres do tipo “Ditadura já” e “O povo unido não precisa de partido”. Militantes de partidos políticos e sindicatos foram fisicamente agredidos.⁶³²

Na análise de André Singer, a direita buscou tingir as manifestações de junho de 2013 de um sentimento anticorrupção. No Brasil, essa seria sempre a arma favorita da oposição, pois os governos, enquanto gestores da riqueza coletiva, estão constantemente no centro das denúncias. O objetivo quase único da direita, ainda “entalada” com o julgamento do Mensalão, seis meses antes dos protestos, era tirar o PT do governo federal e, se pudesse, impedindo-o para sempre de voltar. É possível, assim, que tenha apostado no “que se vayan todos”, mesmo com algum prejuízo a administrações dirigidas pelo PSDB. Para Singer,

a vantagem da bandeira anticorrupção é que ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção (o que é duvidoso) em troca de benefícios. Em todo caso, o “rouba, mas faz”, com o qual se procurou caracterizar nos anos 1940 a ação de Adhemar de Barros, na última quadra, mais ou menos sutilmente, tem servido para enquadrar o lulismo. Ao mesmo tempo, a

⁶³² Segundo o diagnóstico fascista, as instituições “formais” de controle, sobretudo o Poder Judiciário e o Ministério Público, embora em geral compostos de homens preparados e de bem, encontrar-se-iam desprovidas dos instrumentos necessários para evitar a permanente prática de crimes contra o erário e a boa-fé do cidadão comum. A cobertura do julgamento do Mensalão teria conferido respeitabilidade e despudor ao diagnóstico protofascista de que os políticos eleitos seriam criminosos. Fabiano Santos ressalta, porém, que, no fundo, a esquerda radical também sempre cultivou enorme pessimismo com relação ao instrumento “voto” e sua massificação como mecanismos centrais de formação e controle dos governantes, basicamente pelo mesmo motivo: descrença na capacidade dos pobres em promover a boa escolha no momento da decisão (SANTOS, Fabiano. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. *Novos Estudos CEBRAP* 96, julho 2013. p. 18 et seq.).

direita estabelece uma relação entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer os setores populares de que se ela fosse varrida para fora da casa haveria recursos para todos viverem bem. Trata-se de um argumento falacioso, mas intuitivo.⁶³³

A corrupção pode enfraquecer a democracia aumentando a desconfiança da população nas instituições. No ano de 2006, o *survey A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas* constatou que 71,9% dos brasileiros tinham pouca ou nenhuma confiança no Congresso Nacional e 80,6% tinham pouca ou nenhuma confiança nos partidos políticos.⁶³⁴ Esses índices são extremamente preocupantes, tendo em vista que

a desconfiança generalizada, crescente e longamente duradoura, ainda que não coloque em questão a existência da democracia no curto prazo, sinaliza a percepção negativa dos cidadãos quanto à capacidade das instituições públicas de operar como meios de realizar seus interesses ou preferências. Isso ajuda a explicar por que, algumas vezes, a desconfiança aparece associada à posição de parcelas do público que traduz um preocupante menosprezo pelas instituições de representação, inclusive com a admissão de que a democracia pode funcionar sem partidos ou sem parlamentos.⁶³⁵

⁶³³ SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 97, nov 2013. p. 35. O centro que apareceu nas manifestações de junho de 2013 acredita em um tecido social unificado e participativo contra um aparelho estatal opressivo, do qual quer remover velhos hábitos, simultaneamente atrasados e corruptos. Retira, assim, o potencial de confronto dentro da sociedade que as palavras de ordem podem ter (ibid. p. 37).

⁶³⁴ MESQUITA, Nuno Coimbra. *Jornal Nacional*, democracia e confiança nas instituições democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010. p. 203.

⁶³⁵ MOISÉS, José Álvaro. A confiança e seus efeitos sobre as instituições democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010. p. 12. Pesquisa de Mesquita apontou que, no auge do escândalo do *Mensalão*, não existiu nenhuma associação, positiva ou negativa, entre a taxa de consumo do *Jornal Nacional* e a confiança no Congresso Nacional e nos partidos políticos. Mais do que suavizar a insatisfação dos cidadãos com a democracia (como no caso dos telespectadores de maior renda), a interação com a audiência do JN pareceu reverter-la entre os mais instruídos. Não é possível afirmar que o JN torne os cidadãos mais confiantes, mas pode-se descartar a hipótese de um possível impacto negativo, já que inexiste qualquer tipo de associação dessa natureza (MESQUITA, Nuno Coimbra, op. cit., p. 187 et seq.). Existem múltiplos fatores intrincados na relação dos cidadãos com a democracia, sendo a mídia apenas um deles. A população, ciente do dever democrático da mídia de fiscalizar os políticos, saberia separar esse inevitável conteúdo negativo das considerações que faz da política (ibid., p. 206 et seq.). Deve-se ter em mente, ademais, que níveis de corrupção, níveis de percepção da corrupção e níveis de tolerância com a corrupção são coisas distintas. O maior e mais rápido acesso a notícias sobre corrupção faz com que as falhas da democracia pareçam mais escandalosas e mais frequentes que elas pareciam em eras precedentes. Parte do presente desencantamento com a democracia é resultado não somente da maior quantidade de informações sobre as falhas do governo, mas também da elevação das expectativas dos cidadãos sobre o que a democracia pode entregar tanto procedimentalmente quanto substantivamente em termos de resultados, incluindo segurança pública (DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. Introduction. In: DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. (Org.). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005. p. XXXIII).

Porém, se a maior percepção da corrupção pode gerar retraimento cívico, vislumbrando-se alternativas de reformas tais falhas sistêmicas podem, sob as condições certas de ultraje popular e mobilização cívica efetiva, gerar aumentos na participação do cidadão.⁶³⁶ Olímpio Gomes assinala a importância da imprensa livre, que, segundo o deputado, não diminui nem deforma as instituições, mas as aperfeiçoa (D66). Mais do que criminalizar a política, expressa a sua esperança de a depurar com o advento da Lei da Ficha Limpa (D67) e o fortalecimento do Poder Legislativo, não o seu fechamento.

O deputado chegou a se retratar por sua generalização, quando disse que na ALESP não existia ética, admitindo que não fora justo talvez com a maioria dos parlamentares (D68). Na sua visão, o Legislativo não estaria desacreditado pela população apenas por causa da corrupção, mas principalmente pela sua omissão em fiscalizar o Poder Executivo por meio de CPIs e legislar, aprovando de forma subserviente as contas e o orçamento do governo, bem como aceitando passivamente os vetos a seus projetos de lei em troca de emendas parlamentares e cargos na administração.

Olímpio Gomes pede para que o cidadão “não fique com ódio da Assembleia Legislativa, mas que troque os 94 representantes desta Casa” (D69 a D71, D16). Otoniel Lima, da mesma forma, lamenta “o descrédito e mesmo a aversão aos agentes públicos têm predominado no imaginário do consciente coletivo” e preza por “um legislativo atuante e independente”, mas, ao contrário de Olímpio Gomes, sustenta que a ALESP “presta testemunho positivo da autonomia e eficiência próprios (sic) deste Poder” (D72). No próximo capítulo será discutida a tendência de alguns policiais quererem se libertar do controle político e como essa tendência pode paradoxalmente favorecer sua entrada na política partidária.

⁶³⁶ DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo, op. cit., p. XVII. Talvez um dos melhores exemplos seja a aprovação da Lei da Ficha Limpa. Longe de defender o fechamento do Congresso, o movimento que levou à criação da Lei da Ficha Limpa defendia um Congresso melhor. Se alguns trabalhos sobre mídia e democracia na literatura internacional apontam um crescente cinismo no lidar com assuntos políticos, levando à depreciação da política e dos políticos em geral, outros estudos indicam alguns efeitos positivos de mobilização dos cidadãos pelos meios de comunicação (MESQUITA, Nuno Coimbra, op. cit., p. 185).

6. A (DES)POLITIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR

1. Libertando a polícia da política partidária

Antes da criação da polícia moderna, os policiais eram remunerados por taxas pelas prisões. Se fossem bem sucedidos, no entanto, as taxas não mais seriam, para o governo, uma boa forma de pagar por serviços de polícia. Dessa forma, a nova polícia deveria ter salários regulares, que seriam parte do orçamento da cidade. A regularidade nos salários tornou os empregos na polícia mais atraentes e, portanto, eram abocanhados para serem manipulados pelo partido político que vencesse as eleições. A consequência disso foi o uso da polícia no controle político e controle partidário das urnas de votação, com os policiais muitas vezes intimidando eleitores.⁶³⁷

Pessoas leais ao partido no comando eram recompensadas pela negligência no cumprimento das leis e os inimigos eram ameaçados.⁶³⁸ Os políticos aproveitam-se de que a polícia é uma rede abrangente. Especialmente nos países menos desenvolvidos, mas também nos desenvolvidos, ela tem sido usada para organizar apoio eleitoral, fornecendo transporte para os políticos, levando os eleitores para os locais de eleição e distribuindo material de campanha.⁶³⁹ A regulação das eleições pela polícia é reconhecida por Conte Lopes (D1).

No Brasil, apesar de o policial militar ser um servidor concursado, é passível de cooptação política. Wilson Moraes indica em um de seus discursos a prática de policiais militares recorrerem à interferência de políticos junto ao comando da corporação para conseguir uma transferência desejada, motivo de punição (D2). O receio de vir a ser envolvido em esquemas de corrupção ou outras atividades criminosas podem levar o jovem policial a considerar a possibilidade de “conseguir uma colocação” fora das atividades de

⁶³⁷ MONKKONEN, Eric. História da polícia urbana. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 590-592.

⁶³⁸ GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2003. p. 173.

⁶³⁹ A polícia de diversos países tem uma autoridade explícita para regular processos políticos e eleições. Ela frequentemente determina quem pode participar da política através de suas decisões quanto a prisões, detenção e exílio. Tais práticas podem ser usadas contra adversários políticos sistematicamente, vítimas de falsas acusações e da aplicação mais rígida de leis menores, fazendo com que percam tempo e dinheiro em longas defesas. Atividades clandestinas da polícia, tais como espionagem, por sua vez, são a marca dos *Estados policiais* (BAYLEY, David. *Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001. p. 204 et seq).

policciamento ou da polícia, acesso a “cargos de confiança”, transferências para outros órgãos públicos, licenciamentos, promoções. Para isso, no entanto, na maioria das vezes é preciso ter contatos políticos e ingressar em uma rede de tráfico de influência e prestígio. Constroem-se vínculos entre atores políticos e grupos de policiais que se concretizam em variados “desvios de função” que vão desde motorista, “ajudante de ordens”, até guarda-costas e assessor de autoridades.

Por sua vez, os policiais são mobilizados para atividades de campanha eleitoral. Além de andarem legalmente armados, os policiais estão protegidos por sua “condição de autoridade” e por seu trânsito com a “clientela do lado e a de baixo”, o que os torna ideais, por exemplo, para captar e transportar “caixa 2” em dinheiro vivo. Outras demandas feitas para quem exerce o “poder de polícia” são a fabricação de “dossiês”, a maquiagem legal para violação de privacidade, a conversão de desafetos políticos em “suspeitos” pela “construção de provas”, a manipulação do sigilo investigativo ou de Justiça.⁶⁴⁰

Quando foi criada na Inglaterra, a *nova* polícia foi encarada pelos líderes da classe operária e por políticos liberais radicais como um órgão político-militar de espionagem, o “empregado subordinado e pago do Governo”. Peel, Rowan e Mayne, os reformadores da polícia, apostaram, então, na apresentação de uma imagem não partidária da polícia, para legitimá-la. A polícia foi isolada do controle político direto. Apesar de formalmente não ser controlada por nenhum órgão eleito, a polícia era vista como sendo responsabilizável pelos tribunais e pela identificação com o povo britânico, não com o Estado. Supunha-se que a polícia estivesse em sintonia com o desejo popular. Grande parte dos policiais era recrutada da classe dos trabalhadores manuais. A ideologia desenvolvida era a do policial como *o cidadão de uniforme* que, por um salário, fazia o que todos os cidadãos tinham o poder e o dever social de fazer.⁶⁴¹

Ubiratan Guimarães desvincula, assim, o monitoramento de sem-terras pela Polícia Civil da “arapongagem” dos tempos da ditadura, afirmando que “todo governo precisa ter os seus órgãos de informação” (D3). Apesar de ter declarado em alguns discursos que a Polícia Militar apenas cumpre ordens, independentemente do governo, Conte Lopes

⁶⁴⁰ MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR., Domicio. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. *Estudos Avançados* 21 (61), 2007. p. 166-167.

⁶⁴¹ REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2004. p. 91-93. Durante a greve dos mineiros de 1984-1985 na Inglaterra, chefes de polícia e ministros declararam com convicção que a polícia não estava agindo em favor do governo, embora houvesse muitas evidências contrárias (ibid., p. 28-30).

apresenta em outros discursos a Polícia Militar como uma aliada da população, e não dos políticos, assim como o Exército se apresentou muitas vezes na história política brasileira como um Poder Moderador, em defesa da ordem e acima de disputas partidárias e políticas, o que legitimou inclusive golpes.⁶⁴²

O deputado afirma que “o policial, quando trabalha, não trabalha para partido político, não trabalha para ninguém: nem para Maluf, nem para Lula, nem para Alckmin”. O problema é que “querem enfiar política na cabeça dele” (D4). A Polícia Militar não seria dos governantes, mas do Estado de São Paulo. Os policiais precisariam, dessa forma, “não ser tão usados por políticos” (D5 a D7). Olímpio Gomes, da mesma forma, contrapõe a transitoriedade dos governos com a permanência da Polícia Militar e declara que a Polícia Militar não está comprometida com o Governo, mas com a sociedade (D8).

Após escândalos de corrupção nos EUA, uma nova onda de burocratização e profissionalização da polícia no século XX teria neutralizado o poder político das autoridades políticas e tornado os policiais leais ao comando policial, e não mais a grupos étnicos ou políticos.⁶⁴³ Afinal, os administradores de polícia e os policiais deveriam ser livres para aplicar a lei sem medo de que a pessoa ou a classe de infratores contra quem eles agissem tivesse poder de retaliação contra quem fez a lei ser cumprida e deveriam ser livres para fornecer proteção adequada a uma pessoa que falasse a favor de uma causa impopular.⁶⁴⁴

Pesquisa realizada em 2009⁶⁴⁵ revelou que 67,6% dos praças e 75,9% dos oficiais das Polícias Militares apontaram interferências políticas como fatores muito importantes que compunham as dificuldades de trabalho da polícia; 13,0% dos praças e 15,4% dos oficiais declararam terem sido discriminados por conta de suas convicções políticas ou por serem simpatizantes de partido político. Para os relatores da pesquisa, os percentuais do que se declararam discriminados por conta de suas convicções políticas ou por serem

⁶⁴² Durante muito tempo foi aceito o lugar-comum de que os oficiais, especialmente os do Exército, seriam originários em sua maior parte da “classe média” e, portanto, “representantes” dessa classe. Os próprios militares sempre gostaram dessa caracterização, e por diversas vezes a invocaram para justificar o papel “moderador” da instituição militar na política brasileira e os atos de intervenção armada por eles praticados. (CASTRO, Celso. A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 37, novembro 1993. p. 225).

⁶⁴³ REISS JUNIOR, Albert. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 85-86.

⁶⁴⁴ GOLDSTEIN, Herman, op. cit., p. 194.

⁶⁴⁵ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

simpatizantes de partido político sugerem forte influência política sobre o cotidiano dos profissionais em segurança pública no Brasil:

Muito possivelmente, o estabelecimento por imposição e constrangimento de redes internas e externas (políticas) de lealdades ou mesmo processos de “partidarização” da segurança pública se vinculam, fortemente, à ineficácia das políticas públicas, na área, e explicam parte importante dos problemas crônicos de gestão nas corporações. O que ocorre é que, quando a lógica das disputas político-partidárias se impõe aos critérios de racionalidade administrativa, o mais provável é que novas divisões se produzam no interior das corporações e que os grupos assim formados desenvolvam comportamentos estratégicos cujo verdadeiro e velado objetivo é “derrotar” os adversários. Nesta moldura, as disputas pelo poder nas corporações farão com que o desenvolvimento de políticas públicas fundadas em diagnósticos consistentes e metas coerentes seja ainda mais improvável.⁶⁴⁶

A interferência política no trabalho policial foi motivo de reclamações em discursos dos deputados policiais militares. Ubiratan Guimarães, por exemplo, denuncia a transferência de dois agentes da Polícia Federal que prenderam o “amigo do rei” em uma rinha de galos (D9).⁶⁴⁷ Olímpio Gomes protestou contra a transferência de um tenente do batalhão da Polícia Militar de Taubaté por ser amigo pessoal de um deputado estadual do PV que iria concorrer à prefeitura da cidade, contra o candidato tucano, aliado do

⁶⁴⁶ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. p. 61.

⁶⁴⁷ Cf. também 26 de junho de 2008, 26ª Sessão Extraordinária. Da mesma forma, delegados de polícia brasileiros convidados a expressar sua opinião anonimamente, em pesquisa de Cavalcanti, reclamam que o mesmo poder político que não dá a devida atenção ao desenvolvimento de um adequado sistema de Segurança Pública interfere politicamente na cúpula da instituição, comprometendo o seu funcionamento ideal. Avaliam, ressentidos, que a interferência política fragiliza a Polícia Civil e sua institucionalização e causa insegurança no exercício de seu trabalho: “Importa aqui mencionar a ingerência política (maléfica) às funções policiais. Como delegada de polícia assisto, diariamente, colegas se sentirem “amarrados” para tomar decisões sobre investigações e outros procedimentos quando estes vão de encontro aos interesses dos políticos (deputados e vereadores). [...] os políticos são tão ousados que chegam a dizer abertamente que, se o delegado não atender a tal pedido, será removido. „A política é quem manda”, dizem eles”. “Não interessa às autoridades competentes melhorar a polícia. Um ponto comum é a troca de delegados de polícia quando estes não são „puxa-sacos”, ou apadrinhados de deputados, políticos em geral. No Paraná, tem que ter padrinho deputado estadual, pois cada parte do Paraná foi loteada entre os deputados com a conivência dos senhores governadores; e só com o aval desses deputados é que os delegados poderão trabalhar em tal cidade e aí o „pedágio” é grande. “A manipulação política, no interesse pessoal do vereador ao governador, promovendo a remoção compulsória dos policiais de um local a outro, em nada beneficia o trabalho da Polícia Civil, ao contrário, quer-se muitas vezes afastar para que não venha a causar problemas para eles. Inamovibilidade já”. (CAVALCANTI, Rosângela Batista. Problemas e desafios da Polícia Civil: as percepções dos delegados. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). *Delegados de polícia*. São Paulo: Sumaré/Fundação Ford, 2003. p. 144 et seq.).

governador (D10).⁶⁴⁸ Já Conte Lopes atribui o afastamento de um policial militar pelo Proar ao fato de ele ter defendido Paulo Maluf em um assalto (D11).

Muitos subordinados, especialmente se têm estabilidade, como os servidores públicos, não cooperam completamente com um chefe que não tem estabilidade e que parece estar em perigo de ser demitido por causa de suas ações, das posições que assume ou porque os políticos responsáveis por suas nomeações não são reeleitos ou deixam seus cargos. Por sua vez, administrações eleitas correm o risco de que a resposta dos seus constituintes à política e às operações policiais seja crítica para sua continuidade no poder.

Diante desse quadro, desde o início do século XX desenvolveu-se nos EUA o apoio gradual à indicação de um único executivo para chefiar uma agência de polícia, que seria protegido da influência política pela estabilidade de seu mandato. Aqueles que concorrem ao posto de prefeito pela primeira vez quase sempre prometem dar autonomia à polícia e cidadãos tendem a se unir em acusações de *interferência política* contra um prefeito que questione as políticas policiais ou tente influenciar a maneira como a polícia trabalha.⁶⁴⁹ No Brasil, de acordo com o artigo 144, parágrafo 6º, da Constituição da República, as Polícias Militares subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Cabe ao governador do Estado nomear o Secretário de Segurança Pública e o comandante-geral da Polícia Militar. Essa nomeação, contudo, pode ser vetada pelo Exército.

Se por um lado a instrumentalização da polícia pelos governantes em nome de seus interesses partidários representa uma ameaça à democracia, deve-se questionar, contudo, se uma autonomia excessiva da polícia também não representa. Afinal, sob o discurso da *técnica profissional policial*, que buscou legitimar a criação da polícia moderna, camuflam-se decisões políticas. Ora, em uma sociedade democrática, as decisões políticas devem estar submetidas ao escrutínio do público, incluindo a política de segurança pública.⁶⁵⁰ Essa contradição é expressa por Goldstein:

⁶⁴⁸ Cf. Projeto de Lei Complementar 19/2000, de autoria de Celso Tanauí: Dispõe sobre a inamovibilidade de servidores públicos estaduais civis e militares, candidatos a cargos eletivos.

⁶⁴⁹ GOLDSTEIN, Herman, op. cit., p. 172 et seq., 195-196. Cf. também REINER, Robert, op. cit., p. 114; MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001. p. 92. REISS JUNIOR, Albert. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 71-72, 90-91.

⁶⁵⁰ GOLDSTEIN, Herman, op. cit., p. 188-189. Nesse sentido, Paulo Sérgio Pinheiro assevera: “O debate sobre a atuação da PM não progride porque estamos atados a uma discussão extremamente técnica, quando o que está em questão é uma concepção política. O desenvolvimento e a progressiva autonomia que passaram a gozar as polícias militares desde o AI-5 até hoje não podem ser explicados pelo aumento da criminalidade ou

Maior envolvimento de autoridades eleitas na tomada de decisões que afetam as operações policiais significa que tanto a polícia como a comunidade devem estar preparadas para aceitar as decisões que não são de seu agrado. É inconsistente condenar o prefeito de Chicago por interferir nas operações policiais na Convenção Democrática de 1968 (se ele o fez), por discordar das consequências de suas instruções, e louvar o prefeito de Nova York por interferir nas operações policiais, porque alguém concorda com sua posição. Em vez de criticar a relação entre o prefeito e a polícia, cidadãos descontentes devem procurar influenciar o prefeito através de meios políticos tradicionais.⁶⁵¹

2. Política de segurança pública sem política

Reiner assinala que muitos policiais endossam um ideal igualitário, resumido por observações do tipo “nada me daria mais prazer do que ser capaz de dar um flagrante no prefeito”. Essa frase, no entanto, pode ser interpretada de outra maneira, como sinal do ressentimento e da desconfiança que parte dos policiais nutre pela classe política. Os políticos são vistos pelos policiais como idealistas em torres de marfim, distantes da realidade, egoístas corruptos, subversivos disfarçados, ou simplesmente muito fracos. Infelizmente, entretanto, têm o poder de fazer leis. Segue o depoimento de um guarda uniformizado inglês:

O problema é que o Governo pensa que eles estão fazendo leis para gente educada [...] Mas o povo aqui é de animais, eles são estúpidos [...] Os Membros do Parlamento estão todos fora de contexto [...] Eles vivem num mundo diferente. Eu quero dizer, cada refeição que estes políticos comem tem seis pratos!⁶⁵²

pelo aumento da violência urbana, mas pela sobrevivência de uma certa concepção de Estado e sociedade na qual o controle militarizado da sociedade é uma peça-chave” (PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Polícia e crise política: o caso das polícias militares*. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 87). O autoritarismo que ainda marca a área de segurança faz com que seus assuntos não sejam submetidos a um amplo debate público e os operadores pressionam politicamente para que não sejam adotadas opções que conflitem com seus interesses corporativos (NETO, Paulo de Mesquita; SALLA, Fernando, op. cit., p. 338-339).

⁶⁵¹ GOLDSTEIN, Herman, op. cit., p. 197-198.

⁶⁵² REINER, Robert, op. cit., p. 142, 145. A ênfase de Jânio, nas eleições de 1985, já não está na “vassoura”, em prometer uma administração honesta, mas em prometer aquilo que a população reclamava do governo, sobretudo um administração pessoal e não política. Incorporava o desencanto com a política, era o antipolítico, contrapunha a imagem do reformador independente, justiceiro, decisivo, acima dos partidos e próximo do povo, à imagem da elite política corrupta, mentirosa, de sobrenomes como os de seus adversários Matarazzo e Cardoso. Jânio acusava o “intelectual” FHC, assim, de conhecer a Europa, mas não saber onde fica Sapopemba (ANDRADE, Régis de Castro. Jânio. De novo? *Lua Nova*, vol. 2, nº 3. São Paulo, dez 1985. p. 61-62). É interessante notar como, no conflito entre legisladores e a polícia, de certa forma vemos

Edson Ferrarini demonstra seu ressentimento em relação aos políticos que comandam a Polícia Militar, taxados de *palpiteiros*, *politiqueiros*, *incompetentes*, *achistas*. Segundo o deputado, são os policiais que morrem defendendo a população de São Paulo, mas “infelizmente” os políticos decidem seu destino, não os prestigiam, não lhes dão aumento, “têm bronca da Polícia Militar”. Ferrarini declara não confiar no governo, que passa, mas na Polícia Militar, que permanece (D13).

Conte Lopes compartilha da visão de que os políticos estão distantes da realidade e interferem em assuntos nos quais não deveriam interferir, como a execução penal, que, na sua opinião, deveria ser regulada pelo diretor do presídio (D14). O desprezo de Conte Lopes pela política fica patente quando diz que “a hora não é de discurso, mas de ação” e que “para combater o crime não adianta ficar fazendo leizinha [...], tem de deixar a polícia atuar” (D15). A interferência dos políticos é vista como desastrosa, uma vez que eles não conheceriam o dia-a-dia da polícia (D16). Por ser deputado estadual, é compreensível que direcione seus ataques principalmente ao governador e aos Poderes Executivo e Legislativo federais.

A segurança pública é comparada por Conte Lopes a uma área de conhecimento específica como a medicina, de tal modo que, reivindicando o domínio do conhecimento sobre segurança pública por policiais, reivindica poder a eles (D17). Da mesma forma, Edson Ferrarini desqualifica as argumentações de um deputado do PT sobre um projeto de lei por supostamente serem “achistas”, “carentes de qualquer base mais científica”, quando a matéria era “coisa para técnico”, “coisa para ser estudada”, como teria sido pelo Comando da Polícia Militar (D18). Segundo Monjardet, todavia, existe uma grande

reatualizado o debate travado entre a Escola Clássica do Direito Penal e a Escola Positiva italiana. Enquanto a primeira surge como uma resposta da burguesia ao absolutismo, defendendo a limitação do poder estatal, o princípio da legalidade, o dogma da equipotencialidade e a idéia de homem abstrato, racional e livre, a Escola Positiva, que deu origem à Criminologia, surge como resposta da burguesia às *classes perigosas*, defendendo a observação direta da realidade concreta, meios mais duros para se empreender a defesa social e taxando a Escola Clássica de idealista e *metafísica*. (GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Criminologia*. 7. ed. São Paulo: RT, 2010. 166-167, 175 et seq.). Em reação à publicação do número de civis mortos em confrontos com a Polícia Militar um ano antes do massacre do Carandiru, o secretário de Segurança Pública do governo Fleury, havia declarado: “Não dá para dar botão de rosa para marginal” (Folha de S. Paulo, 07.08.1991) (CALDEIRA, Cesar. Caso do Carandiru: um estudo sóciojurídico – (1ª Parte). *Revista Brasileira de Ciências Criminais* nº 29, 2000. p. 141). No mesmo sentido é o discurso de Conte Lopes (D12). Os problemas relativos, simultaneamente, ao *descaso* e à *interferência política* na polícia não se restringem ao Poder Executivo, segundo delegados de polícia entrevistados por Cavalcanti, mas também ao Legislativo ou, de forma bastante vaga, à política, percebida como causa principal dos problemas que afetam não somente a Polícia Civil, mas o país (CAVALCANTI, Rosângela Batista, op. cit., p. 147-148).

diferença entre a afirmação do conhecimento médico e a afirmação do conhecimento policial:

Na falta de um conteúdo substancial em termos de saberes e de tarefas, a identidade policial se experimenta na diferença com o outro, o não-policial, e essa diferença é afirmada como radical. O outro não poderia penetrar nas coisas policiais, não por sua incompetência, como o leigo em relação ao erudito, o paciente em relação ao médico [...], mas porque ele não experimenta a condição policial. E essa diferença não é de grau, não se pode experimentá-la um pouco, à maneira do leigo que pode se instruir o suficiente para tentar compreender o que faz o letrado, ela é absoluta. Não poderia haver autodidata das coisas policiais. Se é policial ou não se é. Por isso, a relação com o outro só pode se estabelecer em termos não de proximidade, de compreensão ou de troca, mas em termos de alianças: o outro é a favor ou contra a polícia e os policiais.⁶⁵³

Não bastaria, portanto, fazer um curso para se tornar um especialista em segurança pública. É preciso viver a condição policial. Olímpio Gomes reclama, dessa forma, que o comando da segurança pública, que demandaria um conhecimento empírico, esteja nas mãos de burocratas inexperientes, incompetentes, pseudo-entendidos que “votam contra a Polícia”, que leem “meia dúzia de livrinhos jurídicos e saem apregoando que conhecem Polícia”, “improvisadores que brincam com a nossa vida” e que “conhecem Segurança em jogos de computador”, uma vez que os requisitos para ser Secretário seriam muito menores do que os requisitos para ser Comandante-Geral da Polícia Militar. Segundo o deputado, há muito tempo na Segurança Pública de São Paulo, “quem sabe não decide e quem decide não sabe” (D20 a D22).

Nos discursos de Conte Lopes verifica-se, da mesma forma, a oposição à ocupação do cargo de Secretário de Segurança Pública por civis, sob a justificativa de que não entendem nada de segurança pública por não terem vivido a realidade das ruas. Faltaria alguém que “fala a língua da polícia” entre os “trezentos notáveis” com os quais o Presidente da República se reúne para discutir segurança. O deputado aposta que “a hora

⁶⁵³ MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da Força Pública*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2002. p. 198-200. Embora reivindique o domínio do conhecimento sobre segurança pública por policiais, Conte Lopes vê com bons olhos a participação de aliados da sociedade civil, membros dos Consegs, na formulação e implantação de políticas de segurança pública, sob a justificativa de que “são pessoas que conhecem mais os policiais do que seus próprios comandantes”, “homens ilustres, que têm cabeça, que tem inteligência e tem cérebro e que inclusive conhece de política (sic)” (D19).

em que a polícia for comandada por policiais” irá funcionar melhor (D23).⁶⁵⁴ Assim como Olímpio Gomes, Conte Lopes lembra que os requisitos para ser oficial da Polícia Militar são muito mais rigorosos do que os requisitos para ser Secretário de Segurança Pública: “Qualquer promotor, com 30 anos, vira Secretário e comandante da Polícia, com os coronéis lhe fazendo continência”, “tem toda a força do mundo”, mas “não conhece o que é a Polícia”.

O deputado reconhece méritos no Secretário Ronaldo Marzagão, ex-policial militar, mas ataca José Afonso da Silva por questionar de forma crítica o que seria um “elemento suspeito”, coisa que, segundo Conte Lopes, saberia caso subisse na viatura e patrulhasse (D24). Elege, portanto, o Coronel Erasmo Dias como o melhor Secretário de Segurança Pública por “sair do gabinete” para acompanhar ocorrências, inclusive de madrugada (D25).⁶⁵⁵ Da mesma forma como os políticos, alguns comandantes da Polícia Militar são vistos por Conte Lopes como pessoas que comandam o policiamento sem entender do assunto porque não têm a experiência do patrulhamento, de prender um *bandido*, mas que “fizeram um curso e viraram especialistas em segurança”. Daí a importância de ouvir os praças (D26 e D27). Para o deputado, os comandantes deveriam fazer aquilo que pedem para seus comandados, por exemplo, “subir nos ônibus e sair pela periferia” (D28).⁶⁵⁶

⁶⁵⁴ Delegados entrevistados por Cavalcanti também criticam veementemente a “ocupação do cargo de Secretário de Segurança por leigos em segurança pública”, fato comum nos estados em que o governador não encontra um nome de confiança na polícia ou por outros motivos decide chamar alguém estranho aos órgãos de segurança (CAVALCANTI, Rosângela Batista, op. cit., p. 143 et seq., 150 et seq.; SADEK, Maria Tereza (Org.). *Delegados de polícia*. São Paulo: Sumaré/Fundação Ford, 2003. p. 121-123, 136).

⁶⁵⁵ É da época da ditadura civil-militar o afastamento ou isolamento dos governadores do setor da segurança pública. Segundo Carlos Magno Nazareth Cerqueira, “não cabia ao Estado definir a sua política de segurança: era questão de segurança nacional, era questão dos militares. O secretário de segurança, normalmente um militar do Exército, articulava-se com os órgãos de informações federais e ditava as regras” (CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 46). Brizola extinguiu a Secretaria de Segurança, elevando ao nível de secretaria as polícias civil e militar e o Corpo de Bombeiros; atribuiu ao secretário de Justiça o encargo de coordenar o planejamento e as ações no âmbito da justiça e segurança pública. Deixou bem explícito que não renunciava ao seu papel de executor das políticas na área de segurança e de seu poder legítimo de comandar as suas polícias, por exemplo, ao contrariar as orientações de oficiais do Estado Maior do Comando Militar do Leste e garantir a realização da passeata das *Diretas-já* (ibid., p. 48-49).

⁶⁵⁶ Wilson Morais também reivindica a valorização do policial de rua, o que mais se expõe aos perigos e realiza a atividade-fim (D29). Edson Ferrarini homenageia o patrulheiro como o “coração da PM, que faz a polícia viver” (D30). A rápida ascensão de Antônio Carlos Gomes dos Santos, comandante da Polícia Militar de Minas Gerais em 1997, sem exercer funções de cargos inferiores, promoveu, de certa forma, uma não-aceitação (não-legitimação) por parte dos policiais militares ao seu comando (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. p. 68-69). No trabalho policial militar em que o perigo e a violência fazem parte do cotidiano, percebe-se o não-engajamento dos oficiais. Nos dizeres do Soldado Elias, líder do movimento reivindicatório dos praças de Alagoas em 1997: “É preciso reestruturar as forças policiais. Mas é preciso

Há um elemento ideológico a mais que justificaria a ocupação do cargo de Secretário de Segurança Pública por um militar: a concepção de que o militar está acima dos conflitos sociais, políticos e ideológicos e, portanto, não defenderá nenhum interesse além do interesse comum de garantir a segurança pública. Goldstein e Marshall referendam, porém, a opinião de que é equivocada a concepção de que a função policial é apolítica, de que o conceito de lei e ordem é “não político”, de que a aplicação da lei é um processo automático pelo qual ninguém precisa assumir responsabilidade, de que a principal preocupação da polícia é a aplicação da lei, sem ideologia, defendendo o “bem comum”. Esse equívoco é facilitado pela confusão entre o processo político de tomada de decisões em seu sentido mais amplo, repleto de decisões de poder discricionário, e a estreita política partidária, equívoco que legitima isolar a polícia dos cidadãos, supondo que apenas as pessoas que tentam ficar imunes à lei deveriam querer influenciar a polícia. O governo é político e, conseqüentemente, o funcionamento policial também.⁶⁵⁷

Angelo Panebianco sublinha que o antiparlamentarismo tecnocrático se manifesta na mitificação do “técnico”, contraposto ao político de profissão, ao homem do aparato partidário. A utopia tecnocrática gostaria de neutralizar e banir a política, mas, quando o técnico chega ao poder, ou perde as suas conotações de técnico e se transforma num político (o que lhe dá alguma chance de sucesso), ou permanece técnico e então “a política encarregar-se-á de esbofeteá-lo e escarnecê-lo”. O governo dos técnicos é sinônimo de fracasso político garantido, pois acredita que os problemas políticos surgem prevalentemente, se não exclusivamente, como conseqüências de *erros administrativos* que uma correta aplicação das ciências (naturais e humanas) permite evitar.⁶⁵⁸

No entanto, a arte da política é a arte de, em uma sociedade marcada por conflitos de valores e interesses incompatíveis, mobilizar esforços em torno de valores e forjar o consenso, construindo coalizões entre os interesses, a qual não pode ser sub-rogada pelos saberes técnicos. Na democracia liberal, a tarefa principal de uma argumentação técnica

consultar a base, os policiais que estão nas ruas: cabos, soldados e sargentos. Os praças estão no policiamento das favelas, descendo grota, prendendo delinqüentes. Os praças têm visão... Sabem o que é importante e o que se precisa fazer para melhorar” (ibid., p. 168).

⁶⁵⁷ GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2003. p. 183-184.

⁶⁵⁸ PANEBIANCO, Angelo. Evitar a política? *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 45, julho 1996. p. 52 et seq.

seria, pois, impedir que o problema político seja enfrentado com base numa argumentação técnica rival, após ter-se dado ouvidos a uma posição isoladamente.⁶⁵⁹

Ruthenbeck, ao criticar o populismo penal, cai na armadilha de negar o viés político das questões criminais. O autor critica, assim, a forma passional como questões criminais têm sido tratadas por políticos, tanto de direita quanto de esquerda, adotando equivocadamente as expressões “enfoque político dado pelo sistema judiciário penal à questão da criminalidade” e “sistema judiciário regido pela política”. Recomenda que o Congresso norte-americano não aborde questões de justiça criminal sob uma ótica “tão política” e defende decisões eficientes, baseada em uma melhor compreensão das causas que levam ao crime. Deve-se lembrar que juízes e promotores são eleitos nos EUA e, portanto, para preservarem seus cargos, precisam responder à *opinião pública*:

A política criminal utilizada por nossos líderes políticos foi desenvolvida para angariar votos e não para produzir resultados efetivos. E não poderemos esperar nenhuma melhora nesse sistema enquanto os políticos e os arquitetos de políticas governamentais mantiverem uma abordagem política no tratamento das questões penais. A retórica política do Departamento de Justiça, a começar pelo Procurador-Geral Edwin Meese e continuando até o atual Procurador, tem sido agressiva. Não é por acaso que desde 1980 todos os projetos de lei relativos à justiça criminal têm sido aprovados pelo Congresso nos anos eleitorais. Qualquer político que ousou questionar um projeto de lei penal enviado pelo Departamento de Justiça foi rotulado como sendo muito “mole” em relação ao crime. E nenhum político deseja enfrentar uma eleição ostentando tal rótulo.⁶⁶⁰

De acordo com Zaffaroni, o compromisso com a política criminal atualmente dominante se degrada a uma prática sem sustento teórico. Parece mais um compromisso de

⁶⁵⁹ PANEBIANCO, Angelo, op. cit., p. 52 et seq. Nesse sentido, Paulo de Mesquita Neto e Fernando Salla aduzem que “a área da segurança não possui um repertório de iniciativas que sejam minimamente consensuais para assegurar eficiência e eficácia das instituições. São profundos e acirrados os conflitos sobre como lidar com as questões de segurança, envolvendo tanto os grupos na sociedade em geral e como os que atuam no interior das próprias instituições [...] nem mesmo formalmente na área da segurança se reconhece que todos os cidadãos sejam sujeitos de direito”. Ademais, apesar de os policiais reivindicarem um conhecimento técnico e científico, um fenômeno bastante peculiar da área da segurança pública é a quase que total ausência de avaliação objetiva das opções disponíveis de políticas. Não há tampouco indicadores objetivos para nortear essa avaliação, de maneira que as escolhas dentre opções levantadas se fazem muitas vezes pelo caminho da solução mais simples e supostamente menos onerosa como é o caso, por exemplo, de aprovação de leis e decretos. Os autores levantam, desta forma, a hipótese de que há intencionalidade e funcionalidade na ausência de critérios objetivos para avaliar o resultado de uma política: “a defesa e o ataque da política são feitos exclusivamente com base no senso comum, opiniões particulares, considerações morais, ideologias políticas, e no limite em informações de natureza subjetiva” (NETO, Paulo de Mesquita; SALLA, Fernando, op. cit., p. 335 et seq.).

⁶⁶⁰ RUTHENBECK, Arthur W. É preciso despolitizar as questões criminais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 19, 1997. p. 31-33.

agências do que uma posição teórica: as agências jurídicas – conscientes ou não- cedem discursos (poder) ante o temor de serem arrasadas pelas agências executivas e pela publicidade do aparato de poder, de forma análoga aos políticos sitiados pelo discurso único “populista” e vingativo dos meios de comunicação de massa.⁶⁶¹

Não se nega que há formas técnicas de encarar questões criminais. Um leigo em Direito, por exemplo, pode se indignar com a liberdade provisória concedida por um juiz a um suspeito preso em flagrante por desconhecer a diferença entre prisão processual e prisão-pena. Da mesma forma, dados empíricos que demonstram que a elevação de pena não dissuade a prática de crimes deveriam ser levados em consideração no momento de se formular, por exemplo, uma política criminal racional e eficiente de drogas. Isso não significa, contudo, que a distinção entre prisão-pena e prisão-processual não seja fruto de uma luta política e que a política criminal adotada não seja uma decisão política, fruto de uma escolha entre tantas outras possíveis, até porque há *especialistas* referendando todo tipo de política criminal.

Conte Lopes, para legitimar uma série de medidas por ele defendidas no plenário, afirma que devem ser adotadas independentemente do partido ou do governo no poder, e que as defende independentemente de estar na situação ou na oposição (D31 a D33). Apesar de se eleger e construir sua carreira política tendo como bandeiras temas referentes à segurança pública, em alguns discursos Conte Lopes sustenta que os conflitos partidários impedem o governante de tomar a decisão considerada correta pelo deputado, consequentemente colocando em risco a segurança da população e dos policiais (D34).⁶⁶²

Segundo o deputado, durante aos ataques do PCC em 2006, a acusação de que policiais militares estavam participando de chacinas foi usada politicamente. O governo estadual teria afastado injustamente dois mil policiais acusados de matarem civis para preservar sua imagem, tendo em vista as eleições de outubro, enquanto o governo federal,

⁶⁶¹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Crímenes de masa*. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2010. p. 85-86.

⁶⁶² Carlos Magno Nazareth Cerqueira, secretário de Estado da Polícia Militar e comandante-geral da Polícia Militar no segundo governo Brizola, no Rio de Janeiro, por sua vez, afirmou que o governo sabia que o final do ano de 1993 e de 1994 seriam muito difíceis para o seu trabalho, pois entrariam em período eleitoral, o tema da segurança pública seria privilegiado e estavam pessimistas quanto a “qualquer possibilidade de uma articulação suprapartidária para o enfrentamento de um grave problema social que necessita de uma abordagem fora da ótica partidária”, “fora do aproveitamento eleitoral” (CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 53).

do PT, teria oferecido ajuda de homens da Guarda Nacional.⁶⁶³ Conte Lopes vê semelhanças entre o PT e o PSDB: ambos fariam muito discurso, enquanto seriam necessárias ações de *guerra*, e ambos os partidos colocariam na Secretaria de Segurança Pública homens que o deputado considera inimigos da Polícia Militar. O deputado insiste que suas críticas ao governo não teriam motivação partidária, mas estariam fundadas na preocupação com “sua segurança, sua polícia, sua vida” (D35).

Olímpio Gomes, da mesma forma, denuncia o uso eleitoral da segurança pública em prejuízo da população e pede para ela confiar no policial e não no governo. Enquanto o primeiro estaria disposto a morrer, o segundo estaria preocupado apenas com as eleições. Acusa, por exemplo, o governador Alckmin de ter não ter permitido em maio de 2006, após deixar o governo para concorrer à Presidência, que “os policiais tomassem

⁶⁶³ Questionados sobre a atuação do governador Cláudio Lembo na condução da crise de segurança pública, em maio de 2006, 12% dos entrevistados da cidade de São Paulo responderam que estava sendo ótima/boa, 26% regular, 56% ruim/péssima e 6% não souberam responder. As variações de percentagens entre o grupo de entrevistados com e sem parentes que trabalhavam na polícia foram todas dentro da margem de erro. Do total de entrevistados, 30% afirmaram que o então governador Cláudio Lembo tinha muita responsabilidade pelo ataques terem acontecido; 39%, um pouco de responsabilidade; 25%, nenhuma responsabilidade e 6% não souberam responder. Entre o grupo com parentes na polícia, 19% atribuíram nenhuma responsabilidade. Entre o grupo sem parentes, 27%, no limite do empate técnico. Do total de entrevistados, 37% afirmaram que o ex-governador Geraldo Alckmin tinha muita responsabilidade pelos ataques terem acontecido; 36%, um pouco de responsabilidade; 24%, nenhuma responsabilidade e 4% não souberam responder. Para 17% dos entrevistados, o governo federal estava muito empenhado em buscar soluções para resolver o problema da criminalidade nas cidades brasileiras, para 32% estava um pouco empenhado, para 46% não estava empenhado e 4% não souberam responder. Entre o grupo com parentes na polícia, 39% disseram que o governo federal estava um pouco empenhado, caindo essa percentagem para 30% entre o grupo sem parentes na polícia. Do total de entrevistados, 39% afirmaram que o então presidente Lula tinha muita responsabilidade pelos ataques terem acontecido; 32%, um pouco de responsabilidade; 27%, nenhuma responsabilidade e 2% não souberam responder. Do total de entrevistados, 55% afirmaram que o Poder Judiciário tinha muita responsabilidade pelos ataques terem acontecido; 29%, um pouco de responsabilidade; 12%, nenhuma responsabilidade e 4% não souberam responder. Em todos os grupos, pois, o Poder Judiciário foi o mais responsabilizado pelos ataques, seguido do presidente Lula, do ex-governador Alckmin e do então governador Lembo, estando o primeiro e o segundo e o segundo e o terceiro em empate técnico. Em relação ao Poder Judiciário, 52% do grupo com parentes na polícia atribuíram muita responsabilidade e 32% um pouco de responsabilidade; 56% do grupo sem parentes na polícia atribuíram muita responsabilidade e 28% um pouco de responsabilidade. Para 65% dos entrevistados, o governo negociou com o PCC para que os ataques parassem. Para 24%, o governo não negociou e 12% não souberam responder. Para 21%, o governo negociou e agiu bem e para 42%, o governo negociou e agiu mal. Para 71% do grupo com parentes na polícia, o governo negociou com o PCC; para 28%, negociou e agiu bem; para 41%, negociou e agiu mal; para 23%, não negociou e 6% não souberam responder. Já entre o grupo sem parentes na polícia, 62% responderam que o governo negociou; 18%, que negociou e agiu bem; 42%, que negociou e agiu mal; 24%, que não negociou e 13% não souberam responder. O apoio à suposta negociação do governo com o PCC foi, assim, dez pontos percentuais mais alto entre as pessoas com parentes na polícia do que entre as pessoas sem parentes. Isso pode indicar tanto que o primeiro grupo estava mais preocupado em parar os ataques o quanto antes para poupar a vida de seus parentes quanto que ele tinha informações privilegiadas de que não seria possível parar os ataques sem uma negociação (DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Opinião dos brasileiros sobre o comércio de armas de fogo*. 2006). Cf. NETO, Paulo de Mesquita; SALLA, Fernando. Uma análise sobre a crise na Segurança Pública de maio de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 68, 2007. p. 322-323).

conhecimento de que iriam ser massacrados” pelo PCC.⁶⁶⁴ O deputado critica planos nacionais de segurança que “não saem do papel” e que são preteridos em função de fatores políticos, como a negociação para votação da CPMF (D20).⁶⁶⁵

Olímpio Gomes assegura, assim como Conte Lopes, que “nenhum de nós torce para [a segurança pública] dar errado para faturar politicamente” e repele veementemente as acusações de que haveria “insuflação de partidos oposicionistas para tentar mostrar que está havendo o desmantelamento da Segurança Pública” (D36). Edson Ferrarini, por sua vez, atribui as críticas sofridas pela Polícia Militar pelo deputado petista Renato Simões, defensor dos direitos humanos, a razões eleitoreiras, no caso eventual candidatura do Secretário de Segurança Pública a prefeito de São Paulo (D37).

Conte Lopes acusa os políticos de usarem politicamente os policiais militares, citando o exemplo de Anthony Garotinho, que teria “virado polícia” ao ser nomeado Secretário de Segurança Pública por sua esposa, a então governadora Rosinha Matheus, mas teria pedido ajuda ao Exército (D38). Na sua visão, os homens que dirigem a polícia somem quando “o bicho está pegando” e depois “vão para a televisão dar entrevista”,

⁶⁶⁴ Questionado sobre a acusação de que o comando da polícia sabia em maio de 2006 de tudo o que ia acontecer, mas não teria informado as bases, o ex-Secretário de Administração Penitenciária Nagashi Furukawa respondeu que a decisão de se transferirem os presos para Presidente Venceslau, o que teria antecipado os ataques, não teria sido escondida da polícia. Ninguém imaginava, porém, as dimensões dos ataques, embora já fossem previstos. As transferências tinham como objetivo evitar uma megarrebelião em agosto, às vésperas da eleição (SALLA, Fernando; MIRAGLIA, Paula. O PCC e a gestão de presídios em São Paulo: entrevista com Nagashi Furukawa. *Novos Estudos CEBRAP* 80, março 2008. p. 35-36). Fernando Salla e Paulo de Mesquita Neto, porém, atribuem o afastamento do governador Alckmin para concorrer à Presidência, em 30 de março de 2006, uma parcela de responsabilidade na eclosão da crise e na forma pela qual ela foi enfrentada (NETO, Paulo de Mesquita; SALLA, Fernando, op. cit. 2007. p. 313, 330). Logo depois da primeira onda de ataques em maio, a primeira medida do governador do Estado, Cláudio Lembo, foi a exoneração do secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, nomeado pelo governador Mário Covas, substituindo-o por Antônio Ferreira Pinto, um Procurador de Justiça e ex-policia militar (ibid., p. 320).

⁶⁶⁵ O Plano Nacional de Segurança Pública, lançado em 2000 pelo Ministro José Gregori, cuidou de reunir os diferentes pontos de vista que expressavam diferentes concepções sobre o modo como devem ser asseguradas, no país, lei e ordem, reunindo especialistas, consultores, estudiosos e pesquisadores. Tentou-se principalmente estabelecer pontos de negociação entre ativistas de direitos humanos, profissionais especializados e representantes de corporações, sobretudo as policiais. Para Sérgio Adorno, “o Plano não apenas reconhecia méritos nas demandas por lei e ordem nascidas dos agentes e das agências policiais, como também considerava politicamente estratégico contar com o apoio, senão de todas as corporações policiais, pelo menos de suas lideranças capazes de influenciar seus subordinados”. O Plano foi alvo de críticas por supostamente priorizar o reaparelhamento policial, inclusive conferindo maior liberdade de ação para os agentes policiais. Foram atacadas ainda as políticas de desarmamento e de combate ao crime organizado (ADORNO, Sérgio. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, n. 2, v. 15, 2003. p. 122, 128 et seq.). Entre as razões sublinhadas para o insucesso do Plano está fato de o Ministério da Justiça ter sido frequentemente moeda de troca entre partidos de apoio do governo, tendo sido ocupado por nove titulares diferentes ao longo da era FHC, o que dificultou a adoção de políticas mais consequentes e duradouras (ibid., p. 114).

posando de heróis e lucrando eleitoralmente, como na Operação Castelinho. Os políticos acabam “valorizando quem não fez nada e detonam o pobre policial que fez” (D39). Enfim, na hora que a operação “dá certo”, os políticos dizem “a polícia é minha” e na hora em que “dá errado”, como no episódio Ônibus 174, “foi o policial que errou” (D40). No episódio do Carandiru, o então deputado Erasmo Dias criticou na época o fato de o governo ter se “acovardado” ao não apoiar os policiais e o secretário de Segurança Pública:

Em 1977, quando o PMDB era maioria na Assembléia Legislativa, em pleno „regime autoritário” foi instaurada uma Comissão Especial de Inquérito por inspiração da „oposição ao regime” para apurar as responsabilidades pela invasão da PUC – ocasião em que foram feridas algumas estudantes – pela Polícia Militar, tendo como „réu” o então secretário de Segurança Pública, coronel Erasmo Dias. Há dez anos dominando Executivo e Legislativo, em plena democracia ocorreram rebeliões em presídios com interveniência da Polícia Militar: abril de 82, na Detenção, com 14 mortos; março de 85, na Detenção, com 10 mortos; setembro de 86, em Presidente Venceslau, com 12 mortos; julho de 87, no Carandiru, com 31 mortos; outubro de 92, na Detenção, com 111 mortos. Verifica-se pois que, na época da „ditadura”, o secretário de Segurança da „situação”, um coronel do Exército tornou-se réu face a uma ação policial, por iniciativa do PMDB, „oposição”, tendo sido absolvido pela Justiça em todas instâncias processuais instauradas. Quem faz essas declarações, sou eu, o coronel Erasmo Dias, que como deputado estadual, da oposição, lamentando os tristes episódios, não coloquei jamais os secretários de Segurança como réus, eis que entendo que se réu existe é o Poder Público, no caso quem é o governo, o PMDB, incapaz de solucionar o problema carcerário, fator gerador de todos esses espetáculos tristes, não aceitando inclusive que se coloque a ação policial e os policiais como réus! Eles cumpriram o seu dever e mesmo se excesso houve, cabe responsabilidade ao Poder Maior, ao Executivo.⁶⁶⁶

Conte Lopes declarou na época que a polícia não podia ser responsabilizada pelo massacre: “A PM só cumpre ordens. Se houve excesso, cada policial deve ser ouvido, e, caso fique comprovado que houve excesso, deve ir pra cadeia”. O deputado disse que o ex-secretário de Segurança Pública deveria “assumir as ordens que deu”: “Ele está entregando a cabeça de oficiais na bandeja. A ordem de invadir foi dele”.⁶⁶⁷ Anos depois, no plenário da ALESP, em momentos como o julgamento de Ubiratan Guimarães pelo Tribunal do Júri e o julgamento de sua Apelação pelo Tribunal de Justiça, Conte Lopes defendeu a autonomia da polícia para decidir sobre a invasão de um presídio. Observou que não houve

⁶⁶⁶ Painel do leitor, *Folha de S. Paulo*, 18/10/1992, p. 1-3.

⁶⁶⁷ Um terço apóia ação da polícia no Carandiru, *Folha de S. Paulo*, 08/10/1992, p. 1-12.

mais invasões depois do massacre do Carandiru, ainda que necessárias. Voltou a responsabilizar o Governador Fleury pela decisão de invadir o Carandiru em 1992 e atribuiu o seu baixo desempenho eleitoral posteriormente ao fato de ele não ter assumido as ordens que deu. Conte Lopes lamenta que, ao contrário de Erasmo Dias, os civis que ocupam a Secretaria de Segurança Pública nem “sequer vão ao local de uma ocorrência, por mais grave que seja o caso” (D41 a D44).⁶⁶⁸

É preciso levar em consideração que, para diminuir a vulnerabilidade da organização, os chefes de polícia desenvolveram meios burocráticos para proteger seus comandados da responsabilização, mas iludem a população, dentro do princípio de que um sistema interno de investigação e disciplina é a forma de reduzir a vulnerabilidade da organização aos escândalos e às mudanças. A organização assegura que os policiais, individualmente, poderão ser acusados de má conduta, mas que a organização não será responsabilizada pela má conduta deles.

A aparente divisão entre os policiais da rua e as orientações da administração é funcional para a própria organização. O sacrifício de funcionários de baixo nível, que fazem o *trabalho sujo* e são vítimas fáceis do sistema penal, ratifica a eficiência do processo disciplinatório como um todo e livra de responsabilidade as elites judiciais e políticas, que fazem regras suficientemente elásticas as quais permitem difundir no exterior a imagem de um funcionamento racional e legal e ao mesmo tempo são burladas pelos policiais no caso concreto. Pune-se, assim, a *maçã podre*, para que o barril todo não se estrague e muitas das ações irregulares da organização são mantidas longe dos olhos do público.

Quando o acerto de contas interno não pode ser absorvido por um compromisso local, uma das partes pode recorrer à opinião pública e o incidente se torna um *caso*. Porém, mesmo quando, em situações excepcionais, escândalos vêm à tona, geralmente por meio da imprensa, ameaçando a credibilidade do discurso legalista dos superiores

⁶⁶⁸ O processo criminal que tramita perante o Tribunal do Júri em nenhum momento alcançou as pessoas que ocupavam as mais altas posições hierárquicas envolvidas na ordem de invasão do Pavilhão 9. Somente um dos dois únicos coronéis que figuraram como réus no processo criminal – cel. Ubiratan Guimarães – foi julgado (FERREIRA, Luisa Moraes Abreu; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; MACHADO, Maíra Rocha. Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização. *Novos Estudos CEBRAP* 94, novembro 2012. p. 5-6). A participação do então governador Luiz Antonio Fleury Filho, do então secretário da Segurança Pública Pedro Franco de Campos e do então assessor para Assuntos Penitenciários da Secretaria de Segurança Pública Antonio Filardi na decisão de invasão da Casa de Detenção foi expressamente apontada em trechos do relatório elaborado pelo Comando de Policiamento de Choque, no Relatório Final do IPM e da própria peça inaugural da ação penal (ibid., p.26).

hierárquicos, somente o departamento de polícia envolvido no escândalo é reformado. As reformas, quase sempre, são de fachada e começam com a demissão do chefe, o qual muitas vezes não está diretamente envolvido com o malfeito. Diante do clima de incerteza permanente no qual são obrigados a trabalhar, os policiais da base procuram manter um comportamento discreto e tirar o proveito máximo das vantagens que oferecem a função ou fazer pressão para que as regras legais sejam mudadas ou aplicadas pela hierarquia conforme os seus interesses, redefinir as modalidades de execução e os critérios de avaliação do trabalho policial.⁶⁶⁹

Olímpio Gomes critica, assim, o fato de a Polícia Militar não ter voz na formulação da política de segurança pública. Menciona, por exemplo, que apenas conseguiu ter fala e voto na Conferência Nacional de Segurança Pública por interferência de Conte Lopes, que usou junto ao Ministério da Justiça “a força e a condição de Presidente da Assembleia”. Olímpio Gomes se compromete a “cerrar fileiras com as necessidades de Segurança Pública da população brasileira” e a ser um “pit bull” de dentes aguçados” na defesa das necessidades das Polícias Militares (D45).

Nils Christie aponta como um dos fatores de moderação da política carcerária holandesa da década de 70 do século passado o fato de ela ter sido comandada durante muito tempo por uma elite intelectual e humanista, de especialistas, que vivenciou a experiência do cárcere durante a ocupação nazista. A democratização do debate em torno da política criminal fez com que setores antes não ouvidos, como associações de policiais, tivessem voz, o que acarretou em leis mais repressivas.⁶⁷⁰ Democratizar a formulação da

⁶⁶⁹ REISS JUNIOR, Albert. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 91; REINER, Robert, op. cit., p. 133, 141; MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 154, 296; MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 194. Cf. também MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR., Domício. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. *Estudos Avançados* 21 (61), 2007. p. 168). Bittner defende que há algo a ganhar se os policiais administrativos atuam por meios opostos ao interesse dos policiais de rua, especialmente atirando aos lobos aqueles policiais de rua que tentam realizar seus trabalhos como bem entendem, o que envolve transgredir os meios legais (BITTNER, Egon, op. cit., p. 349). Segundo Caco Barcellos, de Abreu Sodré a Luiz Antonio Fleury Filho, todos os governadores tiveram em comum a mesma retórica: a de que os PMs só matam em legítima defesa durante tiroteio com criminosos. Nenhum deles jamais admitiu a existência de uma ordem oficial para matar. Mesmo os casos denunciados pela morte de pessoas sem envolvimento em nenhum tipo de crime sempre foram considerados casos isolados, eventuais excessos de policiais que acabaram expulsos para se preservar a imagem da corporação (BARCELLOS, Caco, op. cit., p. 128-129).

⁶⁷⁰ CHRISTIE, Nils, op. cit., p. 35 et seq. Em 1975, inspirada nos grupos de pressão liberais dos anos 1960, que haviam feito campanhas bem sucedidas para reformar a lei sobre a pena de morte, homossexualidade e aborto, a Federação da Polícia inglesa, com a intenção de mobilizar a “maioria silenciosa” e influenciar políticos a reverter a tendência liberal nas políticas penais e sociais, lançou uma campanha sem precedentes pela *lei e ordem*. A Federação se defendeu das acusações de partidarismo perguntando “o que há de político

política criminal implica o risco de se adotarem medidas *popularistas*, para usar o termo de Zaffaroni, geralmente repressivas, mas a democracia prevê ou pelo menos deveria prever mecanismos que limitem a vontade da maioria.⁶⁷¹

Em países como Estados Unidos, Grã-Bretanha, Índia e Japão policiais profissionais seniores são expressamente proibidos de participar dos conselhos normativos gerais. Embora tenham acesso total às lideranças governamentais, não participam do desenvolvimento das normas que não abrangem sua área de competência. Isso não impede a polícia de ter grande participação no governo por meio de vias informais, valendo-se dos medos dos líderes políticos de se indispor com a polícia e até utilizando dados de inteligência secretos para chantageá-los para que apoiem interesses policiais.

Na Grã Bretanha, a Federação Policial se opôs abertamente ao homossexualismo, ao aborto e à abolição da pena capital. Os oficiais de polícia podem usar suas carreiras como trampolins para um cargo político. Para Bayley, este não é um exemplo da polícia influenciando a política, uma vez que esses policiais deixariam formalmente de fazer parte da polícia. Mesmo assim, garantem que um ponto de vista policial seja ouvido no âmbito político.⁶⁷² Foram deputados policiais militares, por exemplo, que, segundo a narrativa de Olímpio Gomes, garantiram a aprovação da emenda à PEC 41, que assegurou um piso nacional também para os policiais militares aposentados, pensionistas e inativos (D46).

A necessidade de os policiais alterarem o conteúdo das leis que os atingem diretamente é um dos fatores que podem explicar a candidatura de policiais militares para

no crime?” e reivindicou o direito de comentar políticas e legislação que “afetassem a vida e o trabalho dos policiais, que devem ter fortes posições a respeito delas” (REINER, Robert, op. cit., p. 115 et seq.).

⁶⁷¹ “Até que ponto a polícia deve ser sensível às demandas de aplicação da lei procedentes das comunidades locais quando tais petições estejam em conflito com os direitos dos demais? Se se concede uma excessiva autonomia à política local, assim como à elaboração e ao controle desta, como pode-se garantir os direitos de cada indivíduo presente em dita comunidade local? Este tema não é simples”. (REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 208). Nesse sentido, o policiamento comunitário pode diminuir a proteção oferecida pela lei às pessoas impopulares, como prostitutas, homossexuais, minorias étnicas, e até encorajar o vigilantismo (BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome H. *Policiamento comunitário: questões e práticas através do mundo*. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 111-112). Paradoxalmente, o movimento em prol de uma polícia comunitária com grande participação política e dos cidadãos, ameaça a neutralidade política da polícia, pois padrões locais de legalidade podem prevalecer sobre os padrões universais, e o poder político pode tornar-se a base da distribuição dos recursos, sempre escassos, para a polícia (REISS JUNIOR, Albert. *Organização da polícia no século XX*. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 109).

⁶⁷² BAYLEY, David, op. cit., p. 210-211. Entre os motivos da dificuldade do governo federal em alterar o paradigma de segurança pública e submeter as polícias a um controle maior estão o pacto federativo, alianças políticas decorrentes da busca de governabilidade e *lobbies* de policiais constituídos em torno de representantes com mandato legislativo (ADORNO, Sérgio. *Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem*. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, nº 11, vol. 2, 1999. p. 141, 148-149).

cargos no Poder Legislativo. Ter representantes no Poder Legislativo é estratégico. Afinal, ele é uma agência de controle da atividade policial crucial, criando condições de serviço favoráveis a um comportamento responsável – tais como salário e qualificações para indicação –; analisando projetos de reforma; sujeitando a atividade policial ao escrutínio público por meio de perguntas e investigações, inclusive por comissões parlamentares de inquérito; e limitando recursos se a conduta não satisfaz níveis mínimos de eficácia e retidão.⁶⁷³ Ao se elegerem deputados, os policiais militares ganham poder político para “brigar” e evitar a responsabilização de outros policiais, conforme relato de Conte Lopes (D47).

3. A liderança política da polícia

Nos EUA, alguns prefeitos deram apoio às críticas à polícia e procuraram mudar políticas policiais. Aqueles que foram agressivos nessa direção, porém, sofreram sérios impedimentos, como, no Brasil, os governadores progressistas eleitos em 1982. O conflito entre a polícia e políticos que querem reformá-la quase invariavelmente se traduz em um debate muito passional e simplista, em que as partes conflitantes são caracterizadas ou como excessivamente duras ou como excessivamente permissivas.

Em alguns desses conflitos, os policiais de cargos mais baixos demonstraram sua força política. Na cidade de Nova York, em 1966, a polícia impediu os esforços da administração municipal em estabelecer uma junta de revisão civil, uma forma de controle da atividade policial, ao conseguir ter a questão submetida aos eleitores em um plebiscito e conduzir uma intensa campanha que resultou no impedimento da proposta pelas urnas. Em Cleveland, quando a prefeitura negou pedidos da polícia por aumentos de salários, os policiais conseguiram aprovar uma emenda, em 1967, também por plebiscito, que determinava que a prefeitura pagasse a eles 3% a mais do que os salários policiais pagos em qualquer outra cidade com população superior a cinquenta mil habitantes no estado.

Para se livrar de mecanismos democráticos de responsabilização, policiais alegam que gozam de amplo apoio popular e demonstram sua popularidade elegendo-se para algum cargo eletivo, escandalizando quem erra ao atribuir à comunidade como um todo suas críticas. Em muitas cidades grandes norte-americanas, como Minneapolis e Filadélfia,

⁶⁷³ BAYLEY, David, op. cit., p. 179-180; MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 299.

o poder político da polícia resultou na eleição de policiais para prefeito. Comentando sobre a capacidade demonstrada de a polícia exercer força política, o ex-prefeito Carl B. Stokes, de Cleveland, é citado como tendo dito:

Simplesmente não há dúvida do poder da polícia em qualquer cidade. Ela pode fazer todos os tipos de apelos para o povo por apoio, e eventualmente pode arruinar qualquer político. Na maioria das grandes cidades, se há algum atrito entre líderes políticos e a polícia, você provavelmente descobrirá uma grande porção do povo ao lado da polícia e simplificando todas as questões terrivelmente. Há um grande perigo nessa situação para a própria ordem da sociedade.⁶⁷⁴

Conforme visto no capítulo 4, no dia em que os oito líderes dos partidos políticos da Assembleia Legislativa encaminharam o pedido de instauração da Comissão Especial de Inquérito sobre o massacre do Carandiru, por exemplo, quatrocentos manifestantes pró-polícia, convocados por Conte Lopes em seu programa policial na rádio Tupi, levaram cartazes e faixas com dizeres como *Abaixo os políticos, que morram os bandidos e PM é a reserva moral de São Paulo*.⁶⁷⁵

Ubiratan Guimarães, que já havia assumido um mandato de deputado estadual, como suplente, em 1997, foi eleito deputado estadual em 2002, um ano depois de ser condenado. No seu caso, sua eleição não só mostrou sua força política, mas também teve repercussões jurídicas importantes, uma vez que os sucessivos deslocamentos de competência do julgamento acarretaram na prescrição dos crimes de lesão corporal leve praticados pelos policiais e de todos os crimes que autoridades não denunciadas porventura tenham cometido, como as autoridades civis que supostamente ordenaram a invasão do presídio, incluindo o ex-governador Luiz Antônio Fleury Filho.⁶⁷⁶

⁶⁷⁴ GOLDSTEIN, Herman, op. cit., p. 181 et seq.

⁶⁷⁵ Assembléia aprova CEI em sessão tumultuada, *Folha de S. Paulo*, 09/10/1992, p. 1-12.

⁶⁷⁶ Se a instrução processual tramitou em menos de quatro anos (entre IPM e ação penal militar), as discussões sobre o foro competente e as idas e vindas dos processos entre as instâncias e entre Câmara Criminal e Órgão Especial do TJSP geraram demora de mais de dez anos. Ubiratan Guimarães tomou posse como deputado estadual em 02 de janeiro de 1997. Em razão da previsão de foro especial, o processo foi desmembrado em relação a ele e encaminhado ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça, que pediu autorização ao Plenário da Assembleia Legislativa para processá-lo. Antes da resposta, em 02 de janeiro de 1998, Ubiratan deixou o cargo eletivo e o processo foi novamente encaminhado à primeira instância da Justiça comum, que decidiu pela pronúncia. Esse trâmite (subida para o TJSP e retorno) levou mais de um ano (FERREIRA, Luisa Moraes Abreu; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; MACHADO, Máira Rocha, op. cit., p. 15-17). Condenado pelo Tribunal do Júri em 2001 e eleito deputado em 2002, sua Apelação, recebida inicialmente pela Segunda Câmara Criminal do TJSP, foi encaminhada para julgamento pelo Órgão Especial do mesmo Tribunal. Por mais de dois anos, os autos da Apelação de Ubiratan Guimarães caminham de gabinete em gabinete de desembargadores do Órgão Especial, já que muitos optaram por

Conte Lopes, para quem o militar “não fala e não gosta de políticos”, relaciona a sua eleição ao apoio que a população de São Paulo dava à ROTA, no conflito entre esta e o governador Franco Montoro (D48). Em compensação, em novembro de 2012⁶⁷⁷ o Comando da Polícia Militar foi mais responsabilizado pela população de São Paulo pela onda de violência que acontecia no Estado do que os políticos. As pessoas com parentes ou amigos policiais ou ex-policiais foram mais críticas do que as pessoas sem amigos ou parentes policiais ou ex-policiais, inclusive em relação ao comando da Polícia Militar.⁶⁷⁸

Em 2011, 40% dos entrevistados do Sudeste em pesquisa CNI-IBOPE responderam que a principal ação para melhorar a atuação policial era aumentar o salário dos policiais.⁶⁷⁹ Olímpio Gomes, dirigindo-se à população, relaciona a má prestação de serviços de segurança pública à falta de apoio salarial aos policiais e considera o governo um “perverso inimigo” (D49), o que pode levar a população a se solidarizar com a polícia contra o governo, convencida de que seus interesses e os dos policiais são comuns e de que o que for bom para a Polícia será bom para a população. Nesse sentido, “quem não respeita a sua polícia, não respeita a sua população” (D50).

fazer a declaração de seus votos por escrito. O acórdão foi publicado apenas em 2008, quase um ano e meio depois da morte de Ubiratan. O deslocamento de foro em relação a Ubiratan refletiu no processamento da ação originária que, após o desmembramento, continuou tramitando na primeira instância da Justiça estadual paulista (ibid., p. 21-22, 25).

⁶⁷⁷ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012.

⁶⁷⁸ Para 87% dos moradores da capital paulista, o governador tinha responsabilidade sobre a onda de violência que acontecia no Estado (para 55%, muita responsabilidade). Uma fatia de 78% dizia que a presidente Dilma Rousseff tinha responsabilidade (para 39%, muita responsabilidade). Para 83%, o Poder Legislativo tinha responsabilidade (para 51%, muita responsabilidade). Por fim, para 89%, o Comando da Polícia Militar tinha responsabilidade (para 62%, muita responsabilidade). Os que preferiam o PSDB foram os que mais atribuíram responsabilidade e um pouco de responsabilidade ao Comando da Polícia Militar. Entre as pessoas com amigos ou parentes policiais ou ex-policiais, 44% atribuíram muita responsabilidade à presidente Dilma Rousseff, 56% atribuíram muita responsabilidade ao Poder Legislativo e 66% atribuíram muita responsabilidade ao comando da Polícia Militar. Já entre as pessoas sem parentes ou amigos policiais ou ex-policiais, essas percentagens foram de 37%, 48% e 59%, respectivamente. Sobre os motivos que levaram àquela onda de violência em São Paulo, respostas relacionadas a política e governo somaram 18%, com menções a desleixo do governo, culpa do governo, falta de controle governamental, corrupção no governo etc. Os motivos relacionados à falta de estrutura e preparo da polícia também somaram 18%, com citações indicando falta de atuação da polícia, falta de treinamento, poucos policiais etc. Uma fatia de 17% dos paulistanos via ligações entre a onda de violência e crimes cometidos por policiais ou à corrupção na polícia; 9% atribuíam a situação a problemas na legislação (não há punição, precisa haver leis mais rigorosas, precisa haver pena de morte etc).

⁶⁷⁹ Para 46% da população residente no Sudeste, a principal ação para melhorar a atuação policial era melhorar a formação profissional e treinamento dos policiais; para 40%, era punir exemplarmente os maus policiais; para 32%, era equipar melhor a polícia; para 26%, era aumentar o número de policiais; para 13%, era reconhecer e premiar os bons policiais. Aumentar o salário foi a resposta dada por 42% dos brasileiros, sendo 33% dos entrevistados de 16 a 24 anos, 50% dos entrevistados de 50 anos de idade ou mais, 49% dos entrevistados com renda familiar mensal acima de 10 salários mínimos (Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011).

Da mesma forma, Conte Lopes condiciona a qualidade da segurança pública à remuneração dos policiais (D51). Para pressionar o governador e parlamentares, o deputado lembra que os policiais formam uma base política importante nas eleições, que merece ser recompensada pelo apoio eleitoral (D52 a 54). Da mesma forma, Celso Tanai cobra do governador uma “atenção” aos policiais paulistas, lembrando que haveria eleições no ano seguinte e que os policiais queriam apoiar sua reeleição (D55). Já Edson Ferrarini afirma que o “povo reconhece” a Polícia Militar de São Paulo e “de repente, o governante que nos abandona, se não tomar cuidado, não se elege nem mais síndico do prédio” (D56).⁶⁸⁰

Segundo Bayley, o apoio policial é desejado pelos políticos porque ele pode mobilizar uma votação em massa que pode ser determinante nos resultados eleitorais. A polícia, dessa forma, trocaria apoio eleitoral por apoio em questões de *lei e ordem*.⁶⁸¹ As forças policiais, mesmo quando designadas para cumprir seus papéis reativos tradicionais, podem ser muito populares, pelo menos para certos setores da população, conforme visto nos capítulos 2 e 4. Os cidadãos frequentemente exigem uma presença maior de rondas policiais e reclamam bastante quando as delegacias policiais estão fechadas. De acordo com Bayley e Skolnick, o policiamento comunitário aumenta ainda mais o poder político da polícia, pois intensifica a conexão entre polícia e cidadão por meio da personalização do serviço policial, tornando-o disponível para as pessoas comuns e não necessariamente só para vítimas de crimes.⁶⁸²

A prevenção do crime não só dá para as forças policiais um poder de supervisão praticamente sem limite, sobre todos os negócios da comunidade e serviços governamentais, como coloca os policiais numa situação em que atuam como advogados do público frente a outras agências do governo. Os policiais das minidelegacias de Detroit, por exemplo, já ajudaram comunidades a conseguir melhorias de qualidade dos serviços municipais, tais como iluminação das ruas, remoção do lixo e reparos das ruas.

Tais intervenções não estão apenas a serviço dos interesses da segurança pública. Para desempenhar bem o policiamento comunitário, os policiais precisam ser considerados

⁶⁸⁰ Durante a campanha de 1994, Eduardo Azeredo procurou a Diretoria da Associação dos Subtenentes e Sargentos da PMMG e outros segmentos da instituição, assumindo compromissos em troca de apoio, entre os quais a melhoria salarial da tropa. Em 1997, ano da greve dos praças, cartas foram remetidas aos militares, citando tal promessa de campanha não cumprida (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 69).

⁶⁸¹ BAYLEY, David, op. cit., p. 211.

⁶⁸² BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome H., op. cit., p. 110. O policiamento comunitário torna a população como um todo um “grupo de interesse especial” em apoio aos programas liderados pela polícia (ibid., p. 98).

como amigos simpáticos que são *do governo*.⁶⁸³ Não se pode esquecer que a polícia é muitas vezes o único representante do governo em um bairro. Isso significa, por um lado, que para setores pobres da população a única face conhecida do Estado é a repressão. Por outro lado, a polícia pode ser demandada a cumprir funções como transportar cidadãos em viaturas para hospitais e até realizar partos.

Wilson Moraes destaca o trabalho social realizado pela Polícia Militar nas favelas. O deputado destaca que, “quando se liga para o 190, a viatura vai na favela, vai em qualquer lugar pegar ali uma parturiente, pegar uma pessoa acidentada e levá-la até o hospital. E quando se liga para a ambulância, nós sabemos que nunca chega” (D57).⁶⁸⁴ Edson Ferrarini, da mesma forma, em diversos discursos, contrapõe a suposta eficiência da Polícia Militar à suposta ineficiência de outras áreas do governo, o que obrigaria a primeira a assumir muitas funções sociais que, em princípio, não seriam suas. A Polícia Militar seria, enfim, o “pronto-socorro de todas as falências do Estado”, o serviço mais desburocratizado, que atende o cidadão apenas com seu aceno (D58 e D59).⁶⁸⁵

⁶⁸³ BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome H., op. cit., p. 113.

⁶⁸⁴ Na campanha a governador em 1998, Paulo Maluf ligou para o 190 fazendo uma falsa comunicação de crime para provar a tese de que a polícia de seu adversário Mário Covas não funcionava. No dia seguinte, a Polícia Civil abriu inquérito contra Maluf (ALARME falso. *Veja São Paulo*, 17 jun. 1998). Já em 2009, o programa CQC encenou uma ocorrência para testar a polícia, motivo de dura crítica de Olímpio Gomes (Cf. 16 DE NOVEMBRO DE 2009, 162ª SESSÃO ORDINÁRIA). O principal instrumento de proteção das organizações altamente institucionalizadas são os *mitos institucionais*. Um exemplo para o caso das polícias é o atendimento a chamadas telefônicas. Mesmo que os estudos demonstrem que essa técnica tem pouco impacto sobre as taxas de criminalidade, pessoas e organizações associam o pronto atendimento à eficiência policial. (MEDEIROS, Mateus Afonso. Aspectos institucionais da unificação das polícias no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 47, n. 2, 2004, p. 273).

⁶⁸⁵ Ainda que por trás da crítica à ineficiência do Estado possa estar a demanda por serviços públicos de melhor qualidade, alardear a ineficiência dos serviços públicos em contraposição à suposta eficiência da Polícia Militar de certa forma reforça a ideologia do Estado neoliberal, que estigmatiza os serviços públicos como ineficientes e burocratizados, propondo sua privatização, mas reforça o aparelho policial. Nas eleições a prefeito de São Paulo em 2012, o candidato Celso Russomanno (PRB), apresentador de TV e autoproclamado *xerife do consumidor*, que testa a eficiência de serviços privados e públicos, por pouco não chegou ao segundo turno, obtendo 21,60% dos votos válidos, mesmo não dispondo de uma estrutura partidária sólida, tal como Jânio Quadros não dispunha. O jornalismo *comunitário*, identificado por Venício de Lima nos telejornais regionais da Rede Globo, na década de 90, tende a atribuir ao *governo incompetente* a responsabilidade pelos problemas enfrentados pela população. Essa atribuição de responsabilidade é despida de qualquer perspectiva histórica, “como se todos os problemas se originassem num presente eterno”. O apresentador se transforma em um *ouvidor-geral*, pede explicações em nome da *população*, explicita que as autoridades só agem em resposta àquilo que o jornal mostra e se auto-atribui, portanto, um papel de definir a agenda de ação dos órgãos do governo local, assim como de canalizador e intermediário entre as demandas da população e o governo. Ao se colocar como canal prioritário para as demandas que esses setores da população fazem ao governo/Estado, entretanto, o jornalismo *comunitário* contribui para que esses segmentos não se organizem para encontrar a solução de seus problemas mediante o exercício pleno da cidadania, ou seja, contribui para a perpetuação dos problemas. “É mais fácil reclamar ao repórter da Globo e ter a recompensa simbólica de ‘aparecer na TV’”. O jornalismo *comunitário* ajuda a transformar o governo e seus ocupantes em seres míticos, todo-poderosos, favorecendo o personalismo e a prática política populista,

Antes de assumir como missão prioritária o combate à criminalidade, policiais prestavam serviços sociais. August Vollmer, eleito chefe de polícia de Berkeley em 1905, por exemplo, conseguiu publicidade em jornais locais e nacionais e publicou vários livros muito respeitados. Suas inovações incluíam uma clínica de aconselhamento com uma assistente social psiquiatra e uma política agressiva de policiamento que dava ênfase à intervenção em assuntos pessoais e à prevenção por meio de métodos prescritos pelas novas ideias do movimento de higiene mental.

Essas atividades, no entanto, não eram opostas ao estreitamento das funções policiais, pois a orientação para o serviço social e para pessoas com problemas tinha como finalidade a prevenção do crime.⁶⁸⁶ Nesse ponto, é possível encontrar em Vollmer semelhanças com Edson Ferrarini, que escreve livros sobre drogas, realiza diversas palestras em escolas e mantém um centro de recuperação em São Paulo que atende gratuitamente dependentes químicos e seus familiares, conforme deixa claro em seus discursos (D60 e D61).

É preciso lembrar que a criminologia liberal, não abandonando o paradigma etiológico, permanece sendo uma *ciência de polícia*, um saber a serviço do *príncipe*⁶⁸⁷, colabora para a manutenção da escala social vertical e para uma nova legitimação, mais sofisticada, do sistema penal, dentro das premissas do sistema político tecnocrático próprio das sociedades de capitalismo avançado. A luta contra a criminalidade passa a significar tornar efetivas as medidas de controle social e dominar o potencial social de conflituosidade, estendendo a assistência social e ocultando as contradições de classe.⁶⁸⁸

ao mesmo tempo em que exime outros atores políticos, inclusive a televisão, de qualquer responsabilidade na construção da realidade presente (LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. p. 261 et seq.). A grande imprensa no Brasil de hoje é norteada pela ética protestante, que valoriza a livre iniciativa, o empenho individual, o mito do herói solitário. O indivíduo é “supostamente valorizado por exigir seus direitos, num curioso conceito de cidadania que supõe uma sociedade na qual o Estado não tem mais qualquer função- a não ser, talvez, manter e remunerar regidamente sua burocracia”. Por outro lado, essa ética culpa o indivíduo pelas mais diversas falcaturas e tragédias (MORETZSOHN, Sylvia. A ética jornalística no mundo ao avesso. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, vol. 9/10, 2000. p. 322-323). Cf. também ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p. 35-36.

⁶⁸⁶ MONKONNEN, Eric. História da polícia urbana. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 597-598.

⁶⁸⁷ DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 34.

⁶⁸⁸ BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 150 et seq. O modelo reformista de racionalização próprio da criminologia liberal visa melhorias nas instâncias de controle, de modo a respeitar, até onde for possível, o pluralismo cultural e moral e deixar intacta a estrutura do sistema (DIAS, Jorge Figueiredo; ANDRADE,

Tradicionalmente, a polícia detinha, prendia, colocava limites e advertia, quase que exclusivamente em lugares públicos. Com o fortalecimento do policiamento comunitário, os policiais aconselham, servem de mediadores, ministram palestras sobre drogas em escolas, cooperam, são acessíveis, tanto em lugares públicos como em privados. Não basta criar um ambiente em que os processos sociais possam ocorrer com segurança. Em muitos países, as forças policiais estão sendo vistas como agentes de desenvolvimento da comunidade. Assim como a necessidade do público por bem-estar social impele o Estado a ser mais do que apenas um árbitro nos mercados econômicos, o medo do crime pode impelir a polícia a representar um papel intervencionista nos novos domínios em expansão da vida social, o que não significa que ela esteja preparada nem que seja a mais capacitada para isso.⁶⁸⁹

Diante do número reduzido de questões sobre as quais se observa uma convergência de opiniões entre os policiais, Monjardet relativiza a noção de que existiria uma cultura profissional policial. Para esse autor, a relação com o outro e a relação com a lei são os dois eixos sobre os quais os guardas se posicionam e de suas posições nesses campos decorrem suas posições nos outros domínios da atividade profissional. Para uns, a lei é apenas uma coerção arbitrária, um obstáculo do qual o policial procura livrar-se para poder desempenhar bem seu trabalho, desde que possa fazê-lo sem risco de sanções.

Para um segundo grupo, a lei é um enquadramento necessário em toda sociedade, funcional e imperativa. Para outros, a lei é compreendida como um contrato, que exprime, de modo mais ou menos explícito, os valores de uma sociedade. Outros, enfim, têm uma concepção incerta e flutuante da lei, que oscila segundo os casos entre as acepções de coerção, de enquadramento ou de contrato. A adesão à lei pode variar conforme a natureza dessa lei: se, por exemplo, interna ou geral.

Manuel da Costa. *Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Ed., 1992. p. 59).

⁶⁸⁹ BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome H, op. cit., p. 115. Foucault apontou para a tendência de as práticas de controle saírem das instituições totais, como as prisões, e se infiltrarem pela sociedade civil, formando um mecanismo disciplinar social panóptico mais eficaz (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 28 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. p. 171-172). No Estado Penal, os serviços sociais se transformam cada vez mais em instrumentos de vigilância e de controle das *classes perigosas* (WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 27-28). e assumem conotações punitivas, o que explica a aversão de certos moradores de rua aos albergues disponibilizados a eles (CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime*. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 46). Criou-se um sistema empresarial de social-panoptismo composto pelos órgãos policiais e os programas de assistência social, que produzem articuladamente bancos de dados para monitorar de forma eficiente as populações marginalizadas (WACQUANT, Loïc, op. cit., p. 69).

Quanto à relação com o outro, há policiais que consideram que sua missão é impor a lei, no interesse do Estado, e, portanto, podem se opor à segurança privada, ainda que no Brasil seja muito comum policiais militares fazerem *bicos* neste setor. O cidadão não-policial é visto com desconfiança e suas solicitações são vistas como um terreno propício à corrupção. Por outro lado, há policiais que se veem como servidores públicos, a serviço dos cidadãos, e estão mais abertos às suas solicitações.⁶⁹⁰ Os defensores dessa vertente podem construir ou não um discurso sobre a polícia como *prótese social*, sobre a dissolução da família, os malefícios da urbanização ou a ineficácia dos serviços sociais, como Edson Ferrarini faz. A concepção judiciária da atividade policial, no entanto, é majoritária. O policial não é guiado pela demanda de serviços, mas pela existência de crimes, que medeiam sua relação com a comunidade e restringem seu contato a delinquentes, testemunhas e vítimas.⁶⁹¹

Conforme visto no capítulo 2, Conte Lopes reconhece as causas sociais da criminalidade, mas rejeita em alguns discursos que seja atribuído à Polícia Militar desempenhar um trabalho social, como educar crianças ou ajudar idosos a atravessar a rua. Dar segurança para a população seria a “única finalidade da polícia”, que “não precisa de psicólogo”, mas de “gente com braço bom e perna forte e ágil para correr atrás de bandido” (D62 a D64). O policiamento comunitário é visto como necessário, mas, para “enfrentar 20 ou 30 bandidos armados”, não bastaria “conhecer o padre ou o bispo”, sendo necessário uma “polícia pesada nas horas de ação, com armamento e condições para enfrentar o crime” (D65).⁶⁹² Em um discurso, porém, Conte Lopes diz que a viatura “procura prestar serviço de todas as formas” e que “polícia não é como muita gente pensa: só troca de tiro e perseguição” (D66).

Wilson Morais prega a integração da comunidade para que diminua a violência, “porque ninguém conseguiu acabar com a violência em nenhum país do mundo, mesmo em países de 1º Mundo” (D67).⁶⁹³ Edson Ferrarini exalta o policiamento comunitário em seus discursos, afirma que a polícia desempenha muito mais atividades além de combater a criminalidade e deixa explícito que, mais do que um funcionário público atrás de

⁶⁹⁰ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 169-171.

⁶⁹¹ Ibid., p. 191.

⁶⁹² Sobre o policiamento comunitário e resistências à sua implantação, cf. BARROS, Lúcio Alves de. O paisano, a política e a “comunidade”: a polícia na encruzilhada. *Revista brasileira de segurança pública*, n. 5, v. 3, 2009.

⁶⁹³ Cf. Projeto de Lei nº 294/2002, de Wilson Morais: Declara de utilidade pública o “Círculo de Amigos de Menores Patrulheiros de Itanhaém”, naquele Município.

estabilidade ou de um bom salário, o policial tem um ideal (D68 e D69). O deputado confere um papel especial à educação como forma de combater a violência e prevenir o consumo de drogas, destacando o Programa Educacional de Resistência à Droga e à Violência (Proerd), em que policiais vão às escolas alertar os alunos sobre as drogas (D70).⁶⁹⁴ Olímpio Gomes, por sua vez, considera policiais educadores, enxerga no Proerd uma forma de a criança “internalizar o conceito de que o policial é um amigo” (D71) e critica os deputados que aprovam de forma subserviente um orçamento que retira recursos do policiamento comunitário (D72).⁶⁹⁵

Em razão dos seus horários de trabalho, da constante suspeita de que todos cidadãos podem ser fonte de perigo e da hostilidade que sentem por imporem sua autoridade, os policiais têm dificuldade de interagir com não-policiais e tendem a manter relações sociais prioritariamente com outros policiais, que os entendem e os apoiam. Termina-se vendo tudo sob um ponto de vista policial, inclusive fora do horário de trabalho. A solidariedade entre policiais não apenas se origina da necessidade de saber com quem se pode contar nas situações difíceis, mas também da necessidade de se proteger mutuamente contra a curiosidade da hierarquia e do público, principalmente em relação a infrações, ainda que pequenas.⁶⁹⁶

⁶⁹⁴ O Proerd foi implantado no Rio de Janeiro justamente no segundo governo Brizola, acusado por Edson Ferrarini de ser leniente com o tráfico (CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001. p. 51).

⁶⁹⁵ De acordo com a *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*, divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, a Polícia Militar de São Paulo tinha em 2011 104 batalhões e 17 batalhões especializados. Ela realizava o policiamento rodoviário, ambiental, aéreo, escolar e de trânsito. Não realizava, porém, o policiamento turístico. Contava com um serviço de recebimento de reclamações, sugestões e elogios, Corregedoria no âmbito da própria Polícia Militar, 252 bases de polícia comunitária fixas e 216 móveis, mais do que qualquer outra polícia militar da federação (*Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013). Cf. Projeto de Lei nº 656/2000, de autoria de Wilson Moraes: Dispõe sobre a instalação de bases comunitárias de segurança pública nos estabelecimentos de ensino do Estado de São Paulo.

⁶⁹⁶ BAYLEY, David; SKOLNICK, Jerome H, op. cit., p. 72-73; BUCKNER, Taylor; CHRISTIE, Nils; FATTH, Ezzat. *Polícia y cultura*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 169, 172-173; REINER, Robert, op. cit., p. 139-141; MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 153. Em pesquisa realizada em 2009, questionados sobre quantos de seus amigos eram também policiais ou agentes de segurança pública, 0,6% dos praças e 1,1% dos oficiais das Polícias Militares estaduais responderam que todos eram; 41,6% dos praças e 54,0% dos oficiais, que a maioria era; 52,7% dos praças e 40,7% dos oficiais, que a minoria era; 5,1% dos praças e 4,2% dos oficiais, que nenhum era. Os oficiais da Polícia Militar, entre todos os profissionais da segurança pública, eram os que mais tinham amigos policiais ou agentes de segurança pública, seguidos dos agentes do Sistema Penitenciário e dos praças da Polícia Militar (*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009). Erasmo Dias, em depoimento ao documentário *Violência S.A.*, afirmou que estava pronto pra usar sua arma, era prevenido, não era uma vítima fácil: “Você pensando que todo mundo é bandido, está se prevenindo [...] Eu já falei, precisa um dia inventar um desconfiômetro, uma espécie de marca-passo que instalasse no coração do indivíduo, que ele fosse capaz de detectar, assim, em um

Segundo Monjardet, a distância policial não é *proativa*, ela não tem raízes numa dúvida policial universal sobre a honestidade de todo cidadão, mas *reativa*. É uma proteção dirigida contra a suspeita voltada para o outro, incluindo outros policiais, razão pela qual a polícia é opaca tanto em relação ao exterior quanto a si mesma.⁶⁹⁷ Nos sistemas em que a polícia é considerada um organismo destinado a solucionar o problema do crime, ainda mais em que o policial não trabalha na comunidade onde reside, a comunidade é julgada segundo seu potencial para ajudar o agente a ocupar-se do que se converteu no problema deste, não no da coletividade: o crime. A polícia, enfim, tenderá a ver a comunidade como um mosaico de oportunidades para a criminalidade, de grupos com tendências delitivas, de fonte de informação, de más pessoas que se encontram em locais pouco recomendáveis ou até de confidentes e admiradores da polícia, mas sempre com suspeita.⁶⁹⁸

O efeito que pressões político-partidárias tiveram na polícia ao longo de grande parte de sua história foi aparentemente tão catastrófico que o medo de uma recorrência deu origem a uma obsessão que chega a equiparar qualquer forma de envolvimento dos cidadãos na direção de agências de polícia com a mais nefasta forma de corrupção policial. A politização da polícia pode se dar ao mesmo tempo *por cima*, pelas tarefas políticas pedidas à polícia, e *por baixo*, sob a forma clássica do clientelismo. A blindagem da polícia, contudo, gerou oposição por causa da imunidade que a polícia teria da influência apropriada dos cidadãos em uma democracia.⁶⁹⁹

raio de dez metros – como se fosse um detector de metais, né?- detectar bandido. Um tipo de desconfiômetro altamente robotizado que pelo cheiro, pelo sentido, pelo olfato..., se aquele cara é mau caráter”. Sobre a desconfiança dos policiais em relação aos “paisanos”, cf. BARROS, Lúcio Alves de, op. cit., p. 175.

⁶⁹⁷ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 198-200.

⁶⁹⁸ REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 188-189.

⁶⁹⁹ GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2003. p. 172 et seq., 195-196. Cf. também REINER, Robert, op. cit., p. 114; REISS JUNIOR, Albert. *Organização da polícia no século XX*. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 90-91; MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 92. Libertar-se de influências político-partidárias chegou a ser sinônimo de movimento profissional entre o pessoal da polícia. Os policiais se fecharam para os cidadãos. Foram proibidos de trabalhar nos bairros onde morassem, com medo de que fossem impropriamente influenciados por aqueles com quem estavam mais familiarizados. Esta forma altamente impessoal de policiamento, entretanto, estava entre os principais fatores que contribuíam para a hostilidade demonstrada contra a polícia (GOLDSTEIN, Herman, op. cit., p. 177 et seq.) O policiamento comunitário é uma reação a esta situação (REISS JUNIOR, Albert. *Organização da polícia no século XX*. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 67, 79, 82, 86, 108-109; BAYLEY, David, op. cit., p. 186-188). O receio de que a Polícia Militar possa se corromper ou prevaricar ao se abrir para a comunidade se expressou, de certa forma, em um dos discursos de Ubiratan Guimarães, em que relata, indignado, que um comandante do Batalhão da Rocinha encarou como “respeito da comunidade a uma pessoa que elas gostam” o fechamento do comércio na favela em razão da morte de um traficante e que a polícia tinha que respeitar esse sentimento (D73). O

Diante da falta de recursos estatais, muitos policiais encontram na comunidade a ajuda necessária para desempenharem a sua função, o que pode gerar relações corruptas. A necessidade de “estacionar as nossas viaturas e vender a nossa presença e a nossa dignidade” por uma refeição foi mencionada por Olímpio Gomes (D74). Conte Lopes, por sua vez, teria intermediado a doação de aparelhos de comunicação para o Grade por empresários (D75). Já Celso Tanauí exalta a criação do Fundo de Incentivo à Segurança Pública, com a perspectiva de “acabar essa história do policial militar ficar percorrendo os estabelecimentos comerciais de chapéu na mão pedindo uma lata de tinta, um saco de cal ou um pincel para pintar o prédio da delegacia” (D76).

Oficiais e praças da Polícia Militar de Minas Gerais entrevistados por Lúcio Alves de Barros consideravam os policiais que participavam das reuniões dos Conselhos de Segurança Pública (Conseps) “baba ovos”, que se renderam a uma “obrigação que é do Estado” e estão se “paisanando”. Pedir, para os policiais, é perder a “dignidade” e a autoridade sobre determinados cidadãos. Alguns entrevistados apoiavam a ideia de policiamento comunitário, mas condenavam, com a aproximação das eleições de 2002, o uso da PM e do Consep como “trampolim político”, seja por aqueles que introduziam novas estratégias de policiamento, seja pelos deputados policiais militares.⁷⁰⁰

Ubiratan Guimarães defendia a participação dos Conselhos Comunitários de Segurança, dos *cidadãos de bem*, na formulação e aplicação da política de segurança pública e reconhecia a importância da articulação do controle social informal com o controle social formal, por meio do Disque-Denúncia (D77 e D78). Os membros dos Consegs foram considerados pelo deputado lideranças em suas comunidades e aliados no referendo do desarmamento de 2005 (D79). Um indício de que Ubiratan Guimarães construiu uma base eleitoral nos Consegs é a sua declaração de que alguns de seus

fechamento da polícia em relação à comunidade é uma estratégia de defesa subcultural para a corporação se blindar de demandas externas conflituais e às vezes contraditórias que são feitas a ela. A polícia deve estar sensibilizada para a mudança de clima político sem parecer politizada, deve estar aberta às petições vagas da comunidade e, ao mesmo tempo, respeitar os direitos fundamentais daquelas pessoas que, ao seu parecer, não o merecem. Se a polícia se abrisse à inspeção do público, nenhum de seus membros ficaria satisfeito (BUCKNER, Taylor; CHRISTIE, Nils; FATTH, Ezzat, op. cit., p. 175-176).

⁷⁰⁰ BARROS, Lúcio Alves de. O paisano, a política e a “comunidade”: a polícia na encruzilhada. *Revista brasileira de segurança pública*, n. 5, v. 3, 2009. p. 168, 178-179. Os policiais entrevistados expressaram uma imagem bastante negativa dos políticos, associados a “ladrões de colarinho branco” (ibid., p. 173) e parecem descrentes quanto ao projeto de polícia comunitária. Afirmam que basta modificar o comando, ou “aqueles que fazem politicagem” no governo estadual, que “muda muita coisa na polícia” (ibid., p. 179).

presidentes foram lhe dar apoio na porta do Fórum quando estava sendo julgado pelo massacre do Carandiru (D80).

Conte Lopes, por sua vez, indica os Consegs como fiscais da atividade policial, um elo entre a população e a polícia e inimigos dos *bandidos* que arriscam a própria vida. O deputado assinala o papel político dos Consegs como aliados, seja fazendo abaixo-assinados para manter policiais em determinados locais por fazerem “um bom trabalho para a comunidade”, seja pressionando os governantes por meio dos votos, já que são lideranças, “representam votos” e o governador “vive de votos” (D81 a D83).

Pesquisa realizada em 2009⁷⁰¹ constatou que uma porcentagem muito maior de oficiais do que de praças das Polícias Militares já havia participado de alguma reunião de Conselho Comunitário de Segurança ou equivalente (61,2% a 23,0%, respectivamente).⁷⁰² Esse fato chama a atenção, levando em conta que são os praças que mais têm contato direto com a população no dia a dia. A maior participação de oficiais faz, por outro lado, que tenham maiores condições de se tornarem lideranças nos bairros, inclusive lideranças políticas.⁷⁰³

Apesar de a polícia procurar se fechar à interferência externa, a tarefa fundamental de uma organização policial é administrar e responder às solicitações externas das pessoas e de outras organizações. Ela precisa, pois, criar relacionamentos externos, mantê-los, responder a eles.⁷⁰⁴ A prioridade dada à autonomia da polícia teve impacto negativo, em muitas situações, sobre a capacidade de liderança dos líderes policiais, pois isolou fontes de poder que poderiam ajudá-los em sua difícil tarefa de assegurar o controle interno.⁷⁰⁵ As hierarquias policiais apreendem as vantagens que podem auferir de reformas que melhoram a imagem da polícia e sua legitimidade na sociedade. Ao se renderem à influência vinda de fora, como a de políticos e da mídia, os policiais de alta patente

⁷⁰¹ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

⁷⁰² 23,0% dos praças da Polícia Militar e 61,2% dos oficiais declararam que já participaram; 58,1% dos praças e 29,9% dos oficiais não participaram; 18,9% dos praças e 8,9% dos oficiais não participaram, mas sabiam que existia um Conselho na área onde trabalhavam.

⁷⁰³ Pesquisa realizada em 2014 revelou que 55,3% dos policiais militares de São Paulo que responderam a pesquisa haviam participado de alguma reunião de Conselho Comunitário de Segurança ou equivalente, 27,0% não participaram e 17,8% não participaram pessoalmente, mas sabiam que existia um Conselho na área onde trabalhavam (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. *Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública*).

⁷⁰⁴ REISS JUNIOR, Albert. *Organização da polícia no século XX*. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 99.

⁷⁰⁵ GOLDSTEIN, Herman, op. cit., p. 177.

poderiam progredir em suas próprias carreiras. São, sobretudo, as bases que, por intermédio das associações sindicais poderosas, resistem a reformas e inovações, geralmente impostas de cima para baixo, que possam entrar em conflito com seus interesses de categoria.⁷⁰⁶

Pesquisa realizada em 2009⁷⁰⁷ demonstrou, porém, que, ao contrário do que talvez o imaginário popular suponha, os policiais desejam mudanças institucionais profundas e os policiais militares proporcionalmente desejam mais mudanças do que os civis, sendo que os oficiais (aspirantes/cadetes, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis) desejam quase tantas mudanças quanto os não-oficiais (soldados, cabos, sargentos e subtenentes).⁷⁰⁸

Olímpio Gomes denuncia a cooptação política de comandantes da Polícia Militar pelo governo, “em detrimento da segurança da população e da vida do policial”. Desde 1998, todo subcomandante saíria empregado no Estado ou na Prefeitura. A cooptação, no caso, mais do que servir a reformas na instituição, serviria para a manutenção do *status*

⁷⁰⁶ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 309-310; BITTNER, Egon, op. cit., p. 269, 349-351; REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 208-209. A cultura dos chefes de polícia varia e os chefes de polícia podem não ter estilos culturais fundamentalmente diferentes dos das tropas, no entanto estão mais dispostos a abraçar diferentes filosofias de policiamento, moldadas pela necessidade em se adaptar a pressões das elites governamentais e sociais (REINER, Robert, op. cit., p. 156). Os policiais são céticos em relação aos “planos de segurança” dos governantes, diante da permanência de relações clientelistas que não são atacadas. Os policiais suspeitam, assim, que o que se propõe é “para inglês ver”: “a política pública se reduz à sucessão de expedientes, a ofertas de proteção, cuja lógica é a do resultado feliz mais próximo. Faz-se cada vez mais grandiloquente, buscando segurança na imprecisão do que se propõe a fazer, e oportunista, apostando na exploração de sucessos eventuais ou na resposta salvacionista a desastres. Tem-se um ambiente que pode confinar esforços de governabilidade a ações esquizofrênicas e pontuais. Compreende-se, assim, a adesão ao que quer que seja a “moda” do momento” (MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR., Domício. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. *Estudos Avançados* 21 (61), 2007. p. 168-169).

⁷⁰⁷ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

⁷⁰⁸ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. p. 13-14. Pesquisa realizada em 2014, por sua vez, sem distinguir praças e oficiais, mostrou que 33,0% dos policiais militares paulistas questionados defenderam mudanças no atual modelo de segurança pública, com a adoção maciça de ferramentas e tecnologias de gestão e de capacitação como instrumentos de enfrentamento dos gargalos e deficiências atuais, e de aumento da eficácia das políticas públicas; 30,7% opinaram que o atual modelo de segurança pública no Brasil devia ser amplamente reformulado, pois os problemas do país na área só seriam resolvidos com a revisão dos procedimentos e do modo como se organizam as corporações do sistema de segurança; 25,9% opinaram que era preciso reformular o atual modelo de segurança pública do país, aperfeiçoando a gestão como estratégia para aumentar a eficiência das ações e levando em conta que a prevenção à violência devia se articular a ações não-policiais; apenas 10,4% opinaram que o atual modelo de segurança pública no Brasil era adequado e os ajustes deviam ser concentrados na obtenção e incremento de novos recursos humanos, materiais e financeiros (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública).

quo, no caso, o “congelamento do vale-coxinha”, o vale-alimentação dos policiais militares, que recebeu esse apelido em razão do seu baixo valor (D84).⁷⁰⁹

Já Ubiratan Guimarães declara que sempre serviu à comunidade nas ruas, até o dia do massacre do Carandiru, e que nunca esteve “à disposição da Assembleia, do Governador, de ninguém” (D85) Conte Lopes, por sua vez, critica a necessidade de bajular ou de servir políticos para se conseguir promoções na carreira policial. Enquanto os coronéis que trabalham no Palácio de Governo e na Assembleia teriam salário de marajás, o “coronel de rua” ganharia bem menos e ainda corre o risco de ser processado em virtude das ocorrências violentas típicas de seu trabalho (D86, D87 e D88).

Segundo Conte Lopes, o “coronel marajá”, quando chega à cúpula da polícia, por nunca ter “sentado numa viatura”, tem medo e “baixa determinações contra o policial que está na rua combatendo o crime”, o que consistiria em uma “inversão de valores” (D89). “Encostar” a ROTA seria cômodo para o “coronel marajá”, porque não teria que sair de casa à noite “para ir a uma delegacia e ver o que aconteceu”, mas é a população que “pagaria com a própria vida” (D90 e D91). Edson Ferrarini, no entanto, declara que tudo o que faz na ALESP está em consonância com o comando da Polícia Militar, pois um ataque ao comando corresponde a um ataque à corporação como um todo (D92).

No presente capítulo foi constatado que a suposta busca da polícia por se libertar da política é que paradoxalmente a politiza e a partidariza. No capítulo seguinte será analisado como os deputados policiais militares lidam com a contradição de o policial militar encarnar simultaneamente o papel de trabalhador da segurança pública, submetido a condições precárias de trabalho, e de mantenedor da ordem, bem como serão apontados outros fatores que favorecem a politização de policiais militares, a construção de lideranças policiais e a eleição de algumas delas para cargos nas Assembleias Legislativas.

⁷⁰⁹ Na gestão do prefeito Kassab na cidade de São Paulo, 30 dos 31 subprefeitos, eram coronéis reformados da Polícia Militar. A maioria das gestões regionais ainda contava com militares nas chefias de gabinete e em coordenadorias. Oficiais reformados também dirigiam o Departamento de Transportes Públicos (DTP) e o Departamento de Operação do Sistema Viário (DSV) e ainda estavam presentes na Defesa Civil, na CET, na Secretaria de Transportes e no Serviço Funerário. Em alguns casos, por causa do resultado de sentenças judiciais, o pagamento da aposentadoria desses policiais ultrapassava o teto de R\$ 18.725 da instituição e extrapolava a marca dos R\$ 100 mil (CONHEÇA os oficiais da PM que dirigem as subprefeituras de SP. *Yahoo! Notícias*, 11 set. 2002). Ainda que se tratasse de policiais militares reformados e de cargos de confiança, é possível que esses policiais ainda exercessem influência sobre os policiais da ativa e, portanto, tais nomeações também fossem uma forma de cooptação política da polícia.

7. A DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA E A ALIANÇA COM A ESQUERDA

1. Desmilitarização e unificação das polícias

A origem da polícia moderna aponta para a necessidade de criação de um corpo que cumprisse ordens obedientemente. A racionalização da produção agrícola no século XIX, na Europa, causava violentas revoltas de camponeses e das novas camadas urbanas com dificuldade de se integrar ao novo modo de produção. A *questão social* e as *classes perigosas* geravam inquietações nas camadas dominantes, que demandavam ordem. Durante séculos, a luta contra os distúrbios políticos e sociais foi, na Europa, confiada principalmente ao Exército. Mas, pouco a pouco, no decorrer do século XIX, os responsáveis militares se insurgiram contra o emprego de suas unidades na manutenção da ordem urbana.⁷¹⁰

A nova polícia resolveu tanto problemas táticos como políticos. Ela era mais barata do que uma força militar, criava menos ressentimentos e respondia melhor à autoridade civil.⁷¹¹ Temendo que os militares, que eram recrutados nas classes perigosas, pudessem ficar do lado das massas urbanas e virar-se contra as elites dominantes do momento, o Parlamento inglês criou em Londres uma polícia civil cuja neutralidade política, em caso de desordem civil, estaria garantida. Além disto, a polícia servia para desviar para a própria polícia a hostilidade das *classes perigosas* em relação às elites governantes e aos problemas sociais profundas, de maneira que os problemas que causavam os distúrbios eram reduzidos à reforma dessa instituição.⁷¹²

Havia milícias para enfrentar as revoltas e distúrbios, porém, sem legitimidade e insuficientemente treinadas e equipadas, contribuía para exacerbar os problemas de

⁷¹⁰ MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001. p. 66-67.

⁷¹¹ MONKONNEN, Eric. História da polícia urbana. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 579. Pouco a pouco percebe-se que o recurso ao Exército custa caro em termos de integração política das camadas populares e é amiúde contraproducente em termos estratégicos, considerando os ódios, as frustrações, os rancores e os ressentimentos que ele engendra. As guardas nacionais e as milícias, criticadas por sua pouca eficácia ou politização, são dissolvidas ou acantonadas em funções honoríficas. Transfere-se, assim, a insatisfação popular da população do Exército para a polícia (MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 236-237).

⁷¹² REISS JUNIOR, Albert. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 84; Id. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 200.

ordem pública mais do que para resolvê-los. Nesse momento, os Estados europeus decidem reforçar a especialização policial no domínio do controle das multidões e manutenção da ordem, movimento acelerado após a Primeira Guerra Mundial, diante da retomada das grandes mobilizações sociopolíticas.⁷¹³ Paradoxalmente, uma das últimas ocasiões em que as tropas do Exército agiram na Inglaterra para controlar a ordem pública foi em 1919, durante a greve da polícia de Liverpool.⁷¹⁴ Conte Lopes, evidenciando a função originalmente atribuída à polícia, declara que ela “não gosta de atuar em manifestações, mas ela cumpre ordens” e que “pode haver estados sem exércitos, mas não existem estados sem polícia” (D1).⁷¹⁵

Se, por um lado, havia a preocupação em garantir a obediência da polícia em sua tarefa de controlar a ordem, por outro havia a preocupação de que a polícia não fosse utilizada para defender interesses partidários. A base para a ideia da *nova* polícia foi o estabelecimento de uma força em tempo integral, de policiais profissionais, organizada em uma burocracia hierárquica. A admissão e a promoção eram por mérito e não partidárias ou por nepotismo. Foi adotado um treino mínimo, um conjunto restrito de regras e regulamentos, um padrão quase militar. O próprio sistema de promoções tornou-se um instrumento de controle burocrático.⁷¹⁶

⁷¹³ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 66-67; REISS JUNIOR, Albert. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 77.

⁷¹⁴ REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2004. p. 90.

⁷¹⁵ Cf. Projeto de Lei nº 765/1999, de autoria de Conte Lopes: Dispõe sobre a obrigatoriedade de tropas de polícia especial para o controle de distúrbios civis. No ciclo reivindicatório de praças de 1997 foi criada em Minas Gerais a Forleg (Força de Legalidade), uma tropa para operar nas possíveis ações grevistas e praças foram presos. A maioria dos militares da Forleg, porém, desertaram a favor do movimento e o governador mineiro recorreu às tropas do Exército (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. p. 48-51). Homens do Exército foram convocados para proteger os prédios da Assembleia Legislativa, do Palácio dos Martírios e do Tribunal de Justiça em Alagoas (ibid., p. 81) e foram enfrentados pela Polícia Militar (ibid., p. 23). Em Pernambuco o Exército foi designado para ficar de guarda em frente ao Palácio das Princesas (ibid., p. 98). Em João Pessoa o Exército protegeu as sedes dos poderes constituídos e os bancos tiveram que aumentar o efetivo particular (ibid., p. 109-111). No Mato Grosso houve também emprego de forças militares na guarda de prédios públicos (ibid., p. 125). No Mato Grosso do Sul o Exército colocou tropas na guarda da Governadoria e presídios do estado. As lideranças não deixaram invadir a governadoria para não haver confronto com o Exército (ibid., p. 131-133). No Rio Grande do Sul o então comandante do Comando de Policiamento da Capital, Arlindo Bonerdes, concedeu entrevistas dizendo que não colocaria a Tropa de Choque contra os “próprios brigadianos”. Não obstante, foi feito um cordão de isolamento com policiais desarmados do Batalhão de Choque no Palácio Piratini. O Soldado Giovani, líder dos praças, procurou defender a tropa de isolamento em sua narrativa: “os caras estavam ali chorando, fazendo por obrigação a segurança, eles não sabiam o que fazer caso precisássemos de uma força” (ibid., p.138).

⁷¹⁶ REINER, Robert, op. cit., p. 86-88; BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 146.

O militarismo sempre foi visto como único recurso capaz de garantir controle sobre uma força mal paga, cujos componentes, na maioria, se originam das “classes perigosas” da sociedade. Ao invés de se investir no aumento salarial e na qualificação dos policiais, investe-se na pedagogia do medo, segundo a qual o policial só andaria “na linha” movido pelo temor de sofrer sanções disciplinares e só se tornaria obediente se instruído a não questionar jamais as ordens superiores. Esse controle, todavia, é apenas parcial, uma vez que os regulamentos disciplinares quase sempre punem com extremo rigor mínimas faltas relacionadas ao comportamento dentro da corporação, superenfatizando a obediência à hierarquia e a conformidade aos rituais, mas são extremamente frouxos no que se refere ao controle da atividade propriamente policial.⁷¹⁷

Ademais, como os oficiais dependem da boa vontade e lealdade dos subordinados e temem ser considerados *de fora*, perdendo a ligação proveniente da solidariedade, passam a encobrir os erros encontrados, prejudicando a regulação interna da instituição.⁷¹⁸ Em pesquisa realizada em 2009⁷¹⁹, 33,2% dos praças e 10,1% dos oficiais das Polícias Militares concordaram que hierarquia e disciplina rigorosas tornavam desnecessário o controle interno da atividade de segurança; 30,2% dos praças e 11,4% dos oficiais concordaram que hierarquia e disciplina rigorosas tornavam desnecessário o controle externo da atividade de segurança.⁷²⁰

⁷¹⁷ “Como grande parte das minuciosas regras disciplinares não tem nenhuma relação (ou até entra em conflito) com a rotina policial nas ruas, e como os oficiais intermediários, responsáveis pelo controle, não participam das atividades fora do quartel, estas acabam se desenvolvendo “despolicizadas”, ao sabor do amadorismo e da informalidade, orientadas pelo senso comum dos próprios policiais. Assim como o *esprit de corps* numa estrutura extremamente hierarquizada serve à internalização dos valores oficiais, ele também produz lealdade na transgressão e cumplicidade silenciosa na indisciplina” (LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio et al. *Quem vigia os vigias?*: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 62-65). Nesse mesmo sentido, BITTNER, Egon, op. cit., p. 147.

⁷¹⁸ Até certo ponto, o aumento na distância social entre superiores e inferiores pode aumentar o controle interno, permitindo que os oficiais coloquem os interesses da organização acima da camaradagem, mas acima de um determinado ponto torna-se contraprodutivo, deixando os oficiais seniores fora de uma interação informativa (BAYLEY, David, op. cit., p. 182, 193, 199-200). Os policiais se ressentem de serem supervisionados de perto pelos oficiais seniores, unindo-se contra a disciplina (ibid., p. 190). Assim como um policial sempre pode contar com o fato de que a polícia, ocultando seus conflitos, sempre apresentará um fronte unido contra críticas vindas de fora, pode esperar que táticas similares sejam empregadas no departamento (BITTNER, Egon, op. cit., p.152, 156, 351).

⁷¹⁹ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

⁷²⁰ Já em pesquisa realizada em 2014, a maioria dos policiais militares de São Paulo foi crítica à disciplina e à hierarquia da Polícia Militar, mas concordou com a necessidade de controle interno e externo da atividade de segurança. Dos policiais militares de São Paulo, 41,9% discordaram totalmente da redução dos mecanismos internos de controle (21,0% concordaram totalmente, 27,7% concordaram em parte, 7,9% discordaram em parte). Como fatores que compunham as dificuldades de trabalho da polícia, 8,8% dos policiais brasileiros

Conforme esperado, os praças das Polícias Militares foram mais críticos à hierarquia e à disciplina militares do que os oficiais.⁷²¹ A maior percentagem de praças que declararam terem sido humilhados por seus superiores do que por policiais de mesmo posto ou de posto inferior talvez seja explicada pela rígida disciplina vigente na Polícia Militar, que pode dar margem a abusos. Por outro lado, a maior vitimização de oficiais em relação a praças talvez se explique pelo fato de que os segundos não reconheceriam certas ocorrências como humilhantes, por terem de certa forma naturalizado a humilhação.

Os oficiais da Polícia Militar foram os que apresentaram, entre os profissionais de segurança pública, as maiores vitimizações por tortura. Segundo os relatores da pesquisa, essa pode ser uma das razões pelas quais muitos policiais reproduzem atitudes violentas, seja com seus subordinados, seja com a população, em um ciclo vicioso perverso. É possível que a maior incidência de tortura entre policiais militares seja decorrência do tipo de formação militar, que por vezes assume o pressuposto de que o sofrimento cumpre um papel disciplinador e “formador” para atividades de policiamento e situações estressantes típicas de guerra.⁷²²

apontaram como nada importante a falta de controle externo sobre a atividade policial (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública).

⁷²¹ Dos policiais militares brasileiros questionados, 73,3% dos praças e 47,8% dos oficiais concordaram que a hierarquia da Polícia Militar provocava desrespeito e injustiças profissionais; 81,0% dos praças e 57,7% dos oficiais concordaram que havia muito rigor em questões internas e pouco rigor em questões que afetavam a segurança pública; 65,2% dos praças e 39,6% dos oficiais concordaram que havia um número excessivo de níveis hierárquicos na Polícia Militar; 72,3% dos praças e 71,9% dos oficiais não concordaram que a hierarquia era fraca ou insuficiente na Polícia Militar; 70,3% dos praças e 62,7% dos oficiais não concordaram que faltava disciplina na Polícia Militar. A proporção de policiais civis que disseram que a hierarquia é fraca ou insuficiente na Polícia Civil foi bem maior (44,9% dos agentes e 62,4% dos delegados), assim como de policiais civis que disseram que falta disciplina em sua instituição (56,9% dos agentes e 70,9% dos delegados). Como fatores que compunham as dificuldades de trabalho da polícia, 71,8% dos praças e 49,6% dos oficiais apontaram como muito importante o predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência.

⁷²² Ibid., p. 46, 49. Dos policiais militares brasileiros, 57,7% dos praças e 61,9% dos oficiais declararam já terem sido humilhados/desrespeitados por superior hierárquico (maiores vitimizações entre profissionais da segurança pública); 25,6% dos praças e 26,7% dos oficiais declararam já terem sido vítimas de tortura em treinamento ou fora dele (imposição deliberada de sofrimento físico ou mental) (terceira e maior vitimizações, respectivamente); 17,4% dos praças e 25,6% dos oficiais declararam já terem sido humilhados/desrespeitados por colega de mesmo posto (sétima e terceira maiores vitimizações, respectivamente); 5,2% dos praças e 14,0% dos oficiais declararam já terem sido ameaçados de morte ou de sofrer violência física por outro policial (quinta e segunda maiores vitimizações, respectivamente); 5,0% dos praças e 13,5% dos oficiais declararam já terem sido humilhados/desrespeitados por colega de posto inferior (sétima e segunda maiores vitimizações, respectivamente); 4,0% dos praças e 6,2% dos oficiais declararam já terem sido vítimas de violência física por parte de outro policial (quarta e maior vitimizações, respectivamente).

Em pesquisa realizada em 2014⁷²³, as opiniões dos policiais militares do Estado de São Paulo foram isoladas, mas não as opiniões de praças e de oficiais: 74,0% dos policiais militares de São Paulo concordaram totalmente com a modernização dos regimentos e códigos disciplinares de modo a adequá-los à Constituição Federal de 1988⁷²⁴; 58,4% concordaram totalmente que as polícias deveriam ser organizadas em carreira única, com uma única porta de entrada (concurso para ingresso).⁷²⁵ A maioria foi crítica à disciplina e à hierarquia da Polícia Militar⁷²⁶, mas 53,5% discordaram totalmente da eliminação das hierarquias⁷²⁷ e 42,7% discordaram totalmente da vedação de punições administrativas e disciplinares⁷²⁸.

Olímpio Gomes aponta como a hierarquia pode acarretar em injustiças, inclusive com repercussões salariais: os policiais militares estariam perdendo a licença-prêmio por

⁷²³ LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública.

⁷²⁴ 18,1% concordaram em parte, 14,4% discordaram totalmente, 3,8% discordaram em parte. Cf. Projeto de Lei Complementar 16/2006, de autoria de Ubiratan Guimarães: Acrescenta dispositivo ao artigo 68 da Lei Complementar nº 893, de 2001 – Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, a fim de instituir a dispensa recompensa.

⁷²⁵ 22,3% concordaram em parte, 14,1% discordaram totalmente, 4,3% discordaram em parte e 0,9% não souberam. 39,6% dos policiais militares do Estado de São Paulo questionados discordaram totalmente que as atuais carreiras policiais eram adequadas e deveriam ser mantidas (6,4% concordaram totalmente 37,1% concordaram em parte, 16,6% discordaram em parte e 0,3% não souberam); 37,1% discordaram totalmente que as atuais carreiras poderiam ser reduzidas, mas mantendo-se a separação entre oficiais/não oficiais e delegados/não delegados (14,9% concordaram totalmente, 33,3% concordaram em parte, 11,3% discordaram em parte e 3,4% não souberam); 30,7% concordaram totalmente que as polícias deveriam ser organizadas em carreira única, mas deveria haver a possibilidade de mais do que uma única porta de entrada (concurso para ingresso), de modo a selecionar profissionais já com experiência e formação acadêmica específica e de interesse das corporações (30,6% concordaram em parte, 29,6% discordaram totalmente, 7,0% discordaram em parte e 2,1% não souberam).

⁷²⁶ Dos policiais militares paulistas questionados, 51,4% concordaram que a hierarquia nas polícias e demais forças de segurança provocavam desrespeito e injustiças profissionais; 75,2% concordaram que havia muito rigor em questões internas às corporações policiais e pouco rigor em questões que afetavam a segurança pública; 89,1% concordaram que profissionais de Segurança Pública deveriam ser organizados em estruturas hierárquicas e de gestão mais eficientes; 86,6% concordaram que profissionais de Segurança Pública precisavam focar mais no resultado e menos nos aspectos burocráticos-formais. Como fatores que compunham as dificuldades de trabalho da polícia, 80,6% dos policiais brasileiros apontaram como muito importante formação e treinamento deficientes; 76,8%, a má gestão ou ausência de capacitação gerencial; 70,3%, o predomínio do comando baseado na posição hierárquica em vez de liderança baseada na competência.

⁷²⁷ 13,3% concordaram totalmente, 24,1% concordaram em parte, 8,3% discordaram em parte.

⁷²⁸ 16,6% concordaram totalmente, 27,1% concordaram em parte, 11,8% discordaram em parte. Dos policiais militares brasileiros, 64,4% foram humilhados/desrespeitados por superior hierárquico (segunda maior vitimização entre profissionais de segurança pública); 38,8% foram vítimas de tortura em treinamento ou fora dele (imposição deliberada de sofrimento físico ou mental) (segunda maior vitimização); 20,3% foram humilhados/desrespeitados por colega de mesmo posto (quarta maior vitimização); 9,1% foram ameaçados de morte ou de sofrer violência física por outro policial (segunda maior vitimização); 9,0% foram humilhados/desrespeitados por colega de posto inferior (quarta maior vitimização); 6,8% foram vítimas de violência física por parte de outro policial (maior vitimização). Não há dados isolados para a Polícia Militar de São Paulo.

uma simples advertência, a qual pode ser motivada, por exemplo, por um pequeno atraso (D2).⁷²⁹ A associação entre a desvalorização salarial do policial e a violência policial é reconhecida pelo deputado, quando diz que “não adianta escrever no rodapé dos documentos da Polícia Militar que o policial militar está compromissado com a dignidade da pessoa humana se o Governo não o reconhece como um ser humano legítimo e pleno de direitos” (D3).

O deputado se queixa que pequenas garantias dos militares, que lhe são devidas em função da especificidade da sua atividade e porque garantias de todos os outros trabalhadores não lhe são estendidas, estejam sendo estigmatizadas como privilégios e sendo dilapidadas. A expressão *inversão de valores*, utilizada recorrentemente por Conte Lopes para criticar a responsabilização de policiais militares que matam civis, é empregada por Olímpio Gomes para criticar a diferença de reajuste de adicionais entre praças e oficiais, que estimularia “lutas de classe”, a “quebra da hierarquia e da disciplina” (D4).⁷³⁰

Em diversos discursos Conte Lopes demonstra ser um entusiasta da hierarquia e da disciplina militares, a ponto de se posicionar a favor da interferência do superior na vida privada do subordinado, como no caso do dever do policial de pedir autorização para casar (D5). O deputado reconhece que na Polícia Militar “tem muito dever” e “não tem direitos”, mas quem entra lá “entra de livre e espontânea vontade”. Atribui a esse “regime realmente mais duro” o fato de a Polícia Militar ter conseguido impedir que os presos fossem para as ruas na megarrebelião de fevereiro de 2001 (D6).⁷³¹ Conte Lopes não enxerga nada de

⁷²⁹ Cf. Projeto de Lei Complementar 6/2007, de autoria de Olímpio Gomes: Altera o artigo 68 da Lei Complementar nº 893, de 2001, que instituiu o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar.

⁷³⁰ Cf. Projeto de Lei Complementar 2/2008, de autoria de Olímpio Gomes: Dispõe sobre a substituição remunerada de funções entre Oficiais e entre Praças da Polícia Militar do Estado. Um dos estopins da greve dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais de 1997 foi o fato de o então governador Eduardo Azeredo (PSDB) ter concedido, após reunião com o Comandante-Geral da PM, aumento de 20% apenas para os oficiais e de o comando não ter conseguido explicar aos praças que também teriam aumento (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 69-70). Existia uma enorme disparidade salarial na PM mineira em 1997. Um coronel chegava a receber sete vezes mais que um soldado (ibid., p. 61). Cf. também BARROS, Lúcio Alves de. *Polícia e sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, Programa de Doutorado em Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2005. p. 206. A hierarquia e a disciplina, mais do que abalados, teriam sido ressignificados em 1997, pois não se tratou de um movimento que reivindicasse a desmilitarização da polícia ou colocasse em questão toda a gênese, maturação e desenvolvimento da instituição. Os praças pediam, na realidade, o cumprimento da ética policial militar, assentadas no “respeito à dignidade da pessoa humana, a camaradagem, o espírito de cooperação” e a solidariedade dos comandantes. Os laços sociais, em conflito latente, foram quebrados pelos oficiais de alta patente quando decidiram legislar em causa própria e receber o aumento sem que também fosse dado aos praças (BARROS, Lúcio Alves de; REIS, Arlem Caetano. *Reminiscências da polícia em movimento*. p. 9).

⁷³¹ A chamada mega-rebelião ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2001, num domingo, dia de visita na maior parte dos presídios no Brasil. Teve início por volta das 13h e, em poucas horas, se espalhou por 29 presídios

errado no militarismo. Ao contrário, ele “permitiria, através da disciplina e da hierarquia, que o policial execute sua atividade” (D7).

Por acreditar que “quem mantém o preso dentro da cadeia é o PM com um mosquetão em cima da muralha” e é a hierarquia e a disciplina militares que impedem a facilitação de fugas, o deputado se opõe publicamente e conscientemente contra as demandas da Polícia Militar de retirar os policiais das muralhas dos presídios para realocá-los no policiamento ostensivo. A medida não valeria a pena financeiramente, pois, na medida em que a Polícia Militar continuasse na parte externa do presídio, haveria uma “escolta da escolta” (D8). Na opinião de Conte Lopes, o dinheiro gasto com a criação da Guarda de Muralha deveria ser gasto na Polícia Militar, contratando mais homens, comprando equipamentos ou aumentando os salários (D9), o que não deixa de ser um argumento de fundo corporativista, apesar de contrário à posição do Comando da PM.⁷³²

Por outro lado, Conte Lopes opõe-se à utilização da ROTA na antiga Febem, defende que ela combata o crime organizado e que os próprios funcionários da Febem tenham “força para poder agir, para disciplinar”, o que não significa “espancar” ou “torturar” (D10). Para Conte Lopes, “o subordinado é reflexo do chefe” e “se erramos é porque os que estão acima de nós nos ensinaram errado”, mas “não achamos que estamos errados” (D11). O deputado, assim como Olímpio Gomes, também reclama que os policiais militares estão perdendo sua licença-prêmio, pois “qualquer coisa é motivo de

do estado de São Paulo, envolvendo cerca de 28 mil presos de delegacias de polícia, cadeias e principalmente penitenciárias. Familiares de presos e funcionários foram mantidos como reféns. O principal centro de articulação das rebeliões foi a Casa de Detenção de São Paulo, que possuía na época cerca de sete mil presos. O movimento foi liderado pelo PCC, com o objetivo de trazer de volta para a Casa de Detenção os líderes do grupo que haviam sido mandados para o Centro de Readaptação Penitenciária de Taubaté (o Anexo da Casa de Custódia). Os rebelados pediam, ao mesmo tempo, a desativação desse estabelecimento. As más condições das prisões, alimentação ruim, falta de assistência médica ou judiciária, arbitrariedades praticadas pelas autoridades, maus-tratos etc. só foram colocados em pauta pelos revoltosos no dia seguinte, segunda-feira. Ocorreram 20 mortes, segundo a SAP, em sua maioria provocadas pelos próprios presos, que aproveitaram a situação para garantir a hegemonia do PCC sobre outros grupos, bem como para fazer “acertos de contas” individuais (SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007. p. 82) As principais consequências dessa rebelião foram a desativação da Casa de Detenção, em dezembro de 2002 e a adoção do RDD em São Paulo, regime rígido que já existia no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté há muitos anos, praticamente desde a sua entrada em funcionamento ainda na década de 1980. A aprovação da Lei federal nº 10.792/03 revestiu o RDD de legalidade. Apesar de ser o local onde existiam as regras mais severas de execução penal (ou talvez por isso mesmo), foi no Anexo da Casa de custódia de Taubaté que nasceu o PCC (ibid., p. 87-88).

⁷³² Nagashi Furukawa considera preocupante que, em contrapartida ao surgimento das facções criminosas nas prisões, cada vez mais se vem recorrendo ao pessoal militarizado, para manter sua ordem interna (SALLA, Fernando; MIRAGLIA, Paula. O PCC e a gestão de presídios em São Paulo: entrevista com Nagashi Furukawa. *Novos Estudos CEBRAP* 80, março 2008 p. 37).

uma punição” para o militar, desde um “sapato sujo” até “matar bandido em tiroteio” (D12 e D13).

Apesar de ser um entusiasta da disciplina e hierarquia, elogia o Comandante Coronel Camilo, eleito posteriormente vereador em São Paulo em 2012 e deputado estadual em 2014, por ouvir as reivindicações da tropa e o que a população pensava da polícia (D14). Da mesma forma, Conte Lopes apresentou um projeto de lei para regularizar o *bico*, punido como infração grave pelo Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (D15).⁷³³ Na cidade de São Paulo, a militarização da política teve seu ápice na segunda gestão do prefeito Gilberto Kassab, quando trinta dos trinta e um subprefeitos nomeados eram coronéis da reserva da Polícia Militar. Todos foram indicados pelo Coronel Camilo. Segundo Guaracy Mignardi,

partiram do princípio que o coronel sabe mandar, o que é uma bobagem. Mandar numa estrutura militar e numa estrutura civil são coisas diferentes. O que precisava nessas administrações regionais, por exemplo, era ter ou bons administradores ou sujeitos que possuam traquejo político, e os coronéis não tem nem uma nem outra coisa. Eles foram escolhidos, não porque eram bons, mas por serem coronéis. Esse é o erro. Foram escolhidos porque tinham determinado cargo. Jogaram muita coisa na mão deles e muitos não têm a capacidade administrativa na área civil, muito menos traquejo político [...]. Primeiro é aquela história boba: já que a prefeitura está fazendo a “operação delegada” [“bico oficial” em que policiais militares trabalham para a Prefeitura nas horas vagas] –, você precisa por coronel, porque aí eles têm poder de comando sobre os PMs. Mas se eles não estão na ativa, não têm poder de comando nenhum. Mesmo que tivesse, você está pagando, você tem o direito de exigir, não interessa se é o administrador de uma área da cidade e ela está pagando para a PM fazer aquele serviço. Não interessa se é coronel.⁷³⁴

Edson Ferrarini é um crítico da hierarquia e da disciplina militar tal como existia na polícia. Julga revolucionária a proposta do fim da hierarquia na Polícia Militar e concorda que “o sofrimento, a dor não tem hierarquia” e valoriza os superiores que arrumam tempo para “quebrar as barreiras” e “ouvir seus subordinados”, pois “um ombro amigo, uma mão estendida pode salvar uma vida” (D16 e D17). Ao contrário de Conte Lopes, defende a

⁷³³ Cf. Projeto de Lei Complementar 32/2010, de Conte Lopes: Dá nova redação ao item 26 do Parágrafo Único do Artigo 13, da Lei Complementar nº 893 de 2001, que Institui o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

⁷³⁴ NETO, José Francisco. Especialista fala da militarização nas subprefeituras de São Paulo. *Brasil de Fato*, 22 ago. 2012. O subprefeito de Pinheiros, Coronel Nevorai Alves Bucheroni, era companheiro de turma de Conte Lopes. Cf. 41ª Sessão Solene Comemoração do “Sesquicentenário do Corpo Musical da Polícia Militar de São Paulo” (14/08/2009).

criação da Guarda de Muralha para atuar nos presídios, desmilitarizada, sob o argumento de que treinar um guarda de muralha é muito mais rápido do que treinar um policial militar. Além disso, eles seriam treinados por policiais militares e a Polícia Militar permaneceria na parte externa do presídio (D18).

Celso Tanauí, no ano de 2000, classifica o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar como arcaico e superado e defende a nova versão, enviada pelo governador, que passa a punir severamente também o superior, antes “intocável”. Ao contrário de Conte Lopes, afirma que a Polícia Militar precisa ter um regulamento duro, para não “deixar avacalhar a disciplina na corporação”, mas também “discutir direitos” (D19). Assim como Edson Ferrarini, defende a saída da Polícia Militar das muralhas dos presídios para aumentar o efetivo de policiais nas ruas, além da criação da guarda de escolta, proposta pelo governador (D20).⁷³⁵

Wilson Moraes era mais um deputado policial militar que defendia a criação da Guarda de Muralha para liberar quatro mil policiais militares para o policiamento nas ruas (D21) e saudava o encaminhamento do Projeto de Lei nº 26/1998, elaborado pelo Secretário José Afonso da Silva, que reformava o Regulamento Disciplinar da PM, taxado de “arcaico, ditatorial”. Informava que estava desenvolvendo um “trabalho no âmbito nacional, com todas as entidades de cabos e soldados das polícias militares”, pedindo a extinção das prisões administrativas e que as autoridades militares “a princípio não queriam aceitar a mudança do regulamento” (D22).

No movimento reivindicatório de 1997, os praças mineiros conseguiram a extinção do RDPM. Criou-se o Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais (CEDM), sancionado como lei estadual em 2002, em que a suspensão substituiu a prisão disciplinar. Sargento Rodrigues, um dos líderes do movimento, eleito deputado, foi o relator do Código de Ética na Assembleia e definia o RDPM como “o AI5 dos quartéis”.⁷³⁶

⁷³⁵ Cf. Projeto de Lei nº 539/2000, de autoria de Celso Tanauí: Autoriza o Poder Executivo a criar a Guarda Penitenciária.

⁷³⁶ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 76. Os militares não podem expressar suas opiniões, pois elas podem conflitar com as de seus superiores e provocar reações desfavoráveis. Era transgressão disciplinar antes de 1997 dar entrevista, discutir ou provocar discussão pela imprensa a respeito de assuntos políticos, militares ou policiais, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, quando devidamente autorizado. Para Sargento Rodrigues, “o maior causador da revolta dos praças foi o arcaico rigor do Regulamento Disciplinar. O Regulamento propiciou abusos dos oficiais. Eles extrapolavam os limites que um ser humano pode suportar: eram prisões abusivas, interferências diretas na vida particular do praça da Polícia Militar. Com os oficiais não acontecia nada. Nós tínhamos um regulamento criado para ser aplicado apenas para os praças” (ibid., p.171-172). Os praças contraíam dívidas por causa do baixo salário, mas contrair dívidas era transgressão disciplinar (ibid., p. 163).

Já o Soldado Moisés, considerado pela imprensa líder do movimento de 1997 em Pernambuco, foi “sequestrado” e declarou ter sido torturado. Seu irmão acionou o Grupo “Tortura Nunca Mais”, uma entidade de defesa dos direitos dos torturados, mortos e desaparecidos políticos da ditadura civil-militar, mas o soldado associa seu torturador a um “terrorista”, “um Fidel Castro”, por causa de um charuto que fumava.⁷³⁷

De acordo com Costa e Medeiros, as polícias podem ser militarizadas em seis dimensões autônomas – organização, treinamento, emprego, controle, inteligência e justiça. Apenas a dimensão *controle* envolve subordinação direta às Forças Armadas. As demais dizem respeito a processos em que as polícias são indiretamente influenciadas por organizações militares (como os tribunais militares ou sistemas de inteligência), ou tomam as organizações militares como modelo, adotando códigos disciplinares, estratégias de emprego ou hierarquias militarizadas.⁷³⁸

Em Pesquisa CNI-IBOPE realizada em 2011⁷³⁹, 47% dos brasileiros entrevistados se declararam totalmente a favor da unificação das polícias civil e militar; 20%, parcialmente a favor; 12%, nem a favor nem contra (espontânea); 6%, parcialmente contra; 10%, totalmente contra. Em pesquisa realizada em 2009⁷⁴⁰, questionados sobre o modelo mais adequado para a realidade brasileira atual, 39,9% dos policiais militares brasileiros (42,1% dos praças e 15,8% dos oficiais) declararam que as Polícias Militares/Civis deveriam ser unificadas na forma de polícias estaduais civis e 19,5% (18,8% dos praças e 27,1% dos oficiais) declararam que as polícias deveriam ser unificadas na forma de polícias estaduais militares;⁷⁴¹ Como fatores que compunham as dificuldades de trabalho

⁷³⁷ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 97.

⁷³⁸ Apud MEDEIROS, Mateus Afonso. Aspectos institucionais da unificação das polícias no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 47, n° 2, 2004, p. 282.

⁷³⁹ Pesquisa CNI-IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública* – (outubro 2011). Brasília: CNI, 2011.

⁷⁴⁰ *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009.

⁷⁴¹ 15,0% (14,6% dos praças e 18,6% dos oficiais) defenderam a manutenção do atual modelo de polícia; 10,5% (9,8% dos praças e 18,7% dos oficiais), a implantação de polícias atuando conforme tipos de crimes; 7,1% (6,3% dos praças e 15,2% dos oficiais), a implantação de polícias atuando em circunscrição geográfica e 8,1% (8,4% dos praças e 4,7% dos oficiais) não tinham opinião formada sobre o assunto. No ciclo completo de policiamento as diferentes polícias atuam cada uma em áreas geográficas próprias ou de forma especializada, frente à natureza dos tipos penais. No Brasil, há uma divisão de competência entre as polícias que confere a cada uma delas metade do ciclo policial. Cabe às polícias militares o policiamento ostensivo de patrulhamento e preventivo e às polícias civis as funções judiciais de investigação (ibid., p. 14). Segundo os relatores da pesquisa, é possível que os policiais militares que preferiram a implantação de polícias atuando conforme tipos de crimes ou em circunscrição geográfica também preferissem o formato civil, uma vez que não foi perguntado se nesses modelos a polícia seria organizada de forma civil ou militar. Deve-se levar em conta ainda a possibilidade de outros modelos novos, não apresentados, serem implantados, como a

da polícia, 57,4% dos praças e 50,6% dos oficiais apontaram como muito importante a rivalidade entre as diferentes polícias.⁷⁴²

A mesma pesquisa mostrou, conforme visto no capítulo 4, que a maioria dos policiais militares rejeitou a subordinação das Polícias Militares ao Exército e o fim da Justiça Militar. Segundo os relatores da pesquisa de 2009, é preciso considerar que talvez parte dos policiais militares que rejeitou a organização militar o fez em virtude de aspectos específicos, que poderiam ser alterados sem que a organização fosse necessariamente descartada, como a hierarquia enrijecida, o regimento disciplinar, a violação dos direitos constitucionais dos policiais militares etc.⁷⁴³ A desmilitarização defendida por parte dos policiais militares, principalmente pelos praças, parece ter, de fato, motivos diferentes dos apresentados por intelectuais e militantes de direitos humanos que defendem a desmilitarização como forma de diminuir a violência policial e aumentar os instrumentos de responsabilização da Polícia Militar.⁷⁴⁴

A extinção da Polícia Militar é bastante criticada pelos deputados policiais militares, embora a unificação com a polícia civil seja admitida em alguns discursos da amostra. A desmilitarização é encarada por Olímpio Gomes como uma forma de retirar o que resta de garantias em relação à condição de aposentadoria especial. O deputado declara ter “muito orgulho” de dizer que é policial e que é militar e repudia “esse maldito discurso

municipalização da segurança pública e a desconstitucionalização do modelo policial, transferindo-se para os estados a responsabilidade e autoridade para definir o modelo policial mais adequado, respeitando-se requisitos mínimos (ibid., p. 16-17). Na pesquisa realizada em 2014 (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública), 23,0% dos policiais militares do Estado de São Paulo apontaram como modelo mais adequado à realidade brasileira a unificação das Polícias Militares com as Polícias Cíveis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e cíveis; 20,5%, a unificação das Polícias Militares com as Polícias Cíveis, formando novas polícias estaduais integradas (de ciclo completo) e militares; 16,5%, a criação de uma nova polícia, de ciclo completo, de caráter civil, com hierarquia e organizada em carreira única; 13,6%, a manutenção do atual modelo de polícias estaduais, sem alterações quanto à divisão de atribuições entre Polícia Militar (ostensiva) e Polícia Civil (judiciária); 6,4%, a criação de uma nova polícia, de ciclo completo, de caráter civil, com hierarquia e organizada em diferentes carreiras; 6,1%, a implantação de polícias com ciclo completo de policiamento, atuando cada uma delas, de acordo com os tipos de crimes; 4,8%, a implantação de polícias com ciclo completo de policiamento, atuando cada uma delas em uma circunscrição geográfica; 5,5% apontaram outro modelo e 3,6% não tinham opinião formada sobre o assunto.

⁷⁴² Na pesquisa de 2014 (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública), como fatores que compunham as dificuldades de trabalho da polícia, 5,5% dos policiais brasileiros apontaram como muito importante a desvalorização do papel do município na segurança pública e das guardas civis municipais; apenas 5,4%, a rivalidade entre as diferentes polícias e 72,7%, a falta de integração entre as diferentes polícias.

⁷⁴³ LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública. p. 16-17.

⁷⁴⁴ Sobre a defesa da extinção da Polícia Militar por um intelectual de esquerda, ver SAFATLE, Vladimir. Pela extinção da PM. *Folha de S. Paulo*, 24 jul. 2012.

de entidades internacionais de direitos humanos de dizer [que] porque tem o designativo militar está afastado, está alijado do compromisso de proximidade com a população”.

O deputado menciona a realização de uma pesquisa de público interno realizada em 1996 que revelou que 37,69% de 21.040 policiais militares preferiram a manutenção do nome “Polícia Militar”. A mudança de nome proposta pelo governador “goela abaixo” seria para “se formar marca política, ou então para manifestar o seu ranço pela instituição” (D23).⁷⁴⁵ Wilson Moraes declara-se, em entrevista a Juniele Rabêlo de Almeida, favorável à unificação e à desmilitarização da polícia, cita uma pesquisa por amostragem realizada em 1997 em que a maioria dos policiais militares de São Paulo optou pela militarização, provavelmente a mesma citada por Olímpio Gomes, e atribui o resultado ao receio deles de perder prerrogativas, como o regime previdenciário diferenciado.⁷⁴⁶ Celso Tanai, da mesma forma, ilustra a resistência organizada dos policiais militares à alteração do seu regime de Previdência (D24).

De acordo com Monet, um corpo de polícia único pode ser mais fácil de controlar, pois supostamente facilita a coordenação, ou menos fácil, pois o número de efetivos é bastante alto e o monopólio de poderes policiais pode conferir-lhe o domínio dos poderes políticos e uma força sindical poderosa.⁷⁴⁷ Já para Monjardet, os riscos inerentes à detenção

⁷⁴⁵ A partir do ciclo de protestos de praças de 1997, o debate sobre desmilitarização gerou, ainda naquele ano, um projeto de emenda à Constituição proposto por Mário Covas, então governador de São Paulo, que propunha a reestruturação dos órgãos de segurança pública, propondo a unificação das polícias. Em maio de 2005, o Senador Tasso Jereissati, que puniu severamente os envolvidos no movimento reivindicatório de 1997 no Ceará, subscreveu a PEC 21, que dá mais autonomia aos estados tornando possível a unificação das polícias civil e militar, desvinculando-a do Exército. Essa proposta coloca de um lado os praças, em sua maioria, a favor da desmilitarização e do outro, a maioria dos oficiais, que luta pela manutenção do sistema atual (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p.185-186). Diante da sucessão de movimentos reivindicatórios de praças da Polícia Militar em 1997, em nome do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o General Alberto Cardoso, ministro-chefe da Casa Militar, afirmou que quebra de disciplina e hierarquia obrigou a começar o processo de discussão sobre a desmilitarização da Polícia Militar e a criação de uma Guarda Nacional (ibid., p. 154).

⁷⁴⁶ “[...] eu acho que o profissional de segurança pública é um profissional de segurança pública; ele não é militar, então não tem que prepará-lo para a guerra, e sim para ser policial [...] Acho que essa opinião deles tem a ver com o hospital, tem a ver com a tradição, com a escola, com a questão dos 30 anos – que era um período em que se tentava aumentar para trinta e cinco anos, que a Polícia Civil „tirava” trinta e cinco anos. A Polícia Militar era 30 anos; a Polícia feminina era 25 anos, então o pessoal não queria perder essas prerrogativas, porque se passasse a ser uma Polícia desmilitarizada, com certeza perderia essas prerrogativas, então isso influenciou muito na época” (Apud ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 459).

⁷⁴⁷ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 98 et seq. No Congresso Nacional, por exemplo, a PEC 151/95 buscava reformar o sistema de Segurança Pública e foi relatada pelo deputado Alberto Fraga (PMDB-DF), coronel da Polícia Militar e presidente do Clube de Oficiais da PM do Distrito Federal. O projeto foi duramente criticado pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol-BR), que o tomou como um ataque direto à Polícia Civil (SADEK, Maria Tereza (Org.). *Delegados de polícia*. São Paulo: Sumaré/Fundação Ford, 2003. p. 109-111). A unificação das polícias é uma das principais controvérsias entre os policiais civis e os policiais militares. Assim se manifestou um dos delegados de polícia de São Paulo, em pesquisa de Cavalcanti:

da força são diminuídos quando ela é dividida, sendo, portanto, de boa precaução democrática cindir a polícia em vários aparatos distintos, de modo a que, se um deles falhar, sempre se possa dispor de outro. Além disso, se a polícia é dividida, cada fração é menos complexa e, portanto, mais fácil de dirigir.⁷⁴⁸

Olímpio Gomes, referindo-se ao episódio em que policiais militares enfrentaram policiais civis grevistas no Palácio dos Bandeirantes, em 2008, denuncia, assim, a forma como o governo divide a *família policial*, jogando a Polícia Militar contra a Polícia Civil e causando uma “guerra fratricida” por não “tratar com dignidade os policiais” (D25). O deputado rejeita a fala do Secretário Sidney Beraldo de que “o que está atrapalhando os vencimentos da Polícia Civil são os policiais militares”, para tentar “fazer irmãos romperem num momento em que termos um movimento harmônico e que vai chegar a se efetivar” (D26). Para o deputado, que reconhece a importância também das Guardas Civis Municipais e da Polícia Rodoviária Federal no contexto da Segurança e critica “alienados, eivados de corporativismo”, “a sociedade é daltônica em relação à Segurança, em quem a protege”, ou seja, não se interessa pela cor do uniforme do agente que o está protegendo (D27).⁷⁴⁹

Conte Lopes se opõe à extinção da Polícia Militar, mas aceita a unificação “se preservar o direito de todo mundo”. O deputado denuncia que, “à medida em que nós caímos e que a criminalidade cresce, que a população passa a descer da Polícia Civil como Militar, é um meio de vir com essas conversas de extinção” e que “há muita gente que, se pudesse, extinguiria a Polícia Militar e não sabe quem colocar no lugar, como o próprio ouvidor que critica a Polícia mas que tem os PMs fazendo sua segurança” (D28). Conte Lopes conclama os policiais civis e militares a estarem “cada vez mais ligados uns aos outros até nas nossas lutas”.⁷⁵⁰ Defende que um delegado ganhe bem como um promotor ou um juiz, mas também um capitão (D29).

“Embora a Polícia Militar tenha um lobby muito forte para manter seus privilégios e seja contrária à unificação das polícias, essa é a única saída para termos uma polícia forte, mais eficiente e menos corrupta, voltada para a sociedade” (CAVALCANTI, Rosângela Batista. Problemas e desafios da Polícia Civil: as percepções dos delegados. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). *Delegados de polícia*. São Paulo: Sumaré/Fundação Ford, 2003. p. 155).

⁷⁴⁸ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 294.

⁷⁴⁹ Cf. Projeto de Lei nº 395/2008, de autoria de Olímpio Gomes: Dispõe sobre o transporte gratuito de Agentes de Segurança Penitenciária em ônibus intermunicipal mediante compensação pelo Estado; Projeto de Lei nº 394/2008, de autoria de Olímpio Gomes: Dispõe sobre o transporte gratuito de Policiais Civis em ônibus intermunicipal mediante compensação pelo Estado.

⁷⁵⁰ Soldado Barbosa, um dos líderes dos protestos dos praças cearenses em 1997, expulso da corporação, declarou: “as Associações da Polícia Militar não ajudaram em nada, foi o sindicato da Polícia Civil que nos

A unificação das polícias é encarada por ele como algo positivo para a segurança pública e uma maneira de fortalecer politicamente os policiais, uma vez que uma polícia não seria mais jogada contra a outra pelo “mundo político”. Para o deputado, é a elite das polícias que apresentaria resistências à unificação (D30 e D31).⁷⁵¹ O deputado chega a dizer que infelizmente tem mais apoio da Polícia Civil do que da Polícia Militar (D32) e que defende na ALESP as duas corporações (D33).⁷⁵²

Ubiratan Guimarães, filho de um policial civil, se coloca como um representante das Guardas Municipais, tendo proposto, inclusive, projetos de lei que interessam especificamente a elas, conforme visto no capítulo 1.⁷⁵³ O deputado critica a divisão entre a Polícia Militar e as Guardas Metropolitanas e o corporativismo que o acusa de ter passado “para o outro lado” (D38). Ubiratan Guimarães indica contar com aliados na Polícia Civil, agradecendo policiais civis pelo apoio recebido no dia de seu julgamento pelo massacre do Carandiru (D39). Vale considerar, todavia, que, colocando-se também como representante das Guardas Municipais e defensor da Polícia Civil, Ubiratan Guimarães ampliava a sua base eleitoral e o apoio político nessas instituições.

Edson Ferrarini reconhece em representantes da Polícia Civil na ALESP aliados políticos (D40). O deputado, contudo, não expressa a sua opinião sobre a unificação das polícias na discussão sobre a criação da Guarda de Muralha, sob a justificativa de que se trata de assunto da esfera federal e não estadual (D41). Celso Tanauí declara defender a Polícia Civil e já ter sido escrivão de polícia (D42). Por fim, Wilson Moraes também

ajudou com cestas básicas” (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 93). Após sua libertação, os líderes da greve de praças de 1997 em Pernambuco foram ao Sindicato da Polícia Civil. Durante os dias de greve, as reuniões dos diretores da Associação de Cabos e Soldados aconteceram no sindicato da Polícia Federal, que cedeu o espaço (ibid., p. 99). Na Bahia, por sua vez, os PMs iniciaram articulações políticas na sede da Associação dos Cabos e Soldados com os policiais civis, que planejaram uma paralisação das suas atividades para o dia 8 de julho de 1997 (ibid., p. 119).

⁷⁵¹ Sobre as vantagens da unificação para a segurança pública, cf. MEDEIROS, Mateus Afonso, op. cit.; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio et al., op. cit., p. 36.

⁷⁵² Conte Lopes parece preocupar-se, no entanto, em afirmar a importância e o orgulho profissional da Polícia Militar, dizendo que se a “PM, com a força que tem, tem dificuldade para vencer o crime”, a Guarda Municipal não irá resolver o problema sozinha. Da mesma forma, compara os efetivos da Polícia Militar e da Polícia Federal para mostrar que a segunda não irá resolver o problema do crime organizado se a primeira tem dificuldades de combater (D34 a D37).

⁷⁵³ Projeto de Lei nº 466/2006: Dispõe sobre o transporte gratuito de Policiais Civis; Projeto de Lei nº 221/2006: Cria prisão especial para servidores públicos do Sistema Penitenciário; Projeto de Lei nº 131/2006: Dispõe sobre a gratuidade do transporte público administrado pelo Estado ou sob sua concessão aos integrantes das Guardas Municipais paulistas; Projeto de Lei nº 738/2005: Dispõe sobre a isenção do pedágio aos veículos pertencentes às Guardas Municipais dos municípios paulistas; Projeto de Lei nº 189/2004: Assegura aos Agentes de Escolta e Vigilância Penitenciária o transporte gratuito nos ônibus intermunicipais e trens sob a administração ou concessão do Estado; Projeto de Lei nº 9/2004: Dispõe sobre o transporte de ônibus e trens, gratuito e obrigatório, para Agentes de Segurança Penitenciária.

chama policiais civis de irmãos (D43) e coloca o seu mandato à disposição das duas polícias (D44 e D45).

2. O sindicalismo policial

Com o objetivo de apresentar uma imagem não partidária da nova polícia, para legitimá-la, até 1887 os policiais ingleses eram impedidos de votar. Apesar de emancipados em 1887, os policiais permanecem proibidos de ligar-se, ou filiar-se (e, até 1972, mesmo associar-se) a sindicatos externos, com base na ideia de que tais grupos pudessem impugnar sua imparcialidade política.⁷⁵⁴ Mais ainda que o sindicalismo operário, o sindicalismo policial cresceu com o avanço da democracia. O sindicalismo operário recebe existência legal na Grã-Bretanha em 1872, mas as últimas resistências a ele só caem em 1919, diante da pressão dos policiais que entram então em greve. O medo do comunismo, após a Revolução Russa, é o motivo pelo qual o compromisso feito com os policiais exclui sua adesão aos *Trade Unions*. Ademais, a autorização só se referia às organizações estritamente categoriais e apolíticas. A própria palavra *sindicato* foi banida da linguagem oficial.⁷⁵⁵

No Brasil, a Constituição de 1988 proibiu a greve e a sindicalização do militar em seu artigo 142, inciso IV. Também preocupou-se em despolitizar a Polícia Militar no inciso V do mesmo artigo, ao proibir a filiação a partidos políticos do policial enquanto em serviço ativo.⁷⁵⁶ Em pesquisa realizada em 2009, porém, 81,3% dos praças e 59,6% dos oficiais das Polícias Militares concordaram que todos os agentes de segurança pública deveriam ter direito à greve; 91,5% dos praças e 80,0% dos oficiais concordaram que todos os agentes de segurança pública deveriam ter direito a organizar-se em sindicatos.⁷⁵⁷

⁷⁵⁴ REINER, Robert, op. cit., p. 91-93.

⁷⁵⁵ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 149-150, 154-155.

⁷⁵⁶ Segundo Leôncio Martins Rodrigues, no Brasil as Forças Armadas deveriam ser incluídas entre os meios de recrutamento de lideranças políticas e no Brasil. No período imperial houve importante participação de militares no Poder Legislativo. Porém, a ampla participação de militares na política, mesmo em situação de normalidade constitucional, é sempre sinal de um sistema democrático instável e de fraca profissionalização da política (RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais 2009. p. 87, 97).

⁷⁵⁷ De todos os profissionais da segurança pública questionados, o apoio à greve e ao direito à sindicalização foi menor entre os oficiais da Polícia Militar, provavelmente devido a um apoio maior à hierarquia e à disciplina militares entre os que estão no topo da cadeia hierárquica de uma corporação militar. Dos policiais militares brasileiros, 39,7% dos praças e 43,6% dos oficiais declararam que tiveram seus direitos trabalhistas (pagamento do salário em dia, férias, 13º salário, pagamento de horas extras etc.) desrespeitados (quinta e

Conte Lopes lembra em um de seus discursos que o militar, ao contrário do “bandido que saía da cadeia”, não podia sequer votar antes da Constituição de 1988. O primeiro projeto que apresentou na ALESP teria sido uma moção à Assembleia Constituinte do Congresso Nacional para que os cabos e soldados tivessem direito a voto. A partir dessa conquista “muitas coisas melhoraram para os cabos e soldados e para a própria Polícia Militar”. O deputado atribui a ela a eleição dos deputados policiais militares, embora reconheça: “nem todos os nossos votos vêm da corporação, vêm de toda a sociedade, o que representa que a sociedade acredita no trabalho da Polícia Militar” (D46). Conte Lopes lamenta o fato de a sindicalização e a greve de policiais militares serem proibidas e de os grevistas expulsos dificilmente conseguirem outro emprego, pois “quando ele chega numa firma e diz que foi mandado embora da Polícia ninguém quer saber do camarada” (D47).⁷⁵⁸

Olímpio Gomes declara solidariedade às greves da polícia civil e convoca os familiares dos policiais militares e os inativos a aderirem às manifestações, já que os policiais militares estão proibidos (D48). O deputado coloca a população contra o

segunda maiores vitimizações, respectivamente, entre os profissionais de segurança pública (*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009). Em pesquisa realizada em 2014, 60,2% dos policiais militares do Estado de São Paulo concordaram totalmente com a regulamentação do direito à sindicalização e de greve dos policiais militares (LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública). Dos policiais militares brasileiros, 41,6% tiveram seus direitos trabalhistas desrespeitados (terceira maior vitimização).

⁷⁵⁸ No ciclo nacional de protestos de praças de 1997, a exclusão de 186 policiais mineiros gerou um movimento pela anistia. Com a vitória de Itamar Franco em 1998, foi dada a anistia, mas os praças foram enquadrados no Corpo de Bombeiros, que foi separado da Polícia Militar (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 74-76). Nenhum policial militar de Alagoas foi excluído, mas oficiais perderam promoções e os praças identificados pelo Serviço de Informação da PM foram presos por transgressão disciplinar (ibid., p. 84-85). No Ceará a imprensa tratou os grevistas como “baderneiros”. Alguns policiais estavam encapuzados nas manifestações, pois temiam represálias. O governo não negociou, os policiais militares foram excluídos e convocaram-se reservistas militares para contratação imediata. O policial considerado líder do movimento foi preso. O governador Tasso Jereissati contou com o apoio de FHC, que considerou os policiais grevistas desertores (ibid., p. 89-92). No Pará os praças da Polícia Militar também saíram encapuzados em passeata por melhores salários. O líder Cabo Élio foi o único excluído após o Conselho Disciplinar, após um ano. Em protesto, fez greve de fome em frente à Assembleia Legislativa durante cinco dias (ibid., p. 103-106). O cabo desabafou nesses termos: “Geralmente quem é expulso da Polícia Militar é quem comete erros ou falhas vergonhosas do tipo massacre, violência física, furto, roubo, estupro, etc. Sofri muito, pois todos pensavam que se um policial militar foi expulso, alguma coisa ruim ele fez” (ibid., p. 181). Na Bahia cinco dirigentes da Associação dos Cabos e Soldados foram excluídos após o Conselho Disciplinar. Porém, a diretoria já havia se precavido e assegurado, em ata, a permanência de possíveis excluídos em cargos na Associação. Cabo Pires foi reintegrado através de uma sentença judicial em 1999 (ibid., p. 121-122). No Rio Grande do Sul, preocupados com a PM2 (Polícia secreta da Unidade de Inteligência da PM), os policiais articularam estratégias coletivas para evitar o enquadramento em “crime de motim” (ibid., p. 137). No dia 13 de janeiro de 2010 o Presidente Lula sancionou a Lei nº 12.191 concede anistia a policiais e bombeiros militares que integraram o primeiro ciclo de protestos em 1997, bem como os movimentos posteriores (entre o primeiro semestre de 1997 e 2010) (ibid., p. 182).

governador e ao lado dos policiais, dizendo que o maior responsável pelo desencadeamento da greve é o primeiro e que não é a polícia que “está fugindo do seu compromisso, do seu pacto de sangue com a sociedade” (D49). Apesar de a greve ser proibida aos policiais militares, Olímpio Gomes se opõe a qualquer retaliação ou perseguição administrativa a um policial militar que participe do *movimento pela dignidade da família policial* (D50).

Edson Ferrarini, da mesma forma, é solidário à greve dos policiais civis, pede que a população fique do lado da polícia, pois também seria beneficiada com as conquistas do movimento grevista (D51), lamenta a proibição de greve e sindicalização dos policiais militares (D52) e defende a reivindicação pacífica (D53).⁷⁵⁹ Por outro lado, demonstra sua antipatia às associações que colocam “o carro de som na sala do prefeito”, ligadas a sindicatos e partidos políticos, e sua simpatia às que fazem a “política de resultados” (D54).

A proibição da greve de policiais militares pode ser contornada de algumas maneiras. Se a instrumentalização radical da polícia é o temor dos governantes e *dissidentes*, ela se choca com a capacidade dos policiais para *fazer corpo mole*, isto é, livrar-se das instruções que recebem. Todos os patrulheiros sabem dar uma pane em seus *walkie-talkies* ou rádios.⁷⁶⁰ Nos lugares onde lhes foi negado o direito legal à greve, a polícia recorre ao exercício de poderes informais, candidatando-se a cargos políticos, apoiando candidatos ou entrando em *greve branca*. Diminuem sua produção, emitindo, por exemplo, poucas multas de trânsito, que fornecem verba para o município, ou alegam que estão doentes, sofrendo da *gripe azul*.⁷⁶¹

⁷⁵⁹ Parte da população de Belo Horizonte apoiou o movimento dos praças de 1997 por meio de buzinaço, palmas e gestos de solidariedade (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 47). A imprensa mineira relacionou o apoio da população ao fato de os praças serem uma categoria marginalizada da sociedade, que reivindicava seus direitos como qualquer outra categoria (ibid., p. 62). Após o sexto dia, a mobilização em Pernambuco perdeu força, deixou de contar, principalmente, com o apoio da população e da imprensa (ibid., p. 100). Soldado Melo Irmão, líder dos praças sul-matogrossenses, pediu apoio a compreensão da população: “Usávamos o microfone para falarmos palavras de ordem e pedimos desculpa para a sociedade sul-matogrossense: explicamos que a nossa situação não era boa, que estávamos com quatro folhas de pagamento em atraso, estávamos reivindicando nossos direitos [...] Então, onde a gente passava havia concentração da população para nos aplaudir” (ibid., p. 132). No Rio Grande do Sul, a primeira greve em 160 anos da Brigada Militar também contou com o apoio da população (ibid., p. 135).

⁷⁶⁰ MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 91.

⁷⁶¹ REISS JUNIOR, Albert. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 105. No dia 28 de junho de 1997 os policiais militares da Bahia ameaçaram em carta endereçada ao governador Paulo Souto entrar em greve branca para que fosse atendida a proposta de reajuste salarial (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 118). O Soldado Lucas, do movimento contestatório do Rio Grande do Sul, indica algumas técnicas para que

Se a polícia não está disposta a aplicar as normas necessárias, os programas governamentais podem não ser bem-sucedidos, como no caso da proibição alcoólica nos Estados Unidos. Mesmo a insinuação de que o apoio policial é problemático pode ser suficiente para desencorajar iniciativas normativas. No outro extremo, a polícia pode enfraquecer as normas por meio de uma aplicação da lei cuidadosa demais, tão mecânica que desperta a fúria popular. Isso já aconteceu no caso das normas de trânsito nos Estados Unidos.⁷⁶²

Um episódio em que a Polícia Militar de São Paulo teria se rebelado por meio da omissão foi o da rebelião da Febem que ocorreu poucos dias após o massacre do Carandiru, em 1992. De acordo com Elói Pietá, deputado estadual do PT e membro da CPI do massacre da Casa de Detenção, a Polícia Militar havia retaliado o governo pelos afastamentos em seu comando. De polícia, havia se transformado “em política, procurando angariar adeptos na população”:

Sem dúvida que acabar com essa rebelião não era tarefa para a tropa de choque da Polícia Militar, armada de revólveres, recém-vinda do massacre da Casa de Detenção. Ela poderia ser resolvida por funcionários, seguranças e direção da Febem, até acompanhados de policiais militares sem arma de fogo. Mas a PM queria tudo ou nada. Ela queria entrar e comandar toda situação, segundo suas regras e métodos. Como não obteve esse cheque em branco, a PM fez então o nada. Não deixou entrar a tempo os bombeiros para apagar o fogo sob a alegação de que poderiam ser agredidos pelos menores. Como se os bombeiros, que são policiais militares, fossem um grupo de civis despreparados. Ficaria provado à opinião pública que os métodos usados na Casa de Detenção eram mais eficientes. Também era evidente na Febem a rebelião de parte dos funcionários contra a proibição vigente de métodos repressivos mais violentos na instituição. Por isso não colaboraram para sufocar a revolta, e aplaudiram a tropa de choque. O episódio da Febem põe a nu a imensa crise que vive o governo Fleury na área de segurança pública. Ele deu corda à violência crescente nas ações da Polícia Militar e agora, quando essa violência mortal desgasta o seu governo, a corporação quer declarar independência e se tornar governo de si própria. De polícia, a PM se transformou em política, procurando angariar adeptos na população. Cabe com urgência a todos os setores democráticos da sociedade fazer todos os esforços para que a PM volte ao controle do governo civil e sob o domínio da lei.⁷⁶³

os policiais comparecessem na passeata convocada: “Eu disse: ‘quem estiver de folga faça o possível para estar presente, e quem estiver trabalhando, existem desculpas boas para faltar [...] vamos doar sangue, fazer qualquer tipo de movimentação, mas não vamos trabalhar’” (ibid., p. 137). Além disso, parentes de policiais podem se manifestar em seu lugar, como ocorreu no movimento de 1997 no Piauí (ibid., p. 143).

⁷⁶² BAYLEY, David, op. cit., p. 211.

⁷⁶³ AS TRÊS rebeliões da Febem. *Folha de S. Paulo*, 28 out. 1992, p. 3-2.

Já na Virada Cultural de 2013, em São Paulo, conforme visto anteriormente, policiais militares teriam adotado a *operação padrão* em suposta represália a mudanças determinadas pela administração municipal na Operação Delegada.⁷⁶⁴ A *operação padrão* é reconhecida por Olímpio Gomes como uma forma que os policiais militares encontraram para pressionar o governo (D55).

Nos países em que os direitos sindicais foram conquistados pelos policiais, eles o foram arduamente e tardiamente, em relação aos outros assalariados, e ainda são restritos às vezes, principalmente o direito de greve. Por essa razão, os policiais desses países apresentam ainda um índice muito elevado de sindicalização, contrariando tendências de dessindicalização de outras categorias. O sindicato policial desempenha múltiplas funções, além de defender diretamente interesses profissionais. O sindicalismo policial apresenta em toda parte duas faces: o da reivindicação profissional e o da contestação sociopolítica. Conforme países e épocas, é uma ou a outra dessas orientações que predomina. Em contextos de endurecimento repressivo, o sindicalismo policial funciona como uma espécie de sismógrafo que lembra os governantes os limites que seria perigoso ultrapassar.

O sindicalismo policial divulga as reivindicações da categoria para obter apoio da opinião pública e pressionar o empregador, como todo sindicalismo, mas acaba, ao desempenhar essa função, preenchendo também uma função de publicidade “onde reina uma absoluta ausência de informação pública”. Os sindicatos policiais têm organizado campanhas bem sucedidas contra as comissões de investigação civil, dão apoio financeiro para a defesa de policiais processados criminalmente e mantêm grupos de influência nas assembleias legislativas.

O sindicalismo policial é produtor de projetos de reforma para a polícia, tratando de assuntos como condições de recrutamento, formação, qualificação dos policiais, modalidades de organização do trabalho etc. Esses projetos permitem aos próprios policiais criticar as disfunções policiais tais como são percebidas por eles e refutar a tendência que todo poder tem de naturalizar suas escolhas de polícia do momento. Um número crescente de policiais tem participado de comissões nomeadas *ad hoc* pelos governantes, desprovidos

⁷⁶⁴ Ajustes na Virada. *Folha Online*, 21 mai. 2013.

de *expertise*, para propor diagnósticos e remédios em relação à crise de segurança pública.⁷⁶⁵

A eleição de policiais militares reformados seria, portanto, uma forma de compensar a proibição de sindicalização dos militares. Para Olímpio Gomes, os deputados “ditos da Família Policial Militar” têm a obrigação de “gritar por quem não pode” (D56). Por outro lado, frustrado com sua impotência como parlamentar para melhorar as condições de trabalho dos policiais, declara querer debater um projeto “não como parlamentar, mas como policial”, que se sente “muito mais policial que parlamentar”, que não foi “um grande policial”, mas foi “melhor policial” do que é “como parlamentar” (D57).

A proibição de sindicalização dos militares no Brasil também fez com que os policiais militares se organizassem em associações, que, segundo Olímpio Gomes, são “a única forma de manifestação do policial militar para levar os seus anseios mais

⁷⁶⁵ MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 181 et seq., 248; MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 148 et seq. Como Juris e Feuille observam, os acordos no setor público de policiamento geralmente ocorrem num contexto muito mais político do que econômico. Policiamento é um serviço monopolizado, financiado por taxas que têm pouca conexão com o serviço prestado. Além do mais, o acordo é quase sempre determinado por cálculos políticos, ao invés do cálculo racional de custos e benefícios. Quando o principal sindicato das tropas do Departamento de Polícia de Nova York não conseguiu obter da cidade o controle sobre as horas de trabalho, obteve tal concessão pela legislatura estadual (Apud REISS JUNIOR, Albert. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 104-105). Na Itália, a polícia foi colocada sob o estatuto militar e o direito sindical foi proibido para os policiais até a reforma da virada dos anos 80. Assim como na Espanha, o movimento de liberalização é, em geral, conduzido por grupos de militantes muito politizados, que chegam a proclamar, como o Sindicato Unificado da Polícia, o principal sindicato de polícia espanhol, que o policial é “um trabalhador da segurança pública, o que o torna solidário à classe dos trabalhadores”. Já nos países onde a tradição sindical está bem ancorada, como Holanda e Irlanda, há a preocupação de evitar qualquer risco de politização e toda a atenção dos responsáveis sindicais recai nas questões corporativas. Na Alemanha, o principal sindicato de polícia, GDP, não se contenta em defender reivindicações corporativas. Durante os anos 70 e 80, concedeu uma atenção particular a tudo o que ameaçava isolar os policiais da população. Nesse sentido, fez várias campanhas para fazer desaparecer certos traços que recordavam a influência do militarismo prussiano sobre a polícia alemã. Do mesmo modo, o sindicato se opôs a dar aos policiais o status de combatentes, defendendo que a polícia não devia ser vista como o braço secular do Estado, mas como um serviço à disposição do público, indispensável ao funcionamento de uma sociedade democrática. Diante da explosão de manifestações e protestos na década de 80, o presidente do principal sindicato de polícia alemão declarou: “Nós somos o bastião dos políticos, e já nos cansamos disso”. Na França, para contornar a falta do direito de greve, policiais europeus buscaram meios de pressão alternativos para fazer as autoridades atender às suas reivindicações, como manifestações públicas, que muitas vezes transcendem a reivindicação profissional e ganham colorações políticas (MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 150-151, 154-155, 305-306; MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 181-182). A capacidade integradora do sindicalismo ultrapassa amplamente a das autoridades políticas ou das hierarquias policiais. “Além das vantagens materiais muito importantes, o sindicalismo desempenhou um papel condutor na afirmação de certa concepção do profissionalismo policial – mesmo que esse papel seja constantemente ameaçado de derrapar na defesa e ilustração de um corporativismo puro e simples” (MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 148). Para evitar conflitos com os policiais, as autoridades pouco a pouco estabelecem estruturas paritárias para participar tanto na gestão das carreiras como nas discussões sobre a organização dos serviços e os métodos de trabalho (ibid., p. 152).

legítimos”.⁷⁶⁶ Por essa razão, defende que as entidades policiais militares sejam fortalecidas e que seja trocado “o dirigente que não serve”, não a entidade, e que exerçam pressão sobre os congressistas, apoiando os policiais militares eleitos deputados chamando “a atenção do País de todas as formas que a democracia e a legalidade permitem para demonstrar o que acontece com a polícia brasileira”.

O deputado conta que, até a Constituição de 1988, as associações “nem podiam ter a denominação de Associação, porque não teriam o caráter de sublevação da ordem” (D58, D59 e D60). Além de mobilizarem os policiais militares, as associações de policiais militares acabam desempenhando funções assistenciais que caberia ao Estado desempenhar, como assistência médica e jurídica. Essa função assistencial é apontada por Conte Lopes (D61), Edson Ferrarini (D62), Wilson Morais⁷⁶⁷ e Olímpio Gomes (D63 e D64).⁷⁶⁸

De acordo com Juniele Rabêlo Almeida, a dificuldade de se compatibilizar o princípio da igualdade e o direito de participação, inerentes à democracia, com a disciplina e hierarquia militares tornou possível a emergência de movimentos grevistas no seio da corporação policial militar em 1997, que também foi facilitada pelo maior grau de escolaridade dos praças, pelo direito ao voto, pela organização dos policiais militares em clubes e associações e pela politização e presença feminina.⁷⁶⁹ Os policiais militares se apropriaram da greve sem, contudo, abandonar o arsenal militar que lhes revela identidade, exibindo em suas manifestações aspectos tipicamente militares (armas, tiros, fardas, hinos

⁷⁶⁶ Na opinião de Paulo de Mesquita Neto e Fernando Salla, as associações de policiais têm um caráter muito mais sindical do que profissional, visando defender os interesses particulares de seus integrantes mais do que a desenvolver a competência e responsabilidade de policiais e das polícias (NETO, Paulo de Mesquita; SALLA, Fernando. Uma análise sobre a crise na Segurança Pública de maio de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 68, 2007. p. 335). Cf. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 192.

⁷⁶⁷ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 454.

⁷⁶⁸ Em 2009, 34,1% dos praças e 30,0% dos oficiais declararam que foram vítimas de desconsideração quanto ao seu direito à assistência médica e/ou odontológica (maior e quinta maior vitimizações, respectivamente). Em 2014 35,2% dos policiais militares brasileiros declararam que foram vítimas de desconsideração quanto ao seu direito à assistência médica e/ou odontológica (maior vitimização). Apesar de a natureza do trabalho da Polícia Militar a colocar frequentemente em situações de conflito em que, de forma justificada ou não, constrange ou usa de violência contra pessoas, dando ensejo a possíveis processos, a corporação, por exemplo, não oferece aos seus integrantes, via de regra, apoio jurídico, menos ainda em procedimentos administrativos. Os policiais correm ainda o risco de serem alvo de denúncias às corregedorias e ao Ministério Público em virtude de disputas políticas dentro da corporação (*O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça – SENASP/PNUD, agosto de 2009. p. 57). A associação, ao contrário do clube, representa o policial militar do ponto de vista jurídico-institucional (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 68). Além disso, praças apontam que as associações possibilitam sua organização política e reivindicar e que há clubes que sempre foram “braço do oficialato, dos coronéis” (ibid., p. 167-168).

⁷⁶⁹ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 28, 167, 194.

e outros elementos presentes na formação do PM) e elementos caros às ações grevistas “paisanas” (queima de contracheques, minuto de silêncio em memória de colegas mortos em serviço, orações, faixas, músicas de protesto e palavras de ordem).⁷⁷⁰

Já o ano de 1998 teria marcado “o início de uma ,nova forma de ação” no repertório de ação coletiva dos praças da Polícia Militar: a atuação no legislativo”.⁷⁷¹ Emergiram do movimento reivindicatório de 1997 lideranças políticas dos praças e daí um poder político paralelo ao poder do Alto Comando. Cabo Júlio, líder dos praças mineiros, por exemplo, estava excluído da Polícia e foi procurado por partidos políticos por causa da visibilidade que havia ganhado. O cabo afirma que nunca havia pensado em ser candidato. Foi o deputado federal mais votado por Minas Gerais em 1998, superando Aécio Neves. Sargento Rodrigues, outro líder dos policiais militares mineiros, foi eleito deputado estadual.⁷⁷²

Os policiais mineiros entrevistados por Lúcio Alves de Barros referendam essa visão de que 1997 e 1998 são pontos de virada, de alteração na correlação de forças, para praças da Polícia Militar. Após 1997 teria diminuído a possibilidade de o comando exercer “controle autoritário” sobre o pessoal comandado, pois tornou-se comum os policiais procurarem os deputados para a solução de problemas no interior da corporação e oficiais de baixa patente, que comandam companhias, temem retaliações políticas, conchavos e produção de acontecimentos que possam colocar em xeque o comando. Os praças afirmam se sentir “mais cidadãos”, pensam estar “melhor representados”, “próximos ao governador” e acreditam “poder contar com os deputados em caso de problemas vividos na

⁷⁷⁰ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 23-24, 192. Os militares acabam dividindo-se entre a continuidade do respeito à ordem e o inconformismo de trabalhador desamparado (ibid., p. 178).

⁷⁷¹ Ibid., p. 77.

⁷⁷² Loc cit. O líder da Associação dos Oficiais Militares de Alagoas – ASSOMAL, Major Paulo Nunes, que assumiu o comando do movimento em Alagoas, foi posteriormente eleito deputado estadual pelo PT (ibid., p. 79). Em Pernambuco, o Comandante da PM, Coronel Menezes, iniciou, em 1997, uma campanha para valorização das Entidades Representativas, com intenção – clara para a tropa – de se candidatar a deputado estadual (ibid., p. 96). O Soldado Moisés, considerado líder do movimento pela imprensa, com grande exposição, ajudou a construir a Associação dos Cabos e Soldados e foi posteriormente eleito deputado federal em 1998 (ibid., p. 16, 97, 99). No Pará, após sua exclusão da Polícia Militar, Cabo Élio saiu candidato a deputado federal, e Capitão Ivanildo a deputado estadual, sendo um dos deputados mais votados e tendo se eleito. Cabo Élio, apesar de votação expressiva, não conseguiu se eleger. Segundo o Cabo, “nunca elegemos, em Belém, um praça; elegemos só oficial” (ibid., p. 107). Na Paraíba, o líder Sargento Denis era advogado e suplente de vereador pelo Partido Verde e elegeu-se deputado estadual (ibid., p. 114). No Piauí o Cabo Santiago candidatou-se a deputado estadual pelo PDT em 1998, mas não foi eleito. Atribui sua derrota aos ciúmes de alguém que teria começado a falar mal do seu nome nos quartéis. Nenhum praça foi eleito naquele ano. Para os policiais entrevistados por Juniele Rabêlo de Almeida, contudo, o principal erro de Santiago foi sair candidato ao lado do governador “Mão Santa”, que contava com baixa aceitação da categoria policial militar (ibid., p. 147).

rua ou no quartel”. Após as eleições de 1998, em que os deputados policiais militares mostraram uma grande força eleitoral, aumentou o poder de negociação dos policiais militares mineiros. Mais de uma vez, o Governador Itamar Franco foi obrigado a negociar aumentos salariais com os deputados eleitos pelos praças e oficiais. O capital político conseguido por eles – que se apegam à imunidade parlamentar – tem modificado a agenda política da segurança pública e, por ressonância, o cotidiano policial.⁷⁷³

Policiais militares como Conte Lopes e Edson Ferrarini já eram eleitos antes de 1998. Não se pode negar, porém, que muitos deputados policiais militares, incluindo Celso Tanai, Wilson Morais e Olímpio Gomes, são oriundos justamente de clubes e associações, nos quais se politizaram e tornaram-se lideranças políticas. O próprio Olímpio Gomes narra que frequenta a ALESP desde que era diretor institucional da Associação dos Oficiais da Polícia Militar, muito antes de se tornar um parlamentar (D65). Conte Lopes chama os policiais militares, principalmente os da ativa, para acompanharem de perto o trabalho dos deputados estaduais na ALESP (D66). Edson Ferrarini, por sua vez, aponta o papel das associações na mesa de negociação com o governo, para levar as reivindicações dos policiais militares (D67). Nesse sentido, Celso Tanai indica que as associações podem evitar greves (D68). Aos poucos, as associações tornaram-se depósitos de reclamações e, de uma forma ou de outra, têm interferido, muitas vezes em conjunto com os deputados, nas políticas internas de escolha do comando da corporação.⁷⁷⁴ Para Wilson Morais, o mandato parlamentar confere mais poder ao dirigente de associação:

O fato de ter uma representatividade no Legislativo, com certeza, gerou melhorias para os policiais militares. Ser presidente de uma entidade de classe é uma coisa, o governador pode até te ouvir, mas outra coisa é você ter um mandato parlamentar. Como deputado, eu pude votar nos projetos de interesse da categoria. É preciso ter uma moeda de troca. Por exemplo, se eu fosse só o presidente da Associação de Cabos e Soldados, no período de 1999 a 2003, eu não teria conseguido o plano de carreira dos cabos e soldados; não teria conseguido a verba de dezesseis milhões para reformar o Hospital Militar; não teria conseguido ter construído cinco mil e quinhentas casas para os policiais militares; não conseguiria a lei que criou o dia da policial feminina; a lei que criou o dia do policial deficiente físico.⁷⁷⁵

⁷⁷³ BARROS, Lúcio Alves de. *Polícia e sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, Programa de Doutorado em Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2005. p. 207-209.

⁷⁷⁴ Loc cit.

⁷⁷⁵ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 460.

A relação política dos deputados policiais militares com as entidades representativas da Polícia Militar, no entanto, nem sempre são harmoniosas. Alguns dirigentes de associações são acusados por Olímpio Gomes de serem *pelegos*, ou seja, de “se venderem” para o governo para desmobilizarem os policiais (D57 e D69). Segundo o deputado, além de os funcionários do sistema prisional afastados para defenderem a categoria em sindicatos não terem direito a adicionais (D70), uma das formas de o governo cooptar os dirigentes das associações representativas dos policiais militares consiste em negar o afastamento legal de policiais da ativa de suas funções, obrigando-os a incorrer em atos de improbidade administrativa ao receber sem trabalhar e sujeitando-os, dessa forma à chantagem. Essa prática seria uma forma de deixar os representantes “prostrados”, “diminuídos”, “na certeza de que jamais irão se fomentar lideranças, até para se tornarem lideranças políticas no seio da família policial militar” (D60).⁷⁷⁶ O ciclo de protestos de praças de 1997 demonstrou, por sua vez, como muitas das Associações de Cabos e Soldados sofriam de uma crise de representatividade. Os dirigentes temiam perder o controle sobre policiais mais radicais e houve disputas de lideranças.⁷⁷⁷

⁷⁷⁶ Cf. Projeto de Lei Complementar 3/2010, de autoria de Olímpio Gomes: Autoriza o Poder Executivo a permitir o afastamento de policiais militares do cargo público para exercer mandato como dirigente de entidade representativa de classe; Projeto de Lei Complementar 24/2000, de autoria de Wilson Moraes: Estabelece a concessão de licença para desempenho de mandato em associação, clube, federação ou confederação a servidores civis e militares da administração direta, indireta, autárquica e fundacional e empresas públicas.

⁷⁷⁷ Policiais narram que o movimento dos praças de Minas Gerais em 1997 foi espontâneo. No começo as entidades de classe foram rejeitadas pelos policiais. Posteriormente, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio assumiram a liderança (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 45). O Alto Comando da PM e o governador apoiaram a liderança do Cabo Julio, evitando o fortalecimento de praças considerados “radicais”, como o Cabo Maurício (ibid., p. 63). Rodrigues e Júlio, em suas ações e discursos, valorizavam a ordem, a calma e a prudência. Na primeira comissão de negociação em 1997 a Associação foi rejeitada. Na segunda, integrou por determinação do Comando (ibid., p. 66-68). No Ceará, o presidente da Associação dos Cabos e Soldados convocou uma manifestação, mas quando a aglomeração chegou, quis abandonar (ibid., p. 88-89). Na Paraíba, parte dos líderes das entidades representativas da PM aceitou o reajuste oferecido pelo governo, que foi rejeitado pelos manifestantes, sob a liderança do Sargento Denis. Os representantes ficaram com medo de perder promoções. A comissão foi destituída pelos manifestantes (ibid., p. 112-113). No Mato Grosso o movimento policial militar foi marcado por disputas de lideranças: de um lado o Sargento Delgado, presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PMMT; do outro lado o Cabo Nonato. Enquanto o primeiro negociava com o Comando-Geral, o segundo negociava diretamente com o governador (ibid., p. 124-126). No Rio Grande do Sul o Soldado Moraes, presidente da Associação dos Cabos e Soldados, não acompanhou a passeata, não apoiou a manifestação pública e foi considerado traidor. A Associação perdeu credibilidade e sócios. O Soldado Moraes, juntamente com o presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos e dois deputados (José Gomes/PT e João Osório/PMDB), decidiu encerrar a greve, visto como traição. O movimento continuou por mais dois dias, sob a liderança do Cabo Ademar, de outra associação recém-criada (ibid., p. 138-139). No Piauí Cabo Jarbas pediu para os PMs aceitarem a proposta de reajuste, com medo do que poderia ocorrer com o governador, que discursou para os policiais na praça (ibid., p. 145). No dia 22 de julho de 1997 ocorreu, em desacordo com o desejo da Associação de Cabos e Soldados, uma

Wilson Moraes, deputado governista e presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar de São Paulo e da Associação Nacional das Entidades Representativas de Cabos e Soldados das Polícias Militares e Bombeiros Militares, apesar de reconhecer que o salário dos policiais militares paulistas é abaixo da média de vários estados, se posiciona em seus discursos contra o movimento grevista, apoiando o governo e alegando que a greve prejudicaria a população, deixando-a “desamparada” (D71). Os movimentos reivindicatórios de outros estados, em agosto de 2000, foram invocados para convencer o governo paulista a aumentar os salários dos policiais e foi lembrado que em 1997 a greve de praças de Minas Gerais desencadeou um movimento nacional em *efeito dominó* (D72).⁷⁷⁸ O deputado viajou, inclusive, em junho de 2001, a outros estados da federação para servir de ponte entre movimentos reivindicatórios de policiais militares e governos, de maneira a evitar greves.⁷⁷⁹ No mesmo ano, fazia apelos a todos os governadores e ao Presidente da República para reverem o salário e a condição de trabalho dos policiais militares, “mostrando a gravidade da situação da segurança em todo o país” (D73).

Em 1997 não ocorreram manifestações públicas de policiais militares em São Paulo. No dia 21 de julho de 1997, os policiais civis e as mulheres dos policiais militares de São Paulo realizaram uma passeata conjunta pelo centro da cidade. Entretanto, o movimento ficou aquém das expectativas das entidades representativas. A imprensa noticiou que a chuva atrapalhou a passeata. Wilson Moraes era contra a greve e negociou diretamente com Covas um aumento para cabos e soldados. A “negociação vitoriosa” gerou, em 1998, a convite de Covas, a candidatura de Wilson Moraes a deputado estadual pelo PSDB. Assim como Cabo Júlio, Wilson Moraes declara que “não tinha pretensão nenhuma de sair candidato a cargo partidário”.⁷⁸⁰

passeata de policiais militares em Goiânia. Os policiais ficaram revoltados com o anúncio do acordo firmado entre os representantes das associações e o governo. Mantiveram a paralisação e ameaçaram destituir os presidentes da Associação dos Cabos e Soldados e da Associação dos Sargentos e Subtenentes. Soldado Gilberto, presidente da Associação, disse que os rebeldes não estavam seguindo a orientação das entidades representativas, promovendo atos de vandalismo e agredindo jornalistas (ibid., p. 151-153).

⁷⁷⁸ Catorze estados integraram, no ano de 1997, o ciclo nacional de protestos: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Sul (ibid., p. 14). O ciclo de protestos de 2001 envolveu Pernambuco, Bahia, Goiás, Tocantins, Distrito Federal, Alagoas, Paraná e São Paulo (ibid., p. 193).

⁷⁷⁹ Ibid., p. 458.

⁷⁸⁰ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 19, 156-158.

Em 1997, além de o governo ter concedido aumento para os policiais, foi firmado um convênio entre o governo do Estado, a Caixa Econômica Federal e a Associação de Cabos e Soldados para a construção de habitações para policiais militares e civis (D74). De certa forma, verifica-se, com esse “sindicalismo de resultados”, um processo de cooptação de lideranças policiais pelo governo, haja vista que Wilson Moraes sempre se posiciona contrário a greves e defende o governo em seus discursos na ALESP, apostando em sua boa vontade e nas negociações. Entre os motivos alegados para ter negociado com o governador em 1997 e evitado a greve, citou o medo de perder o controle dos milhares de policiais militares do estado e o prejuízo que a população teria para a sua segurança. Por outro lado, criticou o presidente que o antecedeu na associação por não “trabalhar muito a parte da reivindicação”. Segundo Wilson Moraes, ele não foi reeleito em 2002 porque Alckmin não cumpriu os acordos que havia firmado com Covas.⁷⁸¹

3. A aliança de policiais militares com os movimentos sociais

Evidências sugerem que, tanto política quanto moralmente, conforme visto no capítulo 3, os policiais tendem a ser conservadores. Em parte isso se deve à natureza do seu trabalho. Os *clientes* rotineiros da polícia são originários das camadas mais baixas da ordem social, o que não significa que o controle dos elementos marginais não goze de apoio até de membros politicamente conscientes da classe trabalhadora. A polícia tem sido rotineiramente empurrada contra o trabalhismo organizado e contra a esquerda, a fim de manter a ordem pública. Além disso, a polícia sempre foi uma organização hierárquica altamente disciplinada e o policial com pontos de vista mais conservadores está mais apto a se adaptar nela.

A polícia, no entanto, encontra-se em uma situação contraditória, pois a maior parte dos policiais é originária da classe trabalhadora e seus protestos a respeito de salários e condições de trabalho, ditados pela ponderação fiscal e política, geraram militância e organização de sindicatos semelhantes aos de outros trabalhadores. A *desradicalização* do policial não foi automática, portanto, mas teve de ser construída e continuamente

⁷⁸¹ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 455-457. Em 1988, com a ajuda de Conte Lopes, que já era deputado, Wilson Moraes negociou para impedir a invasão do serviço reservado da Polícia Militar por patrulheiros. No entanto, foi preso acusado de incentivar a invasão e Conte Lopes testemunhou a seu favor para não ser expulso da corporação (ibid., p. 459-460).

reconstruída.⁷⁸² A polícia norte-americana, assim, nem sempre atuou contra o movimento grevista. Ela era imprevisível na sua habilidade de controlar as greves e algumas vezes os grevistas ganhavam sua simpatia, como em Homestead, na Pennsylvania, em 1892.

A polícia ficou do lado dos trabalhadores principalmente em cidades menores, onde o orçamento da polícia dependia dos impostos pagos pelos trabalhadores, onde os policiais quase sempre eram aparentados com os grevistas ou tinham vindo da mesma associação trabalhista, onde os partidos trabalhistas sempre ganharam poder político considerável e tornaram a polícia uma parte de sua máquina política. Já nas cidades maiores os policiais não conheciam ou estavam relacionados com os grevistas, sendo menos cordiais com eles. Onde a polícia se recusou a intervir, os capitalistas fizeram uso de milícias privadas para reprimir movimentos grevistas.⁷⁸³

É compreensível que a polícia se recuse a reprimir trabalhadores, se adotar a dicotomia que contrapõe *trabalhador* a *bandido* ou *vagabundo*. A carteira de trabalho no Brasil, inclusive, durante muito tempo foi o passaporte para se livrar de *blitzes*. Entretanto, para o pensamento conservador, o trabalhador grevista, ainda mais quando causa tumultos, passa a ser visto como *vagabundo*, e, portanto, *bandido*, tanto que a greve já foi criminalizada no Brasil pelo Código Penal de 1890, em seu artigo 206.⁷⁸⁴ Wilson Moraes, o deputado policial militar do PSDB, felicita Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo nos anos 70, quando o deputado era metalúrgico, por sua eleição em 2002 (D75).⁷⁸⁵

⁷⁸² REINER, Robert, op. cit., p. 146.

⁷⁸³ Cf. MONKONNEN, Eric. História da polícia urbana. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 585, 592 et seq. De acordo com Nils Christie, a distância social “aumenta a tendência de atribuir a certos atos o significado de crimes, e às pessoas o simples atributo de criminosas” (CHRISTIE, Nils, op. cit., p. 13). Para Reiss Junior, por exemplo, os jovens policiais que cursaram estudos superiores nos anos 60 e 70 consideram a manutenção da ordem dos dissidentes de maneira diferente da maneira dos policiais que não cursaram, não tanto por causa da educação universitária, mas pelo contato diário com estudantes (REISS JUNIOR, Albert. *Polícia y comunidade*. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983. p. 190). Cabo Élio, apontado como principal líder do movimento de praças no Pará em 1997 concluiu o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará naquele mesmo ano (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 103). Já Wilson Moraes começou a se interessar em disputar a Associação dos Cabos e Soldados ao mesmo tempo em que disputou o Diretório Acadêmico de sua Faculdade de Direito (ibid., p. 453).

⁷⁸⁴ Nilo Batista lembra que, para não serem presos por vadiagem, os brasileiros pobres deveriam arranjar rápido um emprego e desfrutar do salário mínimo (punidos ou mal pagos). Depois que já estão trabalhando, “nada de greves para discutir o salário, porque a polícia prende e arrebeta (punidos e mal pagos)” (BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990. p. 38 et seq).

⁷⁸⁵ Cf. também ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 435.

Já o discurso de Conte Lopes em relação à repressão da Polícia Militar a movimentos sociais é ambíguo. Apoia manifestações na ALESP de estudantes e de professores, “o bem maior que um país pode ter”, e diz que a polícia não pode “reivindicar nada” e “por isso que os policiais de São Paulo são os que recebem os piores salários no Brasil”. Conta que atuou na greve dos metalúrgicos do ABC de 1978, quando conheceu e entrou em conflito com Lula. Alega que a polícia atua em manifestações de estudantes e greves e desaloja pessoas em invasões por ser obrigada a cumprir ordens, pois “ordem é para ser executada, não para ser discutida”, que “a Polícia Militar segue o Código Penal Militar” e “se o policial não cumprir uma ordem, de um juiz, ele vai para a cadeia”.

O deputado assume que a “polícia inclusive não gosta de atuar em manifestações”, que “todas as ações envolvem coisas chatas, que o próprio policial não quer”, pois às vezes o policial “não tem nem onde morar”. Sinal de que policiais militares “cumprem ordem” é que, em uma votação, deram segurança para os “Deputados que aumentavam a cobrança na Previdência dos policiais militares”. Uma das razões para a criação da nova polícia na Europa, no século XIX, era o fato de ela responder melhor à autoridade civil do que o Exército, que em algumas ocasiões se recusou a reprimir trabalhadores.⁷⁸⁶ No entanto, Conte Lopes defende o militarismo e a hierarquia para garantir o cumprimento das ordens pelos policiais.

Fica clara a instrumentalização da polícia como bode expiatório quando o deputado sustenta que não é o policial militar que deve ser convidado para ser ouvido na Comissão de Constituição e Justiça, mas “o Juiz de Direito que deu a ordem”. Por outro lado, defende a ação da Tropa de Choque e o uso do armamento não letal, que evita a morte de pessoas, como as ocorridas no massacre de Eldorado dos Carajás. Afinal, “é muito melhor que a criança cheire o gás lacrimogêneo, do que o policial dar tiro”.⁷⁸⁷ Da mesma forma, critica a suposta utilização de mulheres e crianças em protestos “para que a ação da polícia saia na imprensa como se tivesse sido desastrosa”. Segundo o deputado, na época das greves do ABC a Tropa de Choque “dava porrada”, mas também levava “pedrada e paulada” (D76 a D82).

⁷⁸⁶ MONKONNEN, Eric. História da polícia urbana. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003. p. 579; MONET, Jean-Claude, op. cit., p. 66-67.

⁷⁸⁷ O então governador do Pará, Almir Gabriel, que enfrentou problemas com a sua Polícia Militar no episódio de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, cedeu em 1997 à pressão dos policiais militares grevistas e concedeu o abono pedido (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p.105).

A liberdade de manifestação, pelo menos dentro da ALESP, parece ser apoiada por Conte Lopes, contudo, conforme atenda ou não os seus interesses políticos, demonstrando que o apego do deputado à lei e ao Regimento é condicional. Em um caso, pede aplausos dos presentes nas galerias à sua fala (D83). No segundo, adverte os manifestantes, alegando que o Regimento impede os presentes de “aplaudir ou reprovar o que se passa no plenário” (D84). Ubiratan Guimarães, por sua vez, diante de manifestantes na Assembleia, prefere não levantar a sessão e evacuar as galerias, caso necessário (D85).

Assim como Conte Lopes, Otoniel Lima defendeu a Polícia Militar em um episódio de reintegração de posse ocorrido em Limeira e reclamou que quando vem uma ordem da Justiça para a Polícia Militar fazer uma reintegração a segunda sempre acaba sendo culpada pelo ocorrido. Solicitou ao Comandante da Polícia Militar da cidade “todo o levantamento que foi feito, dos armamentos apreendidos (*sic*) no acampamento, do ocorrido”, para que pudesse apresentar relatório em defesa da Polícia Militar do Estado de São Paulo, afirmando que muitas das famílias do acampamento não eram de Limeira. Para o deputado, “é lógico que a prefeitura tem que dar um amparo para as famílias que são de Limeira”, mas também tem que dar “segurança ao trabalho da nossa Polícia Militar de Limeira, para que se esclareça o que realmente aconteceu naquela situação” (D86).⁷⁸⁸

Olímpio Gomes é o deputado policial militar que demonstra possuir laços mais fortes com o sindicalismo e a defesa dos direitos trabalhistas. O deputado lembra que “o policial militar também é um trabalhador, e um trabalhador diferenciado, que dá a vida em defesa da sociedade”, e que o PDT, seu partido, é um partido que “que nasceu e luta pela defesa do trabalhador brasileiro” (D87). Critica demissões na Eletropaulo e aprova o estado de greve demandado pelo Sindicato e a União Geral dos Trabalhadores (D88), solidariza-se às demandas do Sindicato dos Comerciários. Para Olímpio Gomes, “se os órgãos públicos, em muitas situações, ainda se encontram adormecidos, os sindicatos, suas centrais, nossos representantes das classes trabalhadoras sabem o que querem e os objetivos a ser alcançados para o bem-estar e crescimento do nosso país” (D89).

Assim como comparece na manifestação de professores com o deputado do PSOL Carlos Giannazi, considerado “um dos maiores lutadores da Educação nesta Casa”, que tem também “uma série de projetos focados em prestigiar a família policial”, Olímpio

⁷⁸⁸ Projeto de Lei nº 1179/2007, de autoria de Otoniel Lima: Proíbe manifestações, em rodovias estaduais e em vias públicas, que ponham em risco a segurança das pessoas e que causem danos ao patrimônio público e privado.

Gomes convida os professores, “igualmente sofridos”, a se incorporarem ao movimento de associações de policiais de protesto contra “a política de segurança e a política de recursos humanos implementada pelo Imperador José Chirico Serra” (D90).

No ciclo de protestos de 1997, em alguns estados os praças contaram com o apoio do MST, da CUT e de deputados do PT.⁷⁸⁹ No Rio Grande do Sul, os policiais militares marcharam cantando *Pra não dizer que não falei das flores*, hino da esquerda de resistência à ditadura civil-militar.⁷⁹⁰ O risco de a Polícia passar a ser controlada pela CUT, pelo PT e até pelo MST é, aliás, um dos principais argumentos da cúpula da Polícia Militar no combate à desmilitarização.⁷⁹¹ O sucesso parcial dos movimentos de policiais grevistas, em doze estados, estimulou um efeito dominó de servidores públicos estaduais pelo país, em especial os professores estaduais. A CUT avaliou, em nota oficial, que os governadores que deram reajustes para policiais não teriam como negar para outras categorias às vésperas de um ano eleitoral.⁷⁹²

Edson Ferrarini, da mesma forma como Conte Lopes, declara que os policiais militares não gostam de reprimir manifestações de professores, até porque “o soldado que lá está, está morrendo de fome tanto quanto os professores”, “todos eles agredidos pelo governador Mário Covas”. A ideologia da direita popular, que exige um Estado forte no terreno econômico, social e penal, fica evidente quando o deputado diz que os policiais

⁷⁸⁹ Em São Paulo o protesto das mulheres de PMs teve apoio do MST e da CUT (ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 23). Em Alagoas as lideranças do movimento policial militar participaram de uma assembléia, liderada pela então deputada estadual Heloisa Helena, para definir as ações estratégicas do movimento (ibid., p. 81). A greve no Ceará foi deflagrada com o apoio de lideranças sindicais e parlamentares (ibid., p. 90). No Pará, o Capitão Ivanildo Ferreira Alves, vereador do PSB, defendeu os praças e acusou o Comando de “aquartelar” os policiais para evitar que eles participassem da manifestação (ibid., p. 104-105). Na Paraíba a Comissão Pastoral da Terra distribuiu aos policiais militares alimentos oriundos dos acampamentos de sem-terra e das áreas de assentamento (ibid., p. 114-115). No Mato Grosso os PMs receberam o apoio do MST à greve. Em entrevista no dia 24 de julho de 1997, Valdir Mesnerovicz, líder do MST, afirmou: “Levamos nosso apoio e solidariedade à luta da PM de Cuiabá [...] Não somos contra a Polícia, somos contra os dirigentes que manipulam a Polícia”. Os sem-terra convidaram os PMs a comparecerem ao protesto do dia 25 de julho de 1997 contra a política neoliberal do governo FHC (ibid., p. 125). Segundo o Soldado Melo Irmão, presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM no Mato Grosso do Sul, e o Soldado Souza, os policiais começaram a ter uma visão melhor do que era uma reivindicação salarial e de melhores condições de trabalho quando entraram no Fórum dos Servidores Públicos do Mato Grosso do Sul, ligado ao PT e à CUT, com os quais aprenderam as técnicas do movimento sindical e pelos quais foram treinados politicamente. O Deputado Zeca do PT teria ajudado muito em 1997 e em 1998 foi eleito governador. Negociações para evitar, em Campo Grande, uma greve da PM aconteceram no plenário da Câmara Municipal, com a intermediação do Vereador José Almi Moura, o Cabo Almi (PT), representante dos policiais militares (ibid., p. 127-129). Em Goiás o movimento recebeu o apoio da CUT e do MST (ibid., p. 153-154). Wilson Moraes declarou que tinha o apoio da Força Sindical e da CUT para realizar a greve que evitou (ibid., p. 456).

⁷⁹⁰ ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, op. cit., p. 137.

⁷⁹¹ Ibid., p. 183.

⁷⁹² Ibid., p. 159.

“são ofendidos por esse Governo que aí está ou pelo Governador quando não dá aumento, ou pelo ouvidor, que é alguém que não entende de coisa nenhuma e deveria estar se tratando no psiquiatra” (D91). A solidariedade da esquerda aos policiais militares, dessa forma, só pode ser parcial, no que diz respeito à primeira “ofensa”, mas não à segunda.

Assim como a direita popular, os deputados policiais militares não expressam adesão ao projeto neoliberal. A oposição ao neoliberalismo aparece nos discursos dos deputados policiais militares principalmente por meio da defesa do funcionalismo público. Afinal, todos declaram representar na Assembleia um setor do funcionalismo público. Isso implica a crítica a políticas de austeridade fiscal que resultem em baixos salários, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, ao sucateamento e privatização de serviços públicos e à privatização de bancos públicos.

Conte Lopes critica a demonização do funcionalismo público como culpado pelo *rombo na Previdência*. Por razões políticas explicadas no capítulo 4, culpa Franco Montoro por ter simultaneamente desestruturado a polícia, pagando salários baixos, e criado os *marajás* da polícia, “com um monte de vantagens” (D92). Assim como Conte Lopes gostava de se apresentar como *caçador de bandidos*, Fernando Collor, o introdutor do neoliberalismo no Brasil, se apresentava na campanha presidencial de 1989 como o *caçador de marajás*. Conte Lopes recusa a explicação de que o baixo salário dos policiais se deve à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois os outros estados da União, que pagam salários melhores, também estariam submetidos a essa lei (D93).⁷⁹³

⁷⁹³ Nagashi Furukawa relatou que, quanto à dificuldade de conseguir recursos em sua gestão na Secretaria de Administração Penitenciária, o principal entrave foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Camata, que limita os gastos com funcionários: “O governo de São Paulo estava legalmente impedido de nomear novos funcionários, chegou a ficar quase seis meses sem a possibilidade de nomeação de novos funcionários. Isso com um fluxo de 800 prisioneiros, a mais, por mês, em todo o estado. Não foi por falta de vontade política do Governador, mas sim por um obstáculo legal incontornável (SALLA, Fernando; MIRAGLIA, Paula. O PCC e a gestão de presídios em São Paulo: entrevista com Nagashi Furukawa. *Novos Estudos CEBRAP* 80, março 2008 p. 23). De acordo com dados do Ministério da Justiça, retirados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2012, em comparação com outros estados brasileiros, a remuneração bruta mínima dos policiais de São Paulo em 2011 não era tão baixa quanto seu piso salarial. Os valores variam conforme a patente e não se pode dizer que são melhores ou piores progressivamente em comparação a outros estados da federação conforme a patente seja mais alta ou baixa. Em 2011 a remuneração bruta mínima de um aluno soldado da Polícia Militar de São Paulo, correspondente ao salário base acrescido de adicionais, gratificações ou outras vantagens pecuniárias comuns, era de R\$ 1.981,88 (terceira maior entre os estados da federação que enviaram os dados); a de um cadete e aluno-oficial era de R\$ 2.391,50 (oitava maior); a de um soldado era de R\$ 3.091,73 (a maior); a de um cabo era de R\$ 3.375,54 (a maior); a de um sargento era de R\$ 3.713,11 (terceira maior); a de um aspirante a oficial era de R\$ 4.599,82 (quarta maior); a de um subtenente era de R\$ 4.864,55 (quarta maior); a de um tenente era de R\$ 6.200,40 (segunda maior); a de um capitão era de R\$ 7.403,30 (sexta maior); a de um major era de R\$ 9.435,23 (quinta maior); a de um tenente coronel era de R\$ 10.582,34 (quinta maior); e a de um coronel era de R\$ 12.201,63 (sétima maior). Em 2011 o piso salarial de um aluno soldado da Polícia Militar de São Paulo era de R\$ 1.981,88 (terceira maior); a de um

Conte Lopes demonstra em um de seus discursos como não pode ser considerado liberal nem em relação a valores nem em relação ao pensamento econômico. Segundo o deputado, o mesmo governo “incompetente” e “sem determinação política” que privatiza o Banespa e privatiza estradas, deixando-as repletas de pedágios, não dá condições de o policial *enfrentar o bandido* (D94).⁷⁹⁴ O deputado faz questão de se diferenciar de outros opositores do governo do PSDB, que fazem oposição à esquerda. Ainda que sejam aliados da polícia nas pautas salariais, em defesa do funcionalismo público, são considerados inimigos da polícia em razão de suas posições liberais em relação à política criminal.

Por essa razão, pede para que o governo aumente o salário dos policiais, até para não dar razão a “outros opositores que vivem brigando conosco, batendo na Polícia o tempo todo e quando chega na época de reivindicar alguma coisa vão aos nossos centros, lá se colocam como defensores da Polícia, quando são totalmente contrários e avessos à Polícia” (D95). Por outro lado, critica o PT por aprovar uma emenda na esfera federal, em que é governo desde 2003, que enfraquece as PECs que criam um piso nacional para os policiais (D96), admitindo posteriormente, porém, que sua informação estava incompleta (D97). Cumprimenta, ainda, talvez apenas protocolarmente, deputados petistas de forma elogiosa (D98 e D99). Da mesma forma, Edson Ferrarini explicita que concorda com um

cadete e aluno-oficial era de R\$ 799,00 (décimo sexto maior); a de um soldado era de R\$ 2.378,25 (quarta maior); a de um cabo era de R\$ 2.596,57 (oitava maior); a de um sargento era de R\$ 2.856,24 (nona maior); a de um aspirante a oficial era de R\$ 1.421,11 (décima quinta maior); a de um subtenente era de R\$ 1.155,17 (décima sétima maior); a de um tenente era de R\$ R\$ 2.221,40 (décima quarta maior); a de um capitão era de R\$ 2.454,65 (décima quinta maior); a de um major era de R\$ 2.718,39 (décima sexta maior); a de um tenente coronel era de R\$ 2.997,19 (décima sexta maior); e a de um coronel era de R\$ 3.311,90 (décima sexta maior). Alguns dados diferem, porém, dos trazidos pela *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*, divulgada em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (*Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2013), tendo como fonte dos dados as próprias instituições estaduais de segurança pública. Segundo essa pesquisa, o piso salarial de um sargento no Estado de São Paulo em 2011 era de R\$ 1.022,28 (décima sexta maior entre os estados da federação que enviaram dados) e a remuneração bruta mínima de R\$ 2.878,78 (oitava maior). O piso salarial de um aluno soldado era de R\$ 502,29 (décima sétima maior) e a remuneração bruta mínima, de R\$ 2.242,38 (segunda maior). O piso salarial de um soldado era de R\$ 626,98 (décima sétima maior) e a remuneração bruta mínima, de R\$ 2.491,56 (quarta maior). O piso salarial de um cabo era de R\$ 708,49 (décima sexta maior) e a remuneração bruta mínima, de R\$ 2.694,58 (quarta maior).

⁷⁹⁴ Cf. Projeto de Lei nº 655/2008, de autoria de Otoniel Lima: Dispõe sobre a destinação de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) em cada tarifa paga nas praças de pedágio das empresas que administram rodovias, diretamente ou por meio de concessão, para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, especificamente aos agentes da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Agentes Penitenciários; Projeto de Lei nº 598/2007, de Otoniel Lima: Dispõe sobre a instalação de TAG – dispositivo eletrônico para pagamento de pedágio em malhas rodoviárias – em viaturas da Polícia Militar, Polícia Civil e escolta no Estado de São Paulo.

deputado do PT na crítica aos baixos salários dos policiais, mas não nas críticas à violência policial (D100).

Olímpio Gomes critica de forma bastante dura as privatizações; a venda do banco Nossa Caixa; mudanças nas regras da previdência (D101); os pedágios; a precarização do serviço público; a mercantilização da saúde (D102) e da educação, por meio de “lobbies dos ensino privado” (D103); a política superavitária (D104); as gratificações de desempenho, bônus por resultado e a ideologia da *meritocracia*, encarada como “uma forma de alijar o inativo, a pensionista, diminuir o custo do Estado na folha previdenciária” e perseguir funcionários combativos (D103). O deputado acusa a Lei de Responsabilidade Fiscal de ser um pretexto mentiroso utilizado pelo governador e pelos deputados para não se conceder aumento salarial aos policiais (D105, D106).

No momento de defender o funcionalismo e o patrimônio públicos, votando emendas e projetos, seus aliados frequentemente são apenas o PT e o PSOL, mais do que os outros deputados policiais militares, conforme visto no capítulo 1 (D107, D108, D109, D110). O deputado reconhece os deputados desses dois partidos como defensores da polícia paulista e os elogia de forma calorosa, a ponto de ser acusado de “fazer palanque para o PT” (D89, D90, D101, D111, D112, D113, D114).

Celso Tanai também demonstra antipatia pelas privatizações (D115) e reclama que o Governo Federal acenava com a “possibilidade de socorrer bancos federais com 12 bilhões e meio de reais” e gastava dinheiro “em querer mudar o nome da Petrobrás”, quando “deveria destinar um pouco desse dinheiro para socorrer a área de Segurança Pública no Estado de São Paulo” (D116). Localizou-se na amostra, no entanto, um discurso de Edson Ferrarini em que defende a diminuição da carga tributária, uma bandeira típica do neoliberalismo (D117), e um discurso em que adota a lógica fiscal e de produtividade da empresa privada como padrão para a Polícia Militar (D118).⁷⁹⁵

⁷⁹⁵ Christie denuncia como a ideologia empresarial avança na administração do Estado, especificamente no controle do crime, impondo dogmas como a produtividade, a eficiência na aplicação da dor, a definição de objetivos, o controle da produção, a redução de custos, a racionalização e divisão do trabalho, a uniformidade, previsibilidade e velocidade (CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime: o caminho dos GULAGS em estilo ocidental*. p. 157).

4. Esquerda punitiva ou direita popular?

Em alguns casos, a adesão a posições conservadoras que flertam com o neoliberalismo, principalmente a posições que acentuam o individualismo, implica uma adesão maior a posições conservadoras também em relação à política criminal. Em dezembro de 2012, Pesquisa Datafolha ⁷⁹⁶ revelou que, dos entrevistados que declararam que boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar, 37% concordaram que possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender (ante 30% dos entrevistados em geral); 71%, que a maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas (ante 58% dos entrevistados em geral); 49%, que a pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves (ante 42% dos entrevistados em geral).

Dos que declararam que os sindicatos servem mais para fazer política do que defender os trabalhadores, 77% concordaram que adolescentes que cometem crimes deviam ser punidos como adultos (ante 68% dos entrevistados em geral), 67% avaliaram como ruim/péssima a segurança pública do governo Dilma (ante 62% dos entrevistados em geral e 58% dos que concordaram que os sindicatos eram importantes para defender os interesses dos trabalhadores). Apesar de nem toda posição conservadora em relação a um tema implicar a adoção de posições conservadoras em relação a outros temas, as percentagens de respostas conservadoras foram pelo menos numericamente maiores entre todos os grupos com posições conservadoras do que entre os entrevistados em geral, dentro da margem de erro.

Por outro lado, da mesma forma como a maioria dos deputados policiais militares demonstrou sua oposição ao neoliberalismo, grande parte do eleitorado que apoia um Estado forte no terreno penal também apoia um Estado forte no terreno social e econômico. Em novembro de 2013⁷⁹⁷, o Datafolha voltou a consultar os brasileiros sobre uma série de questões envolvendo valores sociais, políticos, culturais e econômicos, e a partir daí os posicionou em escalas de comportamento e pensamento econômico, dentro das quais eles foram segmentados em esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. Devido ao número diferente de questões sobre comportamento (10) e pensamento

⁷⁹⁶ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012.

⁷⁹⁷ DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Comportamento político*. 2013.

econômico (6), os resultados dessas duas escalas foram ponderados para terem o mesmo peso (50% para cada uma) na composição da escala de posicionamento ideológico.

Segundo os critérios do Datafolha, a maioria dos brasileiros se mostrou de direita ou centro-direita quanto a valores e comportamento (49%), mas de esquerda ou centro-esquerda quanto ao pensamento econômico (46%).⁷⁹⁸ A classificação do Datafolha, entretanto, é problemática, uma vez que a oposição ao neoliberalismo não necessariamente corresponde a uma posição de esquerda. Pierucci mostrou, por exemplo, que a direita popular paulistana reivindicava uma atuação forte do Estado no terreno econômico e social, pois dependia de serviços públicos, mas não defendia o igualitarismo, a marca da esquerda.⁷⁹⁹ Da mesma forma, conforme visto no capítulo 4, Ubiratan Guimarães e Conte Lopes expressaram o seu anticomunismo em discursos. Conte Lopes pode até concordar com um deputado comunista, mas concorda *apesar* de ser comunista (D119).

Singer, por sua vez, defende, com base em pesquisas de opinião, que embora a tendência geral do eleitorado seja estatista, ela o é em proporções mais baixas do que é igualitarista. A tendência estatizante é maior entre a extrema-direita do que entre a extrema-esquerda e cai acentuadamente quando se aproxima do centro. É no direito de reprimir os movimentos sociais que o contraste entre a direita e a esquerda fica mais claro.⁸⁰⁰ Resumidamente, “a direita quer a igualdade por intermédio de forte intervenção estatal e autoridade reforçada. A esquerda é moderada no que diz respeito à intervenção estatal, mas claramente contra o reforço de sua autoridade repressiva. O centro tende a ser contra a intervenção estatal na economia, mas moderadamente a favor de sua autoridade repressiva”.⁸⁰¹

⁷⁹⁸ Os brasileiros se dividiram de maneira igualitária entre direita (39%, sendo 10% de direita, e os demais 29%, de centro-direita) e esquerda (41%, sendo 10% de esquerda, e 31% de centro-esquerda) quando se trata de assuntos relacionados a comportamento, valores e economia. Nessa divisão, 20% ficam no centro do espectro ideológico. Ao tratar somente de temas comportamentais e ligados a valores, os segmentos da população com mais afinidades com a direita (49%, sendo 12% de direita, e 37%, de centro-direita) ultrapassaram os mais ligados à esquerda (29%, sendo 4% afinados com a esquerda, e 25%, com a centro-esquerda), e o centro ganhou espaço (22%). Por outro lado, quando se consideraram apenas temas econômicos, a maior fatia ficou à esquerda (46%, considerando 21% de esquerda, e outros 25% de centro-esquerda), enquanto a direita abrangeu 26% (8% de direita, e 18%, de centro-direita), e o centro passou a abrigar 27%.

⁷⁹⁹ PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, dezembro de 1987.

⁸⁰⁰ SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002. p. 150-154.

⁸⁰¹ *Ibid.*, p. 157.

No segmento *comportamento*, 12% dos entrevistados pelo Datafolha em novembro de 2013 foram classificados como de direita.⁸⁰² A percentagem de direitistas no segmento *econômico* era maior entre os direitistas no segmento *comportamento* do que na média em geral (16%, ante 8%), mas deve-se ressaltar que a mesma percentagem de direitistas no segmento *comportamento* (16%) foi classificada como de esquerda no segmento *econômico* (ante 21% dos entrevistados em geral).⁸⁰³ Questionados se recebiam ou tinham algum parente que recebesse Bolsa Família, 20% dos direitistas no segmento *comportamento* responderam afirmativamente e, paradoxalmente, 25% de direitistas no segmento *econômico*.⁸⁰⁴ No segmento *econômico*, 8% dos entrevistados foram classificados como de direita.⁸⁰⁵ A percentagem de direitistas no segmento *comportamento* era maior entre os direitistas no segmento *econômico* do que na média em geral (21%, ante 12%). Apenas 1% de direitistas no segmento *econômico* foi classificado como de esquerda no segmento *comportamento*.⁸⁰⁶

⁸⁰² Dos classificados como de direita nesse segmento, 16% preferiam o PT (ante 20% dos entrevistados em geral), 6% preferiam o PSDB (ante 5% dos entrevistados em geral), 5% preferiam o PMDB (ante 4% dos entrevistados em geral), 0% preferiam o PV (ante 2% dos entrevistados em geral), 2% preferiam o PTB (ante 1% dos entrevistados em geral), 1% preferia o PSB (ante 1% dos entrevistados em geral), 1% preferia o DEM (ante 0% dos entrevistados em geral), 1% preferia o PSD (ante 0% dos entrevistados em geral), 3% citaram nomes e referências (ante 4% dos entrevistados em geral), 3% preferiam outro partido (ante 2% dos entrevistados em geral) e 60% não tinham preferência partidária (ante 61% dos entrevistados em geral).

⁸⁰³ Dos direitistas no segmento *comportamento*, 16% eram de direita no segmento *econômico* (ante 8% dos entrevistados em geral), 23% eram de centro-direita no segmento *econômico* (ante 18% dos entrevistados em geral), 27% eram de centro no segmento *econômico* (ante 27% dos entrevistados em geral), 19% eram de centro-esquerda no segmento *econômico* (ante 25% dos entrevistados em geral) e 16% eram de esquerda no segmento *econômico* (ante 21% dos entrevistados em geral).

⁸⁰⁴ Young aponta que as classes médias, principais e tradicionais alvos do discurso conservador sobre a pobreza e a criminalidade, vivem em um mundo precário e transitório, correndo permanentemente o risco de serem rebaixadas ou excluídas do mercado de trabalho. Sentem-se injustiçadas diante da avaliação de que na sociedade competitiva os pobres roubam ou vivem de assistência pública sem trabalhar, enquanto os industriais e administradores do alto escalão ganham bonificações e comissões imorais (YOUNG, Jock, op. cit., p. 26-27). Contraditoriamente, essa mesma classe média precarizada é adepta do Sonho Americano, no qual a igualdade de oportunidades é o princípio máximo, os perdedores fracassam por causa de qualidades individuais, os vencedores levam tudo e a cidadania social é algo a ser conquistado por trabalho duro e retidão, não um direito (ibid., p. 44). O limite entre a exploração e a super-exploração capitalista divide o proletariado, criando a impressão de um contraste de interesses materiais (BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal*: introdução à sociologia do direito penal. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 195).

⁸⁰⁵ Dos classificados como de direita no segmento *econômico*, 15% preferiam o PT (ante 20% dos entrevistados em geral), 7% preferiam o PSDB (ante 5% dos entrevistados em geral), 3% preferiam o PMDB (ante 4% dos entrevistados em geral), 1% preferia o PSB (ante 1% dos entrevistados em geral), 5% citaram nomes e referências (ante 4% dos entrevistados em geral), 2% preferiam outro partido (ante 2% dos entrevistados em geral) e 66% não tinham preferência partidária (ante 61% dos entrevistados em geral).

⁸⁰⁶ Dos direitistas no segmento *econômico*, 21% eram de direita no segmento *comportamento* (ante 12% dos entrevistados em geral), 41% eram de centro-direita no segmento *comportamento* (ante 37% dos entrevistados em geral), 16% eram de centro no segmento *comportamento* (ante 22% dos entrevistados em geral).

Os dados das pesquisas mostram, assim, que há mais pessoas classificadas como de direita no segmento *econômico* que também o são no segmento *comportamento* do que pessoas classificadas como de direita no segmento *comportamento* que também o são no segmento *econômico*. Talvez a direita liberal descrita por Pierucci não seja tão liberal no segmento *comportamento*, o que corrobora a tese de Loic Wacquant de que o Estado Penal é o complemento necessário do Estado mínimo nos terrenos social e econômico.⁸⁰⁷

Tomado o segmento *comportamento*, quanto mais à direita na escala ideológica, maior o apoio a medidas repressivas no âmbito da política criminal, como a redução da maioria penal⁸⁰⁸, a pena de morte⁸⁰⁹, a proibição do uso de drogas⁸¹⁰, e maior o apoio ao diagnóstico de que a maldade das pessoas era a principal causa da criminalidade.⁸¹¹ No entanto, o mesmo não se verifica se tomado o segmento *econômico*. As percentagens são bem mais próximas e, no caso do apoio à proibição do uso de drogas, os entrevistados de esquerda no segmento *econômico* apresentam uma postura mais repressiva do que os entrevistados de direita e centro-direita (86% a 80% e 80%, respectivamente).⁸¹²

A situação se inverteu quando se perguntou aos entrevistados se eles concordavam que é melhor para todos quanto menos o governo atrapalha a competição entre as empresas⁸¹³; que é preferível pagar menos impostos ao governo e contratar serviços

geral), 20% eram de centro-esquerda no segmento *comportamento* (ante 25% dos entrevistados em geral) e 1% era de esquerda no segmento *comportamento* (ante 4% dos entrevistados em geral).

⁸⁰⁷ Cf. WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. p. 21.

⁸⁰⁸ No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 91%, 87%, 73%, 51% e 15%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 74%, 71%, 76%, 72% e 71%.

⁸⁰⁹ No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 77%, 62%, 42%, 22% e 3%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 50%, 50%, 47%, 49% e 44%.

⁸¹⁰ No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 91%, 88%, 83%, 76% e 46%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 80%, 80%, 83%, 83% e 86%.

⁸¹¹ No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 85%, 76%, 61%, 43% e 14%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 69%, 63%, 64%, 61% e 62%.

⁸¹² A percentagem de entrevistados que concordaram que “boa parte da pobreza está ligada à preguiça de pessoas que não querem trabalhar” foi bem mais alta entre a direita no segmento *comportamento* do que entre a direita no segmento *econômico* e cai significativamente conforme se caminha para a esquerda no segmento *comportamento*, o que não ocorre no segmento *econômico*. O mesmo se passa em relação aos que concordaram que pessoas pobres de outros países e Estados que vinham trabalhar em sua cidade acabavam criando problemas para a cidade e em relação aos que concordaram que os sindicatos serviam mais para fazer política do que defender os trabalhadores (No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 67%, 53%, 42%, 28% e 20%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 54%, 46%, 49%, 45% e 37%). Ocorre que essas perguntas foram classificadas pelo DataFolha como perguntas relacionadas ao segmento *comportamento* e as respostas obtidas interferiram na elaboração da escala ideológica no segmento *comportamento*, embora pudessem também ser classificadas como perguntas relacionadas ao segmento *econômico*.

⁸¹³ No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 31%, 34%, 29%, 32% e 21%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 49%, 43%, 37%, 28% e 10%.

particulares de educação e saúde⁸¹⁴; que, “quanto menos eu depender do governo, melhor estará minha vida”⁸¹⁵; que o governo não deve ajudar grandes empresas nacionais que correm o risco de ir à falência⁸¹⁶; que as leis trabalhistas no Brasil mais atrapalham o crescimento das empresas do que protegem o trabalhador⁸¹⁷; e que as empresas privadas devem ser as maiores responsáveis por investir no país e fazer a economia crescer.⁸¹⁸ Trata-se de perguntas que o Datafolha utilizou para construir a escala ideológica no segmento *econômico*. As percentagens de entrevistados que concordaram foi bem mais alta entre a direita no segmento *econômico* do que entre a direita no segmento *comportamento* e cai significativamente conforme se caminha para a esquerda no segmento *econômico*, o que não ocorre no segmento *comportamento*.

⁸¹⁴ No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 49%, 48%, 49%, 51% e 40%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 78%, 67%, 58%, 46% e 16%.

⁸¹⁵ No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 49%, 47%, 44%, 49% e 50%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 74%, 72%, 59%, 37% e 14%.

⁸¹⁶ No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 37%, 35%, 33%, 32% e 30%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 56%, 45%, 39%, 32% e 12%. A resposta afirmativa a essa pergunta pode ser classificada como de direita ou de esquerda, dependendo do enfoque. Afinal, apesar de na teoria pregar o Estado mínimo na economia, o neoliberalismo na prática exige a intervenção do Estado na economia, principalmente para auxiliar grandes conglomerados econômicos.

⁸¹⁷ No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 36%, 35%, 34%, 32% e 34%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 55%, 55%, 43%, 25% e 9%.

⁸¹⁸ No segmento *comportamento*, da direita para a esquerda, respectivamente, 21%, 23%, 26%, 25% e 24%. No segmento *econômico*, da direita para a esquerda, respectivamente, 44%, 41%, 28%, 16% e 4%.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou discutir se a eleição de policiais militares para cargos legislativos representa necessariamente a formação de uma suposta *Bancada da Bala*, de viés ideológico conservador. A análise dos discursos, dos projetos de lei, das votações em plenário e da base eleitoral desses deputados permite, no entanto, confirmar essa hipótese apenas parcialmente. Tratar esses deputados como integrantes da *Bancada da Bala* parece corresponder mais ao desejo de simplificá-los de maneira pejorativa, do que de traduzir as ambíguas, complexas e contraditórias divergências ideológicas e de atuação encontradas entre eles.

Não há um partido político que tradicionalmente agregue uma maior quantidade de policiais militares candidatos, havendo policiais militares candidatos inclusive por partidos de esquerda, como o PT e o PCdoB. Todavia, os policiais militares eleitos se filiaram principalmente a partidos de direita, como o PTB, o PP e o PL. Quanto à base geográfico-eleitoral dos deputados, na cidade de São Paulo eles são proporcionalmente mais votados em zonas eleitorais da Zona Norte, em bairros que Pierucci identificou nas décadas de 80 e 90 do século passado como janistas e malufistas.

Parece haver uma relação entre as zonas eleitorais onde o *Não* no referendo das armas de 2005 foi proporcionalmente mais votado e as zonas eleitorais onde os deputados policiais militares são proporcionalmente mais votados, mas nenhuma dessas zonas localiza-se na Zona Norte da cidade de São Paulo. Ademais, pesquisas Datafolha não indicam que a Zona Norte tenha um perfil mais direitista do que as outras zonas em relação a posições sobre política de segurança pública nem que tenha um número proporcionalmente maior de moradores com amigos ou parentes policiais militares.

Por outro lado, a quantidade de pessoas com amigos ou parentes policiais ou ex-policiais é proporcionalmente muito maior entre tucanos (53%), mas elas foram proporcionalmente mais críticas ao governo e ao comando da Polícia Militar por ocasião da crise de segurança pública de novembro de 2012. Pesquisas Datafolha também mostram que não necessariamente os grupos mais vitimizados pela violência são os que apresentam a maior taxa de insegurança, que não necessariamente uma sensação maior de insegurança leva ao apoio de medidas repressivas e que não necessariamente o apoio a medidas repressivas no âmbito da política criminal leva ao apoio de partidos ou de candidatos de

direita, embora quanto mais à direita no segmento comportamento, maior o apoio do eleitor a essas medidas. Os dados também mostraram que o apoio a uma medida repressiva não necessariamente leva ao apoio a outra. Paradoxalmente, as pessoas que mais sofrem com a violência são as que mais temem a polícia, mas são as que mais conferem apoio à violência e ao arbítrio policial.

O apoio explícito à pena de morte, à prisão perpétua e à redução da maioridade penal só foi encontrado em discursos de Conte Lopes, talvez por serem assuntos da alçada federal. Por outro lado, Conte Lopes e Olímpio Gomes apresentam discursos fortemente críticos ao neoliberalismo. Essa posição os aproxima da direita popular, que exige uma atuação forte do Estado não apenas no terreno penal, mas também no econômico e social. Conte Lopes se solidariza em alguns discursos a movimentos sociais. Em outros, expressa antipatia a eles e defende o militarismo como forma de o policial militar cumprir ordens, inclusive reprimindo manifestações.

Conte Lopes nega ser de esquerda ou de direita. Já Olímpio Gomes, em um discurso, associa Edson Ferrarini a posições ultradireitistas. Enquanto Conte Lopes nega a existência de racismo na Polícia Militar e faz declarações homofóbicas e transfóbicas, Olímpio Gomes critica a discriminação de policiais militares homossexuais. Todos os deputados apresentam discursos moralistas e demonstram apreço à religião, embora Conte Lopes se posicione desfavoravelmente à religião quando esta impede o combate ao crime conforme acredita que deva ser realizado.

Alguns fatores estruturais da profissão policial facilitam a aproximação dos policiais com a direita. A percepção de que as restrições à sua atuação prejudicam a sua segurança e de que seus interesses estão em um jogo de soma zero com os interesses dos *criminosos* faz com que policiais de vários países defendam mais liberdade para agir e sejam críticos à ideia de direitos humanos. A polícia moderna foi criada para manter a ordem e, mais do que controlar a criminalidade, reprimir greves e manifestações, ou seja, foi colocada sempre em rota de colisão com a esquerda em países desiguais como o Brasil. Já a direita defende o reforço da autoridade estatal. A ditadura civil-militar brasileira acentuou a vinculação da Polícia com a defesa do *status quo*, diminuindo os instrumentos de responsabilização, premiando policiais violentos e garantindo sua impunidade. O fim da ditadura não conseguiu, porém, reverter esse quadro.

Indivíduos autoritários têm mais facilidade em se adaptar à disciplina e hierarquia militares ou quase-militares existentes na maioria das polícias ocidentais. Por outro lado, observamos que o controle interno da atividade do policiamento é neutralizado de diversas formas, gozando os policiais uma autonomia considerável para lidar com situações concretas, e que a disciplina e hierarquia pesadas podem ensejar movimentos de contrapoder, politizando os policiais para lutarem por melhores condições de trabalho.

Todos os deputados policiais militares expressaram uma visão negativa em relação aos instrumentos de responsabilização da ação policial. Apesar de críticos à ideia de *direitos humanos* e de utilizarem os meios de comunicação para se autopromoverem, Conte Lopes e Edson Ferrarini demonstraram ser críticos a programas policiais sensacionalistas, ainda que sob uma abordagem moralista. Conte Lopes e Ubiratan Guimarães, que iniciaram sua carreira durante a ditadura civil-militar, expressaram saudosismo em relação ao regime autoritário. Por outro lado, Olímpio Gomes e Celso Tanauí reconheceram na gestão de Franco Montoro melhorias nas condições de vida de policiais militares. Da mesma forma, no discurso de Edson Ferrarini e de Celso Tanauí há evidências de que os policiais militares chegaram a se organizar para desafiar a ditadura civil-militar, por razões corporativistas.

Conte Lopes criminaliza políticos de esquerda que lutaram contra a ditadura. Já Edson Ferrarini e Olímpio Gomes expressam visões diametralmente opostas do governador Leonel Brizola, acusado pelo primeiro de ter sido conivente com traficantes nos morros cariocas. Tanto Conte Lopes quanto Olímpio Gomes colocam-se contra a desmilitarização da Polícia Militar, mas por razões diversas. O primeiro é um entusiasta do militarismo e do combate mais duro à criminalidade. Já o segundo se opõe à desmilitarização para que os policiais militares não percam direitos, como o regime previdenciário diferenciado, e repudia a associação entre militarismo e o distanciamento de policial da população. Wilson Moraes, por sua vez, provavelmente por ser o único deputado praça, defende, além da unificação, a desmilitarização da polícia, sustentando que o policial não tem que ser preparado “para a guerra”, ainda que reconheça o receio dos policiais de perderem prerrogativas com a desmilitarização.

Apesar de o eleitorado conservador apoiar a intervenção do Exército na segurança pública, a medida é rejeitada por Conte Lopes e Edson Ferrarini aparentemente por ferir o orgulho profissional policial. Já a *importação* do programa de tolerância zero, apesar de ter

apelo entre o eleitorado conservador, é criticada por Conte Lopes, uma vez que os policiais norte-americanos não conheceriam a realidade das periferias de São Paulo e que a polícia paulista seria eficiente, caso os governantes não ameaçassem afastar os policiais que “trocam tiros com os bandidos”. Wilson Moraes, por sua vez, destaca o aspecto não repressivo da política de tolerância zero, ignorado nas campanhas eleitorais, ou seja, quanto ao investimento no social e ao policiamento comunitário.

Edson Ferrarini, Wilson Moraes e Olímpio Gomes são entusiastas do policiamento comunitário e do trabalho social da Polícia Militar. Conte Lopes, por outro lado, é bastante crítico a qualquer atividade que desvie o policial da função que julga primordial: *caçar* bandido. Os Consegs, segundo os discursos de Conte Lopes e Ubiratan Guimarães, mais do que representarem um mecanismo de responsabilização e um contraponto em direção ao investimento em prevenção, parecem constituir bases de apoio político dos deputados policiais militares e legitimar a atuação repressiva da polícia, a ponto de serem considerados por eles aliados e formados por pessoas que entendem de segurança pública, mesmo sem serem da polícia, e, portanto, cujas opiniões devem ser respeitadas.

A diferença de visão do que deve ser o trabalho policial, principalmente entre a de Edson Ferrarini e a de Conte Lopes, reflete as diversas identidades e subculturas policiais, reconhecidas por Monjardet. Conte Lopes corresponderia, assim, a um tipo de policial presente no imaginário social e em filmes de ação como um *caçador de bandidos*, viciado em adrenalina, durão, justiceiro, um *policial de verdade*. A maioria dos policiais militares de São Paulo, todavia, ao contrário de Conte Lopes e de Celso Tanauí, é favorável ao afastamento temporário do policial envolvido em ocorrência com morte e a esmagadora maioria é favorável que lhe seja garantido apoio psicológico. Da mesma forma, apesar de a maioria dos policiais militares ser crítica à ênfase desproporcional das políticas de segurança na repressão ao tráfico de drogas, a grande maioria dos eleitores, Conte Lopes, Olímpio Gomes, Ubiratan Guimarães e Edson Ferrarini é defensora da guerra às drogas.

Dos sete deputados policiais militares, apenas Otoniel Lima não se apresenta nos discursos da amostra como um representante e defensor da Polícia Militar na Assembleia Legislativa, acima de tudo. No entanto, assim como não são responsivos em algumas ocasiões ao eleitorado de direita em geral, os deputados policiais militares não são sempre responsivos aos policiais militares que supostamente formam sua base eleitoral. De uma maneira geral, apresentaram proporcionalmente poucos projetos de interesse imediato da

Polícia Militar e de outros profissionais da segurança pública, com exceção de Celso Tanaiui. Conte Lopes, Ubiratan Guimarães e Olímpio Gomes, por sua vez, criticam o corporativismo de alguns policiais militares que insistem na divisão entre a Polícia Militar e outras instituições de segurança pública. Os deputados policiais militares se colocam como defensores da Polícia Civil e das Guardas Civis Municipais, requerendo sessões solenes em sua homenagem e apresentando projetos de seu interesse, provavelmente até para angariar mais apoio político.

A união, coesão e solidariedade dos policiais, divididos por inúmeros conflitos e rivalidades internas, só existe perante um inimigo externo, ainda que dentro da instituição. Falta cooperação entre os diversos organismos policiais, que se mostram muitas vezes competitivos. A polícia é heterogênea e pluralista. Há distinção dos recrutamentos e diversidade das missões entre os policiais de rua e os administrativos. Sendo a instituição fechada a influências externas, o policial de rua sempre confiou que os policiais administrativos fariam tudo para protegê-lo contra as acusações de malfeitos.⁸¹⁹

De acordo com Monjardet, é o abandono da condição policial que permite que o policial exponha as críticas internas efetuadas na corporação. Não se pode esquecer que, apesar de se apresentar externamente como um corpo unido, a Polícia Militar tem diversos conflitos internos, entre os quais o conflito entre os interesses de praças e oficiais, de maneira que *defender os interesses da polícia* muitas vezes funciona mais como recurso retórico, uma vez que oculta a defesa dos interesses de apenas parte da corporação. Ademais, os interesses da polícia e a melhor forma de defendê-los muitas vezes não estão claros. Para legitimar a tomada de posição em relação a esse conflito, a defesa dos interesses da sociedade é invocada para conferir legitimidade.

Edson Ferrarini, representante de uma *política de resultados*, equipara a defesa dos interesses do comando da Polícia Militar à defesa da corporação como um todo. Apesar de lamentar o fato de o policial militar não poder reivindicar, inclusive durante a ditadura, defender o acolhimento de policiais toxicômanos, assim como Ubiratan Guimarães, e um comando sensível que ouça os praças, demonstra uma visão negativa de entidades mais

⁸¹⁹ BITTNER, Egon, op. cit., p. 157-159, 163, 348; BUCKNER, Taylor; CHRISTIE, Nils; FATTH, Ezzat, op. cit., p. 176-178; MONJARDET, Dominique, op. cit., p. 163-164, 201. Malinowski mostrou, da mesma forma, que a unidade do clã nas sociedades arcaicas é uma ficção legal. Há inúmeros conflitos internos na rotina da vida cotidiana, que são abafados em certas ocasiões nas quais o clã deve aparecer unido, como cerimônias da vida nativa e conflitos abertos com outros clãs (MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime e costume na sociedade selvagem*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 91).

combativas, ligadas a sindicatos e partidos políticos. Wilson Moraes, que ingressou na política a convite do governador Mário Covas, coloca-se contra greves, sob a justificativa de que prejudica a população, mas se opõe à expulsão de policiais toxicômanos e à criminalização do *bico* e denuncia o caráter seletivo das *pegadinhas* que testam a honestidade dos praças, mas não testariam os oficiais.

Já Olímpio Gomes admite que talvez perca o apoio dos policiais ao votar contra medidas que supostamente os beneficiam, sob a justificativa de que se trata de medidas insuficientes. Sua política combativa o isola muitas vezes nas votações. A Operação Delegada, por exemplo, apesar de ser supostamente apoiada pela maioria dos policiais e de Olímpio Gomes se opor à criminalização do *bico*, é encarada pelo deputado como um *bico* oficializado que prejudica a saúde dos policiais, uma maneira de o governo iludir os policiais e a população. O deputado apoia os movimentos reivindicatórios de praças, requer o apoio da população a eles, critica o *peleguismo*, lamenta o fato de o policial militar não poder se sindicalizar e fazer greve e acusa oficiais de serem cooptados pelo governador por meio de cargos de confiança.

Conte Lopes em diversos discursos demonstra o seu apoio à disciplina e à hierarquia militar, o que representa, em grande medida, o posicionamento do deputado ao lado dos oficiais e não dos praças em conflitos. Apoiava a expulsão de policiais toxicômanos, sob uma perspectiva criminalizante, e a obrigação de o policial militar pedir ao seu superior autorização para casar, medidas criticadas por Wilson Moraes, presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar. Conte Lopes se opõe a Edson Ferrarini e a Celso Tanauí e admite explicitamente contrariar os interesses da corporação militar ao defender a permanência de policiais militares nas muralhas dos presídios, medida que supostamente favoreceria a segurança da população. Ao contrário de Wilson Moraes, Conte Lopes defende a utilização de policiais militares para assegurar a segurança interna dos estádios de futebol.

Por outro lado, Conte Lopes defende a retirada da ROTA da Febem, alegando que se trata de uma reivindicação dos policiais. Denuncia que os oficiais envolvidos em condutas corruptas não são expulsos. Defende a alteração do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar para permitir o *bico*, encarado como uma válvula de escape à corrupção. Opõe-se à punição do policial de rua que “troca tiros com bandidos” pelo comando, o que também supostamente prejudicaria a segurança da população. Critica *oficiais marajás* que,

assim como *políticos de gabinete*, não entendem de segurança pública por nunca terem tido a experiência empírica de realizar o policiamento. Atribui aos oficiais de alta patente a resistência à unificação das polícias, que goza de sua simpatia. Nesse sentido, eleger deputados policiais militares seria uma forma de os praças ganharem voz. No entanto, dos deputados policiais militares, apenas Wilson Moraes é um praça.

Observou-se que os deputados policiais militares apresentam um discurso hostil à classe política. Conte Lopes e Edson Ferrarini, apesar de serem deputados há muitos anos, chegam a negar que sejam políticos. No entanto, alguns dos conflitos entre os deputados policiais militares parecem advir das filiações partidárias diversas. Wilson Moraes e Conte Lopes entraram em conflito quando o segundo comparou a corrupção no governo Pitta, seu correligionário, com a corrupção no governo Covas, correligionário do primeiro. Por sua vez, Olímpio Gomes elaborou um discurso anticorrupção exaltando o delegado Protógenes Queiroz, objeto de crítica de Conte Lopes por prender seu correligionário Paulo Maluf.

Enquanto Wilson Moraes defendia o governo do PSDB, seu partido, na 14ª legislatura, Olímpio Gomes adotava na 16ª legislatura uma postura fortemente combativa e oposicionista, ainda que contrariando a orientação de seu partido. Em suas votações de mérito no plenário da ALESP, frequentemente se aliava a partidos de esquerda como o PT e o PSOL, principalmente em defesa do funcionalismo público. Na 16ª legislatura Conte Lopes e Edson Ferrarini apresentavam o perfil de governistas, mas contrariavam o governo de acordo com os interesses mais imediatos da Polícia Militar. Otoniel Lima era o mais governista, a ponto de contrariar o posicionamento dos outros deputados policiais e votar contra os interesses imediatos da Polícia Militar.

De uma resumida, pode-se assim, finalmente, concluir que a) o plenário da ALESP é de fato um *locus* privilegiado para os deputados policiais e ex-policiais militares expressarem, sob a legitimidade de um pronunciamento parlamentar, elementos da subcultura policial sublinhados pela literatura; b) os deputados policiais militares expressam diversas divergências entre si, incluindo sobre qual deve ser a missão da Polícia Militar; c) quando se opõem a pautas tradicionalmente defendidas pela direita, como a privatização de presídios, a intervenção do Exército na segurança pública e a importação do modelo de tolerância zero, o fazem por razões corporativistas; d) as divergências dos deputados policiais militares com os interesses da Polícia Militar muitas vezes refletem os conflitos internos da corporação, principalmente entre praças e oficiais, posicionando-se os

deputados ora de um lado ora de outro; e) a defesa dos interesses da Polícia Militar ocorre também em projetos de lei, mas seu índice de aprovação é baixo; f) as votações em plenário de projetos de interesse dos policiais militares aproxima os deputados policiais militares de partidos de esquerda; g) as divergências entre os deputados policiais militares nas votações em plenário provavelmente é o reflexo do conflito entre uma política mais combativa e uma *política de resultados*; h) os deputados policiais militares se elegem majoritariamente por partidos de direita e sua oposição aos instrumentos de responsabilização da polícia os aproxima da direita, mas sua oposição majoritária ao neoliberalismo os coloca no campo da direita popular.

Cada tema sobre o qual os deputados policiais militares se manifestaram abre, por si só, uma miríade de possibilidades de pesquisas a serem aprofundadas. A amostra de discursos realizados nas sessões ordinárias pode ser aumentada a fim de confirmar as conclusões expostas acima e levantar novas hipóteses de pesquisa. O trabalho da Comissão de Segurança Pública da ALESP merece ser investigado e renderia um outro trabalho. Da mesma forma, seria de grande valia uma comparação dos discursos dos deputados policiais militares com os discursos expressos em periódicos de associações de policiais militares e com os discursos de outros deputados que fazem da segurança pública sua principal bandeira. O presente trabalho, mais do que ter esgotado o objeto da pesquisa e se apresentar como um ponto de chegada, é uma pequena contribuição que se apresenta como um ponto de partida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, Sérgio. Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, nº 11, vol. 2, 1999.

_____. Lei e ordem no segundo governo FHC. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, n. 2, v. 15, 2003.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. Pra não dizer que só falei de rosas. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, 4, p. 27-32, nov. 82.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O olhar da elite sobre a multidão nas reformas urbanas da Primeira República. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, v. 9/10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000. p. 285 et seq.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. *Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; TRACY, Kátia Maria de Almeida. *Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

ANDRADE, Régis de Castro. Jânio. De novo? *Lua Nova*, São Paulo, vol. 2, nº 3, dez. 1985.

ARCE, José Manuel Valenzuela. *Vida de barro duro: cultura popular juvenil e grafite*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2008.

BALZA, Guilherme; NEVES, Márcio. Com Ronaldo e FHC, ato pró-Aécio tem “viva a PM” e “Dilma terrorista”. *UOL*, 22/10/2014. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/22/em-ato-pro-aecio-militantes-xingam-dilma-e-gritam-viva-a-pm.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. Rio de Janeiro: Globo, 1993.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARROS, Lúcio Alves de. O paisano, a política e a “comunidade”: a polícia na encruzilhada. *Revista brasileira de segurança pública*, n. 5, v. 3, 2009.

_____. Polícia e sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, Programa de Doutorado em Ciências Humanas/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp010059.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

_____; REIS, Arlem Caetano. *Reminiscências da polícia em movimento*. Disponível em: <http://www.bibliotecapolicial.com.br/upload/documentos/REMINISCENCIAS-DA-POLICIA-EM-MOVIMENTO-21069_2011_7_8_26_42.pdf>. Acesso em 16 abr. 2013.

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. *Discursos Sediciosos*: crime, direito e sociedade, vol. 12. Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

_____. *Punidos e mal pagos*: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento*: uma análise comparativa internacional. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001.

_____; SKOLNICK, Jerome H. *Policiamento comunitário*: questões e práticas através do mundo. São Paulo: EDUSP, 2006.

BECKER, Howard. *Outsiders*: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BELLI, Benoni. *Tolerância Zero e democracia no Brasil*: visões da segurança pública na década de 90. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BIONDI, Aloysio. Mentira e caradurismo (Ou: a imprensa no reinado FHC). In: ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

BITTNER, Egon. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo: Edusp, 2003.

BRANT, Vinícius Caldeira. Maluf. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 1, 4, p. 33-34, nov. 82.

BUCKNER, Taylor; CHRISTIE, Nils; FATTH, Ezzat. Policia y cultura. In: RICO, José Maria (Comp.). *Policía y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

BUORO, Andréa Bueno. Carandiru: uma questão de sensibilidades jurídicas. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20, 1997.

CALDEIRA, Cesar. Caso do Carandiru: um estudo sóciojurídico – (1ª Parte). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 29, 2000.

_____. Operação Rio e cidadania: as tensões entre o combate à criminalidade e a ordem jurídica. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Coord.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec-Anpocs, 1996.

_____. Política Anti-Seqüestro no Rio de Janeiro: 1995-1998. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 34, 2001.

_____. Segurança pública e sequestros no Rio de Janeiro: 1995-96. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 20, 1997.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

_____. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”? : desventuras da democratização brasileira. *Novos Estudos*, vol. 30, jul. 1991.

CAMPOS, Marcelo da Silveira. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. São Paulo: IBCCrim, 2010.

CANO, Ignacio. Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. *Sur: revista internacional de direitos humanos*, vol. 3, nº 5, 2006.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves, MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. *Organizações rurais & agroindustriais*, vol. 5, nº 1, 2003. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/251>>. Acesso em 20 mai. 2013.

CARDIA, Nancy. Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação a violência, polícia e direitos humanos. *Revista Lusotopie*, vol. X, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Partidos e deputados em São Paulo. In: CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. *Texto e Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em 20 mai. 2013.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CARVALHO, Glauber Silva de. Sob o domínio do medo: o sequestro na sociedade brasileira (1985 – 1990). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 14, 1996.

CARVALHO, Salo de. A atual política brasileira de drogas: os efeitos do processo eleitoral de 1998. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 34, 2001.

CASTRO, Celso. A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 37, novembro 1993.

CAVALCANTI, Rosângela Batista. Problemas e desafios da Polícia Civil: as percepções dos delegados. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). *Delegados de polícia*. São Paulo: Sumaré/Fundação Ford, 2003.

CECCHETTO, Fátima. As galeras funk cariocas: entre o lúdico e o violento. In: VIANNA, Hermano (Org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. *O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos libertos e republicanos na cidade do Rio. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

CHIRICOS, Theodore G.; DELONE, Miriam A. Labor surplus and punishment: a review and assessment of theory and evidence. *Criminology*, vol. 29,14, 1991.

CHRISTIE, Nils. *A indústria do controle do crime*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CNI – IBOPE. *Retratos da sociedade brasileira: segurança pública – (outubro 2011)*. Brasília: CNI, 2011.

COHEN, Albert K. *Delinquent boys: the culture of the gang*. Illinois: The Free Press, 1955.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.

CONTE LOPES, Roberval. *Matar ou morrer*. São Paulo. Reinarte: 1994.

CUNHA, Olívia M. G. Conversando com Ice-T: violência e criminalização do funk. In: HERSCHMANN, Micael (Org.). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop – globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. Bonde do mal. In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Cláudia B. (Org.). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CYMROT, Danilo. A relatividade do poder dissuasório da pena. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 5, outubro de 2009. São Paulo: Habilis, 2009.

_____. A criminalização do funk sob a perspectiva da teoria crítica. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Onda de violência em São Paulo*. 2012. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/07/18/sp_onda_violencia_23112012.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Intenção de voto para prefeito de São Paulo*. 2012. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/int_voto_pref_sp_segmentos_18092012.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Principais problemas do país*. 2007. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/principal_problema_26032007.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Posição dos brasileiros em relação a alguns temas*. 2012. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/posicao_brasileiros_temas_25122012.pdf. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Vitimização*. 2014. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/04/08/vitimizacao.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Datafolha 30 anos- medo dos paulistanos*. 2013. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/03/datafolha-30-anos-medo-dos-paulistanos.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Posição política*. 2010. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/posicao_politica_31052010.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *84% votariam a favor da redução da maioria penal*. 2004. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1227559-84-votariam-a-favor-da-reducao-da-maioridade-penal.shtml>>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Posição política, opinião sobre o aborto, pena de morte, descriminalização da maconha e maioria penal: 47% dos eleitores brasileiros se posicionaram à direita*.

2006. Disponível em: <<http://Datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1226779-posicao-politica-opinio-sobre-o-aborto-pena-de-morte-descriminalizacao-da-maconha-e-maioridade-penal-47-dos-eleitores-brasileiros-se-posicionam-a-direita.shtml>>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Comportamento político.* 2013. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/Datafolha/2013/10/14/comportamento-politico.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Maioridade penal.* 2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/Datafolha/2013/05/02/maioridade_penal_17042013.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Aumenta o apoio de brasileiros à pena de morte.* 2007. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/Datafolha/2013/05/02/pena_de_morte_09042007.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Pena de morte.* 2008. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/Datafolha/2013/05/02/pena_de_morte_07042008.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Opinião dos brasileiros sobre o comércio de armas de fogo.* 2006. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/Datafolha/2013/05/02/atack_pcc_15052006.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Maconha.* 2008. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/Datafolha/2013/05/02/maconha_07042008.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Opinião dos brasileiros sobre o comércio de armas de fogo.* 2005. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/desarmamento_21072005.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Um em cada cinco paulistanos já pensou em comprar uma arma de fogo para se defender da violência.* 2005. Disponível em: <<http://Datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1226961-um-em-cada-cinco-paulistanos-ja-pensou-em-comprar-uma-arma-de-fogo-para-se-defender-da-violencia.shtml>>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Tropa de Elite.* 2007. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/Datafolha/2013/05/02/tropa_elite.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *86% dos homens negros de São Paulo já foram parados pela polícia.* 2004. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1227480-86-dos-homens-negros-de-sao-paulo-ja-foram-parados-pela-policia.shtml>>. Acesso em: 29 set. 2014.

_____. *Julgamento massacre do Carandiru*. 2013. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/julgamento_massacre_carandiru_07042013.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

DAVIES, Martha F. The new paternalism: war on poverty or war on women?. 1 *Georgetown Journal on Fighting Poverty* 88, p. 90-92, 1993. Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/PDF?handle=hein.journals/geojpovlp1&id=96&print=section§ion=23&ext=.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2007.

DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DELEUZE, Gilles. *Conversações, 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. Introduction. In: DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. (Org.). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.

DIAS, Jorge Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Ed., 1992.

DIÓGENES, Glória. Rebeldia urbana: tramas de exclusão e violência juvenil. In: HERSCHMANN, Micael (Org). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop – globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001

FEELEY, Malcolm; SIMON, Jonathan. The new penology: notes on the emerging strategy of corrections and its implications. *Criminology* 30-4, novembro, p. 458. Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/PDF?handle=hein.journals/crim30&id=463&print=section§ion=33&ext=.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2007.

FERNANDES, Luciana Veiga; SANTOS, Sandra Avi dos. O referendo das armas no Brasil: estratégias de campanha e comportamento do eleitor. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 66. São Paulo, fev. 2008.

FERREIRA, Luisa Moraes Abreu; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis; MACHADO, Máira Rocha. Massacre do Carandiru: vinte anos sem responsabilização. *Novos Estudos CEBRAP* 94, novembro 2012.

FERREIRA, Marcelo Costa. Participação e comportamento político no Estado de São Paulo, 1990. *Opinião Pública*, Campinas, vol.VI, nº 2, 2000.

FERREIRA, Oliveiros S. A crise de poder do “sistema” e as eleições paulistas de 1962. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 16, janeiro de 1964. Belo Horizonte: UMG, 1964.

_____. Comportamento eleitoral em São Paulo. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 8, abril de 1960. Belo Horizonte: UMG, 1960.

FIORE, Maurício. O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 92, março 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, ano 4, 2010.

_____. *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, ano 4, 2010; Id. *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, ano 5, 2011.

_____. *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, ano 3, 2009; Id. *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, ano 2, 2008.

_____. *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, ano 1, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 28 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GARCIA, Marco Aurélio. Dezoito meses de governo Montoro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.º 10, pp. 2-7, out. 84.

GARLAND, David. *Punishment and modern society: a study in social theory*. Chicago: Oxford University Press, 1993.

GARRIDO, Vicente; STANGELAND Per e REDONDO, Santiago. *Principios de criminologia*. 2. ed. Valência: Tirant lo Blanch, 2001.

GOLDSTEIN, Herman. *Policiando uma sociedade livre*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2003.

GOMES, Luiz Flávio; GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. *Criminologia*. 7. ed. São Paulo: RT, 2010.

GRAEFF, Eduardo. Montoro, dois anos. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo n.º 10, pp. 8-12, out. 84.

GUIMARÃES, Eloísa. *Escola, Galeras e Narcotráfico*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HAGOPIAN, F. Chile and Brazil. In: DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo (Org.). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.

HASSEMER, Winfried. *O direito penal libertário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000.

IBOPE INTELIGÊNCIA. *Pesquisa telefônica nacional sobre insegurança*. 2007. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/opp141_novasb_ago07.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

IBOPE. *Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos/administrativos*. Fev 2008. Disponível em: <http://www.ibope.com/pt-br/conhecimento/relatoriospesquisas/Lists/RelatoriosPesquisaEleitoral/Job%20080179%20-%20NovaSB_comportamento_tabelas.pdf>. Acesso em: 29 set. 2014.

KARAM, Maria Lúcia. *A esquerda punitiva. Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, n. 1, v. 1. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

KELLNER, Douglas. *Cultura da mídia e triunfo do espetáculo*. In: MORAES, Denis de. *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

KOERNER, Andrei. O impossível “panóptico tropical-escravista”: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 35, jul./set. 2001.

LEITE, Celso Barroso. *Desonestidades de pessoas honestas*. In: LEITE, Celso Barroso (Org.). *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LEMGRUBER, Julita. *A esquerda tem medo, não tem política de segurança pública: Eugenio Raúl Zaffaroni, entrevistado por Julita Lemgruber*. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007.

_____; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio et al. *Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira; SANTOS, Thandara. *Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da segurança pública*. 2014. Disponível em: <http://cpja.fgv.br/sites/cuja.fgv.br/files/pesquisa_opinioao_dos_policiais_versao_sem_diagramacao_completa.pdf>. Acesso em: 15 out. 2014.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

MAINWARING, Scott. *Introduction: Democratic Accountability in Latin America*. In: MAINWARING, Scott; WELNA, Christopher (Org.). *Democratic accountability in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

_____; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Crime e costume na sociedade selvagem*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEDEIROS, Janaína. *Funk carioca: crime ou cultura?: o som dá medo: e prazer*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2006.

MEDEIROS, Mateus Afonso. Aspectos institucionais da unificação das polícias no Brasil. *Dados*, vol. 47, nº 2, 2004.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica*. Rio de Janeiro: Revan/ Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

MENDONÇA, Kleber. A onda do arrastão. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 4, nº 7-8. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 1º e 2º semestres de 1999.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A cooperação na deliberação pública: um estudo de caso sobre o referendo da proibição da comercialização de armas de fogo no Brasil. *Dados*, vol. 52, nº 2, 2009.

MENEZES, Paulo. Tropa de Elite: perigosas ambiguidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28, nº 81. São Paulo, fev. 2013.

MESQUITA, Nuno Coimbra. *Jornal Nacional*, democracia e confiança nas instituições democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et alii. *Fala, galera: juventude, violência e cidadania no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINHOTO, Laurindo Dias. *Privatização de presídios e criminalidade: a gestão da violência no capitalismo global*. São Paulo: Max Limonad, 2000.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: 2013.

MOISÉS, José Álvaro. A confiança e seus efeitos sobre as instituições democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião Pública*, vol. XI, nº 1, Campinas, março 2005.

_____. Democracia e Desconfiança de Instituições Democráticas. In: MOISÉS, J. A. et alii. *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições?* São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). *Democracia e*

confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP, 2010.

MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2001.

MONJARDET, Dominique. *O que faz a polícia: sociologia da Força Pública*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2002.

MONKONNEN, Eric. História da polícia urbana. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003.

MORAES FILHO, Antônio Evaristo de. O círculo vicioso da corrupção. In: LEITE, Celso Barroso (Org.). *Sociologia da corrupção*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

_____. Advogado criminal, esse desconhecido. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 9, 1995.

MORAIS FILHO, Osvaldo Martins de; CARIO, Rebeca Dias; NOGUEIRA, Ronaldo Alves. Análise dos investimentos em Segurança Pública no Brasil entre 2000 e 2009. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, ano 5, edição 8, fev./mar. 2011.

MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da “mídia cidadã”. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, vol. 12. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

_____. De Carcavelos ao Leblon: arrastões do preconceito. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, nº 15-16. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/Instituto Carioca de Criminologia, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. Corrupção no Brasil republicano – 1954-1964. *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JR., Domício. Muita politicagem, pouca política os problemas da polícia são. *Estudos Avançados* 21 (61), 2007.

MURAD, Maurício. Futebol e violência no Brasil. *Discursos Sediciosos*, ano 1, nº 1. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 1996.

MUYLAERT, Eduardo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. Franco Montoro: democrata e estadista. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 56, março 2000.

NETO, Ana Maria Q. Fausto; QUIROGA, Consuelo. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder; RONDELLI, Elizabeth; SCHOLLHAMMER, Karl Erik; HERSCHMANN, Micael. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

NETO, Lira. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETO, Paulo de Mesquita; SALLA, Fernando. Uma análise sobre a crise na Segurança Pública de maio de 2006. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 68, 2007.

OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Mara Regina de. *O desafio à autoridade da lei: a relação existente entre poder, obediência e subversão*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2006.

PANEBIANCO, Angelo. Evitar a política? *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 45, julho 1996.

PEKNEY, Ana Carolina; KULLER, Laís Boás Figueiredo; JARDIM, Lucas Bernasconi. Reflexões sobre a Justiça e o Estado Democrático de Direito a partir do julgamento do Carandiru. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n. 1, fev./mar. 2014.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. *De rolê pela cidade: os pixadores em São Paulo*. 2005. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 10, vol. 4, junho de 1989.

_____. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, 19, dezembro de 1987.

_____. Ciladas da diferença. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 2 (2). São Paulo, 1990.

_____. Linguagens autoritárias, voto popular. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Um toque de classe, média-baixa. *Novos Estudos*, nº 14, fevereiro de 1986. São Paulo, 1986.

_____; LIMA, Marcelo Coutinho de. A direita que flutua: o voto conservador na eleição de 1990 em São Paulo. *Novos Estudos*, vol. 29, mar. 1991.

_____. São Paulo 92, a vitória da direita. *Novos Estudos*, vol. 35, mar. 1993.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Polícia e consolidação democrática: o caso brasileiro. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUNN, Phillip; MALTA FILHO, Candido et al. *São Paulo sem medo: um diagnóstico da violência urbana*. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

_____. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. In: DA MATTA, Roberto; PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado; PINHEIRO, Paulo Sérgio; BENEVIDES, Maria Victoria (Org.). *Violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Violência sem controle e militarização da polícia. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 2, abril 1983.

QUEIROZ, Tereza Correia da N. Culturas juvenis, contestação social e cidadania: a voz ativa do hip hop. In: ALVIM, Rosilene; JUNIOR, Edísio Ferreira; QUEIROZ, Tereza (Org.). In: *(Re)construções da juventude: cultura e representações contemporâneas*. João Pessoa: Editora Universitária-PPGS/UFPB, 2004.

REINER, Robert. *A política da polícia*. São Paulo: Ford Foundation/NEV/EDUSP, 2004.

REISS JUNIOR, Albert. Policia y comunidade. In: RICO, José Maria (Comp.). *Polícia y Sociedad Democrática*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

_____. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, Michael; MORRIS, Norval (Org.). *Policiamento moderno*. São Paulo: NEV/EDUSP, 2003.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais 2009.

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. *Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade*. 2006. Tese (Doutorado). Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RUSCHE, Georg; KIRSCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2004.

RUTHENBECK, Arthur W. É preciso despolitizar as questões criminais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 19, 1997.

SADEK, Maria Tereza. A trajetória de Jânio Quadros. In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.). *1985: o voto em São Paulo*. São Paulo: IDESP, 1986.

_____. (Org.). *Delegados de polícia*. São Paulo: Sumaré/Fundação Ford, 2003.

SALLA, Fernando. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias em São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 1, 2007.

_____; MIRAGLIA, Paula. O PCC e a gestão de presídios em São Paulo: entrevista com Nagashi Furukawa. *Novos Estudos CEBRAP* 80, março 2008.

SANTOS, Fabiano. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. *Novos Estudos CEBRAP* 96, julho 2013.

_____. ALMEIDA, Acir. *Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão*. Curitiba: Appris, 2011.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri: ritual lúdico e teatralizado*. São Paulo. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002

SENASP/PNUD. *O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil. Ministério da Justiça*, agosto de 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={CF2BAE97-81BC-4482-95B9-983F1CC404DA}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B265C344C-CF4B-48B6-8EDC-906D15067F01%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Mídia e crime. Estudos criminais em homenagem a Evandro Lins e Silva*. São Paulo: Método, 2001.

_____. Tolerância Zero. *Revista Internacional de Direito e Cidadania*. n. 5, v. 2, 2009.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, 85, novembro 2009.

_____. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 97, nov. 2013.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. *Letalidade policial e prisões em flagrante – sumário executivo*, abr. 2004.

SORJ, Bernardo. Internet, espaço público e marketing político: entre a promoção da comunicação e o solipsismo moralista. *Novos Estudos CEBRAP* 76, novembro 2006.

SOUZA, Diana Paula de. *Jornalismo e narrativa: uma análise discursiva da construção de personagens jornalísticos no sequestro de Abílio Diniz e suas repercussões políticas*. Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, set. 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/r4-1740-1.pdf>>. Acesso 27 mar. 2013.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. Ditadura militar. *Corrupção: ensaios e críticas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*: de acordo com a Constituição de 1988. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

TORON, Alberto Zacharias. Notas sobre a mídia nos crimes de colarinho branco e o Judiciário: os novos padrões. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 9, n. 36, out./dez. 2001.

VEIGA, Luciana Fernandes; SANTOS, Sandra Avi dos. O referendo das armas no Brasil: estratégias de campanha e comportamento do eleitor. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23, nº 66, fevereiro/2008.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, Hermano. O funk como símbolo da violência carioca. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2000.

VIEIRA, Thiago Braga. *Proibição de boca em boca*: gritos silenciosos de uma memória subterrânea: O funk proibido como fonte para o estudo da violência armada organizada no Rio de Janeiro (1994-2002). 2009. Monografia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WACQUANT, Loïc. A globalização da “Tolerância Zero”. *Discursos Sediciosos*: crime, direito e sociedade, v. 9/10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2000.

_____. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Punir os pobres*: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

_____. Sobre a “janela quebrada” e alguns outros contos sobre segurança vindos da América. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 46, 2004.

WEFFORT, Francisco. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, 2, maio de 1965.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, vol. 9, n. 1. São Paulo, maio de 1997.

XAVIER Ismail. Da violência justiceira à violência ressentida. *Revista Ilha do Desterro*, nº 51. p. 55 et seq. Florianópolis, jul/dez 2006.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente*: exclusão social, criminalidade e diferença da modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZAFFARONI, E. Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. *Direito Penal brasileiro: primeiro volume. Teoria Geral do Direito Penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 425-426, 442, 458

_____. *Crímenes de masa*. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2010.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

ZAREVUCHA, Jorge. A Justiça Militar no Estado de Pernambuco pós-regime militar: um legado autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, nº 29, 2000.

Artigos de jornal :

A BARBÁRIE social no Brasil ameaça os avanços obtidos no campo institucional? *Folha de S. Paulo*, 24 out.1992, p. 1-3.

AJUSTES na Virada. *Folha Online*, 21 mai. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2013/05/1282089-editorial-ajustes-na- virada.shtml>>. Acesso em: 22 mai. 2013.

ALARME falso. *Veja São Paulo*, 17 jun. 1998. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/170698/p_047b.html>. Acesso em: 23 jun. 2013.

AS TRÊS rebeliões da Febem. *Folha de S. Paulo*, 28 out. 1992, p. 3-2.

ASSEMBLÉIA aprova CEI em sessão tumultuada. *Folha de S. Paulo*, 09 out. 1992, p. 1-12.

ASSEMBLÉIA aprova CPI sob vaia do plenário. *Folha de S. Paulo*, 17 out. 1992, p. 1-12.

CINTRA JÚNIOR, Dyrceu Aguiar Dias. Responsabilidade política pelo massacre. *Folha de S. Paulo*, 08/11/92, p. 4-2.

CONHEÇA os oficiais da PM que dirigem as subprefeituras de SP. *Yahoo! Notícias*, 11 set. 2002. Disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/conhe%C3%A7a-os-oficiais-da-pm-que-dirigem-as-subprefeituras-de-sp.html>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

CORONEL Ubiratan é assassinado em seu apartamento nos Jardins. 11 set. 2006. *Agência Estado*. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,coronel-ubiratan-e-assassinado-em-seu-apartamento-nos-jardins,20060911p30059>>. Acesso em 02 mai. 2014.

CYTRYNOWICZ, Roney. Ao combate. *Revista de História*. 26 out. 2010. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/ao-combate>>. Acesso em: 29 set. 2014.

DAMIANI, Marco. Quem será o novo Jânio?, *Brasil 247*, 30/01/2003. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/poder/92030/Quem-ser%C3%A1-o-novo-J%C3%A2nio-Quem-ser%C3%A1-novo-J%C3%A2nio.htm>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

EM TREINAMENTO, policiais do Bope fazem apologia à violência. *UOL Mais*, 31 mai. 2013. Disponível em: <<http://mais.uol.com.br/view/jinmcnm98vmk/em-treinamento-policiais-do-bope-fazem-apologia-a-violencia-0402CC9B326ADCA14326?types=A&>>. Acesso em: 21 set. 2013.

GALUCCI, Mariângela. Condenação no STF não rende prisão a políticos. *O Estado de S. Paulo*, Brasília, 17 nov. 2012.

IGREJA Universal “concentra” seus deputados no PRB. *Agência Estado*, 14 nov. 2009. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,igreja-universal-concentra-seus-deputados-no-prb,466483>>. Acesso em 02 mai. 2014.

LUNGARETTI, Celso. Ex-torturador é chefe da máfia do bingo. *Carta Maior*, 23 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Opinio/Ex-torturador-e-chefao-da-mafia-do-bingo/20976>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

MALUF encerra campanha com taxistas. *Folha de S. Paulo*, 13 nov. 1992, p. 1-13.

MANIFESTAÇÃO atrapalha “fuga” de paulistano. *Folha de S. Paulo*, 10 out. 1992, p. 3-3.

NETO, José Francisco. Especialista fala da militarização nas subprefeituras de São Paulo. *Brasil de Fato*, 22 ago. 2012.

NOVO líder do PDT garante que o partido continua na base aliada do governo estadual. *ALESP*, 22 mar. 2005. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=326459>>. Acesso em 02 mai. 2014.

OLTRAMARI, Alexandre. Tolerância morena. *Revista Veja*, 23 set. 1998. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/230998/p_044.html>. Acesso em 08 abr. 2014.

PL se funde com PST e PGT e garante tempo na TV. *Folha Online*, 11 fev. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45888.shtml>>. Acesso em 06 jul. 2013.

PREFEITURA determina fechamento do clube Bahamas. *O Estado de S. Paulo*, 03 ago. 2007. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,prefeitura-determina-fechamento-do-club-bahamas,29110>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

PROTESTO de taxistas pára centro de SP. *Folha de S. Paulo*, 14 nov. 1992, p. 3-2.

PTB de luto pelo assassinato do deputado Coronel Ubiratan em São Paulo. *Agência Trabalhista de Notícias*. Disponível em: <<http://www.ptb.org.br/?cod=1253&page=ConteudoPage>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

SAFATLE, Vladimir. Pela extinção da PM. *Folha de S. Paulo*, 24 jul. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/1124692-pela-extincao-da-pm.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SARDINHA, Edson. Um quarto dos reeleitos responde a processo no STF. *Congresso em Foco*, Brasília, 08 out. 2010.

_____; COELHO, Mário. Dez casos de políticos que escapam da ficha limpa. *Congresso em Foco*, Brasília, 12 mar. 2012.

SEGURANÇA é a maior preocupação de eleitores. *Folha de S. Paulo*, 06 nov. 1992, p. 3-3.

SIVIERO, Samir. Policiais militares podem fazer greve. *Diário do Grande ABC*, 13 mai. 2001.

SOUSA, Ana Paula. “Tropa de Elite 2” é recebido com aplausos no Festival de Berlim. *Folha de S. Paulo*, 11 fev. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2011/02/874352-tropa-de-elite-2-e-recebido-com-aplausos-no-festival-de-berlim.shtml>>. Acesso em: 27 set. 2013.

URIBE, Gustavo. *Dilma recebe 63,5% dos votos válidos de presos em SP*. Agência Estado. 05 out. 2010. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-recebe-63-5-dos-votos-validos-de-presos-em-sp,620643>>. Acesso em: 17 out. 2014.

VIOLENCIA S.A. Produção e direção de Eduardo Benaim, Jorge Saad Jafet e Newton Cannito.

Sites:

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/contas-eleitorais>>

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/quadro-geral-referendo-2005>>

<<http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/>>

<<http://veja.abril.com.br/blog/caca-ao-voto/tag/afanasio-jazadji/>>

<<http://www.al.sp.gov.br/alesp/sessoes-plenarias/#sessao>>

<<http://www.contelopes.com/p/biografia.html>>

<<http://www.al.sp.gov.br/>>

<http://www.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=pol_sel>

<<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>>

<<http://www.al.sp.gov.br/comissoes/comissoes-permanentes/seguranca-publica-e-assuntos-penitenciarios>>

<<http://www.al.sp.gov.br/deputados/deputados-estaduais>>

<<http://www.al.sp.gov.br/processo-legislativo/sesoes-plenarias/sesoes-pesquisa?texto=&termoBusca=&baseBusca=sesoes>>

<<http://www.al.sp.gov.br/alesp/sesoes-plenarias/#sessao>>

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores>>

<<http://www.coroneledsonferrarini.com.br/index.php?pagina=conheca>>

<<http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/>>

<<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>

<<http://www.majorOlimpio.com.br/index.php/Olimpio-gomes/biografia/item/330-hist%C3%B3ria-de-vida>>

<<http://www.cabosesoldados.com.br>>

<<http://www.majorolimpio.com/noticias/254/major-olimpio-agradece-votos-conquistados-e-pede-uniao-para-que-a-zn-se-fortaleca>>